RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA

Estudo de Impacte Ambiental



Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo

Alcácer do Sal

Évora, julho de 2024

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	PERÍODO DE CONSULTA	1
3.	DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA	1
4.	MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO	1
5.	PARTICIPAÇÕES NA CONSULTA PÚBLICA	1
6.	ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS	1
7.	CONCLUSÃO	5

ANEXO A

- Participações recebidas no âmbito da Consulta Pública (*Portal Participa*)

ANEXO B

- Anexos das participações recebidas no âmbito da Consulta Pública (*Portal Participa*)

ANEXO C

- Participações recebidas no âmbito da Consulta Pública (correio eletrónico)

1. Introdução

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual (RJAIA), procedeu-se à Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (resposta ao n.º 2 do artigo 16º do referido decreto-lei).

2. Período de Consulta

A Consulta Pública decorreu durante 10 dias úteis, desde o dia 26 de junho de 2024 até ao dia 9 de julho de 2024.

3. Documentos Publicitados e Locais de Consulta

O Estudo de Impacte Ambiental reformulado, em resposta ao n.º 2 do artigo 16º do RJAIA, e Resumo Não Técnico (RNT) foram disponibilizados para consulta na sede da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P. e nos sites www.ccdr-a.gov.pt e www.participa.pt.

4. Modalidades de Publicitação

A publicitação da Consulta Pública do EIA e do respetivo Resumo Não Técnico foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Junta de Freguesia de Comporta e Junta de Freguesia de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana;
- Afixação de Anúncio na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;
- Divulgação através da *internet* na *homepage* da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e no *site participa.pt.*

5. Participações na Consulta Pública

No âmbito da consulta pública, foram recebidas, através do *site participa.pt*, 1187 participações, e por correio eletrónico, 1 participação.

Esta consulta publica teve a participação de particulares, individuais ou coletivos (1164), de associações de defesa do Ambiente e outras (18), Empresas (5) e uma (1) de uma entidade da Administração (Turismo do Alentejo, ERT).

Das participações recebidas, 395 são concordantes, 781 discordantes, 6 gerais, 4 são reclamações e 2 são sugestões.

6. Análise e Considerações sobre as Participações Recebidas

Em termos gerais

Os participantes que concordam com a reformulação do projeto destacam os seguintes fatores:

1. **Sustentabilidade Agrícola**:
   - **Equilíbrio entre Práticas Agrícolas**: vários comentários mencionam a importância de manter um equilíbrio entre práticas agrícolas sustentáveis e a produção intensiva.
   - **Exemplo de Sustentabilidade**: alguns participantes acreditam que o projeto serve como um exemplo de combinação de sustentabilidade com produtividade agrícola.
2. **Aumento da Produtividade**:
   - **Apoio à produtividade**: alguns participantes ressaltam que a aprovação do projeto resultará em aumento da produtividade agrícola, o que é visto como um aspeto positivo para a economia local e regional.
3. **Benefícios Económicos**:
   - **Crescimento económico**: a expectativa de que o projeto contribua para o crescimento econômico é um fator de concordância significativo. Acredita-se que a reformulação trará benefícios económicos, tanto para os agricultores como para a comunidade.
4. **Desenvolvimento Regional**:
   - **Impacte positivo na Região**: há um consenso de que o projeto pode trazer benefícios para o desenvolvimento regional, promovendo não apenas a agricultura, mas também outros setores relacionados, como o turismo.

Por outro lado, os participantes que discordam do projeto destacam os seguintes fatores:

1. **Sustentabilidade Ambiental**:
   - **Impacte ambiental negativo**: uma preocupação comum entre os participantes que discordam é o impacte ambiental negativo, criticando o projeto como sendo completamente insustentável do ponto de vista ambiental.
   - **Preocupações com a Ecologia**: comentários negativos frequentemente mencionam que a intensificação da produção agrícola pode levar à degradação do solo e ao esgotamento dos recursos naturais.
2. **Persistência de Dúvidas**:
   - **Falta de clareza**: algumas participações expressam dúvidas sobre o impacte ambiental e a sustentabilidade a longo prazo, sugerindo que persistem incertezas que precisam ser abordadas antes da aprovação do projeto.
3. **Riscos para a Saúde**:
   - **Possíveis riscos**: algumas participações mencionam potenciais riscos para a saúde humana e animal devido ao uso de produtos químicos e práticas agrícolas intensivas. A preocupação é que a reformulação do projeto não aborde adequadamente esses riscos.
4. **Opinião da Comunidade Local**:
   - **Desalinhamento com os interesses locais**: vários participantes expressam que o projeto não está alinhado com os interesses e as necessidades da comunidade local. A discordância surge da perceção de que os benefícios económicos não serão equitativamente distribuídos.

Sobre os pareceres anexados às participações, refira-se que foram apresentados 70 documentos, tendo 18 deles sido remetidos por associações ambientais, associações de agricultores, empresas e outras entidades. Resumem-se as principais preocupações levantadas por cada grupo e apresentam-se as sugestões propostas para garantir a sustentabilidade e a viabilidade do projeto agroflorestal.

Associações Ambientais

As associações ambientais expressaram preocupações significativas sobre a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade a longo prazo. Cada entidade destacou pontos específicos que consideram críticos para a implementação do projeto.

- A associação Dunas Livres sublinha a importância da preservação dos ecossistemas dunares, destacando os impactos negativos potenciais do projeto agroflorestal sobre a biodiversidade local, que poderiam levar à degradação das dunas, um habitat crucial para muitas espécies. Propõem a implementação de medidas rigorosas para a proteção e restauração das dunas, incluindo a criação de zonas de exclusão para atividades agroflorestais, de forma a garantir que esses ecossistemas frágeis não sejam comprometidos.

- A GEOTA enfatiza a necessidade de sustentabilidade e de mitigação das alterações climáticas, sublinhando que a gestão adequada dos recursos hídricos é um ponto crucial para a sustentabilidade do projeto. Recomenda-se a adoção de práticas agroflorestais que promovam a conservação dos recursos hídricos e a sustentabilidade ambiental, além de políticas rigorosas que garantam a mitigação dos impactos ambientais. A avaliação dos impactos climáticos e a implementação de medidas que reduzam a pegada de carbono do projeto são vistas como essenciais.

- A Almargem, Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve, foca-se na proteção do património cultural e ambiental do Algarve, destacando a necessidade de uma avaliação rigorosa dos impactos ambientais antes da implementação do projeto. Propõem a realização de estudos de impacto ambiental abrangentes, que considerem todas as possíveis consequências negativas para o ambiente e o património cultural, além de sugerirem a consideração de alternativas menos invasivas que possam atingir os mesmos objetivos sem comprometer os recursos naturais e culturais da região.

- A associação A ROCHA destaca a conservação das aves e dos habitats naturais como uma prioridade, alertando que a poluição e a degradação do solo causadas pelo projeto agroflorestal podem ter efeitos devastadores sobre a fauna local. Propõem a criação de áreas de proteção específicas para aves e a adoção de técnicas agrícolas que reduzam a poluição do solo e da água, salientando que a preservação dos habitats naturais é fundamental para a manutenção da biodiversidade.

- A Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves enfatiza o impacto do projeto sobre a avifauna local, estando preocupada com a possível redução de habitats para aves, o que poderia levar à diminuição das populações de várias espécies. Propõem a criação de corredores ecológicos que permitam a livre movimentação das aves entre diferentes áreas e a monitorização contínua das populações de aves para avaliar os impactos do projeto e ajustar as medidas de conservação conforme necessário.

- A associação tagis foca-se na proteção de insetos e pequenos animais, destacando a importância da diversidade biológica para a saúde dos ecossistemas. Sugere práticas agroflorestais que favoreçam a presença de insetos benéficos e a biodiversidade em geral, salientando que a promoção de habitats diversificados e a redução do uso de pesticidas são medidas essenciais para a proteção da fauna invertebrada.

- A ZERO, Associação Sistema Terrestre Sustentável, destaca a necessidade de sustentabilidade a longo prazo e de políticas ambientais responsáveis, sublinhando que o projeto deve ser desenhado de forma a minimizar os impactos ambientais e a promover a sustentabilidade em todas as suas vertentes. Recomenda-se a implementação de políticas que incentivem práticas agrícolas sustentáveis e a mitigação dos impactos ambientais através de técnicas avançadas de gestão do solo e da água.

- A Sociedade Portuguesa de Botânica foca-se na preservação das plantas nativas e endémicas, alertando que a monocultura pode representar uma ameaça significativa à flora local. Propõem a diversificação das culturas como uma estratégia para proteger as plantas nativas e promover a resiliência dos ecossistemas, destacando que a preservação das espécies vegetais locais é crucial para a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos.

- A Liga para a Proteção da Natureza (LPN) enfatiza a conservação da natureza e da biodiversidade, alertando para a gestão inadequada dos recursos naturais. Propõem a criação de áreas protegidas onde a atividade agroflorestal seja limitada ou proibida, de forma a garantir a preservação dos habitats naturais, destacando a necessidade de adoção de práticas agroflorestais sustentáveis.

À semelhança de vários pareceres técnicos, as duas análises anteriores sublinham os possíveis efeitos adversos sobre a biodiversidade local, a integridade dos ecossistemas e os recursos hídricos. A plantação de abacates, em particular, é também criticada pelo seu elevado consumo de água, que pode agravar a escassez hídrica na região.

- A Associação Portuguesa de Inspeção e Prevenção Ambiental destaca a importância da fiscalização rigorosa e da conformidade ambiental, sublinhando que a implementação de sistemas de fiscalização contínuos e a garantia de conformidade com as normas ambientais são essenciais para evitar danos ambientais.

Associações de Agricultores

As associações de agricultores focam-se na preservação das práticas agrícolas tradicionais e no apoio aos agricultores locais, expressando preocupações significativas sobre o impacte do projeto nas suas atividades diárias e na viabilidade económica das suas operações.

A Associação de Beneficiários do Vale do Sado destaca o impacto do projeto nas atividades agrícolas tradicionais, preocupando-se que as novas práticas agroflorestais possam não ser compatíveis com as suas técnicas agrícolas estabelecidas, o que poderia afetar a produtividade e a viabilidade das suas explorações. Propõem a criação de programas de apoio técnico e financeiro para ajudar os agricultores a adaptarem-se às novas práticas.

A Associação de Agricultores de Alcácer do Sal foca-se na proteção das terras agrícolas e na viabilidade económica do projeto, destacando que é crucial proteger a fertilidade do solo e garantir que as práticas agroflorestais não comprometam a capacidade produtiva das terras agrícolas. Propõem a criação de incentivos económicos que recompensem os agricultores por adotarem práticas sustentáveis e a implementação de medidas que preservem a qualidade do solo.

A Associação de Agricultores de Grândola destaca a conservação das práticas agrícolas sustentáveis e o impacto económico do projeto na comunidade local, preocupando-se que a introdução de novas práticas possa levar à perda de conhecimentos tradicionais e afetar a economia local. Propõem a integração de técnicas agroflorestais que beneficiem a economia local, preservando as práticas tradicionais e promovendo a sustentabilidade.

Empresas

As empresas participantes estão focadas na viabilidade económica do projeto e na sua integração com outras atividades, como o turismo, expressando preocupações sobre como o projeto pode afetar os seus negócios e a economia local.

A Herdade de Montalvo Turismo e Lazer destaca o impacte do projeto no turismo rural, estando interessada em garantir que o projeto agroflorestal seja compatível com as suas atividades turísticas, promovendo uma integração harmoniosa entre agricultura e turismo. Propõem o desenvolvimento de práticas agroflorestais que complementem o turismo rural e promovam a sustentabilidade, criando novas oportunidades para o turismo ecológico.

A Sobiger destaca a viabilidade económica e a sustentabilidade a longo prazo do projeto, preocupando-se que o projeto possa não ser financeiramente viável sem um planeamento adequado e medidas de apoio. Propõem a realização de estudos de viabilidade económica para avaliar os custos e benefícios do projeto e a implementação de práticas que garantam a sustentabilidade financeira a longo prazo.

Outras Entidades

Outras entidades destacaram a importância de proteger o património cultural e ambiental e propuseram práticas mais integradas e sustentáveis.

A Associação ProtegeAlentejo foca-se na proteção do património cultural e ambiental do Alentejo, sublinhando que o projeto agroflorestal deve ser desenhado de forma a respeitar e preservar o património cultural da região, integrando práticas agrícolas que promovam a sustentabilidade e protejam os recursos naturais. Propõem a adoção de práticas agroflorestais integradas que respeitem o património local e promovam a sustentabilidade a longo prazo.

A Participação Proteger Grândola destaca a conservação das áreas naturais de Grândola, preocupando-se que o projeto possa levar à degradação das áreas naturais e comprometer a biodiversidade local. Propõem a implementação de medidas que minimizem os impactos ambientais e promovam a conservação das áreas naturais, garantindo que o projeto seja sustentável e respeite os recursos naturais da região.

O Turismo de Portugal, IP foca-se na compatibilidade do projeto com o turismo sustentável, sublinhando que o projeto deve ser desenhado de forma a não comprometer a atratividade turística da região, promovendo práticas que respeitem o meio ambiente e incentivem o turismo sustentável. Propõem a criação de sinergias entre o projeto agroflorestal e as iniciativas de turismo sustentável, promovendo a região como um destino verde.

Participações e Contestações de Cidadãos

Diversos documentos contêm contestações e participações de cidadãos preocupados com a sustentabilidade e as implicações socioeconómicas do projeto. Entre as principais preocupações estão o uso intensivo de pesticidas e fertilizantes, que podem contaminar os lençóis freáticos e prejudicar a saúde das comunidades locais. Além disso, há o receio de que o projeto possa favorecer grandes empresas agroindustriais em detrimento dos agricultores locais.

Em síntese

Sintetizaram-se atrás as contribuições de diversas entidades sobre a reformulação do projeto agroflorestal. As preocupações variam desde a proteção da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental, sobretudo na vertente de recursos hídricos, até a viabilidade económica e a integração com o Turismo, sendo apresentadas sugestões que indicam para uma eventual implementação de um projeto agroflorestal que seja sustentável, economicamente viável e ambientalmente responsável.

7. Conclusão

Relativamente aos contributos recebidos, os mesmos deverão merecer a necessária consideração por parte da Comissão de Avaliação na elaboração do seu Parecer Final, sendo para tal disponibilizados aos seus constituintes. O Parecer Final refletirá as preocupações recebidas, dando resposta às principais questões levantadas pelo público que participou no processo.

Assinado por: **MARIA JOSÉ DELMAS SANTANA**
Num. de Identificação: 05555362
Data: 2024.07.18 11:41:35+01'00'

CCDR ALENTEJO
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.

REPÚBLICA PORTUGUESA
COESÃO TERRITORIAL

ANEXO A

Dados da consulta

Nome resumido	Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R)
Nome completo	Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R) - resposta ao art. 16º do RJAIA
Descrição	O Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN), localizado no concelho de Alcácer do Sal, na freguesia da Comporta e na União das freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana, apresenta-se na fase de Projeto de Execução e tem como proponente a empresa Expoente Frugal Lda., do grupo Aquaterra. Os principais objetivos do Projeto Agroflorestal HM-MN estão centrados na criação de uma área agrícola de produção de pera-abacate, tendo como destino um centro de distribuição localizado na região do Algarve, Portugal.
Período de consulta	2024-06-26 - 2024-07-09
Data de ínicio da avaliação	2024-07-10
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	Procedimento de Avaliação
Código de processo externo	
Entidade promotora do projeto	Expoente Frugal, Lda
Entidade promotora da CP	CCDR Alentejo, I.P.
Entidade coordenadora	CCDR Alentejo, I.P.
Técnico	Maria José Santana

Eventos

Documentos da consulta

Anúncio	Edital / Aviso	Anúncio_assinado.pdf
EIA	Documento	https://www.ccdr-a.gov.pt/transferencias/murtamontenovo.zip
Resumo Não Técnico (RNT)	Documento	RNT_ART16_signed.pdf

Nº Participações	1187
Nº Seguidores	1209

Estatísticas sobre a tipologia

Concordância	395
Discordância	780
Geral	6
Proposta concorrente	0
Reclamação	4
Sugestão	2

Participações

ID 77069 Alex Leventhal em 2024-07-09

Comentário:

O equilíbrio entre práticas agrícolas sustentáveis e a conservação ambiental neste projeto é exemplar. É uma iniciativa que deve ser apoiada por todos aqueles que se preocupam com o futuro do nosso planeta.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77068 Turismo do Alentejo, ERT em 2024-07-09

Comentário:

Exmos. SenhoresPersistem nesta reformulação do projeto, como aliás seria expetável, os fatores que levantam s´erias duvidas acerca do contributo efetivo do mesmo para a sustentabilidade económica, ambiental e social da zona de intervenção.Sendo certo que a sua localização em Rede Natura e o seu impacte nos elementos da fauna e na flora, não obstante eventuais medidas de minimização, condicionará sempre negativamente a atratividade turística do território, colocando em causa a construção de um destino tur´istico competitivo e sustentável, conforme preconizado pela estratégia regional do setor. Também não se assiste a qualquer valorização de produtos locais endógenos, nem a plantação em causa valoriza a fileira da hospitalidade e lazer que a região da Comporta e do Vale do Sado vem apostando, com reflexos claros na atração de investimento e de trabalhadores, alguns deles quadros qualificados. Como aspeto positivo na reformulação do projecto aponte-se a relocalização das instalações para alojamento dos trabalhadores e da unidade de produção.José Manuel SantosPresidente da Turismo do Alentejo, ERT

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77067 Nazir remtula em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Produtividade e proteção da natureza, fixação de população em Alcácer.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77066 Helena Isabel Leitão Salgueiro em 2024-07-09

Comentário:

Temos por um lado um produto agrícola completamente supérfluo e dispensável na alimentação humana, por outro uma reserva de água doce absolutamente essencial à sobrevivência de centenas de espécies, animais, numa área de extrema sensibilidade ambiental. Se hoje se fala de regeneração de habitats na Europa, este projeto vai na direção oposta às recomendações comunitárias. Não é admissível que se continue a licenciar este tipo de projeto, colocando em causa todo um ecossistema de extrema importência na região. Apostar em culturas mais sustentáveis e amigas da dieta mediterrânica devia ser o caminho a seguir. As zonas húmidas estão a desaparecer a um ritmo alarmante e toda a política agrícola está virada para a sua total erradicação. 2850 milhões de litros de água subterrânea por ano, para a rega de abacates, é um aberração inqualificável e absurda.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77065 Leonor em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Exemplo de como recuperar Herdades abandonadas. Parabéns ao promotor.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77064 Teresa Cristina Marques Teles Ribeiro em 2024-07-09

Comentário:

Esta exploração irá arruinar por completo a vida animal na zona além de secar os recursos hidricos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77063 Afonso Martins em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. È um exemplo da boa recuperação das Herdades abandonadas privilegiando a sustentabilidade e a proteção das espécies. Parabéns ao promotor.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77062 Paulo Cunha em 2024-07-09

Comentário:

Necessário redução de área para as dezenas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77061 Tânia em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Produtividade e proteção da natureza, fixação de população em Alcácer.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77060 Alexandre Santos em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto demonstra como a agricultura pode ser sustentável e economicamente viável. A aprovação desta iniciativa trará benefícios significativos para Alcácer do Sal e para o país.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77058 Gonçalo Castro e Sousa em 2024-07-09

Comentário:

Projecto que só trará mais valias a este projecto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77057 Maria Castanheira em 2024-07-09

Comentário:

Uma aberração, de que discordo em absoluto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77056 Diogo Monteiro em 2024-07-09

Comentário:

Estou contra a contínua política de abuso de recursos naturais nesta região. Devia-se proteger os recursos naturais, não estarem à venda de qualquer interesse comercial.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77055 Alexandre Ferreira em 2024-07-09

Comentário:

A preservação de 70% da área para corredores ecológicos e habitats é um compromisso claro com a sustentabilidade ambiental. Este projeto merece ser apoiado e replicado. Comentários

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77054 Felicidade Batista em 2024-07-09

Comentário:

O projeto agroflorestal é um excelente exemplo de como podemos alinhar a produção agrícola com a preservação ambiental. Esta abordagem inovadora é exatamente o que Portugal precisa para promover um desenvolvimento sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77053 Jose Manuel Castanheira em 2024-07-09

Comentário:

Discordo totalmente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77052 Felicidade Batista em 2024-07-09

Comentário:

A proposta do Grupo Aquaterra é um verdadeiro avanço para Alcácer do Sal, combinando economia e ecologia de forma exemplar. Este projeto deve ser visto como um modelo para outras iniciativas no país.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77051 Maria em 2024-07-09

Comentário:

Em anexo envio o documento criado pelo Movimento Dunas Livres que critica o Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN) e reflete a minha opinião acerca deste assunto.

Anexos: 77051_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77050 Simão Madaleno em 2024-07-09

Comentário:

Discordo visceralmente com projetos deste tipo que não respeitam as caraterísticas da região e do tipo de solo. e são altamente sonegadores de água que já um bem escasso na região .

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77049 Silvia Lima em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto não só cria empregos, mas também promove a sustentabilidade ambiental ao preservar 70% da área para corredores ecológicos. É uma combinação perfeita de desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77047 Tania Gomes em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Produtividade e proteção da natureza, fixação de população em Alcácer.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77046 Mariana Sá em 2024-07-09

Comentário:

O projeto mostra que é possível produzir alimentos de alta qualidade de forma sustentável, reduzindo a pegada de carbono e preservando recursos naturais. Um exemplo que deve ser seguido por outros.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77044 Patricia Vila Luz em 2024-07-09

Comentário:

O meu filho é autista e só come Guacamole. Este projeto tem que ser aprovado!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77043 Ana Rita Ferreira em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Exemplo de como recuperar Herdades abandonadas. Parabéns ao promotor.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77041 Beatriz em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Finalmente um projeto sem depender de dinheiros públicos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77040 Duda Vasconcelos em 2024-07-09

Comentário:

Com práticas agrícolas modernas e um compromisso robusto com a conservação ambiental, este projeto demonstra que a sustentabilidade é viável e necessária para o futuro.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77039 Filipa Albino em 2024-07-09

Comentário:

Autorizar e licenciar uma cultura exótica que não está adaptada ao território e aos recursos que nele existem é um erro, especialmente de quem propõe esta exploração, e paralelamente de quem a licencia com a justificação de “desenvolvimento “. O território necessita de culturas aclimatadas e que não depredem os recursos regionais, como a água.(escassa e no limite). O território e quem nele reside vão ficar sem água e os proponentes deste projecto, daqui por muito poucos anos quando isso acontecer, mudam para outro local e o estrago fica . Este tipo de projetos não deve ser autorizado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77038 josé cepeda ferreira em 2024-07-09

Comentário:

Um verdadeiro atentado ao desejado equilíbrio ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77037 Augusta Baptista em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto agroflorestal é essencial para revitalizar a economia local e promover práticas agrícolas sustentáveis. É uma iniciativa que merece todo o nosso apoio.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77036 Vera Ferreira dos Santos em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto agroflorestal é uma oportunidade única para revitalizar a economia de Alcácer do Sal, promovendo a sustentabilidade e criando novos empregos. A aprovação é crucial.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77035 Paula Beliz em 2024-07-09

Comentário:

Não concordo com este projeto. E um atentado à sustentabilidade nesta área, ao nivel dos recursos hidricos e da preservação da flora e fauna da região. E o fato de ser uma agricultura intensiva e de regadio neste tipo de solos, que empobrece ainda mais os solo, e os quimicos que lhe serão dados ás plantas irão poluir as aguas subterrâneas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77034 Isabela Serra em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto agroflorestal é essencial para revitalizar a economia local e promover práticas agrícolas sustentáveis. É uma iniciativa que merece todo o nosso apoio.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77033 Doroteia Macedo em 2024-07-09

Comentário:

A integração de tecnologia avançada na gestão hídrica e a preservação dos habitats naturais fazem deste projeto um exemplo brilhante de desenvolvimento sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77032 Eduardo Neves em 2024-07-09

Comentário:

Temos de olhar para o futuro. Este país tem de apostar na plantação de sequeiro, especialmente a Sul.Além disso, devemos consumir produtos locais, apanhados na sua época. A pera-abacate não beneficia os locais, apenas um produtor.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77031 Tiago Bonniz em 2024-07-09

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77030 Carmo Bandeira em 2024-07-09

Comentário:

A criação de novas oportunidades de emprego e a promoção da sustentabilidade são benefícios claros deste projeto. É vital que seja aprovado para o bem da comunidade e do ambiente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77029 Pedro Augusto Siqueira em 2024-07-09

Comentário:

O projeto do Grupo Aquaterra demonstra que é possível produzir de forma sustentável, preservando recursos naturais e garantindo a viabilidade econômica. Deve ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77027 Ines Bastos em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Exemplo de como recuperar Herdades abandonadas. Parabéns a toda a equipa!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77026 Laura Mendonça em 2024-07-09

Comentário:

Ao dedicar uma grande parte da área total à preservação ambiental, o projeto demonstra um compromisso verdadeiro com a sustentabilidade. É essencial apoiar essa iniciativa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77025 Pedro Alexandre Ruivo em 2024-07-09

Comentário:

Discordo do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo por colocar em perigo as reservas hídricas da zona em que está inserido. Devemos usar os recursos do país numa perspectiva de médio/longo prazo e não de curto prazo, como é o caso deste projeto.

Anexos: 77025_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77024 Mauro Junqueira de Andrade em 2024-07-09

Comentário:

É encorajador ver um projeto que combina práticas agrícolas modernas com a conservação de habitats prioritários. Este equilíbrio é fundamental para o futuro sustentável de Portugal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77023 manuela graca em 2024-07-09

Comentário:

Não concordo com este projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77022 Stella Leventhal em 2024-07-09

Comentário:

A gestão responsável dos recursos hídricos e a preservação dos ecossistemas locais fazem deste projeto um modelo de sustentabilidade. É crucial que seja aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77021 Eliana Junqueira de Andrade em 2024-07-09

Comentário:

A combinação de desenvolvimento agrícola e preservação ambiental neste projeto é exemplar. Precisamos de apoiar iniciativas que demonstram esse equilíbrio.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77019 Fatima Ferreira dos Santos Faria em 2024-07-09

Comentário:

A requalificação de áreas degradadas e a criação de florestas de alto valor ecológico são exemplos brilhantes de conservação ambiental que este projeto promove. Deve ser concretizado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77018 LPN em 2024-07-09

Comentário:

Ex.mo Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. I.PVem a LPN - Liga para a Protecção da Natureza, por este meio, apresentar o ser parecer discordante ao Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo Reformulado. Queira por favor encontrar no documento que se anexa a esta mensagem o nosso comentário ao EIA em consulta pública.Com os melhores cumprimentos

Anexos: 77018_CPUBLICA_ProjAgroFlorestalHMurtaMNReformulado_LPN.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77017 Brigida Neves em 2024-07-09

Comentário:

Uma monocultura, não autónone, como o abacate e em tal intensidade e tamanho, especialmente numa zona já muito susceptível de secas, não faz sentido nem irá ajudar o país que já sofre de falta de água. Discordo veemente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77016 António Ferreira em 2024-07-09

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32, portanto apenas uma redução de 2 furos, são insuficientes para mitigar ou sequer mascarar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, podendo criar problemas sérios de alteração ambiental e ecológica, promovendo até a ocorrência de espécies aquáticas invasoras, sendo que 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar esses potenciais perigos. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição prevista da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, já que a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.Refira-se que, entre os anos de 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e duas de mamíferos numa área de mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo das actuais explorações agrícolas, algo que o projeto só agravaria.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além da própria Reserva Natural do Estuário do Sado, áreas de especial protecção ambiental, dentro das quais qualquer projecto com impactos de alteração do uso do solo deve ser especialmente justificado e a sua implantação avaliada detalhadamente, sob pena de por em perigo todas as relações bióticas e a bióticas que os caracterizam. É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, já que a gestão sustentável dos recursos hídricos é ecológicos é crucial para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida das populações locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77014 Carlos Alberto Alexandre Cabrita em 2024-07-09

Comentário:

Algumas centenas de participações individuais e colectivas, de agricultores a ambientalistas. Destaque para ONGAS como Almargem, GEOTA, SPEA, ZERO... Dunas Livres Proteger Grândola, Alcacer pelo Ambiente...Imensos e de "peso" contra este projecto e em defesa do meio ambiente, colocado em sério risco:- Zonas Húmidas ("Açude Murta") ;- ZEC, • águas subterrâneas ;• biodiversidade em geral.São inúmeros os aspectos negativos e de custos a onerar o interesse público a troco de quê (positivo)?O que tratará de positivo, um projecto que parece ser defendido, por entidades oficiais, como a Câmara Municipal de Alcácer e outras (?).?Cria emprego? Contribui para o auto-abastecimento alimentar? Comércio local? Desenvolvimento local? É vermos outros projectos similares que já decorrem na zona e noutras zonas do Alentejo, Algarve, Espanha, Norte de África, Brasil... é óbvio que não... o modelo é bem conhecido e as suas características principais também. Estamos num contexto global de Alterações Climáticas que implicam com acréscimos de carência hídrica. Este tipo de projectos implicam directamente com o agravar da situação de carência hídrica.Enquadrado com este contexto, Portugal tem compromissos Internacionais, nomeadamente nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Transição Energética , cujo projecto não respeita, nem equaciona. Configura o modelo ultrapassado, posto em prática nas vários regiões à pouco mencionadas e que aproxima Portugal de ser um País de características

"Terceiro Mundistas" e o afasta dos Paises Desenvolvidos, nomeadamente a Europa, o de nos inserimos que aparentemente, tenta liderar a luta pelo Combate às Alterações Climáticas no Mundo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77013 Maria Teresa G Teixeira S Alcobia em 2024-07-09

Comentário:

Porá em causa o consumo de água na região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77012 Joao Salvado em 2024-07-09

Comentário:

Produzir localmente pera-abacate reduz a necessidade de importações e a pegada de carbono associada ao transporte. Este projeto é um passo importante para a sustentabilidade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77011 Inês Luz Lopes em 2024-07-09

Comentário:

O projeto reformulado é uma cosmética do projecto inicial, que não mostra melhorias que justifiquem a sua aprovação e, continua a levantar gravíssimas preocupações ambientais e sociais.Reduzir a área agrícola em 8,8% e diminuir os furos de 34 para 32 são mudanças insignificantes na mitigação dos impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e os 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são

incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.Dado este projecto reformulado não apresentar diferenças significativas face ao projecto inicial (que foi rejeitado) não é aceitável outra decisão que não a rejeição.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77010 Ana Beatriz Dias em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Fixação da população na localidade, produtividade e proteção da natureza.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77009 Muna em 2024-07-09

Comentário:

De acordo com o projeto e iniciativa

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77008 Martim Megre em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Produtividade e proteção da natureza, fixação de população em Alcácer.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77007 David em 2024-07-09

Comentário:

Quando a temática de uma agricultura mais verde e eficiente é abordada, a produção sustentável de abacates acaba por ser um fator crucial nesse sentido.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77006 João Vale em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Salvem o abacate, há falta deste, o que é que vou pôr nas tostas? Queijo e fiambre? Nem pensar!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77005 Fernando Manuel Pereira Rocha Dos Santis em 2024-07-09

Comentário:

Custa-me a aceitar que seja possível e sustentável irrigar toda esta vasta área com base em furos artesianos , reserva estratégica de água para a população . Seria bom saber a opinião das pessoas locais se é este tipo de investimento para junto da sua porta com todos os impactes sociais e ambientais espertáveis . Por último os consumos hídricos apontados em solos arenosos como os ali existentes , levantam-me sérias dúvidas atendendo as produções a atingir .

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77004 António Baião em 2024-07-09

Comentário:

projetos assim são ótimos pra a economia e põe Portugal no mapa

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77003 Matilde Luz Liborio em 2024-07-09

Comentário:

este não presta, é mau para a região. e para o ambiente equilibrado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77002 Jorge Santos em 2024-07-09

Comentário:

Pelo que consegui ver nos documentos vao ser criados alojamentos para os funcionários, quantas mais empresas fazem isto? Trabalho com dignidade, venha ele sff

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77001 Claudia em 2024-07-09

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 77000 Ana Isabel Pereira em 2024-07-09

Comentário:

Discordo completamente de que se transforme numa área agrícola.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76999 Joaquim Manuel Vicente Rodrigues em 2024-07-09

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais. A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda. A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricasO projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria. Pretendo manifestar a minha total discordância deste projeto por forma a eque seja preservada a reserva de água no subsolo e protegido o meio ambiente. A gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76998 Joao Justo em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto agroflorestal combate a desertificação social e ambiental do Alentejo, trazendo inovação e sustentabilidade para a região. Precisamos de mais iniciativas como esta.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76997 Cg em 2024-07-09

Comentário:

Gosto. Muito bom

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76996 Manuel Rio Carvalho em 2024-07-09

Comentário:

Se cumpre os requisitos, e até vai mais além, e além disso beneficia a economia e a população porque não há-se ser aprovado?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76994 Rui Pedro Costinha Libório em 2024-07-09

Comentário:

Não concordo com o projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76993 João Sabback em 2024-07-09

Comentário:

Caros responsáveis pela consulta pública,Gostaria de expressar o meu total apoio ao projeto de cultivo de abacates em Portugal. Compreendo as preocupações acerca do consumo de água, no entanto, é crucial reconhecer que este projeto está a adotar tecnologias de ponta em sistemas de irrigação, garantindo uma utilização eficiente e sustentável dos recursos hídricos.Adicionalmente, a preocupação demonstrada com os habitats naturais e a conservação ambiental é extremamente louvável. A maioria da área envolvida no projeto é florestal e, através desta iniciativa agrícola, a gestão dessa floresta poderá ser otimizada, transformando uma área atualmente improdutiva em um exemplo de gestão sustentável.Acredito firmemente que este projeto pode servir de modelo para a agricultura sustentável em Portugal, equilibrando desenvolvimento econômico com a

preservação ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76992 maria fatima mendes em 2024-07-09

Comentário:

discordo deste tipo de projetos não adaptados as regiões es, ao clima e ao solos, fazendo uso exagerado e artificialmente de recursos naturais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76991 Valeria Pelatti em 2024-07-09

Comentário:

O projeto vai criar muitos postos de trabalho na área de Alcácer do Sal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76990 Luís António Lima Lobo Paquete em 2024-07-09

Comentário:

O projecto continua a ser um atentado ambiental tendo em consideração o volume previsto de consumo de água numa zona que será cada vez mais sujeita a desertificação e escassez de água.Os riscos decorrentes das alterações climáticas e aquecimento global são já sobejamente conhecidos tendo passado aliás da categoria de "risco" (incidências potenciais) para efectivamente se transformarem em problemas reais com impacto real em muitas culturas e ecossistemas.A localização do projecto é uma zona particularmente sensível e há que acautelar a protecção dos recursos assim como a utilização de herbicidas e pesticidas que poderão contaminar aquíferos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76989 Marco Martins em 2024-07-09

Comentário:

Desde que cumpram com os requisitos legais, os abacates são bem vindos, adoro comer ao pequeno almoço.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76988 Amélia Palla em 2024-07-09

Comentário:

A falta de água na zona já é notória, conjuntamente com todo o avanço turístico em breve torna-se numa zona árida e infértil.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76987 marta em 2024-07-09

Comentário:

Os objectivos do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN), nao beneficiam a populacao local, assim com a fauna e flora existente.Tendo em vista a producao de umamonocultura que vai abastecer apenas parte da populacao do algarve, populacao sazonal, as consequencias, descritas no relatorio anexado, tornam este projecto desproporcionado e catastrófico.

Anexos: 76987_participação_abacates_comporta.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76986 Sociedade Portuguesa de Botânica em 2024-07-09

Comentário:

Ex.mos Sr.s,A Sociedade Portuguesa de Botânica considera que o projeto reformulado não se coaduna com os objetivos de conservação definidos para a ZEC Comporta-Galé.Anexa-se o ficheiro "SPBotanica_Parecer_Abacates_HM_MN_projetoreformulado.pdf" que aponta os argumentos desta declaração.Cordiais cumprimentos

Anexos: 76986_SPBotanica_Parecer_Abacates_HM_MN_projetoreformulado.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76985 Manuel em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Exemplo de como recuperar Herdades abandonadas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76984 Ricardo Vaz em 2024-07-09

Comentário:

O Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN), localizado no concelho de Alcácer do Sal, proposto pela empresa Expoente Frugal Lda., do grupo Aquaterra, para produção de pera-abacate é uma verdadeira aberração desde o início e as alterações introduzidas ao projecto, que agora com esta consulta pública se avaliam, não vêm alterar o panorama nem minimizar de forma significativa os impactos desastrosos que este projecto traria à região.Considerando as alterações propostas ao projecto, considero importante referir o seguinte:1. A redução da área de plantação de 722,24ha para 658,44ha não evita a destruição dos valores naturais da ZEC Comporta-Galé e as medidas definidas no Plano de Gestão desta ZEC continuam a ser claramente

---

ignoradas.2.A eliminação de 2 furos e a redução da área de plantação em 63,80ha não elimina o consumo de água totalmente insustentável. As alterações propostas são meramente cosmética e não resolvem um dos grandes problemas de base deste Projecto – NÃO HÁ ÁGUA para sustentá-lo!!! 3.A medida de introdução de plantas de espécies autóctones, nomeadamente espécies características de ambientes dunares consolidados, nos espaços libertos com a redução do compasso de plantação é, no mínimo, estranha. Já testaram a eficácia de sobrevivência destas espécies dunares em linhas de plantação com adubação e rega? Existem evidências científicas de sucesso? Esta parece-me uma medida para ficar bem no papel, mas que não terá sucesso no terreno.4.É sabido que a melhor forma de conservar ecossistemas e espécies é proteger a vegetação existente e promover a regeneração natural. Ao invés de considerar medidas adicionais que envolvem a reprodução por estacaria, plantação e sementeiras de espécies de flora RELAPE e outras espécies dunares, esta deveria ser a estratégia que deveria ser adoptada.5.Quando deixar de haver água para sustentar este Projecto, o que é que o Estado Português pretende fazer? Indemnizar os proprietários com o dinheiro dos contribuintes? Construir dessalinizadoras? Não conseguimos aprender com os erros cometidos no Algarve e no SW Alentejano?Estamos num cenário de Alterações Climáticas, onde a ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, nomeadamente a seca, se estima virem a ser cada vez mais recorrentes, pelo que as culturas de regadio e em particular as que consomem elevadíssimas quantidades de água devem ser reduzidas ao máximo ou totalmente postas de parte. Permitir a implementação deste projecto agrícola é contribuir para a desertificação do Sul de Portugal!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76983 Maria Ines em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Exemplo de como recuperar Herdades abandonadas. Parabéns ao promotor.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76982 Rita Norberto em 2024-07-09

Comentário:

O Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN), localizado no concelho de Alcácer do Sal, proposto pela empresa Expoente Frugal Lda., do grupo Aquaterra, para produção de pera-abacate é uma verdadeira aberração desde o início e as alterações introduzidas ao projecto, que agora com esta consulta pública se avaliam, não vêm alterar o panorama nem minimizar de forma significativa os impactos desastrosos que este projecto traria à região.Considerando as alterações propostas ao projecto, considero importante referir o seguinte:1. A redução da área de plantação de 722,24ha para 658,44ha não evita a destruição dos valores naturais da ZEC Comporta-Galé e as medidas definidas no Plano de Gestão desta ZEC continuam a ser claramente ignoradas.2.A eliminação de 2 furos e a redução da área de plantação em 63,80ha não elimina o consumo de água totalmente insustentável. As alterações propostas são meramente cosmética e não resolvem um dos grandes problemas de base deste Projecto – NÃO HÁ ÁGUA para sustentá-lo!!! 3.A medida de introdução de plantas de espécies autóctones, nomeadamente espécies características de ambientes dunares consolidados, nos espaços libertos com a redução do compasso de plantação é, no mínimo, estranha. Já testaram a eficácia de sobrevivência destas espécies dunares em linhas de plantação com adubação e rega? Existem evidências científicas de sucesso? Esta parece-me uma medida para ficar bem no papel, mas que não terá sucesso no terreno.4.É sabido que a melhor forma de conservar ecossistemas e espécies é proteger a vegetação existente e promover a regeneração natural. Ao invés de considerar medidas adicionais que envolvem a reprodução por estacaria, plantação e sementeiras de espécies de flora RELAPE e outras espécies dunares, esta deveria ser a estratégia que deveria ser adoptada.5.Quando deixar de haver água para sustentar este Projecto, o que é que o Estado Português pretende fazer? Indemnizar os proprietários com o dinheiro dos contribuintes? Construir dessalinizadoras? Não conseguimos aprender com os erros cometidos no Algarve e no SW Alentejano?Estamos num cenário de Alterações Climáticas, onde a ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, nomeadamente a seca, se estima virem a ser cada vez mais recorrentes, pelo que as culturas de regadio e em particular as que consomem elevadíssimas quantidades de água devem ser reduzidas ao máximo ou totalmente postas de parte. Permitir a implementação deste projecto agrícola é contribuir para a desertificação do Sul de Portugal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76981 Rita Russo em 2024-07-09

Comentário:

Projecto que vai reabilitar estas propriedades que estavam abandonadas à muitos anos.Plantarem menos de 30% da área total das propriedades na minha opinião não vai trazer prejuízo ambiental. As compensações ambientais é florestais vão manter os habitats controlados.Vão ser criados postos de trabalho e dinamizar a economia local.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76980 Beatriz cordeiro em 2024-07-09

Comentário:

acho desastroso este projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76979 Maria Nunes em 2024-07-09

Comentário:

O projeto, agora alterado, não se compadece com a escassez hídrica e nem com as exigências subjacentes ao facto de se tratar de terrenos integrados na rede natura. A redução do número de furos e da área de produção agora proposta é insignificante pelo que se mantêm toda a apreensão resultante do projeto inicial. A pressão nos aquíferos mantém-se o que acarreta um risco sério para o abastecimento de água à população e bem assim para as demais atividades já existentes sejam agrícolas, florestais e pecuária. Pelos motivos expostos entendo que o projeto deveria ser chumbado o que se solicita.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76978 Diogo Gomes em 2024-07-09

Comentário:

não concordo com este projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76977 João Silva em 2024-07-09

Comentário:

Bom plano para a região

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76976 Tomas em 2024-07-09

Comentário:

Finalmente um projeto que busca equilíbrio, trazendo técnicas modernas de sustentabilidade e rentabilidade de longo prazo, trazendo empregos e investimentos para uma região tão necessitada de ambos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76975 beatriz Ferreira em 2024-07-09

Comentário:

não concordo com este projeto porque destroí o habita pelo excesso de consumo de agua.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76974 Allegra em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto é uma oportunidade para o desenvolvimento económico local e valorização da região - uma referência de produção de abacate de alta qualidade em Portugal.Além disso, a utilização de sistemas de rega modernos e outras técnicas agrícolas sustentáveis viabilizam uma produção mais eficiente e amiga do ambiente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76973 Nídia Domingues em 2024-07-09

Comentário:

Discordo totalmente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76972 MC em 2024-07-09

Comentário:

O projeto tem em consideração a preservação da água contribuindo para uma produção agrícola sustentável! Deve ser aprovado!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76971 José Silva em 2024-07-09

Comentário:

Finalmente um projeto que contribui para o fim dos incêndios! Ao contrário de muitos outros projetos na zona e pelo país fora, este contribui para o desenvolvimento da região, economia e protege os ecossistemas. Um exemplo de projeto a aprovar!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76970 Ana Alcobia em 2024-07-09

Comentário:

Como recente moradora do Concelho de Alcácer do Sal, estou profundamente desiludida com este projecto que vai danificar de forma irreparável tudo o que me fez escolher esta zona para a minha família: o respeito pela fauna e flora e a necessidade de um equilíbrio (que aqui passa a ser quase moral) de respeito pela sustentabilidade e preservação da natureza.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76969 Ronaldo C Silva em 2024-07-09

Comentário:

Agrofloreeta Sempre!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76968 Gt em 2024-07-09

Comentário:

Gosto da proposta

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76967 Ana em 2024-07-09

Comentário:

Projeto que deve ser aprovado, parabens ao promotor, por conseguir criar mais postos de trabalho e permitir recuperar herdades abandonadas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76966 Ricardo G em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Finalmente um projeto sem depender de dinheiros públicos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76965 Ht em 2024-07-09

Comentário:

Excelente proposta

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76964 Henrique Ruiz Vasconcellos em 2024-07-09

Comentário:

É um projecto que concilia agricultura de precisão, uso eficiente da agua (sem os desperdícios que vemos ao sul), e conservação florestal da maioria da herdade. Portugal caminha na direção certa com a aprovação desse projecto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76963 Pedro Cruz em 2024-07-09

Comentário:

Não concordo com a utilização dos recursos naturais que são escassos para a cultura intensiva de produtos que não são bens essenciais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76962 Rj em 2024-07-09

Comentário:

Boa proposta

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76961 Frederico Vieira em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto é um exemplo inequívoco de valor acrescentado para a região e para o país. Cria casas para trabalhadores, armazéns na zona industrial e ainda agricultura, que tão importante é para o país. Para além disso, projege a floresta e zonas de valores naturais. Deve ser aprovado este projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76960 Maria João Coelho em 2024-07-09

Comentário:

Em cenários de escassez hídrica, não são aceitáveis projetos que reforçam essa tendência.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76959 Arlete e Silva em 2024-07-09

Comentário:

A água é Vida, é Sagrada e é necessário uma boa gestão desse precioso recurso. A monocultura não é sustentável e não faz sentido projetos desta dimensão e impacto poderem ser autorizados... Existem alternativas para que o impacto ambiental seja benéfico ou pelo menos não tão negativo e focado na produção intensiva e no consumo desinformado ...

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76958 Ana Vaz Pato em 2024-07-09

Comentário:

Subscrevo o parecer elaborado pela Associação Dunas Livres e que junto em anexo.

Anexos: 76958_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76957 Francisco Salgado em 2024-07-09

Comentário:

Este projecto tem uma escala gigante e não há qualquer respeito pela quantidade de recursos hídricos disponíveis.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76956 Miguel Rodrigues em 2024-07-09

Comentário:

Visto que habito nesta área relativamente á 40 anos e nunca nada foi feito ,deixando estas terras ao abandono e sem serem cultivadas tornando-se terras de ninguem onde fogos e mato florestal é quem toma conta delas!Acho muito bem e agrada-me bastante alguem investir em áreas de agricolas criando postos de trabalho !Nem todos podemos viver de turismo,e ja existe bastante nesta zona,certamente temos que comer e para isso temos que cultivar aproveitar essa agua que corre de muitos ribeiros e nascentes diretamente para o rio Sado sem que nem uma gota seja aproveitada !

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76955 Daniel Otranto em 2024-07-09

Comentário:

Concordo com o projeto. Do ponto de vista ambiental, o projeto representa uma mais valia enorme. Não podemos ser dependentes de importação para abastecer o mercado nacional, e o consumo de abacates só aumenta. Esse abacate importado do Quenia, Colombia, Chile ou Mexico, emitem uma quantidade altissima de CO2 para chegar aqui, fora os problemas locais de desmatação e braquamento de capital de narcotraficantes, como o caso mexicano!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76954 Inês Ferreira em 2024-07-09

Comentário:

A dimensão do reformulado Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo continua excessivamente grande para os recursos disponíveis, especialmente considerando os impactos cumulativos no uso do solo e na disponibilidade de água. Há um total de 22 projetos agrícolas, industriais e turísticos a exercer pressão nesta zona, não sendo aceitável aumentar ainda mais essa pressão. A instalação de outra monocultura intensiva com grandes necessidades de água e aplicação de agroquímicos representa uma ameaça significativa ao ambiente natural e à sustentabilidade na região de Alcácer do Sal e restantes municípios dependentes do sistema aquífero para o abastecimento público e agricultura de sequeiro. A pressão adicional sobre os recursos hídricos, a destruição de habitats críticos e a incompatibilidade com metas de conservação estabelecidas levantam sérias dúvidas sobre a viabilidade e a responsabilidade ambiental do projeto, pelo que a Proteger Grândola considera que o mesmo não deve ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76953 Fernando antunes Amaral em 2024-07-09

Comentário:

Como mestre em Antropologia Visual tenho acompanhado por perto o resultado destas explorações na qualidade de vida dos pequenos e medios agricultores locais e a população rural que está dependente de ter água nos lençois freáticos. as mega explorações não biológicas têm um teor de contaminação que nunca o estado português conseguiu tomar conta pois ele mesmo diz que não tem meios para fiscalizar. o que se passou e passa na costa vicentina e em lagos (abacates frutineves) deve servir de exemplo para dar parecer negativo a este tipo de abordagens agricolas que são o oposto do que diz a recente lei europeia de restauro da natureza e assim as comunidades locais. discordo completamente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76952 Natacha Alybay em 2024-07-09

Comentário:

Parabéns! Um projeto inteligente, com criação de empregos e amigo do ambiente!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76951 Joao Martinho em 2024-07-09

Comentário:

Discordo pelo elevado consumo de agua necessário a produção de pera abacate.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76950 Teresa Nogueira em 2024-07-09

Comentário:

Junto envio participação

Anexos: 76950_participaÃ§Ã£o_abacates_comporta.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76949 INM em 2024-07-09

Comentário:

Uma boa parte das áreas protegidas do mundo e em Portugal encontram-se localizadas em meios rurais. Os agricultores transformaram-se nos jardineiros da natureza e os rurais nos guardioes do ambiente e da paisagem sem qualquer remuneração. Sim a remuneração é distribuída por Associações, protetoras da natureza e inumetos projetos LIFE que resultam em nada. Este projeto deve ser reconhecido como um bem comum.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76948 Miguel em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto é um exemplo do uso sustentado da água, e da conservação do que importa. Deve ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76946 Marta em 2024-07-09

Comentário:

Há muitos estudos científicos que com provam como a àgua é um recurso escasso essencial para as necessidades dos cidadãos e pequenos produtores, r não deve ser desperdiçada em projetos não essenciais para os direitos e deveres humanos. É fundamental racionar o acesso a este recurso e impedir a sua usurpação por grandes exploradores.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76944 Leontina Pires em 2024-07-09

Comentário:

Discordo completamente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76943 Miguel Almeida em 2024-07-09

Comentário:

Crucial reavaliar este projeto e impedir que se cometa um erro crasso que desequilibre os nossos recursos hídricos e uma zona protegida que devia estar livre de negociatas de turismo e agricultura.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76942 Miguel Ângelo da Silva Pereira Espada em 2024-07-09

Comentário:

Tendo em conta as explorações agrícolas de grandes dimensões já existentes na região, as unidades hoteleiras já instaladas e em construção sou da opinião que a pressão sobre os recursos hídricos é enorme, tendo em conta que se trata de uma região até à bem poucos meses em Seca Severa. Desta forma discordamos do Projeto apresentado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76941 Christina Villax em 2024-07-09

Comentário:

Mesmo reformulado, o Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo irá aumentar a pressão sobre os recursos hídricos na região, irá contribuir para a destruição da biodiversidade e é incompatível com metas de conservação estabelecidas. A instalação de uma monocultura intensiva de frutos subtropicais, com grandes necessidades de água e aplicação de agroquímicos, em plena Rede Natura 2000 não deve ser permitido. É urgente uma avaliação rigorosa dos efeitos ambientais cumulativos de todos os projetos agrícolas já existentes bem como uma fiscalização rigorosa das captações de água. Os efeitos devastadores da agricultura de regadio intensiva e captação excessiva de àgua estão bem a vista no país vizinho, na região do Donaña. Não podemos permitir que o mesmo aconteça aqui.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76940 Rui Duarte em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto tem graves consequências para a qualidade de vida futura dos residentes, numa zona já de si muito sensível a nível hídrico

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76939 Anabela M L F E Blofeld em 2024-07-09

Comentário:

No âmbito do procedimento de consulta pública do Projeto Agroflorestal da Herdade das Murtas e Monte Novo, venho expressar a minha veemente discordância com o projeto e com o respetivo Estudo de Impacto Ambiental, considerando que este deve ser rejeitado.

Anexos: 76939_Parecer EIA Herdades da Murta e de Monte Novo Geota.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76938 João Pedro Oliveira em 2024-07-09

Comentário:

Representa um uso abusivo e injustificado de recursos naturais. Contraria todos os princípios de gestão sustentável do território.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76936 Luis em 2024-07-09

Comentário:

Discordo totalmente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76935 João Ramalheira em 2024-07-09

Comentário:

O projeto trata de uma produção intensiva de abacates correspondendo a cerca de 734 campos de futebol.Esta plantação é lesiva para o concelho destruindo flora e fauna tradicionais aumento de moscas e odores desagradáveis e elevado consumo de água num período preocupante de seca que o nosso país atravessa

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76934 Caio Garcia em 2024-07-09

Comentário:

O projecto tem todo meu apoio. Fui buscar nas entrelinhas qualquer falha. Me parece impecável. Alcácer (e Portugal como um todo) precisa de mais projectos como esse. Vou ficar feliz em comer um abacate português e não ter que consumir produtos chilenos, colombianos, keynianos, que emitem uma quantidade enorme de CO2 para chegar as prateleiras dos mercados nacionais! VIVA A AGRICULTURA PORTUGUESA!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76933 Ben Petkev em 2024-07-09

Comentário:

O projeto da Aquaterra em Alcácer do Sal combina agricultura sustentável com a conservação de mais de 50% da terra, promovendo empregos e proteção ambiental. Este tipo de iniciativa inovadora e financeiramente sustentável deve ser aprovado para o benefício da nossa região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76932 Ana Catarina Casal Amaro Júlio em 2024-07-09

Comentário:

Ótimo projeto para a região! Promove o emprego e conserva o ambiente. Parabéns pela iniciativa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76931 Rodrigo Jacinto em 2024-07-09

Comentário:

Um bom projeto no qual irá desenvolver a criação de muitos postos de trabalho no nosso concelho. Com o desenvolvimento deste projeto também as empresas sediadas na nossa zona na área da agricultura irão ser beneficiadas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76930 DAVID COELHO em 2024-07-09

Comentário:

Sendo o abacate uma fruta muito bebefica para a saude, poderia assim reduzir o preço que consumidaor paga, uma vez que não seria necessário a importação do mesmo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76928 Filipa Sena Nunes em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto apresenta-se como diferenciador face aos demais. Paralelamente cria novos postos de trabalho e promove a conservação da fauna local.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76927 ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável em 2024-07-09

Comentário:

Chamamos a atenção de V. Ex. para o parecer da ZERO, em anexo.Com os melhores cumprimentos

Anexos: 76927_Parecer ZERO - Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76926 Maria Manuela Meireles de Carvalho em 2024-07-09

Comentário:

Não concordo, que na bacia hidrográfica mais seca do país se continuem a fazer empreendimentos desta dimensão não acautelando o ambiente.Estão a destruir as zonas naturais numma área protegida tendo em conta APENAS questões de lucro fácil

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76925 Sara Alberto em 2024-07-09

Comentário:

Irá gerar vários postos de trabalho.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76924 CELIA FILIPA em 2024-07-09

Comentário:

Concordo com a plantação visto que vai trazer o aumento de empregos para a regiao, e a produção nacional reduz a necessidade de importação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76923 Frederico Garcia de Blanes Bernardes Coelho em 2024-07-09

Comentário:

Discordo da nova proposta para as Herdades de Murta e Monte Novo do grupo Aquaterra/Expoente Frugal Lda. Os motivos são a dimensão da plantação, 658,44 h, e o número de captações de água, 32 furos; pois estamos diante de uma região bastante sensível a nível dos recursos hídricos sendo que este quadro tende a agravar-se devido às alterações climáticas.
De acordo com o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), se a atual proposta avançar esta irá acarretar um risco sério de seca do açude da Murta; um importante polo de biodiversidade (Rádio Campanário, 09/07/2024). Além disto a atual proposta coloca em risco os recursos hídricos desta região uma vez que irá exercer uma forte pressão sobre os aquíferos da zona das herdades de Murta e Monte Novo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76922 Inês Filipa Estriga Branco da Silva em 2024-07-09

Comentário:

Não concordo com a autorização deste projecto, tendo em conta a situação de seca com que o Alentejo se depara. Desperdiçar recursos que deveriam ser guardados e geridos para que não falte água para consumo dos habitantes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76921 Filipe Ferreira em 2024-07-09

Comentário:

Nos últimos 40 anos é gritante o aumento da dependência de importações do nosso país para o setor alimentar, só temos conseguido exportar turismo e alguma indústria. Que este projeto avance e inspire muitos outros

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76920 Joao Salvado em 2024-07-09

Comentário:

Toda a gente quer ser saudavel e comer abacate, mas plantá-lo que o plantem la na terra dos outros... Vivemos no mesmo planeta, ao virem da nossa terra estamos a poupar o planeta pois gastamos menos em transporte, não percebem?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76919 Rosa Xavier em 2024-07-09

Comentário:

A produção agrícola planeada implica um consumo hídrico não sustentável. A destruição de habitats em toda a extensa área do projecto provoca uma perda de biodiversidade e desequilíbrios nos ecosistemas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76918 Tagis - Centro de Conservação das Borboletas de Portugal em 2024-07-09

Comentário:

No âmbito do procedimento de consulta pública sobre a Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN), o Tagis - Centro de Conservação das Borboletas de Portugal, organização não governamental de ambiente e associação sem fins lucrativos, vem por este meio opor-se à realização deste projeto de monocultura de pera-abacate de regadio intensivo.

Anexos: 76918_Parecer para Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal HM-MN - Tagis.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76917 Andreia Santos em 2024-07-09

Comentário:

Eu estava preocupada acerca do consumo de água, mas vi que o projeto utiliza as melhores praticas de irrigação e é um tema que eu tenho amplo domínio. Quem dera se todos os projetos tivessem essa preocupação com a nossa água!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76916 Rui em 2024-07-09

Comentário:

Um projecto com alto valor acrescentado para a região e para as populações locais e que não põe em causa os recursos naturais. Objectivamente parece não haver razões para não ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76915 Bernardo Autran em 2024-07-09

Comentário:

Eu gostei muito do projeto. Acho que Portugal precisa estimular projetos como esse, geradores de emprego, alimentos, e protetores do meio ambiente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76914 Diana em 2024-07-09

Comentário:

Discordo com a aprovação e execução deste Projecto, pois considero que é prejudicial para os ecossistemas bem como para a população da região, já que agrava o problema de seca já existente na mesma. Anexo documento com o Parecer da Associação Dunas Livres, pois os argumentos aí apresentados sustentam e explicam os motivos da minha discordância relativamente a este Projecto.

Anexos: 76914_Parecer para 2a Consulta Puì•blica da Reformulacì§aì□o do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76913 João Daim em 2024-07-09

Comentário:

Eu sou muito a favor. A única diferença do abacate para laranja é que o abacate consome menos água e gera mais rentabilidade. Por isso tantas críticas!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76912 Bibi Nazi em 2024-07-09

Comentário:

A proposta da Aquaterra para Alcácer do Sal é inovadora e essencial para o desenvolvimento sustentável da região. Destinar mais de 50% da terra à conservação ambiental demonstra um compromisso extraordinário com a natureza. Além disso, o projeto promove a agricultura sustentável, gerando empregos e fortalecendo a economia local. É raro ver um projeto tão bem planejado e financeiramente sustentável, que integra crescimento econômico e proteção ambiental de forma tão eficaz. Este tipo de iniciativa merece todo o apoio e deve ser aprovado para garantir um futuro próspero e equilibrado para a nossa comunidade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76911 Jose Lopes em 2024-07-09

Comentário:

Um projecto privado que fará um uso sustentável dos recursos hídricos, com salvaguarda da biodiversidade e ainda com recuperação da floresta, e ainda dinamiza a região, só tem que ser aprovado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76910 Maria Amaral em 2024-07-09

Comentário:

Sou absolutamente contra tudo o que está a ser feito na zona indicada e em outras similares, que vai contra o património natural do país mais ainda na medida em que constitui um atropelo à rede natura e à legislação do país. Não vejo qualquer benefício no projeto. A monocultura é prejudicial e vai destruir o património natural da zona.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76909 Maria Isabel Lopes Moura Teixeira em 2024-07-09

Comentário:

No âmbito do procedimento de consulta pública do Projeto Agroflorestal da Herdade de Murta e Monte Novo reformulado, venho expressar a minha veemente discordância com o projeto e com o respetivo Estudo de Impacto Ambiental, considerando que este deve ser reprovado. A empresa Expoente Frugal, Lda. do grupo Aquaterra.farm pretende implantar 658,44 ha de abacate nas Herdades de Murta e de Monte Novo em Alcácer do Sal onde se situa o Açude da Murta, um spot de biodiversidade que fornece água doce a inúmeras espécies de avifauna e mamofauna. Este açude está integrado em Zona de Protecção Especial (ZEP) da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta-Galé da Rede Natura 2000.

Anexos: 76909_No âmbito do procedimento de consulta pública do Projeto Agroflorestal da Herdade de Murta e Monte Novo reformulado IM.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76908 Lia em 2024-07-09

Comentário:

Concordo com a dinamização do cultivo do abacate pelos enormes beneficios do mesmo com o aproveitamento dos solos desaproveitados, o aumento da empregabilidade, dinamiza a economia uma vez que reduziria a necessiadade de importação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76907 Walter Bannasch em 2024-07-09

Comentário:

o projeto prejudica o ambiente e, consequentemente, as gerações futuras !

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76906 Felipe Maia em 2024-07-09

Comentário:

Ola, projetos como esse são uma mais valia para toda a população portuguesa. Geração de empregos com responsabilidade ambiental é muito importante e necessário. Espero que o projeto avance.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76905 Maria Martins em 2024-07-09

Comentário:

Projeto com bastante potencial no sector agrícola

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76904 Daniel Teixeira em 2024-07-09

Comentário:

O projecto cumpriu tudo o que foi requerido e foi até mais além do que legalmente requerido, nas áreas de preservação florestal. Além disso vão utilizar técnicas sofisticadas para garantir uma utilização sustentável dos recursos hídricos e florestais. Irá gerar emprego e dinamizar a região e tudo isto sem ter recorrer a fundos públicos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76903 MARIANA COELHO em 2024-07-09

Comentário:

As plantações de abacates promovem a utilização de terrenos desaproveitados e fomentam a criação de postos de trabalho, é assim muito importante para a região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76902 Helder sousa em 2024-07-09

Comentário:

É um projeto de carater positivo com elevado impacto social e economico.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76901 Gabriella Rebecchi em 2024-07-09

Comentário:

Não poderia ser mais favorável. Já estive nessas herdades e é triste ver que estao altamente degradas há decadas, principalmente o açude da murta. Projetos como esse significam a viabilidade agroflorestal para a área. 100% a favor

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76900 Maria Antunes em 2024-07-09

Comentário:

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua totaldiscordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamentedanoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024,contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeiraiteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Anexos: 76900_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76899 Guilherme Alecastro em 2024-07-09

Comentário:

100% a favor. Agricultura + Floresta + Empregos. É o que precisamos em Alcacer

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76898 Julia Faria em 2024-07-09

Comentário:

Eu não poderia ser mais favorável a esse projecto. Eu cheguei aqui através de um post do "Dunas Livre", e estava a imaginar que era um projecto péssimo ao meio ambiente. Tirei parte do meu dia para estudar o projeto. Tenho bastante experiência no setor ambiental, e as críticas parecem não fazer o menor sentido. Primeiro que divulgam números que não são fidedignos acerca do consumo d'agua. Segundo, que para viabilizar uma floresta bem gerida na regiao é preciso adicionar um componente produtivo, uma vez que os pinhais da regiao sao altamente improdutivos (não geram pinha, e a madeira não é para corte). Qual destino dessa área se nao o proposto? Virar condomínios de luxo, como a Herdade Montalvo, com altíssimos consumos d'água? Deixei de seguir o Dunas Livre após perceber o seu modus operandi.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76897 Mariana Colaço Veríssimo em 2024-07-09

Comentário:

É importante a conservação dos recursos hídricos num país afetado por secas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76896 Ana Tomás em 2024-07-09

Comentário:

O projeto reformulado continua a representar uma séria ameaça para os recursos hídricos e para a biodiversidade da região. A redução da área agrícola não é suficiente e a mudança no espaçamento entre as linhas de plantação continua a impactar de forma muito negativa as espécies de aves nativas, já que as folhas e casca dos abacateiros são letais para as mesmas. Encontram se na região de Reserva Natural do Estuário do Sado aves e mamíferos protegidos e únicos.O consumo de água que esta plantação exige, que permanece muito elevado apesar da redução da área, compromete o abastecimento de água às populações numa região já muito afetada pela seca. É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76895 Daniel Abramovich em 2024-07-09

Comentário:

É projeto que DEVE ser aprovado. Estamos a falar de produtividade alimentar aliada a proteção da natureza e empregos para Alcácer! Portugal precisa caminhar nessa direção!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76894 André Fernandes em 2024-07-09

Comentário:

Ótimo projeto, com muito potencial para criar emprego e ao mesmo tempo promover a preservação da fauna local!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76893 Ana Teresa Calado em 2024-07-09

Comentário:

DISCORDO

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76892 Maria Teresa de Melo Guyot em 2024-07-09

Comentário:

A região não é adaptada à produção de pêra abacate, pelo que o projeto no Concelho de Alcácer do Sal deve ser abandonado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76891 Helena Isabel Romão Ferreira em 2024-07-09

Comentário:

Não concordo com o proposto porque vai mexer com a reserva hídrica e o futuro de alcácer do Sal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76890 Gabriel Moreira em 2024-07-09

Comentário:

Trabalho com meio ambiente há 2 décadas e da minha experiência um projeto como o proposto é fundamental para o desenvolvimento sustentável de Alcácer. Estamos a falar de segurança alimentar aliada a conservação dos pinhais existentes. E como sabemos, são pinhais não produtivos. O promotor está de parabéns!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76889 Alberto em 2024-07-09

Comentário:

As técnicas de irrigação modernas reduzem o consumo de água, demonstrando o compromisso deste projeto com a sustentabilidade ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76888 Geoffrey Blofeld em 2024-07-09

Comentário:

Nao concordo.

Anexos: 76888_Parecer EIA Herdades da Murta e de Monte Novo Geota.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76887 Marilia Lopes em 2024-07-09

Comentário:

Num país onde a discussão dos recursos hídricos é mais premente que nunca projetos deste tipo são inaceitáveis. É de lamentar que o concelho de Alcácer do Sal e as suas governantes tenham já autorizados alguns projetos que lamentavelmente irão ter impacto negativo no futuro. Perante o projeto em apreço, só posso manifestar a minha indignação pelo total desrespeito que a sua eventual aprovação representaria perante o grave problema que a escassez do recurso ´"água" já enfrenta nos nossos dias na região onde o projeto em consulta pública se pretende inserir e que se agravará no futuro, agravamento que, nessa circunstância, seria acelerado pela sua enorme dimensão, colocando em risco a utilização primordial desse recurso - o consumo humano direto.Não ponho em causa a forte necessidade de investimento privado no nosso País, mas entendo que o mesmo se deve subordinar ao interesse público fundamental, onde manifestamente

---

uma boa gestão da água é de capital importância. Alcácer do Sal precisa de investimentos que sejam diferentes e construam um futuro melhor para os habitantes. Quando a água acabar, o que será das populações de Alcácer do Sal? Teremos os camiões a levar agua às populações? Projetos megalómanos deste tipos são claramente inaceitáveis e mostram o total desrespeito por um bem fundamental para o nosso Futuro - a Água!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76886 Lígia Oliveira em 2024-07-09

Comentário:

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. I.P. ,Venho por este meio partilhar os seguintes aspectos, os quais espero que tenha em conta aquando da sua decisão:1, A ameaça das alterações climáticas, com a qual as decisões futuras devem ser tomadas. Tendo em conta um dos cenários de aumento de temperaturas colocar Lisboa ao nível de Casablanca atual em 2050—dentro de 26 anos—, apelo a que os recursos hídricos de um território ameaçado pela seca, desertificação, e aumento de temperaturas atuais sejam tidos em conta nas decisões presentes, e futuras. Nesse sentido, a produção de uma espécie como a pera-abacate, importada e não adaptada às realidades da combinação temperatura+água do nosso território, atuais e futuras, irá contribuir negativamente para a pressão sobre os aquíferos existentes.2, O impacto deste uso de água, aliado à monocultura do projeto, potencialmente contribuem também para o empobrecimento da qualidade do solo, facilitando a sua desertificação—mais de 50% dos solos portugueses são já afetados pela desertificação.3, E por fim, a ameaça sobre a biodiversidade local pré-existente, amplamente dependente dos recursos hídricos locais sobre os quais este projeto influirá.Em alternativa, precisamos de projetos que sejam regeneradores locais: em termos do território físico e social, do meio-ambiente e do impacto sobre as outras espécies. É possível uma agricultura regenerativa nesse sentido, existindo já diversas práticas que promovem estes eixos de desenvolvimento local, integrados nos 17 SDGs da ONU, sem no entanto terem baixa rentabilidade produtiva. É possível, e espero que tome a decisão nesse sentido, para o bem de todos, os de agora e os nossos descendentes. Para quem possam usufruir de um Alentejo seguramente diferente, mas tão belo e rico como o ainda é.Grata pelo interesse e atenção.Atentamente,

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76885 Gabriel Junqueira Ribeiro em 2024-07-09

Comentário:

O projeto reafirma o seu compromisso com a sustentabilidade hídrica através de uma gestão cuidadosa e responsável dos recursos hídricos, bem como através de duas importantes medidas de minimização: disponibilização de banco de captações de água subterrânea para reserva dos três polos de captação de água pública da AGDA para consumo humano e realização de um estudo de acompanhamento do aquífero.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76884 Antonio Casares em 2024-07-09

Comentário:

A utilização de práticas agrícolas sustentáveis e a minimização do uso de produtos químicos nocivos reduzem os riscos à saúde associados à agricultura intensiva. Este projeto demonstra um compromisso com a saúde pública e a segurança alimentar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76883 Celia em 2024-07-09

Comentário:

É uma mais valia para a economia do pais

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76882 Sofia Serra em 2024-07-09

Comentário:

Abuso de recursos naturais escassos na região, isto não devia ser aprovado. A região do Alentejo passa uma grande seca e isto só vai piorar a disponibilidade de recursos que já são escassos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76880 Joao Valentim em 2024-07-09

Comentário:

É de extrema importancia que projectos como esse que unem emprego+alimentos+preservacao ambiental. Alcacer precisa disso!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76879 Mara Lisa em 2024-07-09

Comentário:

Com um país em seca, como é possível uma proposta para uma cultura que exige tanta água?!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76878 Ricardo Nunes em 2024-07-09

Comentário:

Além de gerar receitas importantes, a iniciativa criará novos postos de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento económico local.Adicionalmente, este projeto estratégico irá garantir que ocupemos um nicho de mercado lucrativo, impedindo que outra empresa estrangeira tome a dianteira. Para além disso, todos os requisitos estão preenchidos, promovendo-se a sustentabilidade ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76877 Afonso Rocha em 2024-07-09

Comentário:

Não concordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76876 Sofia em 2024-07-09

Comentário:

Concordo que haja uma reformulação

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76875 Rita Marques em 2024-07-09

Comentário:

Mais postos de trabalho e crescimento da economia

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76874 Leonor Marques em 2024-07-09

Comentário:

Vão trazer mais postos de trabalho.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76873 Rita de Rezende Brites em 2024-07-09

Comentário:

Justificação :O gasto excessivo de água numa região já de si carenciada deste recurso.A cultura intensiva de apenas um produto vai desgastar o solo e não é claro que benefício/ s trará para a região /país.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76872 Margarida Souane em 2024-07-09

Comentário:

Devem abandonar o projeto que prejudica os recursos hídricos da zona

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76871 Ignacio Baigorri em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto traz uma mudança positiva para Alcácer do Sal, combinando desenvolvimento econômico com conservação ambiental. É extraordinário ver um projeto em que mais de 50% da terra é destinada à conservação, mostrando um compromisso real com o meio ambiente. Ao integrar agricultura sustentável e proteção dos habitats naturais, cria empregos e preserva recursos para futuras gerações. A dedicação da Aquaterra em usar recursos próprios para a conservação é louvável e garante a sustentabilidade financeira do projeto. Precisamos desse tipo de iniciativa para garantir um crescimento equilibrado e sustentável. Aprovado!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76870 Ana Mafalda Simões Salgado em 2024-07-09

Comentário:

A monoculturas são uma das grandes Causas de desflorestação; perda de bio-diversidade e consequente aumento de SECAS, fogos, Pragas e CONSUMO RIDÍCULO de água! Fim às Mono-Culturas. Bem vinda a AGRO-FLORESTA / FLORESTAS SINTRÓPICAS. Se for um ou outro abacateiro Junto de compostos orgânicos e MISTURADOS COM MIL Espécies Arbóreas, então aí sim. Se a cada metro e meio tiver 1 Árvore autóctone e está variar. Então Ok a algumas exóticas controladas pelo meio. Agora campos todos limpos para 1 exploração intensiva de abacate: Será só dar cabo + Rápido do Planeta. Será que ninguém aqui do "Participa" sabe ou já viu uma agricultura regenerativa ou de Agro- Floresta? Saúde. (Se nos deixarem!) Ps. Posso fazer consultoria a custo baixo se essas empresas não conhecem nada disso!..

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76869 Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves em 2024-07-09

Comentário:

Assunto: Parecer da SPEA sobre o EIA do REFORMULAÇÃO DO PROJETO AGROFLORESTALDAS HERDADES DE MURTA E MONTE NOVO REFORMULADO (HM-MN-R)Exmo. Sr. Presidente da CCDR - Alentejo,No âmbito da consulta público do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo reformulado (HM-MN-R), vem a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) apresentar o seu parecer.negativo

Anexos: 76869_Parecer_HM_MN_SPEA_20240709.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76868 Vanda Fidalgo em 2024-07-09

Comentário:

Inadmissível

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76867 Carmo Moser em 2024-07-09

Comentário:

A produção extensiva de pera abacate em zonas do pais onde há falta de água, é de enorme falta de consciência ambiental,

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76866 ana Horta em 2024-07-09

Comentário:

Exmº Sr. Presidente da CCDR AlentejoVenho por este meio, enquanto cidadã e habitante da freguesia de Comporta, manifestar a minha opinião sobre a reformulação do projeto agroflorestal para as herdades de Monte-Novo e Murta, neste município, promovido pela Expoente Frugal Lda.A minha posição é totalmente contrária à execução do projeto apresentado, posição essa que passo a fundamentar.Quando comparamos a formulação inicial e a versão reformulada do projeto, percebemos que a área de exploração, bem assim como o consumo expectável de água, baixaram na ordem dos 9 por cento e, das 34 captações iniciais, apenas foram anuladas duas.Assim, ao nível do consumo de água, os impactos são ainda “considerados significativos”.O documento aprecia que estes terão um reflexo apenas local, num primeiro ano de exploração, mas abstém-se de fazer uma análise mais alargada, para além de não explicar como pode garantir um impacto, no geral, dentro dos “limites da propriedade” e apenas no que toca à quantidade e não à qualidade. Não explica como assegura que a qualidade não baixará com a redução do nível ou com a introdução no solo dos fertilizantes previstos.O projeto prevê a total afetação da vegetação nos 734,48ha, com a destruição completa do coberto vegetal, com a “desarborização, desmatação e a decapagem” integral, o que o próprio documento assume como um “impacto negativo, certo, direto e permanente” de “magnitude elevada” e, embora se afirme que este poderá ser reversível, não se refere como tal pode ocorrer, e com que custos, ambientais e financeiros.Assume-se, igualmente, a destruição de espécimes de flora nos mesmos termos, mas de magnitude “moderada”, embora de “elevada significância, dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação”.Assume-se ainda a “perda de habitats” e a “exclusão de espécies”, com especial incidência na avifauna.As medidas de minimização e/ou valorização para a total destruição do coberto vegetal seriam, no mínimo, risíveis, se não fossem trágicas. Planeia-se plantar algumas das espécies destruídas e

protegidas por lei entre as fileiras de abacates, em zonas de passagem de trabalhadores e maquinaria, e pretende-se substituir a total aniquilação do habitat por caixas-abrigo e amontoados de pedras, onde se imagina que as aves desalojadas se possam instalar.Desconhecem-se quais as medidas de mitigação para o impacto desta exploração no aquífero, porque estas não constam do documento. Apesar de a empresa ir ao encontro dos máximos apontados pela AIA, o projeto ainda vai utilizar um total previsto próximo dos 4 biliões de litros de água por ano, um valor totalmente incomportável numa região que, ciclicamente, já enfrenta problemas de seca severa, o que implica dificuldades na manutenção das espécies agrícolas e florestais já existentes e no consumo humano, devido à ausência de pluviosidade, que possa contribuir para aumentar as reservas, quer as de superfície, quer as subterrâneas.Tudo isto se perspetiva em zonas legalmente protegidas precisamente devido aos habitats e demais valores naturais presentes.A existência dessas proteções legais, por si só, deveria afastar qualquer hipótese de implantação de um projeto com este tipo de impactos, tanto mais que o número de empregos permanentes que cria é diminuto e não qualificado, não estando, portanto, em causa, um projeto que represente um desenvolvimento equilibrado ou estratégico para a região.Trata-se, sim, de um projeto cujos consumos de água previstos poderão colocar em causa a prevalência das espécies autóctones e o próprio consumo humano de água, que se preconiza para uma região já extraordinariamente pressionada por outras unidades de exploração agrícola, cujos efeitos cumulativos ainda se desconhecem, onde se anunciam novos campos de golfe e a manutenção da pressão urbanística e turística, com o seu aumento de camas. Assim, face ao exposto e aos demais dados disponíveis, reitero a minha total oposição à implantação do projeto agroflorestal para as herdades de Monte-Novo e Murta, nos termos apresentados.Cabe às entidades públicas - ao Estado - defender as populações e os territórios contra este tipo de ameaças. Esta é uma oportunidade de o fazerem, dando um parecer negativo a este projeto.Com os melhores cumprimentos,

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76865 Henrique Salema de Carvalho e Silva em 2024-07-09

Comentário:

O ajustamento efetuado ao projeto original constitui mera cosmética - um ajustamento de 10% na área e a redução de apenas 2 furos - e continua a ser uma enorme ameaça para o Conselho e para o meio ambiente, na medida em que:- Coloca em real perigo a sustentabilidade do recurso "água";- Constitui uma desflorestação inaceitável;- Uma enorme ameaça para a fauna natural, colocando em risco espécies em extinção;- vai trazer ainda mais moscas para a zona.Ser responsável e conscientes relativamente ao ambiente e aos recursos naturais é obrigatoriamente ser contra este projeto. Henrique salema de Carvalho e Silva

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76864 Célia Nunes em 2024-07-09

Comentário:

Um projeto que irá utilizar sistemas de irrigação por gotejamento, garantindo o uso eficiente e sustentável da água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76863 Ana sousa em 2024-07-09

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76862 Rita em 2024-07-09

Comentário:

Discordo completamente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76861 Filipa Alberto em 2024-07-09

Comentário:

O projeto reafirma o seu compromisso com a sustentabilidade hídrica através de uma gestão cuidadosa e responsável dos recursos hídricos, bem como através de duas importantes medidas de minimização: disponibilização de banco de captações de água subterrânea para reserva dos três polos de captação de água pública da AGDA para consumo humano e realização de um estudo de acompanhamento do aquífero.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76860 Ana Meireles em 2024-07-09

Comentário:

Sou contra a exploração agrícola intensiva e os vários furos de água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76858 Joana Maria Rodrigues Carreto em 2024-07-09

Comentário:

Projeto de regadio intenso numa zona de escassez crónica de água, com redução do nível freático a verificar-se de forma progressiva desde há seis anos. A reformulação do projeto para mitigar o impacte ambiental é quase inexistente, mantendo-se, como tal, as preocupações ambientais e sociais do projeto inicial.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76857 João Ferreira em 2024-07-09

Comentário:

Está muito mal desenhado e só vai prejudicar as pessoas locais

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76856 Associação de Agricultores de Grândola em 2024-07-09

Comentário:

Comentário no documento anexo.

Anexos: 76856_REFORMULAÇÃO DO PROJECTO AGROFLORESTAL DAS HERDADES DE MURTA E MONTE NOVO.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76855 Catarina Neves em 2024-07-09

Comentário:

Participação relativa ao Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN), localizado no concelho de Alcácer do Sal, proposto pela empresa Expoente Frugal Lda., do grupo Aquaterra, para produção de pera-abacate. Comentam-se algumas alterações propostas relativamente ao projeto anterior (em itálico, de acordo com a página 11 e seguintes do EIA):Redução de área agrícola e manutenção de área florestal - Na área total de 2402,10 ha da propriedade, inicialmente estavam propostos 722,24 ha agrícolas e foram reduzidos para 658,44 ha, ou seja, ocorreu uma diminuição da área de plantação de 63,80 ha de setores de plantação face ao Projeto anterior.Participação – a redução proposta não evita a destruição de valores naturais que o estado português se comprometeu a preservar aquando da criação da ZEC Comporta-Galé. O projeto continua a contrariar o que está definido no Plano de Gestão dessa ZEC, de forma clara e evidente. Apesar das condenações do estado português por incumprimentos relativos à Rede Natura 2000 (veja-se por exemplo https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_24_268), continuam a admitir-se ataques grosseiros aos valores a preservar, como o que se propõe neste projeto.Redução de infraestruturas, nomeadamente a eliminação do centro interpretativo da ZEC Comporta/Galé, dos reservatórios para armazenamento de combustível e de dois furos.Participação - A eliminação de dois furos não os gastos enormes nos recursos hídricos, já que o projeto previa 34 furos mais uso de água da Associação de Beneficiários do Vale do Sado. O consumo anual de água continua a ser insustentável, mesmo sem ter em conta as previsões para as alterações climáticas. No projeto atual estão previstos 16 furos profundos, com profundidades superiores a 100 m, e por 16 furos curtos, com profundidades inferiores a 50 m. O volume de água a utilizar passou de 4,33 hm3/ano para 3,95 hm3/ano. Considerando as previsões no âmbito das alterações climáticas, os consumos já existentes nos muitos projetos agrícolas e turísticos na região e ainda os níveis registados nos furos

próximos, com níveis piezométricos abaixo do nível do mar, não se podem admitir aumentos no consumo deste nível de grandeza. Quando a água acabar, o que vão fazer? Vamos todos pagar indeminizações aos proprietários agrícolas, como já acontece no Algarve, onde foi necessário cortar a água para agricultura? Quando se insiste tanto nos ODS, estamos a agir de forma contrária, levando ao esgotamento de bens essenciais para o território, como a água.Medida adicional de ocupação da entrelinha com valores de conservação existentes, à data do projeto, bem como a sua valorização com sementeira ou estacaria. Esta medida implicou duas alterações do projeto na fase de construção, nomeadamente, a limpeza do solo para a plantação apenas na linha de plantação, bem como a alteração do compasso de plantação. A área dedicada à exploração agrícola será de 658,44 ha, com a alteração do compasso de 5x3 metros para 6x3 metros, o que representa uma percentagem de 50% passível de ser valorizada com plantação de espécies autóctones, como o bioindicador do habitat 2260 – Stauracanthus genistoides – e as respetivas espécies companheiras: Halimium halimifolium, Halimium calycinum, Calluna vulgaris, já identificadas na área de estudo. Esta valorização será realizada por sementeira, ou estacaria, em função da espécie. Desta forma 329,22 ha, serão valorizados com espécies do habitat 2260. Neste seguimento, em vez de serem afetados 658,44 ha, irão ser afetados 329,22 há.Participação – Espécies típicas de areia dunares consolidadas entre linhas de plantação com rega e adubação? Há algum caso conhecido de sucesso de uma medida tão inverosímil como esta? Medida adicional para redução de perturbação na ZPE Açude da Murta e criação de locais de alimentação e refúgio, bem como criação de banco de sementes de Armeria rouyana, Thymus capitellatus e Santolina impressa. Esta medida será implementada na zona a oeste do Açude da Murta, onde se retiraram setores de plantação para eliminar/minimizar perturbação nesta ZPE, bem como na IBA (Important Bird Areas) a sul e este do espelho de água, onde já não existia qualquer setor agrícola. O alimento é promovido por uma faixa de sementeira de cereais/gramíneas, constituída por leguminosas anuais de ressementeira natural e/ou leguminosas e gramíneas perenes; Participação – Sementeiras na envolvente de uma zona húmida provavelmente contribuirão para eutrofização do meio aquático e diminuição do espelho de água por erosão do solo lavrado.Medida adicional para promover a introdução de Malcomia triloba - na envolvente do reservatório de regularização localizado na Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES), por método de prospeção/inventário nas quadrículas identificadas no site Flora-on, para recolha de caule para reprodução por estacaria. Medida adicional para cumprir o objetivo de Conservação - melhorar o estado de conservação do habitat 226

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76854 António Miranda em 2024-07-09

Comentário:

Um absoluto escândalo. Já não chegou o que autorizaram no Algarve?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76853 Henrique Mendes em 2024-07-09

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76852 Sobiger em 2024-07-09

Comentário:

Junto envio em anexo:- Ficheiro com contestação, devidamente assinada ao projeto reformulado da HM/MN- Cópia da contestação de 24 de janeiro de 2024 devidamente assinada que receberam também por e-mail do endereço geral@guedescruz.comSolicito que o texto integral dos anexos surja visível para todos e não como anexo.Na minha qualidade de Cidadão, que acompanha o desenvolvimento das transformações do território na zona de Alcácer do Sal, venho por este meio submeter a minha participação relativamente ao Projeto Agroflorestal reformulado das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN), da empresa proponente, Expoente Frugal Lda., do grupo Aquaterra, que doravante denomino por Aquaterra.Fiquei muito admirado que as medidas corretivas determinadas ao projeto inicial, não tenham tido em conta a participação anterior que fiz em 23 de janeiro 2024 (que volto a juntar em anexo) nem as de todos os outros mais de 300 participantes. Bem como não entendo o porquê de a CCDR e a CMAS não se tenham empenhado no acautelar da delapidação dos recursos hídricos que este projeto mesmo reformulado mantem.O aquífero na zona T3 está a menos de 55% da sua capacidade, como é do vosso conhecimento, a qual tem vindo a decrescer gradualmente ao longo dos últimos 20 anos conforme evidenciam as medições dos 4 piezómetros da zona que a APA disponibiliza.Estas medições dos piezómetros só por si são suficientes para que não se autorize este e outro qualquer projeto na zona T3 que vá buscar qualquer litro de água ao aquífero.A situação é tão grave que mesmo não havendo qualquer novo projeto aprovado os consumos atuais do aquífero farão que este esteja esgotado em menos de 10 anos.Este e outros projetos só podem ser autorizados se a água que seja necessária aos mesmos possa ser obtida através de outros recursos (dessalinização ou novas águas libertas de barragens), que não o aquífero ou a vala real atual.Este projeto não tem em consideração todos os consumos cumulativos que existem na zona o que é no mínimo muito estranho, pois só o projeto do mesmo grupo Aquaterra que já está em funcionamento na herdade da Batalha consome 3,57 hm3/ano de água do mesmo aquífero T3 segundo o estudo da AIA.Não nos referindo a outros projetos em funcionamento na zona com muitos furos não declarados (talvez mais dos que se conhecem), destacamos, contudo, de seguida os seguintes projetos que têm dados públicos:•Vasverde Sociedade Agrícola – Só os 90,06 ha consomem por ano do aquífero T3, 1,879 hm3 de água/ano. Sendo, porém, desconhecido qual o consumo de água dos outros 92,3 ha desta exploração.•Golf Dunas, nos 18,3 ha do campo consome 0,183 hm3 de água/ ano.•Existem outros cerca de 3.000 ha de regadio registados na mesma zona abrangida pelo aquífero T3, que consomem outros 4,4 hm3 de água/ano (3.000 ha X 1,467 m3/ano) Somente a soma da exploração da herdade da Batalha com as 3 explorações acima descritas em funcionamento, ascende a 10,032 hm3 de água /ano (3,57hm3 + 1,879 hm3 + 0,183 hm3 + 4,4 hm3). Sendo só este valor muito superior à precipitação média anual dos últimos 20 anosImporta ainda sobre a parte hídrica do projeto HM/MN referir o seguinte:•Na herdade da Batalha da Aquaterra, os 543,95 ha de tangerinas consomem 3,57 hm3/ano. Se a herdade da batalha tivesse 658,44 ha de tangerinas

consumiria 4,321 hm3/ano:o Ou seja, os mesmos ha de plantação de abacate na herdade HM/MN preveem um consumo anual de 3,9457 hm3.oLogo, os dados do projeto reformulado sobre o consumo de água não estão corretos nem são verdadeiros.oPor outro lado, todos os dados estatísticos disponíveis dizem que o abacate consome 1,5 a 2 vezes mais água por ha que a plantação das tangerinas logo o valor real de consumo de água daqueles 658,44 ha de abacate deverá ser de 5,925 hm3/ano a 7,9 hm3/ano, e não o valor que descrevem no projeto.....Ver texto do anexo

Anexos: 76852_Contestação ASSINADA - ao Projeto HM-MN - José Guedes Cruz_signed (1)_2320.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76851 Joana Costa Lopes do Rego em 2024-07-09

Comentário:

Conforme explícito no Relatório da Comissão de Avaliação, na avaliação ao fator Conservação da Natureza e Sistemas Ecológicos, o ICNF, são expectáveis impactes negativos muito significativos;É urgente a gestão racional da água! A produção de abacates é muito exigente em água, que é um recurso em alerta vermelho de escassez, só por isso nem se devia pensar produzir, quanto mais na dimensão projetada na região.

Anexos: 76851_Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e de Monte Novo (HM-MN-R) (2).pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76850 Maria da Luz A. Jóia em 2024-07-09

Comentário:

Discordo totalmente com o projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76848 Maria Luísa Lopes da Silva Mendes em 2024-07-09

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76847 Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques em 2024-07-09

Comentário:

De acordo com os dados disponíveis, se a plantação de abacate prevista para as Herdades de Murta e de Monte Novo, na região de Alcácer do Sal, avançar, o açude da Murta corre o sério risco de secar.A produção de culturas grandemente consumidoras de recursos hídricos em regiões com conhecida escassez do bem "água" deverá ser equacionada à luz da sustentabilidade dos recursos naturais e de análises sócio-económicos que tenham em conta o conjunto das actividades económicas e não apenas as atividades agrícolas. E deverão também internalizar os custos ambientais decorrentes da sobreexploração dos recursos hidrológicos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76845 Ana Lucília Waite Tittel em 2024-07-09

Comentário:

Nos não precisamos mais monoculturas! O dinheiro não reabastecimento a agua que e necessario para todos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76844 Ana Gomes em 2024-07-09

Comentário:

Chega de esgotar os recursos naturais do nosso país.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76843 Joao Cepeda em 2024-07-09

Comentário:

Este projecto passou de péssimo a indigno. Que a empresa de plantação de abacates insista nas suas intenções iniciais, (1) quase sem as alterar, (2) imediatamente após lhe ter sido rejeitado o primeiro projecto, (3) sem qualquer respeito pela informação técnica recolhida por todo o tipo de especialistas e associações, e (4) ignorando a opinião de tanta gente formada e interessada, nomeadamente os que têm conhecimento local, são sinais óbvios de soberba e avareza. O abacate é um fruto exótico, que idealmente nunca deveria ser plantado no Alentejo, muito menos com a ambição desmedida deste projecto. Quase 800 hectares deflorestados e com um consumo de água monstruoso, equivalente a grandes áreas metropolitanas, tem obviamente consequências graves, que é criminoso esconder ou mesmo. subestimar. Como todos os técnicos consultados, incluindo os da Câmara Municipal, já disseram: este projecto porá em causa o consumo de água da região, todas as explorações agrícolas locais e a paisagem de uma zona que devia ser protegida. De forma irremediável. E tudo isto para satisfazer uma moda alimentar. Inqualificável.Decisões deste tipo não são esquecidos pela população. Sejam aprovadas ou não, merecem o mesmo desdém que neste momento instigam. Do selo da fruta ao selo político de quem aprova - Câmara Municipal, CCDR, ou quem for -, nunca deveremos esquecer quem fez um ataque tão agressivo e permanente ao nosso meio ambiente, ao interesse público e, muito em particular, ao Alentejo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76842 Maria de Fátima Rodrigues em 2024-07-09

Comentário:

Discordo totalmente com o projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76841 Vera Santana em 2024-07-09

Comentário:

Para melhor sustentabilidade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76837 Manuel Afonso em 2024-07-09

Comentário:

Excelente iniciativa!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76836 ANA DE FÁTIMA PINHEIRO em 2024-07-09

Comentário:

DISCORDO TOTALMENTE DO PROJECTO

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76835 Marcial Felgueiras em 2024-07-09

Comentário:

Por todas as razões elencadas no documento anexo e outras que poderão existir mas que não houve tempo suficiente para tomar conhecimento de tudo, discorda-se profundamente com mais uma plantação de abacateiros.

Anexos: 76835_2024MFASSC0013_signed.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76833 Philip Villax em 2024-07-09

Comentário:

NÃO apoio!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76832 Sofia Lopes em 2024-07-09

Comentário:

Discordo com o projecto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76831 Miguel Ramos de Carvalho e Costa em 2024-07-09

Comentário:

Perante o projecto em apreço, venho manifestar a minha indignação pelo total desrespeito que a sua eventual aprovação representaria perante o grave problema que a escassez do recurso ´"água" já enfrenta nos nossos dias na região onde o projecto em consulta pública se pretende inserir e que se agravará no futuro, agravamento que, nessa circunstância, seria acelerado pela sua enorme dimensão, colocando em risco a utilização primordial desse recurso - o consumo humano directo.Não ponho em causa a forte necessidade de investimento privado no nosso País, mas entendo que o mesmo se deve subordinar ao interesse público fundamental, onde manifestamente uma boa gestão da água é de capital importância. Há, no sector agroalimentar, possibilidades de

---

investimento em projectos de grande dimensão que implicam um muito menor consumo daquele recurso e que devem - esses, sim - ser privilegiados.Em conclusão, muito me surpreenderia se o projecto em apreço fosse aprovado, mesmo que se invocassem medidas paliativas, que certamente não resolveriam o seu "pecado original" - o total desrespeito por um bem fundamental para o nosso Futuro - a Água!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76830 Laura Villax em 2024-07-09

Comentário:

A dimensão do reformulado Projeto Agrofiorestal das Herdades de Murta e Monte Novo continua excessivamente grande para os recursos disponíveis, especialmente considerando os impactos cumulativos no uso do solo e na disponibilidade de água. Há um total de 22 projetos agricolas, industriais e turísticos a exercer pressão nesta zona, não sendo aceitável aumentar ainda mais essa pressão. A instalação de outra monocultura intensiva com grandes necessidades de água e aplicação de agroquímicos representa uma ameaça significativa ao ambiente natural e à sustentabilidade na região de Alcácer do Sal e restantes municípios dependentes do sistema aquifero para o abastecimento público e agricultura de sequeiro. A pressão adicional sobre os recursos hídricos, a destruição de habitats críticos e a incompatibilidade com metas de conservação estabelecidas levantam sérias dúvidas sobre a viabilidade e a responsabilidade ambiental do projeto, pelo considero que o mesmo não deve ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76829 Miguel Oliveira em 2024-07-09

Comentário:

No outro dia deu uma reportagem na SIC que deixava bem claro que os habituais interesses económicos estavam a tentar bloquear este projeto para poderem ampliar a área de construção de luxo naquela zona. Espero mesmo que avance este projeto, se não um dia iremos olhar para trás e perguntarmo-nos como a comporta de transformou em mais uma Vilamoura

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76828 Beatriz em 2024-07-09

Comentário:

Discordo porque não acho ético

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76827 Pedro em 2024-07-09

Comentário:

Excelente projeto!!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76826 Tiago Daniel Lopes Morim Pereira de Matos em 2024-07-09

Comentário:

A cultura de abacates consome uma enorme quantidade de água, a qual já é escassa na região onde se pretende instalar a plantação de abacates. Além disso essa plantação poria em sério risco a açude existente naquela área, levando à destruição daquele habitat do qual dependem populações de várias espécies. A instalação desta plantação seria assim mais um factor de diminuição da biodiversidade e de agravamento das alterações climáticas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76825 Francisco Miguel Chaves em 2024-07-09

Comentário:

Classificado com DiscordânciaDiscordo do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo Reformulado (HM-MN_R) dadas a sua escala e dimensão de projeto enormes, propondo arrasar mais de 716 hectares de Rede Natura 2000 e abrindo caminho para a desclassificação da ZEC Comporta-Galé. A descrição de projeto não é a real – remete para uma agricultura tradicional, quando a agricultura 4.0. é que vai ser realizada e a análise dos impactes é uma abordagem simplificada, com medidas de mitigação inadequadas.O projeto não assenta numa vertente de sustentabilidade ambiental, e com o abate de milhares de pinheiros proposto na ZEC Comporta/ Galé, esta será profundamente alterada, e uma vez destruídos os habitats e alterada a composição do solo não será possível de recuperar, perdendo-se a conectividade ecológica que afectará toda a Rede Natura 2000.O projeto menciona na sua descrição apenas uma alteração de uso de solo de florestal para agrícola e remete os 76 hectares de área de área impermeabilizada, os 31 hectares de caminhos e as 14 construções todas colocadas em múltiplos pontos do terreno como se fossem um mero apoio agrícola, nomeadamente cinco construções cada uma com 400 m2 cinco casas de rega, isto leva a uma descrição incorreta do projeto – este uso urbano do terreno, não é referido - não se enquadrando e sendo incompatível com PDM Alcácer do Sal nomeadamente no Artigo 56º -nº 3.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76824 Sofia Canhoto em 2024-07-09

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76822 Manuel Fernandes em 2024-07-09

Comentário:

Excelente projecto!É de louvar iniciativas como esta, um projeto de agricultura de 1º mundo com a conservação como prioridade!Portugal precisa de mais projectos como este.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76821 Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve em 2024-07-09

Comentário:

Boa tarde,Exmos (as) Srs(as)A Associação Almargem, junto envia o seu parecer sobre o Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Montes Novos.Gratos pela atenção.Com os melhores cumprimentos,A Direção

Anexos: 76821_Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e de Monte Novo (HM-MN-R) (2).pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76820 Vasco Girbal em 2024-07-09

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente na região de Alcacer do Sal, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76819 Margarida Couto rosado em 2024-07-09

Comentário:

<< Perante o projecto em apreço, venho manifestar a minha indignação pelo total desrespeito que a sua eventual aprovação representaria perante o grave problema que a escassez do recurso ´"água" já enfrenta nos nossos dias na região onde o projecto em consulta pública se pretende inserir e que se agravará no futuro, agravamento que, nessa circunstância, seria acelerado pela sua enorme dimensão, colocando em risco a utilização primordial desse recurso - o consumo humano directo.Não ponho em causa a forte necessidade de investimento privado no nosso País, mas entendo que o mesmo se deve subordinar ao interesse público fundamental, onde manifestamente uma boa gestão da água é de capital importância. Há, no sector agroalimentar, possibilidades de investimento em projectos de grande dimensão que implicam um muito menor consumo daquele recurso e que devem - esses, sim - ser privilegiados.Em conclusão, muito me surpreenderia se o projecto em apreço fosse aprovado, mesmo que se invocassem medidas paliativas, que certamente não resolveriam o seu "pecado original" - o total desrespeito por um bem fundamental para o nosso Futuro - a Água!>

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76818 Nuno Santos em 2024-07-09

Comentário:

Não faz sentido a plantação de pera abacate, num país em risco de desertificação. Na bacia do São os riscos de desertificação são maiores e têm sido evidentes as dificuldades nas barragens da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76817 Nuno Agostinho em 2024-07-09

Comentário:

Mais regadio numa zona de carência hídrica.É a visão a muito curto prazo e de destruição.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76816 Monica Rocha e Melo em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação. A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 não mitigam, DE FORMA ALGUMA! os impactos ambientais negativos.. Os cinco reservatórios de água previstos para serem cheios com água dos furos, cobrindo 19,01 ha, enfrentam problemas de evaporação, sérios o que significa um enorme desperdício de água do aquífero. As necessidades hídricas, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. Para bem de todos, este projeto deve ser chumbado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76814 Glocal Faro em 2024-07-09

Comentário:

Parecer do movimento GlocalFaro para CONSULTA PÚBLICA da chamada "Reformulação “PROJETO AGROFLORESTAL DAS HERDADES DE MURTA E MONTE NOVO (HM-MN)” Tudo o que expusemos na consulta ao anterior projecto se aplica a esta fachada de reformulação. diminuir 2, ou pouco mais, furos , numa altura em que a seca, se prolonga já há alguns anos em Portugal, nomeadamente no Alentejo e Algarve. O que importa é o consumo não o número de captações subterrâneas.Propor projectos agrícolas da dimensão deste, onde, bradando aos céus nem 70 ha são diminuídos aos mais de 700ha iniciais, com proposta de plantação de árvores vampiras de água, e em zonas de características biológicas sensíveis, não só a nível hídrico, como paisagístico e ecológico, é irresponsabilidade e socialmente criminoso.Basta consultar os últimos dados oficiais do IMPA - Fonte: IPMA –Monitorização da seca-https://www.ipma.pt/pt/oclima/observatorio.secasSerá uma irresponsabilidade social gritante, e um aviltar da sua função política se as autoridades que têm poder para dar uma DIA desfavorável o não fizerem. pelo que necessariamente voltamos a referenciar várias razões para essa discordância: nunca deveria ser permitido construir tal projeto na margem de um rio, neste caso o Sado; nunca deveria ser permitido um projeto deste tipo numa zona de Estuário; nunca deveria ser permitido este tipo de projeto num "Biótopo Corine", caracterizado pela existência, no local, de ecossistemas, habitats e espécies florísticas e faunísticas vulneráveis e de unidades fitossociológicas; nunca deveria ser permitido um projeto deste tipo num local como este pelo "valor do Sítio" relativamente a certo nível taxonómico e "valor do Sítio relativamente a um sintaxon de unidades"; nunca deveria ser permitido desenvolver este projeto numa paisagem como esta, com valor geológico, geomorfológico e paisagístico assinaláveis.IMPACTOS NEGATIVOS - Paisagem: - Recursos hídricos- Qualidade do ar- Solo: - Fauna, flora, vegetação e biodiversidade: tendo em conta que o projeto agroflorestal se desenvolve em duas Zonas Especiais de Conservação, - Proximidade a áreas arqueológicas importantes - Fornos Romanos da Herdade do Pinheiro (Sítio de Interesse Público / ZEP, Portaria nº 645/2012, DR, 2.ª série, n.º 212, de 02 novembro 2012) e Núcleo Fenício de Abul / Núcleos do Sítio Arqueológico de Abul (MN - Monumento Nacional, Decreto n.º 31-L/2012, DR, 1.ª Série, n.º 252 de 31 dezembro 2012 / ZEP, Portaria n.º 450/2014, DR, 2.ª série, n.º 113, de 16 junho 2014), deveria ser de considerar o potencial valor arqueológico deste local;- E contestamos na mesma os argumentos positivos generalistas, utilizados em qualquer estudo, para qualquer zona do país, são questionáveis e podem ser vistos como mero subterfúgio para a justificação do projeto,

nomeadamente o da criação de emprego, sendo oficialmente conhecido quem são os empregados destas explorações agrícolas e as condições laborais em que trabalham.De referir que este projecto se destina a uma empresa no algarve- um novo complexo de armazenagem para abacates que a empresa espanhola Trops anunciou - ler , por exemplo https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/espanhola-trops-investe-seis-milhoes-em-tavira.Como PODEM AS ENTIDADES OFICIAIS PRECILEGIAR NEGÓCIOS PRIVADOS em detrimento de bens comuns e dos interesses das populações?Daqui decorre a nossa oposição ao projecto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76811 Daniel Guarda em 2024-07-09

Comentário:

Estou muito animado com o potencial deste projeto para Alcácer do Sal. A combinação de agricultura sustentável, criação de empregos e conservação ambiental é exatamente o que nossa região precisa. Ver um projeto que equilibra tão bem o desenvolvimento econômico com a responsabilidade ecológica é inspirador. Chega de matar projetos por causa de mentiras de associações que só querem promover o turismo para os ricos em Comporta. Este é um passo importante para o nosso futuro e deve ser aprovado sem hesitação!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76809 Lourenço de Almada de Amorim Ferreira em 2024-07-09

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76808 Matilde em 2024-07-09

Comentário:

Perante o projecto em apreço, venho manifestar a minha indignação pelo total desrespeito que a sua eventual aprovação representaria perante o grave problema que a escassez do recurso ´"água" já enfrenta nos nossos dias na região onde o projecto em consulta pública se pretende inserir e que se agravará no futuro, agravamento que, nessa circunstância, seria acelerado pela sua enorme dimensão, colocando em risco a utilização primordial desse recurso - o consumo humano directo.Não ponho em causa a forte necessidade de investimento privado no nosso País, mas entendo que o mesmo se deve subordinar ao interesse público fundamental, onde manifestamente uma boa gestão da água é de capital importância. Há, no sector agroalimentar, possibilidades de investimento em projectos de grande dimensão que implicam um muito menor consumo daquele recurso e que devem - esses, sim - ser privilegiados.Em conclusão, muito me surpreenderia se o projecto em apreço fosse aprovado, mesmo que se invocassem medidas paliativas, que certamente não resolveriam o seu "pecado original" - o total desrespeito por um bem fundamental para o nosso Futuro - a Água

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76807 Dani Cambo em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto é uma excelente oportunidade para impulsionar o desenvolvimento sustentável em Alcácer do Sal. Combinando práticas agrícolas modernas e responsáveis com a preservação ambiental, ele promete não apenas criar empregos, mas também proteger nossos recursos naturais. É raro ver um projeto tão bem planejado e com tanto potencial para beneficiar a comunidade. Definitivamente, merece ser aprovado!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76806 Dani Bonet em 2024-07-09

Comentário:

Acredito firmemente que este projeto representa um avanço significativo para nossa região. Integrar produção agrícola com a conservação de áreas naturais é uma abordagem inovadora que beneficiará tanto a economia quanto o meio ambiente. A criação de empregos e o desenvolvimento sustentável são exatamente o que Alcácer do Sal precisa. Vamos apoiar essa iniciativa e mostrar que é possível crescer de forma responsável. Aprovação já!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76805 Manuel Piçarra em 2024-07-09

Comentário:

Oponho-me à iniciativa porque vai esgotar os recursos hídricos locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76804 Emília Machado em 2024-07-09

Comentário:

Não concordo com o projecto neste local

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76803 Manuel em 2024-07-09

Comentário:

O abacate é uma espécie exótica na região.As plantações de abacate para além de consumirem água em excesso causam também a degradação severa do solo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76801 Vanessa em 2024-07-09

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76799 Alexandre Manuel Miranda Pereira em 2024-07-09

Comentário:

Em 1993 os Estados membros da União Europeia publicam aquele que é considerado o principal ato de direito comunitário no domínio da conservação da Natureza: a Diretiva n. 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (diretiva habitats). Este diploma visa a conservação da biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens do território da União Europeia, nomeadamente mediante a criação de um conjunto de sítios de interesse comunitário, designados como zonas especiais de conservação (ZEC). Portugal transpôs esta diretiva para a ordem jurídica interna através do Decreto-Lei n. 226/97, de 27 de Agosto. Neste âmbito, encara-se como fundamental a manutenção da diversidade de habitats e a boa qualidade dos recursos hídricos, nomeadamente através da promoção e uso sustentável dos recursos existentes, assegurando a competitividade económica e social das atividades e a promoção do conhecimento e sensibilização para o valor da ZPE (Plano Setorial da Rede Natura 2000 – Ficha PTZPE0012).Com este projeto irão desaparecer habitats protegidos pela Diretiva Europeia Habitats:210 Dunas fixas do litoral da Crucianellion maritimae; 2220 Dunas com Euphorbia terracina; 2230 Dunas com prados da Malcolmietalia; 2240 Dunas com prados da Brachypodietalia e espécies anuais.; 2250 * Dunas litorais com Juniperus spp.2260 Dunas com vegetação esclerófila da Cisto-Lavenduletalia; 2270 * Dunas com florestas de Pinus pinea e ou Pinus pinaster; 23 Dunas interiores, antigas e descalcificadas2310 Charnecas psamófilas secas de Calluna e Genista.2320 Charnecas psamófilas secas de Calluna e Empetrum nigrum.2330 Dunas interiores com prados abertos de Corynephourus e Agrostis.3 Habitats de água doce31 Águas paradas3110 Águas oligotróficas muito pouco mineralizadasdas planícies arenosas (Littorelletalia uniflorae).3120 Águas oligotróficas muito pouco mineralizadasem solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com Isoëtes spp.3130 Águas

estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da Littorelletea uniflorae e ou da Isoëto-Nanojuncetea.3140 Águas oligomesotróficas calcárias com vegetação bêntica de Chara spp.3150 Lagos eutróficos naturais com vegetação da Magnopotamion ou da Hydrocharition.3160 Lagos e charcos distróficos naturais. A cultura do abacateiro exerce enorme pressão sobre os aquíferos, e se a CCDR Alentejo der o aval a mais uma plantação, neste caso com mais de 658 hectares, calcula-se que o volume de água subterrânea extraída por ano pela empresa promotora do projeto (a Expoente Frugal do grupo Aquaterra.farm) corresponderá a mais de 2850 milhões de litros, alterando de vez o equilíbrio deste aquífero e consequentemente pondo em risco o açude da Murta."A equipa de especialistas desta organização ambiental relembra ainda que "o açude é essencialmente alimentado por uma nascente do aquífero freático que lhe permite ter água disponível todo o ano. Se os níveis de água subterrânea forem rebaixados pela extração intensa para rega, a nascente seca e a lagoa do açude pode secar, uma vez que as escorrências superficiais após as chuvas não são suficientes para manter a lagoa durante todo o ano"."Na prática, o que constatamos é que as sucessivas aprovações de projetos agrícolas e turísticos na sua maioria pela CCDR Alentejo, como autoridade de EIA, já permitiu a destruição de 30% da área da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta-Galé, assim como o consumo excessivo de recursos hídricos", afirma o GEOTA.1 ao abrigo do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 151-B/20132 ao abrigo do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 151-B/20131. O açude de Murta está legalmente protegido, uma vez que está integrado na Rede Natura 2000 como Zona de Proteção Especial (ZEP) dentro da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta-Galé.2. A proposta de Plano de Gestão da ZEC - Zonas Especiais de Conservação em Portugal Continental – da Comporta Galé já passou a fase de consulta pública e espera-se a sua entrada em vigor para breve com a publicação de um diploma legal.3. No Plano de Gestão, elaborado pelo ICNF e consultável em https://www.icnf.pt/api/file/doc/5f7af6f44403235f, refere-se e passa-se a citar:"A ZPE Açude da Murta (PTZPE0012) está situada nas margens do rio Sado, e apresenta uma vegetação densa de caniçal e pequenos núcleos de salgueiral, encontrando-se na envolvente uma grande extensão de áreas dunares e pinhal. Apresenta importância para colónias de garças-brancas-pequenas (Egretta garzetta), e garças-boeiras (Bubulcusibis) e para nidificação de garças-vermelhas (Ardea purpurea).Apresenta também boas concentrações de passeriformes em passagem migratória e alberga números significativos de patos invernantes. As orientações de gestão para esta ZPE são dirigidas principalmente para as aves aquáticas, passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76798 Inês Sofia em 2024-07-09

Comentário:

Mais árvores, mais conservação, mais emprego. Que o bom senso impere e que dêem luz verde a este projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76797 Inês Mendes em 2024-07-09

Comentário:

Discordo veementemente com este projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76796 Clara Picarra em 2024-07-09

Comentário:

Oponho-me a este projeto pelas razões enunciadas em baixo:O projecto em apreço, e a sua eventual aprovação, representam um grave atentado a uma utilização racional da àgua potável no concelho, colocando em risco a utilização primordial desse recurso até para o consumo humano directo.O investimento privado deve-se subordinar ao interesse público fundamental, onde manifestamente uma boa gestão da água é de capital importância. Há, no sector agroalimentar, possibilidades de investimento em projectos de grande dimensão que implicam um muito menor consumo daquele recurso e que devem - esses, sim - ser privilegiados.O concelho tem também um grande capital de desenvolvimentos turístico que é ameaçado por projetos agroalimentares com as características deste, por: esgotarem os recursos hídricos; destruírem a ecodiversidade existente; o impacto negativo dos químicos e fertilizantes introduzidos, incluindo o aumento de moscas no concelho. A implementação deste projeto irá desvirtuar o concelho num dos aspetos que tem de maior impacto - a diversidade natural- e, sobretudo, esgotar as já deficientes reservas de água do mesmo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76795 Filipa Ferreira em 2024-07-09

Comentário:

Se queremos sair da cauda da euopa temos que dar oportunidade a projetos como este. Espero que não seja bloqueado por falsos cientistas do ambiente que nada mais são que agendas partidárias com interesses próprios

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76794 Rui Manuel Vassalo Namorado Rosa em 2024-07-09

Comentário:

“Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo”Comentário às versões inicial e reformulada do projecto proposto. O projecto insere-se na continuação da artificialização da Rede Natura 2000, afectando parte significativa da ZEC Comporta-Galé, contrariando as medidas de conservação regulamentares do plano de gestão, que prevê a interdição da conversão de uso florestal para uso agrícola.O projecto, na sua versão inicial, levaria à conversão de extensa área florestal em agrícola, designadamente cerca de 722 hectares de monocultura de regadio, numa região em que a água doce escasseia, não salvaguardando a sua disponibilidade para outros fins e necessariamente para consumo humano. Acresce que o impacto da exploração agrícola proposta será não só negativo e duradouro, como irá muito para além da parcela de terreno sobre que se apresenta. A reformulação do projecto consiste em simplesmente reduzir a área de monocultura de 722 para 658 ha. O projecto propunha recorrer à captação de água quer superficial quer subterrânea, prevendo extrair no total 4,33 hm^3/ano de água para irrigação agrícola extensiva, meta atenuada para 3,95 hm^3/ano na sua reformulação. Tais montantes de água equivalem a 0,60 ou 0,54 hm^3/ano, ou seja, fluxos comparáveis ao fluxo pluvial anual sobre a área agrícola, assim praticamente esgotando em ambos os casos os recursos hídricos próprios da área sobre a qual é proposto realizar o projecto. Acresce que, como sucede em monoculturas particularmente sujeitas a pragas, será certamente feito uso extensivo de agroquímicos que contaminarão o solo e difundirão nos aquíferos subjacentes e circundantes, sendo transportados por escoamento e convecção das águas subterrâneas muito para além da periferia da parcela agricultada. A ser implementado este projecto, em uma ou outra das versões avançadas, a região ficaria com recursos hídricos de diminuída qualidade e potencialmente tóxicos, indisponíveis para outros fins úteis e de reabilitação problemática e custosa. Que utilidade teria essa área agrícola daqui a cinquenta ou cem anos?RMVNR 08/07/2024

Anexos: 76794_“Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo” RMVNR.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76793 José Lourenço em 2024-07-09

Comentário:

Se um projeto com este fator de conservação ambiental não for considerado válido alguém que nos diga que projetos atualmente no país conservam áreas superioes de valores naturais

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76792 Luísa Silva em 2024-07-09

Comentário:

Que bom ver Alcácer a andar para a frente, é uma cidade linda e merece projetos como este

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76791 Pedro Paquete em 2024-07-09

Comentário:

Sou claramente a favor do crecimento da economia e da propriedade privada, o que não acho correto é o modo como tal objetivo se tenta alcançar por certas empresas que, pelo que tenho vindo a observar, não aparentam ter bussola moral necessariamente afinada para lidar com certos assuntos. Neste caso trata-se de cultivo de abacates (sendo que é importante referir que apresentaria um lucro enorme para a empresa futuramente). A escolha de culturas adaptadas ao clima seco e a implementação de práticas agrícolas sustentáveis são alternativas mais responsáveis para garantir a viabilidade ambiental e económica desta região a LONGO PRAZO.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76790 Luísa Peixoto em 2024-07-09

Comentário:

O valor deste projeto vai muito além do valor económico, é a aposta no Portugal rural, num Portugal rural do século XXI que implementa práticas agrícolas com pleno respeito pela natureza e limitando a necessidade de importação de produtos de alta pegada ecológica pelo CO2 necessário para trazê.los de barco, quando não é de avião

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76789 Maria Graça Carreto em 2024-07-09

Comentário:

Discordo totalmente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76788 Miguel em 2024-07-09

Comentário:

Discordo completamente da aprovação do Projeto Agroflorestal HM-MN_R, dado ser um megaprojeto de uma monocultura de abacate (espécie não local) em agricultura intensiva de regadio numa área protegida e incorporada na Rede Natura 2000 e num Alentejo de culturas de sequeiro - em que os impactes negativos são irreversíveis e muito significativos tanto na fase de construção, como de exploração do projeto – que implicarão uma alteração agressiva do uso do solo, com perda de biodiversidade e variedade paisagística, decorrentes do corte de milhares de árvores, da excessiva mobilização do solo e contaminação dos fertilizantes que não quantifica, uma lacuna relevante dado estarmos em agricultura 4.0. Colocando em risco o abastecimento de água às comunidades locais e às diversas actividades existentes no concelho de Alcácer do Sal.A descrição de Projeto que não corresponde à realidade a implantar, nomeadamente no tipo de agricultura que nestes projetos é a agricultura 4.0 em que são usadas as mais modernas tecnologias, e a alteração de uso é indicada apenas de uso florestal para agrícola quando o projeto contempla 76 hectares de obras de construção civil – um projeto com uma forte área de impermeabilização em ZEC Comporta /Galé .Se 76 hectares de obras de construção civil em solo rústico são de apoio a uso agrícola, o que o Projeto entende por uso urbano? O Projeto refere-se assim a uma alteração de uso dos 719 hectares em uso florestal para uso agrícola e urbano que é incompatível com a legislação em vigor.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76787 Rui Galamba em 2024-07-09

Comentário:

Projecto totalmente insutentável. O ganho economico de curto prazo não contrabalança o dano paisagistico, ambiental e social de longo prazo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76786 Vasco Maria Bello van Zeller em 2024-07-09

Comentário:

Ao Presidente da CCDR- AlentejoEste projecto faraónico que se propõe roubar água por meio de 34 furos visa gastar uma quantidade dez vezes superior ao consumo de Alcácer do Sal, isto somado aos vários projetos já em pleno funcionamento , configura um colossal abuso do nosso aquífero. Espero que as autoridades competentes, CCDR-Alentejo, Ministério, Governo e Presidência da República se debrucem sobre este grave crime ambiental. Cumprimentos v. Zeller

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76785 Patrícia Tavares Latino Tavares Rocha em 2024-07-09

Comentário:

Tem de haver mais critério na autorização de projectos muito intensivos de água e que prejudicam gravemente a nossa biodiversidade e a nossa paisagem.Não podem autorizar tudo, ainda por cima para um cultivo de um produto não essencial e não endógeno da regiãoSe a plantação de abacate prevista para as Herdades de Murta e de Monte Novo, na região de Alcácer do Sal, avançar com parecer positivo da CCDR Alentejo, o açude da Murta corre o sério risco de secar.O açude da Murta, situado na Herdade de Murta tem uma grande variedade de biodiversidade e fornece água doce a inúmeras espécies de aves e mamíferos e é essencial para uma gestão sustentável dos recursos hídricos".A cultura do abacateiro exerce enorme pressão sobre os aquíferos, e se a CCDR Alentejo der o aval a mais uma plantação, com mais de 658 hectares, calcula-se que o volume de água subterrânea extraída por ano pela empresa promotora do projeto corresponderá a 2850 milhões de litros, alterando de vez o equilíbrio deste aquífero e consequentemente pondo em risco o açude da Murta.Por favor façam o vosso papel! Não autorizem projectos destrutivos do nosso território!Protejam a nossa biodiversidade e a nossa água!Contamos convosco ! obrigada Patrícia Tavares

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76783 Ana Calambra em 2024-07-09

Comentário:

Com os problemas de seca que o país atravessa, monoculturas como a pera -abacate só vêm agravar o problema. O projeto deve ser viabilizado para outro tipo de culturas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76781 Francisco Bastos em 2024-07-09

Comentário:

Este tipo de cultivo é um escândalo nos tempos que correm com os dados que existem sobre os danos que causam.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76780 Ana Moniz em 2024-07-09

Comentário:

As alterações ao projecto são mínimas e risíveis. Continua a ser absurdo que se pense instalar exploração intensiva de abacates, com impacto numa área agora 10% menor, sim, mas que monta a mais de 600h. A região é já atingida por escassez hídrica e forte pressão - nomeadamente agrícola e turística - sobre os recursos de água ainda existentes; não é a diminuição em 2 novos furos que fará diminuir essa pressão.Persistem também objecções anteriormente indicadas: este tipo de exploração recorre a utilização intensiva de fertilizantes sintécticos, degradando solos e contaminando os recursos hídricos, superficiais e subterrâneos; não é expectável que o número de trabalhadores necessário possa ser satisfeito com contratação de habitantes locais - a importação de mão-de-obra, mesmo que apenas sazonalmente será mais um factor de pressão sobre recursos hídricos, receando-se, ainda, que não estejam previstas infraestruturas necessárias, nomeadamente alojamento condigno.A área proposta para exploração continua a atingir duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC),Comporta/Galé (PTCON0034) e Estuário do Sado (PTCON0011); localiza-se, ainda, em duas áreas Biótopo Corine: Estuário do Sado e Comporta; atinge a Área Importante para as Aves (IBA) do Açude da Murta e Zona de Proteção Especial (ZPE) do Açude da Murta (PTZPE0012); afecta, mesmo que marginalmente, áreas da Reserva Natural do Estuário do Sado e ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011). É inegável e não passível de compensação, forte impacto negativo sobre a fauna e flora local e na avifauna migratória, com perda de biodiversidade e destruição de ecossistemas.A exploração prevista destina-se a exportação de produto não essencial, "de moda", sem se traduzir em qualquer benefício local ou regional. Apenas sai beneficiada a empresa exploradora e a balança comercial do Estado, como contrapartida de destruição ambiental e social da região, a curto, médio e longo prazo.É tempo de as competentes autoridades velarem pela adequação das culturas ao terreno e não o inverso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76779 João Carreto Araújo Paquete em 2024-07-09

Comentário:

TristezaVale tudo nesta terra para encher os bolsos de uma minoria

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76778 Joana Gomes em 2024-07-09

Comentário:

Discordo totalmente com o projecto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76777 Ana Maria Pereirinha Fernandes Pires em 2024-07-09

Comentário:

Considero perfeitamente irracional, contrário aos melhores interesses presentes e futuros da população do Alentejo, e de Portugal no seu conjunto, a autorização de um projecto de monocultura com tal extensão, altamente consumidor de recursos hídricos numa zona (e num país) massacrada por constantes e progressivos períodos de seca, que só poderão agravar-se nos próximos anos. Sendo proprietária de uma casa em Santa Susana, estou familiarizada com as dificuldades de abastecimento de água às populações que já ocorrem em anos de maior seca, bem como com a sangria de água para as culturas de arroz que vão de Alcácer até à Comporta, alimentadas pela barragem do Pego do Altar, que tem ficado a seco no Verão pelo menos duas vezes nos últimos 5 anos. Se acrescentarmos a isto os projectos de turismo de luxo que estão a destruir a península de Tróia e a Costa alentejana, com a criação de alojamento de luxo para milhares de pessoas e campos de golfe a esmo para satisfazer esse tipo de turismo, só posso concluir que as autoridades portuguesas se estão positivamente nas tintas para as necessidades fundamentais e básicas da sua população, a bem de interesses e negócios que lhes são manifestamente contrários. Considero que se este projecto for aprovado é mais uma vilania e uma imoralidade feitas a quem vive neste país e não precisa de tostas de abacate (tão na moda) - precisa, isso sim, de pão, água para beber e para produzir alimentos básicos de consumo e de ser tratado com a dignidade que lhe é devida e que tão massacrada já está.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76776 Rita Mendes em 2024-07-09

Comentário:

Discordo com o projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76775 Tomás Matos em 2024-07-09

Comentário:

Deve-se manter o máximo de zonas verdes e húmidas nessas zonas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76774 Teresa Claro em 2024-07-09

Comentário:

Exmos. Senhores,O Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN) traduz-se num projeto que irá afetar negativamente e, contrariamente ao indicado no RNT, ao nível das massas de água subterrâneas o impacte não poderá ser somente ao nível local e ao nível do limite da propriedade.O projeto insere-se numa área já fustigada ao nível das reservas de água existente e isso é comprovado através da análise de um Instrumento de Gestão do Território válido, como é o Plano de Gestão de Região Hidrográfica 3º Ciclo - 2022 - 2027 - Sado e Mira (RH6).Toda esta zona apresenta um coeficiente de escassez que varia entre elevada a extrema.Posto isto, como se poderá aceitar um projeto que pretende regar 456ha (456 campos de futebol com água subterrânea) e 189,93ha (mais 189 campos de futebol) com água superficial.No total teremos 658 campos de futebol sôfregos de água para poderem produzir abacate!Os 456 ha serão alimentados em termos de água através de captação de água 32 furos, com níveis de extração de água que

---

difere entre eles. Indica o RNT, e numa visão apenas para aligeirar o impacte que este projeto irá provocar, que o impacte será local, colocando entre virgulas, apenas para não realçar, que este impacte será apenas considerando o caudal de extração de um ano. Mas o que é certo é que um projeto desta envergadura não é realizado apenas com o horizonte de projeto de um ano, é um investimento com uma perspetiva de existência mais longa, logo os impactes serão também alterados. Curiosamente, no corpo do EIA propriamente dito, está apresentada uma breve simulação considerando 3 anos, mas esta, como não interessa mostrar à população que não é tecnicamente entendida na matéria, não é transposta para o RNT. Não deveria o RNT mostrar o impacte do cenário mais gravoso dado que o mesmo foi avaliado?No entanto, e considerando apenas o conteúdo do RNT fui fazer umas pequenas contas, apenas para ter a sensibilidade do que a extração contínua de 22l/s de água quereria dizer, e fiquei abismada pois, esta "ligeira" extração de 22l/seg permitirá encher por mês 22 PISCINAS OLIMPICAS! Estamos perante um projeto inserido numa zona que apresenta escassez extrema de água e o qual quer encher 22 PISCINAS OLIMPICAS DE ÁGUA DOCE POR MÊS?!Isto é um atentado à população de Alcácer e arredores. É não conhecer o território. É não ter consciência das dificuldades da zona. É não querer saber do meio ambiente futuro e não o querer preservar.DISCORDO do projeto.Cps,Teresa Claro

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76773 Raquel Lourenço em 2024-07-09

Comentário:

Desiquilíbrio ambiental, sem quaisquer benefícios.!!

Anexos: 76773_Participação Publica.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76772 Marta moran em 2024-07-09

Comentário:

Discordo totalmente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76770 Miguel Rato em 2024-07-09

Comentário:

Discordo completamente.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais. - Insuficiente redução da área agrícola e dos furos para mitigar os impactos ambientais negativos- Insuficientes painéis solares flutuantes para compensar a evaporação causada pelos reservatórios de água previstos- Deficiente valorização das espécies nativas no espaçamento entre linhas de plantação- Riscos para a fauna local causados pela persina presente folhas e casca dos abacateiros letal para a maioria das aves- Ausência de alteração da preparação e fertilização do solo previstos- Incompatibilidade da redução das necessidades hídricas previstas com a diminuição da pluviosidade na região- Inviabilidade de captação de água do canal de rega sem bombagem devido à localização da área de plantação ao sul da estrada nacional 253- Agravamento do impacto ambiental em duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76769 Mónica Pereira em 2024-07-09

Comentário:

Venho por este meio apresentar a minha total discordância com o avanço deste projeto de agricultura intensiva. Este projeto será implementado em duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), onde o Habitat 2250, "Dunas litorais com Juniperus spp." está presente, sendo uma área potencial de Juniperus navicularis. Esta espécie de Zimbro ocorre nessa zona e infelizmente é uma espécie que está identificada no Apêndice I da Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental como ´`"quase ameaçada". Nesta área também se encontram populações de Armeria Rouyana que devem se ser protegidas.Para além do projeto abranger duas ZEC, ainda abrange uma Zona de Proteção Especial além de áreas de biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. A reformulação que fizeram ao projeto não apresenta melhorias significativas para justificar a sua aprovação. Relativamente aos consumos de água, o Abacate é uma cultura exótica subtropical que necessita de grandes quantidades de água, supostamente serão utilizados por dia aproximadamente 11,8 milhões de litros por dia para irrigar uma área de quase 700 hectares. Esta quantidade de água é extremamente elevada para a zona de Alcácer do Sal que tem solos muito arenosos e que devido às alterações climáticas está a tornar-se uma localidade que apresenta cada vez mais a falta de água nos lençóis freáticos devido à diminuição de pluviosidade e ao crescente uso de água para outros projetos já existentes na região.É essencial recusar este projeto agrícola uma vez que não apresenta condições de sustentabilidade para avançar. É essencial a preservação da água, a proteção do ambiente e a gestão sustentável dos recursos hídricos. Por fim anexo o Parecer da Associação Dunas Livres para validar e argumentar o meu desagrado com este projeto megalómano que não vai beneficiar a Comunidade e a Natureza e que apenas vai favorecer os interesses económicos do promotor.Apresento total discordância neste projeto.Mónica Pereira

Anexos: 76769_Parecer-Consulta-Publica-do-Projeto-Agroflorestal-das-Herdades-de-Murta-e-

Monte-Novo-HM-MN.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76768 Alice Carreto em 2024-07-09

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais. - Insuficiente redução da área agrícola e dos furos para mitigar os impactos ambientais negativos- Insuficientes painéis solares flutuantes para compensar a evaporação causada pelos reservatórios de água previstos- Deficiente valorização das espécies nativas no espaçamento entre linhas de plantação- Riscos para a fauna local causados pela persina presente folhas e casca dos abacateiros letal para a maioria das aves- Ausência de alteração da preparação e fertilização do solo previstos- Incompatibilidade da redução das necessidades hídricas previstas com a diminuição da pluviosidade na região- Inviabilidade de captação de água do canal de rega sem bombagem devido à localização da área de plantação ao sul da estrada nacional 253- Agravamento do impacto ambiental em duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76767 Tiago Faria em 2024-07-09

Comentário:

Com profunda preocupação pela sustentabilidade ambiental e pela preservação dos recursos naturais, manifesto aqui a minha oposição ao projeto de reformulação do cultivo de abacates nas Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R). As propostas de alteração não apresentam medidas adequadas para justificar a sua aprovação, mantendo sérias preocupações tanto ambientais como sociais.A redução marginal da área agrícola e dos furos de água não aborda de forma eficaz os impactos ambientais adversos. A construção planeada de reservatórios de água e hectares de painéis solares flutuantes é claramente insuficiente. Mesmo com a diminuição das necessidades hídricas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, estas continuam desproporcionais às condições climáticas locais.Numa região como Alcácer do Sal, onde a gestão eficiente da água é crucial, esta abordagem é inaceitável. O cultivo de abacateiros em regiões com deficiência de precipitação é desaconselhável devido às suas elevadas exigências hídricas. Este problema intensifica-se com o

aumento das temperaturas e das cada vez mais frequentes ondas de calor. Além disso, a irrigação intensiva necessária pode agravar a sobre-exploração dos aquíferos e dos recursos hídricos locais, com consequências ambientais adversas, como a degradação do solo e a redução da disponibilidade de água para outras necessidades agrícolas e humanas.Os planos propostos não promovem a conservação das espécies nativas, perpetuando uma monocultura que prejudica a biodiversidade local. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas na nova proposta, o que pode perturbar o equilíbrio da flora e fauna endémicas. Além disso, o projeto afeta duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, o que não pode ser negligenciado. Por todas estas razões, insto veementemente à rejeição deste projeto. É crucial concentrarmo-nos na preservação da água e na proteção do meio ambiente. A gestão responsável dos recursos hídricos é fundamental para manter o equilíbrio ecológico e garantir a qualidade de vida das comunidades locais. Apelo às autoridades competentes para que actuem e promovam iniciativas que verdadeiramente respeitem e valorizem o nosso património natural.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76766 Carlos Pinhão Ramalheira em 2024-07-09

Comentário:

Catástrofe ambiental!!!!O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar a sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76765 Helena Silva em 2024-07-09

Comentário:

Não estou de acordo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76764 Luis Miguel Batista Jeronimo em 2024-07-09

Comentário:

No âmbito do procedimento de consulta pública do Projeto Agroflorestal da Herdade de Murta e Monte Novo reformulado, venho expressar a minha veemente discordância com o projeto e com o respetivo Estudo de Impacto Ambiental, considerando que este deve ser reprovado. A empresa Expoente Frugal, Lda. do grupo Aquaterra.farm pretende implantar 658,44 ha de abacate nas Herdades de Murta e de Monte Novo em Alcácer do Sal onde se situa o Açude da Murta, um spot de biodiversidade que fornece água doce a inúmeras espécies de avifauna e mamofauna. Este açude está integrado em Zona de Protecção Especial (ZEP) da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta-Galé da Rede Natura 2000. Participação completa no ficheiro em anexo.

Anexos: 76764_Participação EIA Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN) Reformulado.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76763 Isalia Cruz em 2024-07-09

Comentário:

Projeto para o desenvolvimento económico da região, tendo como base as boas práticas agrícolas, ambientais e sociais e que poderão ser validadas através de inspeções externas e de certificação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76762 Bernardo Queiroz Ribeiro Mesquita Pinto em 2024-07-09

Comentário:

Os meus parabéns pela reformulação deste projecto, conseguindo a preservação de 70% da área total para corredores ecológicos e habitats, aliada ao desenvolvimento agrícola, demonstra um equilíbrio perfeito entre conservação ambiental e crescimento económico. Um exemplo sem dúvida a ser seguido! Portugal precisa de mais projectos destes para impulsionar a nossa economia, sobretudo na componente agrícola, que deveria ser um dos pilares de toda a nossa política de desenvolvimento económico.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76761 Mário Sequeira em 2024-07-09

Comentário:

Sou morador em MOnte Novo do sul,e este projecto vai afectar a disponibilidade de agua da zona e por sua vez destruir o ecossistema. DEVE SER RECUSADO!!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76760 Almudena em 2024-07-09

Comentário:

Um projeto muito enriquecedor para a região.Gostaria que houvesse mais projetos como este na área, você vê um projeto sólido e sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76759 Tiago de Zoeten em 2024-07-09

Comentário:

O projeto proposto, mesmo depois das alterações, terá um impacto ambiental e social muito grande a longo prazo devido ao consumo excessivo de água numa zona onde a pressão sobre os recursos hídricos é casa vez maior.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76758 Jose ortega em 2024-07-09

Comentário:

É uma grande oportunidade para a região, ajuda a economia.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76757 Luísa Dentinho em 2024-07-09

Comentário:

É um projeto de elevada importância para a região e país, promovendo o desenvolvimento ambiental, económico e social destes, diversificando a economia da região que está atualmente virada para o turismo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76756 Patricia em 2024-07-09

Comentário:

O projeto contribui significativamente para a economia local ao criar novos empregos, além de adotar práticas agrícolas modernas, que garantem uma produção eficiente e sustentável, e de ter um forte compromisso com a preservação da área florestal e a proteção dos ecossistemas locais, cerca de 70% da área total é dedicada à preservação dos corredores ecológicos e habitats, em conformidade com os requisitos da rede natura 200. Não há dúvidas de que este projeto deve avançar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76754 Hugo Pires em 2024-07-09

Comentário:

Este Projecto permite ao seu promotor continuar o trabalho responsável de integração e protecção ambiental, criando valor acrescentado à região.Não melhor cuidador da terra e dos eu habitat do que aquele que precisa dela na sua plenitude de forma continuada e sustentável!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76753 Alex em 2024-07-09

Comentário:

É um projetor inovador e importante para o desenvolvimento social, economico e ambiental da região e do país

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76751 Patrícia Castanheira em 2024-07-09

Comentário:

Discordo em absoluto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76750 Cláudia Sofia Elias Duarte em 2024-07-09

Comentário:

Concordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76749 João Costa em 2024-07-09

Comentário:

Projeto com rigor, com potencial económico elevado, preocupado com a sustentabilidade do ecossistema e possivelmente transformador da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76747 Ramón em 2024-07-09

Comentário:

Penso que é uma grande oportunidade para o crescimento económico da região, não o tornando unicamente dependente do turismo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76746 Joseph Charlesworth em 2024-07-09

Comentário:

Tendo lido os materiais disponíveis, é evidente que o promotor está a considerar cuidadosamente os ecossistemas e as áreas florestais, adotando uma abordagem ativa para criar biodiversidade. Enquanto que a condição atual das propriedades é de abandono. Eles estão também a criar claramente grandes áreas de habitat totalmente protegido. Além disso, a proposta será altamente produtiva para a economia local e criará empregos de boa qualidade. Eu apoio o projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76745 Mário Gomes em 2024-07-09

Comentário:

É inaceitável que, uma vez mais, o equilíbrio ecológico seja sacrificado a interesses meramente economicistas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76744 Telmo em 2024-07-09

Comentário:

Vai cria muitos postos de trabalho

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76743 Manuel Duarte Pinheiro em 2024-07-09

Comentário:

O projeto tem impactes muito elevados na alteração do solo, ecologia local, território, paisagem, um potencial de pressão crítica nos recursos hídricos subterrâneas e no ciclo da água, e impactes na saúde e noutros aspetos sociais e económicos, que podem vir a alterar o ambiente de forma grave e irreversível e a afetar as várias partes interessadas, incluindo o aldeamento turístico e o desenvolvimento sustentável da região. Este parecer é assim de discordância e recomenda a não aprovação do projeto reformulado Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo em fase de projeto de execução. Manuel Duarte Pinheiro e Rodrigo Proença de Oliveira

Anexos: 76743_ParecerMDPinheiroRPOliveira.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76742 Alice em 2024-07-09

Comentário:

Discordo completamente. Este projeto ao ser implementado, vai agravar um problema que já existe. Por alguma razão houve necessidade de as sociedades chegaram à conclusão, que, para bem do habitat de seres humanos, fauna e flora, de criar "santuários naturais, para impedir que "gananciosos predadores estragassem tudo". Tal é tão verdade, que como já estragaram outras regiões, desertificando-as e poluindo-as, que agora vêm atacar os últimos redutos de equilíbrio e recursos que tanto precisam, e que é onde ainda há alguma ÁGUA. Não estamos numa república das bananas e temos que também saber olhar quem é que no nosso país entra em conivência com esses grupos económicos, vendendo o país e hipotecando o nosso futuro sustentável e acima de tudo se essas pessoas estão em cargos de gestão pública responsáveis pelo res publica (coisa pública), ou em posições de “influencers” mediáticos.Discordo visceralmente, por ver a ignorância em todos os sentidos, tanto económica, como social, dos promotores e facilitadores da implementação deste tipo de projetos. Ignorância científica em termos de agricultura, por desconhecerem conceitos básicos como "quando se começa a adaptar as culturas aos solos, do que os solos às culturas, algo vai mal no “reino da Dinamarca”. Falta também sentido de economia nestes projetos de regadio intenso, quando sabemos que existem uma necessidade urgente de planear o recurso água para todos, e não estar a desperdiça-lo em abacates, (que eu tanto gosto). Não sou contra o capitalismo e os investimentos com criação de valor. Reconheço o valor do

investidor e organizador de um projeto e o valor da mão de obra necessária para executar esse projeto. Mas outra falácia deste projeto, é o de venderem como mais valia para o município de Alcácer a ideia de que vão criar 1500 postos de trabalho., que sabemos que é completamente indiferenciado e sazonal e qual a proveniência da mão de obra, que se sujeita a esse tipo de trabalho com baixos valores salariais. Também discordo totalmente por suspeitar que muitas vezes estes "mega projetos" que "vêm salvar" uma comunidade agrícola com poucas recursos e oportunidades, estão muitíssimo bem assessoradas por gabinetes de advogados, super conhecedores dos meandros das lei" que eles" próprios " muitas vezes fizeram "à lá Carte" e que depois os informam da quantidade de subsídios governamentais a que se podem candidatar. Os habitantes de Alcácer e da Região, merecem melhor, Portugal merece melhor, temos que ser melhores, mas para isso temos de dar o exemplo, e não cair nestas ciladas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76741 Jose Ortega Mateu em 2024-07-09

Comentário:

É um bom projeto para as famílias que vivem em Alcácer uma vez que promove o desenvolvimento económico e social da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76740 Paulo Jorge Cabanejo em 2024-07-09

Comentário:

Os ecossistemas estão a ser severamente impactados pelas alterações climáticas. Mesmo sem a implementação do projecto, o açude da Murta corre o risco de desaparecer, bem como as espécies que dele dependem!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76739 Tiago Veloso em 2024-07-09

Comentário:

Discordo totalmente do agora reformulado Projeto Agroflorestal para as Herdades da Murta e de Monte Novo, por entender que não tem qualquer cabimento plantar abacates – um fruto que exige quantidades anormais de água para o seu desenvolvimento – em Portugal e, muito menos ainda, no Alentejo, onde é sabido que a desertificação tende a aumentar nas próximas décadas.De facto, este projeto, ainda por cima numa extensão a rondar os setecentos hectares de terreno, vem ao arrepio das boas regras de um desenvolvimento equilibrado e sustentável.Acresce que o projeto agora reformulado em pouco difere da versão que anteriormente esteve em discussão e que foi já rejeitada pelas entidades competentes. Para verificá-lo, basta atentar nas reduções ridículas operadas na área de plantação (menos 8,8%) e no número de furos para extração de água (menos 2 em 34).E sendo o projeto inicial e o projeto reformulado, no essencial, os mesmos, não vejo como possa merecer aprovação esta reformulação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76738 Joaquim Serra em 2024-07-09

Comentário:

Já existem projetos em excesso na zona observada ou que provocará no futuro problemas no abastecimento e qualidade da água nas zonas envolventes, nomeadamente Alcácer do Sal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76737 João Romba em 2024-07-09

Comentário:

DISCORDO da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R)“Somente quando for cortada a última árvore, pescado o último peixe, poluído o último rio, que as pessoas vão perceber que não podem comer dinheiro.” (Provérbio Indígena)QUERO ÁRVORES A PRODUZIR SOMBRA, PARA BAIXAR A TEMPERATURA NO ALENTEJO E AO PLANETA, para si também, que gosta certamente de estar debaixo do ar condicionado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76736 Emelina Badwan em 2024-07-09

Comentário:

Como cidadão, acredito que os empresários agrícolas são fundamentais para a manutenção das áreas protegidas. Alcançar uma atividade económica produtiva que seja compatível com a preservação dos habitats é algo digno de aplausos. Este é um verdadeiro exemplo a seguir! Deve ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76735 Filipa e Silva Pinheiro em 2024-07-09

Comentário:

Muito importante

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76734 MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES SANTOS em 2024-07-09

Comentário:

DISCORDO

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76733 Jaquelina Ouakinin em 2024-07-09

Comentário:

Discordo do projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76732 Daniel Reis em 2024-07-09

Comentário:

O cultivo do abacate na dimensão proposta, não deve ser permitido, uma vez que se trata de uma espécie que não deve ser autorizada em zonas onde a água é escassa, como é o caso. O abacateiro, exige cerca de 1.000 litros de água por cada kg de fruto produzido, ou seja consoante as espécies, entre 70 a 300 litros por cada peça desta fruta. Acresce ainda que não se vislumbram vantagem económicas para o concelho, uma vez que o valor acrescentado local é próximo de zero, pois nem o emprego gerado será para habitantes da região, nem o seu processamento industrial se fará na região. Assim esta produção, altamente lesiva do ambiente, não gera vantagens económicas relevantes para o Concelho de Alcácer do Sal sendo que deve ser rejeitada e impedida de avançar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76731 Cláudio Jorge em 2024-07-09

Comentário:

Não concordo!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76730 Natalia Blasco em 2024-07-09

Comentário:

O Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN) é uma iniciativa exemplar que se destaca pela sua abordagem inovadora à agrofloresta e à sustentabilidade. Localizado em Alcácer do Sal e liderado pela Expoente Frugal Lda. do grupo Aquaterra, este projeto não só promove a produção de pera-abacate numa região agrícola chave de Portugal, como também fomenta o desenvolvimento económico local através da ligação a um centro de distribuição no Algarve. A fase de Projeto de Execução sublinha o empenho dos proponentes na implementação efectiva e no sucesso a longo prazo desta iniciativa agrícola - um passo para um futuro mais verde e mais próspero!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76729 Pablo Garcia em 2024-07-09

Comentário:

O projeto será um motor econômico para a região de Alcaser, criando empregos locais, especialmente para os jovens, tanto no cultivo quanto no processamento e distribuição. Um centro de distribuição local reduzirá os custos de transporte e melhorará a competitividade dos produtos, atraindo investimentos e turismo agrícola e fortalecendo a economia local.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76727 Carole Delachaux em 2024-07-09

Comentário:

Um projeto deste é um grande erro estratégico numa região que já encontra problemas em fornecimento de água, e não só. Acentuado com todos os projetos já aceites e realizados (campos de golfe, resports, milhares de construções, etc...) nesta zona que não beneficiam ao ambiente. A natureza da região da Comporta tem que ser deixada em paz. Para beneficiar a todos

Anexos: 76727_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76726 Joao Grilo em 2024-07-09

Comentário:

O projeto compromete a segurança hídrica e qualidade da água subterrânea na zona de implantação e adjacentes, tem impactes cumulativos sobre os ecossitemas consideráveis e cujas medidas de mitigação aparentam ser insuficientes. A compatibilização do projeto com projeções de impactes das alterações climáticas é insuficiente e simplista. Adicionalmente, não parece trazer benefícios sócio-económicos nem de valorização do território que justifiquem os impactes ambientais previstos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76725 Rodrigo Soares Teixeira em 2024-07-09

Comentário:

Exmos. Srs.,Remeto para o parecer da Associação Dunas Livres, que subscrevo.Com os melhores cumprimentos,Rodrigo Teixeira

Anexos: 76725_Parecer Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN).pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76724 PedroI. em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto agroflorestal é um modelo exemplar de desenvolvimento sustentável que combina a agricultura com a conservação ambiental. A implementação de técnicas agroflorestais permite a coexistência de árvores, culturas e animais, promovendo a biodiversidade e reduzindo a erosão do solo. A produção de pêras abacate neste contexto não só assegura uma fonte de renda estável para os agricultores locais, mas também contribui para a regeneração do ecossistema. O uso de práticas agrícolas sustentáveis, como o plantio de árvores intercaladas com as culturas, melhora a qualidade do solo e captura carbono, ajudando a mitigar as mudanças climáticas.O projeto agroflorestal promete ser um motor econômico significativo para a região de Alcaser. A criação de uma área agrícola dedicada à produção de pêras abacate estimulará o emprego local sobre tudo gente jovem, tanto na fase de cultivo quanto no processamento e distribuição dos produtos. Além disso, o estabelecimento de um centro de distribuição na região facilitará a logística e reduzirá os custos de transporte, melhorando a competitividade dos produtos no mercado nacional e internacional. Este projeto também atrairá investimentos e turismo agrícola, gerando rendimentos adicionais para a comunidade e fortalecendo a economia local.O projeto agroflorestal terá um impacto social positivo significativo na região . Ao envolver a comunidade local em todas as etapas do projeto, desde o planejamento até a implementação e a gestão, promover-se-á um forte sentido de pertencimento e empoderamento comunitário. A criação de empregos locais em várias etapas do projeto, desde o cultivo até o processamento e distribuição, trará oportunidades de capacitação e desenvolvimento profissional para os agricultores e trabalhadores locais, melhorando suas habilidades e capacidades. Além disso, o projeto promoverá a equidade de gênero, incentivando a participação das mulheres na agricultura, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva. As práticas agrícolas sustentáveis utilizadas no projeto, como a interplantação de árvores e culturas, não só melhoram a qualidade do solo e capturam carbono, mas também asseguram uma produção agrícola sustentável a longo prazo, beneficiando as gerações futuras.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76723 Maria Victória Pinheiro das Neves Veloso de Carvalho Serra em 2024-07-09

Comentário:

Discordo com toda a veemência do projecto de plantação de abacates nas Herdades de Murta e Monte Novo.Num Alentejo que já tem tendência para a desertificação, pretender fazer plantação de abacate numa tão grande área, é no mínimo não ter qualquer preocupação ambiental e social.Seria justo que fossem tomadas medidas para preservar o ecossistema numa área já tão fustigada pela falta de água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76722 Ângela Rosa em 2024-07-09

Comentário:

O açude da Murta é um spot de biodiversidade. Serão extraídos 2850 milhões de litros de água subterrânea por ano para regar os abacates. A nascente que permite que o açude tenha água disponível todo o ano vai secar e a lagoa vai desaparecer. Sou contra!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76721 Bárbara de Sá em 2024-07-09

Comentário:

Contra a produção massiva de mono espécies

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76719 Luis Miguel Amante Bicha e Serra em 2024-07-09

Comentário:

Estraga os solos e polui as águas. Não cria postos de trabalho nem riqueza para a região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76718 Isabel Oliveira em 2024-07-09

Comentário:

Considero que este é um projeto do ponto de vista ambiental e mesmo social insustentável, dada a quantidade de recursos necessária para a sua plantação/manutenção.Ao longo dos últimos anos temos assistido a uma crescente escassez de água, pelo que, uma plantação desta natureza não se coaduna com a preocupação real de preservação de água e proteção do meio ambiente, tão cruciais para o equilíbrio ecológico e qualidade de vida de todos nós e, neste caso particular, das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76716 Paulo Tavares em 2024-07-09

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76715 Maria Cristina Penas em 2024-07-09

Comentário:

Descordancia

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76713 Miguel Guiomar em 2024-07-09

Comentário:

Discordo deste projecto pelas razões apresentadas no ficheiro anexo.

Anexos: 76713_Participação Proteger Grandola - Consulta Pública Reformulação Projeto Agroflorestal das Herdades de M.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76712 Maria Lobo em 2024-07-09

Comentário:

O cultivo da espécie tropical e sub-tropical abacate na dimensão proposta, ou noutra qualquer, deve ser proibido, uma vez que se trata de uma espécie que não deve ser autorizada em zonas onde a água é limitada, como é o caso do concelho de Alcacer do Sal. O abacateiro, exige cerca de 1.000 litros de água por cada kg de fruto produzido, ou seja consoante as espécies, entre 70 a 300 litros por cada peça desta fruta. Acresce ainda que não se vislumbram vantagem económicas para o concelho, uma vez que o valor-acrescentado local é próximo de zero. Alem disso nem o emprego gerado será para habitantes da região, nem o seu processamento industrial se fará na região. Assim considero imperioso seja rejeitada a proposta presente de produção em larga escala de abacate pois é lesiva para o ambiente sem gerar vantagens económicas relevantes para o Concelho de Alcácer do Sal

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76710 Artur Rodrigues em 2024-07-09

Comentário:

Discordo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76709 Francisco Oliveira em 2024-07-09

Comentário:

Num tempo de alterações climáticas e de crescente escassez de recursos hídricos, projetos como este são contraproducentes, em particular numa região como esta. É necessário repensar as culturas agrícolas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76708 Ricardo Ribeiro Barranco em 2024-07-09

Comentário:

Com minha formação em Engenharia do Ambiente e 12 anos de experiência como investigador, manifesto minha total oposição a este projeto. Diante de todos os cenários climáticos que indicam uma crescente escassez de recursos hídricos, a implementação de uma exploração agrícola de alto consumo de água em uma das regiões mais carentes desse recurso coloca em risco o abastecimento das populações e pode ser classificada como um grave atentado ambiental. Qualquer retorno financeiro potencial não compensará o enorme impacto negativo que este projeto trará durante várias décadas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76707 Luis Diogo Batista Broegas em 2024-07-09

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais. A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda. O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria. É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76704 Susana em 2024-07-09

Comentário:

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas asustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursosnaturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.Pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que seráutilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de umaexportação.O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que"já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos,ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a regiãopor um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação deemprego.Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusãoapresentada no Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é]viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tentausar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma(pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo,quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemossenão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto,e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamenteavançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76703 Herdade de Montalvo Turismo e Lazer em 2024-07-09

Comentário:

Discordância total do projeto agora reformulado.

Anexos: 76703_Documento Participa_Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76702 Jose Dionísio em 2024-07-09

Comentário:

Incompreensível permitir-se um projeto desta natureza na região do país que mais dificuldades apresenta relativamente à falta de água. Permitir a "construção de piscinas num deserto" não é seguramente o que se espera de quem nos governa. O Alentejo e o Algarve não têm condições para receber projetos desta natureza e desta dimensão. Este não é o caminho. José Dionísio

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76700 joana em 2024-07-09

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente na região de Alcacer do Sal, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação, levantando sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 não mitigam os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos para serem cheios com água dos furos, cobrindo 19,01 ha, enfrentam problemas de evaporação, sérios o que significa um enorme desperdício de água do aquífero.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para aves devido à persina, representam um risco para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, mesmo reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega não é viável porque está reservada em exclusivo às plantações de arroz e não a abacates.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação, uma Zona de Proteção Especial, áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76699 Pedro Mendes em 2024-07-09

Comentário:

Espécie exigente em recursos hídricos não autocne e. Desequilibra dos eco sistema s

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76698 Constança Correia em 2024-07-09

Comentário:

O abacate não é natural de Portugal e no Sul do país são crescentes as secas. As monoculturas alteram o ecossistema da zona, tornando-o ainda mais seco e inóspito pelo gasto errado da água.Seriam necessários milhões de litros de água por dia para esta monocultura, esvaziando um aquífero vital para toda a região. Não faz sentido.https://drive.google.com/file/d/1OvbN1dTCiuYYxVOYua861XWA_OZc1e-E/view

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76697 Maria Girbal em 2024-07-09

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente na região de Alcacer do Sal, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação, levantando sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 não mitigam os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos para serem cheios com água dos furos, cobrindo 19,01 ha, enfrentam problemas de evaporação, sérios o que significa um enorme desperdício de água do aquífero.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para aves devido à persina, representam um risco para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, mesmo reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega não é viável porque está reservada em exclusivo às plantações de arroz e não a abacates.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação, uma Zona de Proteção Especial, áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76695 HELENA CRISTINA GONÇALVES TAPADA em 2024-07-09

Comentário:

Necessário reformular pelas quantidades de água que o projecto exige, numa altura e época em que este é um bem que escasseia e põe em risco todo o ecossistema local (e global).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76693 João Caldas em 2024-07-09

Comentário:

Excessivo consumo de agua na produção do abacateDesflorestamento de uma area protegida dobestuario do sado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76692 Catarina Isabel Rodrigues Meireles em 2024-07-09

Comentário:

A área de implantação deste projeto, abrangendo as Herdades de Murta e Monte Novo, reveste-se de elevado interesse para a conservação ambiental, pois alberga um conjunto muito significativo de espécies e habitats de interesse comunitário. Esses elementos foram determinantes para a classificação deste território como Sítio de Importância Comunitária e, subsequentemente, como Zona Especial de Conservação.Uma das notáveis particularidades deste Território, em relação à vegetação nativa, é a existência de inúmeras comunidades vegetais que aqui ocorrem, muitas vezes em mosaico, quase todas classificadas no âmbito da Diretiva Habitats. Este fato é incomum em termos europeus e demonstra, claramente, a sua relevância em termos de conservação. Para além disso, vários habitats são relíquias de climas passados, alguns encontrando neste território o seu limite setentrional de distribuição.Todavia, particularmente nas últimas décadas tem-se assistido à degradação continuada destes habitats no Sítio Comporta-Galé, sobretudo devido à alteração do uso do solo. Por isso, é imperativo interromper, e até mesmo reverter, a modificação do uso do solo, sob pena de comprometer a identidade distintiva deste território. Consideramos, portanto, que a aprovação contínua de projetos que resultem na destruição de vastas áreas de vegetação nativa nos territórios da ZEC Comporta-Galé, como o agora em análise, contraria os objetivos de desenvolvimento sustentável e de proteção das espécies e habitats de maior valor ecológico europeu, conforme estabelecido pela Diretiva Habitats.Neste contexto, consideramos de extrema importância a nossa participação (universidade de Évora; Carlos Pinto Gomes e Catarina Meireles) neste processo de consulta, na qualidade de especialistas em habitats e espécies de interesse comunitário. Por isso, apelamos aos decisores e gestores do território que considerem cuidadosamente os argumentos apresentados no ficheiro que se anexa e onde se considera: 1) altamente negativo o impacte desta intervenção nas espécies e habitats do local, que são de alto valor para a conservação e; 2) que as soluções encontradas nesta nova versão do Projeto não respondem à preservação destes valores.

Anexos: 76692_parecer ue.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76691 Ana Cristina Gonçalves Dias em 2024-07-09

Comentário:

Discordo ... por fazer salvem os escassos recursos naturais ainda existentes.....Este projecto não pode ser aprovado, pelo conhecimento que temos sobre os tempos criticos em que vivemos, temos que preservar os ambientes humidos , a falta de água é um problema real gravisssimo , não há recursos para mais abacates , temos que preservar os ambientes naturais , a CCDR foi criada para preservar a natureza , as gerações futuras e a natureza têm que ter uma hipotese.....Vamos construir uma dessassilinadora, vamos trazer agua do pomarão, e não vamos proteger os poucos recursos naturais que ainda existem numa pequena área, IRONIA aprovar um projecto deste.Aprovem projectos de proteção à natureza ....façam o vosso trabalho, sejam corajosos ....

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76690 Joana Rodrigues em 2024-07-09

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76688 Sue em 2024-07-09

Comentário:

Abacate em regadio não e uma cultura apropriado para uma região que tem e vai ter cada vez mais desafios com escassez de agua. Água subterrânea não é uma recurso infinito. Devemos usar com cuidado está recurso communal. Ninguém precisa de abacate, e uma produto de luxo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76686 Andreia Condeço em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Trata-se de uma versão inteligente de usar água. Perímetro de rega a recarregar o aquifero.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76685 Cristina Nascimento em 2024-07-09

Comentário:

Sendo que cada vez mais se sabe que os recursos hídricos estão em níveis deveras preocupantes e que existem espécies vegetais, que apesar de serem bastante atrativas para os lucros rápidos são exigentes nos consumos de água, é muito difícil perceber quais são os verdadeiros benefícios deste tipo de licenciamentos. Estas zonas são de extrema importância para toda a biodiversidade local assim como para o fluxo migratório que todos os anos se tem vindo a perceber o aumento das dificuldades que apresentam devido ao progressivo desaparecimento destas zonas. Todo o estudo de impacte ambiental deveria ser claro e apresentado nos canais de comunicação social para todos ficarmos a conhecer a verdadeira situação. Afinal se tudo está bem e o impacte é mínimo nada há que temer em ser apresentado publicamente de forma facilmente visível para todos. Não concordo com a implementação destas estruturas apesar das possíveis reformulações, apenas vai tardar o acontecimento que se pretende que não aconteça. Vamos manter as zonas húmidas que tão importantes são para o equilíbrio ambiental. Só porque temos zonas em que apenas existem espécies que não são rentáveis não as podemos anular a qualquer preço. Sim, têm que existir gastos para ganhos no futuro mesmo que não seja próximo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76684 Leonor Santa Bárbara em 2024-07-09

Comentário:

-não querer ficar sem água -não querer ficar sem árvores-não querer ficar sem animais-não querer mais trânsito na EN253-não querer mais cheiro estrume e moscas!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76683 João Girbal em 2024-07-09

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação, levantando sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 não mitigam os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos para serem cheios com água dos furos, cobrindo 19,01 ha, enfrentam problemas de evaporação, sérios o que significa um enorme desperdício de água do aquífero.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para aves devido à persina, representam um risco para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, mesmo reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega não é viável porque está reservada em exclusivo às plantações de arroz e não a abacates.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação, uma Zona de Proteção Especial, áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76681 Nádia Amade em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. O ICNF deve fazer um contrato com este promotor e divulgar os resultados. Parabéns ao promotor pela compatibilidade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76680 Patrícia Azevedo em 2024-07-09

Comentário:

Seriam onze milhões de litros de água por dia para regar esta monocultura, esvaziando um aquífero vital para toda a região, e que já está hoje a precisar de ser cuidado e regenerado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76679 Rita Rodrigues em 2024-07-09

Comentário:

DISCORDO

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76678 Miguel Maria Duarte Pargana Brás em 2024-07-09

Comentário:

O cultivo de abacate é extremamente poluente, não compreendo como é que nos dias que correm ainda há quem pense nisso, pois a quantidade de água utilizada é absurda.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76677 João em 2024-07-09

Comentário:

Bom projeto para desenvolvimento da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76676 Bruno Miguel Henriques Rodrigues Afonso em 2024-07-09

Comentário:

Acho que é uma medida incoerente fase à questão da utilização dos recursos como a água e gestão do solo. A monocultura não acarreta grandes benevolências para os solos. A produção de pêra abacate exige uma grande dispendiosa quantidade de água, penso que não seja uma escolha muito sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76675 João Mira Delgado em 2024-07-09

Comentário:

-não querer ficar sem água -não querer ficar sem árvores-não querer ficar sem animais-não querer mais trânsito na EN253-não querer mais cheiro estrume

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76674 patrícia magalhães em 2024-07-09

Comentário:

Querem regar abacates em solo arenoso quase 10x mais do que os recursos que toda a Alcácer usaDizem que vão monitorizar o nível freático, algo que. em Portugal ninguém faz. e onde não há qq controlo nem fiscalização das entidades; supostamente responsáveis.Já não podem fazê-lo no Algarve onde novas plantações de abacates estão proibidas..

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76673 José Luís Vela Gomes em 2024-07-09

Comentário:

O projeto de plantação de abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detetadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.A água é um bem precioso e escasso pelo que todos devemos contribuir para a sua preservação.Não se pode argumentar que a agricultura é essencial para a vida humana, mas neste projeto a vida humana não depende da produção de abacates é essencialmente para exportação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76672 Maria Delgado em 2024-07-09

Comentário:

Este projecto preocupa-me por várias razões.-não querer ficar sem água -não querer ficar sem árvores-não querer ficar sem animais-não querer mais trânsito na EN253-não querer mais cheiro estrume e moscas!!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76671 Mariana de Lemos Pinto dos Santos em 2024-07-09

Comentário:

Como é possível canalizarem água nesta quantidade para abacatal em pleno Alentejo seco? Os recursos escasseiam , é preciso uma gestão racional com vista a preservação do bem comum e não em função do lucro de poucos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76670 Catarina Barão em 2024-07-09

Comentário:

https://drive.google.com/file/d/1OvbN1dTCiuYYxVOYua861XWA_OZc1e-E/view?usp=drivesdk

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76669 Inês Simões Raposo em 2024-07-09

Comentário:

-Não querer ficar sem água-Não querer ficar sem árvores´-Não querer ficar sem animais-Não querer mais trânsito na EN253-Não querer cheiro a estrume e moscas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76668 Hussen Manji em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Finalmente um projeto sem depender de dinheiros públicos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76667 Miguel Nuno Salgueiro Girbal em 2024-07-09

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais. A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda. A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33

hm³/ano para 3,95 hm³/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253. O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria. É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76666 João Farminhão em 2024-07-09

Comentário:

Uma análise objetiva dos impactos expectáveis deste projeto leva a uma conclusão: a sua execução é incompatível com os objetivos de conservação da ZEC Comporta-Galé a que o Estado está obrigado. A extração maciça de água subterrânea, a introdução maciça de agroquímicos, a destruição de habitats de 19 espécies de flora vascular incluídas nos Anexos II, IV ou V da Diretiva Habitats, das quais sete prioritárias, terão consequências ambientais gravosas, que não podem ser compensadas.A degradação do Parque Nacional de Doñana, em Espanha, na sequência da intensificação agrícola no seu entorno, é uma veemente chamada de atenção para o que pode acontecer na ZEC Comporta-Galé e Reserva Natural do Estuário do Sado com a aprovação e implementação cumulativa de iniciativas como o Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76665 Nureia Rosa em 2024-07-09

Comentário:

Casas para trabalhadores na cidade, armazéns na zona industrial e agricultura, floresta e zonas de valores naturais a conservar. Que mais quer Alcácer. Deve ser aprovado este projeto. Deve ser tomado como exemplo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76664 Manuel Tralha em 2024-07-09

Comentário:

Projeto essencial para fortalecer o desenvolvimento económico da região, onde terá também uma componente social, criando novos postos de trabalho.Este projeto desenvolve-se com base numa agricultura moderna e eficiente, usando tecnologia de ponta na gestão da água e solos, demonstrando um compromisso de sustentabilidade.Com isto deve-se considerar um projeto sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76663 Ana santos em 2024-07-09

Comentário:

Discordo totalmente com o projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76662 Nádia Manji em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Exemplo de como recuperar Herdades abandonadas.
Parabéns ao promotor.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76661 Martim Vaz da Silva em 2024-07-09

Comentário:

Numa zona em que a escassez de água se agrava de ano para ano e se prevêem baixas disponibilidades de recursos hídricos a médio-longo prazo, este projecto é um atentado contra o meio ambiente e um crime contra os portugueses, em particular os que residem no Alentejo. NÃO DEVE SER APROVADO!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76660 Samuel Cardoso em 2024-07-09

Comentário:

Numa zona do país com um problema crónico de água, este projeto é profundamente nocivo em termos ambientais e sociais.Devem, pelo contrário, ser preservadas e promovidas as espécies vegetais autóctones, numa perspetiva de sustentabilidade e autosuficiência agrícola, florestal e de uso da água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76658 Renato Silva Dias em 2024-07-09

Comentário:

A reformulação de um projeto agroflorestal de grande envergadura desempenha um papel crucial no fortalecimento da economia. Este tipo de iniciativa promove o investimento ao atrair capital tanto nacional quanto estrangeiro, impulsionando o desenvolvimento de diversas áreas do setor agrícola e florestal. Além disso, projetos desse porte são responsáveis pela criação de uma quantidade significativa de empregos, tanto diretos quanto indiretos, o que ajuda a reduzir o desemprego e a melhorar a qualidade de vida da população rural e urbana.A geração de empregos proporciona renda para os trabalhadores, o que, por sua vez, eleva o consumo das famílias, pois as pessoas passam a ter mais recursos para gastar em bens e serviços. Este aumento no consumo impulsiona outros setores da economia, criando um ciclo virtuoso de crescimento econômico. Portanto, a reformulação de um projeto agroflorestal não apenas estimula o investimento e a criação de empregos, mas também contribui para a expansão econômica de forma sustentável e abrangente, beneficiando tanto o meio ambiente quanto a sociedade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76657 paulo Barbosa em 2024-07-09

Comentário:

O abacate não é natural de Portugal. Ainda menos do Sul do país, aonde têm havido *cada vez + secas*. As monoculturas Alteram o ecossistema da zona. Tornando-o ainda + seco e inóspito. Pelo gasto errado da água e espécies não autóctones. Vê:*Seriam preciso 11 Milhões de Litros de água por dia! para esta monocultura*, esvaziando um aquífero vital para toda a região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76656 Paula Fonseca em 2024-07-09

Comentário:

Impacto ambiental negativo relativo a cultivo de fruta tropical exigente em termos de consumo de agua.Desrespeito pelos recursos aquiferos.Uso nao controlado de pesticidas e fertilizantes com consequente desiquilibrio no ecosistema em zona que deveria ser protegida.Impacto negativo na fauna e flora autóctones .As propostas apresentadas como reformuladas continuam a não preencher os criterios para defesa ambiental e poupanca de recursos aquiferos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76655 Mariana Gonçalves em 2024-07-09

Comentário:

Apresento a minha total discordância deste projeto, pelos motivos apresentados no parecer em anexo, o qual subscrevo.

Anexos: 76655_inbound1923999637356193946.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76654 Eva em 2024-07-09

Comentário:

Pela experiência acontecida no país vizinho deste fruto demonstra que o impacto medioambiental num clima que não é propriamente o seu de origem é devastador a longo prazo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76653 Miguel Nobre Leitão em 2024-07-09

Comentário:

Concordo com a proposta.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76652 Teresa Boavida em 2024-07-09

Comentário:

Os impactes cumulativos quer na quantidade quer na qualidade de água, colocam em risco esta reserva estratégica de água subterrânea para o abastecimento público, constituindo uma enorme perda para o nosso património, a evitar a todo o custo.Parem com isto!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76651 Miguel Oliveira em 2024-07-09

Comentário:

O abacate não é natural de Portugal. Ainda menos do Sul do país, aonde têm havido *cada vez + secas*. As monoculturas Alteram o ecossistema da zona. Tornando-o ainda + seco e inóspito. Pelo gasto errado da água e espécies não autóctones.*Seriam preciso 11 Milhões de Litros de água por dia! para esta monocultura*, esvaziando um aquífero vital para toda a região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76650 Priscila Cunha em 2024-07-09

Comentário:

Venho por este meio, e novamente, apresentar a minha total discordância com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país.

Anexos: 76650_parecer negativo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76649 Devina Shah em 2024-07-09

Comentário:

Precisamos todos e todas a manifestar contra este mega projecto de monocultura intensiva de 660 hectares de abacate em Alcácer do Sal. O abacate não é natural de Portugal. Ainda menos do Sul do país, onde já têm havido imensas secas anuais. Trabalho na área das mudanças climáticas e sei bem qual são os impactos. Seriam preciso 11 Milhões de Litros de água por dia! para regar esta monocultura, esvaziando um aquífero vital para toda a região, e que já está hoje a precisar de ser cuidado e regenerado. Este não é linhada com os objetivos climáticos de Portugal, ou da sustentabilidade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76648 Elena em 2024-07-09

Comentário:

Esse projeto é inaceitável na situação atual de carência de água. Só projetos sustentáveis e regenerativos devem ser aceites.Precisamos caminhar para um Portugal de preservação da natureza e recursos hídricos.CumprimentosElena, PhD

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76647 Duarte Gonçalves Frade em 2024-07-09

Comentário:

O projecto é incompatível com a classificação da área como Rede Natura 2000, já que implicaria a deteriorização e a fragmentação de habitats naturais, afectando espécies constantes das directivas da Natura 2000, em conflito com o DL n.º 140/99, de 24 de Abril: "Artigo 7.º-COutros habitats1 - Os instrumentos das políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento devem manter e, se possível, desenvolver os elementos paisagísticos de importância fundamental para a fauna e a flora selvagens, tendo em vista a melhoria da coerência ecológica da Rede Natura 2000, incluindo através de incentivos à sua gestão adequada."(...) Artigo 8.ºOrdenamento do território1 - Os instrumentos de gestão territorial aplicáveis nas ZEC e nas ZPE devem garantir a conservação dos habitats e das populações das espécies em função dos quais as referidas zonas foram classificadas."As medidas de mitigação para a flora não são adequadas ou realistas, e.g. refere-se a sementeira de Armeria rouyana, Thymus capitellatus e Santolina impressa, que não são espe´cies comercialmente disponíveis como sementes. Relativamente às medidas para o habitat 2260, não é possível um aumento em 10% da área de habitat com estrutura bem conservada através da plantação, uma vez que a plantação artificial não recria a estrutura natural da vegetação resultante de processos naturais de colonização e sucessão das diferentes espécies de plantas. Sementeiras e

plantações não são acções adequadas para protecção da flora e da vegetação em habitats naturais. Acresce que pelo menos 30% do sítio PTCON0034 'Comporta/Galé Natura' já se encontra fragmentado por culturas agrícolas, pelo que o impacto global de um projecto com esta área seria extremamente significativo. Adicionalmente, considero que a instalação de culturas de regadio intensivo como abacate (que necessita de rega sustentada durante todo o ano) não é compatíve com um território com níveis de precipitação cada vez mais reduzidos. A empresa prepara-se para instalar 32 furos, 16 a extrair no aquífero superficial e 16 a extrair no aquífero profundo. O volume total de extração permitido pela APA/ARH Alentejo (2,858 hm3/ano, ou seja 2 858 000 000 litros por ano) assume taxas de recarga de 26 a 30 % da precipitação (num território onde as secas são cada vez mais frequentes e a precipitação menos previsível), não tendo havido modelação hidrogeológica, nem da comparação da simulação de diversas taxas de recarga com os níveis reais de água subterrânea. Não são apresentados os níveis/superfícies de água dos aquíferos superficial e profundo, nem a localização, volumes de água captados e níveis dos furos que já existem na área envolvente nos inúmeros projectos agrícolas e turísticos que já ocupam pelo menos 30 % da ZEC Comporta - Galé.Apesar do EIA referir que pretende impedir "o avanço da cunha salina, pois serão evitados rebaixamentos significativos pelo sistema de captação, sendo estes tendencialmente limitados ao nível do mar", já não é possível assegurar isto uma vez que os dados do piezómetro 476/21 (Furo vertical – RA4 - Cachopos) do SNIRH da APA, localizado ao lado da área do projecto, mostram que a cota piezométrica do aquífero profundo nos meses de Verão (Julho e Agosto) já está 3 m abaixo do nível do mar. A tendência de cotas abaixo do nível médio das águas do mar observa-se também noutras séries piezométricas da Mitrena e de Alcácer do Sal junto ao Sado.Por estes motivos, considero que o Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN) está em conflito com o interesse público e com a legislação existente e deverá ser rejeitado, assim como qualquer outra exploração ag´ricola intensiva que fragmente ainda mais a continuidade dos habitats dentro e em volta de áreas da rede Natura 2000.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76646 Paula Serrano em 2024-07-09

Comentário:

Qdo a necessidade de poupança de agua é cada vez mais importante e necessário a implementação de mais uma monocultura e de abacate pode por em risco as reservas de agua da região. A extensão da produção é absolutamente surreal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76645 Maria Yera Blascj em 2024-07-09

Comentário:

O projeto contribui para o avanço da economia de Alcácer do Sal e do distrito de Setúbal. E apresentam o compromisso de preservar a área florestal e garantir o equilíbrio dos ecossistemas, com base nas melhores práticas e tecnologias. Com a reformulação do projeto, procurou-se não comprometer a integridade da ZEC da Comporta-Galé, melhorando o estado de conservação e aumentando em 10% a área de habitat com estrutura bem preservada. Uma área que foi em grande parte abandonada e negligenciada com os perigos ambientais que podem causar incêndios, pragas, invasões de animais indesejados, etc.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76644 Oceanspirit em 2024-07-09

Comentário:

Projeto sem viabilidade ambiental, realizado por empresa capitalista que espeta um label de "sustentabilidade" pelo meio e cujo site é todo escrito em inglês. Plantar abacates em Portugal não é sustentável, num país onde falta águA, muito menos numa zona recheada de estatutos de conservação. Alterar uma área de mais de 300 campos de futebol para empregar 20/30 trabalhadores e outras centenas de precários que servirão somente para a apanha. Isto é sustentável?

Anexos: 76644_Parecer EIA Herdades da Murta e de Monte Novo Geota.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76643 Mariana Carneiro em 2024-07-09

Comentário:

atentado a floresta autoctone e a biodiversidade que ja quase nao existe em Portugalarvore não se adequa ao nosso território culturas intensivas são um atentado ao ambiente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76642 Tiago Macedo em 2024-07-09

Comentário:

As associações ambientais portuguesas, invariavelmente financiadas com dinheiro público, opõem-se e estigmatizam projetos agrícolas sem considerar a importância crucial que estes podem representar na 1) segurança alimentar, 2) desenvolvimento económico e regional, e 3) conservação ambiental para o país. Este projeto exemplifica como a agricultura pode coexistir harmoniosamente com a proteção ambiental, proporcionando um modelo de desenvolvimento equilibrado e responsável, que beneficia tanto a economia local quanto o meio ambiente. É, portanto, imperativo que se deixe de estigmatizar o investimento em projetos agrícolas e que se reconheça a importância de tais iniciativas. No caso deste projeto, o promotor propõe dedicar 30% da área à plantação e 70% à conservação. O que se pode querer mais? Está na altura de as associações e institutos "ambientais" se juntarem ao país real para que todos possamos remar no mesmo sentido: o sentido do desenvolvimento sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76641 Daniel Silva em 2024-07-09

Comentário:

A área de 658,44 hectares dedicada à exploração agrícola, com a alteração do compasso de plantação para 6x3 metros, permite a valorização de 50% da área com espécies autóctones, como o Stauracanthus genistoides. Esta abordagem promove a biodiversidade agrícola e ambiental, permitindo a coexistência de culturas produtivas com a conservação de espécies nativas, fortalecendo a sustentabilidade do uso da terra.Esta medida demonstra um compromisso sério com a sustentabilidade ambiental e a conservação da biodiversidade, razões pelas quais este projeto merece ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76640 Frederico Almada em 2024-07-09

Comentário:

O projeto reformulado prevê o aumento da largura das margens dos cursos de água para 25 metros, totalizando uma área de 161,87 hectares sem intervenção. Esta medida é vital para proteger os ecossistemas aquáticos, preservando as zonas ripárias, que são cruciais para a filtragem de poluentes, a prevenção da erosão e o suporte à biodiversidade aquática e terrestre. Parabéns ao promotor por ter ido ao encontro de todas as preocupações das entidades de AIA e procurar ativamente melhorar o projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76639 Ricardo Seixas em 2024-07-09

Comentário:

A proposta de disponibilizar um banco de captações de água subterrânea para reserva dos três polos de captação de água pública da AGDA é essencial para a sustentabilidade hídrica. Esta ação assegura a disponibilidade contínua de água potável para a população, aliviando a pressão sobre os recursos hídricos e promovendo uma gestão responsável e sustentável da água. É de louvar o empenho do promotor.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76638 Guilherme Monteiro em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto inclui a integração do armazém de apoio agrícola e o alojamento dos trabalhadores na malha urbana de Alcácer do Sal. Esta mudança melhora a logística, reduz a pegada ambiental e promove a coesão social. Esta medida evita a fragmentação de habitats naturais e diminui o impacto ambiental nas áreas rurais, além de proporcionar melhores condições de vida e acesso a serviços essenciais para os trabalhadores.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76637 Carla pereira em 2024-07-09

Comentário:

Contínuo a não concordar devido à situação de escassez de água no Alentejo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76636 Marta Moreira em 2024-07-09

Comentário:

O projeto reformulado visa manter e ampliar as áreas florestais, criando descontinuidades e corredores ecológicos essenciais para preservar a biodiversidade e facilitar a movimentação de espécies. Estas áreas, totalizando 122,58 hectares de valores naturais e 1.226,52 hectares de habitats a conservar e valorizar, asseguram a integridade ecológica e a resiliência dos ecossistemas. Estas medidas garantem a continuidade ecológica e a conectividade entre diferentes habitats, promovendo a saúde geral dos ecossistemas e melhorando a capacidade de adaptação às mudanças climáticas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76635 Joana Alves em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto privado propõe-se a realizar um trabalho essencial que o ICNF não conseguiu ao longo das últimas décadas. Através da identificação e melhoria de habitats prioritários, o projeto vai revitalizar áreas degradadas e proteger a biodiversidade com uma eficácia e sustentabilidade notáveis. Esta iniciativa demonstra um compromisso ambiental exemplar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76634 José Miguel Abrantes em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto mostra que é possível cumprir rigorosamente as condicionantes da Rede Natura 2000 enquanto se promove o desenvolvimento agrícola sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76633 Miguel Marques Alves em 2024-07-09

Comentário:

O ICNF deve reconhecer a importância deste projeto, que cumpre todas as condicionantes da Rede Natura 2000, e apoiar sua implementação para promover a sustentabilidade ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76632 Helena Santos em 2024-07-09

Comentário:

Investir e apoiar projetos agrícolas de grande escala como este é essencial para a adoção de tecnologias avançadas e a promoção da sustentabilidade em Portugal. Somente projetos com a dimensão adequada podem justificar e sustentar investimentos em inovações realmente transformadoras, como sistemas de irrigação de precisão, monitorização contínua do solo e automação agrícola. Estas tecnologias não só aumentam a eficiência e a produtividade, mas também permitem uma utilização verdadeiramente sustentável dos recursos naturais. A aprovação deste projeto é fundamental porque a sua dimensão permitirá implementar práticas sustentáveis que beneficiam o meio ambiente e garantem a viabilidade económica e ambiental desta zona no longo prazo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76631 Manuel Sousa em 2024-07-09

Comentário:

O promotor está a ser cauteloso ao considerar um volume de água menor do que o permitido pela APA/ARH, demonstrando uma gestão responsável e um compromisso com a sustentabilidade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76630 Francisco Silva em 2024-07-09

Comentário:

A APA/ARH – enquanto Autoridade Nacional da Água – que dispõe de todos os dados para atribuir um volume de água ao projeto, já se pronunciou sobre o volume atribuído – superior ao volume considerado pelo promotor para a implementação do projeto. Não há razão para os pseudo ativistas continuarem a disseminar informação falsa sobre a quantidade de água a utilizar pelo projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76629 Mariana Caldas em 2024-07-09

Comentário:

O projeto do promotor demonstra um compromisso exemplar com os requisitos da Rede Natura 2000, ao dedicar cerca de 70% da área total das herdades à preservação de corredores ecológicos e habitats. Isto inclui a identificação e melhoria de habitats prioritários, garantindo que a biodiversidade e os ecossistemas locais sejam protegidos e recuperados. Apenas 30% da área será utilizada para a produção agrícola, o que mostra um equilíbrio cuidadoso entre desenvolvimento económico e conservação ambiental.Existe uma injustiça clara no facto de o nosso país estar dependente de "valores ambientais" supostamente existentes, enquanto o ICNF demonstra incapacidade para planear, gerir e proteger eficazmente essas áreas. As dificuldades do ICNF em cumprir estas tarefas deixam muitas vezes as áreas protegidas vulneráveis e mal geridas, o que compromete os objetivos de conservação da Rede Natura 2000.Trazer a iniciativa privada para os esforços de conservação é fundamental. O promotor privado deste projeto mostra como a conservação pode ser feita de forma eficaz, usando recursos próprios e implementando medidas práticas e bem-sucedidas de proteção e recuperação ambiental. Este modelo de parceria entre o setor privado e os objetivos públicos de conservação já é uma realidade comum noutros países.Na Alemanha, as empresas privadas de silvicultura trabalham em estreita colaboração com as autoridades ambientais para gerir áreas protegidas, combinando atividades económicas com conservação ambiental. Este modelo de cooperação público-privada tem mostrado excelentes resultados na proteção de habitats e espécies, enquanto permite o uso sustentável dos recursos

naturais.É fundamental reconhecer que a iniciativa privada pode desempenhar um papel crucial na conservação ambiental, especialmente quando as entidades públicas enfrentam limitações. A Rede Natura 2000 não pode estar refém de uma gestão pública ineficaz. Projetos como este, que equilibram conservação e desenvolvimento, devem ser apoiados e promovidos como exemplos de boas práticas em sustentabilidade ambiental. A aprovação deste projeto não só beneficiará a biodiversidade local, mas também demonstrará como a parceria entre o setor público e privado pode alcançar objetivos de conservação de forma eficaz e sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76628 Vasco Carvalho em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto demonstra claramente a capacidade do promotor de alcançar resultados significativos na conservação ambiental, algo que as associações ambientalistas, dependentes de financiamento público, não conseguiram efetivamente. Enquanto essas associações frequentemente se opõem a tudo e todos, sem apresentar soluções práticas, este promotor privado mostra como é possível conservar e regenerar habitats prioritários de forma independente e eficaz. A Rede Natura 2000 e o país não podem estar reféns de entidades que apenas criticam sem contribuir ativamente para a preservação ambiental. Este projeto deve ser aprovado, pois prova que a iniciativa privada pode ser um motor poderoso para a conservação e melhoria dos nossos ecossistemas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76627 Diana Marques em 2024-07-09

Comentário:

O projeto está alinhado com os objetivos de gestão definidos para a área, respeitando os requisitos ambientais e legais da Rede Natura 2000. A preservação de habitats prioritários e a melhoria da conservação da ZEC Comporta-Galé são evidências do compromisso ambiental do promotor. Deve ser considerado um modelo de integração entre desenvolvimento agrícola e conservação ambiental, pois demonstra que ambas as vertentes podem coexistir de forma harmoniosa e sustentável. Além disso, fortalece a resiliência dos ecossistemas e promove a sustentabilidade a longo prazo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76626 Filipe Câncio em 2024-07-09

Comentário:

O projeto está alinhado com os objetivos de gestão definidos para a área, respeitando os requisitos ambientais e legais da Rede Natura 2000. A preservação de habitats prioritários e a melhoria da conservação da ZEC Comporta-Galé são evidências do compromisso ambiental do promotor. Deve ser considerado um modelo de integração entre desenvolvimento agrícola e conservação ambiental, pois demonstra que ambas as vertentes podem coexistir de forma harmoniosa e sustentável. Além disso, fortalece a resiliência dos ecossistemas e promove a sustentabilidade a longo prazo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76625 Daniela Magalhães em 2024-07-09

Comentário:

O consumo de água do abacateiro é comparável ao de outras culturas frutícolas autóctones, como citrinos e oliveiras. As medidas de racionalização de água e diversificação de fontes propostas pelo projeto são essenciais para a sustentabilidade da agricultura local. Este projeto é exemplar porque, ao esclarecer as preocupações sobre o uso da água, mostra que é possível equilibrar a produção agrícola com a gestão sustentável dos recursos hídricos. Além disso, promove a eficiência hídrica e combate a desinformação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76624 Álvaro Brito em 2024-07-09

Comentário:

As medidas adicionais de prevenção, mitigação e compensação ambientais estão incluídas no projeto reformulado, contribuem para uma gestão sustentável dos recursos hídricos e a conservação da biodiversidade. Exemplos incluem a criação de locais de alimentação e refúgio para aves e a preservação de espécies nativas. Esta iniciativa merece ser elogiada porque as medidas de conservação garantirão a proteção e a melhoria dos habitats naturais, beneficiando a biodiversidade regional e promovendo um modelo sustentável de agricultura e conservação ambiental. Um exemplo de gestão privado que contempla o bem comum.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76623 Patricia Pinto em 2024-07-09

Comentário:

As medidas adicionais de prevenção, mitigação e compensação ambientais estão incluídas no projeto reformulado, contribuem para uma gestão sustentável dos recursos hídricos e a conservação da biodiversidade. Exemplos incluem a criação de locais de alimentação e refúgio para aves e a preservação de espécies nativas. Esta iniciativa merece ser elogiada porque as medidas de conservação garantirão a proteção e a melhoria dos habitats naturais, beneficiando a biodiversidade regional e promovendo um modelo sustentável de agricultura e conservação ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76622 Maria Martins em 2024-07-09

Comentário:

O projeto visa recuperar áreas degradadas, criando florestas de elevado valor ecológico e promovendo a biodiversidade. Isso inclui o controlo de espécies invasoras e a regeneração de áreas florestais abandonadas, que atualmente sofrem com a proliferação de infestantes e a degradação dos habitats. Este esforço é crucial porque contribuirá significativamente para a recuperação ambiental, melhorando os ecossistemas locais e reduzindo o risco de incêndios. Além disso, fortalecerá a resiliência ambiental e promoverá a sustentabilidade a longo prazo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76621 António Costa em 2024-07-09

Comentário:

A implementação de sistemas de irrigação gota a gota e a monitorização contínua da humidade do solo garantirão o uso eficiente e sustentável da água, minimizando o consumo e preservando os recursos hídricos. Este projeto deve ser apoiado por assegurar uma gestão sustentável dos recursos hídricos, promovendo a eficiência no uso da água e preservando este recurso vital para futuras gerações.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76620 Catarina Maria Lopes em 2024-07-09

Comentário:

O projeto dedicará cerca de 70% da área total das herdades à preservação de corredores ecológicos e habitats, em conformidade com os requisitos da Rede Natura 2000 e da Zona Especial de Conservação da Comporta/Galé. Isso inclui medidas de recuperação e melhoria de habitats, como o aumento em 10% da área de habitat bem conservada. Deve ser considerado um modelo de conservação ambiental porque garante a proteção e recuperação de habitats importantes, promove a biodiversidade e a saúde das florestas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76619 Maria Barreiros Mota em 2024-07-09

Comentário:

Ao criar oportunidades de emprego e formação para os habitantes da região, o projeto promove o desenvolvimento socioeconómico, fortalecendo os laços comunitários e contribuindo para um futuro mais próspero para todos. Assim, é essencial para a revitalização do campo, combate à desertificação rural e incentivo à inclusão social e económica.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76617 Alice Ventura em 2024-07-09

Comentário:

Se a área tivesse valores naturais significativos, o ICNF já teria implementado um plano desde a publicação da Rede Natura em 2000. O EIA revela que este projeto preserva e melhora a maior parte das zonas de valor. É um modelo a ser seguido.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76616 Ana Rosa em 2024-07-09

Comentário:

Caras(os) Sras(es)Discordo totalmente com tanto abacate. Isto é total disparate. Querem enriquecer às custas da nossa água? Não há água que chegue pra tanto abacatal, comer tanto gourmet faz mal.Salvaguardar o que ainda resta dos nossos ecossistemas. Antes de mitigar, há que preservar na integra o que existe e até renaturalizar!!!Lembrem-se do Serge Latouche e da economia do decrescimento.É possível chumbar um projecto que diminui a biodiversidade e poe em causa a qualidade de um aquífero.Discordo discordo de tamanho abacatal, prefiro o património natural.Espero que a minha participação vos faça sorrir e que o açude da murta continue o seu papel enquanto zona húmida da Rede Natura 2000.Melhores cumprimentos,Marta Rosa

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76615 André Ricardo em 2024-07-09

Comentário:

A degradação das florestas do nosso país destaca a necessidade urgente de projetos agro florestais que combinem viabilidade económica e sustentabilidade ambiental, como este. Um verdadeiro exemplo!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76614 Pedro Maia em 2024-07-09

Comentário:

Estou contra o abate intensivo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76613 Leonor Murta em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto tem de seguir em frente. Utilizar menos de 30% da área para produção agrícola evidencia um compromisso com a sustentabilidade e a conservação ambiental, equilibrando desenvolvimento económico e proteção dos ecossistemas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76612 Sofia Figueiredo em 2024-07-09

Comentário:

Venho manifestar a minha total discordância com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestou-se a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sido chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Anexos: 76612_inbound3243419025766849193.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76611 Sofia Franco em 2024-07-09

Comentário:

Todas as condicionantes da Rede Natura 2000 são acauteladas, garantindo que o projeto não só não compromete os habitats naturais e a biodiversidade, como os revitalizará. Este projeto tem de ser aprovado, temos de libertar o país das amarras do ICNF.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76609 Luzia Travado em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto de produção pêras abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar a sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais. A pêra-abacate não é autóctone desta região nem de Portugal continental e o seu elevado consumo de recursos hídricos é muito superior as capacidades da região o que iria gerar desequilíbrios ecológicos e ambientais e prejudicar outras culturas locais, bem como desigualdades na sobrevivência e qualidade de vida das comunidades locais e vizinhas. Uma gestão racional e sustentável dos recursos hídricos é fundamental para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida de qualquer região. A referida redução da área agrícola e a diminuição dos furos são insuficientes para mitigar os impactos hídricos e ambientais negativos. Além disso, as folhas e casca das árvores da pêra-abacate são letais para a maioria das aves representando um risco acrescido para a fauna local.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, e a Reserva Natural do Estuário do Sado que na última década têm sofrido um impacto ambiental negativo. Este é um património regional e nacional que importa preservar e que este projeto só viria prejudicar e deteriorar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76608 Miguel Moutinho em 2024-07-09

Comentário:

A agricultura no litoral alentejano tem um imenso potencial que precisa ser desenvolvido de forma sustentável, inovadora e sem subsidiação estatal, como demonstrado por este projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76607 Mariana Coutinho em 2024-07-09

Comentário:

Incentivar modelos de negócios sustentáveis é essencial para que os proprietários se sintam motivados a cuidar e proteger as suas terras, e este projeto é um exemplo perfeito disso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76606 Ricardo Faustino de Lima em 2024-07-09

Comentário:

Venho por este meio expressar a minha mais veemente discordância com o Projeto Agroflorestal da Herdade de Murta e Monte Novo reformulado e com o respetivo Estudo de Impacto Ambiental, e considero que deve ser reprovado. A empresa Expoente Frugal, Lda. do grupo Aquaterra.farm pretende implantar 658,44 ha de abacate nas Herdades de Murta e de Monte Novo, em Alcácer do Sal. A implementação destas plantações é incompatível com a preservação do Açude da Murta, um local importante por ser uma fonte de água doce e que é reconhecido internacionalmente pela sua biodiversidade, nomeadamente por estar integrado na Zona de Protecção Especial (ZEP) da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta-Galé da Rede Natura 2000. Deixo em anexo a minha argumentação mais detalhada.

Anexos: 76606_Murta - Participa.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76604 Martim Santos em 2024-07-09

Comentário:

Incentivar modelos de negócios sustentáveis é essencial para que os proprietários se sintam motivados a cuidar e proteger as suas terras, e este projeto é um exemplo perfeito disso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76603 Carla Mota em 2024-07-09

Comentário:

A falta de gestão anterior resultou na degradação das herdades, no aumento do risco de incêndios e no desaparecimento dos "valores naturais". Este projeto apresenta uma nova abordagem para a revitalização da área, sustentável e economicamente viável. É imperativo que este projeto seja aprovado, não faz sentido que o nosso país continue a ficar na cauda da europa por não compreendermos que só projetos economicamente viáveis poderão trazer benefícios ambientais de longo prazo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76602 Alexandra Batista em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto localiza-se num território caraterizado por terrenos arenosos em plena ZEC Comporta/Galé (Rede Natura 2000), território este classificado dados os seus valores naturais de elevada relevância ambiental (habitats prioritários, caracterizados por espécies classificadas). Por si só, este deveria ser motivo para a não possibilidade de aprovação deste género de projetos que colocam em causa os valores naturais a conservar pela classificação desta área como ZEC, uma vez que estará na base da destruição destes mesmos valores. E não há restauro ou medidas mitigadoras que compensem a destruição numa ´área de mais de 600hectares.Em segundo lugar o volume de água que esta exploração prevê gastar por dia, regando uma espécie de fruto exótica e tropical, é em todo absurda e vai completamente contra a suspensão imposta pela APA de títulos de uso de água subterrânea. Especialmente numa região onde a precipitação regista decréscimos acentuados nas últimas décadas, sendo que a pressão da utilização tem crescido e também tem contribuído para a diminuição daquele que é o aquífero que abastece a bacia do Tejo e Sado. Atualmente existe um grupo de trabalho que está a trabalhar as questões da água a nível nacional e que irá definir uma estratégia nacional de disponibilidade de água, assim sendo, projetos que tenham um impacto desta envergadura num recurso como é a água, deveriam ser analisados à luz do maior número de dados/informações possível. Dados estes e informações estás, que acredito ainda não estarem totalmente disponíveis aos decisores públicos, assim sendo é prematuro e deverás arriscado colocar em causa o futuro da disponibilidade deste recurso desta forma. Este é um recurso que merece uma estratégia concertada e uma definição das possíveis ações que acautelem futuros cenários possíveis.Em terceiro lugar, o projeto aborda o conceito de agroflorestal, induzindo em erro quem o possa ler. De florestal este projeto não tem absolutamente nada. Trata-se dum projeto exclusivamente agrícola e ainda por cima duma monocultura de abacate. Enquanto habitante desta região, sinto-me indignada pela destruição dos valores naturais, de elevado valor ecológico, em que legalmente se destrói, pela devastação de espécies e habitats protegidos que, em determinado momento se considerou importante proteger por lei e salvaguardar para futuras gerações e que agora estamos continuamente a destruir com todos os outros projetos agrícolas já aprovados, em construção e em funcionamento, assim como os projetos de cariz turístico que continuamente estão em crescimento e aprovação. Ao longo destes últimos 20 anos, a ZEC Comporta/Galé tem sido alvo de elevadas pressões e que resultaram na destruição dos principais valores naturais que estiveram na origem da sua classificação em primeiro lugar. Considerar a possibilidade de mais projetos que destruam e coloquem em causa estes valores é absolutamente incompreensível e insano quando se pensa num futuro que se quer sustentável. Quando existem valores deste nível elevado de importância, deveriam existir medidas compensatórias para os proprietários que conservem os mesmos, sendo que atualmente se promove e recompensa os proprietários pela sua destruição. Ainda temos um longo caminho a percorrer na preservação e salvaguarda dos ecossistemas, que devem ser remunerados pelos seu valor e pelo papel que desempenham. Sinto-me ainda em completa apreensão quando o futuro que se avizinha será de escassez dum recurso que deveria estar acessível a todos, em que projetos desta natureza colocam em causa e são motivos diretos para a diminuição dum recurso como é a água potável. Este impacto irá registar-se no meu concelho, que ainda por cima é, neste momento, abastecido em parte, por um aquífero de Alcácer do Sal, mas também irá afetar todos os outros concelhos da região, nomeadamente do Alentejo, onde a escassez de água é uma problema já identificado e que é uma real ameaça ao bem estar das populações.Por todos estes motivos sou manifestamente contra este projeto!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76601 Ana Marta Costa em 2024-07-09

Comentário:

Exmos(as) Sres(as)Implantar 658,44 ha de abacate nas Herdades de Murta e de Monte Novo em Alcácer do Sal onde se situa o Açude da Murta, não nos parece nada inteligente no contexto actual de urgência climática. Este local possui importante biodiversidade associada e fornece água doce a inúmeras espécies de fauna e flora associadas. Este açude está integrado em Zona de Protecção Especial (ZEP) da Zona Especial de Conservação (ZEC) da Comporta-Galé- Rede Natura 2000. As zonas húmidas precisam de urgente conservação e a zona da comporta galé, com projectos turísticos e agrícolas, já perderam 30% da sua área ZEC. É desolador ver a conservação da natureza perder para monoculturas intensivas de frutas não essenciais exóticas.Que as entidades competentes consigam perceber que em prol da economia e dos interesses privados não se pode colocar em causa uma área protegida, acrescendo o facto de haver perigo de intrusão salina do aquífero implicado no projecto.A Associação Cívica Cidade da Participação (ACCP) subscreve totalmente o parecer e posição da GEOTA.A presidente da ACCPAna Marta Costa

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76600 Maria Manuel Lopes em 2024-07-09

Comentário:

Dedicar menos de 30% da área à produção agrícola mostra um claro compromisso com a preservação ambiental e a sustentabilidade. Não tem qualquer cabimento haver a hipótese de não aprovarem este projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76599 Rodrigo Melo em 2024-07-09

Comentário:

As exigências da Rede Natura 2000 são rigorosamente cumpridas, assegurando que o projeto protege os habitats naturais enquanto promove o desenvolvimento sustentável. O que mais é preciso? Chega de construção imobiliária e turismo, o país precisa de crescimento noutros setores.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76598 Vasco Vaz em 2024-07-09

Comentário:

A agricultura no litoral alentejano precisa de ser impulsionada de forma sustentável para aproveitar todo seu potencial, e este projeto é crucial para isso. Isto é a iniciativa privada a fazer avançar o nosso país. Tem de ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76597 Mafalda Neves em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto privado promove a conservação de habitats prioritários de forma eficaz - em cerca de 70% da área total!!! Algo que o ICNF não conseguiu realizar em décadas. É um modelo de conservação autossustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76596 Ines em 2024-07-09

Comentário:

Um absurdo quando cada vez mais o tema relacionado com recursos hídricos é um problema a nível nacional (até global)

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76595 Carlos Batota em 2024-07-09

Comentário:

Os impactos negativos da plantação de abacate em zona com pouca disponibilidade de água (Alentejo e Algarve) está estudado e é do conhecimento geral. Este projecto de cultura intensiva põe em causa a disponibilidade àgua local. Os interesses coorporativos não se podem sobrepor às necessidades primarias da população. Adicionalmente, é um projecto com impacto negativo na biodiversidade regional.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76594 Pedro Ferreira em 2024-07-09

Comentário:

A abordagem inovadora do projeto no uso da água, com perímetros de rega que recarregam o aquífero, demonstra a sua sustentabilidade e deve ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76593 Maria Nogueira em 2024-07-09

Comentário:

Parabéns ao promotor pela compatibilidade ambiental do projeto, que merece um contrato com o ICNF para garantir resultados positivos na gestão territorial. Este exemplo deve ser replicado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76592 Clara Sousa em 2024-07-09

Comentário:

O projeto prevê a construção de habitações para trabalhadores, armazéns na zona industrial, além de agricultura e conservação de zonas naturais. É uma iniciativa que Alcácer do Sal deve apoiar e o país precisa! Iniciativa privada afzer o que o Estado exige mas não faz: cuidar dos valores naturais do nosso território.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76591 Marta Chaves em 2024-07-09

Comentário:

Não faz sentido ter hectares de abacateiros numa zona tão sensível e já com graves problemas de seca e falta de água. Temos um ecossistema preservar. A beleza de um local e o que atrai as pessoas rapidamente se perde quando tudo é vendido ao melhor licitador sem olhar a meios e consequências apenas a lucros. Pior é deliberadamente destruir um sítio tão rico e delicado, por lucro temporário, destruindo consigo o que levou o turismo para lá. É sol de pouca dura, uma visão a curto prazo que não traz vantagem que não em números tão condenados como o ecossistema que os vai gerar. Valorizemos o que é nosso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76590 Nuno Alves Monteiro em 2024-07-09

Comentário:

Este é um excelente exemplo de como recuperar áreas abandonadas sem depender de fundos públicos, promovendo a sustentabilidade económica e ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76589 José Lima em 2024-07-09

Comentário:

A região necessita urgentemente deste projeto devido aos incêndios frequentes e à má gestão florestal. A abordagem mista apresentada ajudará a prevenir incêndios e melhorar a gestão do território.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76588 Lúcia Martins em 2024-07-09

Comentário:

A combinação de sustentabilidade económica e proteção ambiental neste projeto mostra como a gestão das terras no litoral alentejano pode ser transformada, incentivando investimentos contínuos em conservação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76587 João Carlos Afonso em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto demonstra que modelos de negócios sustentáveis podem proteger o ambiente e promover a gestão responsável das terras.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76586 Carlota Gomes Leal em 2024-07-09

Comentário:

A plantação de abacateiros deverá ser proibida no concelho de alcacer do sal dado que o acesso à água é limitado.Se no Algarve estão a proibir a plantação de abacates devido à falta de água porquê permitir q o façam em Alcácer onde também à água não abunda.Em termos de empregabilidade não acredito que venha a trazer uma mais valia, pois também aqui serão uma vez mais utilizados emigrantes como mão de obra.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76584 Luís Sarmento em 2024-07-09

Comentário:

É vital desenvolver o potencial agrícola do litoral alentejano de forma inovadora e sustentável, como proposto por esta iniciativa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76583 Fernanda Silva em 2024-07-08

Comentário:

O projeto visa revitalizar as herdades abandonadas de forma sustentável, oferecendo uma solução eficaz para a degradação ambiental. Este projeto é crucial e deve ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76582 karina ribeiro de andrade em 2024-07-08

Comentário:

Discordo da Aprovação deste projecto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76581 Leonor Claro em 2024-07-08

Comentário:

Para o Plano de Gestão de Região Hidrográfica Sado Mira (PGRH SM) - RH6 aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros 62/2024, de 03.04, foram realizados estudos sobre as disponibilidades atuais e futuras de água e o respetivo cálculo do índice de escassez WEI+ por sub-bacia. Através destes dados é possível concluir que o licenciamento do "Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo" para a produção de abacates, coloca em causa a gestão adequada da água. Tendo em conta o estado de crise climática em que vivemos atualmente é impensável a aprovação de um projeto que vai colocar em causa a existência de um recurso natural valioso e que irá afetar ecossistemas e a vida de vários seres vivos exacerbando os impactos desta crise. O Resumo não técnico relativo ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto Agro florestal das Herdades da Murta e Monte Novo Reformulado prevê agora uma redução da área de plantação de 722ha para 658 hectares, uma alteração na área de estruturas e infraestruturas de apoio para 76,04 hectares, a eliminação do Centro Interpretativo da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé e de dois dos 34 furos para captação de água previstos. No entanto, tais alterações não alteram de forma significativa o impacto que a implementação do projeto irá provocar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76580 Marco Soeiro Tavares de Castro em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto baseado numa agricultura de um produto não autóctone, gera muitos pontos negativos que leva à minha decisão de discordar do mesmo.Não gera riqueza para a zona pois não gera postos de trabalho locais, mas sim vai ter que trazer mão de obra para o efeito.Vai provocar uma utilização enorme de água devido à natureza da cultura que irá competir com a agricultura local.Vai também gerar um movimento enorme de camiões e outros veículos, numa zona deficiente em estradas, pouco preparadas para trânsitos intensos.Este projeto irá beneficiar apenas o promotor, coisa que não é compatível com os danos que irá causar.Podemos viver sem abacates mas não poderemos viver sem água! Pelos motivos evocados, sou contra a realização deste projeto.Marco Castro

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76579 Isabel Pinto Coelho em 2024-07-08

Comentário:

Mais um escandaloso atentado aos recursos naturais das nossas regiões.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76578 Ana Rita Candeias da Lança em 2024-07-08

Comentário:

Discordo da agricultura intensiva, e de opções centradas unicamente no lucro, que contribuem para a exaustão dos ecossistemas.Cresci neste território e é avassalador perceber o quanto esta paisagem tem vindo a ser delapidada, por conta de interesses económicos, que não beneficiam a natureza nem as comunidades.Ainda estamos em tempo de travar este tipo de opções, e são as nossas escolhas concretas que podem criar mudanças agora e no futuro.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76576 Célia Maria Nunes da Cruz em 2024-07-08

Comentário:

Razões da discordância:- Risco de seca e poluição do aquífero.- Os impactes cumulativos quer na quantidade quer na qualidade de água dos diversos projetos agrícolas existentes na área colocam em risco esta reserva estratégica de água subterrânea para o abastecimento público.- Intrusão salina.- Alterações climáticas: reduções da precipitação e do escoamento superficial. Com o aumento da temperatura teremos aumento da evapotranspiração que contribuirá para diminuir as disponibilidades hídricas. As culturas regadas exigirão mais água. A água disponível para se infiltrar e constituir recarga de aquíferos será muito menor.Os ecossistemas aquáticos e terrestres e a flora e fauna neles integrados vão sofrer grande stress hídrico com a redução dos escoamentos superficiais e o abaixamento dos níveis freáticos pelo efeito das alterações climáticas.- Desarticulação entre políticas públicas e a atuação das instituições do Estado português

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76575 Rosário Figueiral Silva em 2024-07-08

Comentário:

Considero este projeto uma agressão ao ecossistema e um passo de gigante para a desertificação do território. Uma cultura intensiva, de regadio, numa região de clima mediterrânico, num momento em que o mundo caminha para uma seca quase irreversível e em que a água existente deve ser racionada e conservada, este projeto é ruinoso para o país, para a paisagem, para a natureza, para o planeta! Este projeto tem de ser parado já!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76574 Mariline Pereira em 2024-07-08

Comentário:

É difícil entender como é possível permitirem a plantação de pêra abacate, quando o país atravessa em grande parte do território uma seca histórica. Espero que seja repensado este projeto que só virá futuramente a secar ainda mais o subsolo desta zona. Apelo aos dirigentes do nosso país que pensem nas gerações futuras e não só nos lucros económicos das empresas envolvidas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76573 Rita Garcia em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto é um exemplo de como a combinação de viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental pode transformar a gestão das terras no litoral alentejano, incentivando os proprietários a investir na proteção e no cuidado contínuo de suas propriedades.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76572 Tomás Coutinho em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto oferece um exemplo de como modelos de negócios sustentáveis podem incentivar a proteção e a gestão responsável das terras.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76571 Eduarda Monteiro Faria em 2024-07-08

Comentário:

O litoral alentejano possui um potencial agrícola imenso que precisa ser desenvolvido de forma sustentável e inovadora, tal é preconizado por este projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76570 Joana Mascarenha em 2024-07-08

Comentário:

A degradação das herdades devido à falta de cuidados anteriores é evidente, e este projeto traz uma solução sustentável para revitalizar a área. Sustentável e viável em todos os sentidos, terá obviamente de ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76569 João Maria Gomes em 2024-07-08

Comentário:

Quem conhece bem a zona sabe que a falta de cuidados anteriores levou à degradação das herdades, com incêndios e proliferação de plantas invasoras. Este projeto representa um novo modelo sustentável que incentiva os proprietários a cuidar e proteger suas terras, combinando viabilidade econômica com responsabilidade ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76568 GEOTA em 2024-07-08

Comentário:

O Geota submete parecer em anexo e agradece a sua publicação no relatório de participação pública.Obrigado.

Anexos: 76568_Parecer EIA Herdades da Murta e de Monte Novo 6_julho_2024.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76567 Maria do Céu Monteiro em 2024-07-08

Comentário:

Menos de 30% da área total será utilizada para produção agrícola, mostrando um compromisso claro com a preservação ambiental. Este projeto tem de ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76566 André Spencer em 2024-07-08

Comentário:

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante..

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76565 Lídia Maria Augusto Diogo em 2024-07-08

Comentário:

Não é ecologicamente sustentável este projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76564 Manuel Antunes em 2024-07-08

Comentário:

A precisão na cartografia da flora e habitats na ZEC Comporta-Galé, muito além dos dados oficiais, demonstra o rigor e o compromisso ambiental do promotor. A reformulação do projeto inclui medidas de prevenção, mitigação e compensação ambientais que garantem uma gestão sustentável dos recursos hídricos e da biodiversidade. Este nível de detalhe e cuidado é raro e deve ser valorizado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76562 Gonçalo Manuel Lemos dos Reis Torgal em 2024-07-08

Comentário:

Conheço o espaço com algum pormenor. No meu ponto de vista é, pelo menos há umas dezenas de anos, um espaço essencialmente de mata (pinhal) como aliás é visível na demarcação de espaços regulares cortados por faixas, perpendiculares sem vegetação - aceiros. Nas proximidades existem espaços de agricultura antigos e mais modernos, estes regados em círculos, visível nas imagens aéreas.São solos pobres, onde a agricultura só é eficaz, vulgo rentável, com a mobilização de fertilizantes, vulgo adubação intensiva, e muita rega.A produção de abacates é reconhecidamente um grande consumidor de água.O aquífero Tejo/Sado é uma muito grande reserva de água. Não é no entanto inesgotável e apresenta já dificuldades nos meses e anos mais secos.O cultivo, em pomar de abacates, irá destruir e sobretudo fragmentar uma importante mancha da referida mata. Com isso restringindo o seu uso, como habitat, de um vasto conjunto de fauna, que não apenas lebres, javalis e répteis e anfíbios que não foram avistados, como refere o Resumo não técnico.O lucro da produção de abacates, agudizado pelo seu consumo excessivo de água, não deverá desprezar todos os valores ambientais e paisagísticos do local.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76560 joão serra em 2024-07-08

Comentário:

Numa zona que já tem sérios problemas de recursos aquíferos, com empreendimentos turísticos que consomem grandes quantidades de água vem juntar-se uma grande área de plantação de abacates, que são autênticos sumidouros de água e que levarão à exaustão do recurso da água, deixando esta região à beira da desertificação de todas as atividades agrícolas e das necessidades da população para a sua vida diária. O abacate é uma fruta tropical para ser produzida em regiões onde a água abunda, não em regiões onde a água escasseia. Que sustentabilidade tem produzir abacates durante meia dúzia de anos e deixar as aldeias, vilas e cidades a serem abastecidas por auto-tanques? Depois de exaurido o aquífero, mudam-se para outra região para fazerem o mesmo exercício de autêntica expoliação dos recursos. As necessidades de captação deste empreendimento de produção de abacates são gigantescas para a água disponível, nesta região em que os modelos climáticos apontam para uma redução contínua da disponibilidade de água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76559 Tiago Oliveira em 2024-07-08

Comentário:

Como é que é possível falar-se tanto de seca no Alentejo e permitirem avançar um projecto deste tipo que consome tanta água?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76558 CAROLINA BAIÃO em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto é mais um atentado à região e aos seus recursos naturais e ecosistemas, estando estes já em severo risco pela pressão imobiliária e turística e pela construção de campos de golf e infraestruturas que causarão danos irreversíveis nas nossas reservas de água e nas nossas paisagens protegidas. Tudo tem um custo, mas quando o que está em causa são os recursos naturais de uma região, quem pagará seremos todos nós.

Anexos:
76558_Parecerpara2aConsultaPuÌblicadaReformulacÌ§aÌodoProjetoAgroflorestaldasHerdadesdeMurtaeMonteNovo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76557 Tajana Pecenicic em 2024-07-08

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos

recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76555 Patrícia Carneiro Pinheiro Veloso em 2024-07-08

Comentário:

Participação na Consulta Pública relativa ao Projeto "REFORMULAÇÃO DO PROJETO AGROFLORESTAL DAS HERDADES DE MURTA E MONTE NOVO (HM-MN-R)"Conforme introdução do resumo não técnico (RNT) do EIA agora alvo de consulta pública resulta de uma reformulação por impossibilidade da Comissão de Avaliação (CA) fazer cumprir os objetivos da AIA, em particular no que se refere aos fatores da ecologia, recursos hídricos e ordenamento do território.De acordo com o mesmo RNT:"A reformulação do Projeto … traduz-se em: •redução de área agrícola e manutenção de ·área florestal, no projeto inicial estavam propostos 722,24 ha agrícolas que foram reduzidos a 658,44 ha. Esta redução permitiu acrescentar ·áreas descontinuidades/corredores: o entre setores de plantação e entre outras propriedades; o aumentar o buffer de conservação para 25 m em todas as linhas de ·água.•redução/eliminação de infraestruturas, nomeadamente: o centro interpretativo da ZEC Comporta/Galé; reservatórios para armazenamento de combustível; dois furos.•relocalização do armazém de apoio agrícola, deslocado para a Cidade de Alcácer do Sal, sendo integrado na classe espaço de atividades económicas;•do alojamento de trabalhadores, deslocado para a Cidade de Alcácer do Sal, sendo integrado na classe espaço habitacional; o do anterior reservatório 2, relocalizado, dentro das Herdades, mas fora da ZPE Açude da Murta;(…)"Sem prejuízo de um conjunto de medidas de minimização ao nível da conservação da natureza e outras, considera-se que estando o projeto inserido em zona de Rede Natura 2000 (sítio Comporta-Galé) os impactes ao nível da conservação da natureza, com afetação de habitats prioritários, como é o caso, deveriam ser mínimos.Ademais, de acordo com a lei, a realização de ações com objeto de conclusões negativas na avaliação de impacte ambiental depende do reconhecimento, pelos respetivos membros do Governo, da ausência de alternativas e da sua necessidade por razões imperativas de reconhecido interesse público, incluindo de natureza social ou económica.Indo à questão das alternativas, o EIA do projeto, localizado como se disse numa zona de relevante interesse público, reconhecido aos níveis nacional e comunitário, deveria analisar seriamente a alternativa zero, ou seja, de não realização do projeto, identificando os impactes positivos da manutenção dos habitats.Também na análise de alternativas, nada é estudado quanto à possibilidade de realizar esta plantação noutro local, nomeadamente num local mais propício ao desenvolvimento abacate (espécie exótica e desadaptada das condições edafoclimáticas do país).Sendo uma zona relevante ao nível da conservação da natureza, reconhecida pelo referido estatuto comunitário, como poderá aceitar e defender-se o interesse público de desenvolver este projeto em detrimento dos valores de conservação protegidos quando, para mais, existe uma ocupação em cerca de 88% por habitats de interesse comunitário?Considera-se que não se deverá aprovar um projeto com impacte de destruição de espécimenes de flora como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação (RNT, pág. 17, parág. 4).Quanto aos recursos hídricos, outro dos impactes muito relevantes do projeto, como é que no Alentejo, em que os efeitos da escassez de água já se fazem sentir seriamente, e onde a generalidade dos

cenários climáticos futuros aponta para uma cada vez maior escassez, se aceita aprovar um projeto desta dimensão, com uma redução de 9 pontos percentuais na área plantada, mantendo o tipo de plantação, abacate, que é altamente consumidor de água?Mais se refere que o projeto, se se realizasse, que se espera que, a bem do interesse público, não venha a suceder, tendo impactes de tão elevadas magnitudes, dependeria de um controlo ambiental apertado, o que, com as carências ao nível de fiscalização ambiental, se receia que venha a ter impactes muito mais significativos do que os previstos.Face ao exposto e tendo em conta a lei, os impactes e os valores protegidos nesta área, apela-se a que a CA e os decisores com competências na área do ambiente, responsáveis pela proteção destes bens comuns, não viabilizem o projeto em análise.Patrícia Veloso8 de julho de 2024

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76554 Filipe em 2024-07-08

Comentário:

Uma mera reformulação cosmética de projecto verdadeiramente absurdo, com impactos negativos a vários os níveis, inserido numa zona de conservação com escassez de água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76553 Ana Paula Mouro de Figueiredo Borges em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Vai criar novos postos de trabalho fixar mais população em Alcácer enriquecer o comércio local.Como cidadã acho que este projeto é um exemplo do uso sustentado da agua .É urgente mais projetos destes para proteger a natureza sem associações ambientalistas fingidas .Vamos aprovar este projeto urgentemente juntos faremos a diferença.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76552 Silvia Lourenço em 2024-07-08

Comentário:

De acordo com notícias veiculadas na comunicação social, o projeto reformulado prevê agora uma redução da área de plantação de 722ha para 658 hectares, uma alteração na área de estruturas e infraestruturas de apoio para 76,04 hectares, a eliminação do Centro Interpretativo da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé e de dois dos 34 furos para captação de água previstos.Este projeto insere-se em zona especial de conservação, uma zona sensível, de preservação de habitats.Para além da produção de abacates, nesta área há outras explorações tais como mirtilos, citrinos e hortícolas que conjuntamente com o agora proposto traduz-se num aumento significativo dos impactos cumulativos no que respeita ao consumo de água.Citando noticia disponível em https://www.publico.pt/2024/01/22/azul/noticia/producao-abacates-mirtilos-citrinos-horticolas-alcacer-sal-ja-ocupa-3000-hectares-2077477“Produção de abacates, mirtilos, citrinos e hortícolas em Alcácer do Sal já ocupa 3000 hectares Os valores piezométricos, que permitem medir o nível de um lençol freático, “apresentam uma tendência de descida, inferiores aos níveis da seca de 2005”, realçando que a situação das águas subterrâneas, no ano hidrológico de 2023, foi “mais grave que no ano de 2005 e, significativamente, mais desfavorável que na seca de 2022”. E no concelho de Alcácer do Sal os aquíferos subterrâneos persistiam em apresentar “valores inferiores ao normal ao longo dos últimos nove anos. (...)O “consumo insustentável de recursos hídricos subterrâneos no concelho de Alcácer do Sal” já foi tema de uma audição na Comissão Parlamentar de Ambiente e Energia realizada a 19 de Julho de 2022, (…)Este mega projeto não é benéfico nem para a natureza, nem para a população do concelho.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76550 Sónia Ferreira da Luz em 2024-07-08

Comentário:

Não estou de acordo com o projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76549 Proteger Grândola - Associação de Defesa do Ambiente em 2024-07-08

Comentário:

No documento anexo, a Proteger Grândola – Associação de Defesa do Ambiente apresenta as razões da sua discordância com a Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-HN).

Anexos: 76549_Participação Proteger Grandola - Consulta Pública Reformulação Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76548 Leonor Modesto em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto é um atentado ambiental e por isso deve ser recusado.O consumo de água que este projeto necessita é enorme e todos os estudos indicam que porá em causa a disponibilidade de água para consumo humano em alguns anos. Por outro lado, existe já evidência de +problemas de desertificação de solos nas áreas de cultivo da pera-abacate - nomeadamente no México - com consequências ambientais irreversíveis. A agricultura extensiva e de produtos tropicais em solos arenosos não se justifica. Não existe forma de controlar o consumo de água e a redução de 8% da área a cultivar e apenas 2 dos 34 furos previstos não elimina as questões ambientais levantadas na primeira análise (recusada) do projeto.Em termos económicos, também não traz qualquer vantagem para o Concelho que não dispõe de mão de obra disponível e implicará problemas sociais muito relevantes.Em resumo, os problemas ambientais e sociais que este projeto acarreta são mais do que suficientes para não autorizar este investimento que deverá ser assim recusado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76547 Gonçalo Antunes em 2024-07-08

Comentário:

O cultivo da espécie tropical e sub-tropical abacate na dimensão proposta, ou noutra qualquer, deve ser proibido, uma vez que se trata de uma espécie que não deve ser autorizada em zonas onde a água é limitada, como é o caso do concelho de Alcacer do Sal. O abacateiro, exige cerca de 1.000 litros de água por cada kg de fruto produzido, ou seja consoante as espécies, entre 70 a 300 litros por cada peça desta fruta. Acresce ainda que não se vislumbram vantagem económicas para o concelho, uma vez que o valor-acrescentado local é próximo de zero. Alem disso nem o emprego gerado será para habitantes da região, nem o seu processamento industrial se fará na região.Assim considero imperioso seja rejeitada a proposta presente de produção em larga escala de abacate pois é lesiva para o ambiente sem gerar vantagens económicas relevantes para o Concelho de Alcácer do Sal .

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76546 Nicolas G Bonet em 2024-07-08

Comentário:

O projeto da Aquaterra é uma oportunidade única para Alcácer do Sal, combinando desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental. A iniciativa inclui casas para trabalhadores na cidade, armazéns na zona industrial e um uso equilibrado da terra que integra agricultura, floresta e conservação de áreas naturais. A equipe da Aquaterra já demonstrou sua capacidade e compromisso em projetos anteriores, e este não é diferente. Eles utilizam práticas agrícolas responsáveis, cuidam dos recursos hídricos e promovem a biodiversidade, tudo isso gerando empregos e fortalecendo a economia local.Além disso, cultivar abacates localmente é uma medida saudável e nutritiva que reduz a pegada de carbono em comparação com a importação. O projeto e um exemplo claro de como o setor privado pode contribuir eficazmente para a preservação ambiental utilizando seus próprios recursos. Este projeto deve ser aprovado e tomado como um modelo de desenvolvimento sustentável e responsável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76545 Miguel Cardoso em 2024-07-08

Comentário:

Crime Ambiental!!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76544 Joao Inacio em 2024-07-08

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76543 marta em 2024-07-08

Comentário:

Contra este projecto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76542 Chiara Carbon em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. O ICNF deve fazer um contrato com este promotor e divulgar os resultados. Parabéns ao promotor pela compatibilidade!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76541 Gine Rossi em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. Finalmente um projeto sem depender de dinheiros públicos!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76540 Anne Bretschneider em 2024-07-08

Comentário:

Bom dia. um projecto de plantação de 658 hectares de abacate em alcácer do Sal, com implementação de 32 furos de captação de água - vão ser utilizados 10 milhões de litros de água por dia para a rega. Falamos de uma zona com escassez de água, uma zona de conservação e um projecto que tem impactos negativos a todos os níveis. Parem com esse projeto, é uma destruição em muitos níveis. Precisamos criar uma agricultura regenerativa, que apoie a terra e as pessoas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76539 Micael Rodrigo Vieira Pinheiro em 2024-07-08

Comentário:

A plantação de pera-abacate no concelho de Alcácer do Sal, para além da desflorestação/ desmataçao de cerca de 735 hectares, irá consumir biliões de m3 água por ano, colocando em risco a manutencao e reposicao de agua de forma natural nos aquíferos existentes, à semelhança com o que acontece no Algarve, a falta de água tornar-se-á uma problemática para todo o concelho de Alcácer do sal, para além dos graves danos ambientais. A agua é um bem essencial e discordo em absoluto que o bem de todos seja encaminhado para o interesse particular. Por esse motivo não concordo com este projecto agroflorestal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76538 Miguel Marcão Toscano em 2024-07-08

Comentário:

No coração da Zona da Comporta, um paraíso natural conhecido por suas paisagens deslumbrantes e biodiversidade rica, surge uma preocupação crescente: o uso excessivo de água e o cultivo intenso. Esta região, que já foi um exemplo de equilíbrio ecológico, enfrenta agora desafios que ameaçam o seu futuro sustentável.A agricultura intensiva na Comporta tem exigido uma quantidade colossal de água, sobrecarregando os recursos hídricos locais. Os lençóis freáticos estão a ser explorados a taxas alarmantes, comprometendo a capacidade de recuperação natural. A irrigação constante não só esgota as reservas de água, mas também pode levar à salinização dos solos, tornando-os menos férteis ao longo do tempo.Além do impacto direto nos recursos hídricos, o cultivo intensivo causa outros problemas ambientais significativos. A monocultura, predominante na região, reduz a biodiversidade, deixando o ecossistema mais vulnerável a pragas e doenças. O uso extensivo de fertilizantes e pesticidas químicos contamina o solo e os cursos da água, prejudicando a fauna e flora locais, além de representar riscos à saúde humana.O equilíbrio delicado entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental na Comporta está em risco. Se medidas urgentes não forem tomadas, poderemos testemunhar a degradação irreversível de um dos ecossistemas mais valiosos de Portugal.É imperativo que se adotem práticas agrícolas mais sustentáveis, como a rotação de culturas, o uso de técnicas de irrigação mais eficientes e a redução de insumos químicos. Além disso, é crucial a implementação de políticas de gestão da água que garantam o uso responsável e a preservação dos recursos hídricos.A Comporta é um tesouro natural que não podemos permitir que se perca. É nossa responsabilidade proteger esta região, adotando práticas que promovam a sustentabilidade e garantindo que as futuras gerações possam desfrutar da sua beleza e recursos. A hora de agir é agora, antes que os danos se tornem irreparáveis.Por último a necessidade de vender os recursos da comporta a proposta mais alta vai por ventura recair em consequências para os seus responsáveis, seja políticos imorais ou investidores desgovernados. Deixo apenas o concelho cuidem do que é de todos caso contrário não há para ninguém. Muito obrigado e caso tenham dúvidas ou necessidade de ajuda estarei disponível para tal.Miguel Marcão Toscano

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76537 Maria Cândida Campos em 2024-07-08

Comentário:

Discordo, este projecto é inaceitável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76536 Luís Ramos em 2024-07-08

Comentário:

Está prevista a captação anual de 2,858 hm3 de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos, mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm3 de água gastos por ano, equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água.Embora já haja reconhecimento do impacto negativo deste volume de captação, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. O sistema aquífero Tejo-Sado tem a seu sentido de drenância invertido desde o século XX, passando o aquífero livre a fluir para o confinado. Acrescem fenómenos de intrusão salina, verificados entre muitos outros locais, no setor da Mitrena e a dependência total da Península de Setúbal deste sistema aquífero. O rebaixamento no sistema aquífero, potencia a perda de qualidade da água, a intrusão salina e a contaminação com origem superficial. Ainda em relação ao impacto qualitativo na água, é de notar que não é referido, nem no presente nem no relatório da primeira iteração do projeto na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana, o uso de fitofármacos, fertilizantes e contaminantes como hidrocarbonetos de fugas de maquinaria, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Assim, considera-se inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que “não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas.Será implantado em “duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine”, em “Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado”.Será implantado em “duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine”, em “Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado”.Destaca-se que são diretamente afetadas espécies RELAPE5 e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de Juniperus

navicularis (Zimbro), 38 ha de Thymus capitellatus, 13 ha de Santolina impressa, e 3 ha de Armeria rouyana.O impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal.É prevista a integração de 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, em particular da realidade de Odemira, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis. Os volumes de água que consumirão estes trabalhadores, assim como a energia e emissões associadas à sua deslocação pendular diária, não são contabilizados. Quer futuras unidades de triagem, de armazenagem e embalamento, quer as previstas unidades de bombagem assim como o consumo elétrico de equipamentos e dispositivos associados às tarefas quotidianas das centenas de trabalhadores previstos, implicam impactes na rede elétrica, conhecidos entre outros em Odemira. Assinala-se não serem ainda avaliados convenientemente os impactos na estabilidade da rede elétrica, nomeadamente as baixas de tensão e desfasagem entre tensão e corrente, com potencial para induzir avarias quer na rede elétrica, quer nos dispositivos a ela ligados.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76535 Alicia Allende em 2024-07-08

Comentário:

Casas para trabalhadores na cidade, armazéns na zona industrial, e um equilíbrio entre agricultura, floresta e conservação de áreas naturais. O que mais Alcácer pode desejar? Este projeto deve ser aprovado e tomado como exemplo a ser seguido.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76534 Manuel Puga em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto está fazendo o que o ICNF não conseguiu em mais de duas décadas: identificar e melhorar habitats prioritários. Ao invés de depender de associações ambientalistas que muitas vezes não entregam resultados, esta iniciativa privada está promovendo a conservação utilizando recursos próprios da herdade. É um exemplo claro de como o setor privado pode efetivamente contribuir para a preservação ambiental. Este projeto tem tudo para ser aprovado e fazer a diferença.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76533 Pedro Costa em 2024-07-08

Comentário:

O principal interesse a defender numa zona Rede Natura (sítio Comporta-Galé) é a conservação da natureza. Nos termos da lei (quetranspõe diretivas comunitarias), a realização de ações com objeto de conclusões negativas na avaliação de impacte ambiental depende doreconhecimento, pelos respetivos membros do Governo, da ausência de soluções alternativas e da sua necessidade por razões imperativas dereconhecido interesse público, incluindo de natureza social ou económica.A mera leitura do resumo não técnico permite facilmente concluir o seguinte:- O projeto, mesmo após a reformulação, apresenta impactes ambientaisde magnitude e significância elevados.- Não é avaliada a alternativa zero, ou seja, a não realização doprojeto. Em que medida é um problema a não realização do projeto?- Não é feita qualquer avaliação do interesse público, muito em especial a comparação com o interesse público de conservação danatureza.Acresce ainda que há afetação significativa de habitats e espécies prioritárias, designadamente as que estiveram na base da classificaçãodo sítio Comporta-Galé (Armeria rouyana e Santolina impressa).O parecer da Comissão de Avaliação ao projeto anterior foi, e bem, demolidor. As conclusões não deixam margens para dúvidas.Sem mais análises, parece até estranho como é que se investe na reformulação de um projeto que só pode ter um fim, a DIA desfavorável,uma vez que é incompatível com os interesses de conservação de natureza declarados para a área. A reformulação está longe, diria mesmo muito longe, de cumprir o que foi solicitado pela Comissão de Avaliação.Todo o litoral Tróia-Melides está sujeito a uma pressão inaceitável com impactes ambientais, cumulativos entre projetos, sobre diversosdescritores, destacando-se a conservação da natureza e a hidrologia (bem tão escasso nesta região do país e que tende a agravar-se emtodos os cenários de alterações climáticas previstos para a região). A população local já compreendeu que os benefícios locais são poucos.Este projeto é mais um do mesmo género.Tendo em conta o exposto, apelo à autoridade de AIA para que a DIA deste projeto seja desfavorável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76532 Isabel Marcão Toscano em 2024-07-08

Comentário:

As reformulações propostas não me parecem suficientes e continua a perpetuar um problema grave no que diz respeito aos gastos de água e seus recursos 1- Como se faz a contabilização e monitorização da extração da água subterrânea ?2- Numero elevado de furos 3- Impacto evidente na flora autóctone tal como na fauna4-Quantidade exagerada e perturbadora de moscas com todas as implicações na saúde pública 5- Cheiro a estrume 6- Inquinação dos lençóis freáticos por pesticidasEsta área do País é considerada Zona protegida do estuário do Sado e está a ser utilizada para exploração de pera abacate?? pondo em risco os recursos de água a curto/ médio prazo e o equilíbrio do nosso ecossistema

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76531 Alexandra Sobral em 2024-07-08

Comentário:

Não concordo com o projecto de monocultura intensiva de 660 hectares de abacate em Alcácer do Sal

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76529 Vasco Claro em 2024-07-08

Comentário:

A execução deste projeto de abacates que está agora em discussão publica tem impactos negativos na região. A produção de abacates, mirtilos, citrinos e hortícolas em Alcácer do Sal já ocupa, - de acordo com noticia publicada no jornal Publico de 27.6.2024 - 3000 hectares em plena Rede Natura 2000 e da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé que ocupa, no concelho de Alcácer do Sal, uma área superior a 60 mil hectares.
https://www.publico.pt/2024/01/22/azul/noticia/producao-abacates-mirtilos-citrinos-horticolas-alcacer-sal-ja-ocupa-3000-hectares-2077477A diminuição da área agora proposta de 722ha agora para 658ha, é insignificante tendo em conta as reservas de água existentes, as quais se mostram baixas. Para além disso, não podemos esquecer todos os outros projetos agrícolas que existentes e que necessitam de bastante água, para além de projetos turísticos, e que somando todos o consumo de água torna-se absurdo e rapidamente se esgotará. Figurando, é como se tivéssemos uma garrafa de água e fossemos colocando palhinhas para todos bebermos, quantas mais palhinhas mais depressa se esgota a água...

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76528 Mario em 2024-07-08

Comentário:

As alterações feitas são apenas cosméticas pois são quantitativamente insignificantes com uma diminuição do número de furos para obtenção de água reduzido(ver artigo no Expresso).Além disso mantém se o risco de inquinação dos lençóis freaticos por pesticidas e por utilização de estrumes não tratados que levam ao aumento brutal de moscas.Não esquecer que estamos numa zona protegida do estuário do Sado fazendo plantações de frutos não autóctones que nada têm a ver com esta zona e necessitam de quantidades de água exageradas o que pode levar a um esgotamento precoce dessas mesmas reservas O aumento do número de postos de trabalho também é falacioso pois são usados trabalhadores migrantes que não se fixam no território e que são usados sazonalmente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76526 Thomas Turner em 2024-07-08

Comentário:

Segundo o EIA a zona têm incêndios periódicos. A floresta não é rentável. É urgente este e outros projetos como este para a zona. O ICNF deve evitar os incêndios e aprovar projetos desta natureza mistos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76525 Maria do Rosário Lupi Bello em 2024-07-08

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.Estou completamente em desacordo com este projeto e é absolutamente essencial recusá-lo e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76524 Tom Turner em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. É urgente culturas não subsidiadas pelo estado. O ICNF publicou a Rede Natura em 2000, se a zona tivesse valores naturais de significado já existia um plano para as gerir. Segundo este EIA grande parte da zona de valores fica preservada e será melhorada. É um exemplo de projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76522 Bernardo Garcês em 2024-07-08

Comentário:

É imperativo recusar este projeto e redirecionar os esforços para a preservação da água e a proteção do meio ambiente. A gestão sustentável dos recursos hídricos é essencial para manter o equilíbrio ecológico e garantir a qualidade de vida das comunidades locais. As autoridades devem estar vigilantes e considerar cuidadosamente os estudos socioambientais existentes sobre os recursos hídricos da região. Devem adotar uma perspetiva de longo prazo, atendendo à realidade climática que nos força a conservar os recursos, evitando o seu desperdício em nome de interesses imediatos e transitórios, como os da agricultura intensiva com espécies não autóctones, como o abacate. Podemos viver sem abacates, mas a sobrevivência sem água é impossível.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76521 Michaela Mestre em 2024-07-08

Comentário:

Um projeto que trará certamente desenvolvimento à zona envolvente - agrícola, económico, demográfico.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76520 Nuno Inácio em 2024-07-08

Comentário:

O projeto Abacates Reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 não mitigam os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 hectares, enfrentam problemas de evaporação, e 3 hectares de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação, de cinco para seis metros, não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco significativo para a fauna local.As necessidades hídricas, reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem.O projeto abrange áreas de conservação e proteção ambiental sensíveis, incluindo Zonas Especiais de Conservação e a Reserva Natural do Estuário do Sado, onde a fauna já é impactada.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e na proteção do meio ambiente para garantir a sustentabilidade e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76519 Margarida faria em 2024-07-08

Comentário:

Discordo totalmente do projecto agroflorestal para as herdades de Murta e Monte novo. O abacate exige quantidades enormes de água e não faz sentido nenhum o seu cultivo no Alentejo que caminha para a desertificação. É necessária a plantação de espécies autóctones e não de exóticas!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76518 Lucia Carboni em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto faz o que o Icnf não conseguiu em 24 anos. Identificar habitat prioritários e melhorar os mesmos. Sem associaçoes ambientalistas a fingir que fazem com o nosso dinheiro. Um privado a promover conservação por via de dinheiro gerado no propria Herdade. O projeto deve ser aprovado!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76517 Gil Jesus em 2024-07-08

Comentário:

Visito Alcácer do Sal com regularidade e é com preocupação que vejo este projecto.As agriculturas intensivas, para além de castigarem severamente os solos, acarretam consequências graves para as populações contíguas, com odores insuportáveis e um aumento exponencial de insectos.A paisagem que caracteriza o litoral alentejano, de arrozais, cegonhas e pinheiros mansos será manifestamente afectada atenta a dimensão do projecto, ao passo que a mão-de-obra que será contratada será certamente estrangeira.Para não falar da elevada quantidade de água que esse projecto exige, que infelizmente não temos ao nosso dispor de forma ilimitada, por se tratar de um recurso natural cada vez mais escasso.Por estas razões, apresento a minha discordância quanto ao projecto apresentado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76516 Ana em 2024-07-08

Comentário:

*Preocupações com o Projeto Abacates Reformulado e a Importância da Preservação Ambiental*O projeto abacates reformulado não é suficiente para abolir as sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são claramente insuficientes para eliminar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,1 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes não compensam essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação (cinco para seis metros) não é viável para a continuidade das espécies nativas. Além disso, os abacateiros apresentarem características letais para a maioria das aves devido à presença da persina. Quanto à preparação e fertilização do solo, o plano mantém-se inalteradas. Já a captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas de Conservação e uma Zona de Proteção Especial. É essencial recusar este projeto e focar na preservação (tanto da água e proteção do meio ambiente). A gestao sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76513 Graziela Abrantes em 2024-07-08

Comentário:

Manifesto a minha discordância no projeto para produção de abacates na região de Alcácer do Sal.A produção de uma fruta exótica num habitat que nada tem que ver com o natural deste fruto vai trazer um grande prejuizo para a região. O consumo excessivo de água para produção deste fruto vai consumir o recurso hídrico local num periodo de escassez.Alerto também para a alteração grave na alteração da fauna e flora local.Pelos motivos referidos peço que não avancem a criação desta plantação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76509 Adrian Fernández em 2024-07-08

Comentário:

Oponho-me veemente ao projecto proposto.O abacateiro é uma árvore tropical, que carece de elevadas quantidades de água que existem em países tropicais, mas não no Alentejo.A escassez de água em Portugal, em especial na zona Sul do país, é real e preocupante, pelo que não me parece fazer qualquer sentido plantar tais árvores, numa escala megalómana, que só irão agravar a desertificação dos solos, quando a mesma água poderá fazer falta ao consumo das próprias populações.É um preço demasiado elevado a pagar, com a agravante de a fauna e a flora que me levam a visitar Alcácer do Sal ficarem totalmente destruídas.É, de facto, um projecto catastrófico.Adrian Fernandez

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76507 João Paulo Carneiro em 2024-07-08

Comentário:

A região de Alcácer sempre foi uma região de sobreiros, pinheiros mansos e arroz. É um tremendo disparate procurar criar um fruto tropical nesta região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76506 Miguel Borges em 2024-07-08

Comentário:

Eu como cidadão, prefiro ver um investimento na agricultura do que ver incêndios nas florestas, ao menos são criados postos de trabalho, há ajuda na economia. Reduz-se a taxa de incêndios e é sempre melhor que Campos de golf. Desde que respeitem a natureza que lá existe, parece-me ser um excelente projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76505 João Manuel Ribeiro Mendes em 2024-07-08

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76504 Sara Mateos em 2024-07-08

Comentário:

Quero mostrar a minha discordância em relação ao projecto de monocultura intensiva de 660 hectares de abacate em Alcácer do Sal.*Seriam onze milhões de litros de água por dia para regar esta monocultura, *esvaziando um aquífero* vital para toda a região, e que já está hoje a precisar de ser cuidado e regenerado.

Anexos: 76504_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76502 Alexandra Bordalo em 2024-07-08

Comentário:

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76501 Maria Manuela Gomes Carvalho em 2024-07-08

Comentário:

Discordo totalmente com este megaprojeto que põe em risco a preservação da água e a proteção do meio ambiente. É imperioso que haja uma gestão sustentável dos recursos hídricos nesta região, a fim de garantir o equilíbrio ecológico, bem como a qualidade de vida das pessoas, fauna e flora. Se continuarmos a replicar erros já cometidos e não aprendermos com as consequências nocivas que daí advêm, estamos a comprometer o futuro em prol de benefícios económicos para uma minoria.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76500 Maria João Paes de Faria em 2024-07-08

Comentário:

Discordo totalmente do projecto de plantação de abacates nas Herdades da Murta e Monte Novo.«A minha discordância fundamenta-se, essencialmente, na incongruência óbvia que consiste em querer-se plantar, numa extensa área de um Alentejo cuja tendência é continuar a desertificar-se, uma fruta exótica – o abacate – que exige para o seu cultivo quantidades de água elevadíssimas. A água é e será cada vez mais um bem escasso, sobretudo no Sul do país. Não faz sentido gastá-la desta forma massiva. «Existe, porém, outra razão para a minha discordância, também bastante óbvia: o que agora está em consulta pública é uma reformulação do projecto inicial, o qual foi oportunamente rejeitado pelas entidades competentes. Ora, olhando aos detalhes do que agora é proposto, percebe-se que a presente reformulação não é mais do que uma operação de cosmética do projecto inicial (a título de exemplo, veja-se que a área agrícola é apenas reduzida em 8% e o número de furos em 5,8%). Assim sendo, os projectos pouco diferem. E quem rejeitou o projecto inici-al terá obviamente de rejeitar o projecto reformulado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76499 Carlota Padeira em 2024-07-08

Comentário:

A falta de água, cheiro e insetos que atrairá são inadmissíveis para quem vive nestas zonas. Para não falar do impacto ambiental terrível de um projeto desta envergadura. Completamente contra este projeto, se querem abacates para o Algarve, plantem abacates no algarve.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76498 Paulo Jorge Pereira Borges em 2024-07-08

Comentário:

Acho como cidadão e sendo a agricultura uma força viva da nossa economia e que tem trazido ao país um desenvolvimento que é de salutar, com a chegada destes promotores que trazem riqueza, criam postos de trabalho, recuperam herdades abandonadas, casas , pagam impostos, não são subsidiados com o nosso dinheiro como muitos que só fazem agricultura porque recebem subsídios e não trazem riqueza nenhuma aos concelhos nem ao país, que podem e têm interesse em manter as matas limpas e florestas protegidas contra os incêndios, podendo e devendo manter manchas de floresta respeitando a fauna e flora típica da região, aumentando os proveitos no Concelho de Alcácer do Sal, com muitos trabalhadores residentes que vão pagar impostos e segurança social, aumentando as receitas dos restaurantes , residências, supermercados etc.. é bem melhor que campos de golf, piscinas as centenas só para ricos. sou a favos de projetos destes que não sou eu que pago com o meu dinheiro, e sim investidores que arriscam as suas economias e que devem cumprir as regras de respeito ambiental. Felicito os promotores deste projeto e espero que seja aprovado para o bem do meu país

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76496 João Carlos Vieira Pinheiro em 2024-07-08

Comentário:

A plantação de pera-abacate no concelho de Alcácer do Sal, para além da desflorestação/ desmataçao de cerca de 735 hectares, irá consumir biliões de m3 água por ano, colocando em risco a manutenção e reposição de agua de forma natural nos aquíferos existentes, à semelhança com o que acontece no Algarve, a falta de água tornar-se-á uma problemática para todo o concelho de Alcácer do sal, para além dos graves danos ambientais. A agua é um bem essencial e discordo em absoluto que o bem de todos seja encaminhado para o interesse particular. Por esse motivo não concordo com este projecto agroflorestal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76492 Carlos Henriques em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto deve ser aprovado. É urgente culturas não subsidiadas pelo estado. O ICNF publicou a Rede Natura em 2000, se a zona tivesse valores naturais de significado já existia um plano para as gerir. Segundo este EIA grande parte da zona de valores fica preservada e será melhorada. É um exemplo de projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76491 Isabel Soares em 2024-07-08

Comentário:

Discordo deste projeto, pois acarreta graves prejuízos do ponto de vista ambiental e com desperdício grave da água .

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76489 JOAO CAÇO em 2024-07-08

Comentário:

Um projeto interessante que tira partido das boas condições edafoclimáticas da região e traz consigo técnicas inovadoras de aproveitamento agrícola. Será também um ponto de desenvolvimento económico numa zona onde o aproveitamento do solo é feito principalmente através da exploração florestal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76487 Isabel Santos em 2024-07-08

Comentário:

Gasto excessivo dos escassos recursos hidricos, quando o sul da peninsula ibérica está em processo de desertificação. Não é cultura agrícola adequada a esta area geográfica.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76486 Maria de Lurdes Café Flamino em 2024-07-08

Comentário:

A plantação de pera-abacate no concelho de Alcácer do Sal, para além da desflorestação/ desmataçao de cerca de 735 hectares, irá consumir biliões de m3 água por ano, colocando em risco a manutenção e reposição de agua de forma natural nos aquíferos existentes, à semelhança com o que acontece no Algarve, a falta de água tornar-se-á uma problemática para todo o concelho de Alcácer do sal, para além dos graves danos ambientais. A agua é um bem essencial e discordo em absoluto que o bem de todos seja encaminhado para o interesse particular. Por esse motivo não concordo com este projeto agroflorestal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76485 Sandra em 2024-07-08

Comentário:

A plantação de pera-abacate no concelho de Alcácer do Sal, para além da desflorestação/ desmataçao de cerca de 735 hectares, irá consumir biliões de m3 água por ano, colocando em risco a manutencao e reposicao de agua de forma natural nos aquíferos existentes, à semelhança com o que acontece no Algarve, a falta de água tornar-se-á uma problemática para todo o concelho de Alcácer do sal, para além dos graves danos ambientais. A agua é um bem essencial e discordo em absoluto que o bem de todos seja encaminhado para o interesse particular. Por esse motivo não concordo com este projecto agroflorestal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76484 Manuel Ruiz em 2024-07-08

Comentário:

Apresento, por este meio, a minha total discordância em relação a este projeto. O projecto apresentado gastará 11,8 milhões de litros de água por dia para regar 722,24 hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal. Este será um crime ambiental, que contrbui para a desrtificação e para a morte de habitats e espécies autóctones de uma região muito preciosa e frágil em termos ambientais. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área.Segundo a APA, “o volume máximo autorizado para captação é de 4,827 hm3/ano”. Esteprojecto Hm-MN vai tomar 67% deste volume, uma vez que pretende captar 3,22 hm3anualmente de água subterrânea a dois níveis de profundidade por meio de 34 furos. No RNT,pág. 15, “considera–se que não existirá uma afetação significativa da [massa de águasubterrânea da Bacia Tejo–Sado], que o impacte negativo apresenta uma magnitude reduzida eé pouco significativo”, e “não se antevê [...] o registo de eventuais conflitos futuros com outrosusos existentes na envolvente”. Quantificar como “reduzido” um impacto de 67% do volumemáximo anual autorizado pela APA demonstra um erro crasso de lógica e uma dispensa gravedos factos. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 porano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado,totalizando 4,33 hm3 de água gastos por ano.De notar que não é referido na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem desaúde humana - o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos,para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde na descrição da fase de exploraçãosem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas - este “deslize” demonstradesleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Aprovar este projeto é de uma irresponsabilidade e de uma falta de ética moral e profissional inconmensuráveis. Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação, com posteriorremoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação. Como é que estas árvores não são mais importantes que lucros económicos? Deveria existir uma preferência por territórios sem árvores tão importantes para o nosso ecossistema, assim como territórios com capacidade hidríca suficiente para mega-projetos como o das Herdades de Murta e Monte Novo. O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em “duas ZonasEspeciais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine”, duas “Áreas Importantespara as Aves”, na “Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do

Estuário do Sado(PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado" e num território com presença de 9habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação". Contudo,a conclusão desta secção resume-se à seguinte frase: "A presença abundante do habitat 2260em toda a área de estudo, e também na generalidade da área do ZEC Comporta-Galé, poderáser minimizar a significância do impacte gerado sobre este habitat." Esta frase não égramaticalmente nem logicamente inteligível, e não conclui nada sobre o impacto ambiental,que é o objetivo deste relatório.O desrespeito pelos valores naturais do território são evidentes na descrição da atual paisagemdas herdades, definidaao pela sua "planura (domínio da horizontalidade) e a monotonia dosmatos e do coberto arbóreo em grande parte da área, traduzidas numa significativahomogeneidade." - não é aceitável uma área com 9 tipos de habitats e 143 espécies vegetaisidentificadas em campo ser descrita como homogénea.Além dos 722,24 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta aindacom 83,11 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enormeserá sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos essesconsideráveis e que passam ao lado no EIA na enumeração das formas de destruiçãoecológica irreversível - o que é inadmissível.As medidas de minimização consequentes são absurdas, limitando-se a fantasias como "açõesde sensibilização ambiental destinadas aos trabalhadores envolvidos". Estas medidas são pura e simplesmente, uma manipulação dos executores deste projeto. Quando estas ações de sensibilização ocorrerem, a destruição ecológica irreversível já terá ocorrido. O Relatório de Impacto Ambiental contém uma enorme falta de profissionalismo, falta de respeito pela Natureza e uma elevadíssima desconsideração pelo património natural desta zona. A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC)Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar incluída neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76483 João Palmela em 2024-07-08

Comentário:

A plantação de pera-abacate no concelho de Alcácer do Sal, para além da desflorestação/ desmataçao de cerca de 735 hectares, irá consumir biliões de m3 água por ano, colocando em risco a manutencao e reposicao de agua de forma natural nos aquíferos existentes, à semelhança com o que acontece no Algarve, a falta de água tornar-se-á uma problemática para todo o concelho de Alcácer do sal, para além dos graves danos ambientais. A agua é um bem essencial e discordo em absoluto que o bem de todos seja encaminhado para o interesse particular. Por esse motivo não concordo com este projecto agroflorestal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76482 Ana Henriques em 2024-07-08

Comentário:

Discordo completamente da plantação de abacatesEstá a estragar o solo e a desertificação os solos pelo grande consumo de água

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76481 rui moura em 2024-07-08

Comentário:

DISCORDO

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76480 Carlota Henriques em 2024-07-08

Comentário:

Discordo com a plantação de abacates porque está a roubar a água incluindo a água dos lençóis criativosObrigada

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76479 Jorge Batista em 2024-07-08

Comentário:

A implantação de mais de 700 hectares de abacates em Alcácer do Sal, que vai consumir perto de 4 biliões de litros de água/ano e implica a destruição completa do coberto vegetal, desarborização, desmatação com perda de espécies de flora e fauna, não pode merecer a minha concordância.Em causa está a preservação da água e a protecção do meio ambiente, cruciais para o equilíbrio ecológico e qualidade de vida de todos nós e, neste caso particular, das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76478 Ana Maria Santos em 2024-07-08

Comentário:

EXº. SenhorPresidente da CCDRNesta altura já terá em sua posse todos os pareceres resultantes de estudos efectuados pelas diferentes entidades credenciadas para esse fim no sentido de provarem os efeitos negativos que a implementação do "Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo" irá provocar.Assim, não vou voltar a "falar" sobre o que já é do seu conhecimento.Venho sim manifestar o meu DISCORDO com a implementação do "Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo"E, confiando que as entidades públicas, o Estado, existem para defender as populações e os territórios contra este tipo de ameaças e irão dar, neste caso em particular, o seu parecer negativo à concretização do referido projeto, com o meu DISCORDO, venho juntar-me a todos os que estão em desacordo, (desacordo esse já manifestado e enviado a V. Exª.), reforçar a vossa decisão de dizerem NÃO ao "Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo"Pelo respeito e deveres pelas populações locais e gerações futuras;Pela conservação da natureza e da água.Pela faunaPela floraPelo equilibro ecológicoPor mimPor tiPor elesPor todos nósCom os melhores cumprimentos Ana Maria de Melo Vaz de Carvalho dos Santos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76477 maria lebre em 2024-07-08

Comentário:

Compete só Homem cuidar da natureza

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76476 Maria Alexandra Gil em 2024-07-08

Comentário:

A água está já é escassa, parar com mega projetos é o sensato.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76475 Luís Fernando Gonçalves Guerreiro Machado Gamito em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto com as reformulações que sofreu fica assegurado a parte ambiental do mesmo. Trata-se de um projeto que vai trazer mais recursos económicos para a região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76473 Leandra Jorge da Silva em 2024-07-08

Comentário:

Como Moitense, apresento-lhe contra a prospecção. A nossa terra perde muitos animais e muito pulmão. A qualidade da água e o impacto da exploração nos lençóis freáticos pode ser devastadora. Se isto não são causas mais do que suficientes, não sei que mais será Digo Não à prospecção.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76472 Tiago Andrade em 2024-07-08

Comentário:

O sector primário em Portugal, necessita de crescer, atingido um maior peso do PIB, aproximando-se de paises como Espanha.É um projeto totalmente com fundos privados, que eleva a soberania alimentar e que segundo este EIA grande parte da zona de valores naturais fica preservada e será melhorada.Precisamos de mais projetos identicos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76471 Deolinda Dâmaso em 2024-07-08

Comentário:

A plantação de pera-abacate no concelho de Alcácer do Sal, para além da desflorestação/ desmataçao de cerca de 735 hectares, irá consumir biliões de m3 água por ano, colocando em risco a manutencao e reposicao de agua de forma natural nos aquíferos existentes, à semelhança com o que acontece no Algarve, a falta de água tornar-se-á uma problemática para todo o concelho de Alcácer do sal, para além dos graves danos ambientais. A agua é um bem essencial e discordo em absoluto que o bem de todos seja encaminhado para o interesse particular. Por esse motivo não concordo com este projecto agroflorestal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76469 leonor em 2024-07-08

Comentário:

Concordo com os argumentos apresentados no documento anexo.A reformulação do projecto não reduz as consequências negativas já apuradas no projecto original e que levaram ao chumbo.CumpLB

Anexos: 76469_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulaçã_240708_183156.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76467 Dárcio Botelho em 2024-07-08

Comentário:

A compatibilidade com a Rede Natura 2000 reflete-se na preservação dos habitats e na promoção da biodiversidade propostas neste projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76465 Tomas Ricciardi em 2024-07-08

Comentário:

O projeto Agroflorestal das herdades da Murta e Monte Novo é de extrema relevância não só para desenvolvimento, conservação e valorização da flora, fauna e todos os habitats inseridos nesta área, mas também para o desenvolvimento socioeconómico da região.Neste sentido, é importante salientar os seguintes elementos:1.Recursos Hídricos•o projeto prevê um consumo total máximo de 3.99hm3/ano, dos quais 2.84hm3/ano relativos à utilização de recursos hídricos subterrâneos e c. 1.14hm3/ano relativos à utilização de recursos hídricos superficiais;•importa referir que o mais recente PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste, 3º ciclo, confirma que o sistema aquífero da bacia Tejo-Sado foi avaliado globalmente, encontrando-se num estado que possibilita o licenciamento de novas captações desde que não excedam 80% da sua disponibilidade;•o promotor propõe a disponibilização de banco de captações de água subterrânea para reserva dos três polos de captação de água pública AGDA para consumo humano;•o projeto prevê a monitorização e controlo do consumo dos recursos hídricos através da tecnologia mais avançada, de forma a garantir a máxima eficiência na gestão dos mesmos;•Por último, é de salientar que a APA/AHR – enquanto autoridade de água – que dispõe de todos os dados para atribuir um volume de água ao projeto, já se pronunciou favoravelmente sore o volume atribuído ao projeto.2.Ecologia e Ordenamento do TerritórioDe salientar que o projeto se insere numa zona há muitos anos abandonada, degradada e vulnerável a incêndios. A reformulação do projeto salvaguarda a integridade dos habitats, promovendo várias medidas como: •salvaguarda, na totalidade c. 700 hectares, da Zona de Proteção Especial do Açude da Murta, eliminando/minimizando qualquer tipo de perturbação na ZPE do Açude da Murta, com a eliminação dos setores de plantação na área a oeste que constavam do layout do projeto inicial;•introdução de várias espécies autóctones, nomeadamente o habitat 2260 - Stauracanthus genistoides - e as respetivas espécies companheiras Halimium halimifolium, Halimium calycinum, Calluna vulgaris. Esta valorização será realizada por sementeira, ou estacaria, em função da espécie. No caso do habitat 2260, está previsto o aumento em 10% da área de habitat com estruturas bem conservada, através da plantação destas espécies, durante os meses de outubro ou novembro, em função da espécie;•introdução de Malcomia triloba na envolvente do reservatório de regularização localizado na Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES), por método de prospeção/inventário nas quadrículas identificadas no site Flora-on, para recolha de caule e reprodução por estacaria;•reforço do coberto vegetal com a ocupação da entrelinha com valores de conservação existentes à data do projeto, bem como a sua valorização com sementeira ou estacaria;•remoção de espécies invasoras como a acácia;•manutenção e conservação de outras espécies como o pinhal manso e bravo e o montado de sobro;•a criação de corredores naturais que permitirá o desenvolvimento da flora e servirá como zona de abrigo e alimentação para várias espécies de fauna;•a criação de locais de alimentação de aves.3.EconomiaO projeto é de grande importância para a socioeconomia da região,

nomeadamente na criação de postos de trabalho e na geração de valor para a economia local. •criação de mais de 50 postos de trabalhos fixos e mais de 300 postos de trabalhos temporários com recurso a empresas nacionais;•desenvolvimento de um projeto pioneiro de habitação permanente para trabalhadores, localizado em perímetro urbano, o que garantirá as melhores condições de habitabilidade aos trabalhadores;•geração de riqueza através da venda de fruta a nível nacional, reduzindo a dependência das exportações e e reduzindo de forma substancial a pegada carbónica associada à importação deste fruto para a Europa; •geração de riqueza para o município através do pagamento de taxas e impostos municipais•contratação e recurso a empresas locais, nomeadamente oficinas, lojas de equipamentos e materiais, restaurantes e outros comércios e serviços.O projeto considera-se de grande importância para a região, cumprindo e respondendo a todas as preocupações manifestadas e transmitidas pela a Autoridade de AIA no parecer da CA, considerando-se que o mesmo é ambientalmente e economicamente viável. De salvaguardar que a reformulação projeto realizada ao abrigo o art. 16 2) do RJAIA, prevê a redução da área inicial do projeto em c. 10%, pelo que a área de plantação será de apenas 25% da área total das herdades, sendo a área remanescente afeta à conservação e valorização da floresta e dos seus ecossistemas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76464 Beatriz Cabecadas em 2024-07-08

Comentário:

Acho inaceitável que se considere produzir abacates num país com o clima e terreno que temos. Qualquer lucro financeiro que esta empresa faça a curto prazo, só vos vai custar o futuro do nosso planeta e das vossas crianças a longo prazo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76463 Manuela Pedreira em 2024-07-08

Comentário:

Quando TODAS as associações de defesa do ambiente e de agricultores participantes (14) na consulta do projeto original manifestaram a sua discordância, a reformulação minimalista do projeto demonstra uma arrogância que reforça os riscos que o promotor representa para o bem comum.Não podemos permitir que a reserva natural do estuário do Sado se transforme numa nova Doñana, sobretudo quando os benefícios socio-económicos do projeto não foram credivelmente demonstrados.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76462 Inês em 2024-07-08

Comentário:

Discordo da proposta apresentada, que considero nociva para o meio envolvente em que se encontra.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76461 Rita Pereira em 2024-07-08

Comentário:

Eu Ana Rita Nascimento Pereira venho por este meio apresentar a total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projeto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. Não será necessário descrever uma lista de razões para esta posição, pois será obvia a qualquer cidadão a escassez de Água no nosso Alentejo. Seja Litoral ou Interior, toda a nossa Zona Sul do Pais, sofre todos os anos e cada vez mais com a escassez de água. Falasse dos campos de golfe e a agricultura intensiva?!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76460 Euclides Costa em 2024-07-08

Comentário:

Contrariamente ao que algumas notícias sensacionalistas sugerem, designadamente publicadas pela ativista/jornalista do Expresso, bem como a propaganda desinformada difundida pela autodenominada "Plataforma Dunas Livres", este projeto é um exemplo brilhante de agricultura moderna e sustentável, provando que é possível produzir de forma responsável, respeitando o ambiente e promovendo a sustentabilidade dos ecossistemas.Fala-se em Rede Natura e destruição de habitats sem ter qualquer noção da realidade. Quem conhece a zona em questão, sabe que a maioria das propriedades que integram esta ZEC estavam (e muitas continuam a estar) votadas ao abandono, com uma grande proliferação de infestantes e com os habitats claramente degradados. Projetos como este são essenciais para a recuperação da ZEC.Factos a considerar:Recursos Hídricos- No mais recente PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste do Terceiro Ciclo (PGRH-RH5A 3ª Ciclo), confirma-se que o sistema aquífero da bacia Tejo-Sado foi avaliado globalmente para toda a sua extensão, encontrando-se atualmente num estado que possibilita o licenciamento de novas captações desde que não excedam 80% das disponibilidades.- A maioria dos piezómetros instalados na bacia Tejo-Sado, próximos da área do projeto, não apresentam tendência estatisticamente significativa de variação dos níveis - NÃO HÁ FALTA DE ÁGUA- A APA/ARH – enquanto Autoridade Nacional da Água – que dispõe de todos os dados para atribuir um volume de água ao projeto, já se pronunciou sobre o volume atribuído – superior ao volume considerado pelo promotor para a implementação do projeto.- O promotor propõe uma medida extremamente relevante: disponibilização de banco de captações de água subterrânea para reserva dos três polos de captação de água pública da AGDA para consumo humano.Tipo de Cultura- O abacate é uma variedade frutícola com um consumo de água comparável ao de outras árvores de fruto, designadamente autóctones, tratando-se de uma fruta com larga história e expressão no território nacional- O abacate consta do catálogo nacional de fruteiras, não sendo considerada uma espécie "exótica" como por vezes é apelidado- De acordo com Armindo Rosa, no estudo científico elaborado pela DRAP Algarve, “dado ser uma cultura que (…) tem vindo a crescer de forma consistente nos últimos anos, têm surgido notícias não fundamentadas, referindo que o abacateiro é muito exigente em água, cujo consumo supera em muito o de outras culturas regadas nomeadamente citrinos, amendoeiras, figueiras, oliveiras, alfarrobeiras e outras”. Ecologia e Ordenamento do Território- O projeto respeita todos os IGTs aplicáveis, como facilmente se percebe pela consulta dos elementos disponibilizados- A afetação do habitat 2260 - habitat não prioritário - será maioritariamente na áreas em que este se encontra em estado degradado- A entrelinha será mantida com valores de conservação existentes à data do projeto, bem como a sua valorização com sementeira ou estacaria- A área dedicada à exploração agrícola será de 658,44 ha, com a alteração do compasso de 5x3 metros para 6x3 metros, o que representa uma percentagem de 50% passível de ser valorizada com plantação de espécies autóctones, como o bioindicador do habitat 2260 - Serão criados locais de alimentação e refúgio, bem como criação de banco de sementes de Armeria rouyana, Thymus capitellatus e Santolina impressa- É proposta uma medida adicional para cumprir o objetivo de conservação – melhorar o estado de conservação do habitat 2260 – através do aumento em 10% de área de habitat com estrutura bem conservada, designadamente com recurso a plantação de espécies caraterísticas do habitat 2260- Trata-se de um projeto agroflorestal com uma expressiva preocupação com a componente florestal, tendo em vista a requalificação de diversas áreas degradas, criando florestas de elevado valor ecológico e garantindo condições ideais para estimular a biodiversidade. - O modelo de gestão proposto pelo promotor e reabilitação das áreas de floresta, além de promover a biodiversidade, aumentará os serviços dos ecossistemas, melhorando a adaptação às alterações climáticasSocieoeconomia- Criação de mais de 50 postos de trabalhos fixos e mais de 300 postos de trabalhos temporários com recurso a empresas nacionais;- Desenvolvimento de um projeto pioneiro de habitação permanente para trabalhadores- Geração de riqueza através da venda de fruta a nível interno, reduzindo a

dependência das exportações e minimizando de forma substancial a pegada carbónica associada à importação deste fruto.Um projeto reformulado em sede de artigo 16.º é um projeto com viabilidade ambiental! Temos finalmente uma cartografia fidedigna da ZEC. Apresentada uma reformulação que vai claramente ao encontro de tudo quanto foi identificado pela CA, não há qualquer razão para não ser confirmada a sua viabilidade ambiental. O inverso, seria um claro atropelo dos elementares princípios que norteiam a atividade administrativa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76459 Carlos Salgado em 2024-07-08

Comentário:

Um total desprezo pelos recursos disponíveis da região e condições para a vida da população.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76458 Maria Helena Nobre Simões em 2024-07-08

Comentário:

Sou totalmente contra. O referido projecto não é nada benéfico para a região e para o país por todos os motivos amplamente conhecidos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76457 DOMINIQUE G. B. LE GUÉ em 2024-07-08

Comentário:

O cultivo intensivo numa região sem água e com expansão turística descontrolada é um erro estratégico e desastroso para o futuro!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76455 José Manuel Paiva Castanheira das Neves em 2024-07-08

Comentário:

Estes projetos vão delapidar ou mesmo eliminar lençóis freáticos, destruir fauna e vegetação, aumento excessivo pragas de moscas, mosquitos, etc que tornam o desenvolvimento turístico pouco saudável, viável ou sustentável. Não existem condições dignas, apropriadas para alojar os trabalhadores emigrantes que trabalham nestes projetos. Inacreditável que a CMAS apoie estes projetos levando a desconfiar que existem interesses ocultos possivelmente através de contrapartidas ilícitas.A CMAS não presta serviços de qualidade aos munícipes por ex. recolha de lixo, tratamento de águas e resíduos, conservação de vias rodoviárias, etc. etc. Não consegue dar vazão atempadamente aos pedidos de licenciamento para construção e obras e havendo total falta de comunicação pela CMAS aos seus munícipes. Uma vergonha

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76454 Jorge Mendiondo em 2024-07-08

Comentário:

Em um momento de escassez de recursos hídricos de toda região do Alentejo e Algarve não faz o mínimo sentido uma plantação que necessite de tanto água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76453 Rita Valente em 2024-07-08

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76452 Marco em 2024-07-08

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. A água é um bem precioso e escasso! Haja decência, bom senso e humanidade para chumbar em definitivo este e qualquer outro projecto semelhante, para esta área ou qualquer outra no nosso país.Os melhores cumprimentos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76451 Margarida Saavedra em 2024-07-08

Comentário:

A precisão na cartografia da flora e habitats na ZEC Comporta-Galé, muito além dos dados oficiais, demonstra o rigor e o compromisso ambiental do promotor. A reformulação do projeto inclui medidas de prevenção, mitigação e compensação ambientais que garantem uma gestão sustentável dos recursos hídricos e da biodiversidade. Este nível de detalhe e cuidado é raro e deve ser valorizado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76450 Nelson Gonçalves em 2024-07-09

Comentário:

Venho desta forma apresentar a minha total DISCORDÂNCIA com o Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN), pois irá agravar a falta de água na região, dado que pretende gastar 10,9 milhões de litros de água por dia para regar 658 hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, assente num modelo de negócio com elevados impactos ambientais.É inadmissível a destruição do coberto vegetal (9 tipos de habitats e 143 espécies vegetais) de mais de 700 hectares, para preparação do solo para plantação e infraestruturas de apoio ao projeto de agricultura intensiva, que se insere totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé e que é legalmente incompatível com a Rede Natura 2000.Anexo o Parecer para Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN) elaborado pela Associação Dunas Livres e o Parecer sobre o EIA Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN) da Geota, com os quais concordo totalmente e onde os vários problemas são abordadas de uma forma mais desenvolvida e com conhecimento técnico, com exemplos de ilegalidades e incoerências por parte do promotor do projeto e no EIA (Estudo de Impacto Ambiental).

Anexos: 76450_Pareceres-ConsultaPublicaDunasLivres-EIAGeota.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76449 Maria Alexandra Alves da Cunha Novaes em 2024-07-08

Comentário:

Manifesto a minha discordância por tratar-se de um mega projecto de monocultura intensiva de 660 hectares de abacate, que se traduzirá não só no gasto de onze milhões de litros de água por dia em rega, esvaziando um aquífero vital para toda a região (e já hoje a precisar de cuidado e regeneração), como em outras consequências muito nocivas para os habitats naturais e para um verdadeiro equilíbrio sócioeconómico da região. Tudo isto, sob a capa ilusória e manipuladora de projeto de "agrofloresta sustentável".

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76444 Francisco Chaves em 2024-07-08

Comentário:

Classificado com DiscordânciaProjeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo Reformulado (HM-MN_R)Discordo completamente da aprovação deste Projeto, dado ser um projeto agrícola que agrava a já frágil situação ecológica da região. Sendo incompatível com a classificação da área como Rede Natura 2000, já que implicaria a deterioração e a fragmentação de habitats naturais, afectando espécies constantes das directivas da Natura 2000, e que ameaça à integridade do sistema de captação pública que abastece os Concelhos de Alcácer do Sal e Grândola nomeadamente em termos de consumo e na qualidade da água devido à adubação excessiva, pois a cultura de abacate será plantada em solos inadequados à prática agrícola , levando à contaminação proveniente de fertilizantes. A instalação do projeto de produção intensiva de monocultura de abacates, em agricultura 4.0 (que não é descrita no EIA), leva a alteração estrutural do uso do solo e dos ecossistemas existentes, com elevada pressão sobre os consumos de água ao rebaixamento dos aquíferos, e coloca em causa as atividades existentes na região. Esta exploração agrícola tem impactes muito negativos na qualidade de vida, não valoriza o território, e altera a identidade paisagística e territorial da ZEC Comporta-Galé.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76443 Elisa em 2024-07-08

Comentário:

Manifesto a minha discordância por tratar-se de um mega projecto de monocultura intensiva de 660 hectares de abacate, que se traduzirá não só num gasto de onze milhões de litros de água por dia em rega, esvaziando um aquífero vital para toda a região (e já hoje a precisar de cuidado e regeneração), como em outras consequências muito nocivas para os habitats naturais e para um verdadeiro equilíbrio sócioeconómico da região. Tudo isto, sob a capa ilusória e manipuladora de projeto de “agrofloresta sustentável”.

Anexos: 76443_Parecer para 2a Consulta Puì•blica da Reformulacì§aì□o do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo 2.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76442 maria soares em 2024-07-08

Comentário:

Falemos de sustentabilidade: 32 furos e 10,9 milhões de litros de água por dia para 658 ha de abacatal em pleno Alentejo, em seca!Absolutamente inadmissível neste cenário de alterações climáticas que estamos já a enfrentar!! Pelo bem do meu país e das geração vindouras sou CONTRA!Vivemos sem abacates mas não vivemos sem água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76441 Anna Carboni em 2024-07-08

Comentário:

O projeto da Aquaterra é uma grande chance para Alcácer do Sal crescer de forma sustentável. Com foco em práticas agrícolas responsáveis e na proteção dos recursos hídricos, a iniciativa vai gerar empregos e fortalecer a economia local. Além disso, os abacates são uma fruta saudável e nutritiva, rica em vitaminas e minerais essenciais. Cultivar abacates localmente em vez de importá-los de longe reduz significativamente as emissões de carbono associadas ao transporte, contribuindo para um meio ambiente mais limpo.As medidas de sustentabilidade, como o banco de captações de água subterrânea e o monitoramento dos aquíferos, mostram o compromisso da equipe com o meio ambiente. Apoiando este projeto, estamos investindo em um futuro mais próspero, saudável e ecológico para Europa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76440 António Figueiredo em 2024-07-08

Comentário:

A razão fundamental da minha discordância do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo é propor-se cultivar numa extensa área do Alentejo, a região do país mais fragilizada pela falta de água, que tenderá a aumentar com o aquecimento global, uma fruta exótica, a pera abacate, que exige a captação de grandes volumes de água do aquífero a sul do Sado. Acresce que a "reformulação" não é, em rigor, uma reformulação, visto que se limita a propor uma redução de 8% da área agrícola e cerca de 6% dos furos, não alterando o essencial da proposta que já foi objeto da consulta pública e rejeitada pelas entidades competentes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76439 Maria do ceu Monteiro em 2024-07-08

Comentário:

O projeto respeita as áreas de proteção e os requisitos legais da Rede Natura 2000, promovendo a sustentabilidade ecológica.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76438 Elsa Parreira em 2024-07-08

Comentário:

Não concordo com a delapidação hídrica do projeto agrícola

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76435 Associação de Agricultores de Alcácer do Sal em 2024-07-08

Comentário:

Enviamos, em anexo, ficheiro com parecer da Associação de Agricultores de Alcácer do Sal sobre a Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e Monte Novo.

Anexos: 76435_Parecer Negativo-Ass.Agric.Alc.Sal- Reformulação Projeto AgroFlorestal(HM-MN-R).pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76434 Pedro Cornacho em 2024-07-08

Comentário:

Projecto que vai desenvolver as propriedades que estavam abandonadas. A área que vai ser plantada é bastante inferior ao total da área das propriedades. Os projectos de compensação vão reabilitar a área florestal e criar postos de emprego.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76432 Helena Hilario em 2024-07-08

Comentário:

Não concordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76431 Marco Carboni em 2024-07-08

Comentário:

O projeto da Aquaterra é uma ótima oportunidade para Alcácer do Sal. Além de criar empregos e dar um impulso na economia local, a equipe está super comprometida com a sustentabilidade, cuidando bem dos recursos hídricos e promovendo práticas agrícolas responsáveis. A ideia de criar um banco de captações de água subterrânea e monitorar o aquífero é fantástica e mostra o quanto eles levam a sério a preservação do meio ambiente. Apoiar este projeto significa apostar em um futuro melhor e mais verde para a nossa região. Vamos juntos nessa!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76430 Pedro Pedreira em 2024-07-08

Comentário:

A avaliação sócio-económica do EIA é ridícula, qualitativa e subjetiva, não demonstrando minimamente a credibilidade dos pretensos impactos positivos, não apresentando qualquer valorização dos benefícios sócio-económicos directos, das externalidades, dos custos de oportunidade (pela reafetação de recursos) e dos riscos do projeto. Quanto aos riscos, nem uma referência no EIA ao cadastro do promotor que (segundo informação publicada) está em incumprimento relativamente às medidas paliativas decretadas num outro projeto no mesmo município.Na ausência de demonstração credível do "interesse superior" (benefício sócio-económico líquido), não há qualquer razão que justifique a violação da legislação que ordena este território. Seria absurdo que as entidades nacionais que têm o dever de zelar pelo património e ambiente autorizassem um projeto que "nacionaliza" os impactos ambientais negativos e "privatiza" o lucro extraído de recursos únicos.A posição da CMAS neste projeto ilustra bem a incoerência do PCP na defesa dos seus chavões políticos.Face às alterações minimalistas introduzidas na reformulação do projeto, seria escandaloso que as entidades que se pronunciaram negativamente relativamente ao projeto original venham agora dar parecer favorável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76429 João Carlos Afonso em 2024-07-08

Comentário:

O projeto garantirá uma fonte de emprego e rendimento estável a longo prazo, contribuindo para a estabilidade económica e social da região. Este tipo de projeto é essencial para o futuro do país!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76428 Alexandra Hawke em 2024-07-08

Comentário:

Discordo da aprovação deste projecto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76426 Teresa Martins em 2024-07-08

Comentário:

É inequívoco o compromisso deste promotor em implementar um projeto compatível com os objetivos de gestão definidos para a área em causa. Veja-se, a título de exemplo, que toda a área correspondente à ZPE do Açude da Murta, não tem qualquer tipo de ocupação, bem como a zona a oeste, onde foram retirados setores de plantação por forma a minimizar qualquer perturbação sobre aquela área. É proposta ainda a criação de locais de alimentação e refúgio para as aves, bem como criação de banco de sementes de Armeria rouyana, Thymus capitellatus e Santolina impressa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76425 João Nuno Fernandes Frazão em 2024-07-08

Comentário:

Exmos.(as) Senhores(as),Está reportado e amplamente documentado que o projeto apresentado gastará, aproximadamente, 11,8 milhões de litros de água por dia(!!!) para regar 722,24 hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida e em extrema seca, superficial e subterrânea. Este verdadeiro ataque aos recursos hídricos, que o projeto tenta contornar, munindo-se de uma suposta sustentabilidade, que nada mais é de um discurso prosaico e que procura abrilhantar a nobreza da sua intervenção (veja-se, desde logo que a reformulação que pouco, ou nada, minimiza, face ao teor do projeto inicialmente apresentado), não poderá, em caso algum, ter sucesso. A par da inevitável degradação ecológica e, sobretudo, o facto de o projeto estar inserido na Zona Especial de Conservação, deve conduzir ao seu insucesso. A sustentabilidade de toda a região está em causa, no presente e no futuro próximo. O parecer final deve (e tem de) ser negativo, pelo que a declaração de impacte ambiental deve, em consequência, decidir expressamente pela inviabilidade do projeto, nos termos do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na redação em vigor e demais legislação relevante.João Nuno FrazãoAdvogado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76424 Liliana em 2024-07-08

Comentário:

Abacates ou Água? Este projecto é abusivo! Não só porque implica a desflorestação/desmatação de cerca de 734,48 hectares.Como se prevê que terá efeitos na multiplicação das pragas de insectos (moscas e mosquitos) na comunidade que já existem em excesso, pela colocação de 40 Toneladas de substrato orgânico/esterco por hectare.O consumo absurdo de água que esta plantação iria consumir seria cerca de 3 biliões, 950 milhões de litros de ÁGUA por ano, o que irá certamente esgotar um aquífero já em estado crítico. A escassez de água seria inevitável.A promessa de 35 postos de trabalho num território com falta de emprego é irrisório e não compensa nem mesmo que fosse 100postos de emprego! Para além dos graves danos ambientais, a curto prazo estarão colocadas em causa as condições de habitabilidade no território.Deixaremos de ter água em qualidade e quantidade nas torneiras, poços e charcas...Queremos abacate ou uma população a viver sem água potável? Queremos comer abacates ou morrer de sede?A resposta é óbvia.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76423 Alexandre dos Santos em 2024-07-08

Comentário:

A produção de abacate em Portugal tem se mostrado uma prática promissora não apenas para a economia local, mas também para a sustentabilidade ambiental. Uma das principais vantagens desta cultura é a significativa redução da pegada ecológica, especialmente quando consideramos a diminuição da dependência de importações.Portugal, com seu clima ameno e solos férteis, oferece condições ideais para o cultivo de abacates. Isso permite que o país produza abacates de alta qualidade localmente, reduzindo a necessidade de importá-los de regiões distantes como a América Latina. A redução nas importações traz diversos benefícios ambientais:- Redução das Emissões de CO2: A importação de abacates envolve longas distâncias de transporte, geralmente por via aérea ou marítima, que geram emissões significativas de dióxido de carbono. Produzindo abacates localmente, Portugal diminui drasticamente essas emissões associadas ao transporte de longa distância.- Menor Consumo de Combustíveis Fósseis: O transporte internacional de alimentos requer grandes quantidades de combustíveis fósseis, contribuindo para o esgotamento dos recursos naturais e a poluição do ar. A produção local de abacates elimina a necessidade de transporte de longa distância, resultando em menor consumo de combustíveis.- Redução do Desperdício Alimentar: Durante o transporte de longa distância, uma quantidade significativa de alimentos pode ser perdida devido a condições inadequadas de armazenamento e manuseio. Produzindo abacates localmente, é possível reduzir essas perdas, garantindo que mais produtos cheguem frescos ao consumidor final.- Promoção da Agricultura Sustentável: A produção de abacates em Portugal incentiva práticas agrícolas sustentáveis, como o uso eficiente da água e a implementação de técnicas de irrigação moderna. Essas práticas não só melhoram a produtividade, mas também minimizam o impacto ambiental.- Apoio à Economia Local: Além dos benefícios ambientais, a produção de abacates em Portugal fortalece a economia local, criando empregos e incentivando o desenvolvimento rural. Ao comprar produtos locais, os consumidores também contribuem para a redução da pegada ecológica, uma vez que os alimentos não precisam ser transportados por longas distâncias.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76422 Maria Clemente em 2024-07-08

Comentário:

O impacto na vida dos habitantes locais e ambiente vai ser massivo. A somar aos empreendimentos já autorizados que também são completamente desadequados na escala e vão enfrentar dificuldades no fornecimento de água e falta de trabalhadores..

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76421 Ana Catarina Simões Moreira em 2024-07-08

Comentário:

Acredito que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursosnaturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.Com este projeto, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de umaexportação.O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.Nós, o Povo Português, não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.Considero chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."Considero inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma(pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Uma vergonha!Não vejo senão danos da maior significância negativa, pelo que condeno o avanço deste projecto,e acuso-vos de irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamenteavançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.Todos vós deviam ter vergonha na cara e demitirem-se, pois não se preocupam minimamente com os recursos naturais do nosso território e muito menos com o povo português, interessando-se somente em negócios e interesses Económicos devastadores para todos nós!É PARA CHUMBAR!CHEGA DE VENDER E DESTRUIR O QUE É NOSSO!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76420 Ines em 2024-07-08

Comentário:

O projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e Monte Novo, é essencial para a preservação e conservação da fauna e flora existentes nesta área. Noto que muitas das herdades no zona encontram-se degradadas, sem manutenção nem qualquer conservação da floresta, fauna e flora.O projeto prevê a instalação de agricultura em apenas 25% da área, sendo que os restantes 75% da áreas serão, após muitos anos abandonados e degradados, alvo de várias medidas de conservação e recuperação como, entre outros:1. Conservação e recuperação do açude da Murta2. Criação de espaços para alimento de aves3. Conservação e plantação de espécies de fauna autóctones4. Criação de corredores naturais que servirão de abrigo e zonas de alimentação de animaisPara além de promover a melhoria dos ecosistemas, o projeto terá uma um impacto económico para a região, promovendo a produção de produtos frescos de qualidade e biológicos, e reduzir a dependência das importações.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76418 Maria Empis em 2024-07-08

Comentário:

Sem comentários

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76417 Duarte Rodrigues em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto não é sustentável em termos ambientais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76414 Luís Francisco Pereira Rosa em 2024-07-08

Comentário:

Exmos. Senhores,O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais. A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são ridículas e obviamente insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda. A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253. O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria. É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. Sem mais, m/ cumprimentosLuís F. Pereira RosaCC 05074913 7ZX9Mov. 919 362 346

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76413 Marco Copeto em 2024-07-08

Comentário:

Já chega de gastarem os recursos naturais do concelho de Alcácer do Sal, qualquer dia estaremos a sofrer por falta de recursos naturais como algumas zonas do nosso país.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76412 Ivo Marques em 2024-07-08

Comentário:

A iniciativa impulsionará o desenvolvimento rural, criando oportunidades de negócio e melhorando a qualidade de vida dos habitantes locais. Este é um exemplo claro de como a agricultura pode ser um motor de crescimento económico.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76411 Claudia Dâmaso em 2024-07-08

Comentário:

Por várias razões, que estão bem explícitas a nível ambiental. Sou contra todas estas plantações...que necessitam de um recurso pelo qual é vital pra todos nós. E vamos gastá-lo desta forma c/ abacates....

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76410 Roberto Almeida em 2024-07-08

Comentário:

O projeto proporcionará formação e capacitação para a comunidade local, desenvolvendo competências e criando uma força de trabalho qualificada. Este investimento no capital humano é vital para o futuro da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76409 Carlos Góis em 2024-07-08

Comentário:

Este projecto é inadmissível.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76407 Margarida Mendes em 2024-07-08

Comentário:

Projecto muito importante para o desenvolvimento da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76406 Maria Conceicao em 2024-07-08

Comentário:

A utilização de tecnologias de precisão e técnicas agrícolas avançadas melhora a eficiência e produtividade, transformando Alcácer do Sal num exemplo de inovação agrícola. Este projeto é um modelo a ser replicado em outras regiões.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76405 Sónia Passos em 2024-07-08

Comentário:

Haja sentido de civismo e, sobretudo, humanidade! Projetos deste calibre são um ataque à vida da espécie humana; comprometem a qualidade de vida das populações; incentivam a desertificação; promovem o alastramento de doenças e a propagação de pragas.... que país é este que insiste em reproduzir os maus exemplos já testados e comprovadamente falhados de outros países?! Quando é que este velhinho estado-nação vai ser soberano de facto? Abacate não é cultura de areia! O Alentejo é para desenvolver e não para aprofundar o isolamento e o saque de novos latifundiários. Haja coragem de dizer basta! haja vontade de dizer que existem outros modelos de produção, outros modelos não predatórios, capazes de fixar pessoas, de criar negócios sustentáveis e trazer

---

mais gente para habitar uma terra que tem direito a ser respeitada na sua fragilidade. Basta de hipocrisia e de assobiar para o lado. Ontem já era tarde demais!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76404 Maria Carboni em 2024-07-08

Comentário:

O projeto da Aquaterra exemplifica a união entre progresso econômico e sustentabilidade ambiental. Com práticas agrícolas responsáveis e uma gestão hídrica cuidadosa, incluindo um banco de captações de água subterrânea e estudos do aquífero, a iniciativa promete revitalizar a economia local e preservar o meio ambiente. Apoiando este projeto, promovemos um desenvolvimento regional sustentável, criando empregos e assegurando um futuro próspero para Alcácer do Sal. A expertise da Aquaterra garante que os benefícios serão significativos e duradouros.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76402 Ramiro Santos em 2024-07-08

Comentário:

Ao valorizar a produção local e criar um mercado sustentável para o abacate, o projeto fortalecerá a agricultura não só em Alcácer do Sal como no país, promovendo um forte desenvolvimento económico. Um impacto positivo inegável!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76401 Vilma Andrade em 2024-07-08

Comentário:

O rendimento proveniente da cultura do abacate permitirá aumentar os salários dos trabalhadores rurais e criar empregos permanentes, promovendo o desenvolvimento económico em Alcácer do Sal. Um impacto positivo duradouro!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76400 Diogo Oliveira e Carmo em 2024-07-08

Comentário:

ESTOU CONTRA A INICIATIVA !!!INDÍCIOS DE CORRUPÇÃO .....Preocupações com o Projeto Abacates Reformulado e a Importância da Preservação AmbientalO projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76399 Leonardo Rego em 2024-07-08

Comentário:

O projeto propõe a implementação de ações específicas para preservar espécies e habitats prioritários, reforçando seu compromisso com a Rede Natura 2000.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76398 Leonardo de Ambrosis em 2024-07-08

Comentário:

A Aquaterra está liderando um projeto inovador que combina desenvolvimento econômico com conservação ambiental, algo crucial para o futuro de Alcácer do Sal e de Portugal. Ao focar na produção sustentável de abacate, o projeto não apenas cria novas oportunidades de emprego, mas também estabelece práticas agrícolas que preservam os recursos naturais e promovem a biodiversidade. A implementação de medidas como a criação de um banco de captações de água subterrânea e o acompanhamento rigoroso dos aquíferos evidencia o compromisso da equipe com a sustentabilidade hídrica. Apoiar este tipo de iniciativa é fundamental para garantir um desenvolvimento regional que seja economicamente viável e ambientalmente responsável, proporcionando benefícios duradouros para a comunidade local e contribuindo para a competitividade global de Portugal!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76396 Tiago Fernandes em 2024-07-08

Comentário:

É claramente um projeto prejudicial para a região e para as populações, especialmente pelo impacto irresponsável na gestão dos recursos hídricos, mas também pela destruição dos ecossistemas sensíveis onde pretende ser instalada a exploração, causando impacto negativo e irremediável (especialmenta na avifauna e flora - nomeadamente pela dificuldade de reflorestação de algumas espécies como o zimbro).Por outro lado, a apresentação do projeto como agroflorestal e a falsa espectativa de empregabilidade, é uma tentativa vergonhosa de ludibriar as pessoas. Ou seja, entende-se por sistemas agroflorestais, a combinação de técnicas de gestão agrícolas e florestais, que trabalham na preservação e recuperação dos ecossistemas naturais e biodiversidade e, produção alimentar (tem como alguns dos princípios fundamentais, a regeneração dos solos, o uso de espécies autóctones/endémicas, mais resistentes à escassez de água e a máxima diversidade que potencie a estratificação, a sucessão natural e o aumento progressivo da biodiversidade). Para além do exposto, os sistemas agroflorestais tendem a ser altamente produtivos, com produções diversas ao longo do ano e que se preocupam com a estabilidade e dignificação do trabalhador

agrícola.Em suma, nem monocultura, nem uso indevido dos recursos hídricos e de pesticidas contaminantes, nem trabalho sazonal precário/desumano!Outras práticas de "sustentabilidade" são possíveis e o investimento noutras lógicas de economia, que geram riqueza/empregabilidade também. Este é nitidamente mais um caso de aproveitamento indevido dos recursos públicos que não pode continuar a acontecer.55 milhões para apoio a outros projetos agroflorestais, agrícolas e florestais diversos, em diferentes escalas, permitirão seguramente uma produção alimentar local mais diversificada ao longo do ano, preservação/restauro/reflorestação de ecossistemas naturais com espécies autóctones mais resilientes, regeneração dos solos e gestão cuidada dos recursos hídricos, bem como uma maior dignificação do trabalho agrícola e empregabilidade real e estável na região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76395 Gabriela em 2024-07-08

Comentário:

Apresento a minha discordância face ao projeto apresentado e também pela reformulação sugerida.Fundamento a minha discordância pois a exploração e plantação intensiva leva a um consumo de recursos naturais excessivo. Neste caso falamos da plantação do abacateiro , planta que exige um consumo de água excessivo para o local proposto. Para além do consumo excessivo dos recursos hídricos esta plantação provoca alterações na flora local. Atualmente Alcácer , segundo informação da câmara municipal, apresenta a maior extensão de pinhal manso da Europa e uma área considerável de pinheiro-bravo , daí advém a produção e apanha de pinhão, este assim produto característico da região. Sendo também o sobreiro uma árvore protegida a nível nacional, cujo corte e arranque são também proibidos, faz com que este projeto seja um ultraje à lei nacional e uma agressão à flora local.Acrescento ainda a alteração paisagista que esta plantação provocará que prejudicará também o turismo local que procura fauna e flora autóctone e não estes atentados provocados por plantações intensivas.Finalizo a minha discórdia com foco ao consumo de água excessivo. Atualmente vivemos um momento de seca no país gravíssimo , sendo a zona sul ainda mais afetada do que a zona norte. Esta seca é em muito consequência deste tipo de projetos de plantação intensiva que afetam sempre os recursos hídricos locais.Face ao apresentado discordo totalmente com a plantação intensiva de produtos não autóctones como é sugerido pelo presente projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76394 Maria De Jesus Perry Saldanha Rocha em 2024-07-08

Comentário:

As novas avaliações e alterações são manifestamente insuficientes. O projecto agora proposto em pouco difere do original, no que diz respeito aos gastos hídricos, furos, etc..O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76393 Irene Ferrari em 2024-07-08

Comentário:

O projeto da Aquaterra representa um marco significativo para o desenvolvimento sustentável na região, ao integrar práticas agrícolas responsáveis e inovadoras. Com um forte compromisso com a sustentabilidade hídrica, a equipe assegura uma gestão cuidadosa dos recursos naturais, incluindo a criação de um banco de captações de água subterrânea e a realização de estudos detalhados de acompanhamento do aquífero. Além disso, ao valorizar a produção local de abacate, este projeto não só fortalecerá a agricultura em Alcácer do Sal, mas também promoverá o desenvolvimento económico em todo o país. A expertise comprovada da Aquaterra e sua dedicação à preservação ambiental são evidentes, mostrando que é possível aliar crescimento econômico com responsabilidade ecológica. Chega de encontrar desculpas para bloquear o desenvolvimento econômico; precisamos apoiar iniciativas que gerem emprego, promovam a sustentabilidade e beneficiem toda a comunidade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76392 Giulia Ligresti em 2024-07-08

Comentário:

O projeto reafirma seu compromisso com a sustentabilidade hídrica através de uma gestão cuidadosa e responsável dos recursos hídricos, implementando duas importantes medidas de minimização: a disponibilização de um banco de captações de água subterrânea para reserva dos três polos de captação de água pública da AGDA para consumo humano e a realização de um estudo de acompanhamento do aquífero. Além disso, a equipe da Aquaterra, com sua comprovada expertise, demonstra um alto nível de profissionalismo e dedicação à preservação ambiental. Este tipo de iniciativa é crucial para fomentar o desenvolvimento sustentável, garantindo que a comunidade e o meio ambiente prosperem juntos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76390 Federico Rossini em 2024-07-08

Comentário:

Ao valorizar a produção local e criar um mercado sustentável para o abacate, o projeto fortalecerá a agricultura não só em Alcácer do Sal, mas em todo o país, promovendo um forte desenvolvimento económico. A equipe da Aquaterra tem a expertise comprovada para realizar este tipo de projeto com sucesso. Um impacto positivo inegável!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76389 Margarida Oliveira em 2024-07-08

Comentário:

Excesso de consumo de água

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76388 Chiara Carboni em 2024-07-08

Comentário:

O projeto garantirá uma fonte de emprego e rendimento estável a longo prazo, contribuindo para a estabilidade económica e social da região. Este tipo de projeto é essencial para o futuro do país! Chega de encontrar desculpas para bloquear o desenvolvimento económico. Precisamos apoiar iniciativas que promovam crescimento sustentável e beneficiem toda a comunidade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76386 Matilde Bettencourt Cruz em 2024-07-08

Comentário:

Discordo da Aprovação deste projecto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76385 Maria Manuela Luz em 2024-07-08

Comentário:

Bom dia,Deixei aqui, neste portal, a minha opinião totalmente discordante, em referência ao Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)Lendo agora a reformulação do mesmo, que aqui é apresentada, só posso manter todos os comentários que apresentei no Projeto inicial, já que esta proposta mantém a grave exploração dos aquíferos, com uma curta redução das captações e, obvia e consequentemente, com a sua muito questionável monitorização e controlo.Todos temos consciência da importância capital da ÁGUA para a vida dos Seres que habitam a Terra e para o equilíbrio deste Planeta. Perante este projeto, tenho de reafirmar a minha indignação pelo total desrespeito que a sua aprovação representaria, agravando o problema da escassez da água resultante da diminuição da pluviosidade na bacia do Sado, colocando não só em causa a Reserva natural do Rio Sado, com toda a sua fauna e flora, bem como até, o abastecimento humano na região, que resulta das captações existentes na zona envolvente onde este projeto se pretende implantar.Sou economista, obviamente, considero fundamental o desenvolvimento económico do nosso país que permita a melhoria das condições de vida da população e da riqueza nacional em geral. Mas, considero, que o modelo de desenvolvimento, nomeadamente agro florestal e pecuário, necessariamente sustentável economicamente, também tem de garantir a preservação dos recursos naturais, dos quais a ÁGUA e o AR são determinantes, para assim garantir a sua sustentabilidade em geral.A bacia do Sado, nomeadamente, as suas margens integradas na Reserva natural do Sado, têm de ser preservadas para as gerações presente e futuras!!!O modelo de produção industrializada de abacates (tão na moda, agora, mas quem sabe por quanto tempo!), esgota os aquíferos, destrói o habitat natural, já que esta fruta não é originária daqui, exige muita

chuva / água para o seu desenvolvimento, o que não está em conformidade com o nosso clima, cada vez mais seco, infelizmente!Porquê estarmos, então, a caminhar para o abismo face à exploração desenfreada da Água e da Terra, que tem esgotado o país vizinho, nomeadamente na Andaluzia, dizimando as reservas naturais e depois abandonando os terrenos esgotados, quando a produção já não é economicamente rentável.Em conclusão, sou de opinião que este projeto a ser autorizado é um grave atentado à proteção da água e do meio ambiente, uma vez que se baseia na exploração desenfreada dos recurso hídricos, constituindo uma atividade económica que se baseia na utilização abusiva dos recursos hídricos existentes no subsolo, bem como na aplicação abusiva de fertilizantes contaminando os terrenos e as espécies autóctones.Afinal, como autorizar este projeto no enquadramento de uma Reserva Natural e de tudo o que hoje a Ciência nos informa? Porquê? Há decerto outras atividades agrícolas sustentáveis e adaptadas, que nesse espaço, serão viáveis economicamente e em harmonia com o Clima.Agradecendo a vossa melhor atençãoMaria Manuela Luz

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76384 Lídia Maria Gonçalves Dias Lopes em 2024-07-08

Comentário:

Preocupações com o Projeto Abacates Reformulado e a Importância da Preservação AmbientalPortugal está a passar por períodos prolongados de seca, pelo que a irrigação das plantações de abacate irá prejudicar o acesso da população local, e não só, à água. A questão da distribuição equitativa de água pode agravar-se nas próximas décadas. A análise, ao longo do ano, dos boletins sobre as disponibilidades hídricas no país divulgados pela APA, Agência Portuguesa do Ambiente, são uma clara evidência do problema da escassez de água, nomeadamente nas bacias do Sado e das Ribeiras da Costa do Alentejo em que se insere geograficamente o projeto em análise.O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.Que futuro vamos garantir às gerações futuras se não preservarmos os já escassos recursos hídricos existentes na zona? A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais, garantindo que as gerações futuras disponham de recursos indispensáveis à sua subsistência e fixação na zona.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76383 Paula Guardans em 2024-07-08

Comentário:

A iniciativa impulsionará o desenvolvimento rural, criando oportunidades de negócio e melhorando a qualidade de vida dos habitantes locais. Este é um exemplo claro de como a agricultura pode ser um motor de crescimento económico. Além disso, a utilização de práticas agrícolas sustentáveis e a minimização do uso de produtos químicos nocivos reduzem os riscos à saúde associados à agricultura intensiva, demonstrando um compromisso com a saúde pública e a segurança alimentar.A equipe e o histórico da Aquaterra já demonstraram que são capazes de executar projetos que respeitam e promovem a preservação ambiental. Apoiar empresas e projetos locais que geram emprego e se alinham com os objetivos de desenvolvimento sustentável da região é crucial. Projetos bem estruturados e detalhados como este garantem que o desenvolvimento econômico da comunidade esteja sempre em harmonia com a proteção do meio ambiente, servindo como modelo para futuros empreendimentos que buscam aliar progresso econômico com responsabilidade ecológica.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76380 Alejandra Bonet em 2024-07-08

Comentário:

A utilização de práticas agrícolas sustentáveis e a minimização do uso de produtos químicos nocivos reduzem os riscos à saúde associados à agricultura intensiva. Este projeto demonstra um compromisso claro com a saúde pública e a segurança alimentar, evidenciando um enfoque responsável e consciente.A compatibilidade com a Rede Natura 2000 reflete-se na preservação dos habitats e na promoção da biodiversidade propostas neste projeto. O nível de detalhamento e o cuidado meticuloso com que este projeto foi concebido são evidentes, demonstrando o comprometimento com a sustentabilidade e a conservação ambiental.A equipe e o histórico da Aquaterra já demonstraram que são capazes de executar projetos que respeitam e promovem a preservação ambiental. É crucial apoiar empresas e projetos locais que não apenas gerem emprego, mas também se alinhem com os objetivos de desenvolvimento sustentável da região. Apoiar iniciativas como esta é essencial para fomentar o crescimento econômico sustentável, garantindo que o desenvolvimento da comunidade esteja sempre em harmonia com a proteção do meio ambiente.O sucesso deste projeto pode servir como um modelo para futuros empreendimentos,

mostrando que é possível aliar progresso econômico com responsabilidade ecológica. Projetos bem estruturados e detalhados como este são fundamentais para o desenvolvimento de práticas agrícolas que beneficiem tanto a economia quanto a saúde e o meio ambiente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76379 Gini Rossini em 2024-07-08

Comentário:

A compatibilidade com a Rede Natura 2000 reflete-se na preservação dos habitats e na promoção da biodiversidade propostas neste projeto. O nível de detalhamento e o cuidado meticuloso com que este projeto foi concebido são evidentes, demonstrando um compromisso claro com a sustentabilidade e a conservação ambiental.A Aquaterra já mostrou seu profissionalismo e competência em outros projetos, reforçando a confiança na capacidade da empresa de executar iniciativas que respeitem e promovam a preservação ambiental. É crucial apoiar empresas e projetos locais que não apenas gerem emprego, mas também se alinhem com os objetivos de desenvolvimento sustentável da região.Apoiar iniciativas como esta é essencial para fomentar o crescimento econômico sustentável, garantindo que o desenvolvimento da comunidade esteja sempre em harmonia com a proteção do meio ambiente. O sucesso deste projeto pode servir como um modelo para futuros empreendimentos, mostrando que é possível aliar progresso econômico com responsabilidade ecológica.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76377 Adriana Guardans em 2024-07-08

Comentário:

É inequívoco o compromisso deste promotor em implementar um projeto compatível com os objetivos de gestão definidos para a área em causa. Veja-se, a título de exemplo, que toda a área correspondente à ZPE do Açude da Murta, não tem qualquer tipo de ocupação, bem como a zona a oeste, onde foram retirados setores de plantação por forma a minimizar qualquer perturbação sobre aquela área. É proposta ainda a criação de locais de alimentação e refúgio para as aves, bem como a criação de banco de sementes de Armeria rouyana, Thymus capitellatus e Santolina impressa.Adotar práticas agrícolas que respeitam os habitats naturais e conservam os recursos cria uma base sólida para o desenvolvimento econômico sustentável. Este enfoque duplo assegura que tanto a comunidade quanto o ambiente possam prosperar juntos, proporcionando benefícios duradouros para a região. É fundamental apoiar projetos empreendedores na região, em vez de sempre encontrar razões para impedir o desenvolvimento social, ambiental e econômico. Os impostos e o desenvolvimento ambiental não vão se pagar sozinhos!Além disso, é crucial que Portugal permaneça competitivo a nível global, e para isso é importante apoiar projetos locais que

gerem emprego e tenham um forte compromisso com a conservação ambiental. O pedido apresentado é muito detalhado e demonstra o profissionalismo da equipa e os esforços dedicados à preservação do meio ambiente. Apoiando iniciativas como esta, que combinam desenvolvimento econômico e conservação, garantimos um futuro mais sustentável e próspero para a nossa região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76375 Antonio Pedro Eurich Couto Rosado em 2024-07-08

Comentário:

Exmos Senhores,Perante o projecto em apreço, só posso manifestar a minha indignação pelo total desrespeito que a sua eventual aprovação representaria perante o grave problema que a escassez do recurso ´"água" já enfrenta nos nossos dias na região onde o projecto em consulta pública se pretende inserir e que se agravará no futuro, agravamento que, nessa circunstância, seria acelerado pela sua enorme dimensão, colocando em risco a utilização primordial desse recurso - o consumo humano directo.Não ponho em causa a forte necessidade de investimento privado no nosso País, mas entendo que o mesmo se deve subordinar ao interesse público fundamental, onde manifestamente uma boa gestão da água é de capital importância. Há, no sector agroalimentar, possibilidades de investimento em projectos de grande dimensão que implicam um muito menor consumo daquele recurso e que devem - esses, sim - ser privilegiados.Em conclusão, muito me surpreenderia se o projecto em apreço fosse aprovado, mesmo que se invocassem medidas paliativas, que certamente não resolveriam o seu "pecado original" - o total desrespeito por um bem fundamental para o nosso Futuro - a Água!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76374 LUISA MARGARIDA NARCISO ALVES em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto baseaso numa agricultura de um produtos não autoctone, gera muitos pontos negativos que leva à minha decisão de discordar do mesmo.Não gera riqueza para a zona pois não gera postos de trabalho locais, mas sim vai ter que trazer mão de obra para o efeito.Vai provocar uma utilização enorme de água devido à natureza da cultura que irá competir com a agricultura local.Vai também gerar um movimento enorme de camiões e outros veículos, numa zona deficiente em estradas, pouco preparadas para trânsitos intensos.Este projecto irá benificiar apenas o promotor, coisa que não é compatível com os dados que irá causar.Pelos motivos evocados, sou contra a realização deste projecto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76373 Miguel Cruzeiro em 2024-07-08

Comentário:

O cultivo da espécie tropical e sub-tropical abacate na dimensão proposta, ou noutra qualquer, deve ser proibido, uma vez que se trata de uma espécie que não deve ser autorizada em zonas onde a água é limitada, como é o caso do concelho de Alcacer do Sal. O abacateiro, exige cerca de 1.000 litros de água por cada kg de fruto produzido, ou seja consoante as espécies, entre 70 a 300 litros por cada peça desta fruta. Acresce ainda que não se vislumbram vantagem económicas para o concelho, uma vez que o valor-acrescentado local é próximo de zero. Alem disso nem o emprego gerado será para habitantes da região, nem o seu processamento industrial se fará na região. Assim considero imperioso seja rejeitada a proposta presente de produção em larga escala de abacate pois é lesiva para o ambiente sem gerar vantagens económicas relevantes para o Concelho de Alcácer do Sal

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76372 Francesc Guardans em 2024-07-08

Comentário:

O projeto reafirma o seu compromisso com a sustentabilidade hídrica através de uma gestão cuidadosa e responsável dos recursos hídricos, bem como através de duas importantes medidas de minimização: disponibilização de banco de captações de água subterrânea para reserva dos três polos de captação de água pública da AGDA para consumo humano e realização de um estudo de acompanhamento do aquífero.Adotar práticas agrícolas que respeitam os habitats naturais e conservam os recursos cria uma base sólida para o desenvolvimento econômico sustentável. Este enfoque duplo assegura que tanto a comunidade quanto o ambiente possam prosperar juntos, proporcionando benefícios duradouros para a região. Projetos como este são essenciais para gerar empregos e fomentar a sustentabilidade a longo prazo.É crucial que Portugal permaneça competitivo a nível global, e para isso é importante apoiar projetos locais que gerem emprego e tenham um forte compromisso com a conservação ambiental. O pedido apresentado é muito detalhado e demonstra o profissionalismo da equipa e os esforços dedicados à preservação do meio ambiente. Apoiando iniciativas como esta, que combinam desenvolvimento econômico e conservação, garantimos um futuro mais sustentável e próspero para a nossa região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76371 Antonio Borrell em 2024-07-08

Comentário:

Ao adotar práticas agrícolas que respeitam os habitats naturais e conservam os recursos, o projeto cria uma base sólida para o desenvolvimento econômico sustentável. Este enfoque duplo assegura que tanto a comunidade quanto o ambiente possam prosperar juntos, proporcionando benefícios duradouros para a região.É fundamental que Portugal permaneça competitivo a nível global, e para isso é importante apoiar projetos locais que gerem emprego e tenham um forte compromisso com a conservação ambiental. O pedido apresentado é muito detalhado e demonstra o profissionalismo da equipa e os esforços dedicados à preservação do meio ambiente.Apoiando iniciativas como esta, que combinam desenvolvimento econômico e conservação, garantimos um futuro mais sustentável e próspero para a nossa região. Projetos bem estruturados e detalhados, como o apresentado, evidenciam a capacidade de Portugal em liderar com exemplos de sustentabilidade que podem ser replicados globalmente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76370 Maria Margarida Góis Moreira em 2024-07-08

Comentário:

A região tem poucos recursos hídricos e os abacates requerem bastante água. Seria melhor usar essa água para necessidades da população local e para a manutenção da biodiversidade. Note-se, além disso, que o avanço da desertificação só aumentará o problema.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76369 Carlos Ruão em 2024-07-08

Comentário:

NÃO CONCORDO

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76368 Daniel Guardans em 2024-07-08

Comentário:

O artigo 16.º do regime RJAIA destaca a necessidade de uma abordagem colaborativa e proativa para a gestão dos impactos ambientais. Através da ponderação das recomendações da Comissão de Avaliação e da articulação com o proponente do projeto, a autoridade de AIA pode assegurar que os projetos sejam modificados de maneira a evitar ou reduzir efeitos significativos no ambiente. No projeto em análise, denota-se um claro compromisso do promotor em ir ao encontro de tudo quanto foi identificado pela CA, acolhendo todas as preocupações enunciadas no anterior parecer.É de louvar o esforço deste promotor em reformular o projeto, tornando-o ainda mais sustentável e alinhado com os objetivos definidos para a ZEC. Além disso, é crucial reconhecer a importância de projetos sustentáveis que combinem agricultura e silvicultura, criando uma sinergia entre a produção e a conservação ambiental.A região necessita criar empregos que não dependam exclusivamente do turismo, que é sazonal e vulnerável a choques macroeconômicos. Projetos como este, que equilibram o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental, são essenciais para gerar renda estável e contínua.Devemos ser realistas ao reconhecer que projetos sustentáveis precisam de fontes de rendimento para manter a sustentabilidade a longo prazo. A plantação de abacates, aliada a práticas de conservação, pode proporcionar essa renda, permitindo investimentos contínuos na preservação ambiental e no desenvolvimento da comunidade local.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76367 Maria Simões Correia em 2024-07-08

Comentário:

Discordo da Aprovação deste projecto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76366 Gil Pessanha Penha Lopes em 2024-07-08

Comentário:

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76365 Nicolas Guardans em 2024-07-08

Comentário:

A produção de abacate em Portugal tem se mostrado uma prática promissora não apenas para a economia local, mas também para a sustentabilidade ambiental. Uma das principais vantagens desta cultura é a significativa redução da pegada ecológica, especialmente quando consideramos a diminuição da dependência de importações.Portugal, com seu clima ameno e solos férteis, oferece condições ideais para o cultivo de abacates. Isso permite que o país produza abacates de alta qualidade localmente, reduzindo a necessidade de importá-los de regiões distantes como a América Latina. A redução nas importações traz diversos benefícios ambientais:- Redução das Emissões de CO2: A importação de abacates envolve longas distâncias de transporte, geralmente por via aérea ou marítima, que geram emissões significativas de dióxido de carbono. Produzindo abacates localmente, Portugal diminui drasticamente essas emissões associadas ao transporte de longa distância.- Menor Consumo de Combustíveis Fósseis: O transporte internacional de alimentos requer grandes quantidades de combustíveis fósseis, contribuindo para o esgotamento dos recursos naturais e a poluição do ar. A produção local de abacates elimina a necessidade de transporte de longa distância, resultando em menor consumo de combustíveis.- Redução do Desperdício Alimentar: Durante o transporte de longa distância, uma quantidade significativa de alimentos pode ser perdida devido a condições inadequadas de armazenamento e manuseio. Produzindo abacates localmente, é possível reduzir essas perdas, garantindo que mais produtos cheguem frescos ao consumidor final.- Promoção da Agricultura Sustentável: A produção de abacates em Portugal incentiva práticas agrícolas sustentáveis, como o uso eficiente da água e a implementação de técnicas de irrigação moderna. Essas práticas não só melhoram a produtividade, mas também minimizam o impacto ambiental.- Apoio à Economia Local: Além dos benefícios ambientais, a produção de abacates em Portugal fortalece a economia local, criando empregos e incentivando o desenvolvimento rural. Ao comprar produtos locais, os consumidores também contribuem para a redução da pegada ecológica, uma vez que os alimentos não precisam ser transportados por longas distâncias.- Conservação e Sustentabilidade: Apenas 30% da área total será utilizada para a plantação de abacates, enquanto os outros 70% serão dedicados à conservação. É essencial ter uma área produtiva para financiar adequadamente os trabalhos de conservação, garantindo assim a sustentabilidade do projeto. Sem uma área produtiva, não seria viável manter os esforços de conservação necessários para proteger o meio ambiente a longo prazo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76364 Manuel em 2024-07-08

Comentário:

Discordo totalmente com o projecto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76363 Rita Gulbenkian em 2024-07-08

Comentário:

Protugal precisa de mais projetos como este!! O projeto revitaliza a economia rural de Alcácer do Sal e promove a conservação dos ecossistemas locais. Este projeto deve seguir em frente, pois a integração dessas duas vertentes é essencial para o desenvolvimento sustentável do nosso país.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76362 Marta Megre em 2024-07-08

Comentário:

A combinação de práticas agrícolas e florestais no projeto demonstra uma abordagem holística à sustentabilidade. A recuperação de áreas degradadas e a criação de florestas de elevado valor ecológico são essenciais para estimular a biodiversidade e mitigar as alterações climáticas. O nosso país, e o litoral Alentejano, não podem ser só turismo e construção! É fundamental que projetos agrícolas como este sejam apoiados.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76361 André Maria Carvalho Pereira Fernandes Fachada em 2024-07-08

Comentário:

O potencial impacto das consequências ambientais nefastas que este projeto tem ultrapassa inequívoca e largamente quaisquer potenciais benefícios socioeconómicos para a região, o país, ou o planeta.O sul do território nacional sofre atualmente de uma grave escassez de água. A sobre-exploração de recursos hídricos é um tremendo erro cometido no passado, e evitar a sua repetição deve assumir uma prioridade estratégica crítica.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76360 Miguel da Silva Macaista Malheiros em 2024-07-08

Comentário:

Excessivo consumo de água e exploração intensiva dos aquiferos que a curto prazo poderá levar à exaustão dos lençóis freáticos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76359 Helena da Silva Pereira em 2024-07-08

Comentário:

A realização deste projecto implica a desflorestação/desmatação de cerca de 734,48 hectares. A colocação de 40 toneladas de substrato orgânico/esterco por hectare - previsivelmente, terá efeitos na multiplicação das pragas de insectos (moscas e mosquitos) na comunidade. Esta plantação irá consumir cerca de 3 biliões, 950 milhões de litros de ÁGUA por ano utilizando 32 furos de captação de água o que irá certamente esgotar um aquífero já em estado crítico. A falta de água poderá ser uma inevitabilidade a breve trecho no concelho.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76358 Filipa Mendes Pinto em 2024-07-08

Comentário:

O reforço da agricultura em Portugal é essencial. Mas tal não pode ser feito à custa da utilização intensiva de recursos que já são escassos. Portugal está a permitir que o seu território agrícola esteja a ser excessivamente ocupado por culturas que não são naturais no nosso País e que para serem bem sucedidas têm que recorrer ao uso de recursos já reduzidos.O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial que as autoridades deste País tenham a coragem para parar este projeto e focar a sua atenção na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76357 Nico Guardans em 2024-07-08

Comentário:

Contrariando as notícias sensacionalistas, o projeto de plantação de abacate em Alcácer do Sal é um verdadeiro exemplo de sustentabilidade. Este projeto demonstra que é possível produzir de maneira responsável, respeitando o meio ambiente e promovendo a sustentabilidade a longo prazo. Durante um período de 25 anos, o projeto gerará emprego e riqueza no município, fomentando a sustentabilidade econômica e ambiental.Ao adotar práticas agrícolas que respeitam os habitats naturais e conservam os recursos, o projeto estabelece uma base sólida para o desenvolvimento econômico sustentável. Esse enfoque integrado assegura que a comunidade e o meio ambiente possam prosperar juntos, oferecendo benefícios duradouros para a região.Apoiemos este projeto que equilibra crescimento econômico e preservação ambiental, garantindo um futuro melhor para todos em Alcácer do Sal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76356 Glória Brito em 2024-07-08

Comentário:

Considero que não estão garantidas as principais questões de impacto ambiental :-Captação de água sem prejudicar as populações envolventes - Infestação de mosquitos numa região já com esse problema, e que certamente iria ser agravada com a colocação de fertilizantes/ estrume, nomeadamente o agravamento de moscas,- Eixo rodoviário insuficiente para trânsito regular de veículos pesados, com agravamento das condições normais de segurança para as populações da regiao.- Pressão demográfica numa zona em que não existem transportes públicos regulares para a deslocação de funcionários das explorações e em que se vê cada vez mais pessoas a circularem pelas bermas das estradas, para se deslocarem à localidade/vila mais próxima. Espero que sejam analisados e ultrapassados todos estes pontos essenciais antes de aprovarem e atrairem novas explorações, salvaguardando a saúde e segurança das populações da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76355 Manuel Perdigão em 2024-07-08

Comentário:

O Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e Monte Novo apresenta um elevado índice de sustentabilidade económica, ambiental e social.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76353 JOSE LOPES em 2024-07-08

Comentário:

O projecto abacates reformulado das Herdades da Murta e Monte Novo não passa de um embuste pois as pretensas melhorias relativamente ao projecto inicial não são suficientes para permitir a sua aprovação e continua a levantar enormes preocupações ambientais e sociais. Assim sendo, deve ser liminarmente reprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76351 António Filipe Damásio Capoulas em 2024-07-08

Comentário:

Sem entrar em considerações sobre a matéria ambiental, na expetativa de correta análise e posicionamento das entidades competentes, e face às conhecidas e progressivamente agravadas carências na disponibilidade de água para rega e abastecimento público, venho basear a presente posição de discordância nos seguintes pontos/dúvidas:- sendo conhecidas as cíclicas dificuldades no fornecimento de água para rega do arroz, cultura fundamental e, dadas as reconhecidas dificuldades de drenagem dos solos, sem alternativa no perímetro de rega gerido pela Associação de Beneficiários do Vale do Sado, como assegurar os previstos cerca de 1,139 hm3/ano em cultura perene e sem prejudicar a manutenção dos caudais na cultura do arroz? Quais as "Declarações" da ABVS a este respeito?- a reconhecida inviabilidade do modo de produção biológico, dado o tipo de solos arenosos (que, inclusivé, impossibilitam a instalação de novas plantações - sobreiro, pinheiro-manso e pinheiro-bravo- que não o abacate ??) não irá conduzir à produção química altamente intensiva incompatível com a localização na Zona Especial de Conservação Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas?- qual o efeito da captação de águas subterrâneas - 2,858 hm3/ano - na já também reconhecida precaridade do aquífero?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76349 Catarina Brito em 2024-07-08

Comentário:

Estou contra a destruição da paisagem, que tem um valor inerente e que esta a ser ignorado, a favor de ganhos financeiros a curto prazo. Estou a favor de investimentos locais que tragam benefícios financeiros a longo termo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76347 Mario Jorge Ramalho Ramos em 2024-07-08

Comentário:

Um projecto deste tipo é desastroso para a região e para Portugal. É sabido que os abacates necessitam de muita água (veja-se o que aconteceu em Doñana em Espanha). Parece que não aprendemos com as experiência dos outros! Esta região de Portugal já começa a ter problemas de falta de água, se deixarem levar a cabo este projecto com inúmeros poços de profundidade vão esgotar os recursos de água e levar à desertificação da região.Também é sabido que este projectos levam à utilização de recursos baratos de países remotos como o Bangladesh e não trás emprego nacional. Além de tudo isto, os promotores vão/estão a arrasar com as arvores nativas da região deixando toda a fauna da região à beira da extinção. Custa-me entender como é que as autoridades locais e nacionais, que deviam preservar o nosso património, podem sequer dar a possibilidade a discutir projetos deste tipo. Espero que haja lucidez, não não deixar avançar um projeto deste tipo, a bem de Portugal. Não queremos este tipo de empresas "abutre" a implementar estes projetos, ganhando dinheiro à custa dos nossos recursos naturais, e quando acabarem passarem de Portugal para outro qualquer país para fazer o mesmo.NÂO, não queremos este projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76344 Maria Nogueira em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto agroflorestal não só requalifica áreas degradadas, criando florestas de alto valor ecológico, mas também melhora os serviços dos ecossistemas. A promoção da biodiversidade e a redução do risco de incêndios são benefícios claros. Este equilíbrio entre floresta e agricultura é um modelo a ser seguido.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76343 francisca moreira em 2024-07-08

Comentário:

Discordo da Aprovação deste projecto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76342 Guilherme Reis Barbosa em 2024-07-08

Comentário:

Com base no documento abaixo, a Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo não resolve o problema da insustentabilidade ambiental do projecto e das suas consequências a longo prazo.A discordância parece-me a única opção razoável.Cumprimentos,Guilherme

Anexos: 76342_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76340 Cristiana Bastos em 2024-07-08

Comentário:

concordo com os argumentos da Associação Dunas Livres na identificação dos problemas hídricos e ambientais decorrentes do projeto apresentado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76338 Jurinda Lobo em 2024-07-08

Comentário:

Não será bom para tido o Concelho de Alcacér. O gasto excessivo dos recursos hídricos além de não trazer qualquer vantagem aoNível de emprego

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76336 Sara em 2024-07-08

Comentário:

Discordo pelo impacto negativo brutal que tem para o ambiente nomeadamente no consumo de água

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76335 Tiago Salazar Ribeiro Couto em 2024-07-08

Comentário:

A região onde pretendem plantar abacates não é tropical e não possui água suficiente para este tipo de cultura. Irá exaurir o solo e prejudicar toda uma região. Que deixa de ter água para outras plantações.Além disso não contrata mão de obra local visto que o processamento da fruta será feita em outra região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76331 Mafalda Nunes em 2024-07-08

Comentário:

Danos ambientais elevados

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76330 Geraldo Roth em 2024-07-08

Comentário:

Bom dia,O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais. A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda. A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253. O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria. É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. Cumprimentos,Geraldo Roth

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76327 João Jacinto em 2024-07-08

Comentário:

Exmo. Senhor Presidente da CCDR Alentejo, I.P.Assunto: Projeto Agroflorestal para as Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R), em Alcácer do Sal promovido pela Sociedade EXPOENTE FRUGAL, Lda., (com CAPITAL SOCIAL de 13MIL EUROS) do Grupo AQUATERRA 2.0 Lux I SARL com SEDE em Boulevard F.W. Raiffeisen, 17, 2411 LUXEMBURGOSobre o projeto objecto de Discussão Publica identificado acima manifesto a minha total discordância porque na versão reformulada a área de exploração e o consumo previsível de água baixaram apenas cerca de 9%. Das 34 captações iniciais apenas foram anuladas duas.O projeto, que abrange 734,48 hectares, implica a destruição completa do coberto vegetal, desarborização, desmatação e decapagem com impacte negativo, certo, direto e permanente de magnitude elevada, com perda de espécies de flora e fauna.Num projeto que vai utilizar um total próximo de 4 biliões de litros de água por ano não estão previstas medidas de mitigação do impacte dessa exploração no aquífero.A região sofre longos meses de seca severa, sendo bem visíveis por toda a parte os efeitos da redução de pluviosidade na flora local, em especial nos sobreiros.A evidência científica já disponível é de que as condições climáticas adversas previstas até 2030 impedirão a reposição do aquífero da margem esquerda do Sado, nos anos mais próximos.O projeto situa-se na zona protegida do estuário do Sado e representa mais um desequilíbrio ao nível ambiental não compensado por quaisquer benefícios relevantes.Analisando os limitados benefícios prometidos e os danos efetivos e os perigos potenciais, o projeto revela-se altamente prejudicial para o Concelho de Alcácer e para o Alentejo litoral.A Lei da Água em vigor no seu art.º 3.º, alínea f) impõe o respeito do princípio da precaução.Este princípio é expressamente reconhecido no art.º 66.º da Constituição da República Portuguesa e no art.º 191.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.A situação é de uma gravidade tal que o Governo anunciou, a 22 de maio, que irá apresentar rapidamente um plano sobre Gestão da Água para o país, tendo presente a necessidade de poupança e boa gestão da água para enfrentar os desafios hídricos futuros, assegurando que este recurso vital esteja disponível para as gerações atuais e futuras, mesmo perante os desafios que as alterações climáticas colocam a Portugal.Por essa razão, a Comissão Parlamentar de Ambiente da Assembleia da República está a criar um grupo de trabalho para rever a Lei da Água, reforçando o enquadramento legal para este recurso vital em situação de crise.O tema da água está assim sendo tratado com redobrada atenção e estão em curso procedimentos administrativos para garantir o uso sustentável e eficiente deste recurso.Considerando o elevado consumo de recursos hídricos que este projeto envolve, a sua apreciação deve ser efetuada à luz dos princípios já definidos e dos que estão em curso de definição mais rigorosa nos órgãos legislativos competentes: Governo e Assembleia da República sendo imperioso impedir a execução de projetos que causem prejuízos irreversíveis.O princípio da prevenção e precaução antes referidos impõem que não se aprovem projetos que criem factos consumados causando danos permanentes nas reservas de água nacionais, nomeadamente nos aquíferos já em risco devido às alterações climáticas.Assim, solicito a V. Exa. que promova para que seja dado parecer negativo ao projeto e que sejam tomadas as medidas preventivas para evitar que

sejam causados danos ao ambiente.Cumprimentos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76326 Egídio em 2024-07-08

Comentário:

O projecto demonstra ganhos interessantes para a região e nesse sentido deveria ser aprovado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76325 João Andrade em 2024-07-08

Comentário:

Concordo em absoluto com a concretização deste projeto! A plantação de abacate em Alcácer do Sal impulsionará o desenvolvimento rural de maneira sustentável. Criando oportunidades de emprego e estimulando a economia local, o projeto contribuirá para o crescimento socioeconómico da região. Ao mesmo tempo, a adoção de práticas agrícolas responsáveis garante que este desenvolvimento não comprometa os recursos naturais e ambientais. Este equilíbrio entre progresso económico e sustentabilidade ambiental tornará Alcácer do Sal um exemplo de desenvolvimento rural bem-sucedido e sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76324 Henrique Sousa em 2024-07-08

Comentário:

Da minha leitura do Resumo Não Técnico resulta claro que a agricultura e a conservação da natureza podem andar de mãos dadas. Com uma gestão cuidadosa dos recursos naturais e o respeito pelos habitats da Rede Natura 2000, o projeto conseguirá produzir abacates de alta qualidade sem comprometer o ambiente. Esta abordagem integrada prova que é possível desenvolver atividades agrícolas de forma responsável, garantindo a proteção dos ecossistemas locais e contribuindo para a sustentabilidade global.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76323 Ana Maria Lamelas Ahrens Novaes em 2024-07-08

Comentário:

Exmos. Senhores,A reformulação deste projecto é um atentado à inteligência de qualquer humano.As alterações são simplesmente insignificantes.É claro para todos, que os proprietários têm o direito de utilizarem as suas propriedades da forma mais rentável e produtiva. Têm, no mínimo, obrigações com os "vizinhos".Numa zona em que a água escasseia, não faz sentido nenhum, a plantação de algo, que não é autóctone, que não emprega durante 12 meses por ano uma quantidade significativa de pessoas e que só vai prejudicar todos os residentes, reduzindo de forma assustadora, o bem essencial Água.Vejam internacionalmente, o que acontece passados 30 anos, no género destas culturas intensivas, à terra (o parque Donãna é um pequeno exemplo).Apoiaria a empresa proponente, se a mesma decidisse aplicar o conhecimento técnico e os recursos financeiros para desenvolver sobreiros, pinheiros mansos e arroz, cuja grande rentabilidade está demonstrada há séculos.Com esperança que o bom senso impere, subscrevo-me, Com os cumprimentos, Ana Ahrens Novaes

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76322 Ana Monteiro em 2024-07-08

Comentário:

Não concordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76321 Carlos Campea em 2024-07-08

Comentário:

Que bom ver o setor privado a ter a iniciativa de desenvolver e implementar planos de recuperação daquela floresta. A recuperação daquela zona não seria possível sem este tipo de projetos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76320 Elisabete Silva em 2024-07-08

Comentário:

Esta empresa deve ser uma das poucas do setor que tem empregado tantas mulheres como homens e está orientada para uma agricultura de sustentabilidade. Dá gosto ver a visão destes jovens empresários, espero que prosperem e que o contributo que trazem não caia em vão, devido a agendas partidárias que em nome da ecologia tentam bloquear dos projetos ambientalmente melhor estruturados que se tem visto na agricultura portuguesa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76319 Maria Cláudia Pinho da Rocha Carneiro Veloso em 2024-07-08

Comentário:

Discordo totalmente do projecto de plantação de abacates nas Herdades da Murta e Monte Novo.A minha discordância fundamenta-se, essencialmente, na incongruência óbvia que consiste em querer-se plantar, numa extensa área de um Alentejo cuja tendência é continuar a desertificar-se, uma fruta exótica – o abacate – que exige para o seu cultivo quantidades de água elevadíssimas. A água é e será cada vez mais um bem escasso, sobretudo no Sul do país. Não faz sentido gastá-la desta forma massiva. Existe, porém, outra razão para a minha discordância, também bastante óbvia: o que agora está em consulta pública é uma reformulação do projecto inicial, o qual foi oportunamente rejeitado pelas entidades competentes. Ora, olhando aos detalhes do que agora é proposto, percebe-se que a presente reformulação não é mais do que uma operação de cosmética do projecto inicial (a título de exemplo, veja-se que a área agrícola é apenas reduzida em 8% e o número de furos em 5,8%). Assim sendo, os projectos pouco diferem. E quem rejeitou o projecto inicial terá obviamente de rejeitar o projecto reformulado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76318 Morgane Masterman em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto não parece coerente com uma gestão responsável da água nem numa preocupação de sustentabilidade ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76317 Mariana Matos em 2024-07-08

Comentário:

A viabilidade ambiental do projeto reformulado é indiscutível. A colaboração entre a Autoridade de AIA e o promotor assegura que todas as questões ambientais foram atendidas, justificando plenamente a emissão de uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76316 Maria em 2024-07-08

Comentário:

O projeto revela uma preocupação genuína com o ecossistema da região, dedicando cerca de 70% da área total à preservação de florestas, corredores ecológicos e habitats. Respeitando os requisitos da Rede Natura 2000, o projeto equilibra desenvolvimento agrícola com conservação ambiental. Este projeto demonstra que é possível crescer economicamente sem comprometer o meio ambiente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76314 Tetyana Shalkivska em 2024-07-08

Comentário:

Eu estou contra a instalação duma empresa de abacates aqui na Comporta/Alcácer do Sal num parque natural

Anexos: 76314_Vuelos baratos, billetes de avión y ofertas de vuelos vueling.com.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76313 Isabel Henriques em 2024-07-08

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76311 Abdul Sattar Kadri em 2024-07-08

Comentário:

Este projeto é muito importante e ótimo para economia. Estão de parabéns.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76310 Cristiana Santos em 2024-07-08

Comentário:

Discordo totalmente com a possibilidade de se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de umaexportação. A sociedade civil não percebe como não se consideram estes danos catastróficos para a regiãopor um produto que não beneficia nem região nem país, nem ao nível de criação de emprego.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76309 Mariana Horta em 2024-07-08

Comentário:

Os recursos hídricos necessários para esta operação, serão muito nocivos para a região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76308 António Ramalheira em 2024-07-09

Comentário:

Na fundamentação técnica do projecto confunde-se largamente dimensão com impacto do mesmo e abundam as afirmações categóricas de carácter geral, teóricas, não fundamentadas ou demonstradas, fazendo crer que mudanças marginais tornam um péssimo projecto num projecto aceitável. O que parece inquestionável é o profundo impacto do projecto sobre a biodiversidade da zona e o mais que previsível esgotamento de aquíferos, com a decorrente desertificação, à semelhança do que já se observou em Espanha e no Algarve.É também de salientar a drástica redução da biodiversidade numa zona de grande fragilidade e sensibilidade ambiental, com promoção de uma monocultura exótica e intensiva, ainda por cima consumidora ávida de recursos hídricos.O consumo de água neste projecto ultrapassa os 10 milhões de litros de água por dia….. uma enormidade cujo impacto é incontornável e indisfarçável!A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.Não se podem colocar meros interesses de curto prazo, financeiros e privados, acima do equilíbrio ambiental e ao arrepio de evidentes externalidades negativas com impacto duradouro para a comunidade.Pelo exposto, o projecto, inicial ou com alteraçoes, deve ser liminarmente reprovado - não autorizado.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76307 Maria Helena Carreto de Oliveira Araújo em 2024-07-08

Comentário:

Discordo completamente. Este projeto ao ser implementado, vai agravar um problema que já existe. Por alguma razão houve necessidade de as sociedades chegaram à conclusão, que, para bem do habitat de seres humanos, fauna e flora, de criar "santuários naturais, para impedir que "gananciosos predadores estragassem tudo". Tal é tão verdade, que como já estragaram outras regiões, desertificando-as e poluindo-as, que agora vêm atacar os últimos redutos de equilíbrio e recursos que tanto precisam, e que é onde ainda há alguma ÁGUA. Não estamos numa república das bananas e temos que também saber olhar quem é que no nosso país entra em conivência com esses grupos económicos, vendendo o país e hipotecando o nosso futuro sustentável e acima de tudo se essas pessoas estão em cargos de gestão pública responsáveis pelo res publica (coisa pública), ou em posições de “influencers” mediáticos.Discordo visceralmente, por ver a ignorância em todos os sentidos, tanto económica, como social, dos promotores e facilitadores da implementação deste tipo de projetos. Ignorância científica em termos de agricultura, por desconhecerem conceitos básicos como "quando se começa a adaptar as culturas aos solos, do que os solos às culturas, algo vai mal no “reino da Dinamarca”. Falta também sentido de economia nestes projetos de regadio intenso, quando sabemos que existem uma necessidade urgente de planear o recurso água para todos, e não estar a desperdiça-lo em abacates, (que eu tanto gosto). Não sou contra o capitalismo e os investimentos com criação de valor. Reconheço o valor do investidor e organizador de um projeto e o valor da mão de obra necessária para executar esse projeto. Mas outra falácia deste projeto, é o de venderem como mais valia para o município de Alcácer a ideia de que vão criar 1500 postos de trabalho., que sabemos que é completamente indiferenciado e sazonal e qual a proveniência da mão de obra, que se sujeita a esse tipo de trabalho com baixos valores salariais. Também discordo totalmente por suspeitar que muitas vezes estes "mega projetos" que "vêm salvar" uma comunidade agrícola com poucas recursos e oportunidades, estão muitíssimo bem assessoradas por gabinetes de advogados, super conhecedores dos meandros das lei" que eles" próprios " muitas vezes fizeram "à lá Carte" e que depois os informam da quantidade de subsídios governamentais a que se podem candidatar. Os habitantes de Alcácer e da Região, merecem melhor, Portugal merece melhor, temos que ser melhores, mas para isso temos de dar o exemplo, e não cair nestas ciladas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76306 Maria Helena Araujo em 2024-07-08

Comentário:

Discordo completamente. Este projeto ao ser implementado, vai agravar um problema que já existe. Por alguma razão houve necessidade de as sociedades chegaram à conclusão, que, para bem do habitat de seres humanos, fauna e flora, de criar "santuários naturais, para impedir que "gananciosos predadores estragassem tudo". Tal é tão verdade, que como já estragaram outras regiões, desertificando-as e poluindo-as, que agora vêm atacar os últimos redutos de equilíbrio e recursos que tanto precisam, e que é onde ainda há alguma ÁGUA. Não estamos numa república das bananas e temos que também saber olhar quem é que no nosso país entra em conivência com esses grupos económicos, vendendo o país e hipotecando o nosso futuro sustentável e acima de tudo se essas pessoas estão em cargos de gestão pública responsáveis pelo res publica (coisa pública), ou em posições de “influencers” mediáticos.Discordo visceralmente, por ver a ignorância em todos os sentidos, tanto económica, como social, dos promotores e facilitadores da implementação deste tipo de projetos. Ignorância científica em termos de agricultura, por desconhecerem conceitos básicos como "quando se começa a adaptar as culturas aos solos, do que os solos às culturas, algo vai mal no “reino da Dinamarca”. Falta também sentido de economia nestes projetos de regadio intenso, quando sabemos que existem uma necessidade urgente de planear o recurso água para todos, e não estar a desperdiça-lo em abacates, (que eu tanto gosto). Não sou contra o capitalismo e os investimentos com criação de valor. Reconheço o valor do investidor e organizador de um projeto e o valor da mão de obra necessária para executar esse projeto. Mas outra falácia deste projeto, é o de venderem como mais valia para o município de Alcácer a ideia de que vão criar 1500 postos de trabalho., que sabemos que é completamente indiferenciado e sazonal e qual a proveniência da mão de obra, que se sujeita a esse tipo de trabalho com baixos valores salariais. Também discordo totalmente por suspeitar que muitas vezes estes "mega projetos" que "vêm salvar" uma comunidade agrícola com poucas recursos e oportunidades, estão muitíssimo bem assessoradas por gabinetes de advogados, super conhecedores dos meandros das lei" que eles" próprios " muitas vezes fizeram "à lá Carte" e que depois os informam da quantidade de subsídios governamentais a que se podem candidatar. Os habitantes de Alcácer e da Região, merecem melhor, Portugal merece melhor, temos que ser melhores, mas para isso temos de dar o exemplo, e não cair nestas ciladas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76305 margarida segard em 2024-07-08

Comentário:

E inacreditável! Um atentado ambiental numa região onde a água é um bem precioso!!! E inaceitável, inaceitável

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76304 Hernani Luz em 2024-07-08

Comentário:

Discordo porque se trata de uma mono cultura que já se sabe que é prejudicial para o meio ambiente e mais nomeadamente para o terreno, além de utilizar muitos recursos hidricos não sustentáveis

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76303 Filipa em 2024-07-08

Comentário:

Tanto quanto foi possível apurar, trata-se de um projecto para a produção intensiva de abacates, abrangendo 734 hectares, equivalente a 734 campos de futebol (tendo apenas sido objecto de uma redução de 8,8%), o qual, se for avante, será certamente lesivo para o concelho e todos os que nele habitam e permaneçam.Isto porque, para além da destruição da flora e fauna tradicionais de que tanto nos orgulhamos e do aumento das moscas e odores desagradáveis associados às explorações intensivas, tal implicará, sobretudo, pela elevada necessidade de irrigação que o abacateiro exige, a captação de um brutal volume de água num período preocupante de seca que o nosso país atravessa, apesar do retorno da exploração poder não ficar sequer em Portugal. Por favor não estraguem o que de bom existe neste país. Filipa Carneiro

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76302 José Carlos Jorge Aposta em 2024-07-07

Comentário:

“É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. As autoridades devem estar atentas e levar em consideração os estudos sócio - ambientais existentes sobre os recursos hídricos do território e ter uma visão do futuro e da realidade climática que nos obriga a poupar os recursos e não desperdiçá-los em função de um interesse imediato e fugaz como é o da agricultura intensiva, com espécies não autóctones como o abacate. Podemos viver sem abacates mas não poderemos viver sem água ! »

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76301 Manuel Brito em 2024-07-07

Comentário:

Já estão aduzidos a este processo contributos, no âmbito do ordenamento do território, da caracterização e das avaliações dos impactes ambientais, mais que suficientes para, imperativamente, se rejeitar o projecto. É evidente que o projecto em apreço ´e incompatível com uma gestão sustentável, que proteja a biodiversidade, o solo e a água. O proposto está longe de conciliar a economia com a preservação dos recursos naturais. E esta incompatibilidade não se resolve com sustentação na retórica, em declarações de intenção que se repetem e não se cumprem e com avaliações e propostas de monitorização "em causa própria".Ainda neste contexto não se pode deixar de denunciar e questionar, quanto à forma, o conteúdo e os objectivos e interesses em causa. Porquê e para quê, ou para quem: a área estratégica de protecção e recarga dos aquíferos na Bacia Hidrográfica, com cerca de 28.750 hectares foi reduzida à insignificância; a área de Risco de Erosão Hídrica do solo, cerca de 16.000 ha, foi reduzida para um terço; a superfície da Reserva Ecológica (REN) foi amputada em mais de cinquenta por cento. Tudo isto à socapa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76300 MFA em 2024-07-07

Comentário:

A implementação de práticas inovadoras e a transferência de conhecimento técnico para os agricultores locais promove um ambiente de aprendizagem contínua e desenvolvimento. Este projeto serve como um modelo de inovação e educação agrícola.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76299 Isabel em 2024-07-07

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76298 SASS em 2024-07-07

Comentário:

O projeto inclui medidas específicas para a proteção de espécies ameaçadas, garantindo que as atividades agrícolas não prejudicam os habitats naturais. Este compromisso com a conservação da biodiversidade é essencial para a sustentabilidade ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76297 SsS em 2024-07-07

Comentário:

O projeto inclui a requalificação de áreas degradadas, aumentando a qualidade e a saúde do solo através de práticas agrícolas sustentáveis. A melhoria do solo não apenas aumenta a produtividade agrícola, mas também contribui para a saúde dos ecossistemas locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76296 ME em 2024-07-07

Comentário:

O projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e Monte Novo terá um impacto significativo na economia local através da criação de empregos diretos e indiretos. Esse desenvolvimento econômico é crucial para o fortalecimento da comunidade de Alcácer do Sal, promovendo estabilidade e crescimento. Este projeto deve ser aprovado para apoiar o desenvolvimento regional.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76295 Filipa em 2024-07-07

Comentário:

Discordo completamente Com este projeto , é um atentado à gestão da água em Portugal!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76294 AKAEA em 2024-07-07

Comentário:

O consumo de água do projeto é comparável ao de outras culturas frutícolas, desmistificando alegações de uso excessivo. Com técnicas modernas de irrigação, o projeto assegura que o consumo de água seja sustentável e equilibrado, protegendo os recursos hídricos da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76293 AKA em 2024-07-07

Comentário:

Ao proteger habitats essenciais, o projeto contribui diretamente para a conservação de espécies nativas, muitas das quais podem estar ameaçadas. A dedicação à proteção de 70% da área demonstra um compromisso robusto com a conservação da biodiversidade, um aspecto fundamental para a sustentabilidade ambiental a longo prazo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76292 AKAU em 2024-07-07

Comentário:

A preservação de corredores ecológicos é uma prática vital para a conectividade dos habitats e a saúde da biodiversidade. O projeto integra essa prática, garantindo que os corredores ecológicos sejam mantidos e melhorados, permitindo a livre movimentação da fauna. Este projeto merece aprovação por suas sólidas iniciativas de conservação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76291 AKAP em 2024-07-07

Comentário:

Ao introduzir práticas agrícolas inovadoras e sustentáveis, o projeto posiciona a região como um líder em agricultura moderna e responsável. Esta inovação atrairá investimentos e melhorará a competitividade da região no mercado agrícola.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76290 Martim Ribeiro Magro em 2024-07-07

Comentário:

O projeto demonstra que é possível produzir de forma eficiente e sustentável, utilizando a tecnologia para proteger os recursos hídricos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76289 Jose Maria Vasconcelos Correia Neves em 2024-07-07

Comentário:

Consumo excessivo de água em zona de recursos limitados. Solos pobres e pouco adequados.Claramente trata-se de um projecto a prazo, que irá consumir um recurso já insuficiente para as necessidades locais, e que será transferido para outra qualquer localização assim que se verifique a escassez de água que não é difícil de prever.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76288 Ana Conceição em 2024-07-07

Comentário:

A criação de novos empregos e o desenvolvimento rural sustentável são benefícios diretos deste projeto. A sua implementação contribuirá significativamente para a revitalização socioeconômica da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76286 Madalena em 2024-07-07

Comentário:

Totalmente em desacordo pelo forte impacto negativo no ambiente nomeadamente ao nível dos recursos hídricos. A região não tem capacidade para abarcar um consumo de água desta natureza

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76284 Maria Afonso em 2024-07-07

Comentário:

Com tantos beneficios para a saúde dos abacates, porque temos de os ir buscar a outros países e aumentar a pegada ecológica?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76282 Maria Cristina Faria Mello Vieira em 2024-07-07

Comentário:

AbacatesA persistência na plantação de abacates na Murta e Monte Novo não é aceitável, especialmente devido ao enorme consumo de água que vai ser extraída do aquífero que sustenta não só o concelho de Alcácer do Sal, mas vários concelhos vizinhos. São quase 700 ha só para essa cultura, o que acarreta prejuízos incalculáveis para a agricultura e indústria local e para os habitantes da região.A alegação de benefícios em termos económicos também não é convincente, salvo quanto aos potenciais lucros da empresa promotora. A mão de obra que vai ser necessária é sazonal e de baixo custo. Vai criar também problemas de habitação e de transporte coletivo no concelho.Acho que o projeto deve ser reprovado, sem abrir espaço a novas reformulações.Maria Cristina Mello VieiraAlcácer do Sal

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76281 Paulo Sousa Cardeira em 2024-07-07

Comentário:

Os abacateiros requerem grandes quantidades de água , fertilizantes e fungicidas que podem infiltrar-se nos lençóis freáticos ou poluir os rios se aplicados descuidadamente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76280 Alberto Rodrigues em 2024-07-07

Comentário:

Ao preservar 70% da área para corredores ecológicos e habitats, o projeto equilibra conservação ambiental com crescimento económico. Parece-me bem equilibrado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76279 AA em 2024-07-07

Comentário:

Ao introduzir práticas agrícolas inovadoras e sustentáveis, o projeto posiciona a região como um líder em agricultura moderna e responsável. Esta inovação atrairá investimentos e melhorará a competitividade da região no mercado agrícola.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76278 SH em 2024-07-07

Comentário:

A produção sustentável de abacates em Alcácer do Sal é um passo importante para uma agricultura mais verde e eficiente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76277 SAS em 2024-07-07

Comentário:

Ao ler o Resumo Não Técnico, denota-se uma evidente preocupação deste promotor em salvaguardar o ecossistema da região. Da área total das herdades, cerca de 70% é dedicada a salvaguardar a continuidade dos corredores ecológicos e a integridade dos habitats em presença, respeitando os requisitos ambientais e legais da Rede Natura 2000 e da Zona Especial de Conservação da Comporta/Galé. A área agrícola do projeto é agora de 658,44 hectares para uma área total de propriedade de 2.402,1 hectares (cerca de 27%), tendo como valor fundamental a proteção da totalidade do ecossistema da ZEC.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76276 Filipe Goucha em 2024-07-07

Comentário:

Demasiado uso de recursos hídricos e impacto florestal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76275 SHS em 2024-07-07

Comentário:

As medidas de conservação e gestão ambiental propostas visam promover a biodiversidade e a sustentabilidade. A implementação destas práticas assegura a proteção das espécies locais e a manutenção dos ecossistemas, justificando a aprovação do projeto como um exemplo de desenvolvimento sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76274 ACM em 2024-07-07

Comentário:

O projeto demonstra um compromisso sólido com a preservação da floresta e a proteção dos ecossistemas locais. Aproximadamente 70% da área total é destinada à manutenção dos corredores ecológicos e habitats, em linha com os requisitos da Rede Natura 2000. Este enfoque na conservação torna o projeto um modelo de sustentabilidade que merece ser implementado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76273 SSM em 2024-07-07

Comentário:

As medidas de conservação e gestão ambiental propostas promovem a biodiversidade e a sustentabilidade. Estas ações garantem a proteção das espécies nativas e a melhoria das condições ambientais da região. É um projeto que deve ser incentivado e apoiado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76272 RUI FERREIRA em 2024-07-07

Comentário:

DISCORDÂNCIAEsta reformulação do projeto inicial não o altera, não o reduz, não o reconfigura de forma substancial, mantendo-se nesta reformulação as objeções fundamentais ao projeto inicial: excesso de área de produção, excesso de consumo de água.Perante estas objeções fundamentais, para a reformulação apresentada equaciono duas leituras:-leitura a)- uma redução maior (i.e. acima de 10%) na área de produção e no consumo de água, limitam/reduzem/inviabilizam a rentabilidade do projeto; -leitura b)- o projeto inicial foi intencionalmente sobredimensionado, para ser reduzido simbòlicamente para reapreciação nesta segunda fase, na convicção do proponente de que as limitações legais e os protestos da população serão agora ultrapassados. Na leitura a), teria de assumir-se tratar-se dum projeto de alto risco, com uma margem de erro de 10%, inviável num projeto desta natureza, logo há margem para redução mais significativa nos parâmetros fundamentais: área de produção e consumo de água. Na leitura b), o projeto é aprovado, eventualmente mais reduzido, eventualmente com mais mitigações.Discordando da aprovação do projeto reformulado, porque o proponente se está nas tintas se atrás fica ou não fica terra queimada (e já agora, porque é que estamos a discutir isto, porque é que a Câmara Municipal de Alcácer do Sal aceitou um tal projeto para apreciação pública?), admito que no final das tramitações, alterações e mitigações, acabe por ser aprovado.Neste caso deixo uma sugestão à CMAS: exigir do proponente a instalação dum sistema integrado de contagem, leitura e teletransmissão em todos os pontos de captação de água, com fiscalização competente da CMAS, assídua, regular e presencial nas Herdade da Murta e Monte Novo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76271 Gonçalo Borrêga em 2024-07-07

Comentário:

Considero que é uma cultura que terá um impacto negativo a longo prazo nos recursos hídricos e no solo. Algo que pode ser visto em vários outros países onde foi feita cultura intensiva de abacate. O retorno económico está longe de justificar o impacto ambiental!Um exemplo claro do impacto negativo aqui: https://territoriolab.org/wp-content/uploads/2020/09/Agronegocio-de-Aguacate-hass-nueva-amenaza-texto-completo-2.pdf

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76270 Diogo Amaral em 2024-07-07

Comentário:

Os recursos hídricos necessários para esta operação, serão muito nocivos para a região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76269 Maria Besuga em 2024-07-07

Comentário:

É urgente ter em conta o exagero de culturas contranatura nos nossos solos.Não sei do lado técnico da coisa para fundamentar opinião mas sei do respeito que é preciso ter pelas características e exigências dos solos que temos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76268 Silvia de Oliveira da Silva Pereira em 2024-07-07

Comentário:

Fortíssimas pressões nos parcos recursos hídricos.Informação limitada, praticamente oculta a população residente, nacional e internacional. Autarquia Privilegia eventos populares, amplamente divulgados nos circuitos locais , refundindo projetos altamente impactantes em todo o ecossistema.Impera o bom senso!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76267 João Correia em 2024-07-07

Comentário:

Subscrevo a posição do Engenheiro Hugo Ribeiro sobre esta matéria, a qual passo a citar: "Uma exploração de agricultura intensiva de abacateiros de 658 ha não é compatível com o estatuto das duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC) abrangidas pelo projeto.Continuam a não existir análises de solo no EIA que suportem a tomada de decisão para os planos de correção e fertilização do solo à plantação. O plano de fertilização continua a ser vago e omisso.A aplicação do plano de fertilização azotada indicada no EIA original, terá tendência de acentuar os problemas de poluição existentes associados ao azoto total e aos nitratos nas águas superficiais.O plano de rega não apresenta como são calculadas as dotações de rega anuais e mensais, apenas apresenta valor genérico anual.O projeto não apresenta bases sólidas e devidamente fundamentados nos planos de rega e fertilização. Para uma exploração desta dimensão há lacunas/omissões que podem ter impactos significativos sobretudo na qualidade do solo e da água que aparentemente estão a ser negligenciados. Assim sendo, este projecto não deve acolher parecer favorável."

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76266 Filipa Costa em 2024-07-07

Comentário:

Esperamos que a razoabilidade dê lugar a outros projectos que sejam de facto sustentáveis

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76265 Gerrit Bergsma em 2024-07-07

Comentário:

We are extremely concerned about the environmental impact of the project in particular with regard the amount of water needed to sustain this project in an area that is already facing tremendous water challenges.Rgds!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76263 Chelsea Chen em 2024-07-07

Comentário:

*Concerns with the Reformulated Avocado Project and the Importance of Environmental Preservation*The reformulated avocado project does not present sufficient improvements to justify its approval and continues to raise serious environmental and social concerns.The reduction of the agricultural area by 8.8% and the decrease in boreholes from 34 to 32 are insufficient to mitigate negative environmental impacts. The five planned water reservoirs, covering 19.01 hectares, present a significant evaporation issue, and 3 hectares of floating solar panels are inadequate to compensate for this loss.The change in planting row spacing from five to six meters does not benefit native species. Additionally, avocado trees, whose leaves and bark are lethal to most birds due to persin, pose a greater risk to local wildlife.Soil preparation and fertilization remain unchanged, and water needs, although reduced from 4.33 hm^3/year to 3.95 hm^3/year, are still incompatible with the decreasing rainfall in the region. Water abstraction from the irrigation canal is unfeasible without pumping, as the planting area is south of National Road 253.The project encompasses two Special Conservation Zones and a Special Protection Zone, as well as Corine biotope areas and the Sado Estuary Nature Reserve. Between 2015 and 2024, only 32 bird species and two mammals were detected in more than 2400 hectares, indicating significant environmental impact that the project would only exacerbate.It is essential to reject this project and focus on water preservation and environmental protection, as sustainable water resource management is crucial for the ecological balance and quality of life of local communities.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76262 Clara em 2024-07-07

Comentário:

*Concerns with the Reformulated Avocado Project and the Importance of Environmental Preservation*The reformulated avocado project does not present sufficient improvements to justify its approval and continues to raise serious environmental and social concerns.The reduction of the agricultural area by 8.8% and the decrease in boreholes from 34 to 32 are insufficient to mitigate negative environmental impacts. The five planned water reservoirs, covering 19.01 hectares, present a significant evaporation issue, and 3 hectares of floating solar panels are inadequate to compensate for this loss.The change in planting row spacing from five to six meters does not benefit native species. Additionally, avocado trees, whose leaves and bark are lethal to most birds due to persin, pose a greater risk to local wildlife.Soil preparation and fertilization remain unchanged, and water needs, although reduced from 4.33 hm^3/year to 3.95 hm^3/year, are still incompatible with the decreasing rainfall in the region. Water abstraction from the irrigation canal is unfeasible without pumping, as the planting area is south of National Road 253.The project encompasses two Special Conservation Zones and a Special Protection Zone, as well as Corine biotope areas and the Sado Estuary Nature Reserve. Between 2015 and 2024, only 32 bird species and two mammals were detected in more than 2400 hectares, indicating significant environmental impact that the project would only exacerbate.It is essential to reject this project and focus on water preservation and environmental protection, as sustainable water resource management is crucial for the ecological balance and quality of life of local communities.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76261 José Luís Mendes Pinheiro Veloso em 2024-07-07

Comentário:

Assunto: Projeto Agroflorestal para as Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R), em Alcácer do Sal promovido pela Sociedade EXPOENTE FRUGAL, Lda., (com CA-PITAL SOCIAL de 13MIL EUROS) do Grupo AQUATERRA 2.0 Lux I SARL com SEDE em Boulevard F.W. Raiffeisen, 17, 2411 LUXEMBURGODiscordo totalmente da reformulação do projecto, a qual não é mais do que uma acção de cosmética sobre o projecto inicial, projecto que é agora alterado numa dimensão ridícula, tendo em conta os brutais impactes que, caso venha a ser aprovado, o projecto irá provocar. Dentre estes, destaco:•os impactes que irão resultar da destruição completa de 734,48 hectares de terreno com implicações na perda de fauna e flora;•os impactes num aquífero sensível para o Sul do Tejo e, nomeadamente, para o concelho de Alcácer do Sal; do aquífero serão retirados 4 biliões de litros de água por ano (sem que estejam previstas medidas de mitigação eficazes) o que, comulativamente com outros projectos já em curso, colidirá com a reposição do aquífero, no progressivo contexto de seca.E tudo isto para produzir abacates, um fruto exótico que requer necessidades de água incomportáveis com o que a curto prazo se avizinha no Sul de Portugal; para criar postos de trabalho miseravelmente pagos e com o pessoal comodado em deficientes condições; e para exportar os lucros para fora do país, já que o promotor tem sede no Luxemburgo!Qual é o interesse de um projecto destes para o concelho de Alcácer do Sal? Acelerar a desertificação futura do concelho? Ajudar a acabar com a mancha de pinheiro manso e de sobreiro? Impedir a reposição de um importante o aquífero nas próximas décadas? Contribuir para proliferação de moscas que infernizam a vida de quem vive no concelho e afastam o turismo de

qualidade?Não será, por certo, nenhum destes. E não encontro outro que não seja a obtenção do lucro a todo o custo, saltando por cima do mais elementar bom-senso e de valores ambientais evidentes e fundamentais.Numa altura em a Assembleia da República está empenhada na revisão da Lei da Água e o Governo anunciou que está a trabalhar na produção de um Plano de Gestão da Água, seria interessante que se cumprisse, entre outros, um dos primeiros princípios ambientais, o princípio da prevenção, suspendendo a aprovação de projectos com esta tipologia e dimensão, para que não se criem factos consumados e danos irreversíveis, porventura a coberto de um enquadramento legal a carecer de revisão urgente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76260 Francisco Romão em 2024-07-07

Comentário:

Os recursos hídricos necessários para esta operação serão muito nocivos para a região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76259 Bernardo Vilela em 2024-07-07

Comentário:

Os recursos hídricos necessários para esta operação, serão muito nocivos para a região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76258 Bernardo Amado em 2024-07-07

Comentário:

Os recursos hídricos necessários para esta operação, serão muito nocivos para a região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76257 NCMS em 2024-07-07

Comentário:

A implementação do projeto pode incentivar o desenvolvimento de políticas públicas eficazes para apoiar a agricultura sustentável e a conservação ambiental. Este projeto serve como um exemplo de como políticas bem elaboradas podem promover o desenvolvimento sustentável e equilibrado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76256 SMF em 2024-07-07

Comentário:

O uso eficiente e sustentável dos recursos naturais disponíveis, como a água e o solo, demonstra um compromisso com a conservação ambiental. O projeto maximiza o potencial produtivo da região sem comprometer os recursos naturais para as gerações futuras.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76255 Rita Nogueira Ramos em 2024-07-07

Comentário:

Oposição ao Projeto de Agricultura de Abacate em Alcácer devido ao Grave Impacto Ambiental: O projeto indicado deve ser rejeitado, pelas razões infra aduzidas. Encontro-me entre os inúmeros cidadãos que, preocupados com o meio ambiente e a sustentabilidade de Alcácer, vem expressar , indignada, a sua absoluta oposição ao projeto de agricultura de abacate planeado para a nossa região. Apesar das melhorias alegadas e anunciadas pela empresa exploradora, continuamos a acreditar que este projeto apresenta riscos significativos para o equilíbrio ecológico e o bem-estar da nossa comunidade e deve ser terminantemente rejeitado.§ Razões para a Oposição:1. Histórico de Seca Irrecuperável - Nos últimos anos, Alcácer tem sofrido com uma seca irrecuperável decorrente de projetos de agricultura intensiva. Esses projetos têm contribuído para a destruição dos recursos hídricos em larga escala, tornando a terra incapaz de se regenerar e ameaçando a sustentabilidade a longo prazo da região. A introdução de mais um projeto intensivo, como o de agricultura de abacate, exacerbará ainda mais essa crise hídrica. 2. Impacto Ambiental Significativo - Mesmo com a redução alegada pela entidade exploradora, de 10% na área agrícola para 658,44 hectares, a monocultura intensiva de abacate continua a ameaçar a saúde do solo e a biodiversidade local. A monocultura não promove a diversidade biológica necessária para a sustentabilidade dos ecossistemas, resultando em solos degradados e menor resistência a pragas e doenças. Enquanto proprietária da herdade de Montalvo, nos últimos anos, é notória a invasão de moscas e pragas decorrentes destas explorações. 3. Destruição dos Lençóis de Água - Está comprovado que o cultivo de abacate exige uma quantidade imensa de água, sobrecarregando os já esgotados recursos hídricos subterrâneos. Ora, a eliminação de dois furos de captação de água não é suficiente para mitigar o impacto total sobre o consumo de água. Continuar com a irrigação para uma área tão vasta agravará a escassez de água, afetando não só a agricultura, mas também o abastecimento de água para a população e outras atividades económicas essenciais. 4. Ambiente Desfavorável para Espécies Locais - Apesar das descontinuidades e corredores entre setores de plantação, a introdução de uma monocultura de abacate pode criar um ambiente desfavorável para as espécies nativas. As áreas reservadas para a conservação não compensam, de todo, a perda de habitats essenciais para muitas espécies. Espécies como o sobreiro (Quercus suber) e a azinheira (Quercus ilex), bem como diversas aves e mamíferos, podem ver seus habitats naturais severamente reduzidos ou alterados. 5. Problemas de Sustentabilidade a Longo Prazo - A conservação de 1.226,52 hectares de área florestal é um passo positivo, mas não suficiente. A monocultura de abacate pode levar a uma degradação do solo e esgotamento dos recursos naturais, comprometendo a produtividade a longo prazo. Projetos agrícolas sustentáveis devem em vez deste ser promovidos, desde que respeitem a diversidade de culturas e práticas de manejo e que preservem os recursos naturais. Entre as Espécies Mais Afectadas com as explorações intensivas, encontram-se a flora local, a fauna local e insectos polinizadores, bem como peixes/espécies aquáticas:a) Flora Local: - Sobreiro (Quercus suber) - Azinheira (Quercus ilex) b) Fauna Local: - Águia-de-Bonelli (Aquila fasciata)- Lontra-europeia (Lutra lutra) - Gavião-da-europa (Accipiter nisus)- Cegonha-branca (Ciconia ciconia) - Sapo-corredor (Epidalea calamita)c) Insetos Polinizadores: - Abelha-europeia (Apis mellifera)d) Peixes e Espécies Aquáticas:- bogas (pseudochondrostoma spp.)Exigimos:1.Estudos de Impacto Ambiental Rigorosos: - Solicitamos a realização de estudos de impacto ambiental independentes e abrangentes que considerem os efeitos a longo prazo sobre os recursos hídricos, a biodiversidade e a saúde do solo. 2. Alternativas Sustentáveis: - Propomos a exploração de alternativas agrícolas mais sustentáveis e compatíveis com as características naturais da nossa região. 3. Participação da Comunidade: - Reivindicamos um processo de tomada de decisão transparente e inclusivo, permitindo à comunidade local expressar suas preocupações e participar ativamente. § Conclusão: A preservação do meio ambiente e a sustentabilidade devem ser prioridades em qualquer projeto de desenvolvimento. O projeto de agricultura de abacate em Alcácer representa uma ameaça significativa e irreversível à nossa

região, e deve ser declinado, por exacerbar problemas de seca e destruição ambiental já existentes. Pedimos às autoridades competentes que rejeitem este projeto à luz dos potenciais danos ambientais. Assinamos esta petição com a esperança de um futuro sustentável para Alcácer, onde o desenvolvimento económico esteja em plena harmonia com a proteção do nosso meio ambiente e futuro das novas gerações de portugueses. Rita Garcia e Costa

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76254 Inger Silva Santos em 2024-07-07

Comentário:

Problems ambientais

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76253 Carolina em 2024-07-07

Comentário:

A favor do parecer da associação Dunas Livres:“Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas asustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursosnaturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que seráutilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de umaexportação.O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que“já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos,ecologia e uso e ocupação do solo” e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a regiãopor um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação deemprego.Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusãoapresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que “o Projeto reformulado [é]viável ambientalmente”, e segundo o RNT1 “apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal.”Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tentausar argumentos de redução ou evasão de “efeitos significativos no ambiente” e uma(pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo,quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemossenão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto,e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamenteavançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.”

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76252 NR em 2024-07-07

Comentário:

A conservação de áreas florestais e a criação de novos habitats naturais promovem a biodiversidade local. As medidas de recuperação ambiental implementadas pelo projeto protegem espécies nativas e contribuem para a saúde dos ecossistemas da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76251 MNS em 2024-07-07

Comentário:

A integração de práticas agroecológicas neste proejto promove a criação de novos ecossistemas agrícolas que combinam produção de alimentos com conservação da natureza. Este modelo de agricultura tem potencial para aumentar a biodiversidade, melhorar a qualidade do solo e proporcionar serviços ecossistêmicos essenciais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76250 NS em 2024-07-07

Comentário:

O projeto alinha-se com as metas de sustentabilidade estabelecidas pelo governo português, contribuindo para os objetivos de redução de emissões de carbono, gestão eficiente da água e conservação da biodiversidade. Este alinhamento reforça o papel do projeto como um modelo de boas práticas em sustentabilidade agrícola.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76249 Gustavo Marino em 2024-07-07

Comentário:

Abacate é uma cultura que tem um requerimento hídrico. Produção suplementada com rega num local que sofre estresse hídrico so trará malefícios para o local e para o país. Certo seria adaptar a produção para especies aptas para a nossa tipologia de clima e solos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76248 AM em 2024-07-07

Comentário:

A implementação de tecnologias agrícolas de precisão neste projeto agrícola, como sensores de humidade do solo e sistemas de irrigação automatizados, melhora a eficiência produtiva e a gestão dos recursos naturais. Estas inovações contribuem para uma agricultura moderna, competitiva e ambientalmente responsável, colocando o país e a região na vanguarda do setor agrícola.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76247 Carlos Brito em 2024-07-07

Comentário:

Em relação a este projeto tenho de manifestar a minha recusa em aceitar as novas condições pois na prática tudo se mantém e não protege:- o equilíbrio ecológico e qualidade de vida das comunidades locais- a preservação e reposição dos níveis da água profunda do aquífero Tejo-Sado- as árvores que serão abatidas e a fauna e flora que são ser abatidas- o movimento dos camiões, densificando o trânsito a um nível muito perigoso para uma estrada concebida para zona de baixa densidade.Não podemos viver sem água numa zona que se transformará num deserto passados alguns anos.Trata-de do nosso futuro, dos nossos filhos e netos.Espero que este alerta às Autoridades as façam exercer o seu dever de proteção das pessoas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76246 Afonso Bulhão Martins em 2024-07-07

Comentário:

Analisando a reformulação do projeto, é clarividente o esforço e compromisso do promotor em apresentar um projeto que não compromete a integridade da ZEC Comporta-Galé. A proposta de melhorar o estado de conservação do habitat 2260 é reveladora de um claro compromisso de recuperação ambiental. Este projeto é essencial não só a nivel de desenvolvimento regional como para a recuperação da ZEC Comporta-Galé.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76245 João Gama em 2024-07-07

Comentário:

A recuperação de terras agrícolas e florestais degradadas ou abandonadas contribui para a revitalização do espaço rural. Ao transformar áreas anteriormente negligenciadas em zonas produtivas e ecologicamente equilibradas, o projeto impulsiona a regeneração económica e ambiental da região, combatendo a desertificação rural. Portugal precisa de mais projectos como este!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76242 Sandra Cristina Roque Candeias em 2024-07-07

Comentário:

Seriam onze milhões de litros de água por dia para regar uma monocultura, esvaziando um aquífero vital para toda a região, e que já está hoje a precisar de ser cuidado e regenerado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76241 Lilian Bergsma em 2024-07-07

Comentário:

It is essential that this project is rejected and that there is a stronger focus on water preservation and environmental protection in the future. Water is a vital resource, especially in regions already facing water challenges, and its sustainable management is crucial for ecological balance.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76239 Joana Zózimo em 2024-07-07

Comentário:

Exmos. Srs./Sras. Enfrentando Portugal cíclicas situações de seca, que se espera tornarem-se cada vez mais frequentes, não se compreende nem é aceitável, o plano de instalar mais de 600 hectares de abacateiro na zona de Alcácer do Sal. É um atentado ambiental, pelo excesso de uso de água e deterioração do solo que esta espécie representa; é um atentado social, pela quantidade de água devotada a um tipo de cultura que não é autóctone, não é essencial à manutenção do sistema alimentar português, e pela falta que esta água pode fazer à população instalada na margem esquerda do Sado. Urjo à sua rejeição. Anexo o parecer da associação Dunas Livres, a este meu posicionamento. Cumprimentos,Joana Zozimo

---

Anexos: 76239_Parecer para 2a Consulta Puì•blica da Reformulacì§aì□o do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76238 Manuel Lucas Claro em 2024-07-07

Comentário:

Estudos recentes de Proença de Oliveira et al. (2021) para a APA apontam, na bacia do Sado, para umaredução efectiva de 14% da precipitação e de 31% do escoamento superficial anual no período 1981 -2016 face ao período anterior. As projecções para a bacia do Sado apontam para reduções daprecipitação entre 10 e 25% de acordo com o cenário climático menos ou mais gravoso e reduções doescoamento superficial entre 19 e 50 %, respectivamente, para o cenário climático menos ou maisgravoso. Acresce que com o aumento da temperatura teremos aumento da evapotranspiração quecontribuirá para diminuir as disponibilidades hídricas. A água disponível para se infiltrar e constituirrecarga de aquíferos será muito menor.Os ecossistemas aquáticos e terrestres e a flora e fauna neles integrados estão a sofrer grande stresshídrico com a redução dos escoamentos superficiais e o abaixamento dos níveis freáticos, apenas peloefeito das alterações climáticas.Nos últimos anos 8 anos tivemos 6 secas na região de Alcácer do Sal (ver figura abaixo) comprecipitações anuais a variar entre 400 a 500 mm (L/m2). Fonte: https://www.ipma.pt/pt/oclima/observatorio.secas/pdsi/apresentacao/evolu.historica/A confirmá-lo temos, também, os níveis das albufeiras do Pêgo do Altar, localizada na ribeira de SantaCatarina e, do Vale de Gaio, localizada na ribeira do Xarrama, que apesar de possuírem na sua totalidadeuma capacidade de armazenamento de 148,6 hm3, têm mantido volumes baixos de armazenamento.Este é o novo normal, pelo que os modelos de gestão e a tomada de decisão devem ser actualizados. Osdesafios que se colocam à conservação da natureza têm de incorporar esta nova realidade! Osecossistemas estão a ser severamente impactados pelas alterações climáticas. Mesmo sem aimplementação do projecto, o açude da Murta corre o risco de desaparecer, bem como as espéciesque dele dependem!Pelos enormes impactos esperados no Açude de Murta incluindo a sua destruição com consequências muito gravosas em termos ambientais e de biodiversidade no âmbito de alterações climáticas em que vivemos sou claramente contra a concretização deste projeto manifestamente ilegal tendo em conta a atual legislação de conservação da natureza aplicável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76237 Micaela em 2024-07-07

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76235 Rogerio Carapuca em 2024-07-07

Comentário:

Posição Pública sobre o projecto de plantação de abacates do Conselho de Alcácer do Sal, Projecto Agroflorestal ds Herdades da Murta e Monte Novo - vulgo "projecto dos abacates"Sumário ExecutivoO cultivo da espécie tropical e sub-tropical abacate (persea americana) na dimensão proposta, ou noutra qualquer, deve ser proibido, uma vez que se trata de uma espécie que não deve ser autorizada em zonas onde a água é escaça, como é o caso. Com efeito, o abacateiro, exige cerca de 1.000 litros de água por cada kg de fruto produzido, ou seja consoante as espécies, entre 70 a 300 litros por cada peça desta fruta. Acresce ainda que não se vislumbram vantagem económicas para o conselho, uma vez que o valor-acrescentado local é próximo de zero, pois nem o emprego gerado será para habitantes da região, nem o seu processamento industrial se fará na região. Assim esta produção é altamente lesiva do ambiente sem gerar vantagens económicas relevantes para o Conselho de Alcácer do Sal sendo assim imperioso que seja rejeitada. Desenvolvimento1.A espécie Abacate (persea americana) é oriunda de climas tropicais ou sub-tropicais e completamente desaconselhável em climas mediterrânicos como o nosso, onde consome quantidade inaceitáveis de água, contribui para a desflorestação e destruição de biodiversidade do nosso conselho numa região que, segundo o PDM, é maioritariamente florestal e que já luta com escacez de água para consumo humano. Acresce ainda que a sua exploração intensiva leva à destruição dos solos, que são frágeis, prejudica as restantes espécies, bem como a já ameaçada vida selvagem. 2.Estima-se que um abacateiro exige, em média, cerca de 1.000 litros de água por cada kg de fruto produzido, ou seja consoante as espécies, entre 70 a 300 litros por cada peça desta fruta.3.O valor acrescentado para o Conselho deste tipo de exploração agrícola é próxima do zero, pois não gera emprego de habitantes do conselho (pois o número de trabalhadores locais que potencialmente aceitem este tipo de trabalho é praticamente inexistente), levando à importação de mão-de-obra de outras paragens. 4.Não raras vezes, como tem sido documentado recentemente, esta importação de mão de obra de outras paragens que esteja disposta a aceitar este tipo de empregos, conjugada com a falta de fiscalização, tem gerado oportunidades de actuação às redes de tráfego de seres humanos.5.A isso acresce o facto de que o produto final nem sequer se destina à transformação no conselho, tornando assim também irrelevante a sua hipotética mais-valia industrial para Alcácer do Sal. 6.Os restantes agricultores locais, incluindo os de subsistência, são igualmente prejudicados indirectamente pela redução de água disponível para os seus produtos agrícolas pois serão obrigados à sua redução num cenário de escacez generalizada de àgua como já sucedeu noutros países onde esse fenómeno está documentado e como está a suceder no Algarve onde este tipo de plantações também existem. 7.Note-se, no entanto, que o plantio e exploração comercial em Portugal deste tipo de produto é potencialmente muito lucrativa (apenas) para os seus produtores pois evita os enormes custos de

transporte em tempo útil associados à sua eventual importação de países distantes para venda ao público no mercado local, preços que têm sistematicamente aumentado. 8.Assim a única entidade que sai a ganhar potencialmente com este tipo de exploração agrícola são os próprios promotores, ficando todos os restantes intervenientes a perder, intervenientes estes que compete aos poderes públicos proteger. Perde o conselho, não gera emprego local, não gera mais-valia industrial local, degrada irremediavelmente o ambiente, prejudica os restantes agricultores fiéis aos produtos oriundos da região, prejudica as outras atividades económicas respeitadoras do ambiente ou seja, ficam os restantes intervenientes, que não o promotor, a perder.9.Uma produção altamende lesiva do ambiente, que não gera emprego local, nem qualquer outra forma de valor acrescentado, não deve ser autorizada na dimensão inicialmente proposta ou nesta outra dimensão ligeiramente mais reduzida. Este projecto já foi reprovado recentemente com uma dimensão praticamente idêntica aquela que agora é proposta, pelo que seria incompreensível a sua aprovação nos termos agora propostos. 10.O projeto agora reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar uma aprovação, antes reforça os argumentos já introduzidos para a sua rejeição liminar. 11.Com efeito, a redução da sua área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3ha de painéis solares flutuantes, caso venham a ser implementados, são insuficientes para compensar essa perda.12.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros é irrelevante para

Anexos: 76235_PosiçãoPublicaProjectoAbacates.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76234 António Guimarães em 2024-07-07

Comentário:

O cultivo de pera abacate consome demasiada agua o que nessa regiao é dramático.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76233 Margarida Teixeira em 2024-07-07

Comentário:

Discordo do projecto, introduz desiquilibrio ambiental grave nesta região já em perigo. A vida selvagem, os recursos hídricos, a floresta são colocados sob pressão, com resultados catastróficos no futuro.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76232 Aurélio Joaquim da Silva Machado em 2024-07-07

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76231 Teresa Cristina da Conceição Calado de Almeida em 2024-07-07

Comentário:

Este projeto vai consumir perto de 4 biliões de litros de água/ano e implica a destruição completa do coberto vegetal, desarborização, desmatação com perda de espécies de flora e fauna.É verdadeiramente importante recusar este projecto: a preservação da água e a protecção do meio ambiente são cruciais para o equilíbrio ecológico e qualidade de vida de todos nós e, neste caso particular, das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76230 António Fidalgo Pires em 2024-07-07

Comentário:

Discordo por não ser compatível com os princípios ambientais básicos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76229 Goedele Raeymaekers em 2024-07-07

Comentário:

Não concordo de todo com esse projeto. Vamos precisar da água para outros fins mais importantes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76225 Inês Pires em 2024-07-07

Comentário:

Recursos hídricos escassos na região

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76224 Lynne Williams em 2024-07-07

Comentário:

Discordo desta proposição, porque....A colocação de 40 toneladas de substrato orgânico/esterco por hectare - previsivelmente, terá efeitos na multiplicação das pragas de insectos (moscas e mosquitos) na comunidade. Esta plantação irá consumir cerca de 3 biliões, 950 milhões de litros de ÁGUA por ano utilizando 32 furos de captação de água o que irá certamente esgotar um aquífero já em estado crítico. A falta de água poderá ser uma inevitabilidade a breve trecho no concelho.Na mesma zona já estão instaladas outras explorações , as quais são altamente consumidoras de água que provém do mesmo aquífero.Não aceito a proposição em termos de postos de trabalho permanentes. Para além dos graves danos ambientais, a curto prazo estarão colocadas em causa as condições de habitabilidade no território. A qualidade e quantidade de água nas torneiras vão ser ameaçadas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76221 Mariana Baptista em 2024-07-07

Comentário:

Impacte Ambiental Consumo excessivo de água Desflorestação Más condições de vida dos trabalhadores das explorações agrícolas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76219 David Frier em 2024-07-07

Comentário:

Discordo: o cultivo de abacates pode causar imensos danos ao fornecimento de agua numa zona onde existe uma escassez de agua.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76218 Jos Overdijk em 2024-07-07

Comentário:

-

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76217 Joao Duarte em 2024-07-07

Comentário:

Produção de pera abacate proposta está em dissonância com políticas para fazer face a alterações climáticas.Abismal o número de furos proposto em mais uma exploração de agricultura intensiva sem sentido e também em desrespeito para com as culturas autóctones. Discordo por completo com implementação deste projecto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76216 Diogo em 2024-07-07

Comentário:

O equilíbrio ecológico e a, INDISPENSÁVEL, água doce são bens preciosos e escassos! É inconcebível continuarem a tentar produzir, no nosso Concelho, espécies tropicais de elevado impacto devastador do ambiente local e exigências hídricas incomportáveis, em zonas de escassez de recursos hídricos e de absoluta necessidade de preservação do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida das comunidades locais. Vejam-se trabalhos de especialistas e exemplos dos resultados dramáticos dessas práticas nos locais do Mundo onde estes tipos de investimentos têm sido permitidos.É lamentável que as entidades e as autoridades envolvidas nestes processos não impeçam a proliferação deste tipo de projectos com dimensões catastróficas e em zonas com riscos especiais. É essencial impedir este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76215 Joana em 2024-07-07

Comentário:

O equilíbrio ecológico e a, INDISPENSÁVEL, água doce são bens preciosos e escassos! É inconcebível continuarem a tentar produzir, no nosso Concelho, espécies tropicais de elevado impacto devastador do ambiente local e exigências hídricas incomportáveis, em zonas de escassez de recursos hídricos e de absoluta necessidade de preservação do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida das comunidades locais. Vejam-se trabalhos de especialistas e exemplos dos resultados dramáticos dessas práticas nos locais do Mundo onde estes tipos de investimentos têm sido permitidos.É lamentável que as entidades e as autoridades envolvidas nestes processos não impeçam a proliferação deste tipo de projectos com dimensões catastróficas e em zonas com riscos especiais. É essencial impedir este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76214 Mariana Corte-Real em 2024-07-07

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais. - Insuficiente redução da área agrícola e dos furos para mitigar os impactos ambientais negativos- Insuficientes painéis solares flutuantes para compensar a evaporação causada pelos reservatórios de água previstos- Deficiente valorização das espécies nativas no espaçamento entre linhas de plantação- Riscos para a fauna local causados pela persina presente folhas e casca dos abacateiros letal para a maioria das aves- Ausência de alteração da preparação e fertilização do solo previstos- Incompatibilidade da redução das necessidades hídricas previstas com a diminuição da pluviosidade na região- Inviabilidade de captação de água do canal de rega sem bombagem devido à localização da área de plantação ao sul da estrada nacional 253- Agravamento do impacto ambiental em duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do SadoÉ essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76213 Hugo Ribeiro em 2024-07-07

Comentário:

A implantação de uma área de agricultura intensiva numa área de exploração de 658,44 ha de plantação de abacateiro , não é compatível com o espírito de proteção dos valores naturais das duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), a Comporta/Galé (PTCON0034) e Estuário do Sado (PTCON0011).O projecto reformulado indica que "O plano de preparação e fertilização do solo a realizar será idêntico ao do projeto inicial, apenas na linha de plantação, com exceção de que na entrelinha não existirá qualquer fertilização". O plano do projecto inicial apresentava valores que não eram devidamente justificados tecnicamente. Como se determinam agora os valores de fertilização na linha de plantação? Deste modo as questões surgidas no projecto original mantêm se.O Estudo de impacto Ambiental (EIA) para o plano de Plano de fertilização de preparação do solo indica que irá aplicar um corretivo orgânico numa proporção 40 ton/ha. Como se calculou este valor uma vez que ainda não existem análises de solo para auxiliar a tomada de decisão? Nem a simples análise do valor do pH do solo foi amostrado!!! O EIA original indica que "Os solos da área de inserção do Projeto Agroflorestal HM-MN apresentam alguma sensibilidade ou tendência para alcalinização, problema que poderá contribuir para a menor eficácia do projeto em análise, dado que com a introdução do regadio, essa tendência poderá acentuar-se devido à existência de sais dissolvidos na água de rega. Além disso, poderão começar a surgir problemas de salinização dos solos. De forma a detetar atempadamente o surgimento de problemas a este nível recomenda-se a realização de um programa de monitorização para os solos da área afetada."Porque não existiram análises de solo para serem incluídas no EIA? O manual de produção integrada da cultura do abacateiro editado pela DGARD em 2010 indica que o abacateiro é sensivel à presença de sais. Como é que o projecto não contempla análises por exemplo à reacção do solo , capacidade de troca catiónica ou condutividade electrica? No EIA original, o plano de fertilização para o azoto (Kg N/ha) refere para o 1º ano 34 kg, 2º ano 91 kg 3º ano 124 kg, 4º ano 167 kg, 5º ano 177 kg .Como se obtiveram estes valores? Quais as referências bibliográficas? Baseados em dados de crescimento da cultura do abacateiro para que região? Esta quantidade de azoto a ser aplicado via fertirrega nestas quantidades é excessiva. Os planos de fertilização para o azoto não são bem fundamentados, sendo excessivos e não seguem o espírito do código de boas práticas agrícolas.Na reformulação do Projeto é indicado que "No que respeita ao uso de adubos (fertirrega), os seus efeitos dependem, em larga medida, da resposta dos solos ao cultivo e da resposta da planta aos nutrientes, no entanto consideram-se os impactes pouco relevantes, porque os mesmos serão de imediato assimilados pelas plantas e quaisquer produtos residuais que cheguem ao solo, não afetarão corpos de água, como sejam linhas de água, uma vez que não existem neste local." Estas afirmações são genéricas, não sendo fundamentadas em dados concretos de análises de solo, nem com dados estimados de produção da cultura do abacateiro. Na parte relativa à questão da rega, apenas são discutidos detalhes relativos às capacidades dos furos, falta o detalhe de como serão calculadas as dotações de rega diárias e mensais para a cultura do abacateiro fundamentadas na evapotranspiração cultural da cultura. O projecto refere que "O maior valor das necessidades de água para rega da plantação ocorre na fase adulta da planta, a partir do 3º/4º ano da plantação, com volumes de consumo de água que foram estimados para o presente Projeto reformulado, admitindo uma área de plantação de 658,44 ha, na ordem dos 3,95 hm3/ano (valor calculado considerando as dotações de referência assumidas no Projeto reformulado de 5997 m³/ha.ano)." Como se determinaram estes valores?Resumindo:Uma exploração de agricultura intensiva de abacateiros de 658 ha não é compatível com o estatuto das duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC) abrangidas pelo projeto.Continuam a não existir análises de solo no EIA que suportem a tomada de decisão para os planos de correção e fertilização do solo à plantação. O plano de fertilização continua a ser vago e omisso.A aplicação do plano de fertilização azotada indicada no EIA original, terá tendência de acentuar os problemas de poluição existentes associados ao azoto total e aos nitratos nas águas superficiais.O plano de rega não apresenta como são calculadas as

dotações de rega anuais e mensais, apenas apresenta valor genérico anual.O projeto não apresenta bases sólidas e devidamente fundamentados nos planos de rega e fertilização. Para uma exploração desta dimensão há lacunas/omissões que podem ter impactos significativos sobretudo na qualidade do solo e da água que aparentemente estão a ser negligenciados. Assim sendo, este projecto não deve acolher parecer favorável .

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76211 Paula Canais em 2024-07-07

Comentário:

A plantação de abacateiros não se adequa a regiões sensíveis no que respeita à disponibilidade de água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76209 Letícia Do Carmo em 2024-07-07

Comentário:

Projecto completamente insustentável, que assina uma sentença de morte para uma região já tão afectada pela seca:- pela sua escala- pela devastação que irá provocar no ecossistema local actual- pelo seu carácter de monocultura- pela plantação de uma espécie que necessita de recursos não existentes no local para onde está projectada, nomeadamente água em abundância- pela não consideração dos efeitos negativos deste projecto nas populações da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76208 Luis Penha Inácio em 2024-07-07

Comentário:

Já tendo participado anteriormente na avaliação ambiental deste projeto e DISCORDADO totalmente com a sua implementação venho uma vez mais DISCORDAR em absoluto com a sua reformulação.O projeto reformulado não apresenta alterações significativas para justificar a sua aprovação.A gestão sustentável dos recursos hídricos e a proteção do meio ambiente são muito importantes para o equilíbrio ecológico da região e para a qualidade de vida de quem a habita.É necessário pensar no presente e no futuro que se avizinha. Com a atual redução da pluviosidade e o agravamento das condições climáticas da região previsto até 2030, temos que preservar os recursos existentes e não os devemos desperdiçar em processos de agricultura intensiva como a do abacate.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76207 Eduardo Garcia e Costa em 2024-07-07

Comentário:

O projeto reformulado não apresenta de forma nenhuma as melhorias suficientes para justificar sua aprovação pois continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais. O principal problema é a diminuição significativa dos recursos hídricos subterrâneos.Adicionalmente, a redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são claramente insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e garantir a preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76206 Ines barros em 2024-07-07

Comentário:

Este projecto é um atentado ao meio ambiente que deveria ser vetado de raiz pelo próprio governo, a preservação da água e a protecção do meio ambiente são cruciais para o equilíbrio ecológico, um projecto como o que apresentam é um verdadeiro crime contra o meio ambiente e contra as comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76203 SANTIAGO ALMASQUE em 2024-07-07

Comentário:

O que nasce torto, tarde ou nunca se endireita.Os fundamentais deste projecto ainda que cosmeticamente alterados continua,M a ser uma séria ameaça para o ambiente em geral e para a zona de implantação em especial.Espero que impere o bom senso e que seja mantida a reprovação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76202 Renato Augusto Reis em 2024-07-07

Comentário:

Falta projeto compensação Ambiental no Plantio de Árvores Nativas Frutíferas na Península Ibérica para garantir a segurança alimentar da fauna nativa. A compensação ambiental é uma estratégia essencial para mitigar os impactos negativos das atividades humanas sobre os ecossistemas. Na Península Ibérica, a restauração e o plantio de árvores nativas frutíferas se faz necessário e urgente, para desempenhar um papel crucial na manutenção da biodiversidade, proporcionando recursos alimentares vitais para a fauna silvestre. A Importância é especialmente através do plantio de espécies nativas frutiferas, promove a restauração de habitats degradados, melhora a qualidade do solo, aumenta a capacidade de sequestro de carbono e garante a continuidade das interações ecológicas alimentares. Plantar árvores nativas frutíferas é particularmente benéfico, pois elas fornecem alimentos essenciais para várias espécies de fauna, contribuindo para a sobrevivência e reprodução dessas espécies e, consequentemente, para a estabilidade dos ecossistemas e sua segurança alimentar. As Principais Árvores e Arbustos Nativos Frutíferos da Península Ibérica são o Medronheiro (Arbutus unedo): Produz frutos vermelhos e doces, consumidos por diversas aves e mamíferos, como o javali (Sus scrofa) e o texugo (Meles meles). Azevinho (Ilex aquifolium): Seus frutos vermelhos são uma importante fonte de alimento para aves durante o inverno, incluindo o tordo-comum (Turdus philomelos). Aroeira (Pistacia lentiscus): As bagas são consumidas por aves como o pisco-de-peito-ruivo (Erithacus rubecula). Zimbro (Juniperus communis): Suas bagas fornecem alimentos para aves como o tordo-zornal (Turdus pilaris). As bolotas são uma fonte

alimentar crucial para mamíferos como o esquilo-vermelho (Sciurus vulgaris) e aves como o gaio (Garrulus glandarius).Medronho (Arbutus unedo) Amora (Rubus ulmifolius) Saborosa (Crataegus monogyna) Mirtilo (Vaccinium myrtillus) Arando (Vaccinium uliginosum) Pinhão (Pinus pinea) Cereja-brava (Prunus avium) Mora-silvestre (Rubus caesius) Fruto do Zimbro (Juniperus communis) Bolotas (Quercus spp.): Tradicionalmente, as bolotas eram processadas e consumidas em tempos de escassez, tambem são bastante utilizadas na alimentação animal. Os Benefícios para a fauna e flora na diversificação alimentar: A presença de árvores nativas frutíferas garante uma dieta variada para a fauna, crucial para a saúde e reprodução de muitas espécies. A conservação de espécies de Árvores nativas frutíferas servem de habitat e alimento, contribuindo para a conservação de espécies ameaçadas e endêmicas. As Interações Ecológicas são polinização e a dispersão de sementes facilitadas pela fauna, promovendo a regeneração natural e a diversidade genética das plantas. Garantir a segurança alimentar da Fauna Silvestre através da compensação ambiental por meio do plantio de árvores nativas frutíferas é uma prática vital para garantir a alimentação e a sobrevivência da fauna silvestre na Península Ibérica. Essa abordagem não só restaura ecossistemas degradados como também fortalece as interações ecológicas essenciais, promovendo a biodiversidade e a resiliência ambiental. Implementar programas de plantio com espécies nativas frutuferas é um passo crucial para assegurar a sustentabilidade ecológica da região, beneficiando tanto a flora quanto a fauna nativa da Península Ibérica. Tambem é crucial para defesa do Direito dos Animais Silvestres à Água de acordo com a Diretiva Quadro da Água (2000/60/CE): Esta diretiva visa alcançar um bom estado das águas na UE, garantindo que os recursos hídricos sejam protegidos, melhorados e utilizados de forma sustentável. A boa qualidade da água é essencial para a biodiversidade, incluindo os animais silvestres, que dependem de corpos d'água limpos e acessíveis para sobrevivência. A diretiva exige que os Estados-Membros tomem medidas para proteger e restaurar ecossistemas aquáticos, que são habitats críticos para muitas espécies de animais selvagens. Tambem nesta seara dos direitos do bom habitat dos animais silvestres esta a Diretiva Habitats (92/43/CEE): Esta diretiva estabelece a Rede Natura 2000, uma rede de áreas protegidas designadas para a conservação de habitats e espécies ameaçadas. A proteção de habitats aquáticos é uma parte crucial da diretiva, reconhecendo que o acesso a água é um recurso vital para a fauna e flora selvagens. A conservação e reconstrução de áreas húmidas, rios, lagos e outras fontes de água é essencial para manter a biodiversidade e garantir que os animais silvestres tenham acesso a recursos hídricos de qualidade. Ha muitos projetos inovadores no combate à Desertificação, a Agroflorestação: Plantar árvores frutiferas e arbustos frutiferos nativos em áreas degradadas pode ajudar a reter a água no solo, reduzir a erosão e aumentar a infiltração de água, fornecendo alimentos criando micro-habitats que beneficiam os animais silvestres. Projetos de agroflorestação etc...

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76201 Joaquim Tiago em 2024-07-07

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. A água é um bem precioso e escasso!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76200 Conor Brennan em 2024-07-07

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76198 José Paulo Marques Rodrigues em 2024-07-07

Comentário:

Discordo!Portugal não é um país com condições naturais objetivas que facilitem a cultura do abacate.No atual estado de desenvolvimento técnico científico, obviamente que se consegue mas a custa do sacrifício desequilibrado dos recursos naturais do país, como a água que não podem ser presença de ninguém e da qual ninguém se deve apropriar mesmo que o aquífero se situa nas suas propriedades. Os recursos naturais são escassos e susceptiveis de usos alternativos!A reformulação apresentada é ridícula, mantém quase tudo na mesma e atenta contra a inteligência e a dignidade das autoridades nacionais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76197 Ana Possolo em 2024-07-07

Comentário:

Acho terrível o impacto ambiental que este projecto vai ter na destruição desta área tão importante do Alentejo, daí a minha discordância.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76196 Diogo Silva em 2024-07-07

Comentário:

Não gastem a pouca água que há na região para o proveito económico de poucos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76193 luispintoabreu@gmail.com em 2024-07-07

Comentário:

Compromete os recursos hídricos da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76191 Inês Pereira em 2024-07-07

Comentário:

Excelente projecto!! Merece ser aprovado, é verdadeiramente uma mais valia para a região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76190 Luis miguel sanchez horta correia em 2024-07-07

Comentário:

Estrategicamente, o tipo de plantacoes em zonas com limitações de disponibilidade de agua como o caso, nao deve aceitar plantacoes de uso intensivo de agua

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76189 Vera Dias em 2024-07-07

Comentário:

Excelente Projeto! Muito importante para o desenvolvimento da região .

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76188 José Fonseca em 2024-07-07

Comentário:

Em relação a este projeto tenho de manifestar a minha recusa em aceitar as novas condições pois na prática tudo se mantém e não protege:- o equilíbrio ecológico e qualidade de vida das comunidades locais- a preservação e reposição dos níveis da água profunda do aquífero Tejo-Sado- as árvores que serão abatidas e a fauna e flora que são ser abatidas- o movimento dos camiões, densificando o trânsito a um nível muito perigoso para uma estrada concebida para zona de baixa densidade.Não podemos viver sem água numa zona que se transformará num deserto passados alguns anos.Trata-de do nosso futuro, dos nossos filhos e netos.Espero que este alerta às Autoridades as façam exercer o seu dever de proteção das pessoas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76185 João Carlos em 2024-07-07

Comentário:

Este projecto não pode avançar, porque a água é um bem escasso!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76184 Joao Cabecadas em 2024-07-07

Comentário:

Este projecto não pode ser aprovado. A água é um bem escasso e precioso!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76183 Maria do Rosário Souza em 2024-07-07

Comentário:

Pera-abacate não é apropriada para uma região onde já existe tanta escassez de água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76182 Pedro Manuel Torres de Eckenroth Guimarães em 2024-07-07

Comentário:

A dimensão do projecto, reduzida muito ligeiramente na presente reformulação (menos de 10% da área inicial), corresponde à implantação duma monocultura de produção intensiva de pera abacate que trará consequentes prejuízos ambientais à região quer à fauna, quer ao equilíbrio dos recursos hídricos razão pela qual considero inaceitável a sua aprovação

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76181 Jan Van Hees em 2024-07-07

Comentário:

O projeto revisado de cultivo de abacate não apresenta melhorias que justifiquem a sua aprovação e continua a levantar preocupações ambientais e sociais significativas que requerem atenção urgente.Em primeiro lugar, a redução da área agrícola em 8,8%, de 722,24 ha para 658,44 ha, e a diminuição do número de poços de 34 para 32 novos poços são manifestamente insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos que o projeto causaria.Além disso, os cinco reservatórios de água planeados, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema considerável de evaporação. Esta perda de água, extraída de profundidade, não deve ser negligenciada. A previsão de apenas 3 ha de painéis solares flutuantes é insuficiente para compensar a evaporação e sugere a necessidade de soluções mais eficazes.A alteração do espaçamento entre as filas de plantação, de cinco para seis metros, não é suficiente para beneficiar as espécies nativas. Pior ainda, as árvores de abacate, cujas folhas e casca são letais para a maioria das espécies de aves devido ao persina, representam um risco ainda maior para a fauna local se estas forem atraídas para os espaços entre as árvores.A preparação do solo e a fertilização permanecem inalteradas em relação ao projeto inicial, mantendo todas as preocupações sobre a sustentabilidade destas práticas. Embora as necessidades totais de água do projeto tenham sido reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano (uma redução de 8,8%), continuam a níveis incompatíveis com uma área onde a precipitação continua a diminuir. Por outro lado, a extração de água planejada do canal de irrigação, estimada em 1,139 hm^3/ano, é inviável sem bombeamento, uma vez que toda a área de plantio está a sul da estrada nacional 253.A área prevista para o projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC: Comporta/Galé e estuário do Sado) e uma Zona de Proteção Especial (ZPE: barragem de Murta), além de áreas de biótopo Corine e, parcialmente, a Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES). Durante campanhas sistemáticas de prospeção de campo, realizadas entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e duas espécies de mamíferos (javali e lebre) em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo devido às áreas já desflorestadas e cultivadas nas redondezas, que o projeto em revisão só irá exacerbar.É essencial que este projeto seja rejeitado e que haja um foco mais forte na preservação da água e na proteção ambiental no futuro. A água é um recurso vital, especialmente em regiões que já enfrentam desafios hídricos, e a sua gestão sustentável é crucial para o equilíbrio ecológico.A preservação do ambiente e a gestão eficiente dos recursos hídricos não são apenas responsabilidades éticas, mas também essenciais para garantir a sustentabilidade a longo prazo da região e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76180 Felizarda Neutel em 2024-07-07

Comentário:

Discordo devido a falta de água que neste momento se vive

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76179 Alcácer P'lo Ambiente em 2024-07-08

Comentário:

Exmo. Sr. Presidente da CCDR Alentejo, O grupo de cidadania ativa Alcácer P'lo Ambiente vem por este meio, em seu nome e em nome de muitos outros alcacerenses, apresentar a sua total DISCORDÂNCIA para com a reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo. Este tipo de agricultura irá contribuir aceleradamente para esgotar os recursos hídricos, destruir os ecossistemas, a biodiversidade e a sustentabilidade em geral nesta região.O projeto apresentado prevê o consumo de 3 biliões, 950 milhões de litros de ÁGUA por ano, para regar 658,44 hectares de abacateiros, uma espécie exótica subtropical, não essencial na alimentação.A proposta incide numa região de pinheiro manso e montado, com baixos índices de precipitação, com tendência de redução da mesma, e com os níveis dos recursos hídricos subterrâneos também a diminuir, devido à sobre- exploração a que já estão sujeitos por outras explorações agrícolas intensivas instaladas.Esta realidade de escassez ameaça o abastecimento de água para consumo humano em algumas zonas dos concelhos de Alcácer e de Grândola, perspetivando-se que a situação se agrave no futuro.Quando a palavra de ordem deveria ser reduzir e racionalizar o consumo de água, tendo em atenção as alterações climáticas, pretende-se aumentá-lo exageradamente.Previamente à instalação dos pomares, será feito o abate de árvores e proceder-se-á à desmatação, com destruição ecológica, que embora os promotores refiram ser reversível, não o será a não ser com incalculáveis e demorados investimentos. É de extrema gravidade autorizar a instalação de um projeto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, pondo em causa os habitats e restantes valores naturais protegidos, numa zona extremamente rica em biodiversidade, nomeadamente aves, que povoam o açude da Murta, as lavras de arroz e as margens do rio Sado e fazem parte do património natural e cultural do nosso concelho.Num projeto com graves impactos ambientais, a reduzida promessa de emprego permanente - para apenas 32 a 40 pessoas - é completamente irrelevante para o desenvolvimento económico do concelho e de maneira nenhuma compensa os prejuízos que vai causar.A pretendida fertilização dos terrenos com substrato orgânico/estrume (na ordem das 40 toneladas por hectare), já presente nos mais recentes projetos instalados nas imediações, conduz à proliferação excessiva de moscas e mosquitos, com reflexos na qualidade de vida e saúde das populações do concelho de Alcácer do Sal, prejudicando outras atividades económicas estratégicas. A aprovação de uma exploração agrícola de grandes dimensões deve ser feita tendo em conta os impactes por si gerados, mas também os impactes cumulativos causados pelas restantes explorações na zona, as quais são altamente consumidoras de água que provém do mesmo aquífero.A Lei de Base do Ambiente, artigo 3º, estabelece que o desenvolvimento sustentável obriga à satisfação das necessidades do presente, sem comprometer as das gerações futuras.É vossa responsabilidade política analisar todas as variáveis, impactes e inter-relações, decidindo pela preservação do território, do bem comum das populações atuais e das próximas gerações e não a favor de interesses privados, sediados num paraíso fiscal, o Luxemburgo.Os nossos cumprimentosAna Maria Vaz de Carvalho

Santos Cristiana Vargas Fernanda Ramos Herlander BrazJorge MalheirosLuís Miguel PereiraMaria Antónia LázaroMaria Eugénia MalheirosManuel Luís MalheirosMiguel MalheirosSónia Costa Passos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76178 Paulo Felipe Isaías de Freitas em 2024-07-06

Comentário:

Discordo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76177 Ricardo Caria Carvalho em 2024-07-06

Comentário:

Acredito que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas asustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursosnaturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.Como se vê, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que seráutilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de umaexportação.O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que"já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos,ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a regiãopor um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação deemprego.Considero chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusãoapresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é]viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."Considero inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tentausar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma(pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo,quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vejosenão danos da maior significância negativa, pelo que condeno o avanço deste projecto,e acuso irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamenteavançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Anexos: 76177_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76176 Agna Pereira em 2024-07-06

Comentário:

Não concordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76175 Maria Antonia Moura em 2024-07-06

Comentário:

Perigo de arrasar toda a zona e a sobrevivência dos seus habitantes

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76174 Manuel Frederico Lupi Belo em 2024-07-06

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas

biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76173 Catarina Carmo em 2024-07-06

Comentário:

Este projeto é um perigo para a fauna, flora e habitantes locais!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76170 Andreia Ferreira em 2024-07-06

Comentário:

Agricultura de produtos de grande valor acrescentado, precisamos de projetos assim para sairmos da cauda da Europa

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76169 Andreia Oliveira em 2024-07-06

Comentário:

Este projeto mostra como a agricultura é um setor atrativo para investir, espero que inspire mais empresários e governos a apostar neste setor

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76168 Andréia Botelho em 2024-07-06

Comentário:

É um projeto ambicioso e disruptivo, vai criar muito emprego e reverter a rápida desertificação daquela zona

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76165 Fátima Barros em 2024-07-06

Comentário:

Este projecto tem um forte impacto no consumo das reservas aquíferas da região onde será implantado. Trata-se de uma monocultura que consome elevadas quantidades de água e cujo cultivo terá fortes implicações sócio-económicas e pouco contribuirá para o desenvolvimento regional já que utilizará mão de obra imigrante. Por sua vez a implantação do projecto levará ao abate de uma grande quantidade de árvores o que terá impacto na fauna e flora local. Considero que a região já sofre os impactos de outras culturas intensivas como o mirtilo e que terá um impacto devastador a cultura intensiva do abacate.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76164 Rita Barros em 2024-07-06

Comentário:

Aquele aquífero tem sido usado maioritariamente para a produção de relva para golfes, para a produção de horticultura e para regar jardins de condomínios de luxo, atividades que não fazem qualquer retenção de carbono. Este projeto trata-se da produção de árvores aliado à recuperação e conservação da floresta local. Não vejo como poderia ser chumbado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76162 Celia Moreira em 2024-07-06

Comentário:

Não concordo com a natureza deste projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76161 Jorge Moreira em 2024-07-06

Comentário:

Não concordo com a natureza deste projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76160 Joaquim Reis em 2024-07-06

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76157 Luiz Leite em 2024-07-06

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76154 Carlos Looes em 2024-07-06

Comentário:

Este projeto dos abacates representa uma agressão ambiental desmesurada (as árvores que vão ser abatidas e a fauna e flora que vai desaparecer) e uma exaustão de recursos hídricos que serão retirados do nosso Aquífero Tejo-Sado e que coloca em causa também a sobrevivência.É lamentável que o concelho de Alcácer do Sal se tenha transformado no “El Dourado” para este tipo de empresas e que os governantes locais e nacionais nada façam para proteger pessoas, animais e plantas. Empresas similares arrasaram outras áreas (ex. Parque Nacional Dõnana (Espanha) e agora com a cumplicidade dos governantes querem fazer o mesmo nesta região. Todos sabemos que o projeto foi reformulado, mas que é uma operação de cosmética e um total desrespeito pelos locais e não não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano,

ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76153 Madalena travisco em 2024-07-06

Comentário:

O projeto abacates reformulado continua a levantar preocupações ambientais e sociais, que não parecem aceitáveis

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76152 Luis Camacho em 2024-07-06

Comentário:

Não estou de acordo pela implicação que uma cultura destas tem nos lençois aquiferos. So por essa razão os projecto não devia ser sequer considerado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76151 Paulo Dias em 2024-07-06

Comentário:

Muito bom projecto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76149 Beatriz Dias em 2024-07-06

Comentário:

Projeto muito bom!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76147 Cristina Roldão em 2024-07-06

Comentário:

Redução de 34 para 32 furos parece uma forma de brincar com um assunto demasiado sério.A água é um bem escasso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76146 Adelino Madeira em 2024-07-06

Comentário:

Discordo totalmente por motivos ambientais, sociais e paisagísticos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76145 Maria em 2024-07-06

Comentário:

Irá prejudicar fortemente o ecossistema da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76144 Miguel Peres Correia em 2024-07-06

Comentário:

Discordo em absoluto A água é recurso fundamental para o futuro, a temperatura tende a subir, o sul da Península Ibérica está em desertificação evidente, todos os dados estão conhecidos.Espanha cometeu erros irreparáveis e parte do solo da Andaluzia, a entrar em Portugal, tem características de deserto.em vez de protegermos as reservas hídricas propomos proteger o progresso do desertoSerá interessante do ponto de vista financeiro alguns anos e em seguida deixa de ser viável e entretanto contribuiu inevitavelmente para a degradação do equilíbrio hídrico.Pensar no imediato e não pensar no futuro, muito próximo aliás, é erro de pensamento grosseiro

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76142 Luis Filipe Nabais Nobre em 2024-07-06

Comentário:

A preservação da água e a protecção do meio ambiente são cruciais para o equilíbrio ecológico e qualidade de vida de todos nós e, neste caso particular, das comunidades locais, por isso discordo deste projecto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76141 Duarte Tavares da Silva em 2024-07-06

Comentário:

Discordo em absoluto, descaracterizar toda uma paisagem típica , com uma cultura não local e de moda efémera!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76139 Maria Jesus Alves em 2024-07-06

Comentário:

Este projeto tem de ser recusado para o bem do ambiente da diversidade e das gerações presentes e futuras.Este projeto é o fruto da ganancia politica com o objectivo apenas de lucro das entidades envolvidas e das entidades apoiantes.O projeto abacates reformulado continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais. Por exemplo os postos de trabalho a criar são não mais do que trabalho escravo de imigrantes.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria. É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76138 Ricardo Branco Alegre em 2024-07-06

Comentário:

Discordo por causa do consumo de água que tal projecto implica bem como a região onde o pretendem levar adiante.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76136 Norberto Alves Luís em 2024-07-06

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76135 Susana Silva em 2024-07-06

Comentário:

A revitalização de áreas rurais degradadas com práticas agrícolas sustentáveis promove o desenvolvimento rural, combatendo a desertificação e incentivando a fixação de populações no campo. Este projeto é um exemplo de revitalização rural bem-sucedida.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76134 Paulo Faria em 2024-07-06

Comentário:

O projeto introduz técnicas de cultivo avançadas, que aumentam a produtividade e reduzem o impacto ambiental. A inovação agrícola é essencial para o futuro do setor e este projeto é uma prova disso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76133 Luis Sousa em 2024-07-06

Comentário:

Este projeto agroflorestal apesar de reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto que tal como outros ameaça a qualidade de vida das populações da região, ameaça a diversidade e o meio ambiente. DISCORDO EM ABSOLUTO!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76127 Vitor Paiva em 2024-07-06

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76126 Diana Menezes e Castro em 2024-07-06

Comentário:

Nao concordo com a criação deste projecto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76124 Acurcio em 2024-07-06

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são

incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76119 Mariana Sepúlveda em 2024-07-06

Comentário:

Este é um projecto com impacto extraordinário em termos de empregabilidade na comunidade local e com grande preocupação em ser sustentável respeitando o ecossitema

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76118 Alberto Pinguinha em 2024-07-06

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76117 Bruno gonzalez em 2024-07-09

Comentário:

O projeto agroflorestal promete ser um importante motor económico para o distrito de Alcácer do Sal e Setúbal. A criação de uma área agrícola dedicada à produção de pera abacate estimulará o emprego local, tanto na fase de cultivo como na transformação e distribuição dos produtos. Além disso, a instalação de um centro de distribuição na região facilitará a logística e reduzirá os custos de transporte, melhorando a competitividade dos produtos no mercado nacional e internacional. Este projeto também atrairá investimentos e turismo agrícola, o que gerará rendimentos adicionais para a comunidade e fortalecerá a economia local.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76116 Raul Paulo Freitas Gloria em 2024-07-06

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76115 Bruno Losada em 2024-07-09

Comentário:

Este projeto agroflorestal é um modelo exemplar de desenvolvimento sustentável que combina a agricultura com a conservação do ambiente. A aplicação de técnicas agro-florestais permite a coexistência de árvores, culturas e animais, promovendo a biodiversidade e reduzindo a erosão do solo. A produção de pera abacate neste contexto não só assegura uma fonte de rendimento estável para a economia local, como também contribui para a regeneração do ecossistema. A utilização de práticas agrícolas sustentáveis, como a plantação de árvores intercaladas com culturas, melhora a qualidade do solo e sequestra carbono, ajudando a atenuar as alterações climáticas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76112 Deolinda Chaves em 2024-07-06

Comentário:

Classificado com DiscordânciaNo âmbito do processo de consulta pública a decorrer da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R) venho por este meio manifestar novamente oposição ao Projeto (para além dos pontos já mencionados na consulta pública de Janeiro 2024), considerando que é prejudicial para o ambiente, para a economia e para a sociedade. O ponto fulcral reside na questão:Qual o legado que se pretende deixar na Rede Natura 2000 para as gerações presentes e para as gerações futuras?E os pontos de discordância com o Projeto Reformulado:1.Da descrição do Projeto e o tipo de agricultura e práticas culturais - da descrição de Projeto que não corresponde à realidade a implantar aponta práticas culturais do pomar de abacate como se tratasse de uma agricultura tradicional, sendo aqui realizada a chamada “Agricultura 4.0”, em que são utilizadas um conjunto de tecnologias na produção e gestão agrícola que integram máquinas autónomas, gps, drones, pilotos automáticos, aplicativos móveis, recurso a energias renováveis e Big Data e Análise Avançada. Uma agricultura de precisão em que a recolha massiva de dados serve de base às decisões informadas dos agricultores e em que o EIA do Projeto Reformulado não reflecte este tipo de agricultura. - da descrição de Projeto e práticas agrícolas associadas à agricultura 4.0 -há a considerar os impactes decorrentes que podem afectar espécies protegidas ou ecossistemas sensíveis – o uso de drones e o seu impacte e a respectiva análise de risco nas aves da ZEC Comporta / Galé é um dos pontos resultantes daquela prática que não é estudado, nem mencionado.2.Da situação de referência e impactes de escala - a situação de referência do terreno sujeito à intervenção, está insuficientemente caracterizada em termos de ambiente e biodiversidade, não refletindo com precisão a realidade ambiental daí decorrem a: subestimação dos impactes, nomeadamente dos impactes de escala e inconsistência na avaliação e falta de base comparativa, levando a decisões inadequadas sobre medidas de mitigação.A primeira operação de preparação do solo é a desmatação de 392 hectares de pinheiro manso (Pinus pinea) e 68 hectares de pinheiro bravo >qual é a densidade média (n. árvores/ hectare) nesta área? E qual o impacte que se vai verificar no campo?A densidade média de campo para povoamentos puros de pinheiro manso (Pinus Pinea) e para povoamentos puros de pinheiro bravo (Pinus Pinaster) nos terrenos pobres, arenosos , podzolizados no concelho de Alcácer do Sal é respectivamente de 100 – 120 árvores /ha e de 1000-1250 árvores /ha.Segundo este valor de referência existem 39.200 a 47.040 pinheiros mansos e 68.000 a 85.000 pinheiros bravos na área de intervanção, árvores autóctones que vão ser cortadas,

sendo quebrado o equilíbrio e afectando a biodiversidade, alterando habitats e prejudicando as espécies que dependem desses ecossistemas- o princípio da sustentabilidade ambiental na ZEC Comporta/ Galé é comprometido, não sendo este tipo de operação compatível com PDM Alcácer do Sal no artigo 56, nº3. - Da não quantificação dos impactes da adubação da monocultura no aquífero quando a "Agricultura 4.0" é uma agricultura de precisão Big data e análise preditiva. 3.Do não alinhamento com a legislação e políticas europeias - Não alinhamento com as políticas ambientais europeias , nas quais se incluem as políticas nacionais Este projeto indo contra os objetivos da gestão da Rede Natura 2000, para além de ter impactes graves negativos na preservação e manutenção dos valores naturais existentes nas áreas afectadas.-Não alinhamento com as políticas comerciais europeias. Não alinhamento com os princípios génese e linhas orientadoras do Regulamento da União Europeia sobre produtos livres de desmatamento (EUDR) O abacate aqui produzido é um produto proveniente de 719 hectares de desflorestação e desmatação dos solos, que levam à degradação florestal numa área protegida.Melhores cumprimentos,Deolinda Chaves

Anexos: 76112_0_Participacao_Projeto_HM-HN-R.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76110 Maria do Rosário Nazaré em 2024-07-06

Comentário:

A implementação de tecnologias agrícolas de precisão neste projeto agrícola, como sensores de humidade do solo e sistemas de irrigação automatizados, melhora a eficiência produtiva e a gestão dos recursos naturais. Estas inovações contribuem para uma agricultura moderna, competitiva e ambientalmente responsável, colocando o país e a região na vanguarda do setor agrícola.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76109 VICTOR SCHARLACK ZOPPELLO em 2024-07-06

Comentário:

monocultura que esvazia um aquífero vital para toda a região, que já está hoje a precisar de ser cuidado e regenerado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76106 Antonio Rodrigues em 2024-07-06

Comentário:

Proteção do aquífero da bacia do Sado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76105 Cristina em 2024-07-06

Comentário:

O país não necessita de projetos de monocultura, que consigo traz mais "escravos" em vez de trabalho digno para as populações com ordenados dignos, danificar os recursos hídricos, danifica os solos , diminuição das áreas biodiversidade, não trazendo vantagens com um número elevado de desvantagens.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76104 Ana de Saint-Maurice em 2024-07-06

Comentário:

Discordo pela escassez de água que, a breve trecho, resultará desta acção.. os abacateiros são uns verdadeiros sugadores/vamoiros de água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76103 João Jorge Reis Mendes em 2024-07-06

Comentário:

Um projeto de produção de pera-abacate numa região com escassez de água é insustentável e inaceitável.O mesmo terá efeitos devastadores para a região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76102 Paulo Santos em 2024-07-06

Comentário:

Uso excessivo de água, numa zona seca e de escassa água doce.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76100 Lisa Teixeira em 2024-07-06

Comentário:

A viabilidade ambiental do projeto é comprovada pela validação do volume de água necessário pela APA/ARH, que assegura um uso sustentável dos recursos hídricos. Este reconhecimento oficial demonstra que o projeto está em linha com as normas ambientais e que pode ser implementado sem riscos significativos para o meio ambiente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76099 Márcio Bessa em 2024-07-06

Comentário:

A requalificação de áreas degradadas e a criação de florestas de alto valor ecológico são componentes fundamentais do projeto, que contribuem para a sua viabilidade ambiental. Estas ações não só promovem a biodiversidade, como também melhoram os serviços dos ecossistemas, reforçando a resiliência ambiental da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76098 Antonio de Matos Lopes em 2024-07-06

Comentário:

É inconcebível continuarem a tentar produzir, no nosso Concelho, espécies tropicais de elevado impacto devastador do ambiente local e exigências hídricas incomportáveis, em zonas de escassez de recursos hídricos e de absoluta necessidade de preservação do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida das comunidades locais. Vejam-se trabalhos de especialistas e exemplos públicos reportados dos resultados dramáticos dessas práticas nos locais do Mundo onde estes tipos de investimentos têm sido permitidos.É lamentável que as entidades e as autoridades envolvidas nestes processos não impeçam a proliferação deste tipo de projectos com dimensões catastróficas e em zonas com riscos especiais, como é o caso do nosso Concelho. Segundo parecer técnico, o projeto dos abacates reformulado, em questão, não apresenta melhorias suficientes, não garante a reposição do estado natural do espaço utilizado no fim da exploração, pelo que não defende a sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais; Também, que a redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda; E que a mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas; Diz que, a preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253. Sublinhe-se que o projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Dizem que entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria. O equilíbrio ecológico e a, INDISPENSÁVEL, água doce são bens preciosos e escassos! É essencial impedir este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76097 Jamie Pridmore em 2024-07-06

Comentário:

O abacate é uma cultura totalmente desadequada para esta região. Uma única fruta necessita de 70 litros de água para crescer e amadurecer, a plantação proposta exigiria 11 milhões de litros de água por dia! Prevê-se que a rega deste projecto utilize 67% das águas subterrâneas disponíveis na área que se designa por Bacia Tejo Sado/ Margem Esquerda. Este sistema aquífero é um dos 21 em condições críticas devido à seca e à captação. Este projecto resultará na desertificação acelerada da área, na perda de biodiversidade e no despovoamento. Não há forma de ser efectivamente "reformulado" para reduzir o seu impacto porque é fundamentalmente incompatível com os recursos disponíveis na região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76096 Horácio Marques Pedro em 2024-07-06

Comentário:

Prezados SenhoresAs Consultas Públicas são um instrumento de transparência que permite à sociedade civil conhecer o teor das decisões tomadas pelos poderes públicos em relação a projetos impactantes no dia a dia dos cidadãos, bem como do racional subjacente ao sentido dessas decisões.Permitem ainda aos cidadãos manifestarem as suas opiniões favoráveis e desfavoráveis sobre os diversos aspetos dos projetos, contribuindo para a sua eventual melhoria.Foi com alguma perplexidade que constatei que não foi publicada qualquer decisão sobre o projeto inicial, tendo-se enveredado pela figura da "Reformulação". Ora a Reformulação só pode pressupor a Rejeição do Projeto, porque as decisões de Aprovação ou Aprovação Condicional vêm acompanhadas da respetiva documentação de suporte.Estamos, portanto, perante uma gritante assimetria de transparência. À sociedade civil só é permitido o acesso ao teor das decisões quando estas são favoráveis ao proponente. Em caso contrário, é a completa opacidade. A figura da Reformulação deveria pressupor uma profunda revisão do projeto. Para o caso contrário existe a figura da Aprovação Condicional que permite endereçar situações que podem acomodadas com a revisão ad-hoc de alguns componentes.Ora a presente Reformulação nada mais é que uma ligeira redução de âmbito, consubstanciada pela diminuição da área de plantação em menos de 10%. Esta redução implica numa redução do volume de água retirado através de captações profundas, num montante PREVISIONAL da mesma ordem de grandeza.Ficamos sem perceber porque é que esta pequena

redução não foi abordada através de uma aprovação condicional o que me leva a pensar que mais não estamos do que em presença de um ato dilatório para manter o processo aberto, dando mais tempo aos lobbies da agricultura intensiva para exercerem as suas influências.Publiquem por favor a decisão de Rejeição que, tudo indica, foi tomada mas cujo teor não interessava que viesse a lume !Melhores Cumprimentos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76095 Pereira Paula em 2024-07-06

Comentário:

Numa área onde existe já escassez de água para as populações não é adequada a produção de abacates que consomem muita água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76094 Maria da Conceicao Marinho T. Alves Inacio em 2024-07-06

Comentário:

O projeto abacates reformulado levanta sérias preocupações ambientais e sociais, por diversas razões.A redução da área agrícola agora apresentada e a diminuição dos furos de agua são insuficientes para diminuir os impactos ambientais negativos. Os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco muito grande para a fauna local.Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental negativo que o projeto só agravaria.É essencial a preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.Neste contexto, é urgente impedir este projeto com o intuito de nao agravar a situação da falta de recursos hídricos que um projeto, que consome 4 biliões de litros de agua por ano, apresenta.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76093 Vanessa Pinheiro em 2024-07-06

Comentário:

A criação de emprego na região é um fator fundamental para a viabilidade deste projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76092 Martim Silva em 2024-07-06

Comentário:

O projeto trará um impulso significativo à economia local, criando inúmeros postos de trabalho permanentes e sazonais. Com oportunidades de emprego durante todo o ano, a estabilidade económica da região será reforçada, beneficiando diretamente as famílias locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76089 Diogo Castelão em 2024-07-06

Comentário:

Produção em monocultura insustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76088 Jose Goes em 2024-07-06

Comentário:

Este projeto de é um exemplo claro de como a agricultura pode impulsionar o desenvolvimento rural e criar um futuro mais próspero.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76087 Vanessa Inácio em 2024-07-06

Comentário:

Com um horizonte de 30 anos, o projeto garantirá benefícios económicos duradouros, criando uma base sólida para o crescimento contínuo e sustentável da região. Este tipo de projeto é vital para o futuro do Alentejo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76085 Carlos Dias Alves em 2024-07-06

Comentário:

1 - A redução de 34 furos para 32 não é significativa e de 8,8% da área agrícola não diminui os impactos nefastos deste projecto que NÂO reúne condições para set aprovadoO projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.2 – A Divisão de Planeamento da Câmara Municipal de Alcácer do Sal está está muito preocupada com o abastecimento público de água no concelhoNo dia 28 de fevereiro de 2024, pelas 14:30h, realizou-se uma reunião presencial do promotor com a Câmara Municipal de Alcácer do Sal.Nesta reunião a Divisão de planeamento e gestão urbanística da CMAS afirmaram que existe falta de água no aquífero e embora a AgdA- Águas Públicas do

Alentejo, S.A. seja responsável pela gestão do abastecimento de água para consumo humano a Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da CMAS está muito preocupada com o abastecimento público de água no concelho.Apesar de logo a seguir o Presidente da CMAS Dr. Vitor Proença ter mencionado que a APA/ARH é a entidade competente para gerir os aquíferos e que a (AgdA) é apenas um dos diversos utilizadores, ou seja, caberá apenas à APA/ARH, enquanto autoridade nacional da água, pronunciar-se sobre a gestão de diferentes utilizadores do aquífero e e não à CMAS, tal constatação não obsta a que o abastecimento público apesar de não ser da responsabilidade da Câmara seja uma causa de preocupação.Efectivamente o nível do aquífero está a baixar sem ser reposto na estação das chuvas.3 - O efeito cumulativo deste projecto vai ser dramáticoOs dados publicados nos sites oficiais são preocupantes: atualmente existem 3.500 ha de área irrigável, 137 captações subterrâneas a consumir anualmente cerca de 13,6 hm3 (o equivalente ao consumo residencial do concelho de Almada com cerca de 178.254 habitantes).A aprovação deste projecto vem agravar a situação existente em que o nível do aquífero está a baixar desde 2015 sem que seja reposto.4 - O Projeto viola frontalmente o PDM de Alcácer do Sal e como tal não tem condições para ser aprovado.1.O PDM de Alcácer do Sal no seu ponto 3, alínea a) do artigo 12º estabelece:“3 — Nas áreas da EEM integradas na Rede Natura 2000, e para além do disposto nos números anteriores, são interditos os seguintes usos, ações ou atividades: a) Destruição, arranque, corte ou substituição de espécies autóctones e a plantação de espécies não autóctones, exceto por manifesta e fundamentada necessidade para a instalação de usos e atividades compatíveis com a EEM e ou para prossecução da atividade agrícola de regadio nas áreas integradas nos aproveitamentos hidroagrícolas;.....h) Armazenamento de pesticidas e de adubos orgânicos ou químicos, bem como de outros produtos tóxicos, exceto o armazenamento temporário e estritamente necessário à prossecução das atividades agrícolas.”Ora, mais do que destruição e arranque e corte de árvores, o projeto propõe a desflorestação – corte em massa de grandes áreas de Pinus pinea e Pinus Pinaster e sua substituição por uma plantação de espécie não autóctone – abacateiro.2.Por outro lado esta actividade agrícola de regadio não está integrada em nenhum aproveitamento hidroagrícola, apenas usando marginalmente a água do canal Comporta-Pego do Altar.3.No que respeita ao armazenamento de pesticidas e adubos o projeto propõe um armazém de dimensões extraordinárias: 14.000 m2(1,4 hectares!).4.O artigo 56º do PDM - Alteração e uso florestal – ponto 3 – alínea a) estabelece que:“Na área do SIC Comporta -Galé, a alteração de uso florestal para uso agrícola, obedece às seguintes condições:a) Demonstraç

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76084 Teresa Ariana Pólvora em 2024-07-06

Comentário:

Apresento a minha discordância fundamentada nas seguintes questões: O Algarve é um local de extrema seca, onde a dificuldade de abastecimento de água é já difícil nao só para a agricultura como para as pessoas. Um projeto de monocultura só vem causar mais distúrbio e alterações no ecossistema local, agravando este problema. Para além de requerer bastantes recursos hídricos, prejudica a disposição e ordenamento do sul de Portugal degradando a fauna e a flora local. A promessa da criação de emprego é igualmente incongruente visto que a realidade do Algarve é de momento, a exploração de imigrantes com horríveis condições de vida e trabalho. No fim, este projeto beneficiará apenas uma pequena seleção de pessoas, aquelas com mais recursos e mais interesse político e financeiro na área.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76083 Marcos Antonio Magalhães em 2024-07-06

Comentário:

Projeto extremamente danoso à fauna, à flora e aos escassos recursos hidricos da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76082 Artur em 2024-07-06

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. A reformulação do mesmo é uma falácia que tem apenas por obectivo os lucros economicos sem atender às necessidades da população e à proteção do meio ambiente.Quando se fala em criar postos de trabalho omite-se que será trabalho escravo de imigrantes sem qualquer impacto para a economia nacional e a população dos concelhos.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda. A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253. Este projecto tem de ser recusado para o bem do ambiente e das gerações futuras. Quem o aprovar está a cometer um crime ao ambiente e a sustentabilidade das populações..

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76081 Rui Raposo em 2024-07-06

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. A água é um bem precioso e escasso!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76080 Nuno Silva Carvalho em 2024-07-06

Comentário:

É assustador como se continuam a autorizar projeto insustentáveis de grupos económicos que “explora e foge” que delapidam recursos naturais sem qq preocupação que não seja o lucro. A utilização intensiva de água neste projeto vai delapidar os recursos aquíferos subterrâneos escassos e necessários para outros usos com a agravante que a sua delapidação vai provocar o avanço da salinidade dos terrenos tornando-os improdutivos para todo sempre. Ainda mais me espanta como uma Câmara Comunista que seria a última que imaginaria permeáveis aos interesses económicos de grupos obscuros e gananciosos pretenda viabilizar um projeto destes. O Presidente deve ter estudado numa qq universidade soviética responsável pelos planos de cultivo intensivo sustentados pela irrigação a partir do Mar Aral.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76079 Maria Filomena Dias Alves em 2024-07-06

Comentário:

Temos um dever civico e ambiental para as presentes gerações e para as futuras gerações em recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. O artificio que foi usado para a reformulação deste projeto dos abacates não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais. Não nos deixemos enganar pela ganância desmedida dos interesses economicos.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda. A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253. O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76078 Maria João Girão em 2024-07-06

Comentário:

Ao agravamento previsto nos cenários climáticos, juntam-se desafios como os das perdas de água. Torna-se necessário e fundamental melhorar a gestão deste recurso vital.Este projeto de abacates - Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo" - na sua versão reformulada não apresenta melhorias suficientes para justificar a sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações locais ambientais e sociais.Através de uma redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 (diferença de dois furos) são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda de água. Uma mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros (diferença de 1 metro) não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo previstas permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem existência de um sistema de bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253. Este projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado onde existem diversas espécies de aves e mamíferos. A implementação de um projeto com estas características iria ter um forte impacto ambiental e agravaria as condições do habitat natural destas espécies locais que ficariam em

risco.Assim, torna-se essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76077 João Penedo em 2024-07-06

Comentário:

Projecto que vai gerar emprego e riqueza na região durante um horizonte temporal de 30 anos! São estes os tipos de projetos que precisamos neste país!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76076 Christiana em 2024-07-06

Comentário:

O projecto agro-florestal da Murta e Monte Novo vai permitir não só a criação de valor para a economia local como nacional, como permitir a requalificação de habitat que se encontram degradados.O projecto prevê a requalificação do açude da murta, a criação de zonas de alimentação para aves, a plantação e conservação de várias espécies de flora locais, bem como será um habitat natural de abrigo de todo o tipo de espécies. De relembrar que a Murta foi afetada por um incendio à vários anos e desde então se encontra degradada. Este projecto vai permitir a requalificação dessa zona à muito abandonada e permitirá a criação de um ecossistema natural para muitas espécies de flora e fauna.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76074 Jose Carlos Serafino em 2024-07-06

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76073 Daniel Bessa em 2024-07-06

Comentário:

A introdução de técnicas agrícolas modernas e a formação de trabalhadores locais em novas tecnologias aumentarão a produtividade e competitividade da região. Este projeto é um exemplo de como a inovação pode transformar e fortalecer o setor agrícola.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76072 Vitoria em 2024-07-06

Comentário:

O projecto será muito benéfico para a região, impulsionará a economia com a criação de mais de 100 postos de trabalho. Permitirá reduzir a dependência da compra de fruta externa e criar valor para a economia nacional, bem como reduzir a pegada ecologia da importação da fruta de outros continentes para a Europa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76071 Constança em 2024-07-06

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente na região de Alcacer do Sal, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76070 Beatriz em 2024-07-06

Comentário:

O projeto de abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação, continuando a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 não são suficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água planejados, cobrindo 19,01 hectares, apresentam um problema significativo de evaporação, e os 3 hectares de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A alteração do espaçamento entre as linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está localizada ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas do biótipo Corine e da Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 hectares, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.A água é um bem precioso e escasso!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76069 Miguel Dias Alves Paranhos em 2024-07-06

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76068 Ana Cristina Nogueira em 2024-07-06

Comentário:

Isto não é uma reformulação, é uma aberração. Porque é que se insiste em implementar um projeto que teve, na 1ª consulta um parecer expressivamente negativo? Não deveriam os organismos públicos em especial a APA, defenderem os interesse de todos, em prol de um futuro sustentável para as próximas gerações? Não existem já culturas intensivas em excesso em Portugal com efeitos nocivos mais que comprovados? Este projeto beneficia a quem?

Anexos:
76068_Parecer_para_2a_Consulta_Pública_da_Reformulação_do_Projeto_Agroflorestal_das_Herdades_de_Murta_e_Monte_Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76067 Marta em 2024-07-06

Comentário:

Os recursos hídricos necessários para esta operação, serão muito nocivos para a região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76066 Leyre Zabala Llano em 2024-07-06

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. A água é um bem precioso e escasso! Não deixe de fazer ouvir a sua voz.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76063 Pedro Maria Felix da Costa Seabra em 2024-07-06

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76062 Bruno Lavado em 2024-07-06

Comentário:

Projeto Agroflorestal das herdades de Murta e Monte NovoAo Presidente da CCDR Alentejo,Eu, Bruno Lavado, natural de Alcácer do Sal, na qualidade de cidadão com consciência ambiental, preocupado com as questões relacionadas com a sustentabilidade, a biodiversidade e em particular com os recursos hídricos e as alterações climáticas no meu concelho, venho comunicar a minha total DISCORDÂNCIA com a Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo por considerar que o tipo de cultura, o abacate, com exigências hídricas muito elevadas, constitui um contributo evidente para o esgotamento do aquífero Tejo-Sado. A escassez de água já é um problema grave no concelho e no sul do país em geral e terá como consequência a irreversível desertificação do solo.Para além disso, o projeto agroflorestal desenvolve-se em duas Zonas Especiais de Conservação da natureza de grande fragilidade ambiental, ocupada pela atividade humana na silvicultura com a exploração do montado e do pinheiro manso, espécies autóctones adaptadas às condições do clima da região, mas já em dificuldade devido à falta de pluviosidade e à redução do nível dos aquíferos subterrâneos, e na agricultura com o cultivo ancestral de arroz que utiliza água de superfície do Canal de Rega da barragem do Pego do Altar.É, também, uma zona extremamente rica em biodiversidade, nomeadamente aves, que povoam o açude da Murta, as lavras de arroz e as margens do rio Sado e fazem parte do património natural e cultural do meu concelho. A aprovação de uma exploração agrícola de grande dimensão deve ser feita levando em conta os impactes por si geradas, mas também os impactes cumulativos causados pelas restantes explorações na zona, as quais consomem quantidades muito elevadas do mesmo aquífero. Tudo isto Aliado ao crescimento desordenado e insustentável que o turismo da região compete pelos mesmos recursos.Pelo respeito pelas populações locais e gerações futuras e pela conservação da natureza e da água.Temos o dever de aprender com os erros praticados nesta mesma zona, no Algarve e na Andaluzia em Espanha - e não os repetir.Cordiais cumprimentos Bruno Lavado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76060 João Beirão em 2024-07-06

Comentário:

A preservação da água e a protecção do meio ambiente são cruciais para o equilíbrio ecológico e qualidade de vida de todos nós.Este projeto de implantação de mais de 700 hectares de abacates em Alcácer do Sal, vai consumir uma quantidade brutal de água/ano e implica a destruição completa do coberto vegetal, desarborização, desmatação com perda de espécies de flora e fauna, pelo que o projeto deve ser rejeitado de imediato.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76059 João António Penha Inácio em 2024-07-06

Comentário:

Assunto: Projecto Agroflorestal para as Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R), em Alcácer do SalExmo. Senhor Presidente da CCDR Alentejo, I.P.Em relação ao projecto em apreciação manifesto a minha total discorância porque na versão reformulada a área de exploração e o consumo previsivel de água baixaram apenas cerca de 9%.O problema que se coloca de uma exploração demasiado intensiva mantem-se com esta reformulação do projecto. Das 34 captações iniciais apenas foram anuladas duas.Adicionalmente o projecto abrange uma area de quase 750 hectares o que implica a destruição completa do coberto vegetal, desarborização, desmatação e decapagem com impacto directo e permanente na zona com perca de espécies de flora e fauna.Adicionalmente este projecto prevê a utilização de 4 billiões de litros de água por ano com grande impacto no aquífero que serve esta zona. Temos assistido a longos meses de seca nesta região com impactos importantes nomeadamente nos sobreiros e uma exploração com tanta utilização de água vai certamente agravar estes impactos.Com as condições climáticas previstas nos próximos anos que virão acentuar estes efeitos de seca este consumo de água vai certamente ter impacto na reposição do aquiéfero na margem esquerda do Sado.Penso que em todo o País se coloca a problemática da preservação dos recursos hidricos face ás evoluções climáticas e qualquer projecto com tantos impactos no meio ambiênte e nos recursos hidricos terá que ser analisado no âmbito das iniciativas do Governo neste âmbito.Face ao exposto solicito a V. Exa. que promova para que seja dado parecer negativo a este projecto e que sejam tomadas as medidas preventivas para evitar os danos ao meio ambiente que este projecto poderia causar. Os meus cumprimentos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76057 Anna Acciaioli em 2024-07-06

Comentário:

Não me parece credível ser aprovado um projeto desta dimensão após uma reformulação em que o problema da água é reduzido à diminuição de 2 furos.Os argumentos com que participei antes da reformulação deste Mega projeto continuam válidos.Espero que seja possível viver num ambiente sustentável nas poucas zonas da Europa Ocidental onde, ainda, é possível viver na Natureza e com a Natureza.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76056 António Menezes da Silva em 2024-07-06

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detetadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravará.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76054 Martim Braga em 2024-07-06

Comentário:

Grande impacto no consumo de recursos hídricos na plantação de mono cultura de pêra abacate.O que leva a discordar com a mesma.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76053 Carla Magalhães em 2024-07-06

Comentário:

A requalificação de áreas degradadas e a criação de florestas de alto valor ecológico são componentes fundamentais do projeto, que contribuem para a sua viabilidade ambiental. Estas ações não só promovem a biodiversidade, como também melhoram os serviços dos ecossistemas, reforçando a resiliência ambiental da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76052 Miguel Varela Ramos em 2024-07-06

Comentário:

Há falta de água na região Projecto tem um impacto ambiental negativo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76049 Vera Periquito em 2024-07-06

Comentário:

Discordo totalmente com este projeto uma vez que vai interferir com a qualidade de vida de quem vive na região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76048 Leonor Bagulho em 2024-07-06

Comentário:

Na região de Alcácer do Sal, a plantação de abacates é manifestamente estranha a qualquer tipo de cultura na região e põe em risco as restantes práticas agrícolas e pecuária pelo seu excessivo consumo de água.O elevadíssimo consumo de água que esta cultura exige a par da dimensão do projeto que engloba quase 700 ha de área a serem regados representa um enorme risco para quem vive no concelho de Alcácer do Sal e para as outras actividades agrícolas que já existem nesta região. É o risco não é meramente agrícola, podendo mesmo ser posto em causa o abastecimento de água para as populações. Desta forma vinha pedir ponderação por parte das autoridades no sentido da não aprovação do projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76046 Cesaltina Morais em 2024-07-05

Comentário:

O promotor apresenta uma iniciativa extremamente relevante: a criação de um banco de captações de água subterrânea para reserva dos três polos de captação de água pública da AGDA para consumo humano. Esta iniciativa demonstra um compromisso claro com a gestão sustentável dos recursos hídricos, garantindo a segurança hídrica para a comunidade local e assegurando que o projeto contribua positivamente para a disponibilidade de água potável. Este tipo de medida reforça a viabilidade ambiental do projeto e sublinha a sua importância para o desenvolvimento sustentável da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76045 Avelino Freitas em 2024-07-05

Comentário:

A gestão sustentável da água, aliada à implementação de práticas agrícolas modernas e eficientes, demonstra a viabilidade ambiental do projeto. O uso de irrigação por gotejamento e a monitorização contínua dos níveis piezométricos garantem um consumo responsável de água, protegendo os recursos hídricos para as futuras gerações.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76044 Ana Neves em 2024-07-05

Comentário:

O projeto atrairá investimentos e melhorará a infraestrutura local, incluindo estradas e acessos. Além disso, a oferta de serviços, como educação e saúde, será ampliada, beneficiando toda a comunidade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76042 Joana em 2024-07-05

Comentário:

Não concordo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76041 Rodrigo Pereira em 2024-07-05

Comentário:

Em total comunhão com o parecer em anexo elaborado pela associação "Dunas Livres" deixo a minha discordância ao "projeto agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)" nas condições actuais.

Anexos: 76041_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76040 Manuel Luís Silva em 2024-07-05

Comentário:

O projeto apresentado pelo promotor não só visa revitalizar a economia de Alcácer do Sal e do Distrito de Setúbal, mas também promove a sustentabilidade agrícola em Portugal. A preservação da área florestal e a implementação de práticas tecnológicas avançadas demonstram um compromisso sério com a conservação ambiental. Este projeto sustentável merece ser concretizado!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76039 Isabel Maria Neves Faria de Almeida De Haan em 2024-07-05

Comentário:

A reformulação deste projecto é simplesmente cosmética, continuando a propor a utilização dos escassos recursos hídricos disponíveis na bacia do Sado de forma totalmente desadaptada. Permanecem no projecto demasiados furos de captação de água, numa zona altamente sujeita às mudanças climáticas e marcada por secas recorrentes. Sendo a quantidade de água disponível limitada, como vai ser possível abastecer as populações?A aprovação de projectos desadequados às zonas em que se enquadram conduzirá a prazo à desertificação da zona do Sado. Quem é que assume depois a responsabilidade daqui a uns anos quando já não houver água? É também inaceitável que as necessidades das populações passem em segundo lugar: o projecto representa a destruição do ecossistema da zona e mesmo que existam compensações ambientais estas limitam-se a objectivos vagos e teóricos. Nada garante que as medidas de mitigação sejam efectivamente postas em prática e a verificação por parte das autoridades é deficiente, dados os escuros limitados de que estas dispõem.É confrangedor verificar a falta de visão a médio e longo prazo por parte dos empreendedores e das autoridades que os apoiam, como se não houvesse amanhã e se a água não fosse um bem limitado e precioso.Este projecto deveria na minha opinião ser recusado sem reformulação possível. Todos juntos temos a responsabilidade de proteger o património do Concelho..

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76038 Pieter de Haan em 2024-07-05

Comentário:

Numa zona de grande escassez hidrica, projectos como este destroem as perspectivas de futuro das populações. A água que o projecto necessita entra em concorrência com os multiplos projectos turisticos. E com o abastecimento da populaçao. As autoridades têm de escolher que modelo de desenvolvimento querem: alguns ganhos a curto prazo e a desertificação do Concelho, ou um desenvolvimento sustentável que tem em conta as necessidades de agua dos habitantes da zona.Sao projectos como este que destroem o futuro do país.Total falta de sustentabilidade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76037 Maria Rita Monteiro Garcia de Faria Fernandes da Silva em 2024-07-05

Comentário:

O promotor mostra uma evidente preocupação em proteger o ecossistema local. Dedicar 70% da área total das herdades à continuidade dos corredores ecológicos e à integridade dos habitats é um exemplo de gestão ambiental responsável e é inquestionável que este projeto tem de ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76036 Mariana Filipe em 2024-07-05

Comentário:

Irresponsável e destruidor de futuros.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76035 Luís Lisboa em 2024-07-05

Comentário:

Este projeto vai consumir perto de 4 biliões de litros de água/ano e implica a destruição completa do coberto vegetal, desarborização, desmatação com perda de espécies de flora e fauna.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76034 Maria Rodrigues em 2024-07-05

Comentário:

contra o projeto Murta -Monte Novo“É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. As autoridades devem estar atentas e levar em consideração os estudos sócio - ambientais existentes sobre os recursos hídricos do território e ter uma visão do futuro e da realidade climática que nos obriga a poupar os recursos e não desperdiçá-los em função de um interesse imediato e fugaz como é o da agricultura intensiva com espécies não autóctones como o abacate. Podemos viver sem abacates mas não poderemos viver sem água »

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76033 Lucia Campitelli em 2024-07-05

Comentário:

Projecto fantástico, parabéns!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76031 Luís Manuel Perestrelo Correia de Matos em 2024-07-05

Comentário:

A gestão responsável dos recursos hídricos assumida por este promotor protegerá o aquífero local, assegurando a sua sustentabilidade para futuras gerações.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76030 António Garcia Domingos em 2024-07-05

Comentário:

A gestão cuidadosa da água e devidamente explicada nos elementos disponibilizados para consulta assegurará que o projeto de abacate em Alcácer do Sal seja um modelo de agricultura sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76029 Ana Sousa em 2024-07-05

Comentário:

Que bom que o nosso país já não é atrativo só para o turismo, bem precisamos de diversificar e criar trabalho noutras áreas, em particular no Alentejo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76028 Inês Vilhena em 2024-07-05

Comentário:

Ver o projeto Dunas Livres, esta reformulação para monocultura de pêra-abacate seria muito danosa!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76027 Lucrezia Guaita Diani em 2024-07-05

Comentário:

Criar postos de trabalho no centro do pais, promover a produção de produtos a km 0, e dinamizar a economia do centro do pais

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76026 LUIS GOUVEIA FERNANDES em 2024-07-05

Comentário:

Plantação de Abacates A presente reformulação do projecto de plantação de abacates numa área de 658,44 hectares nas Herdades da Murta e Monte Novo, no concelho de Alcácer do Sal, não deve ser aprovada, pois constitui um perigo para o abastecimento de água para a população, para a floresta e para as explorações agrícolas e pecuárias existentes, incluindo o arroz.Em primeiro lugar, há que chamar a atenção para o facto de que a cultura de abacates é completamente inadequada para os solos e clima da região. De salientar que também não existe qualquer histórico de consumo significativo deste produto no nosso país.A partir daqui, temos de ter em consideração que o volume de água necessário para a cultura de abacates em 658,44 hectares, mesmo considerando a ínfima redução de 34 para 32 furos, vai fazer baixar o aquífero até não ser possível utilizá-lo para os

---

fins a que se destina e de que depende toda a população do concelho, que é o segundo maior do país. Acresce que não é sequer credível considerar apenas 32 furos para alimentar 658,44 hectares de abacates. Seguramente que iriam ser necessários mais furos, ou uma captação ilimitada de água subterrânea, sem controlo ou fiscalização, muito para além do que a APA viesse eventualmente a licenciar. Também não deve ser considerado aceitável abrir 5 reservatórios de água, com uma área total de 19,01 hectares. Sem entrar no problema brutal de evaporação que significa ter reservatórios com esta dimensão, prevê-se que parte dessa água seja proveniente do canal de rega exclusivamente dedicado à cultura do arroz, entre Abril e Setembro. A ABVS (antiga Associação de Regantes) tem vindo a esclarecer a Aquaterra de que não é legalmente possível bombear água do canal de rega para culturas permanente, como o abacate. Não se compreende, por isso, como é que a requerente continua a insistir neste pedido, à margem até dos limites legais em vigor.Temos também de referir que este projecto se insere numa zona de Rede Natura 2000, cujo regime consta do Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de Fevereiro, e pelo Decreto-Lei nº 156-A/2013, de 8 de Novembro, cujo regime está sujeito à fiscalização de cumprimento pelo ICNF. E aqui estamos perante a transformação de uma área exclusivamente florestal, com 2.402,11 hectares, numa área parcialmente agrícola, de regadio, com 658,44 hectares, o que corresponde a 27% da área total! Para além disso, há que acrescentar a área de 543,95 hectares de tangerinas que o mesmo grupo Aquaterra já transformou e explora desde 2023, numa propriedade vizinha, a Herdade da Batalha, com 2.664,25 hectares. Tudo somado, teríamos uma área total de 5.066,36 hectares de floresta a que se retirariam 1.209,39 para tangerinas e abacates. Ou seja, 24% da floresta em Rede Natura 2000 transformada regadio para agricultura. E com as infraestruturas e outras áreas afectas indirectamente à plantação, que ocupam no projecto centenas de hectares, estamos a falar de seguramente de mais de 30% de transformação de floresta em agricultura de regadio.Este tipo de transformação agressiva de floresta em áreas agrícolas de regadio viola claramente todos os princípios enunciados no regime da Rede Natura 2000.Em resumo, a captação de água para a cultura de 658,44 hectares de abacates, nesta localização, vai fazer diminuir os recursos hídricos existentes de forma a inviabilizar outras culturas agrícolas e a manutenção da floresta existente, pondo inclusivamente em risco o abastecimento da população e a fauna da região.Assim sendo, deve a reformulação deste projecto de plantação de abacates ser definitivamente indeferida.Luís Gouveia FernandesHerdade da ConsideradaEstrada Nacional 253, km 21/22Alcácer do Sal

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76024 Sofia d'Almeida da Costa Macedo em 2024-07-05

Comentário:

Os imapctos negativos no ambiente e sistema ecológico mantêm-se presentes, apesar da reformulação do projeto contemplar medidas de minimização indicadas pelo parecer desfavorável da Comissão de Avaliação de impacto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76023 Luis Teixeira em 2024-07-06

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. A água é um bem precioso e escasso! Não deixe de fazer ouvir a sua voz.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76022 Liliana Silva em 2024-07-05

Comentário:

Serve a presente participação para discordar em absoluto com a Reformulação do Projecto Agroflorestal das Herdades da Murta e Monte Novo. Assim, entendo que definitivamente sobre este projecto deva ser emitido Parecer Desfavorável.Nesta reformulação não foram consideradas muitas das orientações da Comissão de Avaliação, absolutamente pertinentes e justificadas, sendo que a maioria teve neste reformulado meras operações de cosmética, associadas a um rol de intenções que não dão garantias de virem a ser cumpridas. Podemos exemplificar com a redução de apenas 63,80ha (dos 722,24ha constantes do EIA) e a redução de apenas 2 poços. Os impactes negativos expectáveis são não minimizáveis e não passíveis de mitigação ao nível dos recursos

---

hídricos, da biodiversidade das alterações climáticas, as quais tendem a agravar-se com situações de seca e com a desflorestação. É sabido que os pomares de abacates são inadequados para a escassez de disponibilidade hídrica. Quais as consequências de um rebaixamento do nível dos recursos hídricos locais? Qual o impacte na sobrevivência dos habitats naturais e prioritários? Perguntas às quais o projecto reformulado não responde.Permanecem nesta reformulação conclusões levianas e padece de falta de rigor técnico e enviesamento, subestimando os impactes negativos que advêm de uma monocultura com elevada exigência de recursos hídricos, numa área de várias centenas de hectares. São esperados impactes negativos significativos, nomeadamente pela destruição directa de habitats naturais. Não se tratando de agricultura biológica não é de descurar a contaminação proveniente de fertilizantes e herbicidas. É inaceitável que a protecção dos recursos hídricos esteja dependente das supostas intenções do promotor aquando do projecto em execução.Assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos emana dos Programas e Planos a que as entidades estão obrigadas. Projectos que contribuam para o agravamento do stress hídrico não devem ser licenciados. Há uma clara violação das normas e objectivos do PROT-A, nomeadamente no que respeita à promoção e manutenção de um mosaico agrícola, onde se incluem as pastagens, sistemas agrícolas tradicionais e manchas de pinhal manso. Quando o projecto prevê a afectação de cerca de 766ha de diferentes habitats naturais/biótopos para remoção de coberto vegetal (ex: pinhal bravo/manso, matos, etc.), como é que isto se enquadra no Programa Regional de Ordenamento Florestal? Como se pode aceitar a alteração do uso do solo quando o promotor a justifica como sendo geradora de maior lucro? O PROF não se aplica? A Comissão de Avaliação deu destaque aos povoamentos de Pinheiro Manso, considerando de extrema importância a salvaguarda destas áreas florestais/áreas no sequestro de carbono. No entanto verificamos que no projecto reformulado a área a desflorestar de pinheiro manso sofre um considerável aumento. Há uma clara violação do PDM de Alcácer do Sal, intencionalmente obliterou-se parte do texto do artigo 56 para justificar a compatibilidade! Nomeadamente nas condições que obrigam a um procedimento de Análise de Incidências Ambientais, assim como a referência a habitats, os quais o PDM não faz a distinção entre os que são naturais e os prioritários.Recusamos aceitar o aumento da pressão sobre a biodiversidade, os habitats naturais e os recursos hídricos, numa região já sacrificada por inúmeros projectos que violam as normas e orientações que vinculam as entidades.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76021 José Madeira Rodrigues em 2024-07-05

Comentário:

Preocupa-me o uso excessivo de água associado a este projeto..

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76020 Luisa em 2024-07-05

Comentário:

É fundamental lutar contra este tipo de projetos de agricultura intensiva, em particular os projectos com espécies não autóctones como o abacate. As autoridades devem estar atentas e levar em consideração os estudos sócio - ambientais existentes sobre os recursos hídricos do território e ter uma visão do futuro e da realidade climática que nos obriga a poupar os recursos e não desperdiçá-los em função de um interesse imediato e fugaz como é o da agricultura intensiva. Devemos cuidar da preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. Podemos viver sem abacates mas não poderemos viver sem água !

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76019 Isabel António em 2024-07-05

Comentário:

Apesar da reformulação do projecto, não há qualquer alteração significativa nos pontos identificados inicialmente como impactantes na sustentabilidade da cultura e fauna local e obviamente na população. A preservação da água através duma correcta gestão de recursos hidricos e a proteção do meio ambiente deverão sempre manter-se como o foco e o caminho para assegurar a continuidade desta região com o equilibrio essencial para quem ali vive !!!Espera-se que sejam considerados os estudos técnicos e imparciais já efetuados e divulgados, inclusivamente nos médias .

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76018 Rui Gameiro em 2024-07-05

Comentário:

Espero que reduza a dependência da Europa em importar este tipo de frutos do outro lado do mundo, cada vez se consome mais abacates e com as preocupações atuais da pegada de carbono não tem sentido que a nossa fruta percorra 5000kms até chegar ao supermercado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76017 Ana Lucia em 2024-07-05

Comentário:

Não concordo!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76016 Maria João ONeill em 2024-07-05

Comentário:

Projeto Abacates Reformulado: Ameaça Ambiental e Social**O projeto reformulado do Abacate ainda apresenta falhas graves que colocam em risco o meio ambiente e as comunidades locais.** **Preocupações Ambientais:*** **Redução insuficiente da área agrícola:** A redução de 8,8% e a diminuição de furos de 34 para 32 não minimizam os impactos negativos.* **Evaporação excessiva:** Cinco reservatórios de água com 19,01 ha sofrerão grande evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes não compensam essa perda.* **Ameaça à fauna nativa:** O aumento do espaçamento entre as plantações (de 5 para 6 metros) não beneficia as espécies nativas. Abacateiros, letais para aves devido à persina, representam um risco à fauna local.* **Práticas agrícolas insustentáveis:** Preparo e fertilização do solo permanecem inalterados, e a necessidade de água (ainda que reduzida) é incompatível com a seca regional. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombeamento.* **Impacto em áreas protegidas:** O projeto abrange Zonas Especiais de Conservação, Zonas de Proteção Especial, áreas Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, apenas 32 aves e 2 mamíferos foram registrados em mais de 2.400 hectares, evidenciando um impacto ambiental significativo que o projeto agravaria.**Conclusão:****O projeto Abacate Reformulado deve ser rejeitado.** A preservação da água e a proteção ambiental são cruciais para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. A gestão sustentável dos recursos hídricos é essencial para garantir um futuro próspero para todos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76015 Paulo Oliveira em 2024-07-05

Comentário:

Impacto estrutural nos recurso hídricos da região

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76014 Renato Caixas de Sousa em 2024-07-05

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76013 Alexandra Tomás em 2024-07-05

Comentário:

Um projeto desta dimensão numa zona onde os recursos hídricos são cada vez mais um bem precioso, apresenta-se como um atentado ambiental e que apenas pode resultar na destruição de um ecossistema extremamente importante.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76011 Associação de Beneficiários do Vale do Sado em 2024-07-05

Comentário:

Anexa-se pronúncia da Associação de Beneficiários do Vale do Sado

Anexos: 76011_pronúncia ABVS (Jul 2024).pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76009 Helder Maria Fernandes Nunes em 2024-07-05

Comentário:

Não concordo que a utilização dos recursos naturais da nossa região continuem a ser utilizados por conta de decidores que gerem os mesmos como se fossem seus donos.As zonas protegidas devem continuar a ser zonas protegidas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76008 Ana Isabel da Trindade Cansado em 2024-07-05

Comentário:

Pela proteção das populações e do território, e em defesa do direito das gerações futuras, subscrevo e anexo o parecer da Associação Dunas Livres que afirma a sua total discordância, e de muitas pessoas, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país.

Anexos: 76008_Parecer-Consulta-Publica-do-Projeto-Agroflorestal-das-Herdades-de-Murta-e-Monte-Novo-HM-MN.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76007 Vasco Ribas em 2024-07-05

Comentário:

Gostaria de manifestar a minha discordância em relação ao Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN) proposto pela empresa Expoente Frugal Lda., do grupo Aquaterra. Os motivos para a minha oposição são os seguintes:Escassez de Recursos Hídricos: A região do concelho de Alcácer do Sal, especialmente na freguesia da Comporta e na União das freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana, é conhecida pela sua escassez de água. A produção de pera-abacate é altamente intensiva em água, exigindo quantidades muito superiores às que são sustentáveis para a região. Este tipo de cultivo pode exacerbar os problemas de escassez de água, afetando negativamente os recursos hídricos locais e o abastecimento de água para as populações e outras atividades agrícolas menos exigentes.Impacto Ambiental: A introdução de uma cultura que requer irrigação intensiva pode ter sérios impactos ambientais, incluindo a degradação do solo e a possível contaminação dos lençóis freáticos devido ao uso de fertilizantes e pesticidas. Além disso, a alteração do uso do solo pode prejudicar a biodiversidade local.Sustentabilidade a Longo Prazo: Projetos agrícolas devem considerar a sustentabilidade a longo prazo. A produção de pera-abacate, embora possa ser lucrativa a curto prazo, não parece compatível com as condições climáticas e hídricas da região. A aposta em culturas mais adequadas às características da região seria uma alternativa mais sustentável e responsável.Alternativas Agrícolas: Existem alternativas agrícolas mais adequadas para a região que podem ser exploradas. Culturas menos dependentes de água, como a produção de oliveiras ou amendoeiras, seriam mais apropriadas e sustentáveis, preservando os recursos naturais e garantindo a viabilidade económica a longo prazo.Por estes motivos, considero que o Projeto Agroflorestal HM-MN não é adequado para a região proposta e sugiro a reconsideração da sua implementação em favor de práticas agrícolas mais sustentáveis e adaptadas às condições locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76005 DR em 2024-07-05

Comentário:

Um projeto reformulado em sede de artigo 16.º do Regime Jurídico de AIA é um projeto que tem viabilidade ambiental. O artigo 16.º traduz-se essencialmente num mecanismo de articulação entre a Autoridade de AIA e o promotor, tendo em vista a resposta às preocupações manifestadas e transmitidas pela autoridade de AIA no parecer da CA. Sendo apresentada uma reformulação que, após a leitura dos documentos disponibilizados na plataforma, vai claramente ao encontro de tudo quanto foi identificado pela CA, não há qualquer legitimidade para não ser confirmada a sua viabilidade ambiental através da emissão de uma DIA. O inverso, seria um claro atropelo dos elementares princípios que norteiam a atividade administrativa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76003 Mariana Teixeira em 2024-07-05

Comentário:

A integração da comunidade local em todas as fases do projeto, desde a plantação até a colheita, garante que os benefícios sejam amplamente distribuídos. Este projeto fortalece os laços comunitários e promove o desenvolvimento socioeconómico e deve ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76002 bruno candeias em 2024-07-05

Comentário:

Venho por este meio apresentar a total discordância com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país.Em anexo enumero as razões para esta posição.Cumprimentos

Anexos: 76002_Participação abacates.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76001 Gabriel em 2024-07-05

Comentário:

O projecto é essencial para o revigoramento da região, pois vai gerar riqueza, alimento e novos empregos ao longo dos próximos 25 anos. Além disso, conta com 25% de área produtiva e 75% de área de conservação, então é óbvio que é um projecto sustentável!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 76000 Eduardo de Alencastro em 2024-07-05

Comentário:

O projeto é ótimo para a área. Sustentável e de acordo com todas as diretrizes. Projecto que vai gerar emprego e riqueza no município. Obviamente que é sustentável e não super intensivo. Projeto que ajuda a cuidar do nosso planeta!! Super apoiado!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75999 Catarina Freitas em 2024-07-05

Comentário:

Este projeto não trará nenhuma mais valia para a população do município, nem para a zona delicada onde se insere, apenas representa mais uma exploração de recursos com objetivos de lucro e a sua concretização irá ter um enorme impacte ambiental no local. Criem bosques com vegetação autóctone, ecoparques de lazer, eco-vias, zonas pedonais, etc.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75998 Margarida Vale de Gato em 2024-07-05

Comentário:

Não se pode classificar um plano de cultivo de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal. A redução de área e de supostos recursos hídricos são insuficientes face às previsões de falta de água na região e à pressão já exercida sobre os recursos hídricos com a cultura do arroz e os complexos turísticos existentes e previstos. A previsão de criação de postos de trabalho é apenas temporária. O projeto está inserido na ZEC Comports/Galé.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75996 Mafalda Fernandes da Silva em 2024-07-09

Comentário:

É vergonhoso a quantidade de informações falsas que têm sido proliferadas sobre o Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e Monte Novo, especialmente no que diz respeito às suas necessidades hídricas. É fundamental esclarecer os consumos de água detalhadamente para evitar que informações errôneas contaminem a apreciação do projeto.Dada a redução da área de plantação, o promotor conseguiu reduzir significativamente o volume de água a utilizar de 4,33 hm³/ano para 3,95 hm³/ano. É importante destacar que o Projeto Agroflorestal HM-MN-R não utiliza 0,05 hm³/ano das disponibilidades estabelecidas pela ARH no Parecer da Comissão de Avaliação. As disponibilidades hídricas para as exigências do projeto serão garantidas através de duas fontes distintas: a captação de águas subterrâneas na margem esquerda da Bacia Tejo–Sado (2,858 hm³/ano, com capacidade para irrigar 476,57 ha) e a captação de água superficial no canal de rega do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado (1,139 hm³/ano, para irrigar 190 ha).No que diz respeito especificamente à captação de água subterrânea, tem sido disseminada de forma vergonhosa a falsa informação de que “o consumo proposto de água excede em 10 vezes o necessário para a população de Alcácer do Sal” ou que “o volume máximo anual autorizado para captação na zona é de 4,8 hm³/ano”. Estas informações são falsas e prejudicam a avaliação justa do projeto. FACTOS OSBRE O ESTADO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NA MARGEM ESQUERDA DA BACIA TEJO-SADO:1. Abordagem Conservadora no Consumo de Água do AquíferoA Portaria n.º 1115/2009 indica que o bom estado quantitativo de uma massa de água é atingido quando a taxa média de captação a longo prazo é inferior a 80% da recarga média anual. O volume autorizado para captação nesta massa de água está consideravelmente abaixo do máximo recomendado de 80%, indicando uma abordagem conservadora no consumo de água que prioriza a saúde do aquífero e a disponibilidade para necessidades futuras.2. Captação de Água pelo Projeto é Pouco Significativa, (0,3% do volume total autorizado para captação pela APA/ARH nesta massa de ´´agua) O Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e Monte Novo (HM-MN) fará uma captação de águas subterrâneas na margem esquerda da Bacia Tejo–Sado de 2,858 hm³/ano, o que representa apenas 0,3% do volume total autorizado para captação pela APA/ARH no Sistema Aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda (PT05T3). Avaliando o total disponível para captação e o valor ínfimo que o projeto captará desse total (0,3%), fica claro que o uso da água pelo projeto terá um impacto quase insignificante nos recursos hídricos disponíveis. Este dado reforça a demonstração de uma gestão responsável e sustentável dos recursos hídricos, assegurando que o projeto não comprometerá a saúde do aquífero nem a disponibilidade futura de água para outras necessidades.3. Disponibilidade Hídrica para o Projeto Está Dentro dos Limites Sustentáveis

Estabelecidos pelas Autoridades CompetentesA disponibilidade hídrica subterrânea da massa de água Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda (PT05T3) para o Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e Monte Novo, indicada no Parecer da Comissão de Avaliação, é de 2,858 hm^3/ano. Esse cálculo, baseado na disponibilidade hídrica por unidade de área de 0,119 hm^3/km^2/ano, é confirmado pelo Quadro 1.20 apresentado nas páginas 37 e 38 do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste do Terceiro Ciclo (PGRH-RH5A 3ª Ciclo). Este documento oficial, disponível em https://apambiente.pt/agua/3o-ciclo-de-planeamento-2022-2027 e aprovado pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril, confirma que a disponibilidade total de água para o projeto está em linha com a quantidade disponível de água, de acordo com o plano de gestão regional.O impacto positivo do projeto na economia regional, com a criação de empregos e o fortalecimento do setor agrícola, é substancialmente superior ao impacto do consumo de água. As avaliações devem ser baseadas em dados concretos e precisos, e não em informações distorcidas. O Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e Monte Novo é um exemplo de desenvolvimento sustentável que merece ser aprovado, beneficiando tanto a comunidade local quanto o meio ambiente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75994 João Lourenço em 2024-07-05

Comentário:

Mais de 90% do distrito de Setúbal é abastecido por captações de água subterrânea, inclusive os pequenos aglomerados existentes nos arredores.Um projeto desta magnitude em termos ambientais, particularmente em termos de consumo de água, é um autentico crime, revelando uma autêntica incompetência das entidades públicas, o abacate não é natural da europa, exige recursos que Portugal não tem e não é o pais que tem de se adaptar a um tipo de cultura novo, querem abacates vão para as américas ou para a ásia, assim como querem jogar golf, vão para França ou para o Reino Unido.Temos o excelente exemplo do que acontece na zona do rio Mira, não há água nem na superfície, nem no subsolo.Tendo em conta o rebaixamento do nível freático naquela zona, devido ao consumo exagerado, há populações que podem ficar sem água. Querem cultivar fruta, cultivem alguma coisa que não arrase aquíferos. É assustador a inutilidade da Agência Portuguesa do Ambiente, são demasiadas falhas para uma instituição desta dimensão. João Lourenço

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75993 Vinicius em 2024-07-05

Comentário:

Excelente projeto com inúmeros beneficios locais diretos e indiretos. Preocupação com o meio ambiente e com o desenvolvimento economico e social, geração de empregos são alguns dos pontos positivos do projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75992 Alexandra Damásio em 2024-07-05

Comentário:

Não concordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75991 Patricia fialho em 2024-07-05

Comentário:

Este projeto não contribui para o desenvolvimento sustentável deste território, tem um impacto ambiental do ponto de vista dos recursos hídricos negativo. Considerem que o futuro turístico da zona depende de valores ambientais, sem eles os turistas deixarão de ir. Não se vendam a interesses económicos externos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75990 Pedro Henriques em 2024-07-05

Comentário:

Este tipo de explorações agrícolas estão, pela sua localização e tipo, a consumir muita água. Essa água está, ou vai estar, a ser extraída de aquíferos de água doce.Não há um controlo concreto desses consumos. Repito, não existe um controlo credível dos consumos.Neste caso concreto, o diminuir do volume de água doce no aquífero provoca a entrada de água salgada, provocando um verdadeiro desastre ambiental não recuperável.Este aquífero que começa ali por Santarém e se estende até à zona da Comporta e Sado merece mais respeito de todos.O dinheiro não pode compensar o desastre!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75989 Pedro Goncalves em 2024-07-05

Comentário:

DISCORDOA minha discordância em relação ao Projeto Agroflorestal para as Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R), promovido pela Sociedade Expoente Frugal, Lda., do Grupo Aquaterra 2.0 Lux I SARL, baseia-se em várias preocupações ambientais e sociais que este empreendimento suscita. 1. Desflorestação e Impacto Ambiental: A realização do projeto implica a desflorestação de aproximadamente 734,48 hectares, uma área superior àquela destinada à plantação de abacates. Esta ação não só destrói a vegetação nativa, mas também compromete a biodiversidade local, afetando habitats de várias espécies.2. Proliferação de Pragas: A aplicação de 40 toneladas de substrato orgânico por hectare pode aumentar significativamente a população de pragas de insetos, como moscas e mosquitos, causando problemas sanitários para a comunidade local. Este risco não parece ter sido adequadamente mitigado no plano do projeto.3. Consumo Excessivo de Água: A plantação de abacates irá consumir cerca de 3,95 bilhões de litros de água por ano, utilizando 32 furos de captação. Esta demanda exacerbada sobre um aquífero já em estado crítico pode levar ao seu esgotamento, comprometendo o abastecimento de água para a população local e para outras atividades agrícolas que dependem do mesmo recurso.4. Emprego e Sustentabilidade Social: A criação de apenas 35 postos de trabalho permanentes e não qualificados é irrisória face ao impacto ambiental e social do projeto. Este número não justifica os danos ecológicos e a pressão sobre os recursos hídricos da região.5. Qualidade de Vida e Habitabilidade: A longo prazo, as condições de habitabilidade do território estarão comprometidas. A escassez de água afetará diretamente a qualidade de vida dos residentes, prejudicando o abastecimento de água potável e as atividades diárias da população.Dado o conjunto de fatores mencionados, reitero a minha preocupação e e discordância com este projecto que apresenta sérios riscos para o meio ambiente e a comunidade local.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75988 Maria Rodrigues em 2024-07-05

Comentário:

A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 não mitigam os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos para serem cheios com água dos furos, cobrindo 19,01 ha, enfrentam problemas de evaporação, sérios o que significa um enorme desperdício de água do aquífero.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75987 Mónica Alexandra Brito Limão em 2024-07-05

Comentário:

Discordo completamente com a implementação deste projeto numa área já com deficientes recursos hídricos. A sua reformulação tem pouca diferença do antigo projeto(poucos hectares de diferença e redução de 2 furos de água)....

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75986 Ana Cannas em 2024-07-05

Comentário:

O planeamento dos recursos hídricos nesta zona tem que ser muito mais cauteloso para a próxima década.Mais uma mono-cultura com tantos furos parece-nos absolutamente escandaloso.Em 2024 (com a experiência do que está a acontecer no Algarve, etc) já deveríamos saber que não podemos comprometer tanto pelos rendimentos de poucos à volta da moda da pêra-abacate.Agradecemos desde já o cuidado e a coragem das autoridades para travar um tal processo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75984 Afonso Silva em 2024-07-05

Comentário:

Fala-se de criar riqueza e postos de trabalho, mas depois ninguem é a favor de investir na agricultura...

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75982 Armindo Mirante em 2024-07-05

Comentário:

O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75981 João Pereira Rocha em 2024-07-05

Comentário:

Caras senhoras e senhores, o projeto apresentado é na minha ótica prejudicial à região em vários aspetos. Primeiro pelo consumo exagerado de recursos hídricos. Sendo um dos maiores desafios da atualidade que se vai acentuar nos próximos anos, a exploração de uma área agrícola para produção de pera-abacate que consome valores enormes água, parece-me uma má opção. Como cidadão com várias ligações à região e amigos que lá habitam também parece-me prejudicial a estes habitantes porque pode resultar na diminuição da água disponível para o seu consumo doméstico.
Como defensor da natureza e tendo em conta a vasta fauna do estuário do Sado, também este pode ser prejudicado por esta alteração profunda do seu 'habitat'.
Por último, e como conhecedor da região, a possibilidade de alojamento massivo de trabalhadores sazonais poderá desequilibrar o tecido social e fazer levantar tensões sociais, pois os postos de trabalhos fixos são muito díspares relativamente aos temporários. Além disso, poderá resultar em trabalhadores sazonais a habitar em alojamentos com poucas condições ou sobrelotados, como vamos acompanhando nas notícias sobre este tipo de explorações agrícolas. Desta forma, reafirmo a minha total discordância com este projeto e faço votos que seja rejeitado para permitir a gestão dos recursos hídricos, preservação da natureza e qualidade de vida dos habitantes da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75980 Vera Lúcia Carvalho Rocha em 2024-07-05

Comentário:

Eu, Vera Lúcia Carvalho Rocha , natural de Grândola, na qualidade de cidadã com consciência ambiental, preocupada com as questões relacionadas com a sustentabilidade, a biodiversidade e em particular com os recursos hídricos e as alterações climáticas no meu concelho, venho comunicar a minha total DISCORDÂNCIA com a Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo por considerar que o tipo de cultura, o abacate, com exigências hídricas muito elevadas, constitui um contributo evidente para o esgotamento do aquífero Tejo-Sado. A escassez de água já é um problema grave no concelho e no sul do país em geral e terá como consequência a irreversível desertificação do solo.Para além disso, o projeto agroflorestal desenvolve-se em duas Zonas Especiais de Conservação da natureza de grande fragilidade ambiental, ocupada pela atividade humana na silvicultura com a exploração do montado e do pinheiro manso, espécies autóctones adaptadas às condições do clima da região, mas já em dificuldade devido à falta de pluviosidade e à redução do nível dos aquíferos subterrâneos, e na agricultura com o cultivo ancestral de arroz que utiliza água de superfície do Canal de Rega da barragem do Pego do Altar.É, também, uma zona extremamente rica em biodiversidade, nomeadamente aves, que povoam o açude da Murta, as lavras de arroz e as margens do rio Sado e fazem parte do património natural e cultural do meu concelho. A aprovação de uma exploração agrícola de grande dimensão deve ser feita levando em conta os impactes por si geradas, mas também os impactes cumulativos causados pelas restantes explorações na zona, as quais consomem quantidades muito elevadas do mesmo aquífero.Pelo respeito pelas populações locais e gerações futuras e pela conservação da natureza e da água.Temos o dever de aprender com os erros praticados nesta mesma zona e no Algarve - e não os repetir.Cordiais cumprimentos Vera

Rocha

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75978 Maria Cruz em 2024-07-05

Comentário:

A quantidade de água necessária para a produção é escandalosa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75976 Pedro Goulão em 2024-07-05

Comentário:

Com a criação de emprego, este projeto contribuirá decisivamente para a revitalização da zona rural de Alcácer do Sal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75975 Francisco Girbal Eiras em 2024-07-05

Comentário:

É fundamental rejeitar este projeto e concentrar-se na conservação da água e na proteção ambiental em Alcacer do Sal, já que a gestão sustentável dos recursos hídricos é vital para o equilíbrio ecológico e para a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75973 João Cruz em 2024-07-09

Comentário:

Da leitura do Resumo Não Técnico, verifica-se que o Projeto Agroflorestal HM-MN-R adota diversas medidas para maximizar o uso eficiente da utilização da água, minimizando os seus consumos, as quais visam garantir um consumo sustentável do recurso de água existente. Não se antevê, por isso, que exista um cenário de sobre-exploração da massa de água subterrânea PT05T3 com a implantação do Projeto Agroflorestal HM-MN-R ou o registo de eventuais conflitos futuros com outros usos existentes na envolvente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75967 Christine Overdijk em 2024-07-05

Comentário:

Não estou de todo de acordo com este projecto. A reformulação não traz nada de melhorias suficientes. Vão reduzir com só 2 furos de 34 total e na area agriculo é menos que 9%! Isto é nada!! Isto continua na Rede Natura 2000, que é uma rede ecológico para o espaço da União Europeia e tem por objectivo “Contribuir para assegurar biodiversidade através da conservação dos tipos de habitat naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeia”. Já há milhares de hectares nesta Rede destruídos, arrasados pelo os projectos agriculo de mirtilos, hortícolas e citrinos. Com mais projectos de agricultura vão acabar com a rede Natura nesta zona. Não há conservação da natureza que se aguenta, não vai haver água para as populações locais. As populações locais já estão a sentir a salinização nas suas hortas, o pinhal e montado estão a sofrer. Com este projecto também vai aumentar a contaminação das linhas da água e dos aquíferos. A abacateiro é uma planta exótica e não é daqui, tem persina nas suas cascas e folhas que é veneno para muitas aves e roedores local que não tem defesas! É incompreensível que o Município de Alcácer do Sal e ICNF autoriza mais um projecto desta natureza em plena Rede Natura 2000 ! A água é de todos nós !!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75966 Sara em 2024-07-05

Comentário:

discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75965 Isabel da Silva em 2024-07-05

Comentário:

Discordo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75964 Rui Costa em 2024-07-05

Comentário:

Não verifico que estejam asseguradas as condições para uma efetiva monitorização do consumo de água que se afigura excessivo e em benefício de uma única entidade privada, numa época em que os recursos hídricos são cada vez mais exíguos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75962 Clara Oliveira em 2024-07-05

Comentário:

O projeto de implantação de mais de 700 hectares de abacates em Alcácer do Sal, vai consumir perto de 4 biliões de litros de água/ano e implica a destruição completa do coberto vegetal, desarborização, desmatação com perda de espécies de flora e fauna.É verdadeiramente importante recusar este projecto: para preservar a água e a proteção do meio ambiente que são cruciais para o equilíbrio ecológico e qualidade de vida de todos nós e, neste caso particular, das comunidades locais.A água é fundamental à vida. Vivenda s períodos cada vez mais prolongados de seca especialmente nessa zona do país.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75961 Ana Paula Pereira em 2024-07-05

Comentário:

Este projeto de implantação de mais de 700 hectares de abacates em Alcácer do Sal, se aprovado, que vai consumir perto de 4 biliões de litros de água/ano e implica a destruição completa do coberto vegetal, desarborização, desmatação com perda de espécies de flora e fauna.É verdadeiramente importante recusar este projecto: a preservação da água e a protecção do meio ambiente são cruciais para o equilíbrio ecológico e qualidade de vida de todos nós e, neste caso particular, das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75958 Teofilo José Saldanha da Silva em 2024-07-05

Comentário:

A exploração pretendida , não deve ser viabilizada , pelos impactos negativos que vai causar, com a captação intensiva de um bem comum cada vez mais escasso a água.Ao invocar a monitorização da utilização de um recurso natural necessário á sobrevivência dos humanos, num país onde não há controlo, não é real.Temos suficientes explorações deste tipo de frutos em solo português e em zona com uma estrema dificuldade de água , Algarve, pretendemos o mesmo nesta região?acho que a resposta está aqui

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75956 Helena Oliveira em 2024-07-05

Comentário:

A produção intensiva de abacate vai provocar a desflorestação, com enorme prejuízo para a fauna e flora locais,; vai gastar muita água numa zona de grande stress hídrico; a utilização de químicos para controlar pragas e doenças, frequentes em monoculturas, vai contaminar todo o ecossistema, incluído a população local. Além de que o abacate não é um produto de primeira necessidade, fundamental para alimentar a população portuguesa. É um produto de luxo, de moda, que é produzido maioritariamente para exportação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75955 Milene em 2024-07-05

Comentário:

Contesto!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75953 Marta Luzes em 2024-07-04

Comentário:

Preocupação com a agua e meio ambiente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75949 Margarida Ferreira Dias em 2024-07-04

Comentário:

À semelhança da consulta pública anterior, sobre o mesmo projecto, venho por este meio manifestar a minha total discordância com o projecto “agroflorestal” das Herdades da Murta e Monte Novo. A implementação de uma plantação de uma espécie tropical, no Alentejo, uma zona que sofre de seca extrema todos os Verões, é no mínimo ofensiva. Falamos de mais de 10 milhões de litros de água por ano. 32 furos. Num concelho que todos os Verões tem freguesias abastecidas pelos bombeiros voluntários porque a água da sua zona acabou. Sendo a água a parte mais escandalosa desta ideia descabida, juntamos ao facto da mesma ser numa zona de conservação com espécies protegidas. Andamos a plantar espécies exóticas e a arrancar espécies nativas, a atormentar a fauna, a poluir os solos e o lençol freatico com fertilizantes. Para terminar, o clássico “criação de postos de trabalho” - meus senhores, essa desculpa deixou de ser válida há muitos anos. Esta zona nao tem falta de oferta de empregos, esta zona tem falta de habitação, tem falta de equilíbrio sócio cultural, e acima de tudo tem falta de quem a proteja.

Anexos: 75949_Parecer para 2a Consulta Puì•blica da Reformulacì§aì□o do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75948 Raquel Ambrósio em 2024-07-04

Comentário:

O projecto é incompatível com a preservação dos valores naturais da zona de Reserva do Estuário do Sado, da Comporta e da Galé. A quantidade de água necessária para este tipo de projectos não é com as reservas aquíferas existentes e irá levar a uma degradação do ecossistema.Planos de Acção e Valorização que são exigidos como contrapartida para aprovação destes projectos não são cumpridos, pelo que não faz sentido ter uma abordagem de aprovação de projectos só por listarem estes planos.É completamente absurdo a cultura de abacates nesta zona.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75947 Renata de Castro em 2024-07-04

Comentário:

Acho inacreditável como projetos desta natureza que não promovem a sustentabilidade da região, principalmente dos recursos hídricos das águas dos lençóis freáticos (furos de grande profundidade), que são património nacional, bem como o equilíbrio ambiental, possam sequer ser considerados a aprovação !!! Muito menos aceites!!!Esta cultura de pêra abacate não se adequa ao clima e aos solos alentejanos.Renata de Castro

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75946 Vicente Marques em 2024-07-04

Comentário:

Esta empresa já tem outro projeto na zona e têm feito um excelente trabalho de recuperação da fauna e flora. É um orgulho ver estas empresas nacionais e de jovens a investir numa agricultura de inclusão da floresta, estes são os exemplos que devemos "exportar" para os nossos vizinhos europeus

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75945 Madalena S. Franco em 2024-07-04

Comentário:

Discordo totalmente!! A água já é pouca! Fazer empreendimentos novos que utilizem ´água, neste caso muita água, muita mesmo, ´só fará com que o meio ambiente ainda piore mais. Monoculturas tornam a terra mais pobre, menos produtiva. Afinal, queremos agricultura sustentável - e ela terá de ser cada vez mais sustentável se quisermos que a terra continue a dar-nos, e às gerações futuras, de comer ou licenciar projectos de pseudo-agricultura que darão luxos a alguns poucos e impostos, para as entidades oficiais, mal empregues ou empregues em edíficios bonitinhos sem utilidade necessária e sem reverterem para o presente e o futuro da população?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75941 Ana Margarida Garcia Barroso da Fonseca em 2024-07-04

Comentário:

Esta cultura nao e adequada a esta zona e vai gastar demasiada agua

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75940 Isabel Rodrigues em 2024-07-04

Comentário:

Não concordo que se aprove este projecto por ser numa área protegida e frágil e consumir demasiada água do aquifero

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75939 Fernando Fontes em 2024-07-04

Comentário:

A plantação de abacate em Alcácer do Sal é um catalisador para o desenvolvimento rural, trazendo inovação e modernidade para a região. Ao introduzir técnicas agrícolas avançadas e tecnologias de precisão, o projeto melhora a eficiência e a produtividade da agricultura local. Esta iniciativa transforma Alcácer do Sal em um exemplo de sucesso no uso de tecnologia para promover o desenvolvimento rural, criando um modelo que pode ser replicado em outras regiões do país.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75938 Margarida em 2024-07-04

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. As autoridades devem estar atentas e levar em consideração os estudos sócio - ambientais existentes sobre os recursos hídricos do território e ter uma visão do futuro e da realidade climática que nos obriga a poupar os recursos e não desperdiçá-los em função de um interesse imediato e fugaz como é o da agricultura intensiva, com espécies não autóctones como o abacate. Podemos viver sem abacates mas não poderemos viver sem água!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75937 Gonçalo em 2024-07-04

Comentário:

Este projeto criará emprego local, impulsionando a economia rural e melhorando a qualidade de vida das populações.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75936 nuno oliveira santos em 2024-07-04

Comentário:

Por toda a informação pública sobejamente difundida a explicar o quão insustentável este projeto é do ponto de vista ambiental, com danos objetivos em muito superiores aos ganhos económicos colectivos claramente subjetivos, deverá ser evidente recomendar a sua inviabilização.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75935 Nuno Pedro em 2024-07-04

Comentário:

Começo por referir que dificilmente se compreende que não tenha sido publicada a decisão referente ao projeto original, que de acordo com toda a informação informal que chegou ao público, teria sido desfavorável.Foi permitido ao proponente o recurso ao expediente da "Reformulação", que na prática lhe permite manter o processo original aberto, tendo acesso a prazos muito mais curtos em relação ao que teria no caso de ter de submeter um novo processo de raiz.Participei na consulta pública original, tendo dado a tónica no tema do risco de degradação nas reservas do aquífero Tejo-Sado associadas à extração exagerada de água através de furos profundos. Vou-me dispensar de repetir aqui a argumentação utilizada nessa participação, limitando-me a transcrever as conclusões:Conclusões ----------O Governo reconheceu em 2023 a existência de uma situação de pré-rotura noaquífero Tejo-Sado, uma das fontes de água mais relevantes do país, que o levou atomar medidas restritivas em relação à atividade agrícola.A análise feita com informação oficial disponível ao público (SNIRH) para estaregião, mostra que a tendência dos últimos seis anos é de quebra sistemática donível piezométrico do aquífero. Esta degradação tem uma coincidência temporalcom o aumento da instalação de explorações agrícolas intensivas no Concelho deAlcácer do Sal.A aprovação de uma exploração agrícola de grandes dimensões deve ser feitalevando em conta os impactos por si gerados, mas também os impactoscumulativos causados pelas explorações na zona, os quais consumem água domesmo aquífero.Cabe aqueles que colocam a sua assinatura na aprovação dos projetos,ponderarem sobre as potenciais consequências gravosas no país que deixam paraos seus filhos.----------A Reformulação do projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e Monte Novo tem um carácter eminentemente cosmético. Há três indicadores que falam por si:- Redução da área de plantação de 722,24 ha para 658,44 ha (-8,8%);- Redução do número de furos de 34 para 32 (-5,8%);- Redução do volume máximo anual a atribuir às captações subterrâneas, de 3,22 hm3/ano para 2,858 hm3/ano (-11,2%).Mantendo-me focado no tema dos recursos hídricos, começo por constatar que é difícil compreender como é que, prevendo-se uma redução de 11,2% na água originária em captações subterrâneas, só se tenha reduzido o número de furos em 5,8%.Conviria ainda referir que se mantêm na versão revista, as previsões de consumo de Recursos Hídricos Superficiais oriundos de uma captação a realizar no canal de rega do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado (AHVS) de 1,139 hm3/ano.De acordo com o ponto 4.8.2.2 do EIA original, este valor resulta de uma "dotação média de rega, num ano normal" que de acordo com a Associação de Beneficiários do Vale do Sado (ABVS) é de 15000 m3/ano por ha beneficiado (existem neste momento 75,97 ha beneficiados nas Herdades do Murta, Monte Novo e Pousadas).Verificamos que as águas superficiais representam, portanto, 28,5% das necessidades hídricas do projeto "num ano normal". A questão que se coloca é: o que

acontece nos anos de seca, cada vez mais frequentes?A título meramente ilustrativo, junto em anexo fotografias do estado da albufeira da barragem do Pego do Altar, integrante da AHVS, no não muito distante ano de 2017. O valor da dotação de rega nesse ano (que poderá ser obtido junto da ABVS) terá ficado muito abaixo dos 15000 m3 por ha.Permito-me especular como é que a gestão do empreendimento agrícola irá mitigar uma carência de água superficial como a que se verificou em 2017: - Bombando água de profundidade muito acima do previsto! Isto num ano que, já de si, será de grande stress hídrico.Se pensarmos que os meios de fiscalização/auditoria da água efetivamente extraída dos furos são, no mínimo exíguos, está montado um cenário que dispensa mais elaboração.Em conclusão: as preocupações em relação à sobre exploração do aquífero Tejo-Sado mantêm-se inalteradas em relação ao projeto inicial, resultando de:- Aumento da frequência de anos de seca extrema;- Projeções otimistas das disponibilidades de recursos hídricos;- Crónica falta de fiscalização dos consumos efetivos de água.Daqui a 10 anos haverá uma Grande Reportagem que terá como foco, não o desastre ecológico do parque de Doñana em Espanha, mas a crise de falta de água nos concelhos de Alcácer e Grândola.Hoje já se fala da construção de Centrais dessalinizadoras no Algarve. Amanhã será no Distrito de Setúbal. Isto porque um grupo económico sediado no Luxemburgo, cujos beneficiários efetivos se desconhecem, tem musculo financeiro para vir exaurir um dos nossos recursos mais escassos e estranhamente mais baratos: A Água !

Anexos: 75935_Reportagem Fotográfica Pego do Altar.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75932 Joana Martins em 2024-07-04

Comentário:

Que bom! Os pomares de abacate são lindos, muito verdes e com enormes folhas. Tomara que as estufas que invadiram o litoral alentejano fossem trocadas por este tipo de culturas, para não falar do abacate como alimento que é das melhores coisas que se pode comer.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75931 Eduardo Luis de Moser Lupi em 2024-07-04

Comentário:

O projeto não apresenta melhorias suficientes para justificar a mudança de decisão, não existe nada de substancial que se altere e a redução de menos de 9% da area agrícola e de apenas dois furos (passando de 34 para 32) serão insuficientes para afastar as razões do seu chumbo inicial.Os abacateiros são especies que em nada contribuem para a flora e fauna locais sendo inclusives reconhecidamente prejudiciais pelos compostos químicos das suas folhas, não sendo proibida é uma especie que pela sua natureza só se manterá com um consumo anormal de água sendo que a mesma terá de ser utilizada para por exemplo minimizar riscos de geada a que a planta está sujeitaAs necessidades hídricas embora ligeiramente reduzidas terão um impacto no aquífero

impossível de restabelecer, levando a uma aceleração da seca gradual da região que estará nos próximos anos sujeita a um stress adicional por via das alterações climáticas.É absolutamente essencial recusar este projeto que pretende promover emprego através de agricultura intensiva sem qualquer preocupação para o equilibrio ecológico e a medio prazo para o bem estar das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75930 José Telmo em 2024-07-04

Comentário:

Que bom é que é ver empresas a investir em Alcácer do Sal, das cidades mais bonitas do país e com falta de gente jovem e trabalhadora

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75929 Pedro em 2024-07-04

Comentário:

Belo projeto, se a generalidade dos agricultores só produzissem em 1/3 da área e o remascente fosse floresta conservada possivelmente não teríamos metade dos problemas atuais resultantes das alterações climáticas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75927 Nuno Oliveira em 2024-07-04

Comentário:

Este projeto enquadra-se harmoniosamente nos habitats protegidos pela Rede Natura 2000. Com aproximadamente 70% da área total dedicada à preservação dos corredores ecológicos e à integridade dos habitats, o projeto respeita rigorosamente os requisitos ambientais e legais desta rede de conservação. Este esforço de preservação ajudará a manter a biodiversidade local e a proteger espécies ameaçadas, demonstrando que a agricultura e a conservação ambiental podem coexistir de forma benéfica.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75926 Diogo Moura Pires em 2024-07-04

Comentário:

Os recursos hídricos necessários para esta operação, serão muito nocivos para a região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75925 Ricardo Silva em 2024-07-04

Comentário:

Este projeto é um exemplo brilhante de agricultura sustentável. Ao adotar práticas agrícolas que respeitam o meio ambiente, o projeto assegura a conservação dos recursos naturais e a saúde do solo. A utilização de fertilizantes orgânicos e métodos naturais de controle de pragas reforça o compromisso com a sustentabilidade. Este projeto não só produzirá abacates de alta qualidade, mas também promoverá uma agricultura que protege o meio ambiente para as gerações futuras.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75924 Mariana Lima em 2024-07-04

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. As autoridades devem estar atentas e levar em consideração os estudos sócio - ambientais existentes sobre os recursos hídricos do território e ter uma visão do futuro e da realidade climática que nos obriga a poupar os recursos e não desperdiçá-los em função de um interesse imediato e fugaz como é o da agricultura intensiva, com espécies não autóctones como o abacate. Podemos viver sem abacates mas não poderemos viver sem água!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75923 Joana em 2024-07-04

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. As autoridades devem estar atentas e levar em consideração os estudos sócio - ambientais existentes sobre os recursos hídricos do território e ter uma visão do futuro e da realidade climática que nos obriga a poupar os recursos e não desperdiçá-los em função de um interesse imediato e fugaz como é o da agricultura intensiva, com espécies não autóctones como o abacate. Podemos viver sem abacates mas não poderemos viver sem água !

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75922 Ricardo Teixeira em 2024-07-04

Comentário:

Implementando as mais recentes tecnologias agrícolas e respeitando rigorosos padrões ambientais, o projeto maximiza a eficiência produtiva e minimiza o impacto ambiental. Esta combinação de inovação e responsabilidade ambiental não só melhora a produtividade, mas também assegura a proteção dos ecossistemas locais, alinhando-se com os objetivos da Rede Natura 2000.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75921 Nuno Pires em 2024-07-04

Comentário:

Os recursos hidráulicos necessários vão ter um impacto gigante na região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75919 Britta Burger em 2024-07-04

Comentário:

Estou muito preocupada com o projeto "Projeto Agroflorestal para as Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R)" e com a importância da proteção ambiental no belo ambiente natural da região de Alcacer do Sal. Como proprietária de uma casa nas imediações da plantação de abacate prevista, considero que o projeto constitui uma ameaça para os habitantes e para a natureza da região e, por conseguinte, também para o valor da nossa propriedade. A longo prazo, vejo impactos negativos de grande alcance em todos os domínios. Este projeto de abacate não trará benefícios para a economia da região, pelo contrário, arrisca-se a grandes prejuízos económicos e com especial gravidade, a falta de água para os habitantes desta região. O projeto reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar a sua aprovação. Pelo contrário, continua a suscitar as mais graves preocupações ambientais, económicas e sociais. O consumo de água previsto para este projecto é superior a 4 vezes todo o consumo humano de todo o Concelho de Alcacer do Sal que depende desta reserva subterrânea do bem precioso e cada vez mais escasso que é a agua potável.Por conseguinte, é imperativo rejeitar este projeto e concentrar-se na conservação da água e na proteção do ambiente, uma vez que a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a força económica da região, e da qualidade de vida da população local.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75918 Rita Dias de Carvalho em 2024-07-04

Comentário:

Algumas notícias tendenciosas têm sugerido que este projeto destruirá habitats naturais e ecossistemas protegidos. Ao analisar o RNT, percebe-se claramente que este projeto, no entanto, foi planeado com grande respeito pelo ambiente e pela biodiversidade local. Aproximadamente 70% da área total das herdades será dedicada à preservação dos corredores ecológicos e à integridade dos habitats, em conformidade com os requisitos da Rede Natura 2000. As práticas agrícolas propostas são sustentáveis e visam proteger e melhorar os ecossistemas locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75917 Jorge Francisco Beltrão Ribeiro Ferreira em 2024-07-04

Comentário:

Demasiada água utilizada numa região que tem cada vez mais seca e onde cada vez mais há turismo com uso intensivo de água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75916 Francisco Pedro em 2024-07-04

Comentário:

Os problemas ecológicos criados pelo modelo económico dominante atual, de crescimento permanente, aumento permanente da produção e do consumo, são extremamente graves e complexos. O vasto consenso científico - e as evidências por todo o Planeta - sobre as alterações climáticas, a desregulação do ciclo da água e a extinção de espécies com quem convivemos devem guiar o nosso agir. As soluções, essas, são extremamente simples. Qualquer novo projeto agrícola de grande dimensão deve basear-se nos princípios da agro-ecologia e da agricultura regenerativa, promovendo a diversidade de culturas, o aumento da biodiversidade e da fertilidade do solo, o aumento da retenção das águas pluviais e a diminuição do uso de água de rega, sobretudo de águas subterrâneas. O modelo do agro-negócio, de produção alimentar que concebe a Terra como uma coisa de onde extrair lucros, tem de ser travado pelas pessoas e instituições públicas. É extremamente simples: mais de 10 milhões de litros de água por dia para regar um área de 658hectares de monocultura intensiva de abacate - uma espécie exótica subtropical, numaregião arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea - sobre um lençol freático fundamental para a vida das populações humanas e não humanas desta região e que já está em declínio. A resposta: não.Este irresponsável ataque à vida para benefícios próprios de curto prazo, por parte das pessoas ligadas à empresa Expoente Frugal Lda., do grupo Aquaterra. deve ser denunciado pelas instituições públicas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75915 Maria Conceição Lopes Saramago Silva Jose em 2024-07-04

Comentário:

Discordo totalmente deste projecto . Nem deveria estar sequer em discussão um crime desta natureza. Plantar abacates em areia, so pode ser uma brincadeira de muito mau gosto…... Em que Países evoluídos isto seria permitido ?? Para além da problemática da água como um bem esgotável, temos os problemas imediatos associados a este tipo de culturas intensivas, que são as moscas e o mau cheiro constantes …..

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75914 Sara Silva em 2024-07-04

Comentário:

Um investimento na Comporta que não é hotéis e casas de luxo, finalmente!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75913 Francisca Moreira da Fonseca em 2024-07-04

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. As autoridades devem estar atentas e levar em consideração os estudos sócio - ambientais existentes sobre os recursos hídricos do território e ter uma visão do futuro e da realidade climática que nos obriga a poupar os recursos e não desperdiçá-los em função de um interesse imediato e fugaz como é o da agricultura intensiva, com espécies não autóctones como o abacate. Podemos viver sem abacates mas não poderemos viver sem água !

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75912 Gerald Noltsch em 2024-07-09

Comentário:

Estou muito preocupado com o projeto "Abacates Reformulados" e com a importância da proteção ambiental no belo ambiente natural da região. Como proprietário de uma casa nas imediações da plantação de abacate prevista, considero que o projeto constitui uma ameaça para a natureza e, por conseguinte, também para o valor da nossa propriedade. A longo prazo, vejo impactos negativos de grande alcance em todos os domínios. Este projeto de abacate não trará benefícios para a economia da região, pelo contrário, arrisca-se a grandes prejuízos económicos devido à degradação da natureza e a falta de água para os habitantes desta região. O projeto de remodelação do abacate não apresenta melhorias suficientes para justificar a sua aprovação. Pelo contrário, continua a suscitar graves preocupações ambientais, económicas e sociais.A redução da superfície agrícola em 8,8% e a redução do número de furos de 34 para 32 não são suficientes para atenuar o impacto negativo no ambiente. Os cinco reservatórios de água planeados, com uma área de 19,01 ha, colocam um problema significativo de evaporação e 3 ha de painéis solares flutuantes não são suficientes para compensar esta perda.A alteração da distância entre as linhas de plantação de cinco para seis metros não favorece as espécies autóctones. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A lavoura e a adubação permanecem inalteradas, e a demanda de água diminuiu de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, mas ainda não é compatível com a diminuição da precipitação na região. A extração de água do canal de irrigação não é viável sem bombas, uma vez que as plantações estão localizadas a sul da estrada nacional 253.O projeto inclui duas zonas de proteção especial e uma zona especial de conservação, bem como áreas com o biótipo Corine e a reserva natural do estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, apenas 32 espécies de aves e duas espécies de mamíferos foram detectadas em mais de 2.400 ha, o que indica impactos ambientais significativos que só seriam agravados pelo projeto.Por conseguinte, é imperativo rejeitar este projeto e concentrar-se na conservação da água e na proteção do ambiente, uma vez que a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a força económica da região, e da qualidade de vida da população local.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75910 Sara Faria em 2024-07-04

Comentário:

Este projeto combate a desertificação social e ambiental do Alentejo, esperemos que vingue

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75909 Yvonne Martins em 2024-07-04

Comentário:

Espero que avance, adoro abacate e detesto sentir que os abacates que compro têm uma enorme pegada carbónica por virem do outro lado do mundo. Desejo o maior sucesso ao projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75906 Mariana Fernandes em 2024-07-04

Comentário:

Com um enfoque na sustentabilidade, o projeto contribuirá decisivamente para a manutenção dos objetivos de conservação da Rede Natura 2000.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75905 Ilda Pamplona Côrte-Real em 2024-07-04

Comentário:

Estando demonstrados os impactes negativos e sendo os danos ambientais irreversíveis, os princípios da prevenção e da precaução fundamentais devem ser respeitados por todas as entidades públicas ou privadas na apreciação dos projetos.Este projeto não pode avançar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75904 Bernardo Guerreiro em 2024-07-04

Comentário:

É notório, por vários exemplos internacionais, até dos nossos vizinhos espanhóis que este tipo de agricultura intensiva irá secar os nossos solos e por em risco o futuro.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75903 Miguel Castilho em 2024-07-04

Comentário:

Apoiando-me no conteúdo do parecer da Associação Dunas Livres, demonstro a minha total oposição. É inegável o impacto negativo, impossível de medir, compreender ou prever, no seu conjunto, de uma exploração agrícola de 660 hectares, em regime de regadio, de uma espécie subtropical como o abacate. Além do considerável impacto ambiental negativo, descrito exaustivamente no parecer da Associação referida, considero que a produção do fruto, a custo de danos irreparáveis, não constitui uma acção de primária importância. O fruto não é essencial à sobrevivência e subsistência dos seres humanos e dos restantes seres vivos, ao contrário da água que seria utilizada na sua produção.Na utilização de tais recursos (água e terra agrícola) e com tais dimensões, deverá dar-se primazia às culturas que servem a base da alimentação humana e que adoptam princípios de sequeiro ou outros sistemas adaptados à realidade do território português.

Anexos: 75903_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75902 Tartaruga Rebelde, Lda em 2024-07-04

Comentário:

Um projeto que, com recurso a dados devidamente enunciados ao longo do EIA, desconstrói todo o discurso sensacionalista sobre a temática da água e mais concretamente sobre o sistema aquífero T3. Factos:1 - No mais recente Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste do Terceiro Ciclo (PGRH-RH5A 3ª Ciclo), disponível em https://apambiente.pt/agua/3o-ciclo-de-planeamento-2022-2027 e aprovado pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril, confirma-se que o sistema aquífero da bacia Tejo-Sado foi avaliado globalmente para toda a sua extensão, encontrando-se atualmente num estado que possibilita o licenciamento de novas captações desde que não excedam 80% das disponibilidades.2 - A maioria dos piezómetros instalados na bacia Tejo-Sado, próximos da área do projeto, não apresentam tendência estatisticamente significativa de variação dos níveis.3 - A APA/ARH – enquanto Autoridade Nacional da Água – que dispõe de todos os dados para atribuir um volume de água ao projeto, já se pronunciou sobre o volume atribuído – superior ao volume considerado pelo promotor para a implementação do projeto.4 - Os títulos de utilização de recursos hídricos são sempre passíveis de revisão por parte das autoridades competentes em função da evolução das condições, sendo certo que existe uma variabilidade natural de onde decorre que o nível freático em cada momento poderá situar-se acima ou abaixo da média de determinado período.5 - O promotor propõe uma medida extremamente relevante: disponibilização de banco de captações de água subterrânea para reserva dos três polos de captação de água pública da AGDA para consumo humano.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75901 Inês Valente em 2024-07-04

Comentário:

Reitero todos os argumentos apresentados no documento em anexo que se apresenta em oposição à implementação deste crime ambiental que beneficia os bolsos de tão poucos em detrimento do nosso ecossistema e das pessoas que nele habitam.

Anexos: 75901_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75900 Sofia Gomes em 2024-07-04

Comentário:

Um projeto de jovens empreendedores que já trazem uma visão integrada de como fazer agricultura, com uma enorme componente de recuparação e conservação florestal enquanto produzem um dos alimentos mais saudáveis. O país precisa de mais projetos assim!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75899 Diogo Rosa em 2024-07-04

Comentário:

A reformulação do projecto agora apresentada pela Aquaterra resulta do chumbo do projecto original, que quase levou à emissão de uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) desfavorável, no último mês de janeiro. Este chumbo é agora contornado, através de expediente legal que permitiu ao promotor mais seis meses para reformular o projecto.No entanto, as alteraç¨ões agora propostas devem ser consideradas demasiado superficiais, quase cosméticas, pelo que as minhas preocupaç¨ões e comentários apresentados anteriormente mantêm-se. Para além disso, o facto do mesmo promotor do projecto agora em análise não ter cumprido com as condicionantes impostas ao projeto de produção de tangerinas numa propriedade vizinha, sugere que a mesma falta de respeito pelo ambiente e pelos recursos que devem ser de todos terá lugar, no caso inconcebível deste projecto vir a ser aprovado pelas entidades competentes e este seja implementado .Assim, vejo-me aqui obrigado a reiterar os comentários anteriormente expostos. Basicamente, o projecto propõe a continuação da artificialização da Rede Natura 2000, neste caso afectando parte significativa da ZEC Comporta-Galé. Esta inexorável artificialização, quer através de projectos imobiliários quer de agricultura industrial como o proposto, compromete as funções de conservação da natureza, levando à irreversível descaracterização das áreas da Rede Natura. O projecto apresentado claramente contradiz as medidas de conservação regulamentares do plano de gestão da ZEC Comporta-Galé, que prevê a interdição da alteração de uso florestal para uso agrícola, ou a alteração entre tipos de uso agrícola.Em suma, o projecto proposto aparenta não ter uma componente agroflorestal mas, pelo contrário, levará à conversão de área florestal em área agrícola, propondo cerca de 658 hectares em regime de monocultura de regadio, numa região em que a água escasseia e onde se teme que venha a tornar progressivamente um bem mais escasso, que deveria ser prioritizado para outros usos, como consumo humano. É inadmissível que se proponha recorrer a 32 captações subterrâneas, para além de captações de água superficial, para extrair 3,95 hm^3/ano para irrigar abacateiros, colocando uma pressão adicional sobre os recursos hídricos. Para além disso, e como sucede em monoculturas particulamente sujeitas a pragas, serão certamente utilizados muitos pesticidas e fertilizantes que contaminarão os recursos hídricos remanescentes. A ser implementado este projecto a região acabará, portanto, com menos recursos hídricos, de pior qualidade.Em termos sociais, a criação de emprego é limitada e, na sua grande maioria, de carácter apenas sazonal. Ficarão os habitantes da região mais bem servidos com outros modos de exploração das Herdades de Murta e Monte Novo, modos que potenciem as suas valências naturais e paisagisticas bem como modos de produção agricola e florestal de sequeiro tradicionaisAs autoridades devem por isso assegurar que não sejam aqui cometidos os mesmos erros que no Algarve, onde a expansão da cultura do abacate tem contribuído para a falta de água e para comprometer o desenvolvimento harmonioso dessa região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75898 José Correia em 2024-07-04

Comentário:

Esta empresa tem sido pioneira na aplicação de tecnologia de ponta na gestão de água e faz uma gestão ambiental cuidada e holística. Aquelas florestas estiveram décadas ao abandono e agora finalmente estão a ter o cuidado e esforço que merecem

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75896 Filipa Lucas em 2024-07-04

Comentário:

O país está em seca, este projecto iria prejudicar o país, as pessoas e a sua qualidade de vida, bem como o meio ambiente e ecossistemas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75895 Caetana em 2024-07-04

Comentário:

Quantos milhares de água por dia? Por quanto e quem pode vender o nosso futuro??https://europeanwaters.euPor favor, o vosso trabalho é proteger a vida e não a economia destrutiva e irresponsável!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75893 Maria Antónia Pires de Almeida em 2024-07-04

Comentário:

Venho por este meio apresentar total discordância com este projeto, mesmo reformulado, suportando esta posição com diversos argumentos expressos no documento em anexo, nos seguintes tópicos:- apropriação excessiva de recursos hídricos- derespeito e destruição ecológicas- corrupção a nível do ordenamento do território- fraca e injustificada promessa de empregoObrigada pela atenção.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75892 Kerstin van Eckert em 2024-07-04

Comentário:

Este projeto irá prejudicar não só a natureza, mas também todas as pessoas que vivem na zona. O último verão demonstrou claramente que a água é o nosso bem mais precioso e não pode ser comprada com todo o dinheiro do mundo quando se esgota.Os abacates não só não são nativos da nossa região, como também são o fruto que necessita de mais água. Uma monocultura deste género esgotará todos os recursos hídricos da região. Em nome do bom senso e da preocupação com todas as pessoas, por favor não autorizem este projeto. Trata-se apenas de um lucro a curto prazo que não beneficia a comunidade. E tu fazes parte da comunidade! Também precisa de água.Traduzido com a versão gratuita do tradutor - DeepL.com

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75891 José Carlos Faria em 2024-07-04

Comentário:

Uma empresa de topo, robusta, que investe na melhoria do ambiente, investe em áreas rurais, oferecendo um futuro melhor para TODOS, plenamente de acordo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75890 marta grabner em 2024-07-04

Comentário:

Uso abusivo e desproporcional de água para as necessidades do país

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75889 Fonsecafuros, Captações de água Lda em 2024-07-04

Comentário:

Achamos que é de grande interesse para o desenvolvimento económico e social da região e com a dimensão que o projeto tem pensamos também, que, vai ajudar a aumentar os volumes de exportação nacionais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75888 Goncalo Luzes Padeira em 2024-07-04

Comentário:

Nao concordo com utilizacao indevida e injustificavel de agua pela fome desenfreada de lucro

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75884 Joana Costa Vilhena de Bessa Campos em 2024-07-04

Comentário:

Subscrevo o parecer da Associação Dunas Livres que anexo.Em resumo:- promoção de cultura de regadio, que acarreta consumo enorme de água, um recurso cada vez mais escasso e contudo essencial, quando se deveria promover agricultura de sequeiro e florestação com autóctones para promover a infiltração de água do solo e a recarga de aquíferos'O projecto apresentado gastará 11,8 milhões de litros de água por dia para regar 722,24hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.'- degradação ecológica: 'o projeto será implantado em “duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine”, duas “Áreas Importantes para as Aves”, na “Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado” e num território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns “prioritários para a conservação”.'- a área de implantação do projeto insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, e como tal não deveria ser permitida qualquer forma de agricultura intensiva nem sequer agricultura convencional não biológica/ecológica- fraca promessa de emprego: a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas não é relevante para um desenvolvimentoeconómico verdadeiro da população residente no município ou região.

Anexos: 75884_Parecer Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN).pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75882 José Miguel Albuquerque em 2024-07-04

Comentário:

É, sem dúvida, um projecto a aprovar pelo evidente potencial de desenvolvimento e de criação de postos de trabalho na região. A região é mais do que um destino turístico ou de fim-de-semana e são projectos como este que limitam a exposição da região às oscilações do mercado turístico e/ou imobiliário.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75880 Paulo Gomes em 2024-07-04

Comentário:

É verdadeiramente importante recusar este projeto: a preservação da água e a proteção do meio ambiente são cruciais para o equilíbrio ecológico e qualidade de vida de todos nós e, neste caso em particular, das comunidades locais. Por isso DISCORDO em absoluto da aprovação deste projecto!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75878 Sohebe Sattar em 2024-07-03

Comentário:

A pera-abacate é um produto agrícola com elevada procura no continente europeu, assim como noutros continentes, devido ao seu valor nutritivo e efeitos benéficos para a saúde. O preço por quilo tem sido e é previsível que continue elevado, o que permite uma boa viabilidade económica para as empresas que cultivam e comercializam este tipo de fruto. Este facto permite a substituição do arroz, cultura com elevadíssima dotação e dependente dos subsídios do Estado, por uma cultura de menor dotação e escolhida pelo mercado. Acresce ainda referir que esta cultura agrícola tem Manual PRODI desde 2010 e está inscrita no catálogo das frutícolas, sendo ainda considerada pela DRAP Algarve como a cultura emergente para Portugal. É fundamental apoiar projetos desta natureza!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75877 S S em 2024-07-03

Comentário:

Contrariamente a muitas das notícias difundidas pelos media mal informados, o abacate é uma variedade frutícola com um consumo de água comparável ao de outras árvores de fruto, designadamente autóctones, tratando-se de uma fruta com larga história e expressão no território nacional. Além das medidas de racionalização e eficiência dos consumos de água enunciadas no EIA, o promotor propõe-se diversificar as suas origens, repartidas entre recursos hídricos subterrâneos e superficiais. De acordo com Armindo Rosa, no estudo científico elaborado pela DRAP Algarve, “dado ser uma cultura que (…) tem vindo a crescer de forma consistente nos últimos anos, têm surgido notícias não fundamentadas, referindo que o abacateiro é muito exigente em água, cujo consumo supera em muito o de outras culturas regadas nomeadamente citrinos, amendoeiras, figueiras, oliveiras, alfarrobeiras e outras”. Projetos desta natureza são essências para fomentar a economia local e nacional!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75876 Nurin em 2024-07-03

Comentário:

Produzir abacates localmente significa menos emissões de CO2, contribuindo para um ambiente mais limpo e saudável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75875 Patricia Alexandra Pereira Marques Couveiro em 2024-07-03

Comentário:

É um projecto extremamente danoso para a região, com recursos hídricos estão escassos e a sofrer uma pressão enorme de turismo. O cultivo de abacates, uma espécie tropical, numa área tão seca não faz sentido e nem é necessário. São só abacates, vive-se sem eles.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75870 Olga Gomes em 2024-07-03

Comentário:

Em relação ao projeto em apreciação manifesto a minha total discordância porque na versão reformulada a área de exploração e o consumo previsível de água baixaram apenas cerca de 9%. Das 34 captações iniciais apenas foram anuladas duas.O projeto que abrange 734,48 hectares implica a destruição completa do coberto vegetal, desarborização, desmatação e decapagem com impacte negativo, certo, direto e permanente de magnitude elevada, com perda de espécies de flora e fauna.Num projeto que vai utilizar um total próximo de 4 biliões de litros de água por ano não estão previstas medidas de mitigação do impacte dessa exploração no aquífero.A região sofre longos meses de seca severa, sendo bem visíveis por toda a parte os efeitos da redução de pluviosidade na flora local, em especial nos sobreiros.A evidência científica já disponível é de que as condições climáticas adversas previstas até 2030 impedirão a reposição do aquífero da margem esquerda do Sado, nos anos mais próximos.O projeto situa-se na zona protegida do estuário do Sado e representa mais um desequilíbrio ao nível ambiental não compensado por quaisquer benefícios relevantes.Analisando os limitados benefícios prometidos e os danos efetivos e os perigos potenciais, o projeto revela-se altamente prejudicial para o Concelho de Alcácer e para o Alentejo litoral.Saliento que a empresa Aquaterra tem sede no Luxemburgo, conhecido como sendo um paraíso fiscal.Estando demonstrados os impactes negativos e sendo os danos ambientais irreversíveis, os princípios da prevenção e da precaução fundamentais devem ser respeitados por todas as entidades públicas ou privadas na apreciação dos projetos.A Lei da Água em vigor no seu art.º 3.º, alínea f) impõe o respeito do princípio da precaução.Este princípio é expressamente reconhecido no art.º 66.º da Constituição da República Portuguesa e no art.º 191.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.A situação é de uma gravidade tal que o Governo anunciou, a 22 de maio, que irá apresentar rapidamente um plano sobre Gestão da Água para o país, tendo presente a necessidade de poupança e boa gestão da água para enfrentar os desafios hídricos futuros, assegurando que este recurso vital esteja disponível para as gerações atuais e futuras, mesmo perante os desafios que as alterações climáticas colocam a Portugal.Por isso mesmo, a Comissão Parlamentar de Ambiente da Assembleia da República está a criar um grupo de trabalho para rever a Lei da Água, reforçando o enquadramento legal para este recurso vital em situação de crise.O tema da água está assim sendo tratado com redobrada atenção e estão em curso procedimentos administrativos para garantir o uso sustentável e eficiente deste recurso.Considerando o elevado consumo de recursos hídricos que este projeto envolve, a sua apreciação deve ser efetuada à luz dos princípios já definidos e dos que estão em curso de definição mais rigorosa nos órgãos legislativos competentes: Governo e Assembleia da República sendo imperioso impedir a execução de projetos que causem prejuízos irreversíveis.O princípio da prevenção e precaução antes referidos impõem que não se aprovem projetos que criem factos consumados causando danos permanentes nas reservas de água nacionais, nomeadamente nos aquíferos já em risco devido às alterações climáticas.Em consequência solicito a V. Exa. que promova para que seja dado parecer negativo ao projeto e que sejam tomadas as medidas preventivas para evitar que sejam causados danos ao ambiente.Os meus cumprimentos,

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75866 João Pedro Santos Simões Raposo em 2024-07-03

Comentário:

Discordo e tenho como suporte o parecer da Associação Dunas Livres.

Anexos: 75866_Parecer Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN).pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75861 Francisco Melicias em 2024-07-03

Comentário:

É um projecto com uma importância fundamental para a região e a sua concretização deve ser aprovada.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75859 Catarina Almeida em 2024-07-03

Comentário:

Venho por este meio apresentar total discordância com este projeto, mesmo reformulado, suportando esta posição com diversos argumentos expressos no documento em anexo, nos seguintes tópicos:- apropriação excessiva de recursos hídricos- derespeito e destruição ecológicas- corrupção a nível do ordenamento do território- fraca e injustificada promessa de empregoObrigada pela atenção.

Anexos: 75859_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75858 Dunas Livres em 2024-07-03

Comentário:

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)1, enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:1.Recursos Hídricos2.Degradação Ecológica3.Ordenamento do Território4.Fraca e injustificada promessa de empregoConsideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de “efeitos significativos no ambiente” e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Anexos: 75858_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75857 José Augusto Godinho Ferreira em 2024-07-03

Comentário:

Manifesto a minha profunda discordancia perante esta versão reformulada (?) do Projecto que anteriormente também recusei.Sem mais qualificativos para o que estamos a viver nesta zona do estuário do sado e das áreas de protecção ambiental associadas, considero o projecto não sustentável (monocultura) e do tipo bate (ganha) e foge (quem vier que se amanhe).Como fundamentação subscrevo o parecer do Grupo de Cidadania " Àlcácer plo Ambiente". Assunto: Projeto Agroflorestal para as Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R), em Alcácer do Sal promovido pela Sociedade EXPOENTE FRUGAL, Lda., (com CAPITAL SOCIAL de 13MIL EUROS) do Grupo AQUATERRA 2.0 Lux SARL com SEDE em Boulevard F.W. Raiffeisen, 17, 2411 LUXEMBURGOEm relação ao projeto em apreciação manifesto a minha total discordância porque na versão reformulada a área de exploração e o consumo previsível de água baixaram apenas cerca de 9%. Das 34 captações iniciais apenas foram anuladas duas.O projeto que abrange 734,48 hectares implica a destruição completa do coberto vegetal, desarborização, desmatação e decapagem com impacte negativo, certo, direto e permanente de magnitude elevada, com perda de esp"Assunto: Projeto Agroflorestal para as Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R), em Alcácer do Sal promovido pela Sociedade EXPOENTE FRUGAL, Lda., (com CAPITAL SOCIAL de 13MIL EUROS) do Grupo AQUATERRA 2.0 Lux SARL com SEDE em Boulevard F.W. Raiffeisen, 17, 2411 LUXEMBURGOEm relação ao projeto em apreciação manifesto a minha total discordância porque na versão reformulada a área de exploração e o consumo previsível de água baixaram apenas cerca de 9%. Das 34 captações iniciais apenas foram anuladas duas.O projeto que abrange 734,48 hectares implica a destruição completa do coberto vegetal, desarborização, desmatação e decapagem com impacte negativo, certo, direto e permanente de magnitude elevada, com perda

de espécies de flora e fauna.Num projeto que vai utilizar um total próximo de 4 biliões de litros de água por ano não estão previstas medidas de mitigação do impacte dessa exploração no aquífero.A região sofre longos meses de seca severa, sendo bem visíveis por toda a parte os efeitos da redução de pluviosidade na flora local, em especial nos sobreiros.A evidência científica já disponível é de que as condições climáticas adversas previstas até 2030 impedirão a reposição do aquífero da margem esquerda do Sado, nos anos mais próximos.O projeto situa-se na zona protegida do estuário do Sado e representa mais um desequilíbrio ao nível ambiental não compensado por quaisquer benefícios relevantes.Analisando os limitados benefícios prometidos e os danos efetivos e os perigos potenciais, o projeto revela-se altamente prejudicial para o Concelho de Alcácer e para o Alentejo litoral.Saliento que a empresa Aquaterra tem sede no Luxemburgo, conhecido como sendo um paraíso fiscal.Estando demonstrados os impactes negativos e sendo os danos ambientais irreversíveis, os princípios da prevenção e da precaução fundamentais devem ser respeitados por todas as entidades públicas ou privadas na apreciação dos projetos.A Lei da Água em vigor no seu art.º 3.º, alínea f) impõe o respeito do princípio da precaução.Este princípio é expressamente reconhecido no art.º 66.º da Constituição da República Portuguesa e no art.º 191.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.A situação é de uma gravidade tal que o Governo anunciou, a 22 de maio, que irá apresentar rapidamente um plano sobre Gestão da Água para o país, tendo presente a necessidade de poupança e boa gestão da água para enfrentar os desafios hídricos futuros, assegurando que este recurso vital esteja disponível para as gerações atuais e futuras, mesmo perante os desafios que as alterações climáticas colocam a Portugal.Por isso mesmo, a Comissão Parlamentar de Ambiente da Assembleia da República está a criar um grupo de trabalho para rever a Lei da Água, reforçando o enquadramento legal para este recurso vital em situação de crise.O tema da água está assim sendo tratado com redobrada atenção e estão em curso procedimentos administrativos para garantir o uso sustentável e eficiente deste recurso.Considerando o elevado consumo de recursos hídricos que este projeto envolve, a sua apreciação deve ser efetuada à luz dos princípios já definidos e dos que estão em curso de definição mais rigorosa nos órgãos legislativos competentes: Governo e Assembleia da República sendo imperioso impedir a execução de projetos que causem prejuízos irreversíveis.O princípio da prevenção e precaução antes referidos impõem que não se aprovem projetos que criem factos consumados causando danos permanentes nas reservas de água nacionais, nomeadamente nos aquíferos já em risco devido às alterações climáticas.Em consequência solicito a V. Exa. que promova para que seja dado parecer negativo ao projeto e que sejam tomadas as medidas preventivas para evitar que sejam causados danos ao ambiente.Os meus cumprimentos"

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75856 Mariana Machado em 2024-07-03

Comentário:

O projecto pretende fazer exploração privada com uso de recursos hídricos essenciais à região. A ligiera reformulação face ao projecto anteriormente chumbado mantém na essência o inpacto que causa a maior preocupação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75854 Catarina Pires de Almeida Rosa em 2024-07-03

Comentário:

Venho por este meio apresentar total discordância com este projeto, mesmo reformulado, suportando esta posição com diversos argumentos expressos no documento em anexo, nos seguintes tópicos:- apropriação excessiva de recursos hídricos- derespeito e destruição ecológicas- corrupção a nível do ordenamento do território- fraca e injustificada promessa de empregoObrigada pela atenção,Catarina Rosa

Anexos: 75854_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75852 Aida Maria Cerveira Duarte Fidalgo em 2024-07-03

Comentário:

VERGONHA

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75849 Carlos Alberto Soeiro Fidalgo em 2024-07-03

Comentário:

VERGONHA

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75848 Ana Alves de Sousa em 2024-07-03

Comentário:

Preocupações com o Projeto Reformulado dos Abacates nas Herdades da Murta e Monte Novo Apesar do mega projecto dos abacates ter sido reformulado, é bastante evidente que as alterações introduzidas não justificam a sua aprovação, visto que este continua a ser extremamente prejudicial, não só para o ambiente, mas também para a qualidade de vida das populações da Região de Alcácer do Sal.A redução de apenas cerca de 8% da área plantada, a diminuição do número de furos de 34 para 32 e restantes medidas apresentadas, são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos conforme tem sido divulgado e explicado, à exaustão, por técnicos especialistas em inúmeros pareceres cujas conclusões têm sido amplamente noticiadas e publicadas. É verdadeiramente importante recusar este projeto: a preservação da água e a proteção do meio ambiente são cruciais para o equilíbrio ecológico e qualidade de vida de todos nós e, neste caso em particular, das comunidades locais.Por estas razões DISCORDO em absoluto da aprovação do projecto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75845 Ana Pereira em 2024-07-03

Comentário:

Venho aqui apresentar minha opinião discordante sobre este projeto agroflorestal que representa uma aberração ecológica, não leva em conta os desafios climáticos atuais, tem consequências negativas para as populações e resulta em desperdício de recursos para fins comerciais. A longo prazo, esse projeto não permitirá alimentar a população nem garantir a sustentabilidade de empregos estáveis e viáveis nesta região.Este é um apelo ao bom senso. Anexo o parecer da associação das Dunas Livres, que expõe muito claramente as falhas de um projeto como este.

Anexos: 75845_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.docx.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75843 Cleia Ribeiro em 2024-07-03

Comentário:

Preocupações com o Projeto Abacates Reformulado e a Importância da Preservação AmbientalO projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75842 Maria José da Conceição Veiga em 2024-07-03

Comentário:

Subscrevo inteiramente as posições já assumidas pelas organizações ambientalistas como a Quercus e Dunas Livres, no tocante ao primitivo projeto, as quais continuam a fazer todo o sentido relativamente à reformulação agora apresentada.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75841 Joaquim Silva Ramalho em 2024-07-03

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. As autoridades devem estar atentas e levar em consideração os estudos sócio - ambientais existentes sobre os recursos hídricos do território e ter uma visão do futuro e da realidade climática que nos obriga a poupar os recursos e não desperdiçá-los em função de um interesse imediato e fugaz como é o da agricultura intensiva, com espécies não autóctones como o abacate. Podemos viver sem abacates mas não poderemos viver sem água !

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75839 Marta Mattioli em 2024-07-03

Comentário:

Não é de todo aceitável que se continuem a aprovar projetos que necessitem de recursos hídricos de uma forma intensiva numa área em que a escassez já é sentida.Nos últimos anos por exemplo os viveiros do ICNF em alcácer do Sal ja tiveram condicionamentos quanto à utilização de agua, pois nos últimos anos foram aprovados vários furos, licenciados inúmeros projetos turísticos que consomem mais agua do que aquela que existe ou que os sistemas naturais são capazes de repor.Não devem ser licenciadas mais explorações desta natureza na região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75838 Stefanie Coors Salgado em 2024-07-03

Comentário:

As reservas de água não são infinitas. Estes tipos de projetos são uma ameaça ao ecossistema! Na reformulação do projeto não mudou nada significativamente e por isso volto a manifestar a minha total discordância!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75836 Filipe Barrenho em 2024-07-03

Comentário:

Boa tarde,Venho por este modo apresentar a minha discordância relativamente a este projecto com base no parecer da Associação Dunas Livres que podem encontrar em anexo.Muito obrigado.Cumprimentos,Filipe Barrenho

Anexos:
75836_Parecer_2a_Consulta_Publica_da_Reformulacao_do_Projeto_Agroflorestal_das_Herdades_de_Murta_e_Monte_Novo.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75835 Carlos Marques em 2024-07-03

Comentário:

Põe em causa a gestão sustentável dos recursos hídricos da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75834 Ângelo Neves Carlos em 2024-07-03

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. As autoridades devem estar atentas e levar em consideração os estudos sócio - ambientais existentes sobre os recursos hídricos do território e ter uma visão do futuro e da realidade climática que nos obriga a poupar os recursos e não desperdiçá-los em função de um interesse imediato e fugaz como é o da agricultura intensiva, com espécies não autóctones como o abacate. Podemos viver sem abacates mas não poderemos viver sem água !

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75832 Rui Luciano em 2024-07-03

Comentário:

Venho por este meio apresentar a total discordância com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. Em anexo enumero as razões para esta posição.

Anexos: 75832_Parecer Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN).pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75831 Luis Figueiredo em 2024-07-03

Comentário:

Consumo exagerado de água Agressão ambiental Risco para a fauna localÉ essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75829 Luis em 2024-07-03

Comentário:

Manifesto o meu desacordo com a pressão adicional sobre os recursos hídricos locais e o aumento considerável da monocultura e químicos necessários para o desenvolvimento dessa indústria agrícola.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75826 Maria Gard Braga em 2024-07-03

Comentário:

A produção de pera-abacate tem uma necessidade de água muito grande. Discordo de se criar um espaço para a produção da mesma numa zona de escassez de água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75825 Margarida Góis Moreira em 2024-07-03

Comentário:

O projecto agora apresentado mantém o mesmo carácter gigante de agricultura intensida e destruição de flora autóctone, numacl região de reserva.O projecto reformulado mantém também praticamente a mesma necessidade de captação de água do primeiro - passa-se de 38 para 36 furos de água! Isto, numa região com um aquífero que se tem verificado em decréscimo constante nos últimos anos e em que era interdito a abertura de novos furos, devido ao estado crítico do aquífero.Acresce que parece falarmos de um promotor que já tem antecedentes na zona, num projecto gigante de tangerinas, em que não cumpriu as condicionantes a que era obrigado!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75824 ana girbal em 2024-07-03

Comentário:

Preocupações com o Projeto Abacates Reformulado e a Importância da Preservação AmbientalO projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação, levantando sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 não mitigam os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos para serem cheios com água dos furos, cobrindo 19,01 ha, enfrentam problemas de evaporação, sérios, o que significa um enorme desperdício de água do aquífero.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para aves devido à persina, representam um risco para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, mesmo reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega não é viável porque está reservada em exclusivo às plantações de arroz e não a abacates.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação, uma Zona de Proteção Especial, áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75823 Luís Moreira em 2024-07-03

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para eliminar os impactos ambientais negativos.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas e as necessidades de água são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75822 Maria Barata em 2024-07-03

Comentário:

Os governantes deste pais/concelho, continuam a insistir na governação à vista. Sem horizontes alargados para proteger, zelar, populações , ambiente, recursos naturais que são de todos nós e das gerações seguintes. Recursos esses que se esgotam, sem retrocesso.Estão a criar condições para a desertificação da zona da Comporta/Tróia.Não se iludam com os milhões.... Estudem e inspirem-se nos factos reais experiênciados em Portugal e no Mundo, para continuar-mos a ter um pais do qual nos possamos orgulhar, e quem nos visite recomende como um jardim à beira mar plantado.ÁGUA É VIDA!!!!SEJAMOS LIVRES!!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75820 Sara em 2024-07-03

Comentário:

Na

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75819 António Valadas em 2024-07-03

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75817 António Joaquim Saramago de Carvalho Marques dos Santos em 2024-07-03

Comentário:

Não concordo de maneira nenhuma com este projeto em virtude da dimensão enorme que levará a um consumo de água desmesurado. Nos tempos que correm é quase criminoso aprovar projetos como este.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75814 Joana Paranhos em 2024-07-03

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. As autoridades devem estar atentas e levar em consideração os estudos sócio - ambientais existentes sobre os recursos hídricos do território e ter uma visão do futuro e da realidade climática que nos obriga a poupar os recursos e não desperdiçá-los em função de um interesse imediato e fugaz como é o da agricultura intensiva, com espécies não autóctones como o abacate. Podemos viver sem abacates mas não poderemos viver sem água!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75811 Miguel Coimbra em 2024-07-03

Comentário:

Com a criação de novos postos de trabalho, o projeto apoiará o desenvolvimento econômico e social da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75809 Joana Squire em 2024-07-03

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75806 Clara Rosa em 2024-07-03

Comentário:

Tenho preocupações com o Projeto Abacates Reformulado e a Importância da Preservação Ambiental, porque O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção da Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75802 Fernanda Ferreira em 2024-07-03

Comentário:

Como cidadã recuso o projeto em prrol da defesa dos recursos hidricos e equlibro ambiental. Que se dê atenção a tantos e tantos alertas dos especialistas. CumprimentosFernanda Ferreira

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75801 ANA RAQUEL NARCISO DIAS ALVES em 2024-07-03

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. Solicito ás autoridades locais e centrais que aprofundem as consequências previsíveis de um projecto de dimensão incomensurável, nomedamente na utiizção de recursos hídricos previsível e que carece de uma monotirização rigorosa.Anexo fundamentos desta posição.

Anexos: 75801_projecto Murta abacates 1.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75800 joao paulo girbal em 2024-07-03

Comentário:

O projeto reformulado não apresenta melhorias significativas de forma a justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação que os 3 ha de painéis solares flutuantes não são suficientes para compensar essa perda de água que é extraída de um aquífero que já não está em boas condições.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não contribui em nada para valorizar as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, arvores exóticas cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, potenciam o risco para a fauna local que não tem defesas.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas e as quantidades de estrumes/fertilizantes necessários são um alto risco relacionado com a introdução de pragas na região (moscas e outras) e contribuirão para contaminar o aquífero por infiltração. As necessidades hídricas, foram reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, o que é um valor mínimo e incompativel com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega só pode ser feita para o plantio de arroz para além de ser inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. De acordo com a informação do RNT, entre 2015 e 2024, em pesquisas sistemáticas apenas foram detectadas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental desastroso na região que o projeto só agravaria.É imperativo

recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para a qualidade de vida das comunidades locais e a manutenção/melhoria do equilíbrio ecológico na região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75798 Diogo Brandao em 2024-07-03

Comentário:

O projecto contempla uma redução de 722,24 ha para 658,44 ha, menos dois furos subterrâneos e meia dúzia de medidas cosméticas. No essencial este projecto "reformulado", mantém tudo na mesma.Para além disso:-o projeto mantém o elevado nível de agressão aos recursos hídricos da região;-não promove a exploração sustentável do território agrícola em que se insere;-não contribui para o desenvolvimento social das populações locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75796 Daniela Moura em 2024-07-03

Comentário:

Apesar do anúncio da reformulação do projeto por parte dos promotores, e que inicialmente havia sido chumbado, constata-se que as melhorias introduzidas são bastante ténues, não podendo justificar uma alteração no sentido do parecer inicial negativo.Vejamos porquê:1. A redução da área agrícola de cerca de 10% e a diminuição de 2 furos, passando de 34 para 32, não são suficientes para mitigar os impactos ambientais negativos já detectados na avaliação inicial.2. Os 5 reservatórios de água previstos, com uma área de cerca 19 ha, apresentam problemas significativos de evaporação, sendo os 3 ha de painéis solares a instalar insuficientes para compensar essa perda.3. Os espaçamento entre linhas de plantação de 5 para 6 metros não valoriza as espécies nativas.4. Os Abacateiros, devidos à persina existente nas folhas e cascas, representam um elevado risco, e podem mesmo ser letais, para a fauna local.5. As necessidades hídricas embora reduzidas de 4,33hm3/ano para 3,95hm3/ano são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade da região e com os valores extremamente baixos dos níveis de água subterrânea na bacia do Tejo/Sado, margem esquerda, cujos aquíferos subterrâneos têm vindo consistentemente a degradar-se nos últimos vinte anos.6. As monoculturas que têm vindo a ocupar os campos outrora diversos põem em causa a diversidade biológica desta região tão rica, mas simultaneamente tão frágil, e por isso classificada e protegida no âmbito da rede Natura.7. O projeto abrangendo duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial para além da Reserva Natural do Estuário do Sado irá agravar pelas razões acima aduzidas o respetivo impacto ambiental.8. Em suma, é hoje fulcral garantir a preservação dos recursos hídricos bem como a proteção do meio ambiente para o necessário equilíbrio ecológico fundamental para a qualidade de vida das comunidades locais.Face

ao exposto consideramos que novos projetos agrícolas que genericamente assentem em culturas intensivas e fortemente consumidores do recurso água não deverão ser licenciados por colocarem em causas os frágeis equilíbrios desta zona protegida da margem do Sado, no Concelho de Alcácer do Sal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75793 Herlander Braz em 2024-07-03

Comentário:

Tal como sucedeu na fase anterior em que não foi aprovado este processo, o promotor continua sem resolver o problema de como manter o nível dos aquíferos, ou seja repor na Natureza a água que irá ser retirada para uma planta exótica que irá ser consumida a milhares de Km de distância, O solo não é apropriado para este tipo de planta , é podzol, só aceitável para pinheiros ou sobreiros, e até estes últimos com dificuldades de desenvolvimento. Plantações de sequeiro serão as indicadas para este território.Portanto, como residente no concelho de Alcácer, e conhecedor do clima e das vicissitudes que esta zona sofre, é de prever que, a ser aprovado este projecto pela CCDRAlentejo, as populações venham a sofrer a falta de água, que hoje ainda não sentem.Só que quando a falta ou escassez suceder, os decisores irão ser responsabilizados civil e até criminalmente, pois efectivamente com a aprovação deste projecto está a ser cometido um crime ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75785 Filipa Horta em 2024-07-03

Comentário:

Não pode avançar pela má utilização de recursos naturais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75784 Graça Maria Magalhães Faria Rodrigues Campos em 2024-07-03

Comentário:

Exmo. Senhor Presidente da CCDR Alentejo, I.P.Assunto: Projeto Agroflorestal para as Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R), em Alcácer do Sal promovido pelo Sociedade EXPOENTE FRUGAL, Lda., (com CAPITAL SOCIAL de 13MIL EUROS) do Grupo AQUATERRA 2.0 Lux SARL com SEDE em Boulevard F.W. Raiffeisen, 17, 2411 LUXEMBURGOEm relação ao projeto em apreciação manifesto a minha total discordância porque na versão reformulada a área de exploração e o consumo previsível de água baixaram apenas cerca de 9%. Das 34 captações iniciais apenas foram anuladas duas.O projeto que abrange 734,48 hectares implica a destruição completa do coberto vegetal, desarborização, desmatação e decapagem com impacte negativo, certo, direto e permanente de magnitude elevada, com perda de espécies de flora e fauna.Num projeto que vai utilizar um total próximo de 4 biliões de litros de água por ano não estão previstas medidas de mitigação do impacte dessa exploração no aquífero.A região sofre longos meses de seca severa, sendo bem visíveis por toda a parte os efeitos da redução de pluviosidade na flora local, em especial nos sobreiros.A evidência científica já disponível é de que as condições climáticas adversas previstas até 2030 impedirão a reposição do aquífero da margem esquerda do Sado, nos anos mais próximos.O projeto situa-se na zona protegida do estuário do Sado e representa mais um desequilíbrio ao nível ambiental não compensado por quaisquer benefícios relevantes.Analisando os limitados benefícios prometidos e os danos efetivos e os perigos potenciais, o projeto revela-se altamente prejudicial para o Concelho de Alcácer e para o Alentejo litoral.Saliento que a empresa Aquaterra tem sede no Luxemburgo, conhecido como sendo um paraíso fiscal.Estando demonstrados os impactes negativos e sendo os danos ambientais irreversíveis, os princípios da prevenção e da precaução fundamentais devem ser respeitados por todas as entidades públicas ou privadas na apreciação dos projetos.A Lei da Água em vigor no seu art.º 3.º, alínea f) impõe o respeito do princípio da precaução.Este princípio é expressamente reconhecido no art.º 66.º da Constituição da República Portuguesa e no art.º 191.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.A situação é de uma gravidade tal que o Governo anunciou, a 22 de maio, que irá apresentar rapidamente um plano sobre Gestão da Água para o país, tendo presente a necessidade de poupança e boa gestão da água para enfrentar os desafios hídricos futuros, assegurando que este recurso vital esteja disponível para as gerações atuais e futuras, mesmo perante os desafios que as alterações climáticas colocam a Portugal.Por isso mesmo, a Comissão Parlamentar de Ambiente da Assembleia da República está a criar um grupo de trabalho para rever a Lei da Água, reforçando o enquadramento legal para este recurso vital em situação de crise.O tema da água está assim sendo tratado com redobrada atenção e estão em curso procedimentos administrativos para garantir o uso sustentável e eficiente deste recurso.Considerando o elevado consumo de recursos hídricos que este projeto envolve, a sua apreciação deve ser efetuada à luz dos princípios já definidos e dos que estão em curso de definição mais rigorosa nos órgãos legislativos competentes: Governo e Assembleia da República sendo imperioso impedir a execução de projetos que causem prejuízos irreversíveis.O princípio da prevenção e precaução antes referidos impõem que não se aprovem projetos que criem factos consumados causando danos permanentes nas reservas de água nacionais, nomeadamente nos aquíferos já em risco devido às alterações climáticas.Em consequência solicito a V. Exa. que promova para que seja dado parecer negativo ao projeto e que sejam tomadas as medidas preventivas para evitar que sejam causados danos ao ambiente.Os meus cumprimentos,

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75783 Sebastien Coquard em 2024-07-03

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75782 Raquel Pedro em 2024-07-03

Comentário:

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais. - Insuficiente redução da área agrícola e dos furos para mitigar os impactos ambientais negativos- Insuficientes painéis solares flutuantes para compensar a evaporação causada pelos reservatórios de água previstos- Deficiente valorização das espécies nativas no espaçamento entre linhas de plantação- Riscos para a fauna local causados pela persina presente folhas e casca dos abacateiros

---

letal para a maioria das aves- Ausência de alteração da preparação e fertilização do solo previstos- Incompatibilidade da redução das necessidades hídricas previstas com a diminuição da pluviosidade na região- Inviabilidade de captação de água do canal de rega sem bombagem devido à localização da área de plantação ao sul da estrada nacional 253- Agravamento do impacto ambiental em duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75781 Peter Delling em 2024-07-03

Comentário:

O projecto contempla uma redução de 722,24 ha para 658,44 ha, menos dois furos subterrâneos e meia dúzia de medidas cosméticas. No essencial este projecto "reformulado", mantém tudo na mesma.O projeto mantém o elevado nível de agressão aos recursos hídricos da região; não promove a exploração sustentável do território agrícola em que se insere; não contribui para o desenvolvimento social das populações locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75780 Maria Clélia Vital Coelho em 2024-07-03

Comentário:

Como é do conhecimento geral, o cultivo de abacate é um grande consumidor de água, somando-se o facto desta região já ter problemas nessa área, devido à cada vez maior escassez desse bem. Acresce que o terreno é arenoso, o que ainda implica um maior consumo. A somar a este problema há o do desaparecimento de espécies locais, necessárias ao equilíbrio ambiental desta zona, que tem uma diversidade de fauna e flora únicas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75779 Maria Do Carmo Serronha Jorge em 2024-07-03

Comentário:

Exmo. Senhor Presidente da CCDR Alentejo, I.P.Assunto: Projeto Agroflorestal para as Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R), em Alcácer do Sal promovido pelo Sociedade EXPOENTE FRUGAL, Lda., (com CAPITAL SOCIAL de 13MIL EUROS) do Grupo AQUATERRA 2.0 Lux SARL com SEDE em Boulevard F.W. Raiffeisen, 17, 2411 LUXEMBURGOEm relação ao projeto em apreciação manifesto a minha total discordância porque na versão reformulada a área de exploração e o consumo previsível de água baixaram apenas cerca de 9%. Das 34 captações iniciais apenas foram anuladas duas.O projeto que abrange 734,48 hectares implica a destruição completa do coberto vegetal, desarborização, desmatação e decapagem com impacte negativo, certo, direto e permanente de magnitude elevada, com perda de espécies de flora e fauna.Num projeto que vai utilizar um total próximo de 4 biliões de litros de água por ano não estão previstas medidas de mitigação do impacte dessa exploração no aquífero.A região sofre longos meses de seca severa, sendo bem visíveis por toda a parte os efeitos da redução de pluviosidade na flora local, em especial nos sobreiros.A evidência científica já disponível é de que as condições climáticas adversas previstas até 2030 impedirão a reposição do aquífero da margem esquerda do Sado, nos anos mais próximos.O projeto situa-se na zona protegida do estuário do Sado e representa mais um desequilíbrio ao nível ambiental não compensado por quaisquer benefícios relevantes.Analisando os limitados benefícios prometidos e os danos efetivos e os perigos potenciais, o projeto revela-se altamente prejudicial para o Concelho de Alcácer e para o Alentejo litoral.Saliento que a empresa Aquaterra tem sede no Luxemburgo, conhecido como sendo um paraíso fiscal.Estando demonstrados os impactes negativos e sendo os danos ambientais irreversíveis, os princípios da prevenção e da precaução fundamentais devem ser respeitados por todas as entidades públicas ou privadas na apreciação dos projetos.A Lei da Água em vigor no seu art.º 3.º, alínea f) impõe o respeito do princípio da precaução.Este princípio é expressamente reconhecido no art.º 66.º da Constituição da República Portuguesa e no art.º 191.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.A situação é de uma gravidade tal que o Governo anunciou, a 22 de maio, que irá apresentar rapidamente um plano sobre Gestão da Água para o país, tendo presente a necessidade de poupança e boa gestão da água para enfrentar os desafios hídricos futuros, assegurando que este recurso vital esteja disponível para as gerações atuais e futuras, mesmo perante os desafios que as alterações climáticas colocam a Portugal.Por isso mesmo, a Comissão Parlamentar de Ambiente da Assembleia da República está a criar um grupo de trabalho para rever a Lei da Água, reforçando o enquadramento legal para este recurso vital em situação de crise.O tema da água está assim sendo tratado com redobrada atenção e estão em curso procedimentos administrativos para garantir o uso sustentável e eficiente deste recurso.Considerando o elevado consumo de recursos hídricos que este projeto envolve, a sua apreciação deve ser efetuada à luz dos princípios já definidos e dos que estão em curso de definição mais rigorosa nos órgãos legislativos competentes: Governo e Assembleia da República sendo imperioso impedir a execução de projetos que causem prejuízos irreversíveis.O princípio da prevenção e precaução antes referidos impõem que não se aprovem projetos que criem factos consumados causando danos permanentes nas reservas de água nacionais, nomeadamente nos aquíferos já em risco devido às alterações climáticas.Em consequência solicito a V. Exa. que promova para que seja dado parecer negativo ao projeto e que sejam tomadas as medidas preventivas para evitar que sejam causados danos ao ambiente.Os meus cumprimentos,

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75778 Telma Côrte-Real em 2024-07-03

Comentário:

As alterações relativamente à 1ª versão são mínimas e além do mais, sabemos que não serão cumpridas, por falta de fiscalização É imperioso recusar este projeto a bem da preservação dos recursos hídricos a sul do Tejo, que é o mesmo que dizer, a bem da qualidade de vida das populações locais. Quando a região estiver desertificada e estéril, nem o turismo lhe trará rendimento. Haja coragem de ser honesto para com a próxima geração.Espanha e Algarve, são realidades, que não se deveriam repetir. Há que aprender com a experiencia e não repetir o mesmo erro.Utilizar a água de superfície, no seu trajeto para o mar, é uma coisa completamente diferente de exaurir o lençol de profundidade. Faria mais sentido qualificar mão de obra local na especialização das culturas tradicionais, que estão altamente valorizados. O pinhão, a cortiça e o arroz são exportados a preços muito superiores ao do abacate... Não faz sentido trazer 1500 trabalhadores do exterior, que durante a estação baixa ficam inativos e sem recursos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75776 João Moreira em 2024-07-03

Comentário:

Escassez de água, nocivo para a biodiversidade

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75775 Carina Sofia Serafim Batista em 2024-07-03

Comentário:

Com todos os problemas associados à falta de água e com a poupança que a mesma deve ter dada a sua escassez, este projeto não faz qualquer sentido, sendo as suas desvantagens ambientais largamente ultrapassadas por qualquer vantagem económica existente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75774 Sara Vaz em 2024-07-03

Comentário:

O projecto contempla uma redução de 722,24 ha para 658,44 ha, menos dois furos subterrâneos e meia dúzia de medidas cosméticas. No essencial este projecto "reformulado", mantém tudo na mesma:-o projeto mantém o elevado nível de agressão aos recursos hídricos da região;-não promove a exploração sustentável do território agrícola em que se insere;-não contribui para o desenvolvimento social das populações locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75770 Maria Gracinda Santos em 2024-07-02

Comentário:

Exmo. Senhor Presidente da CCDR Alentejo, I.P.Assunto: Projeto Agroflorestal para as Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R), em Alcácer do Sal promovido pelo Sociedade Expoente Frugal, Lda., (com capital social de 13 mil Euros) do Grupo Aquaterra 2.0 Lux SARL com sede em Boulevard F.W. Raiffeisen, 17, 2411 LuxemburgoEm relação ao projeto em apreciação manifesto a minha total discordância porque na versão reformulada a área de exploração e o consumo previsível de água baixaram apenas cerca de 9%. Das 34 captações iniciais apenas foram anuladas duas.O projeto que abrange 734,48 hectares implica a destruição completa do coberto vegetal, desarborização, desmatação e decapagem com impacte negativo, certo, direto e permanente de magnitude elevada, com perda de espécies de flora e fauna.Num projeto que vai utilizar um total próximo de 4 biliões de litros de água por ano não estão previstas medidas de mitigação do impacte dessa exploração no aquífero.A região sofre longos meses de seca severa, sendo bem visíveis por toda a parte os efeitos da redução de pluviosidade na flora local, em especial nos sobreiros.A evidência científica já disponível é de que as condições climáticas adversas previstas até 2030 impedirão a reposição do aquífero da margem esquerda do Sado, nos anos mais próximos.O projeto situa-se na zona protegida do estuário do Sado e representa mais um desequilíbrio ao nível ambiental não compensado por quaisquer benefícios relevantes.Analisando os limitados benefícios prometidos e os danos efetivos e os perigos potenciais, o projeto revela-se altamente prejudicial para o Concelho

de Alcácer e para o Alentejo litoral.Saliento que a empresa Aquaterra tem sede no Luxemburgo, conhecido como sendo um paraíso fiscal.Estando demonstrados os impactes negativos e sendo os danos ambientais irreversíveis, os princípios da prevenção e da precaução fundamentais devem ser respeitados por todas as entidades públicas ou privadas na apreciação dos projetos.A Lei da Água em vigor no seu art.º 3.º, alínea f) impõe o respeito do princípio da precaução.Este princípio é expressamente reconhecido no art.º 66.º da Constituição da República Portuguesa e no art.º 191.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.A situação é de uma gravidade tal que o Governo anunciou, a 22 de maio, que irá apresentar rapidamente um plano sobre Gestão da Água para o país, tendo presente a necessidade de poupança e boa gestão da água para enfrentar os desafios hídricos futuros, assegurando que este recurso vital esteja disponível para as gerações atuais e futuras, mesmo perante os desafios que as alterações climáticas colocam a Portugal.Por isso mesmo, a Comissão Parlamentar de Ambiente da Assembleia da República está a criar um grupo de trabalho para rever a Lei da Água, reforçando o enquadramento legal para este recurso vital em situação de crise.O tema da água está assim sendo tratado com redobrada atenção e estão em curso procedimentos administrativos para garantir o uso sustentável e eficiente deste recurso.Considerando o elevado consumo de recursos hídricos que este projeto envolve, a sua apreciação deve ser efetuada à luz dos princípios já definidos e dos que estão em curso de definição mais rigorosa nos órgãos legislativos competentes: Governo e Assembleia da República sendo imperioso impedir a execução de projetos que causem prejuízos irreversíveis.O princípio da prevenção e precaução antes referidos impõem que não se aprovem projetos que criem factos consumados causando danos permanentes nas reservas de água nacionais, nomeadamente nos aquíferos já em risco devido às alterações climáticas.Em consequência solicito a V. Exa. que promova para que seja dado parecer negativo ao projeto e que sejam tomadas as medidas preventivas para evitar que sejam causados danos ao ambiente.Os meus cumprimentos,

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75769 Antonio Jaime Peixoto Alves Cardoso em 2024-07-02

Comentário:

-Este projeto provoca um elevado nível de agressão aos recursos hídricos da região;-não promove a exploração sustentável do território agrícola em que se insere;-não contribui para o desenvolvimento social das populações locais- forte impacto ambiental comprometendo os recursos hídricos da região e a sua sustentabilidade futura.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75768 Carlos Alberto Santana Baião em 2024-07-02

Comentário:

Por tudo o que já foi escrito e falado.Por tudo o que os Órgãos envolvidos conhecem e sabem.Por tudo o que de mau, este projecto trás para a população de Alcacer e Concelhos limítrofes. Por tudo o que de futuro em termos ambientais será metido em causa.Digo NÃO, !!! Um projecto deste que irá secar os nossos lençóis freáticos e destruir tudo à sua volta nem devia, estar a ser discutido.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75767 Maria Margarida Costa do Amaral Ramos em 2024-07-02

Comentário:

O projecto reformulado apresenta-se como uma medida de cosmética, pois contempla uma redução de 722,24 ha para 658,44 ha, ou seja, menos dois furos subterrâneos. No essencial este projecto "reformulado", mantém tudo na mesma, nomeadamente o elevado nível de agressão aos recursos hídricos da região, que por si só já são bastante escassos; não promove a exploração sustentável do território agrícola em que se insere; e não contribui para o desenvolvimento social das populações locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75766 Sara Baracinha em 2024-07-02

Comentário:

É extremamente preocupante que projectos como este se apresente nos tempos que correm...quando a principal preocupação deveria ser de sustentabilidade e poupança de recursos naturais cada vez mais escassos que condenam o bem estar e saúde dos nossos no futuro - foquem-se em ideias inovadoras e com preocupação ambiental - água é vida. Vejam os exemplos tendência dos municípios em que a gestão da água já é um problema:
https://www.facebook.com/profile.php?id=61555892321485

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75765 Associacao Monte Alegre em 2024-07-02

Comentário:

A Associação Monte Alegre vem por este meio apresentar a sua total discordância com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica da região. Abaixo enumeramos as razões para esta posição:1. Recursos HídricosO projecto apresentado gastará 11,8 milhões de litros de água por dia para regar 722,24 hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação é de 4,827 hm3/ano". Este projecto Hm-MN vai tomar 67% deste volume, uma vez que pretende captar 3,22 hm3 anualmente de água subterrânea a dois níveis de profundidade por meio de 34 furos. No RNT, pág. 15, "considera–se que não existirá uma afetação significativa da [massa de água subterrânea da Bacia Tejo–Sado], que o impacte negativo apresenta uma magnitude reduzida e é pouco significativo", e "não se antevê [...] o registo de eventuais conflitos futuros com outros usos existentes na envolvente". Quantificar como "reduzido" um impacto de 67% do volume máximo anual autorizado pela APA demonstra um erro crasso de lógica e uma dispensa grave dos factos. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm^3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 4,33 hm^3 de água gastos por ano.Consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "o projeto não provoca pressão sobre a massa de água superficial e subterrânea, pelo que não são expectáveis impactes a assinalar" (RTN, pág. 14).2. Degradação EcológicaPreviamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação, com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação. O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", duas "Áreas Importantes para as Aves", na "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado" e num território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação". Contudo, a conclusão desta secção resume-se à seguinte frase: "A presença abundante do habitat 2260 em toda a área de estudo, e também na generalidade da área do ZEC Comporta-Galé, poderá ser minimizar a significância do impacte gerado sobre este habitat." Esta frase não é gramaticalmente nem logicamente inteligível, e não conclui nada sobre o impacto ambiental, que é o objetivo deste relatório.Além dos 722,24 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 83,11 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e que passam ao lado no EIA na enumeração das formas de destruição ecológica irreversível - o que é inadmissível. As medidas de minimização consequentes são absurdas, limitando-se a fantasias como "ações de sensibilização ambiental destinadas aos trabalhadores envolvidos".3. Ordenamento do TerritórioA plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está. "O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" (RNT pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.4. ConclusãoDeclaramos veementemente que a qualidade deste Relatório não é admissível e revela uma desconcertante complacência com os interesses do promotor que a contratou, quando a sua obrigação é de análise imparcial do dano ambiental causado. Neste caso, este dano é inequivocamente da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e

acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75764 Pedro Acabado em 2024-07-02

Comentário:

Projecto de grande importância para o desenvolvimento da Região e com impacto directo na valorização do sector primario. Com projectos como este podemos combater a actual conjuntura economica e aumentar a oferta de emprego .

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75762 Clara em 2024-07-02

Comentário:

Muito importante para o desenvolvimento local

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75761 Manuel Malheiros em 2024-07-04

Comentário:

Exmo. Senhor Presidente da CCDR Alentejo, I.P.Assunto: Projeto Agroflorestal para as Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R), em Alcácer do Sal promovido pela Sociedade Expoente Frugal, Lda., (com capital social de 13 mil Euros) do Grupo Aquaterra 2.0 Lux I SARL com sede em Boulevard F.W. Raiffeisen, 17, 2411 LuxemburgoEm relação ao projeto em apreciação manifesto a minha total discordância porque na versão reformulada a área de exploração e o consumo previsível de água baixaram apenas cerca de 9%. Das 34 captações iniciais apenas foram anuladas duas.O projeto que abrange 734,48 hectares implica a destruição completa do coberto vegetal, desarborização, desmatação e decapagem com impacte negativo, certo, direto e permanente de magnitude elevada, com perda de espécies de flora e fauna.Num projeto que vai utilizar um total próximo de 4

biliões de litros de água por ano não estão previstas medidas de mitigação do impacte dessa exploração no aquífero.A região sofre longos meses de seca severa, sendo bem visíveis por toda a parte os efeitos da redução de pluviosidade na flora local, em especial nos sobreiros.A evidência científica já disponível é de que as condições climáticas adversas previstas até 2030 impedirão a reposição do aquífero da margem esquerda do Sado, nos anos mais próximos.O projeto situa-se na zona protegida do estuário do Sado e representa mais um desequilíbrio ao nível ambiental não compensado por quaisquer benefícios relevantes.Analisando os limitados benefícios prometidos e os danos efetivos e os perigos potenciais, o projeto revela-se altamente prejudicial para o Concelho de Alcácer e para o Alentejo litoral.Saliento que a empresa Aquaterra tem sede no Luxemburgo, conhecido como sendo um paraíso fiscal.Estando demonstrados os impactes negativos e sendo os danos ambientais irreversíveis, os princípios da prevenção e da precaução fundamentais devem ser respeitados por todas as entidades públicas ou privadas na apreciação dos projetos.A Lei da Água em vigor no seu art.º 3.º, alínea f) impõe o respeito do princípio da precaução.Este princípio é expressamente reconhecido no art.º 66.º da Constituição da República Portuguesa e no art.º 191.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.A situação é de uma gravidade tal que o Governo anunciou, a 22 de maio, que irá apresentar rapidamente um plano sobre Gestão da Água para o país, tendo presente a necessidade de poupança e boa gestão da água para enfrentar os desafios hídricos futuros, assegurando que este recurso vital esteja disponível para as gerações atuais e futuras, mesmo perante os desafios que as alterações climáticas colocam a Portugal.Por isso mesmo, a Comissão Parlamentar de Ambiente da Assembleia da República está a criar um grupo de trabalho para rever a Lei da Água, reforçando o enquadramento legal para este recurso vital em situação de crise.O tema da água está assim sendo tratado com redobrada atenção e estão em curso procedimentos administrativos para garantir o uso sustentável e eficiente deste recurso.Considerando o elevado consumo de recursos hídricos que este projeto envolve, a sua apreciação deve ser efetuada à luz dos princípios já definidos e dos que estão em curso de definição mais rigorosa nos órgãos legislativos competentes: Governo e Assembleia da República sendo imperioso impedir a execução de projetos que causem prejuízos irreversíveis.O princípio da prevenção e precaução antes referidos impõem que não se aprovem projetos que criem factos consumados causando danos permanentes nas reservas de água nacionais, nomeadamente nos aquíferos já em risco devido às alterações climáticas.Em consequência solicito a V. Exa. que promova para que seja dado parecer negativo ao projeto e que sejam tomadas as medidas preventivas para evitar que sejam causados danos ao ambiente.Os meus cumprimentos,Manuel Malheiros

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75760 Filipe em 2024-07-02

Comentário:

O projecto contempla uma redução de 722,24 ha para 658,44 ha, menos dois furos subterrâneos e meia dúzia de medidas cosméticas. No essencial este projecto "reformulado", mantém tudo na mesma.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75759 Manuel Azevedo Leite Braga em 2024-07-02

Comentário:

Considero o projeto de grande validade para a economia local e nacional.Trata-se de uma cultura que, ao contrário do que vulgarmente se afirma, consome menos água que os citrinos ou o amendoal e gera muito mais receita por hectare Vai ainda gerar emprego no sector agrícola local Muito positivo!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75757 Nuno Martins Correia em 2024-07-02

Comentário:

Discordo completamente com este projeto, numa zona do país onde há escassez de água e o Município apresenta aos seu munícipes programas de contenção de uso da água doméstica . Não faz qualquer sentido ser autorizada a cultura de pera abacate nesta zona, pois necessita de enormes quantidades de água.Este projeto já foi chumbado. Não entendo como volto a ser apresentado e muito menos ter sido aceite.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75756 Joao Paulo Soares em 2024-07-02

Comentário:

Este projeto "reformulado" prevê uma ridicula redução de 722,24 hectares para 658,44 hectares, com apenas menos 2 furos subterrâneos e outras alterações inconsequentes (do ponto de vista ambiental).No essencial, este projecto "reformulado" mantem a mesma agressão aos recursos hidricos da região e não promove um a exploração sustentável do território agricola em que se insere nem contribui para o desenvolvimento social das populações locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75755 Paulo Jorge Conceição Tomás em 2024-07-02

Comentário:

Esta nova versão do projeto não apresenta melhorias que justifiquem a sua aprovação e continua a suscitar grandes preocupações ambientais e sociais que merecem atenção urgente.A redução da área agrícola para 658,44 ha, e a diminuição do número de furos de 34 para 32 furos são alterações insignificantes, a este processo acresce a existência de 19 ha de reservatórios cuja evaporação não pode ser desprezada.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação, de cinco para seis metros, não é de todo suficiente para valorizar as espécies nativas. Pior, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das espécies de aves devido à persina, representam um risco ainda maior para a fauna local se esta for atraída para os espaços entre as arvores, aliás como é demonstrado no estudo apresentado pela Universidade de èvora, que participa nesta discussão pública.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas em relação ao projeto inicial, mantendo todas as preocupações sobre a sustentabilidade dessas práticas. Embora as necessidades hídricas totais do projeto tenham sido reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano (uma redução de 8,8%) continuam em valores que são incompatíveis com uma zona onde a pluviosidade continua a diminuir. Por outro lado a captação de água do canal de rega, prevista em 1,139 hm^3/ano, é inviável sem bombagem, dado que toda a zona de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O impacto sobre a cunha salina continua a ser desprezado neste projeto.A área prevista para o projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC: Comporta/Galé e estuário do Sado) e uma Zona de Proteção Especial (ZPE: açude da Murta), além de áreas biótipo Corine e parcialmente pela Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES). Durante as campanhas de prospeção sistemática em campo, realizadas entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e duas espécies de mamíferos (javali e lebre) em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo devido às áreas já desmatadas e cultivadas nas redondezas e que o projeto em analise só vai agravar.É fundamental que este projeto seja recusado e que haja no futuro um enfoque mais robusto na preservação da água e na proteção do meio ambiente. A água é um recurso vital, especialmente em regiões que já enfrentam desafios hídricos, e sua gestão sustentável é crucial para o equilíbrio ecológico. A preservação do ambiente e a gestão eficiente dos recursos hídricos não são apenas responsabilidades éticas, mas também essenciais para garantir a sustentabilidade a longo prazo da região e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75754 Herculano Gonçalves em 2024-07-02

Comentário:

Discordo completamente deste projecto em Alcácer do Sal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75753 Nuno Machado em 2024-07-02

Comentário:

É inaceitável dada a escassez de água!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75752 Pedro Felix da Costa em 2024-07-02

Comentário:

O rendimento proveniente da cultura da pera-abacate permite elevar os salários pagos aos trabalhadores rurais e fixar trabalhadores nos quadros das empresas, uma vez que a sazonalidade da necessidade de mão-de-obra é inferior ao que acontece noutras culturas, nomeadamente a cultura do arroz, predominante na área objeto do estudo. É crucial atender ao valor acrescentado que este projeto pode trazer, não apenas economicamente, mas também socialmente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75751 Manuel Joaquim Martins Carrinho em 2024-07-02

Comentário:

O projeto revisto de abacates não apresenta melhorias suficientes para justificar a sua aprovação, continuando a apresentar graves riscos ambientais e sociais.A pequena redução da área agrícola em 8,8% e a ligeira diminuição do número de furos, de 34 para 32, pouco contribuem para aumentar as preocupações ambientais. Os cinco reservatórios de água propostos, com uma área de 19,01 hectares, levarão a uma perda substancial de água por evaporação, e a instalação de 3 hectares de painéis solares flutuantes é insuficiente para atenuar este problema.Ajustar o espaçamento entre as linhas de plantação de cinco para seis metros não apoia as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, que produzem folhas e cascais tóxicas para a maioria das aves devido à persina, representam um perigo acrescido para a vida selvagem local.Os métodos de preparação do solo e de fertilização permanecem os mesmos e, apesar de uma redução das necessidades de água de 4,33 hm3/ano para 3,95 hm3/ano, as necessidades de água do projeto continuam a ser insustentáveis, dada a diminuição de precipitação na região. Além disso, a extração de água do canal de irrigação é impraticável sem bombagem, uma vez que a área de plantação se situa a sul da Estrada Nacional 253.A área do projeto engloba duas Zonas Especiais de Conservação, uma Zona de Proteção Especial, áreas de biótopo Corine e a Reserva natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram observadas apenas 32 espécies de aves e duas espécies de mamíferos em mais de 2400 hectares, o que indica uma grave degradação ambiental que o projeto iria provavelmente agravar.A rejeição deste projeto é crucial para que se concentre a atenção na conservação da água e na proteção do ambiente. A gestão eficaz dos recursos hídricos é essencial para manter o equilíbrio ecológico e garantir o bem-estar das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75750 Associação ProtegeAlentejo em 2024-07-02

Comentário:

Em anexo enviamos a participação da Associação ProtegeAlentejo, a qual vem reiterar a sua discordância relativa a este projecto.

Anexos: 75750_Participação reformulado agroflorestal murta .pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75749 Rita em 2024-07-02

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75748 Patricia Molino em 2024-07-02

Comentário:

Uma redução de 722,24 ha para 658,44 ha, menos dois furos subterrâneos e meia dúzia de medidas cosméticas. No essencial este projecto "reformulado", mantém tudo na mesma.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75747 Maria Eduarda Mendes em 2024-07-02

Comentário:

Uma cultura intensiva que vai contribuir parea a escassez de água na região

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75746 Maria Garces em 2024-07-02

Comentário:

O projeto de produção de abacates numa zona protegida e com falta de água foi reformulado, mas nãoapresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar as mesmaspreocupações ambientais e sociais do projecto original que foi chumbado.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes paramitigar os impactos ambientais negativos.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espéciesnativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido àpersina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, emborareduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição dapluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área deplantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreasbiótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativoque o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois agestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida dascomunidades locais.Projectos como este são exemplo da falta de bom senso, agricultura intensiva de produtos que implicamconsumo intensivo de água em zonas com recursos hídricos escassos é algo que não é sustentável e nãofaz sentido. Poderá fazer sentido apenas para os respetivos promotores que no imediato poderão obterganhos financeiros através de linhas de financiamento subsidiadas mas cujo verdadeiro custo(desertificação) permanecerá e será suportado pelo ecossistema da região no medio longo prazo,existem maus exemplos desta pratica

no sul de Espanha e cujo “post mortem” deveria ser uma boafonte de ensinamentos para todos os stakeholders deste tipo de projectos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75741 Joaquim Miguel F Mendes em 2024-07-02

Comentário:

Oposição à agricultura de plantas tropicais numa zona climática desadequadaO aproveitamento irracional dos recursos hídricos deve merecer oposição, esta zona do paísEstes empreendedores encontrarão outras zonas do globo adequadas a esta produçãoA consideração destes projectos configura a degradação moral e corrupta dos órgãos oficiais\governamentais quer na aceitação quer na autorização desta actividade

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75740 Luís Cabral Moura em 2024-07-02

Comentário:

Apesar do anúncio da reformulação do projeto por parte dos promotores, e que inicialmente havia sido chumbado, constata-se que as melhorias introduzidas são bastante ténues, não podendo justificar uma alteração no sentido do parecer inicial negativo.Vejamos porquê:1. A redução da área agrícola de cerca de 10% e a diminuição de 2 furos, passando de 34 para 32, não são suficientes para mitigar os impactos ambientais negativos já detectados na avaliação inicial.2. Os 5 reservatórios de água previstos, com uma área de cerca 19 ha, apresentam problemas significativos de evaporação, sendo os 3 ha de painéis solares a instalar insuficientes para compensar essa perda.3. Os espaçamento entre linhas de plantação de 5 para 6 metros não valoriza as espécies nativas.4. Os Abacateiros, devidos à persina existente nas folhas e cascas, representam um elevado risco, e podem mesmo ser letais, para a fauna local.5. As necessidades hídricas embora reduzidas de 4,33hm3/ano para 3,95hm3/ano são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade da região e com os valores extremamente baixos dos níveis de água subterrânea na bacia do Tejo/Sado, margem esquerda, cujos aquíferos subterrâneos têm vindo consistentemente a degradar-se nos últimos vinte anos.6. As monoculturas que têm vindo a ocupar os campos outrora diversos põem em causa a diversidade biológica desta região tão rica, mas simultaneamente tão frágil, e por isso classificada e protegida no âmbito da rede Natura.7. O projeto abrangendo duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial para além da Reserva Natural do Estuário do Sado irá agravar pelas razões acima aduzidas o respetivo impacto ambiental.8. Em suma, é hoje fulcral garantir a preservação dos recursos hídricos bem como a proteção do meio ambiente para o necessário equilíbrio ecológico fundamental para a qualidade de vida das comunidades locais.Face

ao exposto consideramos que novos projetos agrícolas que genericamente assentem em culturas intensivas e fortemente consumidores do recurso água não deverão ser licenciados por colocarem em causas os frágeis equilíbrios desta zona protegida da margem do Sado, no Concelho de Alcácer do Sal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75739 Diogo em 2024-07-02

Comentário:

The proposed revisions to the avocado farming project are insufficient and continue to raise substantial environmental and social concerns.The reduction of the agricultural area by 8.8% and the decrease in boreholes from 34 to 32 do not significantly lessen environmental impacts. The plan to build five water reservoirs, covering 19.01 hectares, introduces substantial water evaporation challenges. The inclusion of 3 hectares of floating solar panels is not an adequate solution to this issue.Adjusting the planting row spacing from five to six meters does not support native plant species. Moreover, avocado trees are harmful to local wildlife, as their leaves and bark contain persin, a toxin deadly to most birds.No changes have been made to soil preparation and fertilization methods. Even though the project's water usage has been lowered from 4.33 hm^3/year to 3.95 hm^3/year, this amount is still unsustainable given the decreasing rainfall in the region. Additionally, extracting water from the irrigation canal without pumping is impractical since the planting area is situated south of National Road 253.The project's location includes vital environmental areas such as two Special Conservation Zones, a Special Protection Zone, Corine biotope areas, and the Sado Estuary Nature Reserve. From 2015 to 2024, only 32 bird species and two mammal species were recorded in over 2400 hectares, indicating considerable environmental degradation that this project could exacerbate.Rejecting this project is crucial to focus on initiatives that emphasize water conservation and environmental protection. Sustainable water management practices are essential to maintain ecological balance and ensure the well-being of local communities.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75738 Maria Castro em 2024-07-02

Comentário:

Uso exagerado de água para uma espécie exótica numa região que já tem Falta de Água!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75737 Pedro Sá e Melo em 2024-07-02

Comentário:

Este projecto não traz nenhuma mais valia local, regional ou local.Acarreta risco ambiental significativo quer para a avifauna, quer para os recursos hídricos. A redução de 8% da área de intervenção, ou a redução de apenas 5% do consumo hídrico, não modifica de forma qualificada o parecer negativo da APA.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75736 Raul Girbal em 2024-07-02

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais. As modificações no projeto são demasiado pequenas e não mitigam suficientemente o efeito do consumo significativo de água projetado. É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.Para garantir o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais, é crucial recusar este projeto e concentrar os esforços

na preservação da água e na proteção do meio ambiente, promovendo assim uma gestão sustentável dos recursos hídricos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75735 Manuel C Gomes em 2024-07-02

Comentário:

Sou CONTRA este Projecto. Os abacateiros são plantas muito sedentas, necessitando em média de cerca de 1.000 litros de água por kg. Este valor é superior ao da maioria dos outros frutos e legumes, mas inferior ao de alguns cereais, como o arroz. O principal problema é que os abacateiros são cultivados em regiões que já sofrem de stress hídrico. Tal como grande parte da agricultura moderna, a maioria das plantações de abacate depende fortemente de fertilizantes e de combustíveis fósseis, contribuindo para o aumento das emissões de gases com efeito de estufa.O México, o maior produtor mundial de abacate, está a passar por períodos prolongados de seca, pelo que a irrigação das plantações de abacate pode estar a prejudicar o acesso da população local à água. Esta questão da distribuição equitativa da água pode agravar-se nas próximas décadas.Há também impactos na natureza a considerar. Tradicionalmente, os abacateiros eram plantados em parcelas mistas com outras culturas e colhidos como alimento de subsistência. Contudo, actualmente, o abacate é cultivado principalmente como cultura de exportação, tendo a produção passado a ser feita em grandes plantações de monocultura para maximizar a produtividade. Estas monoculturas expulsaram outras culturas nativas e são muito mais vulneráveis a pragas e doenças do que as plantações mistas.Tudo isto significa que é necessário utilizar maiores quantidades de pesticidas químicos e fertilizantes sintéticos. Estes, por sua vez, afectam negativamente a biodiversidade, a qualidade do solo e a saúde humana.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75732 Augusto Ezequiel em 2024-07-02

Comentário:

A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75731 José Cornacho em 2024-07-02

Comentário:

Concordo com o projeto. Vai dinamizar toda a região

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75730 Rita Penedo em 2024-07-02

Comentário:

Excelente projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75729 Joao Miguens em 2024-07-02

Comentário:

Excelente Projeto!Muito importante para o desenvolvimento economico local e nacional

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75728 Carlos da Silva José em 2024-07-02

Comentário:

A reformulação efectuada ao projecto não responde às preocupações ambientais nomeadamente ao nível do consumo dos recursos hídricos e das consequências ao nível da biodiversidade local..O projecto deveria ser rejeitado liminarmente.A reformulação apresentada é quase uma provocação às entidades públicas de supervisão e a todas as entidades privadas que se preocupam com as consequências de consumos desmedidos de recursos na produção agrícola de baixo valor acrescentado nacional. Os recursos hídricos são públicos, esgotáveis e não nos podemos de dar ao luxo de os canalizar para regas De produções intensivas em regiões arenosas já com elevados projectos em exploração.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75725 Luís Francisco Ferreira Dias em 2024-07-09

Comentário:

Apesar das alterações realizadas, este projeto afigura-se totalmente inviável do ponto de vista ambiental. A água é a base de tudo. Não é aceitável que este tipo de projetos tenha a maior parte das suas necessidades hídricas preenchidas com recurso a agua de furos, neste caso 2,858 hm3/ano. Os projetos de agricultura intensiva são importantes para a alimentação de uma população mundial crescente, para a atividade económica, criação de emprego e muitos outros aspetos, mas em regiões onde, numero um, essas questões são ainda deficitárias, e numero dois, onde existem perímetros de rega de grandes barragens ou precipitações elevadas, e onde existem sistemas de controlo e gestão dos recursos hídricos que podem inclusive limitar o acesso à agua destas explorações, se necessário.A região de Alcacer do Sal, assim como a região vizinha, de Grândola, são há muitos anos afetadas por precipitações acumuladas anuais em declínio, com limitações graves ao abastecimento das populações. Nao existe nestes concelhos nenhuma grande barragem, sendo que a que é mencionada no projeto tem ao longo dos anos tido grandes limitações nas suas disponibilidades para os perímetros ja cobertos.Este projeto não tem qualquer cabimento, e demonstra uma visão a curto prazo da gestão dos recursos naturais tendo em vista o seu esgotamento e posterior abandono da região, deixando os consequentes problemas aos seus habitantes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75724 Francisco Mourao em 2024-07-02

Comentário:

Este projeto é um excelente exemplo de compromisso com a sustentabilidade ambiental. Utilizando tecnologias de irrigação por gotejamento e monitorização contínua da humidade do solo, a plantação minimiza o uso de água, preservando este recurso valioso. Além disso, a implementação de práticas agrícolas ecológicas garante a proteção da biodiversidade local, integrando harmoniosamente a produção agrícola com a conservação ambiental. Este projeto demonstra que é possível alcançar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e responsabilidade ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75723 Leonel Alexandre em 2024-07-02

Comentário:

Os impactos ambientais numa exploração intensiva serão sempre degradantes.Concordo apenas se reformularem o projecto para uma agricultura biológica.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75722 Joaquim Antonio Magalhaes Araujo Pinheiro em 2024-07-02

Comentário:

Sou frontalmente desfavorável ao projeto mesmo reformulado uma vez que os ajustamentos introduzidos não apresentam melhorias suficientes e se mantêm as reservas sobre os sérios impactos ambientais que um projeto desta natureza implica na região.A redução da área plantada em apenas 8,8% e a redução de 2 furos de 34 para 32 são naturalmente insuficientes para mitigar os impactos negativos deste projeto. Salienta-se ainda a enorme área de estruturas e infraestruturas prevista - 70 ha - que levanta dúvidas futuras. Será que não está prevista algum desenvolvimento imobiliário futuro?A redução das necessidades hídricas também é marginal e incompatível com a pluviosidade na região. Vai drenar os aquíferos com as implicações já confirmadas em outras regiões com impactos que não têm qualquer possibilidade de serem mitigados (vide Parque Donana em Espanha). Também não podem ir buscar água ao canal da rega que se encontra do outro lado da EN 253.Em termos económicos também não tem impacto significativo na região mas sim um impacto social muito elevado com o número de sazonais necessários (219 a 365, ou seja mais perto dos 365 na fase de produção plena) não havendo disponibilidade de mão-de-obra local no Concelho. Por este conjunto de observações, as medidas mitigadoras são claramente insuficientes, e o projeto é uma ameaçam muito clara em termos ambientais para a região, para além dos aspectos que estas culturas não autóctones impactam em aspectos da fauna e flora que não estão convenientemente estudados. São culturas tropicais - com

muita necessidade de água em terrenos arenosos.Neste sentido sou FORTEMENTE CONTRA A APROVAÇÃO DESTE INVESTIMENTO

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75720 Sandra Teixeira de Sousa em 2024-07-02

Comentário:

É necessário - e urgente - priorizar a gestão dos recursos hídricos locais e nacionais e, para além de se ter atenção à manutenção e prevenção da biodiversidade local é necessário ter atenção e acautelar os níveis dos aquíferos e das albufeiras. Nem tudo o que "está à vista" revela a dimensão dos recursos existentes. Muitas vezes apenas vemos a ponto do iceberg e nem reparamos em todo o contexto circundante. A criação de uma área agrícola de produção de pera-abacate, em regime intensivo, num local onde já existem evidências de deficientes recursos hídricos, não se apresenta como projeto adequado para prevenir a existência próxima futura de recursos hídricos necessários à região, sejam eles superficiais ou invisíveis abaixo do solo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75718 Ermelinda A. Cardoso em 2024-07-02

Comentário:

Não concordo com este projecto, nesta localização: 1- razões ambientais, como destruição de flora e fauna locais; 2- localização abrangendo zonas protegidas; 3- excesso de ocupação de território; 4- excesso de utilização de água .

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75717 Tereza Torres em 2024-07-02

Comentário:

A plantação de abacate numa regiao em que ha escassez de agua parece me descabido. consome - se hoje 5 vezes mais águas.A agricultura consome mais de 80% de toda a água disponível e as regiões onde nos últimos anos se têm instalado as culturas intensivas de regadio são aquelas que a seca mais afeta. Isso está a reduzir de forma muito significativa os níveis dos aquíferos e da albufeiras.. o nível a que estão as albufeiras é cada vez mais baixo. A captação de agua pluvial é insuficiente. Os solos nao estao preparados.São abrangidas zona de protecção e de conservação do estuario do Sado.As folhas do abacate e a casca sao letais para muitas aves.Nao entendo porque é que por motivos..economicistas (??) se pretende degradar ainda mais o ambiente sobretudo numa época em que tanto se fala da sustentabilidade do meio ambiente. O que a baia do Sado e essa zona têm é incomparavelmente mais rico e traz lhe toda a importância em termos de turismo sustentável .Vamos querer estragar..vamos querer destruir o que será dos nossos filhos e netos em pro de uma moda de dieta que como tantas outras se mostram ineficazes ou substituiveis?????Ha que pensar no futuroNao nas tendências

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75716 Berta Bustorff em 2024-07-02

Comentário:

O país nao precisa de culturas altamente consumidoras de água como a que se pretende introduzir nesta área.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75715 Manuel Vilela em 2024-07-02

Comentário:

As condições climáticas e a reserva dos aquíferos, não recomendam um projeto desta natureza e com esta dimensão. O proponente não demonstra preocupação com a causa pública e a causa ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75714 Diogo em 2024-07-02

Comentário:

Com o projeto de plantação de abacate em Alcácer do Sal, Portugal dá um passo importante na redução da dependência de importações deste fruto. Produzindo abacates de alta qualidade localmente, o país pode satisfazer a crescente procura interna de forma mais sustentável. A produção nacional reduz as emissões de carbono associadas ao transporte de longa distância e garante a frescura do produto para os consumidores. Este projeto não só fortalece a autonomia alimentar do país, mas também promove um modelo de consumo mais ecológico.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75713 Francisca Matias em 2024-07-02

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75712 Dina Magalhães em 2024-07-02

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais é só verem a grave seca que afeta o Algarve provocada maioritariamente pela produção do abacate e o exaustivo consumo hídrico. A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.Aprendam com os erros já cometidos e não os repitam. O abacate não é autóctone. Invistam em projectos viáveis de produção sustentável de produtos locais. As modas passaram e entretanto os solos ficam exauridos e tudo destruído. Sejam diferentes destaquem-se por serem melhores.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75711 Vera em 2024-07-02

Comentário:

The revised avocado project fails to offer substantial improvements that would warrant its approval, continuing to generate significant environmental and social concerns.A reduction of agricultural land by 8.8% and a slight decrease in boreholes from 34 to 32 do not sufficiently alleviate the negative environmental effects. The five proposed water reservoirs, spanning 19.01 hectares, face considerable evaporation problems, and 3 hectares of floating solar panels are not enough to offset these losses.Adjusting the planting row spacing from five to six meters does not aid native species. Furthermore, avocado trees, which produce leaves and bark toxic to most birds due to persin, pose an increased threat to local wildlife.Soil preparation and fertilization practices remain unchanged, and despite a reduction in water requirements from 4.33 hm^3/year to 3.95 hm^3/year, the demand is still unsustainable given the declining rainfall in the area. Water extraction from the irrigation canal is impractical without pumping, as the plantation is located south of National Road 253.The project impacts two Special Conservation Zones, a Special Protection Zone, Corine biotope areas, and the Sado Estuary Nature Reserve. From 2015 to 2024, only 32 bird species and two mammals were recorded over more than 2400 hectares, underscoring the significant environmental harm that the project would worsen.Rejecting this project is crucial to prioritize water conservation and environmental protection, as sustainable water resource management is vital for the ecological balance and the well-being of local communities.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75710 Rodrigo Miguel Paiva em 2024-07-02

Comentário:

Numa região cada vez mais centrada no turismo, é muito positivo a criação de projetos diferentes, projetos que criem empregos e riqueza.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75708 Tomás Leal em 2024-07-02

Comentário:

Quem conhece a zona, sabe que a maioria das propriedades que integram esta ZEC estavam votadas ao abandono há décadas e com os habitats claramente degradados. Este projetos são essenciais para a recuperação da ZEC e dinamização da região. Portugam tem de aproveitar o potencial! Sempre com mitigação de riscos, que é o caso deste projecto!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75707 Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel em 2024-07-02

Comentário:

O projeto apresentado pelo Grupo Aquaterra visa claramente contribuir para o avanço da economia de Alcácer do Sal e do distrito de Setúbal, bem como aprofundar o desenvolvimento do setor agrícola a nível nacional. Da leitura do Resumo Não Técnico, é manifestamente notório o compromisso do promotor em preservar a área florestal e assegurar o equilíbrio dos ecossistemas, com base nas melhores práticas e tecnologias. Um projeto sustentável que merece ser concretizado!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75706 Cristina Ramos em 2024-07-02

Comentário:

Como é possível autorizar uma plantação deste tipo numa zona onde os recursos hídricos são escassos!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75704 Maria João Oliveira em 2024-07-02

Comentário:

Em 2015, na sequência da iniciativa de cidadania europeia Right2Water que ocorreu sob o mote: “A água e o saneamento são um direito humano! A água não é um bem comercial, mas um bem público!”, o parlamento europeu elaborou um relatório que não só reconhece o direito humano à água como insta a Comissão europeia a desencorajar práticas de apropriação da água .O projeto em apreciação nesta consulta pública mais não é do que a apropriação dum bem público, sem controlo e sem custo justo para a entidade promotora.Além de imoral é criminoso.Estão a roubar a água que é de todos.Em 2024, Portugal defendeu, em Bruxelas, no Conselho Europeu de Ministros da Agricultura e Pescas o estabelecimento do plano Rewater EU para promover a resiliência das massas de água e a disponibilidade de água na União Europeia que inclui medidas para assegurar a monitorização dos recursos hídricos naturais e dos consumos de água com o objetivo de efetuar um licenciamento de recursos hídricos adaptado às disponibilidades hídricas reais, reduzindo as situações de conflito de usos.É grave que se avancem com projetos desta natureza, que a ser aprovados vão sugar a água do aquífero, aumentar a cunha salina, transformar Alcácer num deserto e criar conflitos graves entre os agentes económicos da região e a população.Srs decisores, olhem para Donana em Espanha para ver o que vai acontecer.Não sejam cúmplices.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75703 maria luisa cyrne em 2024-07-01

Comentário:

Análise do Projeto Abacates Reformulado Após análise do Projeto Abacates Reformulado, concluo que não há alterações suficientes, relativamente ao projeto inicial, que justifiquem a sua aprovação. As alterações propostas são insuficientes para tornarem o projeto suscetível de aprovação.:- a redução da área agrícola em 8,8% não traz mais quaisquer benefícios, relativamente às preocupações ambientais e sociais, mantendo-se uma elevada área de desflorestarão; a redução da área agrícola proposta tem pouco impacto nas necessidades hídricas, um ponto crucial, relativamente ao projeto inicial;- a diminuição de 34 furos para 32 furos não resolve os problemas de esgotamento dos níveis freáticos da região;- os problemas associados à preparação e fertilização do solo permanecem inalterados, levando a uma contaminação dos níveis freáticos e a uma contaminação do solo, com o respetivo esgotamento;- as alterações propostas não resolvem os problemas que vão advir das modificações no habitat das várias espécies animais da zona, nomeadamente ao nível da diversidade de aves;Concluindo, torna-se imperativo rejeitar este projeto e outros projetos agrícolas intensivos em monocultura que vão afetar gravemente a situação ecológica da região e da Reserva Protegida do Estuário do Sado, nomeadamente o esgotamento dos aquíferos da região e também afetar gravemente a biodiversidade da região. Trata-se de uma atitude positiva a pensar no futuro sustentável da região.Luisa Cyrne

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75702 Maria do Carmo em 2024-07-01

Comentário:

O Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e Monte Novo representa um avanço significativo na requalificação de áreas degradadas, promovendo um uso sustentável e ecológico das terras. A iniciativa foca na criação de florestas que suportam a biodiversidade, melhoram a resiliência às alterações climáticas e reduzem o risco de incêndios florestais.Este projeto se distingue pela utilização de práticas agrícolas e florestais inovadoras, que equilibram a rentabilidade com a conservação ambiental. A proposta detalhada destaca a integração de espécies nativas, a recuperação de ecossistemas e a implementação de técnicas de manejo sustentável dos recursos hídricos.O impacto positivo esperado inclui não apenas benefícios ambientais, mas também sociais e econômicos, ao fomentar o bem-estar das comunidades locais e criar um ambiente paisagístico mais agradável e seguro. A Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental deve considerar esses fatores ao avaliar o projeto, priorizando evidências científicas e a sustentabilidade a longo prazo sobre pressões externas e informações sensacionalistas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75701 Ana Duarte Ribeiro OC em 2024-07-01

Comentário:

Preocupações com o Projeto Abacates Reformulado e a Importância da Preservação AmbientalO projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de

---

Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75700 Emilio infante da camara em 2024-07-01

Comentário:

Lamento que projectos desta qualidade e desta dimensão ainda tenham de ser submetidos a escrutínios feitos por pessoas que na maioria das vezes nao tem conhecimento para poderem analizar um projecto desta dimensão que nos fazem muita falta ao nosso País!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75699 Gonçalo em 2024-07-01

Comentário:

Sem respeito das leis ambientais, sem visão de sustentabilidade para o futuro, sem respeito pela condição de desertificação do país nem da fauna e flora local!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75698 celia metrass em 2024-07-01

Comentário:

Preocupações com o Projeto Abacates Reformulado e a Importância da Preservação AmbientalÉ essencial recusar em definitivo este projeto e focar o nosso interesse e iniciativas no Concelho à preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida de todo os que vivem e amam esta regiãoO projeto dos abacates, agora reformulado, não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais. a todos os que vivem nesta regiãoA redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são claramente insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos que ficaram comprovados na versão inicial apresenta do projecto.. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação. sendo os 3 ha de painéis solares flutuantes insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, têm folhas e casca letais para a maioria das aves, pelo que representam um risco enorme para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. Chamamos a atenção para que a anunciada captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.Não podemos deixar de destacar que este projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial bem como a a Reserva Natural do Estuário do Sado. Ora, se entre 2015 e 2024, apenas foram detectadas 32 espécies de aves e dois mamíferos, numa área de mais de 2400 ha, isso indicia que j´á se verifica um impacto ambiental significativo, situação que o projeto da plantação de abacates só viria a agravar ainda mais.O desenvolvimento de uma zona e o aumento desejável de bem estar das populações, não pode empenhar o futuro dessas mesmas populações e seus vindouros, com utopias de projetos que se revelaram bem negativas, aqui na vizinha Espanha. As gerações vindoura irão julgar-nos a todos pelo que fizemos ou deixámos fazer e cabe aos actuais jovens adultos que tudo façam par impedir a destruição de mais uma faixa incrível do nosso litoraal"

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75697 António Pedro Fragoso de Matos Braga em 2024-07-01

Comentário:

O projeto de plantação de abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espacejamento entre as linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da

pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar-se na preservação da água e na proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.António Pedro Braga

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75696 Ana em 2024-07-01

Comentário:

Projeto Abacates Reformulado e a Importância da Preservação Ambiental* Em que ficamos?Existe mesmo seca grave e as alterações climáticas são um facto, ou tudo não passa de uma mentira com o objetivo da privatização definitiva da água no país?O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75695 Martim Lima em 2024-07-01

Comentário:

O projeto promove o desenvolvimento rural sustentável, oferecendo formação e oportunidades para a comunidade local.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75694 Rodrigo Guimaraes em 2024-07-01

Comentário:

Analisando a reformulação do projeto, é clarividente o esforço e compromisso deste promotor em apresentar um projeto que não compromete a integridade da ZEC Comporta-Galé. No caso do habitat 2260, não prioritário, mas de conservação prioritária, o promotor propõe a melhoria do estado de conservação através do aumento em 10% de área de habitat com estrutura bem conservada. Esta medida é reveladora de um claro compromisso de recuperação ambiental. Quem conhece a zona, sabe que a maioria das propriedades que integram esta ZEC estavam votadas ao abandono há décadas, com uma grande proliferação de infestantes e com os habitats claramente degradados. Este projetos são essenciais para a recuperação da ZEC.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75693 Maria Beatriz infante da câmara em 2024-07-01

Comentário:

Vejo neste projecto agroflorestal da Aquaterra vantagens muito importantes a vários níveis.Ao nível ambiental a conservação dos solos que a protegem da erosão , a melhoria da água através das raízes das árvores , a redução das emissões de gases de efeito estufa e muitas outras melhorias que portanto dão a esta equipa Aquaterra provas dadas de anteriores projectos agro-florestais onde nada foi esquecido e é já uma referência no nosso País como exemplo agrícola!Estes projectos são fundamentais para o desenvolvimento e crescimento agrícola do nosso País.Lamento que exista um país onde os sensacionalismos falem mais alto do que é realmente importante para o desenvolvimento de um projecto desta dimensão que tanto o nosso País precisa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75692 Rui Filipe Cabrita da Luz em 2024-07-01

Comentário:

Apoio veementemente o projeto de desenvolvimento de produção de fruta com o aproveitamento coerente dos recursos hídricos. Este projeto não apenas promove a sustentabilidade ambiental de forma responsável, mas também impulsiona a competitividade da nossa produção agrícola nos mercados internacionais. Além disso, ao valorizar os nossos recursos naturais de forma consciente, fortalecemos a economia portuguesa, criando emprego e estimulando o crescimento económico local. Essa iniciativa representa um passo crucial para um futuro mais próspero e sustentável para Portugal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75691 Paulo Garcês em 2024-07-01

Comentário:

Projectos como este são exemplo da falta de bom senso.Agricultura intensiva de produtos que implicam consumo intensivo de água em zonas com recursos hídricos escassos é algo que não é sustentável e não faz sentido. Poderá fazer sentido apenas para os respetivos promotores que no imediato poderão obter ganhos financeiros através de linhas de financiamento subsidiadas mas cujo verdadeiro custo, a desertificação, permanecerá e será suportado pelo ecossistema da região no medio longo prazo, existem maus exemplos desta pratica no sul de Espanha e cujo “post mortem” deveria ser uma boa fonte de ensinamento para todos os stakeholders deste tipo de projectos.

Anexos: 75691_Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo - impactos.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75690 Fernando Camara em 2024-07-01

Comentário:

Trata-se de um projeto agroflorestal com uma expressiva preocupação com a componente florestal, tendo em vista a requalificação de diversas áreas degradas, criando florestas de elevado valor ecológico e garantindo condições ideais para estimular a biodiversidade.O modelo de gestão proposto pelo promotor e reabilitação das áreas de floresta, além de promover a biodiversidade, aumentará os serviços dos ecossistemas, melhorando a adaptação às alterações climáticas e a amenização paisagística, fomentando o bem-estar dos cidadãos e a redução do risco de incêndio.É clarividente que a tipologia florestal só será rentável se for associada à tipologia agrícola, facto muito bem explicado pelo promotor nos documentos partilhados na plataforma. Que a autoridade de AIA (e o país) não se deixe influenciar por sensacionalismos e artigos jornalísticos encomendados e atente para o potencial deste projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75689 Nuno Coelho Luz em 2024-07-01

Comentário:

Parece-me inadmissível por motivos ambientais e de cumprimento da lei que este projecto ainda possa avançar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75688 Susan Wiggins em 2024-07-01

Comentário:

We don’t need raspberries or avocado here in Portugal!! In particular in areas where there is a lack of water, resources, homes for the temporary workers, and where the local economy doesnt recieve any benefit. The only ones who benefit are the overseas companies who have no interest in preserving the local area and scarce resources, and who's profits are all realised overseas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75686 Madalena Moura em 2024-07-01

Comentário:

A produção local de abacates promove uma cadeia de abastecimento mais curta e ecológica, reduzindo o impacto ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75685 Francisco Cornacho em 2024-07-01

Comentário:

Boa tardeApós análise do projecto de estudo impacto ambiental percebo que menos de 30% do total da área das propriedades é plantado e que os programas de implantação de conservação de natureza e compensação são bastante positivos. A criação de postos de trabalho e o impacto económico na região vão ser muito interessantes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75684 Luis Matias em 2024-07-01

Comentário:

Isto é inaceitável!!!A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75683 Number Simulation, Lda em 2024-07-01

Comentário:

Pela análise que fizemos ao projecto percebemos que menos de 30% da área total das propriedades é plantada e que as compensações ao nível da conservação da natureza e biodiversidade são bastantes. Também vai ter um impacto positivo com a criação de postos de trabalho.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75682 artur antunes paranhos em 2024-07-01

Comentário:

É essencial recusar este projeto para o bem da preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes, a redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local. Ou seja, significa a morte da maior parte da fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.Depois a falácia da criação de postos de trabalho! os 1.500 trabalhadores serão imigrantes que serão tratados como escravos com baixo sal´ário e ficarão em condições sub-humanas, como as já existentes em inumeras explorações agricolas idênticas.Depois o investimento previsto, como se sabe a maior parte dele virá de subsidios do estado e como a produção será de 100% para exportação, saindo os produtos do país a valores muito baixos de modo a pagarem o minimo de impostos, resume um impacto para a nossa economia diminuto ou mesmo residual.A aprovação deste projecto significa um crime para o ambiente e um desastre para a economia.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75681 Cornacho-Construções, Lda em 2024-07-01

Comentário:

Tendo em conta que a plantação da área é inferior a 30% do total da propriedade e os programas de compensação e conservação da natureza são positivos. Em termos de impacto económico financeira na zona vai ser uma mais valia.Concordamos com a implantação do projecto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75679 paula raposo em 2024-07-01

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75678 Mafalda Padeira em 2024-07-01

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75674 Gonçalo Dias em 2024-07-01

Comentário:

O projeto abacates reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais.A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas ea preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais. O agravamento progressivo da seca na região em virtude da diminuição da pluviosidade deveria levar ao investimento em outro tipos de cultura, com menores necessidades hidrológicas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75672 Mariana Leite Braga em 2024-07-01

Comentário:

O projeto tem mérito no desenvolvimento da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75671 Assunção Garcia Domingos em 2024-07-01

Comentário:

É notório o trabalho desenvolvido pelo promotor no sentido de cartografar pormenorizadamente a flora e os habitats existentes na ZEC Comporta-Galé. Verifica-se que a cartografia realizada pelo promotor e apresentada no Resumo Não Técnico vai muito além dos dados de cartografia elaborados pela administração (ICNF). Temos finalmente uma cartografia fidedigna da ZEC, com espécies, densidades e com um grau de pormenor que revela um trabalho rigoroso. O projeto reformulado inclui uma série de medidas adicionais de prevenção, mitigação e compensação ambientais, que contribuem para uma ainda mais sustentável gestão dos recursos hídricos e conservação da biodiversidade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75670 Duarte Bicker em 2024-07-01

Comentário:

Concordo em absoluto com o projecto.A diversificação da economia a nivel local, regional e nacional é sempre de louvar. A diversidade dá estrutura à economia e ajuda fixar população, porque atrás de empresas se estabelecem outras empresas e pessoas.Sendo um projeto inovador, com certeza que precisará de quadros qualificados que pelo normal poder de compra, ajudam a economia local durante todo o ano, ao contrário do que acontece com o sector do turismo. Num cenário mais macro, o Abacate é um produto de alto valor comercial, que, apesar de ser processado no Algarve, grande parte terá como destino a exportação, contribuindo para a balança comercial nacional.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75669 Frederico Colaço em 2024-07-01

Comentário:

A produção de Fruta em Portugal, ao evitar longas cadeias de transporte, contribui para a eficiência no mercado europeu de Frutas e diminui as emissões de gases de efeito estufa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75668 Ana Fernandes em 2024-07-01

Comentário:

A plantação de abacate em Alcácer do Sal reduzirá a necessidade de importações, diminuído a pegada de carbono associada ao transporte. Obrigada

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75667 Isabel Costa em 2024-07-01

Comentário:

A plantação de abacate em Alcácer do Sal demonstra que é possível produzir de forma sustentável e reduzir a pegada ecológica. O consumo de abacate existe e como tal deve Portugal aproveitar essa oportunidade, tal como Espanha faz.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75666 maria lázaro em 2024-07-03

Comentário:

Não concordo com este projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75665 Alexandre Faria em 2024-07-01

Comentário:

A produção de pera-abacate em território europeu permite que haja uma menor dependência de importações de países terceiros, sobretudo do continente americano, contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico da União Europeia e sobretudo das regiões onde é produzido, como é o caso de Alcácer do Sal. Acresce que a produção em espaço europeu contribui significativamente para a redução da pegada ecológica, pelo facto de se eliminarem as emissões associadas ao transporte de longa distância. Em conclusão, a produção de abacates em Portugal não apenas proporciona um produto fresco e de alta qualidade para os consumidores, mas também desempenha um papel crucial na redução da pegada ecológica. Ao minimizar a dependência de importações, Portugal caminhará em direção a um futuro mais sustentável e ambientalmente consciente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75664 Nuno Fiuza em 2024-06-30

Comentário:

Projeto bastante interessante!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75663 Beatriz em 2024-06-30

Comentário:

Excelente projecto! Muito útil e que trará muitos benefícios à região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75662 Inês Alves em 2024-06-30

Comentário:

Um excelente projeto, com uma importância extrema para a região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75661 Rui Cuco em 2024-06-30

Comentário:

Excelente projecto! Merece ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75660 Joana Quintas em 2024-06-30

Comentário:

Destruição de habitats protegidos por lei e crise de escassez de água - um hectare de abacate consome entre 6000 e 7400 m3 de água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75659 Carla Cruz em 2024-06-29

Comentário:

Inaceitável a aprovação de mais um projeto que vai contribuir para:- o esgotamento dos recursos hídricos;- extermínio da biodiversidade- esgotamento dos solos e consecutiva desertificação- descaracterizacao ambiental, cultural e social

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75658 Patrick Peeters em 2024-07-02

Comentário:

Lê-se no EIA pág. 165::"Na fase de exploração em termos quantitativos, considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega da área de plantação de abacate do Projeto Agroflorestal HM-MN-R, causa impactes considerados como significativos" Que isso seja local não interesse.Desde logo não é compatível com o. ponto 3 do artigo 56 do PDM de Alcácer do Sal que estipula: : Na área do SIC Comporta -Galé, a alteração de uso florestal para uso agrícola, obedece às seguintes condições: a) Demonstração da sustentabilidade ambiental da reconversão do uso, mediante respeito pela manutenção dos principais recursos em causa, nomeadamente, INEXISTÊNCIA de impactes significativos sobre espécies, habitats, solo e recursos hídricos, que para áreas superiores a cinco hectares deverá ser efetuada através de um procedimento de Análise de incidências ambientais, nos termos legais; Verifica-se que este artigo não faz NENHUMA diferença entre habitats naturais e habitats prioritários, Prevê-se uma afetação de cerca de 766 hectares de habitats o que só pode ser considerado um impacto negativo e significativo. Mais uma vez, não compatível com o PDM.O mesmo artigo refere a 5 (cinco)hectares. É o meu entendimento que isso é o limite considerado para a alteração de um solo de uso florestal em um solo de uso agrícola para ser considerado complementar ou compatível.A informação num EIA deve ser completa e correta. O que aconteceu? A empresa que elaborou o estudo ALTEROU o conteúdo do referido ponto 3 do artigo 56. Omitiu :"habitats, solo e recursos hídricos, que para áreas superiores a cinco",(pág. 195). Isso é uma omissão intencional para enganar e influenciar as entidades, as instituições e os cidadãos. INADMISSÌVEL!E , afinal, no âmbito da diretiva de habitats, não existe nenhuma exigência económica, social, cultural ou ambiental, nem local, nem regional, que justifica a implementação

deste projeto.Em suma, pelo exposto, concluo que a reformulação do projecto não responde às preocupações(ambientais e legais) manifestadas e transmitidas pelos cidadãos e merece uma decisão desfavorável

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75657 Cristiana Vargas Pereira Martins em 2024-06-29

Comentário:

Exmº Sr. Presidente da CCDR AlentejoVenho por este meio, enquanto cidadã e habitante do concelho de Alcácer do Sal, manifestar a minha opinião sobre a reformulação do projeto agroflorestal para as herdades de Monte Novo e Murta, neste município, promovido pela Expoente Frugal Lda.A minha posição é totalmente contrária à execução do projeto apresentado, posição essa que passo a fundamentar.Quando comparamos a formulação inicial e a versão reformulada do projeto, percebemos que a área de exploração, bem assim como o consumo expectável de água, baixaram na ordem dos 9 por cento e, das 34 captações iniciais, apenas foram anuladas duas.Assim, ao nível do consumo de água, os impactos são ainda "considerados significativos".O documento aprecia que estes terão um reflexo apenas local, num primeiro ano de exploração, mas abstém-se de fazer uma análise mais alargada, para além de não explicar como pode garantir um impacto, no geral, dentro dos "limites da propriedade" e apenas no que toca à quantidade e não à qualidade. Não explica como assegura que a qualidade não baixará com a redução do nível ou com a introdução no solo dos fertilizantes previstos.O projeto prevê a total afetação da vegetação nos 734,48ha, com a destruição completa do coberto vegetal, com a "desarborização, desmatação e a decapagem" integral, o que o próprio documento assume um "impacto negativo, certo, direto e permanente" de "magnitude elevada" e, embora se afirme que este poderá ser reversível, não se refere como tal pode ocorrer e com que custos, ambientais e financeiros.Assume-se, igualmente, a destruição de espécimes de flora nos mesmos termos, mas de magnitude "moderada", embora de "elevada significância, dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação".Assume-se ainda a "perda de habitats" e a "exclusão de espécies", com especial incidência na avifauna.As medidas de minimização e/ou valorização para a total destruição do coberto vegetal seriam, no mínimo, risíveis, se não fossem trágicas. Planeia-se plantar algumas das espécies destruídas e protegidas por lei entre as fileiras de abacates, em zonas de passagem de trabalhadores e maquinaria, e pretende-se substituir a total aniquilação do habitat por caixas-abrigo e amontoados de pedras, onde se imagina que as aves desalojadas se possam instalar.Desconhecem-se quais as medidas de mitigação para o impacto desta exploração no aquífero, porque estas não constam do documento. Apesar de a empresa ir ao encontro dos máximos apontados pela AIA, o projeto ainda vai utilizar um total previsto próximo dos 4 biliões de litros de água por ano, um valor totalmente incomportável numa região que, ciclicamente, já enfrenta problemas de seca severa, o que implica dificuldades na manutenção das espécies agrícolas e florestais já existentes e no consumo humano, devido à ausência de pluviosidade, que possa contribuir para aumentar as reservas, quer as de superfície, quer as subterrâneas.Tudo isto se perspetiva em zonas legalmente protegidas precisamente devido aos habitats e demais valores naturais presentes.A existência dessas proteções legais, por si só, deveria afastar qualquer hipótese de implantação de um projeto com este tipo de impactos, tanto mais que o número de empregos permanentes que cria é diminuto e não qualificado, não estando, portanto, em causa, um projeto que represente um desenvolvimento equilibrado ou estratégico para a região.Trata-se, sim, de um projeto cujos consumos de água

previstos poderão colocar em causa a prevalência das espécies autóctones e o próprio consumo humano de água, que se preconiza para uma região já extraordinariamente pressionada por outras unidades de exploração agrícola, cujos efeitos cumulativos ainda se desconhecem, onde se perspetivam novos campos de golfe e a manutenção da pressão urbanística e turística.Assim, face ao exposto e aos demais dados disponíveis, reitero a minha total oposição à implantação do projeto agroflorestal para as herdades de Monte Novo e Murta, nos termos apresentados.Devemos aprendem com os erros cometidos no passado, nomeadamente em Espanha, onde a sobreposição de projetos deste tipo levou a consequências de difícil reparação em áreas naturais protegidas de grande valor, hoje em risco de desaparecer. Não podemos arriscar iguais consequências. Cabe às entidades públicas - ao Estado - defender as populações e os territórios contra este tipo de ameaças. Esta é uma oportunidade de o fazerem, dando um parecer negativo a este projeto.Com os melhores cumprimentos,Cristiana Vargas Pereira Martins

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75656 Celia Matias em 2024-06-29

Comentário:

Sou contra este projeto, que coloca em causa o abastecimento de água toda a zona

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75655 Fernanda Martins da Silva Ramos em 2024-06-29

Comentário:

Ao Presidente da CCDR Alentejo,Eu, Fernanda Ramos, residente em Alcácer do Sal, na qualidade de cidadã com consciência ambiental, preocupada com as questões relacionadas com a sustentabilidade, a biodiversidade e em particular com os recursos hídricos e as alterações climáticas no meu concelho, venho comunicar a minha total DISCORDÂNCIA com a Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo, por considerar que o tipo de cultura, o abacate, com exigências hídricas muito elevadas, constitui um contributo evidente para o esgotamento do aquífero Tejo-Sado. A escassez de água já é um problema grave no concelho e no sul do país em geral e terá como consequência a irreversível desertificação do solo.Para além disso o projeto agroflorestal desenvolve-se em duas Zonas Especiais de Conservação da natureza, com impacto no equilíbrio ecológico, colocando em risco a fauna e a flora existentes, afetando a biodiversidade do local o que, naturalmente, traz efeitos que são de uma escala difícil de calcular devido a todas as interdependências que ocorrem nesta paisagem, sensível, de valor ecológico inquestionável e a sua perda será irreversível.Pelo respeito pelas populações locais e gerações futuras e pela conservação da natureza e da água.Temos o dever de aprender com os erros praticados nesta mesma zona e no Algarve - e não os repetir.Os meus cumprimentos,Fernanda

Ramos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75654 Maria João Ralha em 2024-06-29

Comentário:

A escala gigantesca do projeto mantém-se e não há mudança substancial compatível com os recursos hídricos e com as zonas especiais de conservação nem um estudo dos impactos cumulativos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75653 Rui Miguel Serôdio Simões em 2024-06-29

Comentário:

A reformulação do projeto em consulta baseia-se na redução de 9% da área de regadio, pelo que continua a não cumprir quaisquer objetivos ambientais, quer em termos do território afetado, quer em termos dos recursos hídricos. Efetivamente esta reformulação não torna o projeto compatível com as funções de conservação dos valores naturais ocorrentes, nem com o estado em que se encontram os aquíferos do Tejo/Sado/Margem Esquerda. Nesta região deveriam ser preservados e restaurados os habitats classificados ocorrentes, assim como os recursos hídricos. Assim, mesmo sujeito a esta reformulação, o projeto merece a minha total discordância.Rui Miguel Serôdio SimõesEngenheiro FlorestalDoutorando em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75652 Luís Miguel Pires Pereira em 2024-06-29

Comentário:

Eu, Luís Miguel Pires Pereira , natural de Alcácer do Sal, na qualidade de cidadão com consciência ambiental, preocupado com as questões relacionadas com a sustentabilidade, a biodiversidade e em particular com os recursos hídricos e as alterações climáticas no meu concelho, venho comunicar a minha total DISCORDÂNCIA com a Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo, por considerar que o tipo de cultura, o abacate, com exigências hídricas muito elevadas, constitui um contributo evidente para o esgotamento do aquífero Tejo-Sado. A escassez de água já é um problema grave no concelho e no sul do país em geral e terá como consequência a irreversível desertificação do solo.Para além disso o projeto agroflorestal desenvolve-se em duas Zonas Especiais de Conservação da natureza, com impacto no equilíbrio ecológico, colocando em risco a fauna e a flora existentes, afetando a biodiversidade do local o que, naturalmente, traz efeitos que são de uma escala difícil de calcular devido a todas as interdependências que ocorrem nesta paisagem, sensível, de valor ecológico inquestionável e a sua perda será irreversível.Por respeito pelas populações locais e gerações futuras e pela conservação da natureza e da água, temos o dever de aprender com os erros praticados nesta mesma zona e no Algarve - e não os repetir.Os meus cumprimentosLuís Miguel Pires Pereira

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75649 António C em 2024-06-29

Comentário:

A plantação de abacate em Alcácer do Sal exemplifica um compromisso notável com a agricultura sustentável. Empregando técnicas de cultivo que preservam a saúde do solo e reduzem o uso de recursos naturais, o projeto promove práticas agrícolas que minimizam o impacto ambiental. Este enfoque na sustentabilidade protege o meio ambiente e assegura que a terra permaneça produtiva para as futuras gerações.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75648 Luísa C em 2024-06-29

Comentário:

O projeto demonstra que é possível produzir de forma eficiente e sustentável, utilizando a tecnologia para proteger os recursos hídricos. Tem todo o meu apoio!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75647 Inês Honório em 2024-06-29

Comentário:

O projeto Agroflorestal reformulado, revela-se uma mais valia, não só para o concelho de Alcácer mas para a região. Consegue demonstrar que é possível respeitar a natureza. Consegue contribuir para reduzir incêndios da zona, nomeadamente nas duas herdades objeto do estudo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75646 Jorge Avillez Pereira em 2024-06-29

Comentário:

1-Em vez dos 722,24 hectares (ha) de plantação de pera-abacate inicialmente previstos, o projeto do grupo Aquaterra para o concelho de Alcácer do Sal propõe agora 658,44 ha (-9%); passa de 34 para 32 os furos de captação de água previstos; e propõe medidas adicionais para promover a conservação de espécies e habitats protegidos por lei indo assim alegadamente ao encontro das exigências impostas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que chumbara o primeiro projeto e quase levou à emissão de uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) “desfavorável”, em janeiro. 2 - O chumbo acabou contornado, quando o promotor, em articulação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR -Alentejo) recorreu a uma expediente legal que lhe permitiu mais seis meses para reformular o projeto, evitando voltar à estaca zero.3 - Porém, Apesar de alegarem estar a ir ao encontro das exigências das autoridades ambientais, a escala gigantesca do projeto mantém-se e não há qualquer mudança substancial compatível com os recursos hídricos e com as zonas especiais de conservação (ZEC), nem fli realizado qualquer estudo dos impactos cumulativos.4 - Ora, e janeiro, o ICNF considerou o projeto “incompatível com as funções de conservação dos valores naturais” nas áreas de Reserva Natural do Estuário do Sado e nas ZEC da Comporta/Galé e do Estuário. Também a APA alertou para os riscos da quantidade de água que está prevista captar, numa área onde novos furos estavam interditados, devido ao “ESTADO CRÍTICO” EM QUE SE ENCONTRA O AQUÍFERO TEJO SADO/MARGEM ESQUERDA “O CONSUMO PROPOSTO DE ÁGUA EXCEDE EM 10 VEZES O NECESSÁRIO PARA A POPULAÇÃO DE ALCÁCER DO SAL , QUE JÁ ENFRENTA ESCASSEZ DESTE RECURSO , alertaram no relatório de ponderação pública que

recebeu 335 pareceres discordantes em 341 apresentados. Segundo a APA, “o volume máximo anual autorizado para captação na zona é de 4,8 hm3/ano”. O projeto inicial previa captar 4,33 hm3/ano e o atual aponta para 3,95 hm3/ano (menos 0,38 hm3) e prevê “a realização de um estudo de acompanhamento do aquífero”.5 - Note-se que o mesmo "promotor" obtivera já luz verde, em 2023, para um outro projeto de perto de 600 ha de produção de tangerinas numa propriedade vizinha, que também fora reformulado após um primeiro chumbo e autorizado com condicionantes, como a elaboração de um Plano de Ação e Valorização, mas que o promotor não cumpriu, violando a lei.POR TUDO ISTO , POR ILEGAL, NÃO PODE SER APROVADO .

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75645 ISABEL GIL FERREIRA em 2024-06-28

Comentário:

1-Em vez dos 722,24 hectares (ha) de plantação de pera-abacate inicialmente previstos, o projeto do grupo Aquaterra para o concelho de Alcácer do Sal propõe agora 658,44 ha (-9%); passa de 34 para 32 os furos de captação de água previstos; e propõe medidas adicionais para promover a conservação de espécies e habitats protegidos por lei indo assim ao encontro das exigências impostas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que chumbou o primeiro projeto e quase levou à emissão de uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) “desfavorável”, em janeiro. 2 - O chumbo acabou contornado, quando o promotor, em articulação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR -Alentejo) recorreu a uma expedição legal que lhe permitiu mais seis meses para reformular o projeto, evitando voltar à estaca zero.3 - Apesar de tentarem ir ao encontro das exigências das autoridades ambientais, a escala gigantesca do projeto mantém-se e não há mudança substancial compatível com os recursos hídricos e com as zonas especiais de conservação (ZEC), nem um estudo dos impactos cumulativos.4 - Em janeiro, o ICNF considerou o projeto “incompatível com as funções de conservação dos valores naturais” nas áreas de Reserva Natural do Estuário do Sado e nas ZEC da Comporta/Galé e do Estuário. Também a APA alertou para os riscos da quantidade de água que está prevista captar, numa área onde novos furos estavam interditados, devido ao “ESTADO CRÍTICO” EM QUE SE ENCONTRA O AQUÍFERO TEJO SADO/MARGEM ESQUERDA “O CONSUMO PROPOSTO DE ÁGUA EXCEDE EM 10 VEZES O NECESSÁRIO PARA A POPULAÇÃO DE ALCÁCER DO SAL , QUE JÁ ENFRENTA ESCASSEZ DESTE RECURSO , alertaram no relatório de ponderação pública que recebeu 335 pareceres discordantes em 341 apresentados. Segundo a APA, “o volume máximo anual autorizado para captação na zona é de 4,8 hm3/ano”. O projeto inicial previa captar 4,33 hm3/ano e o atual aponta para 3,95 hm3/ano (menos 0,38 hm3) e prevê “a realização de um estudo de acompanhamento do aquífero”.5 - Este mesmo promotor obteve luz verde, em 2023, para um projeto de perto de 600 ha de produção de tangerinas numa propriedade vizinha, que também foi reformulado após um primeiro chumbo e autorizado com condicionantes, como a elaboração de um Plano de Ação e Valorização, que o promotor não cumpriu.POR TUDO ISTO , NÃO PODE SER APROVADO .

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75644 Teresa Simões em 2024-06-28

Comentário:

Os abacateiros são plantas que consomem muita água. Eles precisam, em média, de mil litros de água por quilo.Este nível é mais alto que a maioria das outras frutas e legumes. O problema principal é que os abacates são cultivados em regiões que já sofrem com a falta de àgua como esta e como todo o Portugal que está em seca. Bem como a possibilidade de utilização do AHVS (Sado) que está em processo de seca isto é completamente um crime.Agora, os abacates são cultivados principalmente como produto de exportação ou seja, que real uso teria aqui? Não é um produto muito consumido em Portugal e seria certamente para fora que seria exportado. E exportação tem um impacto ambiental enorme. Isso nao falado no relatório. Para além disso esta produção será de grande monocultura. As monoculturas eliminam outros produtos nativos e são muito mais vulneráveis a pragas e doenças do que o plantio combinado.Tudo isso faz com que seja preciso aplicar maiores quantidades de pesticidas químicos e fertilizantes sintéticos. E estes, por sua vez, prejudicam a biodiversidade, a qualidade do solo e a saúde humana. E por usa vez a água novamente pois esses pesticidas irão entrar nas águas. Para além disso grandes áreas exigem desmatamento. O que por sua vez reduz a biodiversidade novamente bem como aumenta a propensão a fogos. E que condições humanas de habitabilidade haverá efetivamente? Não está clara se a tal habitação que foi passada para a cidade tem ou não prevista a construção de habitação. Se não tem vai criar um grande problema de habitação na cidade de Alcácer do Sal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75642 João Nuno Santarém da Providência Saniago em 2024-06-28

Comentário:

A redução de cerca de 8,8% da área que será utilizada para uma cultura que é manifestamente consumidora de recursos hídricos, numa região que sofre regularmente de escassez deste recurso, parece-me desadequado sob o ponto de vista ambiental/hídrico.O abacate é considerado uma cultura intensiva em água.São conhecidas as atuais alterações climáticas que estão a provocar um constante stress das barragens no sul do país, devido à falta de pluviosidade e consequente falta de água. Este ano chegou inclusivamente a falar-se da restrição de novas áreas de plantação da cultura do abacate no Algarve.Como tal, tendo em conta as atuais tendências climáticas e as atuais infraestruturas hídricas, ´é de todo desaconselhável este projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75641 Anabela Cardia Almeida Ribeiro em 2024-06-28

Comentário:

Enorme consumo de água

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75640 Nuno Pestana em 2024-06-28

Comentário:

Boa tarde,Venho por este meio expressar a minha desaprovação deste projecto porque mesmo tendo sido reformado, constituir um gritante atentado ambiental numa zona com grave escassez de água que apenas se vai acentuar mais com este projecto, numa altura que se tem de restaurar ecossistemas e não de destruir os poucos que ainda existem. Atenciosamente,Nuno Pestana

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75639 Christel Denise Louisa Avermaete em 2024-06-28

Comentário:

Não vou alterar a minha opinião. A área de implantação do projeto e o número de furos são no essencial os mesmos. Não se verifica uma alteração substancial do projeto Prevê-se mesmo um maior afetação do pinheiro manso, uns 30 hectares vão ser "rearborizados" com uma espécie que não consta na lista de espécies a privilegiar, segundo as normas do PROF-ALT. E sobre as medidas para supostamente defender os recursos hídricos tenho que constatar o seguinte: essas dependem de boas práticas e o cumprimento de normas legais, ou seja, dependem da vontade do proprietário quando o projeto já está em exploração. Assim, deve-se aplicar o disposto do artigo 3 da Lei n.º 19/2014, de 14 de abril: c) Da prevenção e da precaução, que obrigam à adoção de medidas

---

antecipatórias com o objetivo de obviar ou minorar, prioritariamente na fonte, os impactes adversos no ambiente, com origem natural ou humana, tanto em face de perigos imediatos e concretos como em face de riscos futuros e incertos, da mesma maneira como podem estabelecer, em caso de incerteza científica, que o ónus da prova recaia sobre a parte que alegue a ausência de perigos ou riscos;

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75637 Frank McClintock em 2024-06-28

Comentário:

Parece o cúmulo da loucura plantar uma das culturas mais sedentas na zona mais seca do país, quando todos os estudos mostram que esta zona só vai ficar ainda mais seca. No interesse de todos os que vivem no Alentejo, este projecto não deve ser autorizado a avançar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75635 João Serras Rodrigues em 2024-06-28

Comentário:

Da mesma forma que me opus à primeira consulta oponho-me a esta também pelas mesmas razões.A exploração de abacates em Portugal não faz sentido, muito menos numa zona com grande escassez de água.Não é só um desvario, é mesmo um crime.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75633 Floodgate em 2024-06-28

Comentário:

Reduzir de forma insignificante a quantidade de furos é tapar o sol com a peneira. É o mesmo projecto que foi chumbado há meia dúzia de meses. Não faz sentido nenhum para uma região onde a água escasseia .Estou totalmente contra porque na essência o projecto está igual !

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75631 natasha bund em 2024-06-28

Comentário:

Este projeto é completamente errado para o Alentejo, tal como o primeiro estudo de impacto ambiental constatou. Não vale a pena reformular um plano que está completamente errado. O melhor é pensar numa agricultura diferente, que não sangre os aquíferos, que não seja intensa e destruidora da biodiversidade. Sejam corajosos. Digam não, e ajudem o Alentejo a manter-se autêntico, em vez de se tornar um repositório de projetos megalómanos concebidos para arrecadar subsídios

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75628 Maria Eduarda de Almeida e Vasconcellos em 2024-06-28

Comentário:

Os recursos hidrícos já são escassos face à procura existente. Tem um impacto negativo no eco-sistema.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75627 alfredo leite carvalho em 2024-06-28

Comentário:

Este projecto não tem em conta as alterações climáticas, tem um consumo de água exagerado para a zona onde se insere.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75626 Sara Saraiva em 2024-06-28

Comentário:

O consumo de água numa zona pobre neste recurso, já nos dias de hoje e com previsão de decréscimo, é totalmente surreal para uma plantação totalmente desadequada ao habitat do concelho.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75625 Rui Quintiliano em 2024-06-28

Comentário:

Só por loucura, ou alguma motivação pior que a loucura, se aprovaria um projeto com este impacto nos recursos aquiferos desta zona...

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75624 Susana Figueira em 2024-06-28

Comentário:

Com tanta falta de agua na região, não podemos aprovar um projecto que implica ansorver brutalmente os nossos recursos hídricos. Há que proteger o ambiente e a sustentabilidade da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75623 Jose Luis Mata Torres em 2024-06-28

Comentário:

A consulta pública do projecto reformulado reduz 8.8% da área de abacate e passa de 34 para 32 furos, Esta reformulação , á critica e fundamentada preocupação sobre o impacto ambiental que a implementação deste projeto, teria nas disponibilidades do aquífero, em que se apoia , seria ridicula, se não fosse trágica.Olha-se para .um recurso, publico, um aquífero subterrâneo como se fosse privado e sem ter em conta o bem comum, mas sim o interesse individual e egoísta, sem ter em conta o legado futuro.Mesmo que seja legal, será sempre eticamente reprovável. .Manifesto a minha total discordância.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75622 Gonçalo Diniz em 2024-06-28

Comentário:

É uma irresponsabilidade voltar a apresentar este projeto modificado. A redução do número de furos não afeta de forma significativa o impacto sobre a escassez de recursos hídricos a longo prazo. A população e os empresários locais participaram na última consulta pública de forma esmagadora CONTRA este projeto. As autoridades fariam bem e escutar a vontade expressa nas consultas públicas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75617 Paula Alexandra Serra Rodrigues Monteiro da Rocha em 2024-06-28

Comentário:

Isto não é progresso, isto não é desenvolvimento. Isto é deterioro ambiental para proveito económico a grande escala de poucos. O deterioro ambiental afecta directamente vidas humana, pelo que propostas deste tipo são uma ameaça ás futuras gerações.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75616 Lina Mouhaffel em 2024-06-28

Comentário:

We don't want this water-intensive project, at a time when we are experiencing ever-increasing drought and water shortages. We don't want to sacrifice well-being and small local farms in favour of large capitalist monocultures that have absolutely no respect for the environment.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75613 Manuel Braga em 2024-06-28

Comentário:

Excelente projeto, um projeto que consegue conciliar a criação de riqueza da região com a criação de postos de trabalho 365 dias por ano, ao contrário do turismo que é sazonal. Pelo que li este projeto prevê ainda a conservação da área florestal, que é duas vezes superior à área dos pomares, o que é fantástico atendendo que a florestal daquela zona está atualmente pouco cuidada e ordenada, e desta forma veremos um projeto integrado. Espero que avance, boa sorte aos promotores!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75612 Nuno Neves em 2024-06-28

Comentário:

Nada do novo projeto muda em relação ao anterior ao nível dos recursos hídricos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75610 Margarida Cartaxo em 2024-06-28

Comentário:

Quando sabemos que a cultura do abacate requer muita água, como é possível aprovar este projecto megalómano?Se um pequeno agricultor precisa fazer um e só um furo é-lhe negada autorização. 32 furos em vez de 34?Estamos a viver numa república de bananas? Não a este projecto imoral!!!Valem-se da ignorância e falta de participação pública! Crimes ambientais estão a ser cometidos em Portugal, como é o caso da costa de Tróia/comporta até Melides.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75609 Tânia em 2024-06-28

Comentário:

A escala gigantesca do projeto mantém-se e não há mudança substancial compatível com os recursos hídricos e com as zonas especiais de conservação nem um estudo dos impactos cumulativos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75608 ines gonçalves em 2024-06-28

Comentário:

Projeto insustentável para o território do ponto de vista ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75607 Celso em 2024-06-28

Comentário:

Existe um esforço de acompanhamento e solução económica para a área envolvida que de outra forma estaria condenada ao abandono de uma boa gestão da limpeza e cuidado dos terrenos. Um exemplo a seguir para se alterar o paradigma nacional e desenvolver a agricultura. Continuar com especialização nesta área, aproveitar os conhecimentos e os largos recursos económicos dos particulares para projectar o país. Continuar a pensar e evoluir da melhor forma. Não é só de prédios e turismo que o país precisa. Estamos a falar de um projeto com a melhor resposta ambiental possível, gerador de empregos alguns de conhecimentos específicos, numa zona que se sustenta quase só do turismo (em excesso), de uma forma natural vai valorizar a região e incentivar a construção e manutenção de melhores estruturas públicas a todos os níveis e contribui para o bem estar geral das populações.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75606 Helena Isabel de Sousa Ferreira em 2024-06-28

Comentário:

A criação de uma zona de agricultura intensiva numa zona com crónico déficit de água e perante um cenário de alterações climáticas que se prevê diminuir a quantidade de precipitação não faz sentido. A água potável é um recurso escasso e público e não pode ser estar sujeita à lógica do mercado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75605 Marta Nadais em 2024-06-28

Comentário:

Este projeto irá ter um consumo de água insustentável num futuro próximo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75604 Rafaela em 2024-06-28

Comentário:

Na minha opinião esta iniciativa para além de criar diversidade de mercado em Portugal (uma vez que consumimos muito o produto mas não o produzimos) é também uma fonte de emprego para a população portuguesa numa área mais rural chamando pessoas para as regiões com menos população para trabalhar e aliviando os grandes centros urbanos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75603 Hugo Ribeiro em 2024-06-28

Comentário:

projecto insustentavel para os recursos hidricos da região

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75602 Clara Silva em 2024-06-28

Comentário:

Discordo totalmente da aprovação deste projecto de exploração intensiva numa altura de seca extrema, sem considerar o bem-estar da população e a preservação dos recursos hídricos. É uma vergonha que as autarquias continuem a aprovar projectos deste calibre.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75601 Isabel em 2024-06-28

Comentário:

Total desacordo. É um atentado ambiental. Estão a transformar o Alentejo numa Almeria, num deserto... estão a ignorar todas as péssimas consequências que ja se verificaram lá e que já se verificam também no nosso país. Não faz sentido plantar culturas tão exigentes de consumo de água na região mais seca do país. Temos de apostar em culturas que sejam eficientes e sustentáveis para a nossa realidade. E sustentabilidade não é sugar até ao tutato toda a água do lugar e colar selos bonitos nas frutas a dizer que usam material reciclado. Sustentabilidade é fazer um uso racional e regrado dos nossos recursos, pensar a longo prazo e não apenas nos bolsos com €€. Porque o dinheiro nao se pode comer nem beber, e nessa altura ja será demasiado tarde.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75600 Patricia Dias em 2024-06-28

Comentário:

Não considero este projeto pertinente uma vez que existe falta de água

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75599 Rita Vitória em 2024-06-28

Comentário:

É inadmissível a pretenção de um projecto agrícola que consume recursos a este nível, numa altura em que se deviam olhar para outros modos mais sustentáveis de agricultura promover este tipo de produção é compactuar com um sistema que nada trás de bom nem para o solo nem para a rede hidrográfica.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75598 Joana em 2024-06-28

Comentário:

Discordo totalmente, deve-se apostar em plantações autóctones visando o futuro sustentável do nosso país e território.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75597 Duarte Fernando Vieira Lisboa em 2024-06-28

Comentário:

Numa época de green deal europeu e de uma directiva para a recuperação da natureza, onde encaixam estes projectos megalómanos de monoculturas. A região já é afectada enormemente por falta de água e desertificação, tais culturas de tanta necessidade hídrica só aceleram o processo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75594 Francisco Oliveira em 2024-06-27

Comentário:

Quando acabar a àgua, BEBAM TERRA!Querem usurpar os bens que são de todos para proveito de alguns: os donos disto tudo!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75592 Paulo Alexandre Dias Garcia em 2024-06-27

Comentário:

Discordo da proposta, pois a água na região é escassa e a plantação de todas estas espécies vai levar ao corte ou racionamento de água para humanos, para além de que a monocultura é disfuncional para o solo.O solo é um bem escasso e sem retorno.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75591 Maria Lázaro em 2024-07-03

Comentário:

Ao Presidente da CCDR Alentejo,Eu, Maria Antónia Lázaro, natural de Alcácer do Sal, na qualidade de cidadã com consciência ambiental, preocupada com as questões relacionadas com a sustentabilidade, a biodiversidade e em particular com os recursos hídricos e as alterações climáticas no meu concelho, venho comunicar a minha total DISCORDÂNCIA com a Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo por considerar que o tipo de cultura, o abacate, com exigências hídricas muito elevadas, constitui um contributo evidente para o esgotamento do aquífero Tejo-Sado. A escassez de água já é um problema grave no concelho e no sul do país em geral e terá como consequência a irreversível desertificação do solo.Para além disso, o projeto agroflorestal desenvolve-se em duas Zonas Especiais de Conservação da natureza de grande fragilidade ambiental, ocupada pela atividade humana na silvicultura com a exploração do montado e do pinheiro manso, espécies autóctones adaptadas às condições do clima da região, mas já em dificuldade devido à falta de pluviosidade e à redução do nível dos aquíferos subterrâneos, e na agricultura com o cultivo ancestral de arroz que utiliza água de superfície do Canal de Rega da barragem do Pego do Altar.É, também, uma zona extremamente rica em biodiversidade, nomeadamente aves, que povoam o açude da Murta, as lavras de arroz e as margens do rio Sado e fazem parte do património natural e cultural do meu concelho. A aprovação de uma exploração agrícola de grande dimensão deve ser feita levando em conta os impactes por si geradas, mas também os impactes cumulativos causados pelas restantes explorações na zona, as quais consomem quantidades muito elevadas do mesmo aquífero.Pelo respeito pelas populações locais e gerações futuras e pela conservação da natureza e da água.Temos o dever de aprender com

os erros praticados nesta mesma zona e no Algarve - e não os repetir.Cordiais cumprimentos Maria Antónia Lázaro

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75590 Ana Marta Martinho em 2024-06-27

Comentário:

Discordo com este projeto pelo desastre ambiental que comporta. Vai criar uma monocultura arrasando com a fauna e flora local e é um fruto que precisa muita água para a sua produção pelo que irá contribuir para a falta de água na região. Já é altura dos autarcas pensarem a longo prazo e no ambiente! Além de que como zona de veraneio perde a sua beleza com esses campos monótonos. Não arrasem essa região tão linda e pensem no futuro!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75589 Cristiana Couto Lima em 2024-06-27

Comentário:

Segundo a legislação e acordos celebrados a nível internacional, europeu e nacional, assim como estudos científicos consecutivos, a implementação de monoculturas deve ser criteriosamente controlada, dado o seu carácter destrutivo dos recursos naturais e ecossistemas, dos quais dependemos. A sua implementação torna-se especialmente grave dado o contexto de Crise Climática e de escassez de recursos naturais, nomeadamente recursos hídricos, que o território nacional, mas principalmente o Sul do Continente, enfrenta (índice de escassez da bacia do Sado ronda os 36%, segundo o relatório do Índice de Escassez por Bacia publicado no Portal do Estado do Ambiente, de 2024, além de grande parte das Albufeiras, quer da bacia do Sado, mas também do Mira e Guadiana, terem os seus níveis abaixo de metade da sua capacidade, segundo o Relatório de Monitorização Agrometereológica e Hidrológica relativo ao ano hidrológico de 2023/2024, realizado pelo Grupo de Trabalho de assessoria técnica à Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca).De forma a relembrar os impactos da atividade em questão, e a gravidade que representa no contexto geográfico do projeto, enumeram-se alguns factos que fundamentam a não realização do projeto (mesmo reformulado), ou a aplicação de medidas muito mais limitativas, explícitas e concretas: as monoculturas promovem a erosão e degradação do solo, a poluição dos recursos hídricos (quer águas superficiais, como subterrâneas) e do solo com resíduos de biocidas, herbicidas e fertilizantes (como o fósforo mineral, recurso não renovável, causador de eutrofizacão em massas de água, entre outros), o desmatamento, que compromete a biodiversidade (fauna e flora, por exemplo os insetos polinizadores, tão falados na comunicação social) e a qualidade do solo, inclusivamente a sua

capacidade de retenção de água e estabilidade estrutural, além da resistência de pragas aos biocidas, entre tantos outros. A prática agrícola adaptada ao clima local, e a priorização de culturas rotativas, são recomendadas e cada vez mais urgentes, sendo inclusivamente a referidas no Acordo de Paris, passando a citar: “O Acordo de Paris procura manter o aumento da temperatura média global num valor «muito abaixo» dos 2º C (…). A adaptação (por exemplo, conservação dos recursos hídricos, rotação de culturas (…)”. O presente projeto, mesmo reformulado, contraria o acima exposto, em termos científicos, mas também no que toca a ambições e metas internacionais urgentes de serem cumpridas, e a todos os princípios de preservação do solo e restantes recursos naturais. Desta forma, reitera-se em tom de conclusão, a discordância perante este projeto, que coloca em questão o futuro de uma região já tão fragilizada e suscetível de fenómenos como a seca, que impedem a subsistência da população local, dos ecossistemas e das praticas agro-pecuárias tradicionais, elementos que devem ser prioritários.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75588 Luis Almeida em 2024-06-27

Comentário:

Lendo o pdf da resposta ao Artº 16 deparei com uma afirmação errada e errónea por parte do Promotor, quando na página 6, na análise de alternativas, é afirmado como inviabilização dessa prática: "Quanto à natureza do projeto na componente agrícola foi ainda explorado, o modode produção biológico, no entanto, o tipo de solos arenosos, torna inviável a agriculturabiológica"Ora isto é absolutamente falso e poderá ser até uma afirmação com dolo pois de solos arenosos e culturas biológicas tenho eu conhecimentos suficientes para afirmar essa falsidade. Não será um bom augúrio de intenções.Solo arenoso necessita de ser tratado como tal seja para abacate biológico seja para abacate "industrial", prevenindo a sua erosão e adequando o sistema de rega, etc.Assim, sendo este pdf um documento "técnico", contém pelo menos uma "fake new" pois é uma novidade.A redução de área proposta é irrisória para a dimensão do que se pretende fazer e é o que se pretende fazer que é o cerne da questão e a negatividade do projeto e os argumentos desfavoráveis da Consulta anterior mantêm-se.O que eu considero mais importante, os recursos hídricos, e porque a tendência para a seca na Península Ibérica é um facto e a zona de implantação do projeto está nas de maior risco de seca e de entrada de água salgada. Por mais reservatórios de superfície que façam e captações de águas de chuva, se não chover (a tendência da qual não se vislumbra inversão) serão os 32 furos (16 longos e 16 curtos) que terão que fornecer água, enquanto ela for doce, porque quando a salgada acelerar o ritmo de infiltração passará a ser salobra e depois salgada.Ou seja, na estratégia de de "minoração" do impacte hídrico negativo, também não há qualquer melhoria, pois com mais ou menos furos a quantidade de água que irá ser necessária é tão grande por si só e mais importante, comparada com a situação ambiental geral e em particular do local onde se pretende implantar, ficando claro que não há alterações no impacte negativo.Os abacates de regadio já quase "secam" grandes países com o México e o Chile onde o stress hídrico que objetivamente causam é alarmante e é relativamente fácil de verificar e reverificar em fontes várias e diversas e credíveis, os mesmos indícios de alarme noutros países produtores, como a República Dominicana, o Perú e um pouco por todos os países produtores em maior escala.Ora o projeto que analisamos agora é também ele gigantesco e proporcionalmente prejudicial para o ambiente.Quaisquer ganhos serão enquanto houver água e substancialmente para os investidores, sendo para lá do lucro da entidade exploradora, não há forma de transformar

uma exploração destas em ganho futuro para o país, pois qualquer lucro temporário que chegue aos erário público ou à economia local, não será capaz de reverter as condições dos terrenos. Deixam os netos num deserto salgado.Também a Biodiversidade é referida no seu capítulo, com detalhe e informação aparentando um estudo bem argumentado. A questão que coloco é como é possível manter a biodiversidade com uma área tão grande coberta de monocultura?O Promotor escamoteia a negatividade no impacte na Biodiversidade e Ambiental geral, "empurrando-o com a barriga para a frente" falando de constituir bancos de sementes e outras medidas de reposição ambiental tipo de ações que só serão possíveis se a degradação dos solos e ambiental o permitir.Estamos perante a má forma de lidar com situações em que não se pratica o princípio da cautela vs "progresso" das regiões.Também se deverá analisar o peso que o abacate está a ter em Portugal, por exemplo no Algarve e a sua contribuição para o stress hídrico que essa região sofre.No fim de tudo isto estamos todos nós, os que são consumidores de abacate e os que não o são.Como tudo na vida económica, se há procura, natural ou induzida pelas indústrias, há que haver produção para a satisfazer.No meu caso particular, não consumo abacate ou alguns outros produtos porque é como o voto, é a forma que tenho de não ser cínico e fazer parte problema.Resumindo, esta reformulação do projeto parece-me cosmética, pois a redução proposta, como já referi é irrisória e continuará a necessitar na mesma de água a mais para o local, a monocultura "monodiversidade" mantém-se e não se prevê que o clima vá evoluir num sentido favorável.É o mesmo projeto fundamentalmente para o que aqui está em jogo... o nosso futuro Ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75587 Filipe Lopes em 2024-06-27

Comentário:

A exploração de abacate é irresponsavelmente intensiva e involve custos ambientais superiores a qualquer vantagem económico-financeira. O impacto ecológico deste projecto é razão para ser chumbado, todas as vezes que seja apresentado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75586 Ana Nobre em 2024-06-27

Comentário:

Venho por este meio apresentar a minha total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. Em anexo o parecer elaborado pela Associação Dunas Livre, com o qual concordamos.

Anexos: 75586_Parecer-Consulta-Publica-do-Projeto-Agroflorestal-das-Herdades-de-Murta-e-Monte-Novo-HM-MN.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75585 João Reis em 2024-06-27

Comentário:

Este é um projeto absurdo e não concordo com ele! A produção de abacates requer quantidades anormais e absurdas de água e estamos a entrar em crise climática! Daqui a poucos anos nem água para as populações haverá quanto mais para regar abacates! Ainda por cima numa área gigantesca! Além disso, é muito duvidosa a empresa mãe dona deste projeto! Há que investigar! Chega de capitalismo tão cego e destrutivo!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75584 Marta Mantero em 2024-06-27

Comentário:

Este tipo de agricultura destrói os solos e consome água que já é escassa nesta região

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75582 Leonardo Bastos em 2024-06-27

Comentário:

trata-se de um projecto que põe em causa a disponibilidade de água potável na região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75581 João Lourenço em 2024-06-27

Comentário:

A diminuição em 65 hectares não justifica de todo o aprovação deste projecto, sendo que os factores que fizeram chumba-lo são essencialmente os mesmos: cultivo extensivo de pera-abacate numa região com seca extrema e tensão turística SEM ÁGUA é um ecocídio. A região apresenta desafios gigantes a este nível e a última coisa da qual precisa é um projecto destes como cereja no topo do bolo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75580 João Xavier em 2024-06-27

Comentário:

Abominável como cabe na cabeça de alguém criar um projeto numa zona de seca constante em que milhões de litros de água serão gastos para uma cultura que nem sequer é autóctone e vai contra a virtude do território só para empregar um punhado de gente. A população está contra isto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75576 Virgilio de Jesus Pais em 2024-06-27

Comentário:

Não é necessário sequer aprofundar a análise da documentação uma vez que se percebe à distância que não se trata de um projeto agrícola mas um projeto imobiliário a prazo. Bastaria as entidades envolvidas colocar um ónus de não edificação para os próximos 100 anos e certamente o promotor perderia parte do seu interesse. O lucro é ir todos os anos avaliando o prédio e uma vez que aumenta pela promessa de construção vão pedindo mais dinheiro aos bancos e exaurindo os mesmos de fundos que serviam a projetos mais importantes. Porque pera abacate a 600 litros de água à beira do Sado, onde há espécies marinhas, outras atividades locais de pesca e turísticas é a receita para o desastre. Porque razão escolher terras em cima do estuário a contaminá-lo de químicos quando existem terras no interior mais aptas a esta cultura? Depois porque pera-abacate em Portugal quando esse produto vem a metade do preço de outras geografias? E já agora porquê uma cultura intensiva quando outros países usam técnicas com terrenos mais pequenos ainda que próximos para permitir a regeneração dos solos? portanto, é fácil de ver que tudo isto é um embuste destinado a orquestrar uma forma de riqueza que passa pela fórmula da pirataria. Como os recursos, designadamente a água, estão em confronto entre os titãs dos campos de golfe e os titãs da agricultura desta maneira (que tantos danos causou na Califórnia e de onde estes indivíduos trazem as ideias) provavelmente não será este comentário nem outros iguais de organizações ambientalistas que farão a diferença, mas sim um daqueles que tiver mais influência junto de entidades que perderam a vergonha, ou então, encontrar-se-ão no meio, para dividirem despojos do que é a nossa cultura e o nosso património. Espero que tenham um pingo de vergonha. Esperamos também que tenham aprofundado a idoneidade das pessoas. Parece estranho que uma legislação PIN que tinha como fito desenvolver Portugal, sirva afinal para o espoliar dos seus recursos para o dinheiro acabar numa conta do Luxemburgo. Claro que essa legislação é inconstitucional e, pela parte que me toca, apresentei uma queixa na Provedoria juntamente com mais pessoas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75574 Rafael Pires em 2024-06-27

Comentário:

Contesto a criação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R) devido à elevada pressão colocada nos aquíferos locais. É escandaloso o total desrespeito para com a população local e futura, bem como para o espaço natural envolvente, que avancem com tais projectos danosos de monocultura que são contestados em todo o mundo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75573 Silvia Rodrigues Ferreira em 2024-06-27

Comentário:

Discordo plenamente no projeto em cima referido! Deveriam parar plenamente de destruir o nosso património.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75572 Maria Malheiros em 2024-06-27

Comentário:

Exmo. Sr. presidente da CCDR - AlentejoNasci e vivo em Alcácer do Sal há 78 anos e é com muita tristeza que vejo aparecer projetos agrícolas que pretendem instalar-se no meu concelho que - lendo os dados apresentados no seu projeto - pretendem deixar o nosso território comum mais pobre em ÁGUA, BIODIVERSIDADE e QUALIDADE DO AMBIENTE. Venho pois, manifestar a minha discordância em relação a este projeto porque: 1. está integrado na Rede Nacional de Áreas Protegidas, em áreas classificadas integradas na Rede Natura 2000; 2. os abacates não fazem parte dos alimentos essenciais e a sua cultura exige consumos elevadíssimos de ÁGUA (um bem essencial à vida e com tendência a escassear no sul do pais);3. vai desflorestar cerca de 734,48ha. de árvores e arbustos nativos e adaptados ao nosso clima para os substituir por árvores que consomem quantidades enormes de água;4. a incorporação de grandes quantidades de composto orgânico irá poluir os solos e as águas subterrâneas;5. irá prejudicar as aves, os insetos, os pássaros e toda a fauna e flora e nós não sobreviveremos sem todos eles.Nós devia-mos cuidar para melhorar o nosso território e deixa-lo melhor para as próximas gerações. Temos o dever de aprender com os nossos erros e os erros dos outros e não repeti-los tal como se fez no Algarve e na Andaluzia em Espanha.Cordiais cumprimentos Maria Helena Malheiros

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75570 Tomas Coimbra em 2024-07-03

Comentário:

Exmos. Srs.Este projecto vem trazer novas oportunidades de emprego ao Concelho, muito fustigado pela perda de várias indústrias e apoiará a fixação das comunidades no meio rural. É de saludar!Saem notícias sensacionalistas diariamente, mas ´cabe-nos enquanto País encontrar soluções para aproveitar os recursos naturais e a água das chuvas, evitando que corra para os mares a salgar! A Agricultura tem significativos benefícios econômicos e sociais, e este projecto assim o demonstra. Este projeto não só cria empregos locais e fortalece a economia da região, como também promove o desenvolvimento rural sustentável.Com as medidas existentes de controlo do impacto, conservação e valorização das Florestas, o equilibrio de utilização dos recursos

---

está bem ponderado e em linha com o que as várias Entidades Públicas solicitaram.Bom trabalho.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75568 Joana Cal em 2024-06-27

Comentário:

De lamentar que esta alteração pífia a um projecto que não devia ver jamais a luz do dia volte aqui. Não significa não.

Anexos: 75568_Parecer Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN) (1).pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75567 João Raposo em 2024-06-27

Comentário:

A escassez de recursos hidricos que se impõe e se prevê agravar não permite validar o investimento numa monocultura com um consumo intensivo de água. Os processos de racionamento de água que assolam o algarve e se agravam têm de alarmar e servir de norte para que tipo de emprendimentos validamos se queremos ter água para beber.Não é uma opção, é uma obrigação e uma extrema necessidade travar este e outro investimentos que arriscam drenar os lençóis freáticos que exploramos sem fim.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75566 Miguel em 2024-06-27

Comentário:

O projeto atual não tem em consideração a fauna, flora e população da região. A água está escassa, as espécies na reserva estão a desaparecer e o desrespeito pelo ambiente está a superar todos os limites. Apoio a reformulação deste projeto e, idealmente, a sua reforma total.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75565 Ana Aldeias em 2024-06-26

Comentário:

A pera abacate é uma produção que vai necessitar de muita água, um recurso muito valioso para o Alentejo.Parece me muito mau autorizar este projeto pois irá esgotar as reservas de água e para a população não trás nenhum benefício.Mais grave ainda é que o projeto abrange uma ZPE!!Eles estão a usar água de furo, e essa água é proveniente de um aquífero de água pura!! Considero um crime usar esta água puríssima para regar árvores cujos frutos serão, com certeza, para exportação! Este projeto devia continuar cancelado e não ter sido reaberto!Num tempo que se fala tanto em proteger o ambiente e os recursos naturais, este projeto está seguramente desenquadrado!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75564 Custódio Alexandre Rodrigues em 2024-06-26

Comentário:

A suposta reformulação, mantém no essencial, tudo na mesma. Desse modo, pretendo apresentar a mesma discordância. A minha discordância vai ser apresentada em forma de perguntas. O objetivo da utilização desta forma de discordância serve para que talvez assim permita aos decisores que reflitam em consciência e se apercebam dos reais impactos negativos deste tipo de projetos. 1) A pera-abacate é um fruto autóctone? 2) Porque motivo não é autóctone? 3) Porque motivo no local onde este tipo de fruto é autóctone não existem mais projetos de implementação? 4) A água (doce) é um bem precioso e escasso ou é um recurso ilimitado que pode ser esbanjado para a produção de bens que servem apenas uma moda que por definição, é temporário? 5) O território de Portugal, e em particular a região onde está a ser equacionado este projeto, tem algum problema de seca sistémica? 6) Com o agravar do efeitos negativos devido ás alterações climáticas, pode o ser humano sobreviver sem água? E sem pera-abacate? 7) A criação de emprego e impulso na economia que supostamente este projeto aporta, compensa o fim da própria natureza humana a médio longo prazo? 8) A criação de emprego e impulso na economia vai apenas beneficiar um pequeno grupo de empresas, que não sabemos muito bem quem são os proprietários reais, e criar empregos precários e mal pagos, importados de outros países ou vai

beneficiar todos? 9) Qual o real valor acrescentado? Será que um euro de valor acrescentado no lucro á custa de 4 euros de impacto negativo no ambiente é um bom negócio? 10) Sem os benefícios fiscais que serão atribuídos, estaria a empresa promotora disposta a continuar com o projeto? Se sim, por quanto tempo? 11) Se o projeto não presentar o lucro expectável, o que vai acontecer? 12) Está o promotor do projeto disponível para reverter tudo o que foi feito e mitigar os impactos ambientais caso o projeto não se torne viável? 13) Que medidas ou contrapartidas é que os decisores politicos estão a obrigar a empresa promotora a adotar para evitar que em caso de falta de financiamento do projeto ou inviabilidade económica, os terrenos não fiquem ao abandono, com o respectivo impacto ambiental negativo ou que mais uma vez não seja o dinheiro dos contribuintes a ser utilizado para corrigir os erros? 14) Estão os decisores politicos conscientes de que este é de facto um projeto viável e de tal maneira positivo que estão dispostos a assumir a título pessoal os riscos do mesmo não correr bem? Se sim, que compensações pessoais estão dispostos a abarcar? Se não, se calhar não é assim tão viável e positivo. Se a título pessoal, não avançariam com um projeto destes, se calhar não é tão benéfico. De notar que existem vários projetos semelhantes em vários países do mundo, onde a única marca que deixam é o da destruição dos ecossistemas, sem qualquer benefício económico ou social para as populações locais. Obrigado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75563 Ricardo Cunha em 2024-06-26

Comentário:

Começo já pelo que importa porque o desabafo seguinte ninguém vai ler.A quantidade de água está toda muito bem calculada. E quando as pessoas começarem a precisar de mais água - porque são mais, por exº. Ou porque a água é menos - não só por causa dos abacates, como da triste sina que o futuro prevê.Há cláusulas a salvaguardar as pessoas? Não se vão pagar indemnizações aos srs. empreendedores iluminados só porque o caudal estipulado não foi cumprido, certo?E vai-se poder fechar a torneira aos abacates quando os habitantes o decidirem, e sem prejuízo algum ao nosso bolso, certo?Já nem falo na passarada ou vida animal porque esses vão desaparecendo dos seus habitats degradados, coitados que ninguém os protege o suficiente, e realmente, e com eles desaparecem os turistas que os gostam de observar e almoçar e jantar e vêm de países com pouco dinheiro para largar.A conversa destes mega projectos é sempre a mesma. Grande investimento, economia, Ambiente (greenwashing), economia, economia...As contas parecem feitas pelos maus merceeiros de sempre.Economia = Lucro. Nada contra, mas à custa de quê? Mão de obra feliz? Água barata? Terrenos baratos, férteis? Por quanto tempo?Foi feito algum EIH (Estudo de Impacto Humano)?E impacto no Turismo?E na saúde? Sim, ainda ninguém ouviu falar que os químicos nos vão parar à alimentação. Nada. E que cada vez mais casos de problemas hormonais - que só agora começam a surgir os verdadeiros resultados: doenças autoimunes, infertilidade, etc, - não esquecendo o nosso amigo cancro - etc, etc.Mas como "não há estudos, blá, blá", economia, economia, siga, que vai dar meia dúzia de empregos, e esses vão gastar a pipa de massa que ganham na economia local, cncerteza. Viva o progresso e a inovação!A qualidade da água deve ficar óptima para inglês ver.Pouca química levam os abacates.E que necessários são.Mentes brilhantes.E o consumo de água? Furos? Rio Sado? Uau! Num país a caminhar cada vez mais para a seca extrema, onde, quando chove um pouco mais, se apaga da memória a escassez real por mais 10 anos; onde nuestros hermanos já fizeram ver que cortam a torneira qd precisarem, onde, em vez

de se procurarem estratégias realmente inovadoras - de plantação, sombra, retenção, sustentabilidade - não, continua-se a apostar nestas aberrações que uns iluminados empreendedores do lucro fácil e barato - porque ninguém controla esta tristeza - conseguem sempre impor.Eu ainda não percebi muito bem como o conseguem. Não há uma lista fácil de consultar, bem visível, de responsáveis a quem seja possível apontar o dedo? Eu gostava de ir na rua e dizer ao meu filho, à minha neta: olha, aquele foi o que aprovou, aquela também, e aquele o que criou este belo abacatal que tanta felicidade trouxe à nossa terrinha.Olha, aqui era onde se comia um arrozinho mesmo bom. Esteve quase a ser biológico - aquele que se podia exportar uma parte muito mais cara.E ali onde se viam golfinhos.Quem dá luz verde a estas pessoas?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75561 Graça Oliveira em 2024-06-26

Comentário:

1. A proponente "demonstra" que a produção de abacate é o único tipo de exploração economicamente viável nas áreas em causa (Herdades da Murta e Monte Novo). Com tal limitação de opções, é difícil compreender o investimento feito pela Expoente Frugal Lda. na aquisição destas duas propriedades!!!2. Portugal assiste à progressiva redução e/ou degradação das suas áreas e valores naturais, substituídos por actividades que os destroem a curto-prazo e dificultam ou impossibilitam a sua recuperação a médio e longo-prazos, após o encerramento dessas actividades. As medidas de mitigação ou compensação propostas são geralmente muito vagas, de sucesso duvidoso, e insuficientemente acompanhadas e fiscalizadas. Especificamente neste projecto, a instalação, em áreas alternativas, de espécies vegetais protegidas ou críticas para a conservação de habitats prioritários, carece de garantias de êxito. É muito duvidoso que a maioria destas espécies (silvestres) se desenvolva, pois não se comportam como as espécies agrícolas ou ornamentais, sendo ainda muito insuficiente o conhecimento para a sua propagação artificial (sementeira ou estacaria) na natureza. E, ainda que tais introduções fossem bem-sucedidas, ao fim de quanto tempo se alcançariam comunidades vegetais (incluindo a rede biótica a elas associadas, incluindo no solo) semelhantes à situação de referência pretendida? 3. A produção deste fruto exótico e de cultivo intensivo relativamente recente no nosso País não é um objectivo prioritário para Portugal. A sua cultura intensiva é incompatível com a quantidade, qualidade e capacidade de renovação dos nossos recursos (hídricos e não só). Precisamos muitissimo mais – agora e no futuro - da água (para consumo directo, agricultura, manutenção dos ecossistemas naturais, etc.) do que do abacate... que não é, sequer, um bem essencial!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 75560 Pedro Manuel Jordão Pereira em 2024-06-26

Comentário:

Discordo totalmente deste tipo de agricultura intensiva.Regar 476ha de abacateiros usando aquiferos já muito debilitados, é uma enorme irresponsabilidade. Trazer estes projectos a consulta pública demonstra a inoperância das entidades locais que devem zelar pelo bem das populações e das gerações futuras.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

CCDR ALENTEJO
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.

REPÚBLICA PORTUGUESA
COESÃO TERRITORIAL

ANEXO B

Parecer para Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. Abaixo enumeramos as razões para esta posição, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto apresentado gastará 11,8 milhões de litros de água por dia para regar 722,24 hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela “diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis” freáticos[1]. Até na área de implementação o Relatório Não Técnico (RNT)[2] reconhece “manchas de sobreiros [...] aparentemente doentes ou mesmo mortos” (pág. 16), um sintoma da descida dos lençóis freáticos reconhecido por agricultores da região[1] mas descartado na análise.

Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, “o volume máximo autorizado para captação é de 4,827 hm3/ano”. Este projecto Hm-MN vai tomar 67% deste volume, uma vez que pretende captar 3,22 hm3 anualmente de água subterrânea a dois níveis de profundidade por meio de 34 furos. No RNT, pág. 15, “considera–se que não existirá uma afetação significativa da [massa de água subterrânea da Bacia Tejo–Sado], que o impacte negativo apresenta uma magnitude reduzida e é pouco significativo”, e “não se antevê [...] o registo de eventuais conflitos futuros com outros usos existentes na envolvente”. Quantificar como “reduzido” um impacto de 67% do volume máximo anual autorizado pela APA demonstra um erro crasso de lógica e uma dispensa grave dos factos. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm³ por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 4,33 hm³ de água gastos por ano.

Este consumo de água, por um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 64.500 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

---

[1] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[2] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que “o projeto não provoca pressão sobre a massa de água superficial e subterrânea, pelo que não são expectáveis impactes a assinalar” (RTN, pág. 14). Nestas herdades em particular, o relatório assume que “face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina”. Logo, estes químicos infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

De notar que não é referido na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana - o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde na descrição da fase de exploração sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas - este “deslize” demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região.

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação, com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em “duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine”, duas “Áreas Importantes para as Aves”, na “Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado” e num território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns “prioritários para a conservação”. Contudo, a conclusão desta secção resume-se à seguinte frase: “A presença abundante do habitat 2260 em toda a área de estudo, e também na generalidade da área do ZEC Comporta-Galé, poderá ser minimizar a significância do impacte gerado sobre este habitat.” Esta frase não é gramaticalmente nem logicamente inteligível, e não conclui nada sobre o impacto ambiental, que é o objetivo deste relatório.

O desrespeito pelos valores naturais do território são evidentes na descrição da atual paisagem das herdades, definida pela sua “planura (domínio da horizontalidade) e a monotonia dos matos e do coberto arbóreo em grande parte da área, traduzidas numa significativa homogeneidade.” - não é aceitável uma área com 9 tipos de habitats e 143 espécies vegetais identificadas em campo ser descrita como homogénea.

Além dos 722,24 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 83,11 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e que passam ao lado no EIA na enumeração das formas de destruição ecológica irreversível - o que é inadmissível.

As medidas de minimização consequentes são absurdas, limitando-se a fantasias como “ações de sensibilização ambiental destinadas aos trabalhadores envolvidos” - convidamos todos os leitores que partilhem connosco se conhecem histórias reais de implementação de acções

como estas em projetos de agricultura intensiva ou, se acontecem, se há resultados comprovados desta sensibilização.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

“O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de “Espaços Florestais de Produção” (RNT pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de 24km^2 (mais de 2 mil hectares) e de 60 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Ademais, este é tido como o principal impacto positivo do projeto, como se fosse suficiente para se sobrepor a todos os impactos negativos.

Caricatamente, são propostas medidas de valorização e reconhecimento da população local que são risíveis, como a “promoção e sensibilização para a adoção de meios de mobilidade suave, nomeadamente a bicicleta, assim como medidas de carsharing e carpooling (“partilha de veículos e boleias partilhadas”);”.

Adicionalmente, sabemos bem que o emprego sazonal da apanha do abacate provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 10 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental:

"*Em suma, ponderando-se todos os impactes ambientais, e designadamente os suscetíveis de afetar sobretudo a conservação de habitats e das espécies da flora, assim como, dos recursos hídricos subterrâneos, entende-se que o Projeto Agroflorestal HMMN é ambientalmente viável, e deve acolher parecer favorável da autoridade de AIA, apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal.*"

Declaramos veementemente que a qualidade deste Relatório não é admissível e revela uma desconcertante complacência com os interesses do promotor que a contratou, quando a sua obrigação é de análise imparcial do dano ambiental causado. Neste caso, este dano é inequivocamente da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Maria Santos

Catarina Rosa

pela Associação Dunas Livres

Parecer para Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. Abaixo enumeramos as razões para esta posição, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto apresentado gastará 11,8 milhões de litros de água por dia para regar 722,24 hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela “diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis” freáticos[1]. Até na área de implementação o Relatório Não Técnico (RNT)[2] reconhece “manchas de sobreiros [...] aparentemente doentes ou mesmo mortos” (pág. 16), um sintoma da descida dos lençóis freáticos reconhecido por agricultores da região[1] mas descartado na análise.

Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, “o volume máximo autorizado para captação é de 4,827 hm3/ano”. Este projecto Hm-MN vai tomar 67% deste volume, uma vez que pretende captar 3,22 hm3 anualmente de água subterrânea a dois níveis de profundidade por meio de 34 furos. No RNT, pág. 15, “considera–se que não existirá uma afetação significativa da [massa de água subterrânea da Bacia Tejo–Sado], que o impacte negativo apresenta uma magnitude reduzida e é pouco significativo”, e “não se antevê [...] o registo de eventuais conflitos futuros com outros usos existentes na envolvente”. Quantificar como “reduzido” um impacto de 67% do volume máximo anual autorizado pela APA demonstra um erro crasso de lógica e uma dispensa grave dos factos. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm³ por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 4,33 hm³ de água gastos por ano.

Este consumo de água, por um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 64.500 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

---

[1] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[2] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que “o projeto não provoca pressão sobre a massa de água superficial e subterrânea, pelo que não são expectáveis impactes a assinalar” (RTN, pág. 14). Nestas herdades em particular, o relatório assume que “face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina”. Logo, estes químicos infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

De notar que não é referido na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana - o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde na descrição da fase de exploração sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas - este “deslize” demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região.

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação, com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em “duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine”, duas “Áreas Importantes para as Aves”, na “Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado” e num território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns “prioritários para a conservação”. Contudo, a conclusão desta secção resume-se à seguinte frase: “A presença abundante do habitat 2260 em toda a área de estudo, e também na generalidade da área do ZEC Comporta-Galé, poderá ser minimizar a significância do impacte gerado sobre este habitat.” Esta frase não é gramaticalmente nem logicamente inteligível, e não conclui nada sobre o impacto ambiental, que é o objetivo deste relatório.

O desrespeito pelos valores naturais do território são evidentes na descrição da atual paisagem das herdades, definida pela sua “planura (domínio da horizontalidade) e a monotonia dos matos e do coberto arbóreo em grande parte da área, traduzidas numa significativa homogeneidade.” - não é aceitável uma área com 9 tipos de habitats e 143 espécies vegetais identificadas em campo ser descrita como homogénea.

Além dos 722,24 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 83,11 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e que passam ao lado no EIA na enumeração das formas de destruição ecológica irreversível - o que é inadmissível.

As medidas de minimização consequentes são absurdas, limitando-se a fantasias como “ações de sensibilização ambiental destinadas aos trabalhadores envolvidos” - convidamos todos os leitores que partilhem connosco se conhecem histórias reais de implementação de acções

como estas em projetos de agricultura intensiva ou, se acontecem, se há resultados comprovados desta sensibilização.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

“O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de “Espaços Florestais de Produção” (RNT pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de 24km^2 (mais de 2 mil hectares) e de 60 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Ademais, este é tido como o principal impacto positivo do projeto, como se fosse suficiente para se sobrepor a todos os impactos negativos.

Caricatamente, são propostas medidas de valorização e reconhecimento da população local que são risíveis, como a “promoção e sensibilização para a adoção de meios de mobilidade suave, nomeadamente a bicicleta, assim como medidas de carsharing e carpooling (“partilha de veículos e boleias partilhadas”);”.

Adicionalmente, sabemos bem que o emprego sazonal da apanha do abacate provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 10 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental:

"*Em suma, ponderando-se todos os impactes ambientais, e designadamente os suscetíveis de afetar sobretudo a conservação de habitats e das espécies da flora, assim como, dos recursos hídricos subterrâneos, entende-se que o Projeto Agroflorestal HMMN é ambientalmente viável, e deve acolher parecer favorável da autoridade de AIA, apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal.*"

Declaramos veementemente que a qualidade deste Relatório não é admissível e revela uma desconcertante complacência com os interesses do promotor que a contratou, quando a sua obrigação é de análise imparcial do dano ambiental causado. Neste caso, este dano é inequivocamente da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Maria Santos

Catarina Rosa

pela Associação Dunas Livres

Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R) – Preocupações ambientais

O projeto de produção de abacates numa zona protegida e com falta de água foi reformulado, mas não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar as mesmas preocupações ambientais e sociais do projecto original que foi chumbado.

A redução da área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos.

A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.

A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, ainda são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.

O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detectadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.

É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Projectos como este são exemplo da falta de bom senso, agricultura intensiva de produtos que implicam consumo intensivo de água em zonas com recursos hídricos escassos é algo que não é sustentável e não faz sentido. Poderá fazer sentido apenas para os respetivos promotores que no imediato poderão obter ganhos financeiros através de linhas de financiamento subsidiadas mas cujo verdadeiro custo (desertificação) permanecerá e será suportado pelo ecossistema da região no medio longo prazo, existem maus exemplos desta pratica no sul de Espanha e cujo "*post mortem*" deveria ser uma boa fonte de ensinamentos para todos os *stakeholders* deste tipo de projectos.



Reformulação do Projecto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo

Por esta via queremos reafirmar a nossa discordância à realização deste projecto.

Não se vislumbra como a redução de apenas 2 furos e uma pequeníssima redução da área de plantação pode ser considerada uma alteração substancial do projecto.

O projecto pode agravar o estado dos recursos hídricos subterrâneos quando alguns furos previstos servirem para o abastecimento público e para a rega necessária à plantação.

Não foi feito nenhum estudo sobre as consequências de um rebaixamento do nível dos recursos hídricos locais, nem tão pouco da probabilidade e da possibilidade da não sobrevivência dos habitats naturais e prioritários que dizem pretender salvaguardar, sabendo que estes já se encontram em stress hídrico mesmo sem a implementação deste projecto.

Acrescente-se a possibilidade de contaminação proveniente de fertilizantes e herbicidas e a intrusão salina que terá também impactes negativos em termos de preservação de habitats e espécies. Não podemos aceitar que a protecção dos recursos hídricos dependa de boas prácticas e do cumprimento das normas legais, quando estas estejam sujeitas à vontade do promotor e quando o projecto já está em execução.

Assim, deve-se aplicar o disposto do artigo 3 da Lei n.º 19/2014, de 14 de abril:

"c) Da prevenção e da precaução, que obrigam à adoção de medidas antecipatórias com o objetivo de obviar ou minorar, prioritariamente na fonte, os impactes adversos no ambiente, com origem natural ou humana, tanto em face de perigos imediatos e concretos como em face de riscos futuros e incertos, da mesma maneira como podem estabelecer, em caso de incerteza científica, que o ónus da prova recaia sobre a parte que alegue a ausência de perigos ou riscos;"

Constatamos que existe uma incompatibilidade com as normas/orientações e objectivos do PROT-A (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010).

*16 — Com vista à **prossecução dos interesses públicos** e dos objectivos estratégicos estabelecidos nesta componente, competirá ainda à Administração Central e à Administração Local:*

b) Promover a manutenção do mosaico de áreas com pastagens e sistemas ***agrícolas tradicionais****; c) Evitar ou minimizar os impactes paisagísticos produzidos por actividades que promovam a intrusão ou a perda de paisagem e assegurar a permanência de estruturas como as sebes vivas;*

d) ***Promover a manutenção das manchas de pinhal manso****, com as funções determinantes ao nível da fixação do solo e protecção de culturas nas áreas sob influência marítima em substrato arenoso;"*

Foi afirmado no parecer da Comissão de Avaliação, na página 16: "Não foram realizadas arborizações com recurso a financiamento público." Esta afirmação não é correcta.

A presença dos pinheiros adultos é o resultado de grandes investimentos do Estado, como se pode verificar no despacho conjunto de 18 de Setembro de 1980, publicado no Diário da República, serie II n.º 216

SECRETARIAS DE ESTADO DA ESTRUTURAÇÃO AGRÁRIA E DO FOMENTO AGRÁRIO

Despacho conjunto

Dentro das áreas nacionalizadas ou expropriadas encontram-se prédios com extensas áreas de exclusiva aptidão florestal.

É o caso da charneca de Alcácer do Sal, com cerca de 24 000 ha, incluídos nos prédios adiante discriminados.

Nesses prédios estão concluídas, em cumprimento da Lei n.º 77/77, as entregas das reservas aos respectivos titulares e encontram-se na fase final as atribuições para exploração a trabalhadores rurais, agricultores, scareiros e rendeiros das áreas disponíveis de aptidão agrícola.

Tornando-se indispensável uma utilização correcta das áreas de aptidão florestal, tanto mais que o Estado, através de empréstimos já concedidos, instalou aí cerca de 8500 ha de pinhal e havendo ainda que fomentar a florestação de novas áreas e que gerir todo o património florestal existente, de modo a facultar um apoio à formação profissional, investigação e experimentação:

Determinamos que:

1 — Seja organizado o processo de submissão ao regime florestal total das áreas florestais nacionalizadas ou expropriadas pertencentes aos seguintes prédios rústicos, sitos na freguesia de Santa Maria do Castelo, concelho de Alcácer do Sal:

Moinho da Ordem, Porto das Oliveiras, Texugueiras, Ervideira, Batalha, Montalvo, Monte Novo do Sul, Murta, Pousadas, Comporta e Lezírias.

2 — A DGOGF promova o adequado aproveitamento destas áreas em conformidade com o disposto no artigo 50.º da Lei n.º 77/77, de 29 de Setembro, e de harmonia com o Decreto de 24 de Dezembro de 1901 e demais legislação em vigor.

3 — A DGOGF inicie a gestão das referidas áreas a partir de 1 de Setembro.

Para cumprimento do que se determina, serão facultados

II) Recursos hídricos

*18 — Com vista à **prossecução dos interesses públicos** e dos objectivos estratégicos estabelecidos e relacionados com o planeamento e estão dos recursos hídricos, competirá à Administrações Central e Local:*

*19 - b) Considerar os recursos hídricos subterrâneos **como reserva,** de particular importância, para fazer face a situações de escassez, contaminação das origens superficiais ou a situações climáticas extremas;*

A rega no caso deste projecto não se insere naquilo que é considerado prioritário!

Relembramos que os Estados membros são obrigados a recusar a aprovação de um projecto quando este último for susceptível de deteriorar o estado da massa de água em causa ou de comprometer a obtenção de um «bom estado» das massas de água de superfície ou subterrâneas.

De acordo com o PROT-A:

III) IV.2.B. — Normas Específicas
Actividades Agro -florestais

35 - g) Promover a articulação entre as várias entidades (DGRF, Municípios e entidades privadas) por forma a garantir a elaboração dos Planos de Gestão Florestal, no sentido de consolidar e melhorar a multifuncionalidade da floresta, garantindo e aumentando a sua valorização económica, ambiental e social através da gestão activa e profissionalizada dos espaços florestais e agro-florestais. As intervenções preconizadas terão que ser coerentes com a identificação das funções principais das sub -regiões homogéneas, definidas no âmbito dos PROF respectivos.

Quando o projecto prevê a afectação de cerca de **766ha de diferentes habitats naturais/biótopos para remoção de coberto vegetal** (ex: pinhal bravo/manso, matos, etc.), como é que isto se enquadra no Programa Regional de Ordenamento Florestal, que define o quadro estratégico, as directrizes de enquadramento e as normas especifícas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a garantir e promover a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.

Onde é que está inscrito no PROF que é possível proceder à alteração do uso do solo florestal para uma outra actividade, justificando essa opção como sendo geradora de maior lucro?

No EIA, na pág. 195, afirma-se a compatibilidade com o artº56 – n2 – alínea a) do PDM de Alcácer do Sal, onde podemos ler o seguinte:

3 — Na área do SIC Comporta -Galé, a alteração de uso florestal para uso agrícola, obedece às seguintes condições: a) Demonstração da sustentabilidade ambiental da reconversão do uso, mediante respeito pela manutenção dos principais recursos em

causa, nomeadamente, inexistência de impactes significativos sobre espécies, hectares deverá ser efetuada através de um procedimento de Análise de incidências ambientais, nos termos legais;

No entanto no artigo 56 , nº2 – alínea a) do PDM de Alcácer do Sal, diz o seguinte:

3 — Na área do SIC Comporta -Galé, a alteração de uso florestal para uso agrícola, obedece às seguintes condições: a) Demonstração da sustentabilidade ambiental da reconversão do uso, mediante respeito pela manutenção dos principais recursos em causa, nomeadamente, ***inexistência*** *de impactes significativos sobre espécies,* ***habitats, solo e recursos hídricos, que para áreas superiores a cinco*** *hectares deverá ser efetuada através de um procedimento de Análise de incidências ambientais, nos termos legais;*

Amputaram a alínea referida para justificar a compatibilidade!

No PDM não se faz a diferença entre habitats naturais e prioritários, apenas são referidos habitats.

Quanto aos recursos hídricos é assumido no EIA, pág. 165, que a extracção de água subterrânea causa impactes significativos.

Com o aumento das temperaturas associadas às alterações climáticas e à ação do homem sobre o ambiente, **é de extrema importância salvaguardar as áreas florestais/áreas de sequestro de carbono e mais ainda áreas florestais inseridas em áreas classificadas com valores naturais de extrema importância**. Salientando-se os **povoamentos de Pinheiro Manso**. Esta foi uma das conclusões a que chegou a Comissão de Avaliação. No entanto verificamos que no projecto reformulado a área a desflorestar de pinheiro manso sofre um aumento.

Do exposto podemos concluir que este projecto não é compatível com o PDM de Alcácer do Sal. Devemos recusar o aumento da pressão sobre a biodiversidade, os habitats naturais e os recursos hídricos, numa região já sacrificada por inúmeros projectos que violam os Programas e Planos de hierarquia superior.

O projeto abacates, reformulado, não apresenta melhorias suficientes para justificar sua aprovação e continua a levantar sérias preocupações ambientais e sociais àqueles que estudam a fundo as repercussões de intervenções lesivas dos recursos naturais de Todos.

A redução da área agrícola em 8,8% (cerca de 700 campos de futebol !) e não em 10% como a Aquaterra faz passar, bem como a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e os 3 ha de painéis solares flutuantes são insuficientes para compensar essa perda.

A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros não valoriza as espécies nativas. Além disso, os abacateiros, por demais conhecidos pela excessiva necessidade de água na sua produção e espécie não autóctone, cujas folhas e casca são letais para a maioria das aves devido à persina, representam um risco maior para a fauna local.

A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, são incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.

O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detetadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.

É um projeto megalómano e desadequado no momento em que, devido às alterações climáticas e maus projetos, a contraciclo, os recursos hídricos devem ser preservados e não desbaratados e exauridos.

Estes recursos em subsolo jamais serão repostos e os níveis freáticos do nosso Sistema Aquífero Tejo-Sado, vital para o presente e futuro, caminham a passos largos para um desastre ambiental no nosso País.

Se as entidades públicas não zelam pelo futuro da vida nesta zona quem vai fazê-lo?

É uma afronta aos nossos direitos, dar assentimento a projetos desta natureza que se deslocam de Zonas Exauridas como o caso do Parque Doñana, desertificado após a saída dos projetos agrícolas intensivos como o presente, em que agora o estado espanhol está a pagar a reposição da flora e fauna destruídas naqueles projetos com os dinheiros públicos, agora com os olhos bem abertos às necessidades vitais do País.

<u>É essencial recusar este projeto e focar na preservação da água e proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.</u>

Parecer para Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. Abaixo enumeramos as razões para esta posição, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto apresentado gastará 11,8 milhões de litros de água por dia para regar 722,24 hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela “diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis” freáticos[1]. Até na área de implementação o Relatório Não Técnico (RNT)[2] reconhece “manchas de sobreiros [...] aparentemente doentes ou mesmo mortos” (pág. 16), um sintoma da descida dos lençóis freáticos reconhecido por agricultores da região[1] mas descartado na análise.

Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, “o volume máximo autorizado para captação é de 4,827 hm3/ano”. Este projecto Hm-MN vai tomar 67% deste volume, uma vez que pretende captar 3,22 hm3 anualmente de água subterrânea a dois níveis de profundidade por meio de 34 furos. No RNT, pág. 15, “considera–se que não existirá uma afetação significativa da [massa de água subterrânea da Bacia Tejo–Sado], que o impacte negativo apresenta uma magnitude reduzida e é pouco significativo”, e “não se antevê [...] o registo de eventuais conflitos futuros com outros usos existentes na envolvente”. Quantificar como “reduzido” um impacto de 67% do volume máximo anual autorizado pela APA demonstra um erro crasso de lógica e uma dispensa grave dos factos. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm³ por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 4,33 hm³ de água gastos por ano.

Este consumo de água, por um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 64.500 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

---

[1] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[2] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que “o projeto não provoca pressão sobre a massa de água superficial e subterrânea, pelo que não são expectáveis impactes a assinalar” (RTN, pág. 14). Nestas herdades em particular, o relatório assume que “face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina”. Logo, estes químicos infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

De notar que não é referido na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana - o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde na descrição da fase de exploração sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas - este “deslize” demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região.

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação, com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em “duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine”, duas “Áreas Importantes para as Aves”, na “Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado” e num território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns “prioritários para a conservação”. Contudo, a conclusão desta secção resume-se à seguinte frase: “A presença abundante do habitat 2260 em toda a área de estudo, e também na generalidade da área do ZEC Comporta-Galé, poderá ser minimizar a significância do impacte gerado sobre este habitat.” Esta frase não é gramaticalmente nem logicamente inteligível, e não conclui nada sobre o impacto ambiental, que é o objetivo deste relatório.

O desrespeito pelos valores naturais do território são evidentes na descrição da atual paisagem das herdades, definida pela sua “planura (domínio da horizontalidade) e a monotonia dos matos e do coberto arbóreo em grande parte da área, traduzidas numa significativa homogeneidade.” - não é aceitável uma área com 9 tipos de habitats e 143 espécies vegetais identificadas em campo ser descrita como homogénea.

Além dos 722,24 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 83,11 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e que passam ao lado no EIA na enumeração das formas de destruição ecológica irreversível - o que é inadmissível.

As medidas de minimização consequentes são absurdas, limitando-se a fantasias como “ações de sensibilização ambiental destinadas aos trabalhadores envolvidos” - convidamos todos os leitores que partilhem connosco se conhecem histórias reais de implementação de acções

como estas em projetos de agricultura intensiva ou, se acontecem, se há resultados comprovados desta sensibilização.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

“O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de “Espaços Florestais de Produção” (RNT pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de 24km^2 (mais de 2 mil hectares) e de 60 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Ademais, este é tido como o principal impacto positivo do projeto, como se fosse suficiente para se sobrepor a todos os impactos negativos.

Caricatamente, são propostas medidas de valorização e reconhecimento da população local que são risíveis, como a “promoção e sensibilização para a adoção de meios de mobilidade suave, nomeadamente a bicicleta, assim como medidas de carsharing e carpooling (“partilha de veículos e boleias partilhadas”);”.

Adicionalmente, sabemos bem que o emprego sazonal da apanha do abacate provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 10 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental:

"*Em suma, ponderando-se todos os impactes ambientais, e designadamente os suscetíveis de afetar sobretudo a conservação de habitats e das espécies da flora, assim como, dos recursos hídricos subterrâneos, entende-se que o Projeto Agroflorestal HMMN é ambientalmente viável, e deve acolher parecer favorável da autoridade de AIA, apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal.*"

Declaramos veementemente que a qualidade deste Relatório não é admissível e revela uma desconcertante complacência com os interesses do promotor que a contratou, quando a sua obrigação é de análise imparcial do dano ambiental causado. Neste caso, este dano é inequivocamente da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Maria Santos

Catarina Rosa

pela Associação Dunas Livres

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o

panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o

panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Parecer para Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. Abaixo enumeramos as razões para esta posição, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto apresentado gastará 11,8 milhões de litros de água por dia para regar 722,24 hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela “diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis” freáticos[1]. Até na área de implementação o Relatório Não Técnico (RNT)[2] reconhece “manchas de sobreiros [...] aparentemente doentes ou mesmo mortos” (pág. 16), um sintoma da descida dos lençóis freáticos reconhecido por agricultores da região[1] mas descartado na análise.

Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, “o volume máximo autorizado para captação é de 4,827 hm3/ano”. Este projecto Hm-MN vai tomar 67% deste volume, uma vez que pretende captar 3,22 hm3 anualmente de água subterrânea a dois níveis de profundidade por meio de 34 furos. No RNT, pág. 15, “considera–se que não existirá uma afetação significativa da [massa de água subterrânea da Bacia Tejo–Sado], que o impacte negativo apresenta uma magnitude reduzida e é pouco significativo”, e “não se antevê [...] o registo de eventuais conflitos futuros com outros usos existentes na envolvente”. Quantificar como “reduzido” um impacto de 67% do volume máximo anual autorizado pela APA demonstra um erro crasso de lógica e uma dispensa grave dos factos. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm³ por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 4,33 hm³ de água gastos por ano.

Este consumo de água, por um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 64.500 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

---

[1] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[2] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que “o projeto não provoca pressão sobre a massa de água superficial e subterrânea, pelo que não são expectáveis impactes a assinalar” (RTN, pág. 14). Nestas herdades em particular, o relatório assume que “face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina”. Logo, estes químicos infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

De notar que não é referido na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana - o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde na descrição da fase de exploração sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas - este “deslize” demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região.

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação, com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em “duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine”, duas “Áreas Importantes para as Aves”, na “Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado” e num território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns “prioritários para a conservação”. Contudo, a conclusão desta secção resume-se à seguinte frase: “A presença abundante do habitat 2260 em toda a área de estudo, e também na generalidade da área do ZEC Comporta-Galé, poderá ser minimizar a significância do impacte gerado sobre este habitat.” Esta frase não é gramaticalmente nem logicamente inteligível, e não conclui nada sobre o impacto ambiental, que é o objetivo deste relatório.

O desrespeito pelos valores naturais do território são evidentes na descrição da atual paisagem das herdades, definida pela sua “planura (domínio da horizontalidade) e a monotonia dos matos e do coberto arbóreo em grande parte da área, traduzidas numa significativa homogeneidade.” - não é aceitável uma área com 9 tipos de habitats e 143 espécies vegetais identificadas em campo ser descrita como homogénea.

Além dos 722,24 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 83,11 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e que passam ao lado no EIA na enumeração das formas de destruição ecológica irreversível - o que é inadmissível.

As medidas de minimização consequentes são absurdas, limitando-se a fantasias como “ações de sensibilização ambiental destinadas aos trabalhadores envolvidos” - convidamos todos os leitores que partilhem connosco se conhecem histórias reais de implementação de acções

como estas em projetos de agricultura intensiva ou, se acontecem, se há resultados comprovados desta sensibilização.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

“O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de “Espaços Florestais de Produção” (RNT pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de 24km^2 (mais de 2 mil hectares) e de 60 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Ademais, este é tido como o principal impacto positivo do projeto, como se fosse suficiente para se sobrepor a todos os impactos negativos.

Caricatamente, são propostas medidas de valorização e reconhecimento da população local que são risíveis, como a “promoção e sensibilização para a adoção de meios de mobilidade suave, nomeadamente a bicicleta, assim como medidas de carsharing e carpooling (“partilha de veículos e boleias partilhadas”);”.

Adicionalmente, sabemos bem que o emprego sazonal da apanha do abacate provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 10 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental:

"*Em suma, ponderando-se todos os impactes ambientais, e designadamente os suscetíveis de afetar sobretudo a conservação de habitats e das espécies da flora, assim como, dos recursos hídricos subterrâneos, entende-se que o Projeto Agroflorestal HMMN é ambientalmente viável, e deve acolher parecer favorável da autoridade de AIA, apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal.*"

Declaramos veementemente que a qualidade deste Relatório não é admissível e revela uma desconcertante complacência com os interesses do promotor que a contratou, quando a sua obrigação é de análise imparcial do dano ambiental causado. Neste caso, este dano é inequivocamente da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Maria Santos

Catarina Rosa

pela Associação Dunas Livres

Parecer para Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. Abaixo enumeramos as razões para esta posição, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto apresentado gastará 11,8 milhões de litros de água por dia para regar 722,24 hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela “diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis” freáticos[1]. Até na área de implementação o Relatório Não Técnico (RNT)[2] reconhece “manchas de sobreiros [...] aparentemente doentes ou mesmo mortos” (pág. 16), um sintoma da descida dos lençóis freáticos reconhecido por agricultores da região[1] mas descartado na análise.

Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, “o volume máximo autorizado para captação é de 4,827 hm3/ano”. Este projecto Hm-MN vai tomar 67% deste volume, uma vez que pretende captar 3,22 hm3 anualmente de água subterrânea a dois níveis de profundidade por meio de 34 furos. No RNT, pág. 15, “considera–se que não existirá uma afetação significativa da [massa de água subterrânea da Bacia Tejo–Sado], que o impacte negativo apresenta uma magnitude reduzida e é pouco significativo”, e “não se antevê [...] o registo de eventuais conflitos futuros com outros usos existentes na envolvente”. Quantificar como “reduzido” um impacto de 67% do volume máximo anual autorizado pela APA demonstra um erro crasso de lógica e uma dispensa grave dos factos. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm³ por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 4,33 hm³ de água gastos por ano.

Este consumo de água, por um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 64.500 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

---

[1] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[2] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que “o projeto não provoca pressão sobre a massa de água superficial e subterrânea, pelo que não são expectáveis impactes a assinalar” (RTN, pág. 14). Nestas herdades em particular, o relatório assume que “face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina”. Logo, estes químicos infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

De notar que não é referido na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana - o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde na descrição da fase de exploração sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas - este “deslize” demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região.

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação, com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em “duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine”, duas “Áreas Importantes para as Aves”, na “Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado” e num território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns “prioritários para a conservação”. Contudo, a conclusão desta secção resume-se à seguinte frase: “A presença abundante do habitat 2260 em toda a área de estudo, e também na generalidade da área do ZEC Comporta-Galé, poderá ser minimizar a significância do impacte gerado sobre este habitat.” Esta frase não é gramaticalmente nem logicamente inteligível, e não conclui nada sobre o impacto ambiental, que é o objetivo deste relatório.

O desrespeito pelos valores naturais do território são evidentes na descrição da atual paisagem das herdades, definida pela sua “planura (domínio da horizontalidade) e a monotonia dos matos e do coberto arbóreo em grande parte da área, traduzidas numa significativa homogeneidade.” - não é aceitável uma área com 9 tipos de habitats e 143 espécies vegetais identificadas em campo ser descrita como homogénea.

Além dos 722,24 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 83,11 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e que passam ao lado no EIA na enumeração das formas de destruição ecológica irreversível - o que é inadmissível.

As medidas de minimização consequentes são absurdas, limitando-se a fantasias como “ações de sensibilização ambiental destinadas aos trabalhadores envolvidos” - convidamos todos os leitores que partilhem connosco se conhecem histórias reais de implementação de acções

como estas em projetos de agricultura intensiva ou, se acontecem, se há resultados comprovados desta sensibilização.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

“O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de “Espaços Florestais de Produção” (RNT pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de 24km^2 (mais de 2 mil hectares) e de 60 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Ademais, este é tido como o principal impacto positivo do projeto, como se fosse suficiente para se sobrepor a todos os impactos negativos.

Caricatamente, são propostas medidas de valorização e reconhecimento da população local que são risíveis, como a “promoção e sensibilização para a adoção de meios de mobilidade suave, nomeadamente a bicicleta, assim como medidas de carsharing e carpooling (“partilha de veículos e boleias partilhadas”);”.

Adicionalmente, sabemos bem que o emprego sazonal da apanha do abacate provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 10 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental:

"*Em suma, ponderando-se todos os impactes ambientais, e designadamente os suscetíveis de afetar sobretudo a conservação de habitats e das espécies da flora, assim como, dos recursos hídricos subterrâneos, entende-se que o Projeto Agroflorestal HMMN é ambientalmente viável, e deve acolher parecer favorável da autoridade de AIA, apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal.*"

Declaramos veementemente que a qualidade deste Relatório não é admissível e revela uma desconcertante complacência com os interesses do promotor que a contratou, quando a sua obrigação é de análise imparcial do dano ambiental causado. Neste caso, este dano é inequivocamente da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Maria Santos

Catarina Rosa

pela Associação Dunas Livres

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Reportagem Fotográfica na Barragem do Pego do Altar

Data: 29-09-2017

Autor: Nuno Pedro

Foto 1 de 3



Foto 2 de 3



Foto 3 de 3



75935_Reportagem Fotográfica Pego do Altar.pdf

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Eu Bruno Candeias venho por este meio apresentar a total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. Abaixo enumero as razões para esta posição, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. **Recursos Hídricos**

O projecto apresentado gastará 11,8 milhões de litros de água por dia para regar 722,24 hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela “diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis freáticos”.

Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, “o volume máximo autorizado para captação é de 4,827 hm3/ano”. Este projecto Hm-MN vai tomar 67% deste volume, uma vez que pretende captar 3,22 hm3 anualmente de água subterrânea a dois níveis de profundidade por meio de 34 furos. No RNT, pág. 15, “considera–se que não existirá uma afetação significativa da [massa de água subterrânea da Bacia Tejo–Sado], que o impacte negativo apresenta uma magnitude reduzida e é pouco significativo”, e “não se antevê […] o registo de eventuais conflitos futuros com outros usos existentes na envolvente”. Quantificar como “reduzido” um impacto de 67% do volume máximo anual autorizado pela APA demonstra um erro crasso de lógica e uma dispensa grave dos factos. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 4,33 hm3 de água gastos por ano.

Este consumo de água, por um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 64.500 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante.

Considero inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "o projeto não provoca pressão sobre a massa de água superficial e subterrânea, pelo que não são expectáveis impactes a assinalar" (RTN, pág. 14). Nestas herdades em particular, o relatório assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina".

Logo, estes químicos infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva. De notar que não é referido na secção de impactos – ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana – o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas – poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde na descrição da fase de exploração sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas – este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região.

- **Degradação Ecológica**

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação, com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), […] duas áreas Biótopo Corine", duas "Áreas Importantes para as Aves", na "Reserva Natural do Estuário do Sado, […] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), […] sítio RAMSAR do Estuário do Sado" e num território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação". Contudo, a conclusão desta secção resume-se à seguinte frase: "A presença abundante do habitat 2260 em toda a área de estudo, e também na generalidade da área do ZEC Comporta-Galé, poderá ser minimizar a significância do impacte gerado sobre este habitat." Esta frase não é gramaticalmente nem logicamente inteligível, e não conclui nada sobre o impacto ambiental, que é o objetivo deste relatório.

Os desrespeitos pelos valores naturais do território são evidentes na descrição da atual paisagem das herdades, definida pela sua "planura (domínio da horizontalidade) e a monotonia dos matos e do coberto arbóreo em grande parte da área, traduzidas numa significativa homogeneidade." – não é aceitável uma área com 9 tipos de habitats e 143 espécies vegetais identificadas em campo ser descrita como homogénea.

Além dos 722,24 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 83,11 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e que passam ao lado no EIA na enumeração das formas de destruição ecológica irreversível – o que é inadmissível.

As medidas de minimização consequentes são absurdas, limitando-se a fantasias como "ações de sensibilização ambiental destinadas aos trabalhadores envolvidos".

- **Ordenamento do Território**

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" (RNT pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

- **Fraca e injustificada promessa de emprego**

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de 24km^2 (mais de 2 mil hectares) e de 60 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Ademais, este é tido como o principal impacto positivo do projeto, como se fosse suficiente para se sobrepor a todos os impactos negativos.
Caricatamente, são propostas medidas de valorização e reconhecimento da população local que são risíveis, como a "promoção e sensibilização para a adoção de meios de mobilidade suave, nomeadamente a bicicleta, assim como medidas de carsharing e carpooling ("partilha de veículos e boleias partilhadas");".

Adicionalmente, sabemos bem que o emprego sazonal da apanha do abacate provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região – mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 10 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação. O relatório lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país – e não, nem ao nível de criação de emprego. Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental:

"Em suma, ponderando-se todos os impactos ambientais, e designadamente os suscetíveis de afetar sobretudo a conservação de habitats e das espécies da flora, assim como, dos recursos hídricos subterrâneos, entende-se que o Projeto Agroflorestal HMMN é ambientalmente viável, e deve acolher parecer favorável da autoridade de AIA, apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal." Declaramos veementemente que a qualidade deste Relatório não é admissível e revela uma desconcertante complacência com os interesses do promotor que a contratou, quando a sua obrigação é de análise imparcial do dano ambiental causado. Neste caso, este dano é inequivocamente da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade

regional e estatal de sequer considerarem avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Parecer para Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. Abaixo enumeramos as razões para esta posição, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto apresentado gastará 11,8 milhões de litros de água por dia para regar 722,24 hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela “diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis” freáticos[1]. Até na área de implementação o Relatório Não Técnico (RNT)[2] reconhece “manchas de sobreiros [...] aparentemente doentes ou mesmo mortos” (pág. 16), um sintoma da descida dos lençóis freáticos reconhecido por agricultores da região[1] mas descartado na análise.

Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, “o volume máximo autorizado para captação é de 4,827 hm3/ano”. Este projecto Hm-MN vai tomar 67% deste volume, uma vez que pretende captar 3,22 hm3 anualmente de água subterrânea a dois níveis de profundidade por meio de 34 furos. No RNT, pág. 15, “considera–se que não existirá uma afetação significativa da [massa de água subterrânea da Bacia Tejo–Sado], que o impacte negativo apresenta uma magnitude reduzida e é pouco significativo”, e “não se antevê [...] o registo de eventuais conflitos futuros com outros usos existentes na envolvente”. Quantificar como “reduzido” um impacto de 67% do volume máximo anual autorizado pela APA demonstra um erro crasso de lógica e uma dispensa grave dos factos. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm³ por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 4,33 hm³ de água gastos por ano.

Este consumo de água, por um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 64.500 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

---

[1] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[2] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que “o projeto não provoca pressão sobre a massa de água superficial e subterrânea, pelo que não são expectáveis impactes a assinalar” (RTN, pág. 14). Nestas herdades em particular, o relatório assume que “face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina”. Logo, estes químicos infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

De notar que não é referido na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana - o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde na descrição da fase de exploração sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas - este “deslize” demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região.

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação, com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em “duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine”, duas “Áreas Importantes para as Aves”, na “Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado” e num território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns “prioritários para a conservação”. Contudo, a conclusão desta secção resume-se à seguinte frase: “A presença abundante do habitat 2260 em toda a área de estudo, e também na generalidade da área do ZEC Comporta-Galé, poderá ser minimizar a significância do impacte gerado sobre este habitat.” Esta frase não é gramaticalmente nem logicamente inteligível, e não conclui nada sobre o impacto ambiental, que é o objetivo deste relatório.

O desrespeito pelos valores naturais do território são evidentes na descrição da atual paisagem das herdades, definida pela sua “planura (domínio da horizontalidade) e a monotonia dos matos e do coberto arbóreo em grande parte da área, traduzidas numa significativa homogeneidade.” - não é aceitável uma área com 9 tipos de habitats e 143 espécies vegetais identificadas em campo ser descrita como homogénea.

Além dos 722,24 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 83,11 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e que passam ao lado no EIA na enumeração das formas de destruição ecológica irreversível - o que é inadmissível.

As medidas de minimização consequentes são absurdas, limitando-se a fantasias como “ações de sensibilização ambiental destinadas aos trabalhadores envolvidos” - convidamos todos os leitores que partilhem connosco se conhecem histórias reais de implementação de acções

como estas em projetos de agricultura intensiva ou, se acontecem, se há resultados comprovados desta sensibilização.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

“O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de “Espaços Florestais de Produção” (RNT pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de 24km^2 (mais de 2 mil hectares) e de 60 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Ademais, este é tido como o principal impacto positivo do projeto, como se fosse suficiente para se sobrepor a todos os impactos negativos.

Caricatamente, são propostas medidas de valorização e reconhecimento da população local que são risíveis, como a “promoção e sensibilização para a adoção de meios de mobilidade suave, nomeadamente a bicicleta, assim como medidas de carsharing e carpooling (“partilha de veículos e boleias partilhadas”);”.

Adicionalmente, sabemos bem que o emprego sazonal da apanha do abacate provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 10 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental:

"*Em suma, ponderando-se todos os impactes ambientais, e designadamente os suscetíveis de afetar sobretudo a conservação de habitats e das espécies da flora, assim como, dos recursos hídricos subterrâneos, entende-se que o Projeto Agroflorestal HMMN é ambientalmente viável, e deve acolher parecer favorável da autoridade de AIA, apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal.*"

Declaramos veementemente que a qualidade deste Relatório não é admissível e revela uma desconcertante complacência com os interesses do promotor que a contratou, quando a sua obrigação é de análise imparcial do dano ambiental causado. Neste caso, este dano é inequivocamente da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Maria Santos

Catarina Rosa

pela Associação Dunas Livres

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO VALE DO SADO

REFORMULAÇÃO DO

PROJETO AGROFLORESTAL DAS HERDADES

DE MURTA E MONTE NOVO

EXPOENTE FRUGAL, LDA.

PRONÚNCIA EM SEDE DISCUSSÃO PÚBLICA

Exmos. Senhores,

A **ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO VALE DO SADO** (adiante designada apenas por **ABVS**), na qualidade de entidade gestora do **APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO VALE DO SADO** (adiante designado apenas por **AHVS**), tendo tomado conhecimento de que se encontra em fase de *discussão pública* o denominado projeto *Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte* Novo, da responsabilidade da EXPOENTE FRUGAL, LDA., vem expor e dizer o seguinte:

a. A **ABVS** celebrou com o Estado Português, em 22 de junho de 2009, pelo período de 20 anos, automaticamente renovável por novos períodos de 10 anos, o **CONTRATO DE CONCESSÃO DA GESTÃO DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO VALE DO SADO**, cabendo-lhe, entre outras, a obrigação de *assegurar a gestão racional da água de acordo com as normas estabelecidas e as disponibilidades hídricas,* bem como *garantir a igualdade e transparência no acesso e na utilização da água e da infraestrutura do AHVS* (cf. o disposto na Cláusula VIII, do referido Contrato de Concessão);

Pelo que,

b. Na prossecução da sua missão e no cumprimento das suas obrigações, legais e contratuais, a **ABVS** não pode deixar de estar atenta à utilização dos recursos hídricos na

área geográfica sob sua jurisdição, ou seja, dentro do denominado abreviadamente **AHVS**, quer correspondam a necessidades permanentes, quer precárias;

c. As Herdades da Murta e de Monte Novo, sitas no concelho de Alcácer do Sal, e aqui em causa, estão inseridas em parte no **AHVS**, detendo, respetivamente, das suas áreas totais, 25,47ha e 50,50ha como áreas beneficiadas, ou seja, áreas com direito a ser regadas a partir do referido **AHVS**;

d. Estas reconhecidas áreas beneficiadas das Herdades da Murta e de Monte Novo têm uma dotação de rega de 15.000 metros cúbicos por hectare, num ano normal, isto é, num ano em que não haja rateio para a distribuição da água disponível, face à sua escassez;

Ora,

e. Considerando o aumento da ocorrência de situações de insuficiência dos meios hídricos, importa, cada vez mais e com crescente rigor, promover uma gestão mais eficiente da água, que garanta o abastecimento justo e equitativo, presente e futuro, dos sistemas de regadio, como aquele que está sob a nossa gestão (o **AHVS**);

Efetivamente, neste cenário atual,

f. Colocam-se, como maior acuidade, as *supra* enunciadas obrigações da **ABVS**, designadamente assegurando uma gestão ainda mais racional das áreas ocupadas por culturas permanentes, regadas a título precário, e implementar medidas que contribuam para uma efetiva poupança no consumo de água de rega, designadamente através do aumento da sua eficiência;

Sucede que,

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO VALE DO SADO

g. Da análise do Projeto aqui em causa, resulta que o respetivo promotor pretende utilizar a água a que tem direito no âmbito das suas áreas beneficiadas acima identificadas, canalizando-a para áreas não beneficiadas (enquadrando-se na rega a título precário) para promoção de culturas permanentes;

h. O que, face ao que consta do Despacho n.º 2/2023, de 22 de maio, da Ministra da Agricultura e Alimentação, em vigor, não é, de todo, viável;

i. Acrescente-se que, mesmo quando viável, a rega a título precário apenas é autorizada pela **ABVS** anual e pontualmente, por forma a gerir racional, justa e adequadamente as disponibilidades hídricas sob seu controlo;

j. Ainda quanto ao alegado pedido de alteração do perímetro de rega pretendido promover, a **ABVS**, à semelhança do que já defendeu noutras situações, entende que qualquer modificação à atual configuração do AHVS terá sempre de ser contextualizada com as disponibilidades hídricas existentes e as necessidades verificadas dos atuais beneficiários e perspetivada de forma integrada, nunca individual e direcionada.

É tudo quanto nos cumpre dizer.

Alcácer do Sal, 04 de Julho de 2024

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Classificado com Discordância

No âmbito do processo de consulta pública a decorrer da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R) venho por este meio manifestar novamente oposição ao Projeto (*para além dos pontos já mencionados na consulta pública de Janeiro 2024)*, considerando que é prejudicial para o ambiente, para a economia e para a sociedade. O ponto fulcral reside na questão:

Qual o legado que se pretende deixar na Rede Natura 2000 para as gerações presentes e para as gerações futuras?

E os pontos de discordância com o Projeto Reformulado:

1.Da descrição do Projeto e o tipo de agricultura e práticas culturais

- **da descrição de Projeto que não corresponde à realidade a implantar** aponta práticas culturais do pomar de abacate como se tratasse de uma agricultura tradicional, sendo aqui realizada a chamada **"Agricultura 4.0",** em que são utilizadas um conjunto de tecnologias na produção e gestão agrícola que integram máquinas autónomas, gps, drones, pilotos automáticos**,** aplicativos móveis, recurso a energias renováveis e Big Data e Análise Avançada. Uma agricultura de precisão em que a recolha massiva de dados serve de base às decisões informadas dos agricultores e em que o EIA do Projeto Reformulado não reflecte este tipo de agricultura.

- **da descrição de Projeto e práticas agrícolas associadas à agricultura 4.0** -há a considerar os impactes decorrentes que podem afectar espécies protegidas ou ecossistemas sensíveis – o uso **de drones e o seu impacte e a respectiva análise de risco** nas aves da ZEC Comporta / Galé é um dos pontos resultantes daquela prática que não é estudado, nem mencionado.

2.Da situação de referência e impactes de escala

- a situação de referência do terreno sujeito à intervenção, está insuficientemente caracterizada em termos de ambiente e biodiversidade, não refletindo com precisão a realidade ambiental daí decorrem a: subestimação dos impactes, nomeadamente dos impactes de escala e inconsistência na avaliação e falta de base comparativa, levando a decisões inadequadas sobre medidas de mitigação.

A primeira operação de preparação do solo é a desmatação de 392 hectares de pinheiro manso (*Pinus pinea*) e 68 hectares de pinheiro bravo >qual é a densidade média (*n. árvores/ hectare*) nesta área? E qual o impacte que se vai verificar no campo?

A densidade média de campo para povoamentos puros de pinheiro manso *(Pinus Pinea*) e para povoamentos puros de pinheiro bravo *(Pinus Pinaster*) nos terrenos pobres, arenosos , podzolizados no concelho de Alcácer do Sal é respectivamente de 100 – 120 árvores /ha e de 1000- 1250 árvores /ha.

Segundo este valor de referência existem 39.200 a 47.040 pinheiros mansos e 68.000 a 85.000 pinheiros bravos na área de intervanção, árvores autóctones que vão ser cortadas, sendo quebrado o equilíbrio e afectando a biodiversidade, alterando habitats e prejudicando as espécies que dependem desses ecossistemas- o princípio da sustentabilidade ambiental na ZEC Comporta/ Galé é comprometido, não sendo este tipo de operação compatível com PDM Alcácer do Sal no artigo 56, nº3.

- Da não quantificação dos impactes da adubação da monocultura no aquífero quando a "Agricultura 4.0" é uma agricultura de precisão Big data e análise preditiva.

3.Do não alinhamento com a legislação e políticas europeias

- Não alinhamento com as políticas ambientais europeias , nas quais se incluem as políticas nacionais

Este projeto indo contra os objetivos da gestão da Rede Natura 2000, para além de ter impactes graves negativos na preservação e manutenção dos valores naturais existentes nas áreas afectadas.

-Não alinhamento com as políticas comerciais europeias. Não alinhamento com os princípios génese e linhas orientadoras do Regulamento da União Europeia sobre produtos livres de desmatamento (EUDR) O abacate aqui produzido é um produto proveniente de 719 hectares de desflorestação e desmatação dos solos, que levam à degradação florestal numa área protegida.

Melhores cumprimentos,

Deolinda Chaves

Nos quadros seguintes (quadro 1_2 e 2_2) é apresentada a alteração do uso da área do Projecto HM_HN_R.

Alteração de uso florestal para uso agrícola na ZEC Comporta/ Galé
PDM Alcácer do Sal e a sua compatibilidade no artigo 56, nº3
ZEC Comporta /Galé > tem uma área de 32.051 hectares

Qual o legado que se pretende deixar na Rede Natura 2000 para as gerações presentes e para as gerações futuras?

Quadro 1_2 Reconversão do uso florestal -> Uso agrícola na ZEC Comporta/ Galé

Situação no terreno – exploração florestal solo rústico, em sequeiro Em Rede Natura 2000 rede ecológica que visa conservar habitats naturais e biodiversidade Acção do Projeto -Substituição de espécies autóctones locais, de crescimento lento				**Situação com Projeto –** em solo rústico Exploração agrícola em regadio + obras construção civil dispersas pelo terreno Abacate em monocultura intensiva de regadio, agricultura 4.0+ impermeabilização da área em 76 hectares Espécie não autóctone (não nativa), de crescimento rápido	
Exploração florestal Tipo de povoamentos existente Pinhais adultos, que podem ter origem em arborizações (com mais de 80 anos) ou regeneração natural (com mais de 30 anos). Em harmonia com a natureza	**Área de intervenção** hectares	Densidade média n. árvores / hectare Valores reais de campo	Nº árvores cortadas Intervalo dependente da densidade	**Exploração agrícola** **Abacate** *Persea Americana Mill* Espécie subtropical Variedades guatemaltecas Hass e Jordana	**Obras construção civil** Rede de caminhos vedações, rede eléctrica, cinco casas de rega/bombagem, três casas de portaria, com impermeabilização permanente do solo, interrompendo processos do solo e toda a dinâmica de vida animal em área sensível da Rede Natura. Edificação em solo rústico sem contenção, não compatível com PDMA .numa área de 76 hectares.
Pinheiro manso (*Pinus pinea*), para **produção pinha** espécie Mediterrânea	392 hectares	100-120 árvores /ha	**39.200 - 47.040 árvores**	Densidade de plantação no pomar 555 plantas /ha	Uma rede de caminhos em 31 hectares que se vai expandir por vários pontos do terreno e um conjunto edificações que se distribui no terreno
Pinheiro bravo (Pinus pinaster), para **produção madeira –** Espécie Mediterrânea	327 hectares	1000-1250 árvores /ha	68 ha = **68.000- 85.000** Ainda no terreno **Área de corte raso* 259 ha** 259.000- 323.750 árvores	Densidade de plantação 555 plantas /ha Compasso 6x3 metros	Uma rede de caminhos em 31 hectares que se vai expandir por vários pontos do terreno e um conjunto edificações que se distribui no terreno
Sobreiro (*Quercus suber*) para **produção cortiça** , Espécie Mediterrânea		60-80 árvores /ha	A implantação do Projeto não implica o abate de quercíneas (sobreiro e azinheira)		
Montado de sobreiro e pinheiro manso	0,002	100-120 árvores /ha			
Acções do Projeto: Destruição, arranque, corte e substituição de espécies autóctones e a plantação de espécies não autóctones **Uso previsto** Salvaguarda e contribui para a valorização do património natural?	**Área de exploração florestal Total 719 hectares** **Valores de referência Área de intervenção** Projeto Reformulado EIA_página 44 Projeto Reformulado EIA_página 211-Quadro 4.41	Valores de referência Densidade média Valores referência de povoamentos que se desenvolvem em solos pobres de textura arenosa - classificados como Podzois no concelho de Alcácer do Sal	Exploração florestal *Área de corte raso Áreas em que o corte de pinheiro bravo já tinha sido realizado antes de EIA e emissão DIA	**Área de plantação agrícola Total 658 hectares** **Total de abacateiros:** 365.800 plantas Pomar de abacate : Sectores de plantação : 102 distribuídos por 5 fincas = 5 parcelas Projetos realocalizados para Alcácer do Sal a 20 km da plantação Armazém agrícola 14000 m2 ,estrutura de logística de embalamento e refrigeração da fruta, destino um centro de distribuição no Algarve Dimensão quase 3 vezes Altice Arena Alojamento trabalhadores 32 a 40 permanentes 219 a 365 temporários Centro interpretativo da ZEC Comporta/Gal	Área impermeabilizada de 76 hectares. Destes 31 hectares decaminhos Construções de edificado: Cinco casas de rega/bombagem cada uma de 400 m2= 2000 m2 Cinco reservatórios de água área de construção total: 19 hectares r1 reservatório de regularização da captação no canal da ABVS (150 m2), 3 casas de portaria -→ Identificadas **14 edificações em solo rústico,** o PDM aponta para uma edificação isolada em solo rústico -> **Captações água : 32 furos** >Cinco zonas de lavagem de pulverizadores e de outras máquinas Cinco painéis fotovoltaicos no plano de água dos reservatórios (3,37 ha) 8413 módulos que geram uma produção de energia de 4627 kWp.

Qual o legado que se pretende deixar na Rede Natura 2000 para as gerações presentes e para as gerações futuras?

Quadro 2_2 Reconversão do uso florestal -> Uso agrícola na ZEC Comporta/ Galé

Situação no terreno – exploração florestal solo rústico, em sequeiro Em Rede Natura 2000 rede ecológica que visa conservar habitats naturais e biodiversidade Substituição de espécies autóctones locais, de crescimento lento	**Situação com Projeto –** em solo rústico Exploração agrícola em regadio + obras construção civil dispersas pelo terreno – Abacate em monocultura intensiva de regadio, agricultura 4.0+ impermeabilização da área em 76 hectares espécie e não autóctone, de crescimento rápido
Exploração florestal actual & solo	**Exploração agrícola futura & solo**
O solo é um ecossistema complexo e a biodiversidade do solo representa mais de 25% da diversidade de vida terrestre. Os podzóis – aptidão: associados a exploração florestal associados a coníferas (em que os pinheiros são comuns). Solos com baixa capacidade de retenção para água, baixa fertilidade acidez severa ph 3.5-4.5, juntamente com deficiências de fosfato e toxicidade de alumínio.	O EIA Reformulado página 34 e 35 refere-se a este tipo de solos, solos arenosos, totalmente inertes e sem recursos para qualquer espécie plantada, uma vez que os solos não têm estrutura para reter os elementos necessários às plantas, nem capacidade de intercâmbio catiónico Solos que têm propriedades e e características que são contrárias à cultura do abacateiro – que se quer com solos húmidos e férteis, com nutrientes e um ph -6,5-7,5 e que vão necessitar de um valor elevado de agroquímicos, comprometendo a biodiversidade. Este Projeto caracteriza-se por intensificação do uso do solo, no qual é plantada uma cultura que tem um handicap de não suportar redução de consumos de água, ficando o sucesso da cultura comprometida se isso acontece.
Investimento & Legado	
A biodiversidade e os ecossistemas presentes no local de intervenção são o legado das antigas gerações. **As antigas gerações contribuíram de várias maneiras**: 1.com seu trabalho e custo não possível de ser quantificado; 2.**c**om conhecimento tradicional: as comunidades antigas acumularam conhecimento sobre plantas, animais e ecossistemas ao longo de gerações; 3.com a manutenção do cultivo adequado ao solo; 4.com a preservação de espécies locais; 5**.**com a conservação de recursos hídricos; 6.com a criação de Áreas Protegidas; 7.com inspiração para a geração atual**:** o respeito e a ligação das antigas gerações com a natureza inspiram as ações de conservação hoje e a visão de longo prazo.	o Projeto Agroflorestal HM-MN-R , tem um Investimento de 55M€ - monocultura de abacate espécie subtropical, crescimento rápido -implementado numa única fase e num período de cerca de 12 meses. -Início da construção/implantação prevista para o segundo semestre do ano de 2024, prevê-se como ano de entrada em exploração o ano de 2026 (1.º colheita) -e que a produção de ano cruzeiro, ocorra em 2029/2030. Uma exploração agrícola de monocultura que coloca no mercado 8.554.000 kg abacates por ano (13000 kg /ha) , que afecta 719 hectares de pinhal e cultiva intensivamente em 658 hectares em Rede Natura (ZEC Comporta/Galé) Uma visão de curto prazo, de interesse e utilidade privada com impactes na conservação da natureza, recursos hídricos, afectação e fragmentação de habitats, artificialização das áreas classificadas Da sustentabilidade social do Projeto: não gera emprego qualificado, emprego associado à precariedade. Não valoriza os produtos locais.,
	Alojamento dos trabalhadores a ser financiado pelo Projeto ou pela CMA/Contribuintes? O Protocolo ainda se mantém?

1.Da descrição do Projeto e o tipo de agricultura e práticas culturais

- **aponta práticas culturais do pomar de abacate como se tratasse de uma agricultura tradicional** sendo este tipo de projetos dada a sua dimensão – 658 hectares de plantação e o custo de investimento total 55 M€, e custo elevado de produção anual de (8.000 €/ hectare) num total de 5.264.000 € /ano -são os chamados megaprojetos e a agricultura aqui realizada é a chamada **"Agricultura 4.0"** que utiliza as mais modernas tecnologias. Na "Agricultura 4.0 " são utilizadas ferramentas digitais, automatização e robótica, isso aumenta a produtividade e reduz a dependência de mão de obra humana. No Projeto Reformulado são necessários apenas 32 a 40 trabalhadores para uma cultura intensiva e exigente de 658 hectares. Precisão, análise avançada da recolha massiva de dados é usada: os dados estão sempre presentes e ajudam os agricultores a tomar decisões informadas – aqui esses dados não são apresentados, por ex. programa de fertirrigaçao de acordo com a análise de solos do terreno e os respectivos impactes e a análise de risco da vulnerabilidade aquífero e impacte na qualidade de água.

- **da descrição de Projeto que não corresponde à realidade a implantar**, há que considerar que os impactes decorrentes das tecnologias da agricultura 4.0 em Rede Natura 2000 que podem afectar espécies protegidas ou ecossistemas sensíveis – o uso do impacto do uso de drones e a respectiva análise de risco nas aves da ZEC Comporta / Galé é um dos pontos resultantes daquela prática que não é estudado, nem mencionado.

2.**Da situação de referência** e impactes de escala

A instalação de uma monocultura de abacate de grande escala em Rede Natura 2000 é questionável
Primeira operação do Projeto HM-HN_R - preparação do solo com corte de pinheiros e seu sobcoberto
- Impacte desta operação em Rede Natura 2000

392 hectares ocupados por pinheiro manso (*Pinus Pinea*	68 hectares com pinheiro bravo (*Pinus pinaster)*
densidade média (árvores/hectare) = 100-120 arv/ha Em povoamentos idênticos na envolvente	densidade média (árvores/hectare) = 1000-1250 arv/ha
Total de pinheiros mansos a cortar *39.200 a 47.040 pinheiros*	***Total de pinheiros bravos a cortar*** *68.000 a 85.000*

Assim neste intervalo de valores de densidade média > os 392 hectares correspondem a 39.200 - 47.040 pinheiros mansos e nos 68 hectares de pinheiro bravo a cortar- serão abatidas entre 68.000 a 85.000 pinheiros.
De referir que 259 de hectares já sofreram corte de pinheiro bravo, antes do EIA.
Estes **pinheiros da área de intervenção a serem cortados** fornecem abrigo, alimento e condições adequadas para diversas espécies, sustentam uma variedade de organismos e estabilizam o solo (ajudando a prevenir a erosão do solo, mantendo-o estável e protegendo os habitats circundantes) desempenham um papel crucial no ciclo de nutrientes durante a fotossíntese, contribuem para a saúde dos ecossistemas, para proteção da vida selvagem e para a qualidade de vida das comunidades locais, o seu **corte e o corte do sob coberto** irão ter um efeito dominó e provocar um conjunto de impactes em série- *este tipo de operação do terreno não é compatível com* a sustentabilidade ambiental na ZEC Comporta/ *Galé, nem com PDM Alcácer do Sal artigo 56, nº3.*

Recursos hídricos

- O abacate e o handicap da intolerância à seca

No EIA são apontadas as necessidades hídricas do abacate, no entanto o ponto intolerância à secura nunca é abordado. E no caso de redução de consumos de água, a planta não tolera valores de redução de consumo de água para agricultura de 15% como os indicados em Janeiro 2024 para o Algarve, nesta situação o sucesso da cultura de abacate fica comprometida.

- Grau de vulnerabilidade dos solos da área do pomar intensivo de abacate

– os pódzois, que têm uma capacidade de retenção de poluentes moderada a reduzida. Esta característica, aliada à elevada permeabilidade, torna o aquífero existente bastante vulnerável aqueles poluentes utilizados no pomar (EIA inicial páginas 214 e 215). Esse impacte da adubação na qualidade da água e risco para a saúde pública não é quantificado, nem estudado e é relevante, dadas as quantidades de adubação ministradas num pomar desta dimensão, e da escala de impactes que podem resultar daí . E aqui esses impactes aparecem genericamente como de magnitude nula a reduzida e pouco significativos. e o EIA remete para o PRODI, 2010, sendo apenas listados o nome dos possíveis produtos a aplicar no processo de produção da pera-abacate (EIA Reformulado página 155)
Na agricultura de precisão 4.0 , com big data e análise preditiva as necessidades de adubação são conhecidas para todas as fases da cultura e o PRODI refere-se à produção integrada do abacateiro, que inclui um conjunto de boas práticas como rotação de culturas, o que não se aplica ao Projeto que é de monocultura.

.

3.Do não alinhamento com a legislação e políticas europeias

- Não alinhamento com <u>as políticas ambientais europeias</u>, nas quais se incluem as políticas nacionais. O projeto indo contra os objetivos da gestão da Rede Natura 2000 dado os impactes graves negativos na preservação e manutenção dos valores naturais existentes nas áreas afectadas.

-Não alinhamento com as <u>políticas comerciais europeias.</u> Não alinhamento com os **<u>princípios génese e linhas orientadoras</u>** do Regulamento 2023/1115 de 29 Junho, sobre produtos livres de desmatamento (EUDR) a entrar em vigor a 30 dezembro de 2024. apesar da versão actual só se aplicar a seis comodities , nas próximas revisões espera-

se que uma base mais alargada de produtos seja incluída (à circulação, importação, exportação dos produtos provenientes de terras desmatadas depois de 31 Dezembro de 2020). O abacate aqui produzido é um produto proveniente de 719 hectares de desflorestação e desmatação dos solos, que levam à degradação florestal numa área protegida.

Em resumo o Projeto Agroflorestal HM-MN-R inserido na Rede Natura 2000 sítio Comporta Galé (PTCON0034) não tem sustentabilidade ambiental, não equilibra as preocupações ambientais, sociais e económicas para garantir a viabilidade a longo prazo, comprometendo a capacidade das gerações presentes e das futuras e por conseguinte não é ambientalmente viável, dadas as práticas mencionadas e deve acolher parecer desfavorável da autoridade de AIA e que sejam tomadas medidas para salvaguardar o património natural e os interesses das populações do concelho de Alcácer do Sal.

Cumprimentos

Deolinda Chaves

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Posição Pública sobre o projecto de plantação de abacates do Conselho de Alcácer do Sal, Projecto Agroflorestal ds Herdades da Murta e Monte Novo - vulgo "projecto dos abacates"

Sumário Executivo

O cultivo da espécie tropical e sub-tropical abacate (persea americana) na dimensão proposta, ou noutra qualquer, deve ser proibido, uma vez que se trata de uma espécie que não deve ser autorizada em zonas onde a água é escaça, como é o caso. Com efeito, o abacateiro, exige cerca de 1.000 litros de água por cada kg de fruto produzido, ou seja consoante as espécies, entre 70 a 300 litros por cada peça desta fruta. Acresce ainda que não se vislumbram vantagem económicas para o conselho, uma vez que o valor-acrescentado local é próximo de zero, pois nem o emprego gerado será para habitantes da região, nem o seu processamento industrial se fará na região. Assim esta produção é altamente lesiva do ambiente sem gerar vantagens económicas relevantes para o Conselho de Alcácer do Sal sendo assim imperioso que seja rejeitada.

Desenvolvimento

1. A espécie Abacate (persea americana) é oriunda de climas tropicais ou sub-tropicais e completamente desaconselhável em climas mediterrânicos como o nosso, onde consome quantidade inaceitáveis de água, contribui para a desflorestação e destruição de biodiversidade do nosso conselho numa região que, segundo o PDM, é maioritariamente florestal e que já luta com escacez de água para consumo humano. Acresce ainda que a sua exploração intensiva leva à destruição dos solos, que são frágeis, prejudica as restantes espécies, bem como a já ameaçada vida selvagem.
2. Estima-se que um abacateiro exige, em média, cerca de 1.000 litros de água por cada kg de fruto produzido, ou seja consoante as espécies, entre 70 a 300 litros por cada peça desta fruta.
3. O valor acrescentado para o Conselho deste tipo de exploração agrícola é próxima do zero, pois não gera emprego de habitantes do conselho (pois o número de trabalhadores locais que potencialmente aceitem este tipo de trabalho é praticamente inexistente), levando à importação de mão-de-obra de outras paragens.
4. Não raras vezes, como tem sido documentado recentemente, esta importação de mão de obra de outras paragens que esteja disposta a aceitar este tipo de empregos, conjugada com a falta de fiscalização, tem gerado oportunidades de actuação às redes de tráfego de seres humanos.
5. A isso acresce o facto de que o produto final nem sequer se destina à transformação no conselho, tornando assim também irrelevante a sua hipotética mais-valia industrial para Alcácer do Sal.
6. Os restantes agricultores locais, incluindo os de subsistência, são igualmente prejudicados indirectamente pela redução de água disponível para os seus produtos agrícolas pois serão obrigados à sua redução num cenário de escacez generalizada de àgua como já sucedeu noutros países onde esse fenómeno está documentado e como está a suceder no Algarve onde este tipo de plantações também existem.
7. Note-se, no entanto, que o plantio e exploração comercial em Portugal deste tipo de produto é potencialmente muito lucrativa (apenas) para os seus produtores pois evita os enormes custos de transporte em tempo útil associados à sua eventual importação de países distantes para venda ao público no mercado local, preços que têm sistematicamente aumentado.
8. Assim a única entidade que sai a ganhar potencialmente com este tipo de exploração agrícola são os próprios promotores, ficando todos os restantes intervenientes a perder, intervenientes estes que compete aos poderes públicos proteger. Perde o conselho, não gera emprego local, não gera mais-valia industrial local, degrada irremediavelmente o ambiente, prejudica os restantes agricultores fiéis aos produtos oriundos da região, prejudica as outras atividades económicas respeitadoras do ambiente ou seja, ficam os restantes intervenientes, que não o promotor, a perder.
9. **Uma produção altamende lesiva do ambiente, que não gera emprego local, nem qualquer outra forma de valor acrescentado, não deve ser autorizada na dimensão inicialmente proposta ou nesta outra dimensão ligeiramente mais reduzida**. **Este projecto já foi reprovado recentemente com uma dimensão praticamente idêntica aquela que agora é proposta, pelo que seria incompreensível a sua aprovação nos termos agora propostos.**
10. O projeto agora reformulado não apresenta melhorias suficientes para justificar uma aprovação, antes reforça os argumentos já introduzidos para a sua rejeição liminar.
11. Com efeito, a redução da sua área agrícola em 8,8% e a diminuição dos furos de 34 para 32 são insuficientes para mitigar os impactos ambientais negativos. Os cinco reservatórios de água previstos, cobrindo 19,01 ha, apresentam um problema significativo de evaporação, e 3ha de painéis solares flutuantes, caso venham a ser implementados, são insuficientes para compensar essa perda.
12. A mudança no espaçamento entre linhas de plantação de cinco para seis metros é irrelevante para o desenvolvimento das espécies nativas.
13. A preparação e fertilização do solo permanecem inalteradas, e as necessidades hídricas, embora reduzidas (estimadas) de 4,33 hm^3/ano para 3,95 hm^3/ano, continuam a ser incompatíveis com a diminuição da pluviosidade na região.
14. A captação de água do canal de rega é inviável sem bombagem, pois a área de plantação está ao sul da estrada nacional 253.
15. O projeto abrange duas Zonas Especiais de Conservação e uma Zona de Proteção Especial, além de áreas biótipo Corine e a Reserva Natural do Estuário do Sado. Entre 2015 e 2024, foram detetadas apenas 32 espécies de aves e dois mamíferos em mais de 2400 ha, indicando um impacto ambiental significativo que o projeto só agravaria.

Conclusão

É assim um imperativo ambiental, económico e social a recusa definitiva de um projecto como este, sendo em vez disso essencial focar as decisões camarárias, o trabalho dos funcionários, a intervensão das agências governamentais na informação à opinião pública, na preservação da água, em suma na proteção do meio ambiente, pois a gestão sustentável dos recursos hídricos é crucial para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Rogério Carapuça

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

vueling | BOARDING GROUP 3

Lisbon T2		Amsterdam
LIS	✈	AMS

Flight
VY8436

Date
21/05/24

Boarding
17:00h

Departure
17:40h

Seat
25B

Passenger
DIANA SHALKIVSKA

Document
PT P-6526

Underseat bag

XLITMA - 0037

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES
Alcácer do Sal

Assunto: Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e Monte Novo (HM-MN-R)

No âmbito do processo supra identificado, considerando que:

a) a reformulação de que foi objeto o projeto ora em causa em nada faz infirmar quanto disse quando se pronunciou sobre o mesmo;

b) tal reformulação revela, ademais, a falta de consciência crítica e a falta de sensibilidade dos seus promotores para a gravidade do que verdadeiramente está em causa;

c) a conservação da água, que é um recurso escasso, finito e em acelerado processo de perda, não se compatibiliza com o tipo de cultura pretendida implementar;

d) a conservação dos recursos hídricos da região, designadamente do lençol freático pretendido atingir deve antes tornar-se um desígnio não só do concelho de Alcácer do Sal como de todos os seus concelhos limítrofes;

e) a conservação dos recursos hídricos ora em causa deve mobilizar todos os agentes económicos, numa perspetiva de conservação de modelos de negócio compatíveis com a conservação dos recursos naturais e com o futuro da vida nestes territórios, com a sustentabilidade a médio e longo prazo;

f) da água dependem a vida humana, vegetal e animal;

a Associação de Agricultores de Alcácer do Sal reitera o teor do seu parecer inicial, que é negativo, relativamente ao projeto em causa.

Pela Direção,

Francisco Vacas

Manuel Etelvino

Francisco Carvalho

João Malta Vacas

António Dias Lince

Estrada Nacional, nº5 7580-103 Alcácer do Sal
NIF: 501 965 556 Telef. e Fax.: 265 623 141 Telemovel: 961 781 357
E-mail: assalcsal@capmail.com.pt

76443_Parecer para 2a Consulta Puì•blica da Reformulacì§aì•o do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo 2.pdf

Parecer para Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. Abaixo enumeramos as razões para esta posição, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto apresentado gastará 11,8 milhões de litros de água por dia para regar 722,24 hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela “diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis” freáticos[1]. Até na área de implementação o Relatório Não Técnico (RNT)[2] reconhece “manchas de sobreiros [...] aparentemente doentes ou mesmo mortos” (pág. 16), um sintoma da descida dos lençóis freáticos reconhecido por agricultores da região[1] mas descartado na análise.

Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, “o volume máximo autorizado para captação é de 4,827 hm3/ano”. Este projecto Hm-MN vai tomar 67% deste volume, uma vez que pretende captar 3,22 hm3 anualmente de água subterrânea a dois níveis de profundidade por meio de 34 furos. No RNT, pág. 15, “considera–se que não existirá uma afetação significativa da [massa de água subterrânea da Bacia Tejo–Sado], que o impacte negativo apresenta uma magnitude reduzida e é pouco significativo”, e “não se antevê [...] o registo de eventuais conflitos futuros com outros usos existentes na envolvente”. Quantificar como “reduzido” um impacto de 67% do volume máximo anual autorizado pela APA demonstra um erro crasso de lógica e uma dispensa grave dos factos. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm³ por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 4,33 hm³ de água gastos por ano.

Este consumo de água, por um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 64.500 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

---

[1] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[2] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que “o projeto não provoca pressão sobre a massa de água superficial e subterrânea, pelo que não são expectáveis impactes a assinalar” (RTN, pág. 14). Nestas herdades em particular, o relatório assume que “face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina”. Logo, estes químicos infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

De notar que não é referido na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana - o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde na descrição da fase de exploração sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas - este “deslize” demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região.

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação, com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em “duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine”, duas “Áreas Importantes para as Aves”, na “Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado” e num território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns “prioritários para a conservação”. Contudo, a conclusão desta secção resume-se à seguinte frase: “A presença abundante do habitat 2260 em toda a área de estudo, e também na generalidade da área do ZEC Comporta-Galé, poderá ser minimizar a significância do impacte gerado sobre este habitat.” Esta frase não é gramaticalmente nem logicamente inteligível, e não conclui nada sobre o impacto ambiental, que é o objetivo deste relatório.

O desrespeito pelos valores naturais do território são evidentes na descrição da atual paisagem das herdades, definida pela sua “planura (domínio da horizontalidade) e a monotonia dos matos e do coberto arbóreo em grande parte da área, traduzidas numa significativa homogeneidade.” - não é aceitável uma área com 9 tipos de habitats e 143 espécies vegetais identificadas em campo ser descrita como homogénea.

Além dos 722,24 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 83,11 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e que passam ao lado no EIA na enumeração das formas de destruição ecológica irreversível - o que é inadmissível.

As medidas de minimização consequentes são absurdas, limitando-se a fantasias como “ações de sensibilização ambiental destinadas aos trabalhadores envolvidos” - convidamos todos os leitores que partilhem connosco se conhecem histórias reais de implementação de acções

como estas em projetos de agricultura intensiva ou, se acontecem, se há resultados comprovados desta sensibilização.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

“O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de “Espaços Florestais de Produção” (RNT pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de 24km^2 (mais de 2 mil hectares) e de 60 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Ademais, este é tido como o principal impacto positivo do projeto, como se fosse suficiente para se sobrepor a todos os impactos negativos.

Caricatamente, são propostas medidas de valorização e reconhecimento da população local que são risíveis, como a “promoção e sensibilização para a adoção de meios de mobilidade suave, nomeadamente a bicicleta, assim como medidas de carsharing e carpooling (“partilha de veículos e boleias partilhadas”);”.

Adicionalmente, sabemos bem que o emprego sazonal da apanha do abacate provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 10 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental:

"*Em suma, ponderando-se todos os impactes ambientais, e designadamente os suscetíveis de afetar sobretudo a conservação de habitats e das espécies da flora, assim como, dos recursos hídricos subterrâneos, entende-se que o Projeto Agroflorestal HMMN é ambientalmente viável, e deve acolher parecer favorável da autoridade de AIA, apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal.*"

Declaramos veementemente que a qualidade deste Relatório não é admissível e revela uma desconcertante complacência com os interesses do promotor que a contratou, quando a sua obrigação é de análise imparcial do dano ambiental causado. Neste caso, este dano é inequivocamente da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Maria Santos

Catarina Rosa

pela Associação Dunas Livres

geota
Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Parecer sobre o EIA Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

Lisboa, 24 de janeiro de 2024

No âmbito do procedimento de consulta pública do Projeto Agroflorestal da Herdade das Murtas e Monte Novo, o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente - vem expressar a sua veemente discordância com o projeto e com o respetivo Estudo de Impacto Ambiental, considerando que este deve ser rejeitado. O GEOTA baseia o seu parecer desfavorável sobre o projeto Agroflorestal nos seguintes pontos:

1)Ecologia – Fauna, Flora e Biodiversidade

Constata-se que a área de implantação do projeto está totalmente integrada em duas Zonas Especiais de Conservação da rede Natura 2000: a ZEC Comporta/Galé (PTCON0034) e, para Norte, a ZEC Estuário do Sado (PTCON0011), bem como em duas áreas Biótopo Corine: Estuário do Sado (C14100013) e Comporta (C14100107). Engloba, também, a totalidade da Área Importante para as Aves (IBA) do Açude da Murta e da Zona de Proteção Especial (ZPE) do Açude da Murta (PTZPE0012), e intersecta, ainda que parcialmente, a Reserva Natural do Estuário do Sado, a ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), o sítio RAMSAR do Estuário do Sado e as IBA do Estuário do Sado.

A recente Resolução do Conselho de Ministros n.º 190/2023 pretende que se reconheça que Portugal tem 34,8 % da superfície terrestre com estatuto de protecção, tendo em conta o território integrado no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) que abrange a Rede Nacional de Áreas Protegidas, Áreas classificadas integradas na Rede Natura 2000 (ZEC da Directiva Habitats e ZEP da Directiva Aves), Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais designadas ao abrigo da Convenção de Ramsar, reservas da biosfera da UNESCO, reservas biogenéticas, geoparques englobados na Rede Global de Geoparques da UNESCO, perfazendo um total de 181 locais classificados e 3 100 677 hectares do território terrestre de Portugal Continental com protecção legal.

A mesma resolução pretende evidenciar o cumprimento do compromisso internacional que Portugal assumiu quanto à proteção legal de, pelo menos, 30 % da superfície terrestre, conforme previsto na

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030 e assumido na 15.ª Conferência das Partes das Nações Unidas, no âmbito da Convenção para a Diversidade Biológica realizada no final de 2022.

Ora no presente EIA, mais especificamente no seu aditamento em resposta à CCDR Alentejo, extrai-se que existe uma ocupação de cerca de 28% da área da ZEC Comporta-Galé (32 051 ha), sendo que, se for considerada a área de intervenção do Projeto Agroflorestal Herdade da Murta-Herdade de Monte Novo (805,35 ha), implica um aumento da ocupação para aproximadamente 30,4% da ZEC.

A Rios e Aquíferos, autora do EIA, com base na cartografia da proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé (Quadros 2.7 e 2.8) e o Intersig do ICNF (Quadros 2.10 e 2.12), quantifica os valores naturais (habitats e flora alvo) em área (hectares) e em percentagem (%) de afetação relativamente à área total de ocupação do conjunto de projetos turísticos e agrícolas existentes na ZEC Comporta-Galé. Da leitura dos quadros, constata-se que de entre os valores naturais que justificaram a sua classificação:

- 8 habitats em 14 apresentam 34 a 40% de destruição.
- Espécies como *Linaria bipunctata subsp. glutinosa* e *Myosotis lusitânica* estão praticamente dizimadas na ZEC.
- As espécies *Santolina impressa, Armeria rouyana, Jonopsidium acaule* viram a sua área de povoamento na ZEC reduzida em 37,5 %, 27,75 % e 33,65%, respectivamente.
- Estão praticamente dizimados na ZEC os habitats 3210 - Cursos de água naturais da Fenoscândia, 3280 - Cursos de água mediterrânicos permanentes da *Paspalo-Agrostidion* com cortinas arbóreas ribeirinhas de *Salix e Populus alba*, 6420 - Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da *Molinio-Holoschoenion*, 91B0 - Freixiais termófilos de *Fraxinus angustifólia*, 91F0 - Florestas mistas de *Quercus robur*, *Ulmus laevis*, *Ulmus minor*, *Fraxinus excelsior* ou *Fraxinus angustifolia* das margens de grandes rios (*Ulmenion minoris*), 92A0 Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba* e 92D0 Galerias e matos ribeirinhos meridionais (*Nerio-Tamaricetea* e *Securinegion tinctoriae*).

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

geota
Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Quadro 2.7 - Habitats naturais de interesse comunitário existentes na área das propriedades/projetos, área total abrangida (hectares) e cálculo da percentagem total (%) de afetação para o conjunto dos projetos em relação à sua área ocupada na ZEC Comporta/Galé – Fonte: Proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé, versão de abril de 2020

Área total das Propriedades/Projetos (hectares)	Área total da ZEC Comporta/Galé (hectares)	Identificação dos Habitats naturais de interesse comunitário na área da propriedade/projeto	Tipos de habitat natural	Área total ocupada pelo Habitat na ZEC Comporta/Galé (hectares)*	Área da propriedade/projeto abrangida pelo habitat (hectares)	% de Afetação em relação à área ocupada na ZEC Comporta/Galé
11348,97	32051,00	1150*	Lagunas costeiras	909,44	3,26	0,36
		1210	Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré	997,80	98,39	9,86
		2110	Dunas móveis embrionárias	997,80	59,75	5,99
		2120	Dunas móveis do cordão dunar com Ammophila arenaria (dunas brancas)	997,80	59,76	5,99
		2130*	Dunas fixas com vegetação herbácea (dunas cinzentas)	997,80	75,79	7,60
		2150*	Dunas fixas descalcificadas atlânticas (Calluno-Ulicetea)	25766,14	9318,74	36,17
		2190	Depressões húmidas intradunares	26997,01	9318,74	34,52
		2230	Dunas com prados da Malcolmietalia	25766,14	9318,74	36,17
		2250*	Dunas litorais com Juniperus spp	26763,93	9355,90	34,96
		2260	Dunas com vegetação esclerófila da Cisto-Lavenduletalia	26339,87	9318,74	35,38
		2270*	Dunas com florestas de Pinus pinea ou Pinus pinaster ssp. atlantica	25766,14	9318,74	36,17
		3110	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies arenosas	321,72	127,25	39,55
		3160	Lagos e charcos distróficos naturais	321,72	127,25	39,55
		6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da Molinio-Holoschoenion	1271,93	110,28	8,67

*Área observada da cartografia da proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé

Quadro 2.8 – Flora alvo existente na área das propriedades/projetos, área total abrangida (hectares) e cálculo da percentagem total (%) de afetação para o conjunto dos projetos em relação à sua área ocupada na ZEC Comporta/Galé – Fonte: Proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé, versão de abril de 2020

Área total das Propriedades/Projetos (hectares)	Área total da ZEC Comporta/Galé	Identificação da Flora alvo na área da propriedade/projeto	Área total ocupada pela Espécie na ZEC Comporta/Galé* (hectares)	Área da propriedade/projeto abrangida pela espécie (hectares)	% de Afetação em relação à área ocupada na ZEC Comporta/Galé
11348,97	32051,00	*Armeria rouyana*	15165,16	4208,51	27,75
		Herniaria maritima	1621,29	109,95	6,78
		Jonopsidium acaule	11919,99	4010,63	33,65
		Linaria bipunctata subsp. glutinosa	0,20	0,19	96,95
		Myosotis lusitanica	0,03	0,03	99,73
		Santolina impressa	8323,02	3121,11	37,50
		Thymus carnosus	1478,41	27,21	1,84

*Área observada da cartografia da proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé

Quadro 2.10 – Habitats Naturais e seminaturais existentes na área das propriedades/projetos, área total abrangida (hectares) e cálculo da percentagem total (%) de afetação para o conjunto dos projetos em relação à sua área ocupada na ZEC Comporta/Galé – Fonte: ICNF, InterSIG

Área total das Propriedades/Projetos (hectares)	Área total da ZEC Comporta/Galé (hectares)	Identificação dos Habitats naturais de interesse comunitário na área da propriedade/projeto	Área total ocupada pelo Habitat na ZEC Comporta/Galé (hectares)	Área da propriedade/projeto abrangida pelo habitat (hectares)	% de Afetação em relação à área ocupada na ZEC Comporta/Galé
11348,97	32051,00	2150* + 2190 + 2230 + 2250* + 2260 + 2270*	25766,14	9222,56	35,79
		2190 + 3150 + 3170* + 4020* + 3110 + 6420 + 3130 +3160	321,72	127,26	39,56
		3210 + 3280 + 6420 + 91B0 + 91F0 + 92A0 + 92D0	34,82	33,28	95,57

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
combater a corrupção em todas as suas formas

geota
Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Quadro 2.12 – Flora RELAPE existente na área das propriedades/projetos, área total abrangida (hectares) e cálculo da percentagem total (%) de afetação para o conjunto dos projetos em relação à sua área ocupada na ZEC Comporta/Galé – Fonte: ICNF, InterSIG

Área total das Propriedades/Projetos (hectares)	Área total da ZEC Comporta/Galé	Identificação da Flora RELAPE na área da propriedade/projeto	Área total ocupada pela Espécie na ZEC Comporta/Galé (hectares)	Área da propriedade/projeto abrangida pela espécie (hectares)	% de Afetação em relação à área ocupada na ZEC Comporta/Galé
11348,97	32051,00	*Armeria rouyana*	16017,08	6536,96	40,81
		Jonopsidium acaule + *Armeria rouyana*	3378,08	2185,81	64,71

Legenda:

2150*	Dunas fixas descalcificadas atlânticas (Calluno-Ulicetea)
2190	Depressões húmidas intradunares
2230	Dunas com prados da Malcolmietalia
2250*	Dunas litorais com Juniperus spp
2260	Dunas com vegetação esclerófila da Cisto-Lavenduletalia
2270*	Dunas com florestas de Pinus pinea ou Pinus pinaster ssp. atlantica
3110	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies arenosas
3130	Águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da Littorelletea uniflorae e ou da Isoëto-Nanojuncetea.
3150	Lagos eutróficos naturais com vegetação da Magnopotamion ou da Hydrocharition
3160	Lagos e charcos distróficos naturais
3170*	Charcos temporários mediterrânicos
4020*	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de Erica ciliaris e Erica tetralix.
3210	Cursos de água naturais da Fenoscândia
3280	Cursos de água mediterrânicos permanentes da Paspalo-Agrostidion com cortinas arbóreas ribeirinhas de Salix e Populus alba
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da Molinio-Holoschoenion
91B0	Freixiais termófilos de Fraxinus angustifolia.
91F0	Florestas mistas de Quercus robur, Ulmus laevis, Ulmus minor, Fraxinus excelsior ou Fraxinus angustifolia das margens de grandes rios (Ulmenion minoris).
92A0	Florestas-galerias de Salix alba e Populus alba.
92D0	Galerias e matos ribeirinhos meridionais (Nerio-Tamaricetea e Securinegion tinctoriae). |

Conclui-se, portanto, que a conservação da ZEC Comporta-Galé é uma falácia e uma violação inadmissível da Lei! Governo, administração central, regional e local fingem que conservam os valores naturais quando todo e qualquer projecto é aprovado e implementado! Com efeito, se olharmos para a imagem de satélite, por exemplo do google maps, facilmente nos apercebemos do grau de intervenção e destruição da ZEC, inclusivé com alterações topográficas importantes como enormes áreas aplanadas para a proliferação de pivots de rega.

2)Legislação aplicável e violações

Do ponto de vista jurídico, o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, republicado pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de Fevereiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de Novembro, em https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=3096&tabela=leis&so_miolo=S, revê a transposição para a ordem jurídica interna de algumas directivas comunitárias relativas à conservação

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

das aves selvagens (diretiva aves) e à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (diretiva habitats).

No seu **Artigo 9.º - Actos e actividades condicionados**, ponto 1 é dito que "Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 7.º, as **entidades da Administração Pública com intervenção nas zonas especiais de conservação devem**, no exercício das suas competências, **evitar a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, bem como as perturbações que atinjam espécies para as quais as zonas foram designadas**, na medida em que possam vir a ter um efeito significativo, atendendo aos objectivos do presente diploma."

De acordo com o **n.º 9 e nº 1 do Artigo 10º** - Avaliação de impacte ambiental e análise de incidências ambientais do mesmo Decreto, "As acções, planos ou **projectos** previstos no n.º 1 **apenas são autorizados** quando tiver sido assegurado que **não afectam a integridade do sítio** da lista nacional de sítios, do sítio de interesse comunitário, da ZEC ou da ZPE em causa". O **n.º 1 do Artigo 10º** refere "As acções, planos ou projectos não directamente relacionados com a gestão de um sítio da lista nacional de sítios, de um sítio de interesse comunitário, de uma ZEC ou de uma ZPE e não necessários para essa gestão, mas susceptíveis de afectar essa zona de forma significativa, individualmente ou em conjugação com outras acções, planos ou projectos, devem ser objecto de avaliação de incidências ambientais no que se refere aos objectivos de conservação da referida zona."

De acordo com o n.º 10 do Artigo 10º do mesmo Decreto, "**A realização de** acção, plano ou **projecto objecto de conclusões negativas na avaliação de impacte ambiental** ou na análise das suas incidências ambientais **depende do reconhecimento**, por despacho conjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território e do ministro competente em razão da matéria, **da ausência de soluções alternativas e da sua necessidade por razões imperativas de reconhecido interesse público, incluindo de natureza social ou económica"**.

De acordo com o n.º 11 do Artigo 10º do mesmo Decreto, e sem prejuízo do disposto no n.º 10, quando a acção, plano ou **projecto** objecto de conclusões negativas na avaliação de impacte ambiental ou na análise das suas incidências ambientais **afecte um tipo de habitat natural ou espécie prioritários de um sítio da lista nacional de sítios, de um sítio de interesse comunitário, de uma ZEC e de uma ZPE**, **apenas podem ser invocadas** as seguintes **razões**:

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

geota
Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

a) A saúde ou a segurança públicas;

b) As consequências benéficas primordiais para o ambiente;

c) Outras razões imperativas de reconhecido interesse público, mediante parecer prévio da Comissão Europeia.

Com base no exposto afirmamos perentoriamente que este **projecto é ilegal**, com uma **violação** clara de:

- **Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 140/99**, uma vez que as entidades da Administração Pública com intervenção nas zonas especiais de conservação estão a **promover** a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, assim como perturbações que vão atingir espécies para as quais a Zona Especial de Conservação foi designada;

- **n.º 9 do Artigo 10º do Dec-Lei nº 140/99**, com base nos resultados do EIA foi objetivamente demostrado que a integridade do sítio será afectada muito negativamente de forma irreversível, colocando em causa os objectivos de conservação que levaram a criação da ZEC;

- **n.º 10 do Artigo 10º do Dec-Lei nº 140/99**, uma vez que no processo de avaliação de impacto ambiental não foram avaliadas soluções alternativas nem existem razões imperativas de reconhecido interesse público na implantação de 722 ha de abacates e de 83 ha com estruturas e infraestruturas;

- **n.º 11 do Artigo 10º do Dec-Lei nº 140/99**, dado que não podem ser invocadas razões relacionadas com saúde ou segurança públicas, nem consequências benéficas primordiais para o ambiente, nem outras razões imperativas de reconhecido interesse público que exigem parecer prévio da Comissão Europeia.

geota
Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Se dúvidas existirem quanto à violação da Lei, do EIA extrai-se que na área do projecto:

- Foram identificados 9 habitats listados no Anexo B-I do Decreto-Lei da Rede Natura 2000. Destacam-se os habitats prioritários para a conservação 2150*- Dunas fixas descalcificadas atlânticas e 2250*- Dunas litorais com *Juniperus spp*.
- O impacte resultante da afetação destes habitats é negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada, face à área a intervencionar e à tipologia dos habitats afetados (cerca de 766 ha). Devido à sua importância para a conservação, a afetação dos habitats em causa, considerados de elevada relevância para a conservação, e sendo um deles prioritário (2150*) para a conservação, resulta num impacte de elevada significância (pág. 415 do EIA);
- O elenco florístico é composto por 305 espécies, tendo-se confirmado em campo a presença de 143 espécies. Um total de 26 espécies elencadas são espécies RELAPE, das quais 11 endemismos ibéricos e 9 endemismos lusitanos, 2 delas são consideradas prioritárias para a conservação (*Jonopsidium acaule e Armeria rouyana*). A presença de 12 destas espécies foi confirmada em campo: *Santolina impressa, Dianthus broteri, Herniaria marítima, Juniperus navicularis, Cytisus grandiflorus, Stauracanthus genistoides, Ulex australis subsp. welwitschianus, Quercus suber, Thymus capitellatus, Armeria rouyana, Scrophularia sublyrata e Verbascum litigiosum*;
- O impacte de destruição de espécimes de flora caracteriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação (pág. 416 do EIA);
- Considera-se que existem impactes cumulativos também sobre a flora e vegetação referentes à destruição de coberto vegetal e degradação da flora e vegetação, tendo em consideração a presença na envolvente de outros projetos agrícolas de natureza semelhante e potenciação da dispersão de espécies exóticas invasoras no caso das estradas presentes na envolvente. Estes impactes são de magnitude elevada e elevada significância, uma vez que afetam sobretudo valores naturais de elevado valor ecológico (pág. 427 do EIA);
- O elenco faunístico é composto por 192 espécies, distribuídas da seguinte forma: 9 espécies de anfíbios (Quadro 2), 12 espécies de répteis (Quadro 2), 143 espécies de aves (Quadro 3) e 28 espécies de mamíferos (Quadro 4);
- Os impactes negativos sobre a fauna traduzem-se na perda de Habitat, perturbação e efeito de exclusão, degradação dos Habitats e aumento do risco de atropelamento (pág. 421 do EIA)
- Os principais impactes cumulativos a ter em conta para a fauna ocorrem na fase de exploração, sendo estes a mortalidade e o efeito de exclusão. Estes serão de natureza negativa, ocorrência provável, magnitude moderada, irreversível no caso da mortalidade, permanente, local ou regional (no caso de serem afetadas espécies migradores), podendo por isso ser classificados como de baixa significância (para as espécies sem estatuto de ameaça) a moderada significância (para as espécies ameaçadas) (pág. 427 do EIA).

Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

– A área do projecto apresenta algumas áreas naturais bem conservadas, que representam habitats naturais relevantes do ponto de vista da conservação (pág. 18 do RNT).

Quadro 2 - Lista das espécies de anfíbios e répteis elencados para a área de estudo. (Ocorrência: X – potencial; C - confirmada. Estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho [Cabral et al., 2006]: LC – Pouco preocupante; NE – Não avaliada; NT – Quase ameaçada).

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei		Estatuto de Conservação
				Berna	D.L. 140/99	
Bufonidae	*Bufo bufo*	Sapo-comum	X	III		LC
Bufonidae	*Epidalea calamita*	Sapo-corredor	X	II	B-IV	LC
Hylidae	*Hyla arborea*	Rela-comum	X	II	B-IV	LC
Hylidae	*Hyla meridionalis*	Rela-meridional	X	II	B-IV	LC
Pelobatidae	*Pelobates cultripes*	Sapo-de-unha-negra	X	II	B-IV	LC
Ranidae	*Pelophylax perezi*	Rã-verde	X	III	B-V	LC
Salamandridae	*Pleurodeles waltl*	Salamandra-de-costelas-salientes	X	III		LC
Salamandridae	*Salamandra salamandra*	Salamandra-de-pintas-amarelas	X	III		LC
Salamandridae	*Triturus marmoratus*	Tritão-marmorado	X	III	B-IV	LC
Colubridae	*Coronella girondica*	Cobra-lisa-meridional	X	III		LC
Colubridae	*Rhinechis scalaris*	Cobra-de-escada	X	III		LC
Lacertidae	*Acanthodactylus erythrurus*	Lagartixa-de-dedos-denteados	X	III		NT
Lacertidae	*Psammodromus algirus*	Lagartixa-do-mato	X	III		LC
Lacertidae	*Psammodromus hispanicus*	Lagartixa-do-mato-ibérica	X	III		NT
Natricidae	*Natrix maura*	Cobra-de-água-viperina	X	III		LC
Natricidae	*Natrix natrix*	Cobra-de-água-de-colar	X	III		LC
Phyllodactylidae	*Tarentola mauritanica*	Osga	X	III		LC
Psammophiidae	*Malpolon monspessulanus*	Cobra-rateira	X	III		LC
Scincidae	*Chalcides bedriagai*	Cobra-de-pernas-pentadáctila	X	II	B-IV	LC
Scincidae	*Chalcides striatus*	Fura-pastos	X	III		LC
Geoemydidae	*Mauremys leprosa*	Cágado-mediterrânico	X	II	B-II /B-IV	LC

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Quadro 3 - Lista das espécies de aves elencadas para a área de estudo. (Ocorrência: X – potencial; C – confirmada. Estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho [Cabral et al., 2006]: CR – Criticamente em Perigo, EN – Em Perigo, VU – Vulnerável, NT – Quase Ameaçado, LC – Pouco preocupante; DD – Informação Insuficiente)

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conservação
				Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Phasianidae	*Coturnix coturnix*	Codorniz	X	III				LC
Phasianidae	*Alectoris rufa*	Perdiz	X	III				LC
Phasianidae	*Phasianus colchicus*	Faisão	X	III				
Anatidae	*Tadorna tadorna*	Pato-branco	X	II	II			NE
Anatidae	*Spatula clypeata*	Pato-colhereiro	X	III	II			EN/LC
Anatidae	*Mareca strepera*	Frisada	X	III	II			VU/NT
Anatidae	*Anas platyrhynchos*	Pato-real	C	III	II			LC
Anatidae	*Anas crecca*	Marrequinha	X	III	II			LC
Podicipedidae	*Tachybaptus ruficollis*	Mergulhão-pequeno	X	II				LC
Phoenicopteridae	*Phoenicopterus roseus*	Flamingo	C	III	II	II	A-I	RE/VU
Columbidae	*Columba livia*	Pombo-das-rochas	X	III				DD
Columbidae	*Columba palumbus*	Pombo-torcaz	C					LC
Columbidae	*Streptopelia turtur*	Rola-brava	X	III				LC
Columbidae	*Streptopelia decaocto*	Rola-turca	C	III				LC
Caprimulgidae	*Caprimulgus ruficollis*	Noitibó-de-nuca-vermelha	X	II				VU
Caprimulgidae	*Caprimulgus europaeus*	Noitibó-cinzento	X	II			A-I	VU
Apodidae	*Apus pallidus*	Andorinhão-pálido	X	II				LC
Apodidae	*Apus apus*	Andorinhão-preto	X	III				LC
Cuculidae	*Cuculus canorus*	Cuco	X	III				LC
Rallidae	*Rallus aquaticus*	Frango-d'água	X	III				LC
Rallidae	*Porphyrio porphyrio*	Camão	X	II			A-I*	VU
Rallidae	*Gallinula chloropus*	Galinha-d'água	X	III				LC
Rallidae	*Fulica atra*	Galeirão-comum	C	III				LC
Otididae	*Otis tarda*	Abetarda	X	II	I/II	II	A-I*	EN
Ciconiidae	*Ciconia ciconia*	Cegonha-branca	C	II	II		A-I	LC
Threskiornithidae	*Platalea leucorodia*	Colhereiro	X	II	II	II	A-I	VU/NT
Threskiornithidae	*Plegadis falcinellus*	Ibis-preta	X	II	II		A-I	RE
Ardeidae	*Ixobrychus minutus*	Garçote	X	II			A-I	VU
Ardeidae	*Nycticorax nycticorax*	Goraz	X	II			A-I	EN
Ardeidae	*Ardeola ralloides*	Papa-ratos	X	II			A-I	CR/EN
Ardeidae	*Bubulcus ibis*	Carraceiro	X	II				LC
Ardeidae	*Ardea cinerea*	Garça-real	C	III				LC
Ardeidae	*Ardea purpurea*	Garça-vermelha	X	II			A-I	EN
Ardeidae	*Egretta garzetta*	Garça-branca	C	II			A-I	LC
Sulidae	*Morus bassanus*	Alcatraz	X	III				LC
Phalacrocoracidae	*Phalacrocorax carbo*	Corvo-marinho	C	III				LC
Recurvirostridae	*Recurvirostra avosetta*	Alfaiate	X	II	II		A-I	NT/LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

geota
Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conservação
				Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Recurvirostridae	*Himantopus himantopus*	Pernilongo	X	II	II		A-I	LC
Charadriidae	*Charadrius hiaticula*	Borrelho-grande-de-coleira	C	II	II			LC
Charadriidae	*Charadrius dubius*	Borrelho-pequeno-de-coleira	X	II	II			LC
Charadriidae	*Charadrius alexandrinus*	Borrelho-de-coleira-interrompida	X	II	II			LC
Scolopacidae	*Numenius arquata*	Maçarico-real	X	III	II			LC
Scolopacidae	*Limosa limosa*	Milherango	X	III	II			LC
Scolopacidae	*Calidris alpina*	Pilrito-de-peito-preto	X	II	II			LC
Scolopacidae	*Gallinago gallinago*	Narceja	X	III	II			CR/LC
Scolopacidae	*Actitis hypoleucos*	Maçarico-das-rochas	X	II	II			VU
Scolopacidae	*Tringa totanus*	Perna-vermelha	X	III	II			CR/LC
Glareolidae	*Glareola pratincola*	Perdiz-do-mar	X	II	II		A-I	VU
Laridae	*Larus ridibundus*	Guincho	X	III				LC
Laridae	*Larus fuscus*	Gaivota-de-asa-escura	X					VU/LC
Laridae	*Larus michahellis*	Gaivota-de-patas-amarelas	C	III				LC
Laridae	*Sternula albifrons*	Chilreta	X	II	II		A-I	VU
Tytonidae	*Tyto alba*	Coruja-das-torres	X	II		II		LC
Strigidae	*Athene noctua*	Mocho-galego	X	II		II		LC
Strigidae	*Otus scops*	Mocho-d'orelhas	X	II		II		DD
Strigidae	*Asio otus*	Bufo-pequeno	X	II		II		DD
Strigidae	*Asio flammeus*	Coruja-do-nabal	X	II		II	A-I	EN
Strigidae	*Strix aluco*	Coruja-do-mato	X	II		II		LC
Pandionidae	*Pandion haliaetus*	Águia-pesqueira	X	III	II		A-I	CR/EN
Accipitridae	*Elanus caeruleus*	Peneireiro-cinzento	X	III	II		A-I	NT
Accipitridae	*Pernis apivorus*	Bútio-vespeiro	X	III	II		A-I	VU
Accipitridae	*Circaetus gallicus*	Águia-cobreira	X	III	II		A-I	NT
Accipitridae	*Aquila fasciata*	Águia de Bonelli	X	III	II		A-I*	EN
Accipitridae	*Hieraaetus pennatus*	Águia-calçada	X	III	II		A-I	NT
Accipitridae	*Circus aeruginosus*	Águia-sapeira	X	III	II		A-I	VU
Accipitridae	*Circus pygargus*	Tartaranhão-caçador	X	III	II		A-I	EN
Accipitridae	*Accipiter nisus*	Gavião	X	III	II			LC
Accipitridae	*Milvus migrans*	Milhafre-preto	X	III	II		A-I	LC
Accipitridae	*Buteo buteo*	Águia-d'asa-redonda	C	III	II			LC
Upupidae	*Upupa epops*	Poupa	C	II				LC
Meropidae	*Merops apiaster*	Abelharuco	X	II	II			LC
Alcedinidae	*Alcedo atthis*	Guarda-rios	C	II			A-I	LC
Picidae	*Jynx torquilla*	Torcicolo	X	II				DD
Picidae	*Picus sharpei*	Peto-real	X	II				LC
Picidae	*Dryobates minor*	Pica-pau-galego	X	II				LC
Picidae	*Dendrocopos major*	Pica-pau-malhado	C	II				LC
Falconidae	*Falco tinnunculus*	Peneireiro	X	II	II	II		LC
Falconidae	*Falco subbuteo*	Ógea	X	II	II	II		VU
Falconidae	*Falco peregrinus*	Falcão-peregrino	X	III	II	I/II	A-I	VU
Oriolidae	*Oriolus oriolus*	Papa-figos	X	III	II			LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



geota
Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conservação
				Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Laniidae	*Lanius meridionalis*	Picanço-real	X	II				LC
Laniidae	*Lanius senator*	Picanço-barreteiro	X	II				NT
Corvidae	*Cyanopica cooki*	Charneco	C	III				LC
Corvidae	*Garrulus glandarius*	Gaio	X					LC
Corvidae	*Pica pica*	Pega-rabilonga	X					LC
Corvidae	*Corvus corax*	Corvo	X	III				NT
Corvidae	*Corvus corone*	Gralha-preta	C					LC
Paridae	*Periparus ater*	Chapim-carvoeiro	X	II				LC
Paridae	*Lophophanes cristatus*	Chapim-de-poupa	C	II				LC
Paridae	*Cyanistes caeruleus*	Chapim-azul	X	II				LC
Paridae	*Parus major*	Chapim-real	C	II				LC
Remizidae	*Remiz pendulinus*	Chapim-de-mascarilha	X	III				NT
Alaudidae	*Calandrella brachydactyla*	Calhandrinha-galucha	X	II			A-I	LC
Alaudidae	*Lullula arborea*	Cotovia-dos-bosques	X	III			A-I	LC
Alaudidae	*Galerida theklae*	Cotovia-escura	X	II			A-I	LC
Alaudidae	*Galerida cristata*	Cotovia-de-poupa	X	III				LC
Cisticolidae	*Cisticola juncidis*	Fuinha-dos-juncos	C	III	II			LC
Acrocephalidae	*Hippolais polyglotta*	Felosa-poliglota	X	III	II			LC
Acrocephalidae	*Acrocephalus scirpaceus*	Rouxinol-dos-caniços	X	III	II			NT
Acrocephalidae	*Acrocephalus arundinaceus*	Rouxinol-grande-dos-caniços	X	III	II			LC
Locustellidae	*Locustella luscinioides*	Cigarrinha-ruiva	X	III	II			VU
Hirundinidae	*Delichon urbicum*	Andorinha-dos-beirais	X	II				LC
Hirundinidae	*Cecropis daurica*	Andorinha-dáurica	X	II				LC
Hirundinidae	*Hirundo rustica*	Andorinha-das-chaminés	X	II				LC
Hirundinidae	*Riparia riparia*	Andorinha-das-barreiras	X	II				LC
Phylloscopidae	*Phylloscopus bonelli*	Felosa-de-papo-branco	X	III	II			LC
Phylloscopidae	*Phylloscopus ibericus*	Felosinha-ibérica	X	III	II			LC
Phylloscopidae	*Phylloscopus collybita*	Felosinha	X	III	II			LC
Scotocercidae	*Cettia cetti*	Rouxinol-bravo	X	III	II			LC
Aegithalidae	*Aegithalos caudatus*	Chapim-rabilongo	X	III	II			LC
Sylviidae	*Sylvia atricapilla*	Toutinegra-de-barrete	C	II	II			LC
Sylviidae	*Sylvia melanocephala*	Toutinegra-dos-valados	X	II	II			LC
Sylviidae	*Sylvia undata*	Toutinegra-do-mato	X	II	II		A-I	LC
Certhiidae	*Certhia brachydactyla*	Trepadeira	X	II				LC
Sittidae	*Sitta europaea*	Trepadeira-azul	X	II				LC
Troglodytidae	*Troglodytes troglodytes*	Carriça	C	II				LC
Sturnidae	*Sturnus unicolor*	Estorninho-preto	C	III				LC
Turdidae	*Turdus viscivorus*	Tordoveia	X	III	II			LC
Turdidae	*Turdus merula*	Melro	C	III	II			LC
Muscicapidae	*Muscicapa striata*	Taralhão-cinzento	X	II	II			NT
Muscicapidae	*Erithacus rubecula*	Pisco-de-peito-ruivo	C	II	II			LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conservação
				Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Muscicapidae	*Luscinia megarhynchos*	Rouxinol-comum	X	II	II			LC
Muscicapidae	*Phoenicurus ochruros*	Rabirruivo-comum	C	II	II			LC
Muscicapidae	*Phoenicurus phoenicurus*	Rabirruivo-de-testa-branca	X	II	II			LC
Muscicapidae	*Saxicola torquatus*	Cartaxo-comum	X	II	II			LC
Regulidae	*Regulus ignicapilla*	Estrelinha-real	X	II	II			LC
Estrildidae	*Estrilda astrild*	Bico-de-lacre	C	III				
Passeridae	*Passer domesticus*	Pardal	C					LC
Passeridae	*Passer hispaniolensis*	Pardal-espanhol	X	III				LC
Passeridae	*Passer montanus*	Pardal-montês	X	III				LC
Passeridae	*Petronia petronia*	Pardal-francês	X	III				LC
Motacillidae	*Motacilla flava*	Alvéola-amarela	C	II	II			LC
Motacillidae	*Motacilla cinerea*	Alvéola-cinzenta	X	II	II			LC
Motacillidae	*Motacilla alba*	Alvéola-branca	C	II	II			LC
Fringillidae	*Fringilla coelebs*	Tentilhão	X	III				LC
Fringillidae	*Coccothraustes coccothraustes*	Bico-grossudo	X	III				LC
Fringillidae	*Chloris chloris*	Verdilhão	X	II				LC
Fringillidae	*Linaria cannabina*	Pintarroxo	X	II				LC
Fringillidae	*Carduelis carduelis*	Pintassilgo	C	II				LC
Fringillidae	*Serinus serinus*	Milheira	X	III				LC
Fringillidae	*Spinus spinus*	Lugre	X	III				LC
Emberizidae	*Emberiza calandra*	Trigueirão	C	III				LC
Emberizidae	*Emberiza cirlus*	Escrevedeira-de-garganta-amarela	X	II				LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Quadro 4 - Lista das espécies de mamíferos elencados para a área de estudo. (Ocorrência: X – potencial; C – confirmada. Estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho [Cabral et al., 2006]: LC – Pouco preocupante; DD – Informação insuficiente; VU –Vulnerável)

Família	Nome científico	Nome comum	Ocorrênci	Endemismo	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conser-vação
					Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Cervidae	*Cervus elaphus*	Veado	X		III				LC
Suidae	*Sus scrofa*	Javali	C						LC
Canidae	*Vulpes vulpes*	Raposa	X				D		LC
Felidae	*Felis silvestris*	Gato-bravo	X		II		A - II	B-IV	VU
Herpestidae	*Herpestes ichneumon*	Sacarrabos	X		III			B-V / D	LC
Mustelidae	*Lutra lutra*	Lontra	X		II		A - I	B-II / B-IV	LC
Mustelidae	*Martes foina*	Fuinha	X		III				LC
Mustelidae	*Meles meles*	Texugo	X		III				LC
Mustelidae	*Mustela putorius*	Toirão	X		III			B-V	DD
Viverridae	*Genetta genetta*	Geneta	X		III			B-V	LC
Molossidae	*Tadarida teniotis*	Morcego-rabudo	X		II	II		B-IV	DD
Vespertilionidae	*Eptesicus serotinus*	Morcego-hortelão-escuro	X		II	II		B-IV	LC
Vespertilionidae	*Nyctalus lasiopterus*	Morcego-arborícola-gigante	X		II	II		B-IV	DD
Vespertilionidae	*Nyctalus leisleri*	Morcego-arborícola-pequeno	X		II	II		B-IV	DD
Vespertilionidae	*Pipistrellus kuhlii*	Morcego de Kuhl	X		II	II		B-IV	LC
Vespertilionidae	*Pipistrellus pipistrellus*	Morcego-anão	X		II	II		B-IV	LC
Vespertilionidae	*Pipistrellus pygmaeus*	Morcego-pigmeu	X		II	II		B-IV	LC
Erinaceidae	*Erinaceus europaeus*	Ouriço-cacheiro	X		III				LC
Leporidae	*Lepus granatensis*	Lebre	C	Ibérico	III				LC
Leporidae	*Oryctolagus cuniculus*	Coelho-bravo	X						NT
Cricetidae	*Microtus cabrerae*	Rato de Cabrera	X	Ibérico	II			B-II / B-IV	VU

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

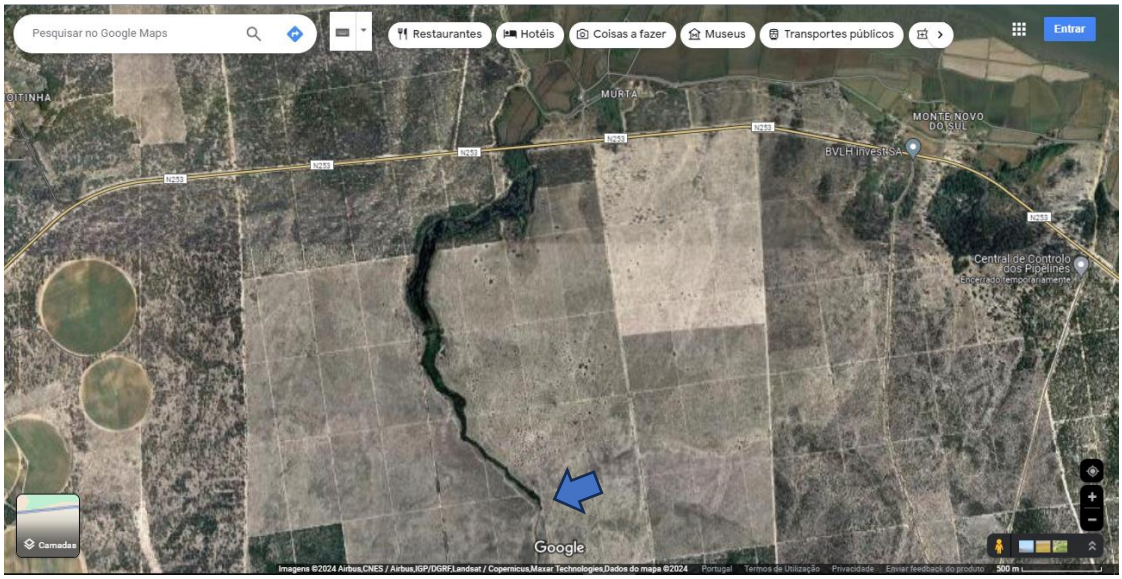
Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

3)Açude da Murta (ZPE)

Trata-se de um açude com água doce, fulcral para avifauna e mamofauna, que é alimentado quer por escorrências superficiais após as chuvas quer pelo escoamento de base do aquífero freático.

A nascente que mantém este açude com água ao longo de todo o ano pode ser observada nas imagens seguintes e encontra-se assinalada pela seta azul. Na imagem do Google maps, a linha de água após a nascente possui água corrente até ao açude. No modelado topográfico (2ª imagem) verificamos que a nascente surge por intersecção do nível freático devido a um desnivelamento da topografia.



Fonte: https://www.google.com/maps/@38.3976646,-8.7108521,4922m/data=!3m1!1e3?entry=ttu

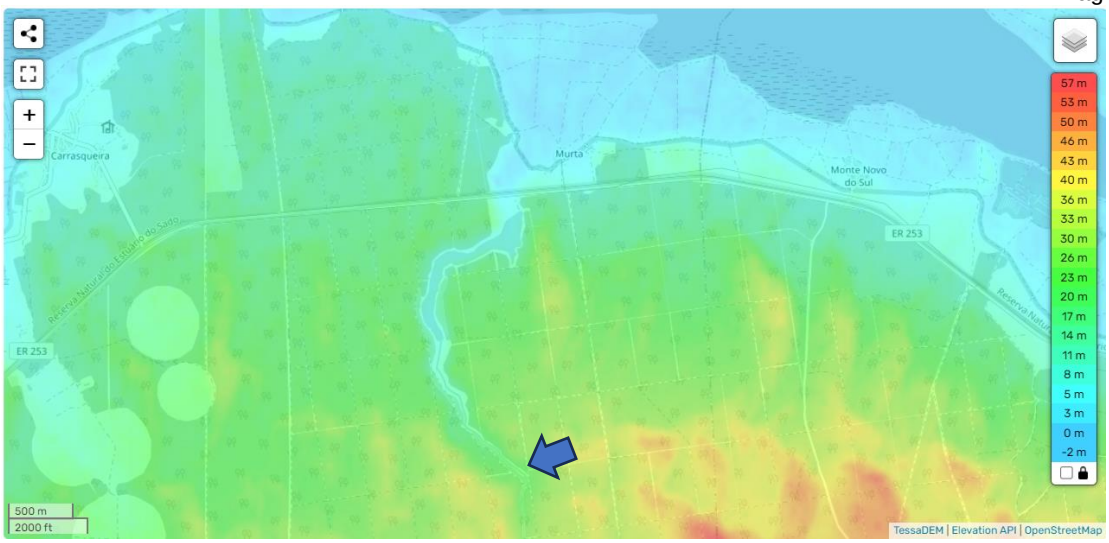
Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981



Fonte: https://pt-pt.topographic-map.com/map-tzls8/Alentejo/?center=38.35162%2C-8.65742&zoom=12&base=6

Do ponto de vista hidrogeológico, o aquífero livre está conectado hidraulicamente com um aquífero mais profundo, semi-confinado a confinado dependendo da distribuição e confinamento de leitos argilosos.

Entre estes aquíferos há fluxos verticais (drenância vertical), cujo sentido do fluxo depende da relação de potenciais hidráulicos, ou seja, da relação entre a cota do nível freático (1º aquífero livre) e a cota do nível piezométrico (2º aquífero semiconfinado a confinado). O fluxo vertical da água dá-se sempre da cota mais elevada para a cota mais baixa. O mesmo é dizer que se a cota do nível do aquífero freático for mais elevada que a cota do nível piezométrico do 2º aquífero, a água desloca-se no sentido descendente do 1º para o 2º aquífero. Se a cota do nível piezométrico do 2º aquífero for mais elevada que o nível freático do 1º aquífero, a água desloca-se no sentido ascendente do 2º para o 1º aquífero.

O projecto prevê a construção de 34 captações, 17 captações subterrâneas a efetuar a grande profundidade (>100 m), no 2º aquífero, com caudais de exploração compreendidos entre os 20 l/s e 40 l/s (72 m3/h a 144 m3/h) e 17 captações subterrâneas a efetuar a pequena profundidade (<50 m), furos curtos no 1º aquífero, com caudais de exploração da ordem dos 5 l/s (18 m3/h).

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

geota
Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

A captação dos furos curtos ocorrerá nos meses de Inverno e a captação dos furos profundos ocorrerá durante todo o ano. O volume máximo de captação de água subterrânea será de 3,22 hm^3/ano.

Os cones de rebaixamento gerados por este volume de extracção levarão a que a água do aquífero freático seja drenada para o aquífero mais profundo e a nascente do açude ficará seca!

A vulnerabilidade do aquífero livre é elevada, pelo que a **aplicação de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos** (inseticidas, acaricidas, fungicidas, herbicidas) para a plantação de pêra-abacate, **afectará a qualidade da água superficial e subterrânea**, consequentemente **a qualidade da água que escoa para o açude podendo colocar as espécies em risco**.

4)Intrusão salina

Contrariamente ao piezómetro 466/42, do lado W das herdades, que tem a sua última medição no ano 1994, o piezómetro 476/21 (Furo vertical – RA4 - Cachopos) do SNIRH da APA encontra-se ativo e localiza-se na proximidade das herdades, do lado E (ver figura).



Tem 150 m de profundidade e capta entre os 73 e 145 m, a mesma profundidade onde se prevê que captem os furos profundos. No período entre o ano de 2004 e 2023, observa-se uma tendência de descida na série piezométrica, sendo esta mais acentuada para os últimos 6 anos de observação. Se compararmos o ano hidrológico de 2012-2013 com os dois últimos anos hidrológicos 2021-2022 e 2022-2023 (ver figuras abaixo), verificamos que para Julho e Agosto a cota do nível piezométrico é agora <-3 m, ou seja, situa-se 3 m abaixo do nível do mar. Esta é a situação actual sem o efeito da exploração prevista neste projecto!

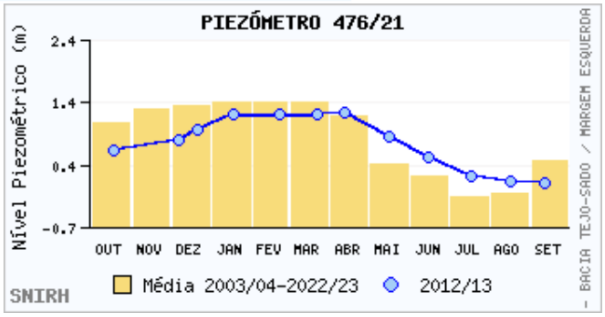
Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

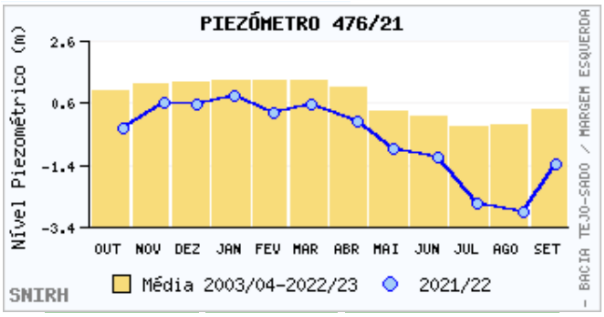
com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

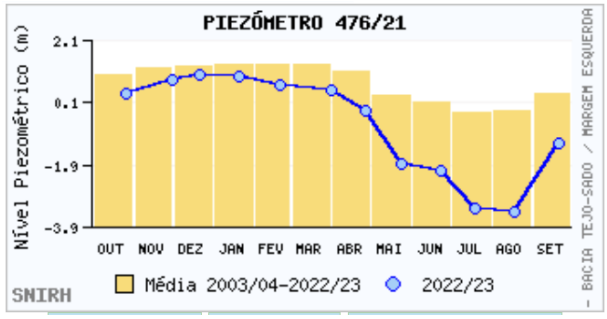
negócios éticos
geota
Agenda 2030 ONU
sociedade justa
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981







Quando se afirma no EIA que se pretende "não induzir o avanço da cunha salina, pois serão evitados rebaixamentos significativos pelo sistema de captação, sendo estes tendencialmente, limitados ao nível do mar" já não é possível cumpri-lo porque, actualmente, conforme demostra o piezómetro de Cachopos, a cota piezométrica do 2º aquífero para aquele local e nos meses de Verão já está 3 m abaixo do nível do mar.

A tendência de cotas abaixo do nível médio das águas do mar observa-se, igualmente, nos furos da Mitrena e de Alcácer do Sal junto ao rio Sado. Veja-se o piezómetro 466/21 no SNIRH, localizado em Mitrena - Moinho Novo, onde o nível piezométrico se encontra a -15 m de cota, ou seja, 15 m abaixo do nível do mar e o piezómetro 476/257 de Alcácer do Sal que chegou a atingir os -24 m em Setembro de 2023. Na Mitrena alguns furos já estão salinizados por sobreexploração que manteve cotas sistematicamente negativas no aquífero profundo. Níveis piezométricos abaixo do nível do mar levam inevitavelmente à intrusão salina do aquífero!

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

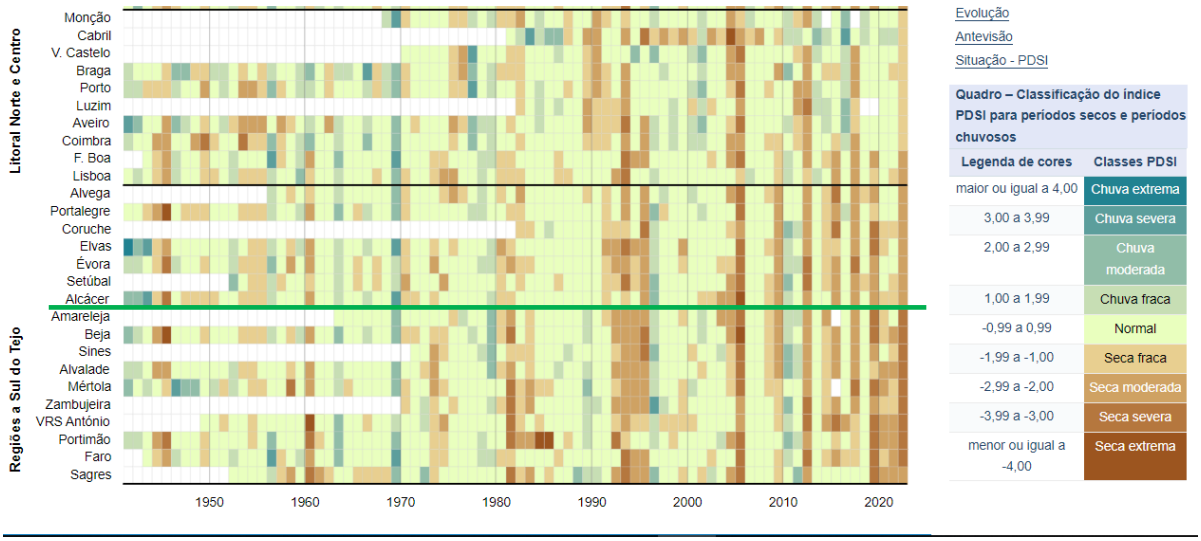
Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

5) Alterações Climáticas nos recursos hídricos

Estudos recentes de Proença de Oliveira et al. (2021) para a APA apontam, na bacia do Sado, para uma redução efectiva de 14% da precipitação e de 31% do escoamento superficial anual no período 1981 - 2016 face ao período anterior. As projecções para a bacia do Sado apontam para reduções da precipitação entre 10 e 25% de acordo com o cenário climático menos ou mais gravoso e reduções do escoamento superficial entre 19 e 50 %, respectivamente, para o cenário climático menos ou mais gravoso. Acresce que com o aumento da temperatura teremos aumento da evapotranspiração que contribuirá para diminuir as disponibilidades hídricas. A água disponível para se infiltrar e constituir recarga de aquíferos será muito menor.

Os ecossistemas aquáticos e terrestres e a flora e fauna neles integrados estão a sofrer grande stress hídrico com a redução dos escoamentos superficiais e o abaixamento dos níveis freáticos, apenas pelo efeito das alterações climáticas.

Nos últimos anos 8 anos tivemos 6 secas na região de Alcácer do Sal (ver figura abaixo) com precipitações anuais a variar entre 400 a 500 mm (L/m2).



Fonte: https://www.ipma.pt/pt/oclima/observatorio.secas/pdsi/apresentacao/evolu.historica/

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

A confirmá-lo temos, também, os níveis das albufeiras do Pêgo do Altar, localizada na ribeira de Santa Catarina e, do Vale de Gaio, localizada na ribeira do Xarrama, que apesar de possuírem na sua totalidade uma capacidade de armazenamento de 148,6 hm^3, têm mantido volumes baixos de armazenamento.

Este é o novo normal, pelo que os modelos de gestão e a tomada de decisão devem ser actualizados. Os desafios que se colocam à conservação da natureza têm de incorporar esta nova realidade! **Os ecossistemas estão a ser severamente impactados pelas alterações climáticas. Mesmo sem a implementação do projecto, o açude da Murta corre o risco de desaparecer, bem como as espécies que dele dependem!**

Conclusão:

Com este parecer negativo, o GEOTA considera que o projeto do **Projeto Agroflorestal deve ser reprovado.**

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

PROTEGER GRÂNDOLA
ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO AMBIENTE

Participação na Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-HN)

A Proteger Grândola – Associação de Defesa do Ambiente apresenta a sua discordância com a Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-HN), pelas seguintes razões:

1. Consumo Excessivo de Água:

Mesmo reformulado, o projeto prevê o uso de grandes volumes de água para irrigar os 658,44 hectares de plantações de abacate, um cultivo altamente dependente de água. O projeto reformulado estima consumos de cerca de 3,997 hm3/ano, uma redução de somente 9% face ao projeto inicialmente apresentado e chumbado. Destes, 2,858 hm3/ano virão de furos subterrâneos e 1,139 hm3/ano de fontes superficiais do perímetro de rega do Vale do Sado. Este consumo é muito problemático numa região que já enfrenta grandes desafios hídricos e onde os aquíferos estão sob pressão de sobre-exploração.

De acordo com o Resumo Não-Técnico, "Na fase de exploração, em termos quantitativos, considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega da área de plantação de abacate do Projeto Agroflorestal HM-MN-R, causa impactes considerados como significativos". O uso intensivo de água para irrigação de abacates numa área que já enfrenta restrições de água irá exacerbar a escassez e prejudicar outros usos essenciais da água.

A proposta do promotor de ceder algumas das suas captações como bancos de reserva de abastecimento para os polos da Comporta, Montevil e Mata Nacional de Valverde às Águas do Alentejo (AgdA) não serve de todo para colmatar o aumento de exploração do sistema aquífero em causa, apenas para o agravar. Inclusivamente, os furos principais que são explorados pela AgdA para o abastecimento de Alcácer do Sal e Grândola encontram-se neste mesmo sistema aquífero, e estão já há vários anos a ser limitados na sua bombagem devido ao caudal subterrâneo insuficiente. Mais captações não são, portanto, a solução para o abastecimento público. Terá de haver sim uma maior limitação de exploração e recuperação dos ecossistemas florestais para que se consiga captar mais humidade atmosférica e assim contribuir para recarregar o lençol freático.

É fundamental assegurar que o nível do lençol freático se mantém acessível e que a sua qualidade se mantém adequada para consumo humano e produção alimentar de sequeiro, promovendo assim a segurança hídrica e a soberania alimentar. É importante lembrar que a acessibilidade à água e alimento são dois fatores de suporte essenciais para o alcance dos objetivos da ONU, da UE e de Portugal, em matéria de soberania alimentar, fixação de população e desenvolvimento sócio-económico sustentável ao nível local e regional.

2. Degradação de Ecosistemas:

A área destinada ao projeto está localizada dentro da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé), uma parte vital da Rede Natura 2000. Abrangendo esta zona ecossistemas sensíveis, com muitas áreas em grande estado de degradação. Apesar do ligeiro aumento dos corredores ecológicos e da redução da área de solo mobilizada, a conversão de áreas florestais para a agricultura intensiva de abacate por si só irá levar à destruição de habitats críticos, colocando ainda mais em risco a biodiversidade e a integridade dos ecossistemas locais). Assim, a redução da

área de plantação em apenas 9% e o ligeiro aumento da área de corredores ecológicos e da criação alguns abrigos para a avifauna, nada mudam o elevado risco de degradação destes ecossistemas florestais que importa preservar e regenerar.

3. Erosão e Desertificação:

A remoção de vegetação para dar lugar às monoculturas irá aumentar a erosão do solo e a vulnerabilidade à desertificação, especialmente numa área que já enfrenta riscos climáticos severos. A perda de cobertura florestal reduz a capacidade do solo de reter água, exacerbando os efeitos da seca e degradação ambiental. Tendo como consequências a desertificação da paisagem e despovoamento do território.

4. Incompatibilidade com Metas de Conservação:

O projeto está em desacordo com os objetivos de conservação estabelecidos pela Rede Natura 2000 e pela Estratégia de Biodiversidade para 2030 da União Europeia, que visa proteger e restaurar ecossistemas naturais. Mesmo tendo o promotor aumentado ligeiramente os corredores ecológicos, e que este argumente que a plantação agrícola trará benefícios na prevenção de incêndios florestais, estes argumentos não podem servir para transformar uma área significativa dentro de uma zona de conservação para fins agrícolas comerciais, que recorrem a agroquímicos e saem fora do paradigma da economia regional, contradizendo diretamente os esforços para preservar a natureza e alcançar metas de sustentabilidade ambiental.

5. Benefícios Económicos Questionáveis:

Embora o projeto prometa criar empregos e estimular a economia local, os benefícios são insuficientes para justificar os impactos negativos. Os empregos gerados são em grande parte sazonais e de baixa remuneração, o que não oferece uma contribuição duradoura para o desenvolvimento económico da região. Para além de que grande parte do produto será para exportação, logo sem benefício para a soberania alimentar local ou regional.

6. Conflito com Outros Usos do Solo:

A transformação de terrenos florestais e de pastagens em monoculturas de abacate pode gerar conflitos com outros usos potencialmente mais sustentáveis e compatíveis com a conservação ambiental, como a agricultura tradicional (agroecológica), a silvicultura sustentável (diversa e de cobertura contínua) e o turismo ecológico.

Conclusão:

A dimensão do reformulado Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo continua excessivamente grande para os recursos disponíveis, especialmente considerando os impactos cumulativos no uso do solo e na disponibilidade de água. Há um total de 22 projetos agrícolas, industriais e turísticos a exercer pressão nesta zona, não sendo aceitável aumentar ainda mais essa pressão. A instalação de outra monocultura intensiva com grandes necessidades de água e aplicação de agroquímicos representa uma ameaça significativa ao ambiente natural e à sustentabilidade na região de Alcácer do Sal e restantes municípios dependentes do sistema aquífero para o abastecimento público e agricultura de sequeiro. A pressão adicional sobre os recursos hídricos, a destruição de habitats críticos e a incompatibilidade com metas de conservação estabelecidas levantam sérias dúvidas sobre a viabilidade e a responsabilidade ambiental do projeto, pelo que a Proteger Grândola considera que o mesmo não deve ser aprovado.

Apelamos urgentemente para que sejam feitas auditorias por parte da APA ao uso dos TURH nos consumos praticados nas atuais explorações do grupo Aquaterra e dos restantes projetos agrícolas, industriais e turísticos que estão neste momento a exercer enorme pressão sobre este sistema aquífero. Ao mesmo tempo, podem e devem ser consideradas soluções como o estabelecimento de um novo limite piezométrico de captação e criação condicionantes mais apertadas para o uso do solo, de forma a assegurar que o nível do lençol freático se mantém acessível e que a sua qualidade se mantém adequada para consumo humano e produção alimentar de sequeiro, promovendo assim a segurança hídrica e soberania alimentar dos 23 municípios dependentes deste sistema aquífero (Abrantes, Alcácer do Sal, Alcochete, Almada, Almeirim, Alpiarça, Avis, Barreiro, Benavente, Chamusca, Constância, Coruche, Gavião, Grândola, Moita, Montemor-o-Novo, Montijo, Mora, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Vendas Novas e Vila Franca de Xira).

A Direção da
Proteger Grândola – Associação de Defesa do Ambiente

8 de julho de 2024

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Parecer sobre o EIA Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN) Reformulado

Lisboa, 6 de Julho de 2024

No âmbito do procedimento de consulta pública do Projeto Agroflorestal da Herdade de Murta e Monte Novo reformulado, o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente - vem expressar a sua **veemente discordância** com o projeto e com o respetivo Estudo de Impacto Ambiental, considerando que este deve ser reprovado.

A empresa Expoente Frugal, Lda. do grupo Aquaterra.farm pretende implantar 658,44 ha de abacate nas Herdades de Murta e de Monte Novo em Alcácer do Sal onde se situa o Açude da Murta, um spot de biodiversidade que fornece água doce a inúmeras espécies de avifauna e mamofauna. Este açude está integrado em Zona de Protecção Especial (ZEP) da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta-Galé da Rede Natura 2000.

1)Açude da Murta

O Açude da Murta represa, através de um dique e comportas, a água de escorrência superficial gerada após as chuvas e a água proveniente de uma nascente do aquífero freático. A nascente que mantém este açude com água ao longo de todo o ano pode ser observada nas figuras 1 e 2, encontrando-se assinalada pela seta azul. Na imagem do Google maps (Figura 1), a linha de água após a nascente possui água corrente até ao açude. No modelado topográfico (Figura 2) verificamos que a nascente surge por intersecção do nível freático devido a um desnivelamento da topografia.

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

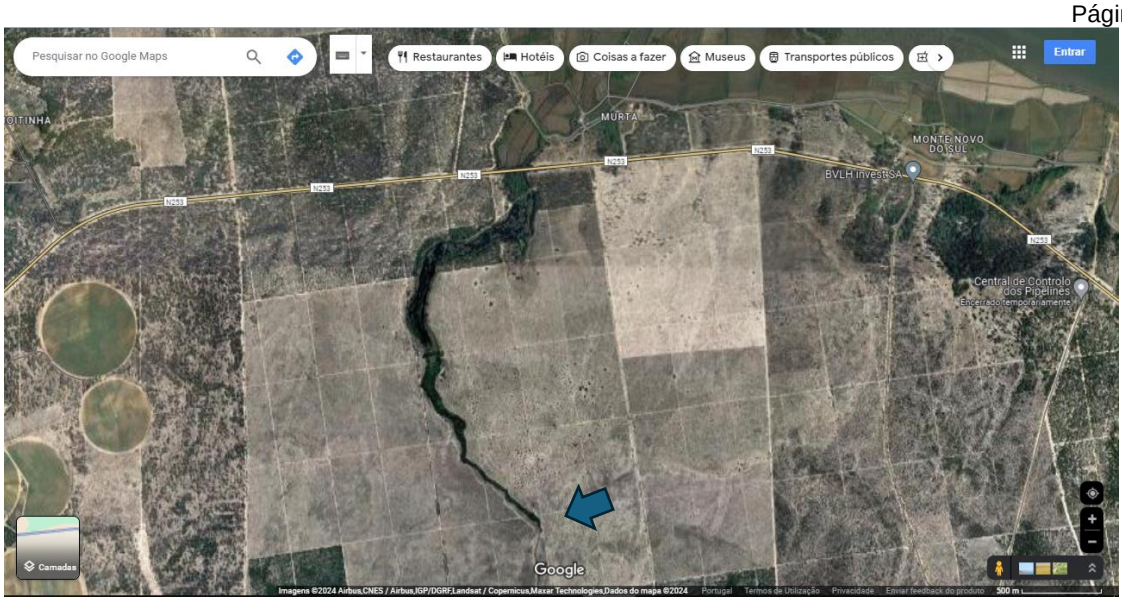


Figura 1. Localização da nascente do Açude da Murta assinalado pela seta azul numa imagem Google. Fonte: https://www.google.com/maps/@38.3976646,-8.7108521,4922m/data=!3m1!1e3?entry=ttu

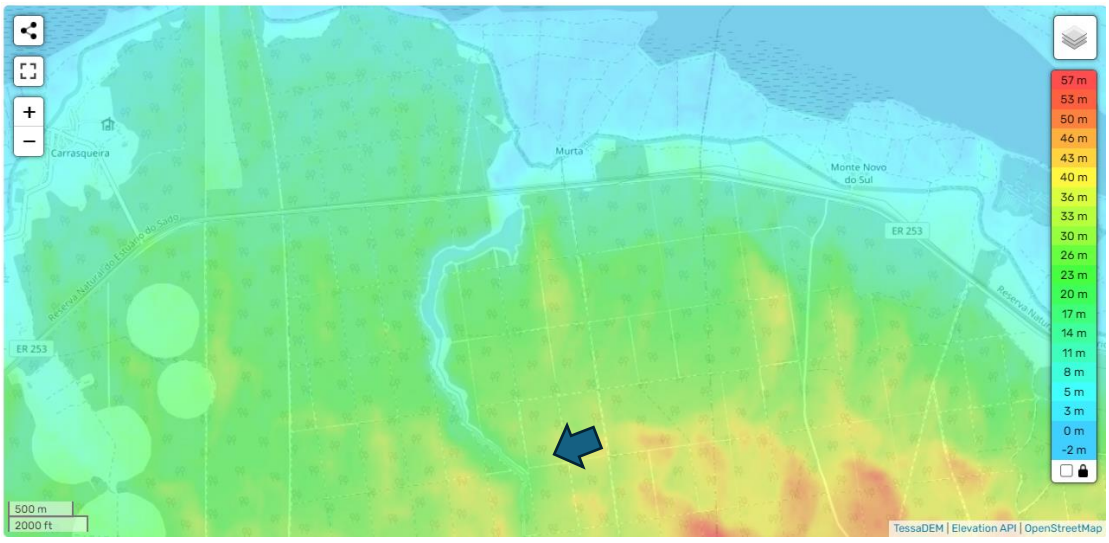


Figura 2. Localização da nascente do Açude da Murta assinalado pela seta azul num modelo topográfico. As cotas topográficas em metros encontram-se no lado direito da figura. Fonte: https://pt-pt.topographic-map.com/map-tzls8/Alentejo/?center=38.35162%2C-8.65742&zoom=12&base=6

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

O aquífero freático está conectado hidraulicamente com o aquífero mais profundo existindo fluxos verticais entre ambos.

Na reformulação do EIA foram eliminados 2 furos, um superficial e um profundo, de um total de 34 furos, preparando-se a empresa para instalar 32 furos, 16 a extrair no aquífero superficial e 16 a extrair no aquífero profundo. A captação dos furos curtos ocorrerá nos meses de Inverno, uma medida anti-geada para este fruto subtropical, e a captação dos furos profundos ocorrerá durante todo o ano.

É apontado como permitido pela APA/ARH Alentejo um volume total de extracção de 2,858 hm^3/ano (2 858 000 000 de litros por ano) para rega. Este volume tem em conta taxas de recarga de 26 a 30 % da precipitação e não resulta de modelação hidrogeológica, nem da comparação da simulação de diversas taxas de recarga com os níveis reais de água subterrânea. É apenas uma estimativa empírica e grosseira! No EIA não são apresentados os níveis/superfícies de água dos aquíferos superficial e profundo, nem a localização, volumes de água captados e níveis dos furos existentes na envolvente nos inúmeros projectos agrícolas e turísticos que já destruíram pelo menos 30 % da ZEC Comporta - Galé.

Alerta-se que os cones de rebaixamento gerados pelo volume de extracção previsto levarão a que a água do aquífero freático seja drenada para o aquífero mais profundo e a nascente que mantém o açude ficará seca!

A vulnerabilidade à poluição do aquífero livre é elevada, pelo que a aplicação de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos (inseticidas, acaricidas, fungicidas, herbicidas) para a plantação de pêra-abacate afectará a qualidade da água superficial e subterrânea, consequentemente a qualidade da água que escoa para o açude podendo colocar as espécies em risco.

Os impactes cumulativos quer na quantidade quer na qualidade de água dos diversos projectos agrícolas existentes na área colocam em risco esta reserva estratégica de água subterrânea para o abastecimento público!

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

2)Intrusão salina

Contrariamente ao piezómetro 466/42, do lado W das herdades, que tem a sua última medição no ano 1994, o piezómetro 476/21 (Furo vertical – RA4 - Cachopos) do SNIRH da APA encontra-se ativo e localiza-se na proximidade das herdades do lado E (indicado pela seta azul na Figura 3). Tem 150 m de profundidade e capta entre os 73 e 145 m, a mesma profundidade onde se prevê que captem os furos profundos.



Figura 3. Localização dos piezómetros do SNIRH na envolvente das Herdades (linha vermelha). O piezómetro 476/21 assinalado pela seta azul possui medições actualizadas e está a curta distância.

No período entre o ano de 2004 e 2023, observa-se uma tendência de descida dos níveis de água na série piezométrica (Figura 4), sendo esta mais acentuada para os últimos 6 anos de observação. Se compararmos o ano hidrológico de 2012-2013 com os dois últimos anos hidrológicos 2021-2022 e 2022-2023 (Figura 4) verificamos que, em Julho e Agosto, a cota do nível piezométrico se situa a cotas abaixo do nível do mar <-3 m. Esta é a situação actual sem o efeito da exploração prevista neste projecto!

Quando se afirma no EIA que se pretende "não induzir o avanço da cunha salina, pois serão evitados rebaixamentos significativos pelo sistema de captação, sendo estes tendencialmente limitados ao nível do mar", já não é possível cumpri-lo porque, actualmente, conforme demostra o piezómetro de

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

geota
Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Cachopos, a cota piezométrica do aquífero profundo nos meses de Verão já está 3 m abaixo do nível do mar.

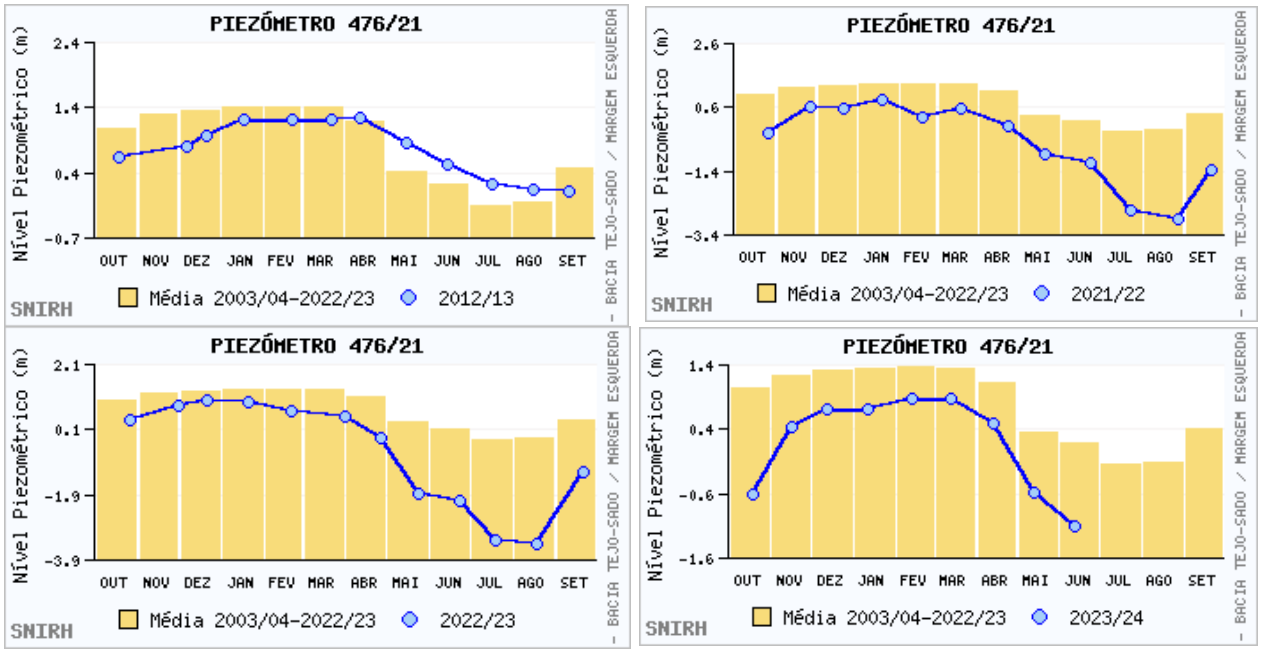


Figura 4. Evolução dos níveis de água em cota topográfica no piezómetro 476/21 de Cachopos (assinalado pela seta azul na figura 3) para os anos hidrológicos 2012/13, 2021/22, 2022/23 e parte de 2023/24.

A tendência de cotas abaixo do nível médio das águas do mar observa-se, igualmente, nos furos da Mitrena e de Alcácer do Sal junto ao rio Sado. Veja-se o piezómetro 466/21 no SNIRH, localizado em Mitrena - Moinho Novo, onde o nível piezométrico se encontra a -15 m de cota, ou seja, 15 m abaixo do nível do mar e o piezómetro 476/257 de Alcácer do Sal que chegou a atingir os -24 m em Setembro de 2023. Na Mitrena alguns furos já estão salinizados por sobreexploração que manteve cotas sistematicamente negativas no aquífero. Níveis piezométricos abaixo do nível do mar levam inevitavelmente à intrusão salina do aquífero! Com a implementação deste projecto, a intrusão salina vai propagar-se a partir do Rio Sado para o interior, no sentido de Norte para Sul!

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
geota
Agenda 2030 ONU
sociedade justa
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

3)Alterações climáticas

Estudos recentes de Proença de Oliveira et al. (2021) para a APA apontam, na bacia do Sado, para uma redução efectiva de 14% da precipitação e de 31% do escoamento anual superficial no período 1981 - 2016 face ao período anterior. As projecções para a bacia do Sado para o cenário climático menos ou mais gravoso apontam para reduções da precipitação entre 10 e 25% e do escoamento superficial entre 19 e 50 %, respectivamente. Acresce que com o aumento da temperatura teremos aumento da evapotranspiração que contribuirá para diminuir as disponibilidades hídricas. As culturas regadas exigirão mais água. A água disponível para se infiltrar e constituir recarga de aquíferos será muito menor.

Os ecossistemas aquáticos e terrestres e a flora e fauna neles integrados vão sofrer grande stress hídrico com a redução dos escoamentos superficiais e o abaixamento dos níveis freáticos pelo efeito das alterações climáticas.

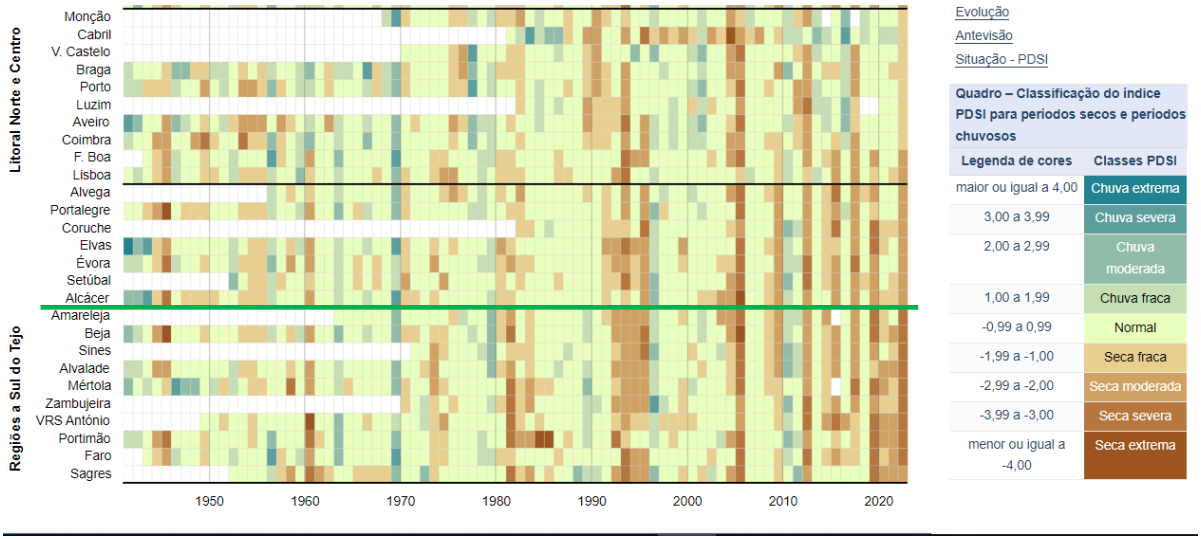


Figura 5. Incidência das secas no território português do Observatório da Seca - IPMA. Fonte: https://www.ipma.pt/pt/oclima/observatorio.secas/pdsi/apresentacao/evolu.historica/

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Nos últimos anos 8 anos tivemos 6 secas na região de Alcácer do Sal (Figura 5) com precipitações anuais a variar entre 400 a 500 mm (L/m^2).

A confirmá-lo temos, também, os níveis das albufeiras do Pêgo do Altar, localizada na ribeira de Santa Catarina e do Vale de Gaio, localizada na ribeira do Xarrama, que apesar de possuírem na sua totalidade uma capacidade de armazenamento de 148,6 hm^3, têm mantido volumes baixos de armazenamento.

Este é o novo normal, pelo que os modelos de gestão e a tomada de decisão devem ser actualizados. Os desafios que se colocam à conservação da natureza têm de incorporar esta nova realidade! Os ecossistemas estão a ser severamente impactados pelas alterações climáticas. Mesmo sem a implementação do projecto em avaliação, o açude da Murta corre o risco de desaparecer, bem como as espécies que dele dependem!

4)Desarticulação entre políticas públicas e a actuação das instituições do estado português

Do ponto de vista legal, o açude da Murta goza de protecção estando integrado na Rede Natura 2000 como Zona de Protecção Especial (ZEP) dentro da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta-Galé. A proposta de Plano de Gestão da ZEC - Zonas Especiais de Conservação em Portugal Continental – da Comporta Galé já passou a fase de consulta pública e espera-se a sua entrada em vigor para breve com a publicação de um diploma legal. No Plano de Gestão, elaborado pelo ICNF e consultável em https://www.icnf.pt/api/file/doc/5f7af6f44403235f, refere-se e passa-se a citar:

“A ZPE Açude da Murta (PTZPE0012) está situada nas margens do rio Sado, e apresenta uma vegetação densa de caniçal e pequenos núcleos de salgueiral, encontrando-se na envolvente uma grande extensão de áreas dunares e pinhal. Apresenta importância para colónias de garças-brancas-pequenas (Egretta garzetta), e garças-boeiras (Bubulcusibis) e para nidificação de garças-vermelhas (Ardea purpurea). Apresenta também boas concentrações de passeriformes em passagem migratória e alberga números significativos de patos invernantes. As orientações de gestão para esta ZPE são dirigidas principalmente para as aves aquáticas, passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas. Neste âmbito, encara-se como fundamental a manutenção da diversidade de habitats e a boa qualidade dos recursos hídricos, nomeadamente através da promoção e uso sustentável dos recursos existentes, assegurando a

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

competitividade económica e social das atividades e a promoção do conhecimento e sensibilização para o valor da ZPE (Plano Setorial da Rede Natura 2000 – Ficha PTZPE0012).”

A prática mostra sucessivas aprovações de projectos agrícolas e turísticos pela CCDR Alentejo, na maioria dos projectos como autoridade de EIA, permitindo a destruição de 30% da área da ZEC Comporta – Galé e o consumo excessivo de recursos hídricos. Desconsiderando os valores naturais em causa, e após o parecer desfavorável da Comissão de Avaliação ao Projecto, a CCDR Alentejo suspende o prazo do procedimento de AIA (ao abrigo do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013) e incentiva o promotor Expoente Frugal Lda a reformular o projecto (ao abrigo do nº2 do mesmo artigo) de modo a evitar ou reduzir efeitos significativos no ambiente, assim como a necessidade de prever medidas adicionais de minimização ou compensação ambiental, ou seja, preparando o caminho para a sua aprovação!

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
Agenda 2030 ONU
sociedade justa
combater a corrupção em todas as suas formas

Venho por este meio expressar a minha mais veemente discordância com o Projeto Agroflorestal da Herdade de Murta e Monte Novo reformulado e com o respetivo Estudo de Impacto Ambiental, e considero que deve ser reprovado.

A empresa Expoente Frugal, Lda. do grupo Aquaterra.farm pretende implantar 658,44 ha de abacate nas Herdades de Murta e de Monte Novo, em Alcácer do Sal. Estas plantações iriam ficar nas imediações do Açude da Murta, um local importante por ser uma fonte de água doce e que é reconhecido internacionalmente pela sua biodiversidade, nomeadamente por estar integrado na Zona de Proteção Especial (ZEP) da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta-Galé da Rede Natura 2000.

1) Açude da Murta

O Açude da Murta represa, através de um dique e comportas, a água de escorrência superficial gerada após as chuvas e a água proveniente de uma nascente do aquífero freático. A nascente que mantém este açude com água ao longo de todo surge por intersecção do nível freático devido a um desnivelamento da topografia.

Na reformulação do EIA foram eliminados 2 furos, um superficial e um profundo, de um total de 34 furos, preparando-se a empresa para instalar 32 furos, 16 a extrair no aquífero superficial e 16 a extrair no aquífero profundo. A captação dos furos curtos ocorrerá nos meses de Inverno, uma medida anti-geada para este fruto subtropical, e a captação dos furos profundos ocorrerá durante todo o ano.

O volume de extração previsto para rega tem em conta taxas de recarga de 26 a 30 % da precipitação, que são apenas uma estimativa empírica grosseira! No EIA não são apresentados os níveis/superfícies de água dos aquíferos superficial e profundo, nem a localização, volumes de água captados e níveis dos furos existentes na envolvente nos inúmeros projetos agrícolas e turísticos que já destruíram grande parte da ZEC Comporta - Galé.

Os cones de rebaixamento gerados pelo volume de extração previsto levarão a que a água do aquífero freático seja drenada para o aquífero mais profundo e a nascente que mantém o açude ficará seca, pondo em risco os valores naturais presentes no local!

A vulnerabilidade à poluição do aquífero livre é elevada, pelo que a aplicação de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos (inseticidas, acaricidas, fungicidas, herbicidas) para a plantação de abacate afetará a qualidade da água superficial e subterrânea, podendo colocar algumas espécies em risco.

Os impactes cumulativos quer na quantidade quer na qualidade de água dos diversos projetos agrícolas existentes na área colocam em risco esta reserva estratégica de água subterrânea para o abastecimento público!

2) Intrusão salina

Contrariamente ao piezómetro 466/42, do lado W das herdades, que tem a sua última medição no ano 1994, o piezómetro 476/21 (Furo vertical – RA4 - Cachopos) do SNIRH da APA encontra-se ativo e localiza-se na proximidade das herdades do lado E. Tem 150 m de profundidade e capta entre os 73 e 145 m, a mesma profundidade onde se prevê que captem os furos profundos.

Entre 2004 e 2023, tem havido uma tendência para descida dos níveis de água na série piezométrica, sendo esta mais acentuada para os últimos 6 anos de observação. Se compararmos o ano hidrológico de 2012-2013 com os dois últimos anos hidrológicos 2021-2022 e 2022-2023 (Figura 4) verificamos que, em Julho e Agosto, a cota do nível piezométrico se situa a cotas abaixo do nível do mar <-3 m. Esta é a situação atual sem o efeito da exploração prevista neste projeto!

Quando se afirma no EIA que se pretende "não induzir o avanço da cunha salina, pois serão evitados rebaixamentos significativos pelo sistema de captação, sendo estes tendencialmente limitados ao nível do mar", já não é possível cumpri-lo porque no Verão a cota piezométrica do aquífero profundo já está abaixo do nível do mar.

Níveis piezométricos abaixo do nível do mar levam inevitavelmente à intrusão salina do aquífero, pelo que será impossível a implementação deste projeto não contribuir para a intrusão salina!

3) Alterações climáticas

Na bacia do Sado, tem-se verificado uma redução efetiva de 14% da precipitação e de 31% do escoamento anual superficial no período 1981 - 2016 face a igual período anterior. As projeções para a bacia do Sado para o cenário climático menos ou mais gravoso apontam para reduções da precipitação entre 10 e 25% e do escoamento superficial entre 19 e 50 %, respetivamente. Acresce que com o aumento da temperatura teremos aumento da evapotranspiração que contribuirá para diminuir as disponibilidades hídricas. As culturas regadas exigirão mais água. A água disponível para se infiltrar e constituir recarga de aquíferos será muito menor.

Os ecossistemas aquáticos e terrestres e a flora e fauna neles integrados vão sofrer grande stress hídrico com a redução dos escoamentos superficiais e o abaixamento dos níveis freáticos pelo efeito das alterações climáticas.

Nos últimos anos 8 anos tivemos 6 secas na região de Alcácer do Sal, com precipitações anuais a variar entre 400 a 500 mm (L/m^2).

Este é o novo normal, pelo que os modelos de gestão e a tomada de decisão devem ser atualizados. Os desafios que se colocam à conservação da natureza têm de incorporar esta nova realidade! Os ecossistemas estão a ser severamente impactados pelas alterações climáticas. O açude da Murta e as espécies que dele dependem já correm risco de desaparecer sem a implementação do projeto em avaliação, pelo que deveriam estar a ser feitos esforços para a sua preservação e não a contribuir para a sua degradação!

4) Desarticulação entre políticas públicas e a atuação das instituições do Estado português

O açude da Murta está integrado na Rede Natura 2000, como Zona de Proteção Especial (ZEP) dentro da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta-Galé. A proposta de Plano de Gestão da ZEC - Zonas Especiais de Conservação em Portugal Continental – da Comporta Galé já passou a fase de consulta pública e espera-se a sua entrada em vigor para breve com a publicação de um diploma legal. No Plano de Gestão, elaborado pelo ICNF (https://www.icnf.pt/api/file/doc/5f7af6f44403235f), refere-se que: "A ZPE Açude da Murta (PTZPE0012) está situada nas margens do rio Sado, e apresenta uma vegetação densa de caniçal e pequenos núcleos de salgueiral, encontrando-se na envolvente uma grande extensão de áreas dunares e pinhal. Apresenta importância para colónias de garças-brancas-pequenas (*Egretta garzetta*), e garças-boeiras (*Bubulcus ibis*) e para nidificação de garças-vermelhas (*Ardea purpurea*). Apresenta também boas concentrações de passeriformes em passagem migratória e alberga números significativos de patos invernantes. As orientações de gestão para esta ZPE são dirigidas principalmente para as aves aquáticas, passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas. Neste âmbito, encara-se como fundamental a manutenção da diversidade de habitats e a boa qualidade dos recursos hídricos, nomeadamente através da promoção e uso sustentável dos recursos existentes, assegurando a competitividade económica e social das atividades e a promoção do conhecimento e sensibilização para o valor da ZPE (Plano Setorial da Rede Natura 2000 – Ficha PTZPE0012)."

Sucessivas aprovações de projetos agrícolas e turísticos, que na sua maioria tinham a CCDR Alentejo como autoridade de EIA, já promoveram a destruição de 30% da área da ZEC Comporta – Galé, bem como o consumo excessivo de recursos hídricos.

Desconsiderando os valores naturais em causa, e após o parecer desfavorável da Comissão de Avaliação ao Projeto, a CCDR Alentejo suspende o prazo do procedimento de AIA (ao abrigo do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013) e incentiva o promotor a reformular o projeto (ao abrigo do nº2 do mesmo artigo) de modo a evitar ou reduzir efeitos significativos no ambiente, assim como a necessidade de prever

medidas adicionais de minimização ou compensação ambiental, ou seja, preparando o caminho para a sua aprovação!

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Parecer sobre o EIA Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

Lisboa, 24 de janeiro de 2024

No âmbito do procedimento de consulta pública do Projeto Agroflorestal da Herdade das Murtas e Monte Novo, o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente - vem expressar a sua veemente discordância com o projeto e com o respetivo Estudo de Impacto Ambiental, considerando que este deve ser rejeitado. O GEOTA baseia o seu parecer desfavorável sobre o projeto Agroflorestal nos seguintes pontos:

1)Ecologia – Fauna, Flora e Biodiversidade

Constata-se que a área de implantação do projeto está totalmente integrada em duas Zonas Especiais de Conservação da rede Natura 2000: a ZEC Comporta/Galé (PTCON0034) e, para Norte, a ZEC Estuário do Sado (PTCON0011), bem como em duas áreas Biótopo Corine: Estuário do Sado (C14100013) e Comporta (C14100107). Engloba, também, a totalidade da Área Importante para as Aves (IBA) do Açude da Murta e da Zona de Proteção Especial (ZPE) do Açude da Murta (PTZPE0012), e intersecta, ainda que parcialmente, a Reserva Natural do Estuário do Sado, a ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), o sítio RAMSAR do Estuário do Sado e as IBA do Estuário do Sado.

A recente Resolução do Conselho de Ministros n.º 190/2023 pretende que se reconheça que Portugal tem 34,8 % da superfície terrestre com estatuto de protecção, tendo em conta o território integrado no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) que abrange a Rede Nacional de Áreas Protegidas, Áreas classificadas integradas na Rede Natura 2000 (ZEC da Directiva Habitats e ZEP da Directiva Aves), Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais designadas ao abrigo da Convenção de Ramsar, reservas da biosfera da UNESCO, reservas biogenéticas, geoparques englobados na Rede Global de Geoparques da UNESCO, perfazendo um total de 181 locais classificados e 3 100 677 hectares do território terrestre de Portugal Continental com protecção legal.

A mesma resolução pretende evidenciar o cumprimento do compromisso internacional que Portugal assumiu quanto à proteção legal de, pelo menos, 30 % da superfície terrestre, conforme previsto na

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030 e assumido na 15.ª Conferência das Partes das Nações Unidas, no âmbito da Convenção para a Diversidade Biológica realizada no final de 2022.

Ora no presente EIA, mais especificamente no seu aditamento em resposta à CCDR Alentejo, extrai-se que existe uma ocupação de cerca de 28% da área da ZEC Comporta-Galé (32 051 ha), sendo que, se for considerada a área de intervenção do Projeto Agroflorestal Herdade da Murta-Herdade de Monte Novo (805,35 ha), implica um aumento da ocupação para aproximadamente 30,4% da ZEC.

A Rios e Aquíferos, autora do EIA, com base na cartografia da proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé (Quadros 2.7 e 2.8) e o Intersig do ICNF (Quadros 2.10 e 2.12), quantifica os valores naturais (habitats e flora alvo) em área (hectares) e em percentagem (%) de afetação relativamente à área total de ocupação do conjunto de projetos turísticos e agrícolas existentes na ZEC Comporta-Galé. Da leitura dos quadros, constata-se que de entre os valores naturais que justificaram a sua classificação:

- 8 habitats em 14 apresentam 34 a 40% de destruição.
- Espécies como *Linaria bipunctata subsp. glutinosa* e *Myosotis lusitânica* estão praticamente dizimadas na ZEC.
- As espécies *Santolina impressa, Armeria rouyana, Jonopsidium acaule* viram a sua área de povoamento na ZEC reduzida em 37,5 %, 27,75 % e 33,65%, respectivamente.
- Estão praticamente dizimados na ZEC os habitats 3210 - Cursos de água naturais da Fenoscândia, 3280 - Cursos de água mediterrânicos permanentes da *Paspalo-Agrostidion* com cortinas arbóreas ribeirinhas de *Salix e Populus alba*, 6420 - Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da *Molinio-Holoschoenion*, 91B0 - Freixiais termófilos de *Fraxinus angustifólia*, 91F0 - Florestas mistas de *Quercus robur*, *Ulmus laevis*, *Ulmus minor*, *Fraxinus excelsior* ou *Fraxinus angustifolia* das margens de grandes rios (*Ulmenion minoris*), 92A0 Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba* e 92D0 Galerias e matos ribeirinhos meridionais (*Nerio-Tamaricetea* e *Securinegion tinctoriae*).

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Quadro 2.7 - Habitats naturais de interesse comunitário existentes na área das propriedades/projetos, área total abrangida (hectares) e cálculo da percentagem total (%) de afetação para o conjunto dos projetos em relação à sua área ocupada na ZEC Comporta/Galé – Fonte: Proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé, versão de abril de 2020

Área total das Propriedades/Projetos (hectares)	Área total da ZEC Comporta/Galé (hectares)	Identificação dos Habitats naturais de interesse comunitário na área da propriedade/projeto	Tipos de habitat natural	Área total ocupada pelo Habitat na ZEC Comporta/Galé (hectares)*	Área da propriedade/projeto abrangida pelo habitat (hectares)	% de Afetação em relação à área ocupada na ZEC Comporta/Galé
11348,97	32051,00	1150*	Lagunas costeiras	909,44	3,26	0,36
		1210	Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré	997,80	98,39	9,86
		2110	Dunas móveis embrionárias	997,80	59,75	5,99
		2120	Dunas móveis do cordão dunar com Ammophila arenaria (dunas brancas)	997,80	59,76	5,99
		2130*	Dunas fixas com vegetação herbácea (dunas cinzentas)	997,80	75,79	7,60
		2150*	Dunas fixas descalcificadas atlânticas (Calluno-Ulicetea)	25766,14	9318,74	36,17
		2190	Depressões húmidas intradunares	26997,01	9318,74	34,52
		2230	Dunas com prados da Malcolmietalia	25766,14	9318,74	36,17
		2250*	Dunas litorais com Juniperus spp	26763,93	9355,90	34,96
		2260	Dunas com vegetação esclerófila da Cisto-Lavenduletalia	26339,87	9318,74	35,38
		2270*	Dunas com florestas de Pinus pinea ou Pinus pinaster ssp. atlantica	25766,14	9318,74	36,17
		3110	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies arenosas	321,72	127,25	39,55
		3160	Lagos e charcos distróficos naturais	321,72	127,25	39,55
		6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da Molinio-Holoschoenion	1271,93	110,28	8,67

*Área observada da cartografia da proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé

Quadro 2.8 – Flora alvo existente na área das propriedades/projetos, área total abrangida (hectares) e cálculo da percentagem total (%) de afetação para o conjunto dos projetos em relação à sua área ocupada na ZEC Comporta/Galé – Fonte: Proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé, versão de abril de 2020

Área total das Propriedades/Projetos (hectares)	Área total da ZEC Comporta/Galé	Identificação da Flora alvo na área da propriedade/projeto	Área total ocupada pela Espécie na ZEC Comporta/Galé* (hectares)	Área da propriedade/projeto abrangida pela espécie (hectares)	% de Afetação em relação à área ocupada na ZEC Comporta/Galé
11348,97	32051,00	*Armeria rouyana*	15165,16	4208,51	27,75
		Herniaria maritima	1621,29	109,95	6,78
		Jonopsidium acaule	11919,99	4010,63	33,65
		Linaria bipunctata subsp. glutinosa	0,20	0,19	96,95
		Myosotis lusitanica	0,03	0,03	99,73
		Santolina impressa	8323,02	3121,11	37,50
		Thymus carnosus	1478,41	27,21	1,84

*Área observada da cartografia da proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé

Quadro 2.10 – Habitats Naturais e seminaturais existentes na área das propriedades/projetos, área total abrangida (hectares) e cálculo da percentagem total (%) de afetação para o conjunto dos projetos em relação à sua área ocupada na ZEC Comporta/Galé – Fonte: ICNF, InterSIG

Área total das Propriedades/Projetos (hectares)	Área total da ZEC Comporta/Galé (hectares)	Identificação dos Habitats naturais de interesse comunitário na área da propriedade/projeto	Área total ocupada pelo Habitat na ZEC Comporta/Galé (hectares)	Área da propriedade/projeto abrangida pelo habitat (hectares)	% de Afetação em relação à área ocupada na ZEC Comporta/Galé
11348,97	32051,00	2150* + 2190 + 2230 + 2250* + 2260 + 2270*	25766,14	9222,56	35,79
		2190 + 3150 + 3170* + 4020* + 3110 + 6420 + 3130 +3160	321,72	127,26	39,56
		3210 + 3280 + 6420 + 91B0 + 91F0 + 92A0 + 92D0	34,82	33,28	95,57

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Quadro 2.12 – Flora RELAPE existente na área das propriedades/projetos, área total abrangida (hectares) e cálculo da percentagem total (%) de afetação para o conjunto dos projetos em relação à sua área ocupada na ZEC Comporta/Galé – Fonte: ICNF, InterSIG

Área total das Propriedades/Projetos (hectares)	Área total da ZEC Comporta/Galé	Identificação da Flora RELAPE na área da propriedade/projeto	Área total ocupada pela Espécie na ZEC Comporta/Galé (hectares)	Área da propriedade/projeto abrangida pela espécie (hectares)	% de Afetação em relação à área ocupada na ZEC Comporta/Galé
11348,97	32051,00	*Armeria rouyana*	16017,08	6536,96	40,81
		Jonopsidium acaule + *Armeria rouyana*	3378,08	2185,81	64,71

Legenda:

2150*	Dunas fixas descalcificadas atlânticas (Calluno-Ulicetea)
2190	Depressões húmidas intradunares
2230	Dunas com prados da Malcolmietalia
2250*	Dunas litorais com Juniperus spp
2260	Dunas com vegetação esclerófila da Cisto-Lavenduletalia
2270*	Dunas com florestas de Pinus pinea ou Pinus pinaster ssp. atlantica
3110	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies arenosas
3130	Águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da Littorelletea uniflorae e ou da Isoëto-Nanojuncetea.
3150	Lagos eutróficos naturais com vegetação da Magnopotamion ou da Hydrocharition
3160	Lagos e charcos distróficos naturais
3170*	Charcos temporários mediterrânicos
4020*	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de Erica ciliaris e Erica tetralix.
3210	Cursos de água naturais da Fenoscândia
3280	Cursos de água mediterrânicos permanentes da Paspalo-Agrostidion com cortinas arbóreas ribeirinhas de Salix e Populus alba
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da Molinio-Holoschoenion
91B0	Freixiais termófilos de Fraxinus angustifolia.
91F0	Florestas mistas de Quercus robur, Ulmus laevis, Ulmus minor, Fraxinus excelsior ou Fraxinus angustifolia das margens de grandes rios (Ulmenion minoris).
92A0	Florestas-galerias de Salix alba e Populus alba.
92D0	Galerias e matos ribeirinhos meridionais (Nerio-Tamaricetea e Securinegion tinctoriae). |

Conclui-se, portanto, que a conservação da ZEC Comporta-Galé é uma falácia e uma violação inadmissível da Lei! Governo, administração central, regional e local fingem que conservam os valores naturais quando todo e qualquer projecto é aprovado e implementado! Com efeito, se olharmos para a imagem de satélite, por exemplo do google maps, facilmente nos apercebemos do grau de intervenção e destruição da ZEC, inclusivé com alterações topográficas importantes como enormes áreas aplanadas para a proliferação de pivots de rega.

2)Legislação aplicável e violações

Do ponto de vista jurídico, o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, republicado pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de Fevereiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de Novembro, em https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=3096&tabela=leis&so_miolo=S, revê a transposição para a ordem jurídica interna de algumas directivas comunitárias relativas à conservação

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

das aves selvagens (diretiva aves) e à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (diretiva habitats).

No seu **Artigo 9.º - Actos e actividades condicionados**, ponto 1 é dito que "Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 7.º, as **entidades da Administração Pública com intervenção nas zonas especiais de conservação devem**, no exercício das suas competências, **evitar a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, bem como as perturbações que atinjam espécies para as quais as zonas foram designadas**, na medida em que possam vir a ter um efeito significativo, atendendo aos objectivos do presente diploma."

De acordo com o **n.º 9 e nº 1 do Artigo 10º** - Avaliação de impacte ambiental e análise de incidências ambientais do mesmo Decreto, "As acções, planos ou **projectos** previstos no n.º 1 **apenas são autorizados** quando tiver sido assegurado que **não afectam a integridade do sítio** da lista nacional de sítios, do sítio de interesse comunitário, da ZEC ou da ZPE em causa". O **n.º 1 do Artigo 10º** refere "As acções, planos ou projectos não directamente relacionados com a gestão de um sítio da lista nacional de sítios, de um sítio de interesse comunitário, de uma ZEC ou de uma ZPE e não necessários para essa gestão, mas susceptíveis de afectar essa zona de forma significativa, individualmente ou em conjugação com outras acções, planos ou projectos, devem ser objecto de avaliação de incidências ambientais no que se refere aos objectivos de conservação da referida zona."

De acordo com o n.º 10 do Artigo 10º do mesmo Decreto, "**A realização de** acção, plano ou **projecto objecto de conclusões negativas na avaliação de impacte ambiental** ou na análise das suas incidências ambientais **depende do reconhecimento**, por despacho conjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território e do ministro competente em razão da matéria, **da ausência de soluções alternativas e da sua necessidade por razões imperativas de reconhecido interesse público, incluindo de natureza social ou económica"**.

De acordo com o n.º 11 do Artigo 10º do mesmo Decreto, e sem prejuízo do disposto no n.º 10, quando a acção, plano ou **projecto** objecto de conclusões negativas na avaliação de impacte ambiental ou na análise das suas incidências ambientais **afecte um tipo de habitat natural ou espécie prioritários de um sítio da lista nacional de sítios, de um sítio de interesse comunitário, de uma ZEC e de uma ZPE**, **apenas podem ser invocadas** as seguintes **razões**:

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

a) A saúde ou a segurança públicas;

b) As consequências benéficas primordiais para o ambiente;

c) Outras razões imperativas de reconhecido interesse público, mediante parecer prévio da Comissão Europeia.

Com base no exposto afirmamos perentoriamente que este **projecto é ilegal**, com uma **violação** clara de:

- **Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 140/99**, uma vez que as entidades da Administração Pública com intervenção nas zonas especiais de conservação estão a **promover** a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, assim como perturbações que vão atingir espécies para as quais a Zona Especial de Conservação foi designada;

- **n.º 9 do Artigo 10º do Dec-Lei nº 140/99**, com base nos resultados do EIA foi objetivamente demostrado que a integridade do sítio será afectada muito negativamente de forma irreversível, colocando em causa os objectivos de conservação que levaram a criação da ZEC;

- **n.º 10 do Artigo 10º do Dec-Lei nº 140/99**, uma vez que no processo de avaliação de impacto ambiental não foram avaliadas soluções alternativas nem existem razões imperativas de reconhecido interesse público na implantação de 722 ha de abacates e de 83 ha com estruturas e infraestruturas;

- **n.º 11 do Artigo 10º do Dec-Lei nº 140/99**, dado que não podem ser invocadas razões relacionadas com saúde ou segurança públicas, nem consequências benéficas primordiais para o ambiente, nem outras razões imperativas de reconhecido interesse público que exigem parecer prévio da Comissão Europeia.

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Se dúvidas existirem quanto à violação da Lei, do EIA extrai-se que na área do projecto:

- Foram identificados 9 habitats listados no Anexo B-I do Decreto-Lei da Rede Natura 2000. Destacam-se os habitats prioritários para a conservação 2150*- Dunas fixas descalcificadas atlânticas e 2250*- Dunas litorais com *Juniperus spp*.
- O impacte resultante da afetação destes habitats é negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada, face à área a intervencionar e à tipologia dos habitats afetados (cerca de 766 ha). Devido à sua importância para a conservação, a afetação dos habitats em causa, considerados de elevada relevância para a conservação, e sendo um deles prioritário (2150*) para a conservação, resulta num impacte de elevada significância (pág. 415 do EIA);
- O elenco florístico é composto por 305 espécies, tendo-se confirmado em campo a presença de 143 espécies. Um total de 26 espécies elencadas são espécies RELAPE, das quais 11 endemismos ibéricos e 9 endemismos lusitanos, 2 delas são consideradas prioritárias para a conservação (*Jonopsidium acaule e Armeria rouyana*). A presença de 12 destas espécies foi confirmada em campo: *Santolina impressa, Dianthus broteri, Herniaria marítima, Juniperus navicularis, Cytisus grandiflorus, Stauracanthus genistoides, Ulex australis subsp. welwitschianus, Quercus suber, Thymus capitellatus, Armeria rouyana, Scrophularia sublyrata e Verbascum litigiosum*;
- O impacte de destruição de espécimes de flora caracteriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação (pág. 416 do EIA);
- Considera-se que existem impactes cumulativos também sobre a flora e vegetação referentes à destruição de coberto vegetal e degradação da flora e vegetação, tendo em consideração a presença na envolvente de outros projetos agrícolas de natureza semelhante e potenciação da dispersão de espécies exóticas invasoras no caso das estradas presentes na envolvente. Estes impactes são de magnitude elevada e elevada significância, uma vez que afetam sobretudo valores naturais de elevado valor ecológico (pág. 427 do EIA);
- O elenco faunístico é composto por 192 espécies, distribuídas da seguinte forma: 9 espécies de anfíbios (Quadro 2), 12 espécies de répteis (Quadro 2), 143 espécies de aves (Quadro 3) e 28 espécies de mamíferos (Quadro 4);
- Os impactes negativos sobre a fauna traduzem-se na perda de Habitat, perturbação e efeito de exclusão, degradação dos Habitats e aumento do risco de atropelamento (pág. 421 do EIA)
- Os principais impactes cumulativos a ter em conta para a fauna ocorrem na fase de exploração, sendo estes a mortalidade e o efeito de exclusão. Estes serão de natureza negativa, ocorrência provável, magnitude moderada, irreversível no caso da mortalidade, permanente, local ou regional (no caso de serem afetadas espécies migradores), podendo por isso ser classificados como de baixa significância (para as espécies sem estatuto de ameaça) a moderada significância (para as espécies ameaçadas) (pág. 427 do EIA).

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

– A área do projecto apresenta algumas áreas naturais bem conservadas, que representam habitats naturais relevantes do ponto de vista da conservação (pág. 18 do RNT).

Quadro 2 - Lista das espécies de anfíbios e répteis elencados para a área de estudo. (Ocorrência: X – potencial; C - confirmada. Estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho [Cabral et al., 2006]: LC – Pouco preocupante; NE – Não avaliada; NT – Quase ameaçada).

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei		Estatuto de Conservação
				Berna	D.L. 140/99	
Bufonidae	*Bufo bufo*	Sapo-comum	X	III		LC
Bufonidae	*Epidalea calamita*	Sapo-corredor	X	II	B-IV	LC
Hylidae	*Hyla arborea*	Rela-comum	X	II	B-IV	LC
Hylidae	*Hyla meridionalis*	Rela-meridional	X	II	B-IV	LC
Pelobatidae	*Pelobates cultripes*	Sapo-de-unha-negra	X	II	B-IV	LC
Ranidae	*Pelophylax perezi*	Rã-verde	X	III	B-V	LC
Salamandridae	*Pleurodeles waltl*	Salamandra-de-costelas-salientes	X	III		LC
Salamandridae	*Salamandra salamandra*	Salamandra-de-pintas-amarelas	X	III		LC
Salamandridae	*Triturus marmoratus*	Tritão-marmorado	X	III	B-IV	LC
Colubridae	*Coronella girondica*	Cobra-lisa-meridional	X	III		LC
Colubridae	*Rhinechis scalaris*	Cobra-de-escada	X	III		LC
Lacertidae	*Acanthodactylus erythrurus*	Lagartixa-de-dedos-denteados	X	III		NT
Lacertidae	*Psammodromus algirus*	Lagartixa-do-mato	X	III		LC
Lacertidae	*Psammodromus hispanicus*	Lagartixa-do-mato-ibérica	X	III		NT
Natricidae	*Natrix maura*	Cobra-de-água-viperina	X	III		LC
Natricidae	*Natrix natrix*	Cobra-de-água-de-colar	X	III		LC
Phyllodactylidae	*Tarentola mauritanica*	Osga	X	III		LC
Psammophiidae	*Malpolon monspessulanus*	Cobra-rateira	X	III		LC
Scincidae	*Chalcides bedriagai*	Cobra-de-pernas-pentadáctila	X	II	B-IV	LC
Scincidae	*Chalcides striatus*	Fura-pastos	X	III		LC
Geoemydidae	*Mauremys leprosa*	Cágado-mediterrânico	X	II	B-II /B-IV	LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Quadro 3 - Lista das espécies de aves elencadas para a área de estudo. (Ocorrência: X – potencial; C – confirmada. Estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho [Cabral et al., 2006]: CR – Criticamente em Perigo, EN – Em Perigo, VU – Vulnerável, NT – Quase Ameaçado, LC – Pouco preocupante; DD – Informação Insuficiente)

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conservação
				Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Phasianidae	*Coturnix coturnix*	Codorniz	X	III				LC
Phasianidae	*Alectoris rufa*	Perdiz	X	III				LC
Phasianidae	*Phasianus colchicus*	Faisão	X	III				
Anatidae	*Tadorna tadorna*	Pato-branco	X	II	II			NE
Anatidae	*Spatula clypeata*	Pato-colhereiro	X	III	II			EN/LC
Anatidae	*Mareca strepera*	Frisada	X	III	II			VU/NT
Anatidae	*Anas platyrhynchos*	Pato-real	C	III	II			LC
Anatidae	*Anas crecca*	Marrequinha	X	III	II			LC
Podicipedidae	*Tachybaptus ruficollis*	Mergulhão-pequeno	X	II				LC
Phoenicopteridae	*Phoenicopterus roseus*	Flamingo	C	III	II	II	A-I	RE/VU
Columbidae	*Columba livia*	Pombo-das-rochas	X	III				DD
Columbidae	*Columba palumbus*	Pombo-torcaz	C					LC
Columbidae	*Streptopelia turtur*	Rola-brava	X	III				LC
Columbidae	*Streptopelia decaocto*	Rola-turca	C	III				LC
Caprimulgidae	*Caprimulgus ruficollis*	Noitibó-de-nuca-vermelha	X	II				VU
Caprimulgidae	*Caprimulgus europaeus*	Noitibó-cinzento	X	II			A-I	VU
Apodidae	*Apus pallidus*	Andorinhão-pálido	X	II				LC
Apodidae	*Apus apus*	Andorinhão-preto	X	III				LC
Cuculidae	*Cuculus canorus*	Cuco	X	III				LC
Rallidae	*Rallus aquaticus*	Frango-d'água	X	III				LC
Rallidae	*Porphyrio porphyrio*	Camão	X	II			A-I*	VU
Rallidae	*Gallinula chloropus*	Galinha-d'água	X	III				LC
Rallidae	*Fulica atra*	Galeirão-comum	C	III				LC
Otididae	*Otis tarda*	Abetarda	X	II	I/II	II	A-I*	EN
Ciconiidae	*Ciconia ciconia*	Cegonha-branca	C	II	II		A-I	LC
Threskiornithidae	*Platalea leucorodia*	Colhereiro	X	II	II	II	A-I	VU/NT
Threskiornithidae	*Plegadis falcinellus*	Ibis-preta	X	II	II		A-I	RE
Ardeidae	*Ixobrychus minutus*	Garçote	X	II			A-I	VU
Ardeidae	*Nycticorax nycticorax*	Goraz	X	II			A-I	EN
Ardeidae	*Ardeola ralloides*	Papa-ratos	X	II			A-I	CR/EN
Ardeidae	*Bubulcus ibis*	Carraceiro	X	II				LC
Ardeidae	*Ardea cinerea*	Garça-real	C	III				LC
Ardeidae	*Ardea purpurea*	Garça-vermelha	X	II			A-I	EN
Ardeidae	*Egretta garzetta*	Garça-branca	C	II			A-I	LC
Sulidae	*Morus bassanus*	Alcatraz	X	III				LC
Phalacrocoracidae	*Phalacrocorax carbo*	Corvo-marinho	C	III				LC
Recurvirostridae	*Recurvirostra avosetta*	Alfaiate	X	II	II		A-I	NT/LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

geota
Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conservação
				Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Recurvirostridae	*Himantopus himantopus*	Pernilongo	X	II	II		A-I	LC
Charadriidae	*Charadrius hiaticula*	Borrelho-grande-de-coleira	C	II	II			LC
Charadriidae	*Charadrius dubius*	Borrelho-pequeno-de-coleira	X	II	II			LC
Charadriidae	*Charadrius alexandrinus*	Borrelho-de-coleira-interrompida	X	II	II			LC
Scolopacidae	*Numenius arquata*	Maçarico-real	X	III	II			LC
Scolopacidae	*Limosa limosa*	Milherango	X	III	II			LC
Scolopacidae	*Calidris alpina*	Pilrito-de-peito-preto	X	II	II			LC
Scolopacidae	*Gallinago gallinago*	Narceja	X	III	II			CR/LC
Scolopacidae	*Actitis hypoleucos*	Maçarico-das-rochas	X	II	II			VU
Scolopacidae	*Tringa totanus*	Perna-vermelha	X	III	II			CR/LC
Glareolidae	*Glareola pratincola*	Perdiz-do-mar	X	II	II		A-I	VU
Laridae	*Larus ridibundus*	Guincho	X	III				LC
Laridae	*Larus fuscus*	Gaivota-de-asa-escura	X					VU/LC
Laridae	*Larus michahellis*	Gaivota-de-patas-amarelas	C	III				LC
Laridae	*Sternula albifrons*	Chilreta	X	II	II		A-I	VU
Tytonidae	*Tyto alba*	Coruja-das-torres	X	II		II		LC
Strigidae	*Athene noctua*	Mocho-galego	X	II		II		LC
Strigidae	*Otus scops*	Mocho-d'orelhas	X	II		II		DD
Strigidae	*Asio otus*	Bufo-pequeno	X	II		II		DD
Strigidae	*Asio flammeus*	Coruja-do-nabal	X	II		II	A-I	EN
Strigidae	*Strix aluco*	Coruja-do-mato	X	II		II		LC
Pandionidae	*Pandion haliaetus*	Águia-pesqueira	X	III	II		A-I	CR/EN
Accipitridae	*Elanus caeruleus*	Peneireiro-cinzento	X	III	II		A-I	NT
Accipitridae	*Pernis apivorus*	Bútio-vespeiro	X	III	II		A-I	VU
Accipitridae	*Circaetus gallicus*	Águia-cobreira	X	III	II		A-I	NT
Accipitridae	*Aquila fasciata*	Águia de Bonelli	X	III	II		A-I*	EN
Accipitridae	*Hieraaetus pennatus*	Águia-calçada	X	III	II		A-I	NT
Accipitridae	*Circus aeruginosus*	Águia-sapeira	X	III	II		A-I	VU
Accipitridae	*Circus pygargus*	Tartaranhão-caçador	X	III	II		A-I	EN
Accipitridae	*Accipiter nisus*	Gavião	X	III	II			LC
Accipitridae	*Milvus migrans*	Milhafre-preto	X	III	II		A-I	LC
Accipitridae	*Buteo buteo*	Águia-d'asa-redonda	C	III	II			LC
Upupidae	*Upupa epops*	Poupa	C	II				LC
Meropidae	*Merops apiaster*	Abelharuco	X	II	II			LC
Alcedinidae	*Alcedo atthis*	Guarda-rios	C	II			A-I	LC
Picidae	*Jynx torquilla*	Torcicolo	X	II				DD
Picidae	*Picus sharpei*	Peto-real	X	II				LC
Picidae	*Dryobates minor*	Pica-pau-galego	X	II				LC
Picidae	*Dendrocopos major*	Pica-pau-malhado	C	II				LC
Falconidae	*Falco tinnunculus*	Peneireiro	X	II	II	II		LC
Falconidae	*Falco subbuteo*	Ógea	X	II	II	II		VU
Falconidae	*Falco peregrinus*	Falcão-peregrino	X	III	II	I/II	A-I	VU
Oriolidae	*Oriolus oriolus*	Papa-figos	X	III	II			LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conservação
				Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Laniidae	*Lanius meridionalis*	Picanço-real	X	II				LC
Laniidae	*Lanius senator*	Picanço-barreteiro	X	II				NT
Corvidae	*Cyanopica cooki*	Charneco	C	III				LC
Corvidae	*Garrulus glandarius*	Gaio	X					LC
Corvidae	*Pica pica*	Pega-rabilonga	X					LC
Corvidae	*Corvus corax*	Corvo	X	III				NT
Corvidae	*Corvus corone*	Gralha-preta	C					LC
Paridae	*Periparus ater*	Chapim-carvoeiro	X	II				LC
Paridae	*Lophophanes cristatus*	Chapim-de-poupa	C	II				LC
Paridae	*Cyanistes caeruleus*	Chapim-azul	X	II				LC
Paridae	*Parus major*	Chapim-real	C	II				LC
Remizidae	*Remiz pendulinus*	Chapim-de-mascarilha	X	III				NT
Alaudidae	*Calandrella brachydactyla*	Calhandrinha-galucha	X	II			A-I	LC
Alaudidae	*Lullula arborea*	Cotovia-dos-bosques	X	III			A-I	LC
Alaudidae	*Galerida theklae*	Cotovia-escura	X	II			A-I	LC
Alaudidae	*Galerida cristata*	Cotovia-de-poupa	X	III				LC
Cisticolidae	*Cisticola juncidis*	Fuinha-dos-juncos	C	III	II			LC
Acrocephalidae	*Hippolais polyglotta*	Felosa-poliglota	X	III	II			LC
Acrocephalidae	*Acrocephalus scirpaceus*	Rouxinol-dos-caniços	X	III	II			NT
Acrocephalidae	*Acrocephalus arundinaceus*	Rouxinol-grande-dos-caniços	X	III	II			LC
Locustellidae	*Locustella luscinioides*	Cigarrinha-ruiva	X	III	II			VU
Hirundinidae	*Delichon urbicum*	Andorinha-dos-beirais	X	II				LC
Hirundinidae	*Cecropis daurica*	Andorinha-dáurica	X	II				LC
Hirundinidae	*Hirundo rustica*	Andorinha-das-chaminés	X	II				LC
Hirundinidae	*Riparia riparia*	Andorinha-das-barreiras	X	II				LC
Phylloscopidae	*Phylloscopus bonelli*	Felosa-de-papo-branco	X	III	II			LC
Phylloscopidae	*Phylloscopus ibericus*	Felosinha-ibérica	X	III	II			LC
Phylloscopidae	*Phylloscopus collybita*	Felosinha	X	III	II			LC
Scotocercidae	*Cettia cetti*	Rouxinol-bravo	X	III	II			LC
Aegithalidae	*Aegithalos caudatus*	Chapim-rabilongo	X	III	II			LC
Sylviidae	*Sylvia atricapilla*	Toutinegra-de-barrete	C	II	II			LC
Sylviidae	*Sylvia melanocephala*	Toutinegra-dos-valados	X	II	II			LC
Sylviidae	*Sylvia undata*	Toutinegra-do-mato	X	II	II		A-I	LC
Certhiidae	*Certhia brachydactyla*	Trepadeira	X	II				LC
Sittidae	*Sitta europaea*	Trepadeira-azul	X	II				LC
Troglodytidae	*Troglodytes troglodytes*	Carriça	C	II				LC
Sturnidae	*Sturnus unicolor*	Estorninho-preto	C	III				LC
Turdidae	*Turdus viscivorus*	Tordoveia	X	III	II			LC
Turdidae	*Turdus merula*	Melro	C	III	II			LC
Muscicapidae	*Muscicapa striata*	Taralhão-cinzento	X	II	II			NT
Muscicapidae	*Erithacus rubecula*	Pisco-de-peito-ruivo	C	II	II			LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conservação
				Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Muscicapidae	*Luscinia megarhynchos*	Rouxinol-comum	X	II	II			LC
Muscicapidae	*Phoenicurus ochruros*	Rabirruivo-comum	C	II	II			LC
Muscicapidae	*Phoenicurus phoenicurus*	Rabirruivo-de-testa-branca	X	II	II			LC
Muscicapidae	*Saxicola torquatus*	Cartaxo-comum	X	II	II			LC
Regulidae	*Regulus ignicapilla*	Estrelinha-real	X	II	II			LC
Estrildidae	*Estrilda astrild*	Bico-de-lacre	C	III				
Passeridae	*Passer domesticus*	Pardal	C					LC
Passeridae	*Passer hispaniolensis*	Pardal-espanhol	X	III				LC
Passeridae	*Passer montanus*	Pardal-montês	X	III				LC
Passeridae	*Petronia petronia*	Pardal-francês	X	III				LC
Motacillidae	*Motacilla flava*	Alvéola-amarela	C	II	II			LC
Motacillidae	*Motacilla cinerea*	Alvéola-cinzenta	X	II	II			LC
Motacillidae	*Motacilla alba*	Alvéola-branca	C	II	II			LC
Fringillidae	*Fringilla coelebs*	Tentilhão	X	III				LC
Fringillidae	*Coccothraustes coccothraustes*	Bico-grossudo	X	III				LC
Fringillidae	*Chloris chloris*	Verdilhão	X	II				LC
Fringillidae	*Linaria cannabina*	Pintarroxo	X	II				LC
Fringillidae	*Carduelis carduelis*	Pintassilgo	C	II				LC
Fringillidae	*Serinus serinus*	Milheira	X	III				LC
Fringillidae	*Spinus spinus*	Lugre	X	III				LC
Emberizidae	*Emberiza calandra*	Trigueirão	C	III				LC
Emberizidae	*Emberiza cirlus*	Escrevedeira-de-garganta-amarela	X	II				LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Quadro 4 - Lista das espécies de mamíferos elencados para a área de estudo. (Ocorrência: X – potencial; C – confirmada. Estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho [Cabral et al., 2006]: LC – Pouco preocupante; DD – Informação insuficiente; VU –Vulnerável)

Família	Nome científico	Nome comum	Ocorrênci	Endemismo	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conser-vação
					Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Cervidae	*Cervus elaphus*	Veado	X		III				LC
Suidae	*Sus scrofa*	Javali	C						LC
Canidae	*Vulpes vulpes*	Raposa	X				D		LC
Felidae	*Felis silvestris*	Gato-bravo	X		II		A - II	B-IV	VU
Herpestidae	*Herpestes ichneumon*	Sacarrabos	X		III			B-V / D	LC
Mustelidae	*Lutra lutra*	Lontra	X		II		A - I	B-II / B-IV	LC
Mustelidae	*Martes foina*	Fuinha	X		III				LC
Mustelidae	*Meles meles*	Texugo	X		III				LC
Mustelidae	*Mustela putorius*	Toirão	X		III			B-V	DD
Viverridae	*Genetta genetta*	Geneta	X		III			B-V	LC
Molossidae	*Tadarida teniotis*	Morcego-rabudo	X		II	II		B-IV	DD
Vespertilionidae	*Eptesicus serotinus*	Morcego-hortelão-escuro	X		II	II		B-IV	LC
Vespertilionidae	*Nyctalus lasiopterus*	Morcego-arborícola-gigante	X		II	II		B-IV	DD
Vespertilionidae	*Nyctalus leisleri*	Morcego-arborícola-pequeno	X		II	II		B-IV	DD
Vespertilionidae	*Pipistrellus kuhlii*	Morcego de Kuhl	X		II	II		B-IV	LC
Vespertilionidae	*Pipistrellus pipistrellus*	Morcego-anão	X		II	II		B-IV	LC
Vespertilionidae	*Pipistrellus pygmaeus*	Morcego-pigmeu	X		II	II		B-IV	LC
Erinaceidae	*Erinaceus europaeus*	Ouriço-cacheiro	X		III				LC
Leporidae	*Lepus granatensis*	Lebre	C	Ibérico	III				LC
Leporidae	*Oryctolagus cuniculus*	Coelho-bravo	X						NT
Cricetidae	*Microtus cabrerae*	Rato de Cabrera	X	Ibérico	II			B-II / B-IV	VU

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

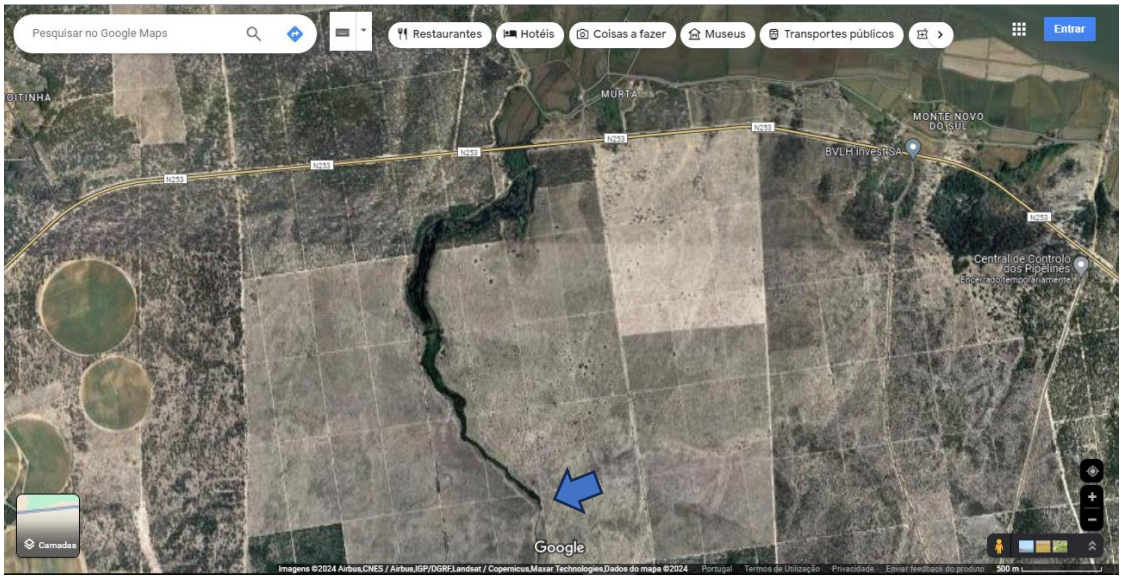
Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

3)Açude da Murta (ZPE)

Trata-se de um açude com água doce, fulcral para avifauna e mamofauna, que é alimentado quer por escorrências superficiais após as chuvas quer pelo escoamento de base do aquífero freático.

A nascente que mantém este açude com água ao longo de todo o ano pode ser observada nas imagens seguintes e encontra-se assinalada pela seta azul. Na imagem do Google maps, a linha de água após a nascente possui água corrente até ao açude. No modelado topográfico (2ª imagem) verificamos que a nascente surge por intersecção do nível freático devido a um desnivelamento da topografia.



Fonte: https://www.google.com/maps/@38.3976646,-8.7108521,4922m/data=!3m1!1e3?entry=ttu

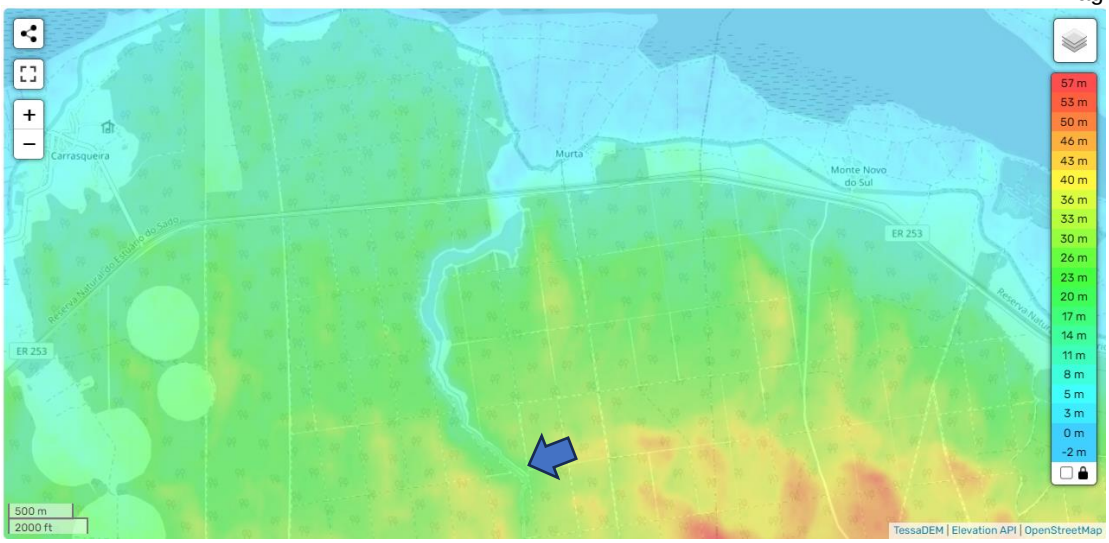
Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981



Fonte: https://pt-pt.topographic-map.com/map-tzls8/Alentejo/?center=38.35162%2C-8.65742&zoom=12&base=6

Do ponto de vista hidrogeológico, o aquífero livre está conectado hidraulicamente com um aquífero mais profundo, semi-confinado a confinado dependendo da distribuição e confinamento de leitos argilosos.

Entre estes aquíferos há fluxos verticais (drenância vertical), cujo sentido do fluxo depende da relação de potenciais hidráulicos, ou seja, da relação entre a cota do nível freático (1º aquífero livre) e a cota do nível piezométrico (2º aquífero semiconfinado a confinado). O fluxo vertical da água dá-se sempre da cota mais elevada para a cota mais baixa. O mesmo é dizer que se a cota do nível do aquífero freático for mais elevada que a cota do nível piezométrico do 2º aquífero, a água desloca-se no sentido descendente do 1º para o 2º aquífero. Se a cota do nível piezométrico do 2º aquífero for mais elevada que o nível freático do 1º aquífero, a água desloca-se no sentido ascendente do 2º para o 1º aquífero.

O projecto prevê a construção de 34 captações, 17 captações subterrâneas a efetuar a grande profundidade (>100 m), no 2º aquífero, com caudais de exploração compreendidos entre os 20 l/s e 40 l/s (72 m3/h a 144 m3/h) e 17 captações subterrâneas a efetuar a pequena profundidade (<50 m), furos curtos no 1º aquífero, com caudais de exploração da ordem dos 5 l/s (18 m3/h).

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

A captação dos furos curtos ocorrerá nos meses de Inverno e a captação dos furos profundos ocorrerá durante todo o ano. O volume máximo de captação de água subterrânea será de 3,22 hm^3/ano.

Os cones de rebaixamento gerados por este volume de extracção levarão a que a água do aquífero freático seja drenada para o aquífero mais profundo e a nascente do açude ficará seca!

A vulnerabilidade do aquífero livre é elevada, pelo que a **aplicação de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos** (inseticidas, acaricidas, fungicidas, herbicidas) para a plantação de pêra-abacate, **afectará a qualidade da água superficial e subterrânea**, consequentemente **a qualidade da água que escoa para o açude podendo colocar as espécies em risco**.

4)Intrusão salina

Contrariamente ao piezómetro 466/42, do lado W das herdades, que tem a sua última medição no ano 1994, o piezómetro 476/21 (Furo vertical – RA4 - Cachopos) do SNIRH da APA encontra-se ativo e localiza-se na proximidade das herdades, do lado E (ver figura).



Tem 150 m de profundidade e capta entre os 73 e 145 m, a mesma profundidade onde se prevê que captem os furos profundos. No período entre o ano de 2004 e 2023, observa-se uma tendência de descida na série piezométrica, sendo esta mais acentuada para os últimos 6 anos de observação. Se compararmos o ano hidrológico de 2012-2013 com os dois últimos anos hidrológicos 2021-2022 e 2022-2023 (ver figuras abaixo), verificamos que para Julho e Agosto a cota do nível piezométrico é agora <-3 m, ou seja, situa-se 3 m abaixo do nível do mar. Esta é a situação actual sem o efeito da exploração prevista neste projecto!

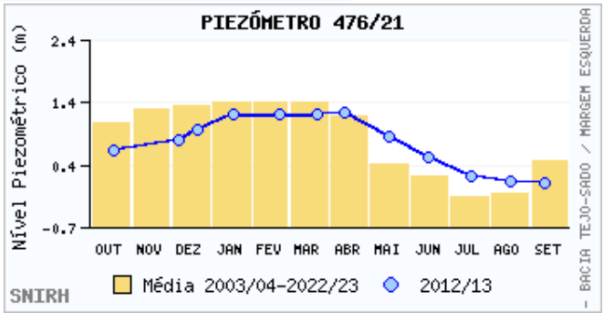
Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

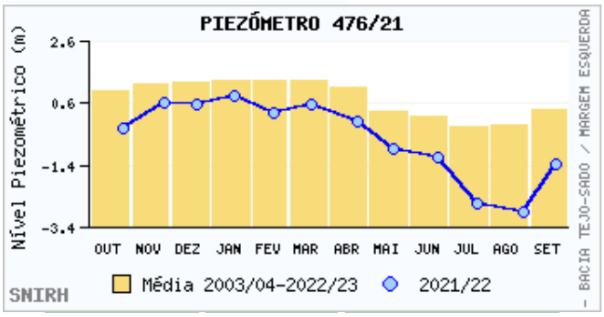
com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

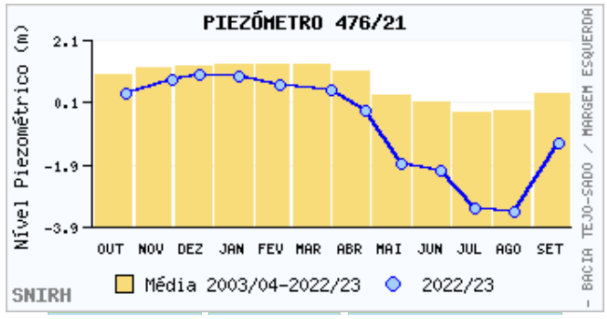
negócios éticos
Agenda 2030 ONU
sociedade justa
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981







Quando se afirma no EIA que se pretende "não induzir o avanço da cunha salina, pois serão evitados rebaixamentos significativos pelo sistema de captação, sendo estes tendencialmente, limitados ao nível do mar" já não é possível cumpri-lo porque, actualmente, conforme demostra o piezómetro de Cachopos, a cota piezométrica do 2º aquífero para aquele local e nos meses de Verão já está 3 m abaixo do nível do mar.

A tendência de cotas abaixo do nível médio das águas do mar observa-se, igualmente, nos furos da Mitrena e de Alcácer do Sal junto ao rio Sado. Veja-se o piezómetro 466/21 no SNIRH, localizado em Mitrena - Moinho Novo, onde o nível piezométrico se encontra a -15 m de cota, ou seja, 15 m abaixo do nível do mar e o piezómetro 476/257 de Alcácer do Sal que chegou a atingir os -24 m em Setembro de 2023. Na Mitrena alguns furos já estão salinizados por sobreexploração que manteve cotas sistematicamente negativas no aquífero profundo. Níveis piezométricos abaixo do nível do mar levam inevitavelmente à intrusão salina do aquífero!

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

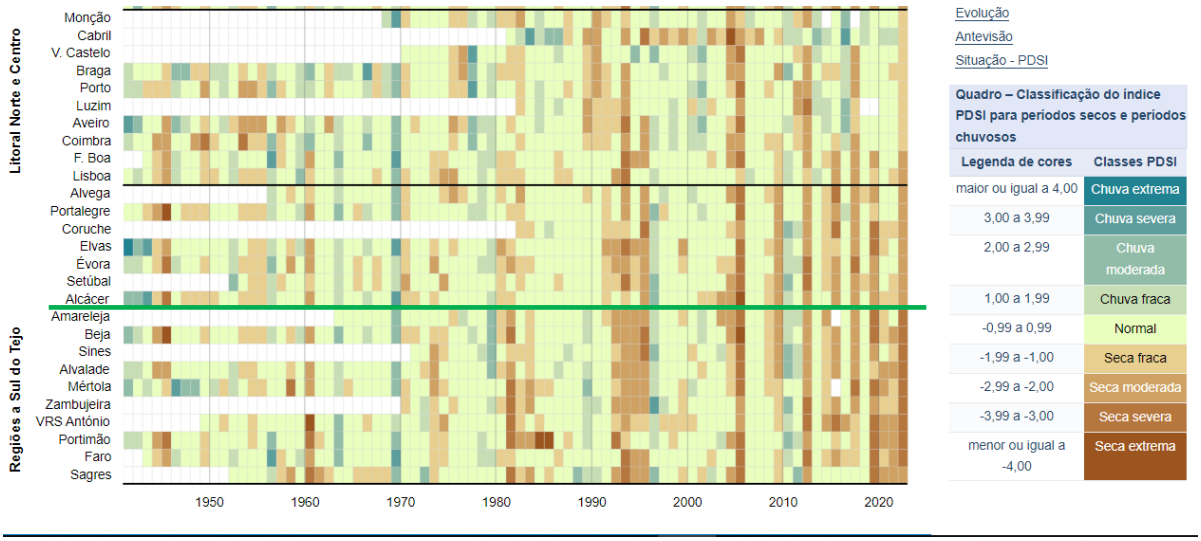
Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

5) Alterações Climáticas nos recursos hídricos

Estudos recentes de Proença de Oliveira et al. (2021) para a APA apontam, na bacia do Sado, para uma redução efectiva de 14% da precipitação e de 31% do escoamento superficial anual no período 1981 - 2016 face ao período anterior. As projecções para a bacia do Sado apontam para reduções da precipitação entre 10 e 25% de acordo com o cenário climático menos ou mais gravoso e reduções do escoamento superficial entre 19 e 50 %, respectivamente, para o cenário climático menos ou mais gravoso. Acresce que com o aumento da temperatura teremos aumento da evapotranspiração que contribuirá para diminuir as disponibilidades hídricas. A água disponível para se infiltrar e constituir recarga de aquíferos será muito menor.

Os ecossistemas aquáticos e terrestres e a flora e fauna neles integrados estão a sofrer grande stress hídrico com a redução dos escoamentos superficiais e o abaixamento dos níveis freáticos, apenas pelo efeito das alterações climáticas.

Nos últimos anos 8 anos tivemos 6 secas na região de Alcácer do Sal (ver figura abaixo) com precipitações anuais a variar entre 400 a 500 mm (L/m2).



Fonte: https://www.ipma.pt/pt/oclima/observatorio.secas/pdsi/apresentacao/evolu.historica/

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

A confirmá-lo temos, também, os níveis das albufeiras do Pêgo do Altar, localizada na ribeira de Santa Catarina e, do Vale de Gaio, localizada na ribeira do Xarrama, que apesar de possuírem na sua totalidade uma capacidade de armazenamento de 148,6 hm^3, têm mantido volumes baixos de armazenamento.

Este é o novo normal, pelo que os modelos de gestão e a tomada de decisão devem ser actualizados. Os desafios que se colocam à conservação da natureza têm de incorporar esta nova realidade! **Os ecossistemas estão a ser severamente impactados pelas alterações climáticas. Mesmo sem a implementação do projecto, o açude da Murta corre o risco de desaparecer, bem como as espécies que dele dependem!**

Conclusão:

Com este parecer negativo, o GEOTA considera que o projeto do **Projeto Agroflorestal deve ser reprovado.**

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Parecer para Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. Abaixo enumeramos as razões para esta posição, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto apresentado gastará 11,8 milhões de litros de água por dia para regar 722,24 hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela “diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis” freáticos[1]. Até na área de implementação o Relatório Não Técnico (RNT)[2] reconhece “manchas de sobreiros [...] aparentemente doentes ou mesmo mortos” (pág. 16), um sintoma da descida dos lençóis freáticos reconhecido por agricultores da região[1] mas descartado na análise.

Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, “o volume máximo autorizado para captação é de 4,827 hm3/ano”. Este projecto Hm-MN vai tomar 67% deste volume, uma vez que pretende captar 3,22 hm3 anualmente de água subterrânea a dois níveis de profundidade por meio de 34 furos. No RNT, pág. 15, “considera–se que não existirá uma afetação significativa da [massa de água subterrânea da Bacia Tejo–Sado], que o impacte negativo apresenta uma magnitude reduzida e é pouco significativo”, e “não se antevê [...] o registo de eventuais conflitos futuros com outros usos existentes na envolvente”. Quantificar como “reduzido” um impacto de 67% do volume máximo anual autorizado pela APA demonstra um erro crasso de lógica e uma dispensa grave dos factos. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm³ por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 4,33 hm³ de água gastos por ano.

Este consumo de água, por um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 64.500 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

---

[1] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[2] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que “o projeto não provoca pressão sobre a massa de água superficial e subterrânea, pelo que não são expectáveis impactes a assinalar” (RTN, pág. 14). Nestas herdades em particular, o relatório assume que “face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina”. Logo, estes químicos infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

De notar que não é referido na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana - o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde na descrição da fase de exploração sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas - este “deslize” demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região.

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação, com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em “duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine”, duas “Áreas Importantes para as Aves”, na “Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado” e num território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns “prioritários para a conservação”. Contudo, a conclusão desta secção resume-se à seguinte frase: “A presença abundante do habitat 2260 em toda a área de estudo, e também na generalidade da área do ZEC Comporta-Galé, poderá ser minimizar a significância do impacte gerado sobre este habitat.” Esta frase não é gramaticalmente nem logicamente inteligível, e não conclui nada sobre o impacto ambiental, que é o objetivo deste relatório.

O desrespeito pelos valores naturais do território são evidentes na descrição da atual paisagem das herdades, definida pela sua “planura (domínio da horizontalidade) e a monotonia dos matos e do coberto arbóreo em grande parte da área, traduzidas numa significativa homogeneidade.” - não é aceitável uma área com 9 tipos de habitats e 143 espécies vegetais identificadas em campo ser descrita como homogénea.

Além dos 722,24 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 83,11 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e que passam ao lado no EIA na enumeração das formas de destruição ecológica irreversível - o que é inadmissível.

As medidas de minimização consequentes são absurdas, limitando-se a fantasias como “ações de sensibilização ambiental destinadas aos trabalhadores envolvidos” - convidamos todos os leitores que partilhem connosco se conhecem histórias reais de implementação de acções

como estas em projetos de agricultura intensiva ou, se acontecem, se há resultados comprovados desta sensibilização.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

“O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de “Espaços Florestais de Produção” (RNT pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de 24km^2 (mais de 2 mil hectares) e de 60 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Ademais, este é tido como o principal impacto positivo do projeto, como se fosse suficiente para se sobrepor a todos os impactos negativos.

Caricatamente, são propostas medidas de valorização e reconhecimento da população local que são risíveis, como a “promoção e sensibilização para a adoção de meios de mobilidade suave, nomeadamente a bicicleta, assim como medidas de carsharing e carpooling (“partilha de veículos e boleias partilhadas”);”.

Adicionalmente, sabemos bem que o emprego sazonal da apanha do abacate provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 10 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental:

"*Em suma, ponderando-se todos os impactes ambientais, e designadamente os suscetíveis de afetar sobretudo a conservação de habitats e das espécies da flora, assim como, dos recursos hídricos subterrâneos, entende-se que o Projeto Agroflorestal HMMN é ambientalmente viável, e deve acolher parecer favorável da autoridade de AIA, apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal.*"

Declaramos veementemente que a qualidade deste Relatório não é admissível e revela uma desconcertante complacência com os interesses do promotor que a contratou, quando a sua obrigação é de análise imparcial do dano ambiental causado. Neste caso, este dano é inequivocamente da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Maria Santos

Catarina Rosa

pela Associação Dunas Livres

PARECER SOBRE A REFORMULAÇÃO DO PROJETO AGROFLORESTAL DAS HERDADES DE MURTA E MONTE NOVO

(assinam, Carlos Pinto Gomes e Catarina Meireles)

ANÁLISE GLOBAL

A área de implantação deste projeto, abrangendo as Herdades de Murta e Monte Novo, reveste-se de **elevado interesse para a conservação, pois alberga um conjunto muito significativo de espécies e habitats de interesse comunitário**. Esses elementos foram determinantes para a classificação deste território como Sítio de Importância Comunitária e, subsequentemente, como Zona Especial de Conservação.

Uma das notáveis particularidades deste território, no que concerne à vegetação nativa, é que **as inúmeras comunidades vegetais** que aqui ocorrem, muitas vezes em mosaico, **são quase todas classificadas no âmbito da Diretiva Habitats**. Este facto é incomum em termos europeus e demonstra, claramente, a sua relevância em termos de conservação. Para além disso, vários habitats são relíquias de climas passados, alguns encontrando neste território o seu limite setentrional de distribuição.

Todavia, particularmente nas últimas décadas, tem-se assistido à degradação continuada destes habitats no Sítio Comporta-Galé, sobretudo devido a alterações de uso. Por isso, **é imperativo interromper, e mesmo reverter, a modificação do uso do solo**, sob pena de comprometer a identidade distintiva deste território. Consideramos, portanto, que a aprovação contínua de projetos que resultem na destruição de vastas áreas de vegetação nativa nos territórios da ZEC Comporta-Galé, como o agora em análise, contraria os objetivos de desenvolvimento sustentável e os compromissos de proteção das espécies e habitats de maior valor ecológico europeu, conforme estabelecido pela Diretiva Habitats.

Neste contexto, consideramos de extrema importância a nossa participação neste processo de consulta, na qualidade de especialistas em habitats e espécies de interesse comunitário. Por isso, apelamos aos decisores e gestores do território que considerem cuidadosamente os seguintes argumentos em prol da não aprovação do referido Projeto:

1. Vegetação e habitats de Interesse Comunitário

Segundo o presente documento (Reformulação Do Projeto Agroflorestal Das Herdades de Murta E Monte Novo), encontram-se na área do Projeto nove habitats de interesse comunitário, dois dos quais prioritários para a conservação (2150* e 2250*). A este respeito, refere-se o seguinte:

1.1. Embora os promotores tenham envidado esforços para situar as áreas de plantação fora das zonas ocupadas por habitats sensíveis, ainda existem áreas contendo os **habitats 2150 e 2250** que serão inevitavelmente destruídas. Outras áreas desses habitats permanecerão nas proximidades, ou mesmo entalados em pequenas bolsas disfuncionais, no seio das plantações, sem garantias de proteção efetiva. Neste caso, poderão ser afetados diretamente pela atividade futura, bem como indiretamente, através de alterações significativas na estrutura florística causadas pela entrada de espécies mais nitrófilas, resultante do uso de fertilizantes num ambiente dunar que é essencialmente oligotrófico. Considera-se que esta situação, nomeadamente o impacte da utilização do uso de fertilizantes nos habitats naturais, não foi devidamente endereçada;

1.2. Importa recordar que estes dois habitats de interesse comunitário foram avaliados no último Relatório sobre o estado e as tendências das espécies e dos tipos de habitat protegidos pelas Diretivas Aves e Habitats (período 2013-2018, https://nature-art17.eionet.europa.eu/article17/) como em **estado de conservação Desfavorável-Mau,** a pior

classificação possível. Esta avaliação foi tanto para a região Biogeográfica do Mediterrâneo, como para Portugal. Adicionalmente, a tendência futura destes habitats no nosso país foi também avaliada, no âmbito do mesmo Relatório, como tendo tendência decrescente. Esta situação é alarmante e deve merecer especial atenção por parte dos Estados-Membros e ser travada e revertida. A este respeito salienta-se que já em 2022, a Comissão Europeia, através do Programa LIFE e reconhecendo a importância do restauro deste habitat, financiou um projeto no valor de mais de 3 milhos de Euros, que pretende travar a degradação do Habitat 2250 em Portugal, do qual o ICNF é também parceiro (Projeto Zimbral for LIFE, https://www.zimbral4life.uevora.pt/);

1.3. É importante destacar a relevância da ZEC em termos de conservação destes dois habitats. Em primeiro lugar, **o Habitat 2250***, nas Herdades de Murta e Monte Novo, é representado pelo subtipo 2, composto pelas comunidades de *Juniperus navicularis*. Este subtipo tem uma distribuição muito limitada, quase exclusiva em Portugal, com apenas alguns pequenos núcleos na costa sudoeste espanhola, o que confere ao nosso país uma responsabilidade acrescida na sua preservação. Além disso, *Juniperus navicularis* apresenta grande dificuldade em dispersar-se por via seminal e possui uma taxa de crescimento extremamente baixa. De acordo com os conhecimentos atuais, uma planta atinge a maturidade sexual com mais de 20 anos, e indivíduos maduros podem ter mais de 200 anos. Neste contexto, as possíveis medidas de compensação pela destruição destas comunidades são completamente ineficazes num período temporal aceitável.

1.4. No caso do **habitat 2150***, além de constituir um habitat prioritário, é representado por comunidades de *Ulex australis* ssp. *welwitschianus*, que formam um tipo de vegetação primitiva e mais exigente do ponto de vista hídrico. Esta vegetação é uma relíquia do período Atlântico e persiste unicamente nos podzóis, onde o horizonte de surraipa permite uma retenção superficial de água[1]. A utilização agrícola e florestal desses solos resulta na destruição da estrutura dos podzóis e do horizonte de surraipa, impossibilitando a reimplantação do mato de *Ulex welwitschianus*, pois as condições do meio mudam drasticamente[1]. Esta situação levou a uma redução drástica desta comunidade na ZEC, tornando essencial preservar os pequenos refúgios onde o habitat ainda persiste, devido ao seu elevado valor patrimonial. Segundo os especialistas, o clima atual da região não permite a reconstituição dos antigos podzóis com surraipa, pelo que a comunidade não tem qualquer hipótese de se reinstalar após esta perturbação do solo;

1.5. Recorde-se que, segundo o art.º. Artigo 6 da Diretiva Habitats, Os "Estados-membros tomarão as medidas adequadas para evitar, nas zonas especiais de conservação, a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécie" e ainda que "no caso de o sítio em causa abrigar um tipo de habitat natural e / ou uma espécie prioritária, apenas podem ser evocadas razões relacionadas com a saúde do homem ou a segurança pública ou com consequências benéficas primordiais para o ambiente ou, após parecer da Comissão, outras razões imperativas de reconhecido interesse público";

1.6. No documento menciona-se o esforço dos promotores em situar as áreas de plantação em zonas de ocorrência do **Habitat 2260**, argumentando que este não é prioritário, possui um elevado grau de representatividade em toda a área da ZEC Comporta-Galé e, frequentemente, apresenta-se degradado. Apesar da veracidade destas afirmações, é importante esclarecer e acrescentar algumas notas importantes: [1] o habitat 2260 está limitado a substratos arenosos (dunas terciárias/paleodunas) termomediterrânicos, o que significa que tem uma área potencial de ocorrência restrita em Portugal; [2] a espécie diretriz da comunidade (*Stauracanthus genistoides*) é exclusiva do Oeste e Sudoeste ibérico, sendo por isso um endemismo ibérico, de distribuição restrita; [3] nas fichas de habitat do Plano Sectorial foi definido como objetivo de gestão o incremento da área e a melhoria do estado de conservação deste habitat;

[1] Neto, C. (2002). A Flora e a Vegetação do superdistrito Sadense (Portugal).

1.7. A estes três pontos anteriores (referidos em 1.6) acrescenta-se ainda um quarto ponto, que merece destaque e especial atenção da nossa parte: segundo o último Relatório de monitorização do estado de conservação dos habitats e espécies de interesse comunitário (https://www.zimbral4life.uevora.pt/), **o habitat 2260 encontra-se em estado desfavorável-mau na Região Biogeográfica do Mediterrâneo e em estado desfavorável-inadequado em Portugal**, com uma tendência decrescente em termos de conservação. Em Portugal, a avaliação indica ainda que a sua área de ocorrência também tem estado desfavorável, apontando que durante este período a área coberta pelo habitat é menor do que o desejável;

1.8. Considera-se, portanto, que **a presente proposta tem impactes significativos no habitat 2260**, especialmente quando considerados em termos cumulativos com os projetos que já foram aprovados ou implementados na sua área potencial. Acredita-se que a solução proposta de manter entrelinhas de 6 metros entre plantações não é suficiente para a preservação deste habitat, principalmente pelas seguintes razões: [1] a presença de árvores nas proximidades pode causar ensombramento a estas comunidades de natureza heliófila; [2] a fertilização próxima pode levar ao aumento de espécies nitrófilas no habitat; [3] a rega pode modificar a composição florística deste habitat, que possui características edafoxerófilas. Nenhuma destas situações foi avaliada;

1.9. Recorde-se que, segundo o art.º. 1 da nova lei do restauro Os Estados-Membros devem tomar as medidas de restauro que sejam necessárias para melhorar para um bom estado zonas de tipos de habitats enumerados no anexo I que não se encontram em bom estado.

1.10. Finalmente, mas não menos importante, é a **ausência de informação sobre os habitats associados aos planos de água que estão referidos para estas propriedades**, incluindo os possíveis impactes que os fertilizantes podem vir a ter nas áreas de turfeiras contíguas (e outros edafohigrófilos, tais como o habitat 3110), que se encontram referidas para a Herdade da Murta. Estas turfeiras, que integram o habitat 7140, são de elevadíssimo valor patrimonial, sendo também elas relíquias da vegetação passada.

2. Espécies de Interesse comunitário

Em relação às espécies da Diretiva, a nossa maior preocupação é referente às espécies *Armeria royana* e *Thymus capitellatus* que, tal como refere o presente documento de reformulação do Projeto, são ambas prioritárias para a conservação no âmbito da Diretiva Habitats. É também de referir que estas espécies são, **ambas, endemismos exclusivos de Portugal** e que, apesar de estarem localmente bem representadas, têm uma distribuição muito restrita territorialmente. Por este motivo, e também pelas suas obrigações europeias, Portugal tem especial responsabilidade na sua preservação. O projeto tem **impacte na população e na área potencial do seu habitat.**

Também aqui salientamos a **ausência de informação sobre as espécies de interesse, associadas aos planos de água, e que estão referidos para estas propriedades.**

Tomando por base o exposto anteriormente e à laia de conclusão, considera-se altamente negativo, do ponto de vista do coberto vegetal (flora e vegetação), a implementação do presente Projeto.

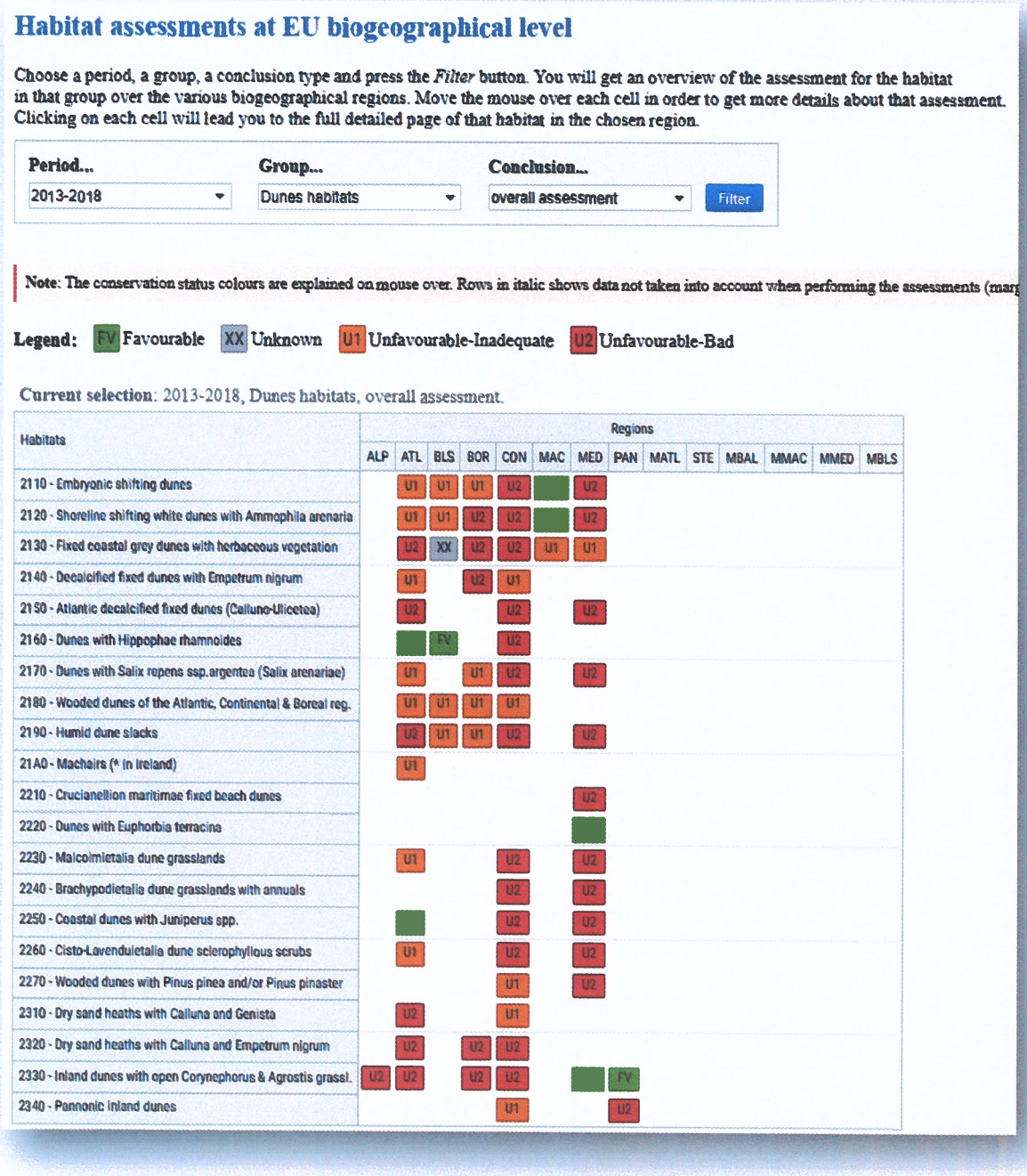
Évora, 05 de julho de 2024

Carlos Pinto Gomes
Professor Catedrático da Universidade de Évora

Catarina Meireles
Professor Auxiliar da Universidade de Évora

ANEXO I

Aavliação dos habitats dunares na região Biogeográfica do mediterrâneo (2013-218): Dados from the Article 17 web tool on biogeographical assessments of conservation status of species and habitats under Article 17 of the Habitats Directive (https://nature-art17.eionet.europa.eu/article17/)



Habitat assessments at EU biogeographical level

Choose a period, a group, a conclusion type and press the *Filter* button. You will get an overview of the assessment for the habitat in that group over the various biogeographical regions. Move the mouse over each cell in order to get more details about that assessment. Clicking on each cell will lead you to the full detailed page of that habitat in the chosen region.

Period... 2013-2018 | **Group...** Dunes habitats | **Conclusion...** overall assessment | Filter

Note: The conservation status colours are explained on mouse over. Rows in italic shows data not taken into account when performing the assessments (marg

Legend: FV Favourable | XX Unknown | U1 Unfavourable-Inadequate | U2 Unfavourable-Bad

Current selection: 2013-2018, Dunes habitats, overall assessment.

Habitats	Regions													
	ALP	ATL	BLS	BOR	CON	MAC	MED	PAN	MATL	STE	MBAL	MMAC	MMED	MBLS
2110 - Embryonic shifting dunes		U1	U1	U1	U2		U2							
2120 - Shoreline shifting white dunes with Ammophila arenaria		U1	U1	U2	U2		U2							
2130 - Fixed coastal grey dunes with herbaceous vegetation		U2	XX	U2	U2	U1	U1							
2140 - Decalcified fixed dunes with Empetrum nigrum		U1		U2	U1									
2150 - Atlantic decalcified fixed dunes (Calluno-Ulicetea)		U2			U2		U2							
2160 - Dunes with Hippophae rhamnoides			FV		U2									
2170 - Dunes with Salix repens ssp.argentea (Salix arenariae)		U1		U1	U2		U2							
2180 - Wooded dunes of the Atlantic, Continental & Boreal reg.		U1	U1	U1	U1									
2190 - Humid dune slacks		U2	U1	U1	U2		U2							
21A0 - Machairs (* in Ireland)		U1												
2210 - Crucianellion maritimae fixed beach dunes							U2							
2220 - Dunes with Euphorbia terracina														
2230 - Malcolmietalia dune grasslands		U1			U2		U2							
2240 - Brachypodietalia dune grasslands with annuals					U2		U2							
2250 - Coastal dunes with Juniperus spp.					U2		U2							
2260 - Cisto-Lavenduletalia dune sclerophyllous scrubs		U1			U2		U2							
2270 - Wooded dunes with Pinus pinea and/or Pinus pinaster					U1		U2							
2310 - Dry sand heaths with Calluna and Genista		U2			U1									
2320 - Dry sand heaths with Calluna and Empetrum nigrum		U2		U2	U2									
2330 - Inland dunes with open Corynephorus & Agrostis grassl.	U2	U2		U2	U2			FV						
2340 - Pannonic inland dunes					U1			U2						

No âmbito do processo de consulta pública a decorrer da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R) vimos por este meio **manifestar veemente discordância** com o Projeto e o respectivo Estudo de impacto Ambiental (*para além dos pontos já mencionados na consulta pública de Janeiro 2024)*, considerando que **ele deve ser reprovado, pois é prejudicial para o ambiente, para a economia e para a sociedade.**

Na Herdade de Montalvo (HdM - Turismo e Lazer S.A.), que integra um Aldeamento Turístico de 4 estrelas, temos tido uma permanente preocupação com os consumos de água do aquífero do Sado e seguido práticas ambientais que são reconhecidas como exemplares.

A Herdade de Montalvo constitui um refúgio de natureza preservada, localizado na deslumbrante região de Alcácer do Sal, afirmando-se como um destino privilegiado para o turismo de natureza em Portugal.

O projeto agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R), mesmo na sua versão reformulada agora apresentada, constitui uma ameaça significativa ao equilíbrio delicado deste território.

Este parecer visa destacar alguns dos impactos adversos deste projeto, sublinhando a necessidade de proteger a integridade ambiental que torna a região de Alcacer do Sal e o estuário do Sado um destino turístico de excelência.

1. Impacto nos Recursos Hídricos:

- Excesso de Consumo de Água: O projeto, mesmo com a redução das necessidades hídricas de 4.33 hm^3/ano para 3.95 hm^3/ano, ainda prevê um consumo insustentável, com valores que são incompatíveis com uma zona onde a pluviosidade continua a diminuir e exacerbando a pressão sobre os aquíferos locais. A captação de água do canal de rega (1,139 hm^3/ano) para rega de abacates é inviável sem bombagem, dado que toda a zona de plantação está ao sul da estrada nacional 253, o que irá aumentar a quantidade de água a extrair do aquífero.
- Qualidade da Água: O uso intensivo de fertilizantes e fitofármacos permanece inalterado, aumentando o risco de contaminação dos aquíferos locais.

2. Destruição de Habitats Naturais e Espécies Protegidas:

- Habitat 2250 e 2150: A destruição de habitats prioritários e de espécies endémicas ameaçadas continua a ser um problema grave, violando diretrizes de conservação e comprometendo a integridade ecológica da região.
- Impacto na Fauna Local: A presença de abacateiros, cujas folhas e casca são nocivos para a maioria da fauna e particularmente letais para aves,

agrava o risco para a fauna local, que já é severamente impactada pela desmatação.
- A vegetação nativa desta área é especialmente relevante. Muitas das comunidades vegetais são protegidas pela Diretiva Habitats, o que é raro na Europa e destaca a importância do local para a conservação. Nas últimas décadas, esses habitats vêm se degradando devido a mudanças no uso do solo. É crucial interromper e reverter essas mudanças para preservar a identidade do território.

3. Compatibilidade com o Desenvolvimento Sustentável:

- Alteração do Uso do Solo: A transformação extensiva do uso do solo compromete a sustentabilidade ambiental da região, afetando negativamente a ecologia local e a paisagem.
- Efeitos Cumulativos: A combinação deste projeto com outros na região vai resultar em impactos negativos muito significativos a longo prazo, prejudicando o desenvolvimento sustentável do turismo e da agricultura local.

4. Impactos Económicos e Sociais Negativos:

- Desertificação e Coesão Territorial: A transformação da área com efeitos muito alargados no tempo, vai contribuir para a desertificação e não favorece a coesão social e territorial, prejudicando as comunidades locais e o turismo sustentável.
- Riscos para a Saúde Pública: A utilização intensiva de pesticidas e fertilizantes favorece a dispersão de pragas de moscas e outras como já ocorreu no passado e traz riscos para a saúde pública, afetando tanto moradores quanto turistas.

5. Regulação e Monitorização Insuficiente:

- Falta de Medidas de Compensação Adequadas: As medidas propostas para mitigar a destruição de habitats são ineficazes a longo prazo e não garantem a preservação dos recursos naturais.
- Necessidade de Fiscalização: Seria crucial implementar um plano de fiscalização rigoroso para monitorar o impacto ambiental e assegurar a conformidade com as normas de conservação, o que não acontece.

6. Aspectos Específicos do Projeto:

- Reservatórios de Água: A evaporação dos cinco reservatórios de água, totalizando 19,01 ha, representa uma perda significativa de água extraída das profundidades.
- Área de Plantação: A redução de 722,24 ha para 658,44 ha é claramente insuficiente para mitigar os impactos negativos significativos sobre o meio ambiente.

- Infraestruturas de Apoio: As infraestruturas de apoio permanecem praticamente inalteradas, não contribuindo para a mitigação dos impactos ambientais.

7. Inconsistências e Omissões no EIA:

- Dados Incompletos sobre Biodiversidade: Apenas 32 espécies de aves e duas espécies de mamíferos foram detectadas em mais de 2400ha, durante os levantamentos sistemáticos que terão sido efectuados ao longo de 8 anos, sugerindo um impacto ambiental severo nas áreas que já tinham sido desmatadas na zona. A ser verdade, o novo Projecto apenas iria agravar e muito, esta situação.
- A situação de referência do terreno sujeito à intervenção, está insuficientemente caracterizada em termos de ambiente e biodiversidade, daí decorrendo uma subestimação dos impactes de escala, inconsistência na avaliação e falta de base comparativa, levando a decisões inadequadas sobre medidas de mitigação.

Conclusão:

O projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo apresenta graves implicações ambientais, económicas e sociais: aumenta a pressão sobre os recursos hídricos, promove a destruição de habitats prioritários e a introdução de uma monocultura intensiva incompatível com as características do solo e a biodiversidade local, tornando o projeto insustentável.

Os impactos negativos são gravíssimos para o ambiente e para as comunidades locais, comprometendo o desenvolvimento sustentável de uma região com um enorme potencial, nomeadamente para o Turismo de Natureza – atividade que vem suscitando cada vez maior interesse, não só de nacionais como de estrangeiros e que se baseia na riqueza natural de uma região e na sua preservação.

Recomenda-se a recusa do projeto agora reformulado, visando a defesa dos valores da preservação do património natural do país e da região e do bem-estar das populações locais.

PROTEGER GRÂNDOLA
ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO AMBIENTE

Participação na Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-HN)

A Proteger Grândola – Associação de Defesa do Ambiente apresenta a sua discordância com a Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-HN), pelas seguintes razões:

1. Consumo Excessivo de Água:

Mesmo reformulado, o projeto prevê o uso de grandes volumes de água para irrigar os 658,44 hectares de plantações de abacate, um cultivo altamente dependente de água. O projeto reformulado estima consumos de cerca de 3,997 hm3/ano, uma redução de somente 9% face ao projeto inicialmente apresentado e chumbado. Destes, 2,858 hm3/ano virão de furos subterrâneos e 1,139 hm3/ano de fontes superficiais do perímetro de rega do Vale do Sado. Este consumo é muito problemático numa região que já enfrenta grandes desafios hídricos e onde os aquíferos estão sob pressão de sobre-exploração.

De acordo com o Resumo Não-Técnico, "Na fase de exploração, em termos quantitativos, considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega da área de plantação de abacate do Projeto Agroflorestal HM-MN-R, causa impactes considerados como significativos". O uso intensivo de água para irrigação de abacates numa área que já enfrenta restrições de água irá exacerbar a escassez e prejudicar outros usos essenciais da água.

A proposta do promotor de ceder algumas das suas captações como bancos de reserva de abastecimento para os polos da Comporta, Montevil e Mata Nacional de Valverde às Águas do Alentejo (AgdA) não serve de todo para colmatar o aumento de exploração do sistema aquífero em causa, apenas para o agravar. Inclusivamente, os furos principais que são explorados pela AgdA para o abastecimento de Alcácer do Sal e Grândola encontram-se neste mesmo sistema aquífero, e estão já há vários anos a ser limitados na sua bombagem devido ao caudal subterrâneo insuficiente. Mais captações não são, portanto, a solução para o abastecimento público. Terá de haver sim uma maior limitação de exploração e recuperação dos ecossistemas florestais para que se consiga captar mais humidade atmosférica e assim contribuir para recarregar o lençol freático.

É fundamental assegurar que o nível do lençol freático se mantém acessível e que a sua qualidade se mantém adequada para consumo humano e produção alimentar de sequeiro, promovendo assim a segurança hídrica e a soberania alimentar. É importante lembrar que a acessibilidade à água e alimento são dois fatores de suporte essenciais para o alcance dos objetivos da ONU, da UE e de Portugal, em matéria de soberania alimentar, fixação de população e desenvolvimento sócio-económico sustentável ao nível local e regional.

2. Degradação de Ecosistemas:

A área destinada ao projeto está localizada dentro da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé), uma parte vital da Rede Natura 2000. Abrangendo esta zona ecossistemas sensíveis, com muitas áreas em grande estado de degradação. Apesar do ligeiro aumento dos corredores ecológicos e da redução da área de solo mobilizada, a conversão de áreas florestais para a agricultura intensiva de abacate por si só irá levar à destruição de habitats críticos, colocando ainda mais em risco a biodiversidade e a integridade dos ecossistemas locais). Assim, a redução da

área de plantação em apenas 9% e o ligeiro aumento da área de corredores ecológicos e da criação alguns abrigos para a avifauna, nada mudam o elevado risco de degradação destes ecossistemas florestais que importa preservar e regenerar.

3. Erosão e Desertificação:

A remoção de vegetação para dar lugar às monoculturas irá aumentar a erosão do solo e a vulnerabilidade à desertificação, especialmente numa área que já enfrenta riscos climáticos severos. A perda de cobertura florestal reduz a capacidade do solo de reter água, exacerbando os efeitos da seca e degradação ambiental. Tendo como consequências a desertificação da paisagem e despovoamento do território.

4. Incompatibilidade com Metas de Conservação:

O projeto está em desacordo com os objetivos de conservação estabelecidos pela Rede Natura 2000 e pela Estratégia de Biodiversidade para 2030 da União Europeia, que visa proteger e restaurar ecossistemas naturais. Mesmo tendo o promotor aumentado ligeiramente os corredores ecológicos, e que este argumente que a plantação agrícola trará benefícios na prevenção de incêndios florestais, estes argumentos não podem servir para transformar uma área significativa dentro de uma zona de conservação para fins agrícolas comerciais, que recorrem a agroquímicos e saem fora do paradigma da economia regional, contradizendo diretamente os esforços para preservar a natureza e alcançar metas de sustentabilidade ambiental.

5. Benefícios Económicos Questionáveis:

Embora o projeto prometa criar empregos e estimular a economia local, os benefícios são insuficientes para justificar os impactos negativos. Os empregos gerados são em grande parte sazonais e de baixa remuneração, o que não oferece uma contribuição duradoura para o desenvolvimento económico da região. Para além de que grande parte do produto será para exportação, logo sem benefício para a soberania alimentar local ou regional.

6. Conflito com Outros Usos do Solo:

A transformação de terrenos florestais e de pastagens em monoculturas de abacate pode gerar conflitos com outros usos potencialmente mais sustentáveis e compatíveis com a conservação ambiental, como a agricultura tradicional (agroecológica), a silvicultura sustentável (diversa e de cobertura contínua) e o turismo ecológico.

Conclusão:

A dimensão do reformulado Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo continua excessivamente grande para os recursos disponíveis, especialmente considerando os impactos cumulativos no uso do solo e na disponibilidade de água. Há um total de 22 projetos agrícolas, industriais e turísticos a exercer pressão nesta zona, não sendo aceitável aumentar ainda mais essa pressão. A instalação de outra monocultura intensiva com grandes necessidades de água e aplicação de agroquímicos representa uma ameaça significativa ao ambiente natural e à sustentabilidade na região de Alcácer do Sal e restantes municípios dependentes do sistema aquífero para o abastecimento público e agricultura de sequeiro. A pressão adicional sobre os recursos hídricos, a destruição de habitats críticos e a incompatibilidade com metas de conservação estabelecidas levantam sérias dúvidas sobre a viabilidade e a responsabilidade ambiental do projeto, pelo que a Proteger Grândola considera que o mesmo não deve ser aprovado.

Apelamos urgentemente para que sejam feitas auditorias por parte da APA ao uso dos TURH nos consumos praticados nas atuais explorações do grupo Aquaterra e dos restantes projetos agrícolas, industriais e turísticos que estão neste momento a exercer enorme pressão sobre este sistema aquífero. Ao mesmo tempo, podem e devem ser consideradas soluções como o estabelecimento de um novo limite piezométrico de captação e criação condicionantes mais apertadas para o uso do solo, de forma a assegurar que o nível do lençol freático se mantém acessível e que a sua qualidade se mantém adequada para consumo humano e produção alimentar de sequeiro, promovendo assim a segurança hídrica e soberania alimentar dos 23 municípios dependentes deste sistema aquífero (Abrantes, Alcácer do Sal, Alcochete, Almada, Almeirim, Alpiarça, Avis, Barreiro, Benavente, Chamusca, Constância, Coruche, Gavião, Grândola, Moita, Montemor-o-Novo, Montijo, Mora, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Vendas Novas e Vila Franca de Xira).

A Direção da
Proteger Grândola – Associação de Defesa do Ambiente

8 de julho de 2024

Parecer para Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. Abaixo enumeramos as razões para esta posição, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto apresentado gastará 11,8 milhões de litros de água por dia para regar 722,24 hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela “diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis” freáticos[1]. Até na área de implementação o Relatório Não Técnico (RNT)[2] reconhece “manchas de sobreiros [...] aparentemente doentes ou mesmo mortos” (pág. 16), um sintoma da descida dos lençóis freáticos reconhecido por agricultores da região[1] mas descartado na análise.

Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, “o volume máximo autorizado para captação é de 4,827 hm3/ano”. Este projecto Hm-MN vai tomar 67% deste volume, uma vez que pretende captar 3,22 hm3 anualmente de água subterrânea a dois níveis de profundidade por meio de 34 furos. No RNT, pág. 15, “considera–se que não existirá uma afetação significativa da [massa de água subterrânea da Bacia Tejo–Sado], que o impacte negativo apresenta uma magnitude reduzida e é pouco significativo”, e “não se antevê [...] o registo de eventuais conflitos futuros com outros usos existentes na envolvente”. Quantificar como “reduzido” um impacto de 67% do volume máximo anual autorizado pela APA demonstra um erro crasso de lógica e uma dispensa grave dos factos. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm³ por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 4,33 hm³ de água gastos por ano.

Este consumo de água, por um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 64.500 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

---

[1] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[2] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que “o projeto não provoca pressão sobre a massa de água superficial e subterrânea, pelo que não são expectáveis impactes a assinalar” (RTN, pág. 14). Nestas herdades em particular, o relatório assume que “face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina”. Logo, estes químicos infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

De notar que não é referido na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana - o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde na descrição da fase de exploração sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas - este “deslize” demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região.

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação, com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em “duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine”, duas “Áreas Importantes para as Aves”, na “Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado” e num território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns “prioritários para a conservação”. Contudo, a conclusão desta secção resume-se à seguinte frase: “A presença abundante do habitat 2260 em toda a área de estudo, e também na generalidade da área do ZEC Comporta-Galé, poderá ser minimizar a significância do impacte gerado sobre este habitat.” Esta frase não é gramaticalmente nem logicamente inteligível, e não conclui nada sobre o impacto ambiental, que é o objetivo deste relatório.

O desrespeito pelos valores naturais do território são evidentes na descrição da atual paisagem das herdades, definida pela sua “planura (domínio da horizontalidade) e a monotonia dos matos e do coberto arbóreo em grande parte da área, traduzidas numa significativa homogeneidade.” - não é aceitável uma área com 9 tipos de habitats e 143 espécies vegetais identificadas em campo ser descrita como homogénea.

Além dos 722,24 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 83,11 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e que passam ao lado no EIA na enumeração das formas de destruição ecológica irreversível - o que é inadmissível.

As medidas de minimização consequentes são absurdas, limitando-se a fantasias como “ações de sensibilização ambiental destinadas aos trabalhadores envolvidos” - convidamos todos os leitores que partilhem connosco se conhecem histórias reais de implementação de acções

como estas em projetos de agricultura intensiva ou, se acontecem, se há resultados comprovados desta sensibilização.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

“O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de “Espaços Florestais de Produção” (RNT pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de 24km^2 (mais de 2 mil hectares) e de 60 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Ademais, este é tido como o principal impacto positivo do projeto, como se fosse suficiente para se sobrepor a todos os impactos negativos.

Caricatamente, são propostas medidas de valorização e reconhecimento da população local que são risíveis, como a “promoção e sensibilização para a adoção de meios de mobilidade suave, nomeadamente a bicicleta, assim como medidas de carsharing e carpooling (“partilha de veículos e boleias partilhadas”);”.

Adicionalmente, sabemos bem que o emprego sazonal da apanha do abacate provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 10 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental:

"*Em suma, ponderando-se todos os impactes ambientais, e designadamente os suscetíveis de afetar sobretudo a conservação de habitats e das espécies da flora, assim como, dos recursos hídricos subterrâneos, entende-se que o Projeto Agroflorestal HMMN é ambientalmente viável, e deve acolher parecer favorável da autoridade de AIA, apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal.*"

Declaramos veementemente que a qualidade deste Relatório não é admissível e revela uma desconcertante complacência com os interesses do promotor que a contratou, quando a sua obrigação é de análise imparcial do dano ambiental causado. Neste caso, este dano é inequivocamente da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Maria Santos

Catarina Rosa

pela Associação Dunas Livres

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Parecer sobre a Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R) fase de projeto de execução - Processo de AIA da CCDR-Alentejo

Implicações para o Aldeamento Turístico da Herdade de Montalvo e para a Região

Manuel Duarte Pinheiro e Rodrigo Proença de Oliveira

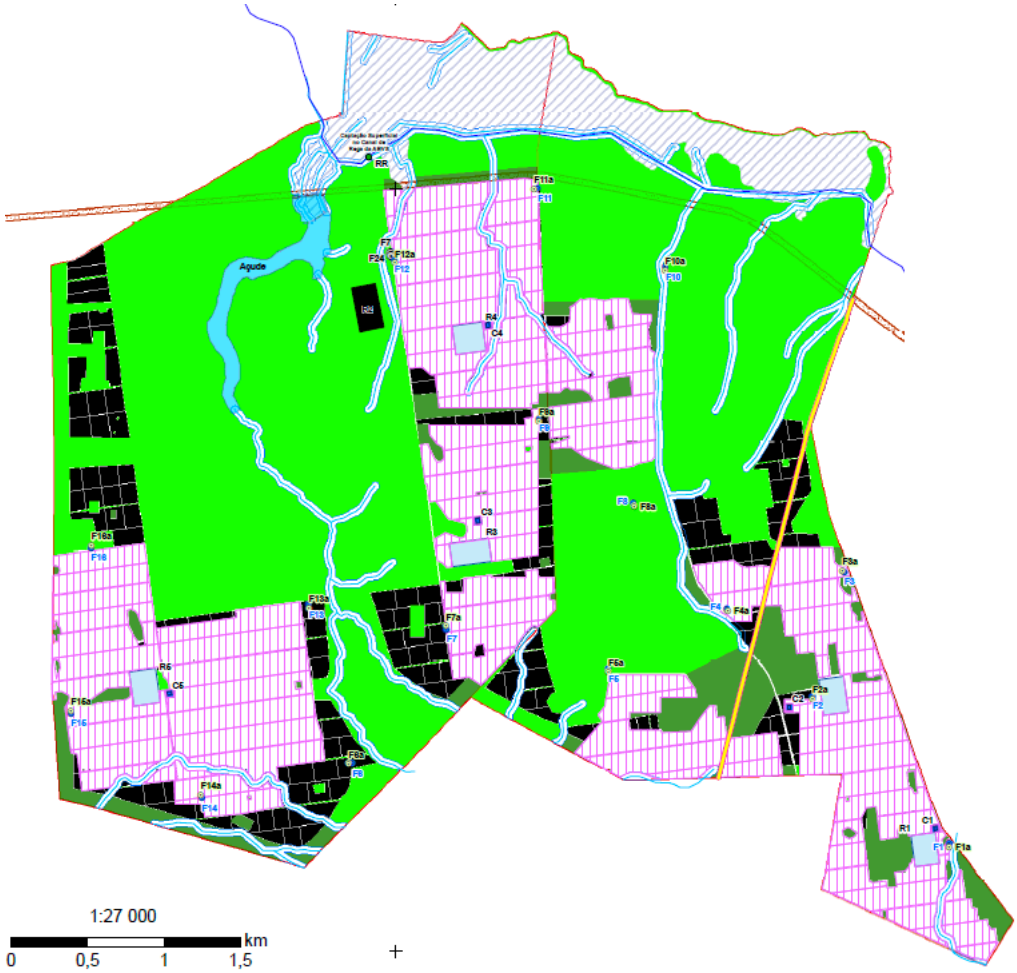
(Julho 2024)

Parecer sobre a Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R) fase de projeto de execução - Processo de AIA da CCDR-Alentejo

1. O Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN) do promotor EXPOENTE FRUGAL Lda., do grupo AQUATERRA, com criação de uma área agrícola de produção de pera-abacate com 722,24 hectares, 83,11 ha para estruturas e infraestruturas de apoio à plantação e de uma área florestal de produção de 1415,85 hectares. Este projeto localiza-se no concelho de Alcácer do Sal, na freguesia da Comporta e na união das freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana. Foi submetido a processo de avaliação de impacte ambiental (AIA) (Rios e Aquíferos, lda, 2023: RNT:3) e consulta pública, os autores apresentaram um parecer sobre o projeto destacando os seus elevados impactes e a incompatibilidade com o desenvolvimento sustentável da zona e região.
2. A decisão desfavorável da CAIA quanto ao projeto levou ao promotor solicitar a suspensão e apresentação da sua reformulação. A consulta pública do projeto reformulado decorre entre 2024-06-26 a 2024-07-09[1], sendo este parecer referente à reformulação apresentada.
3. O Projeto objeto do EIA (03 de julho de 2023) sujeito a Pedido de Esclarecimentos (20 de setembro de 2023), é em grande medida similar ao Projeto agora reformulado (junho de 2024), tendo, contudo, sofrido alterações [1:20][2]). A procura de reduzir os impactes é louvável como princípio. No entanto, as alterações [1] não são estruturais. Entre outras, as alterações são de salientar:
    a. A redução da área de plantação para 658,44 ha face aos 722,24 (2023), o que significa uma redução de 7,9%;
    b. Redução da estimativa das "necessidades hídricas" para 3,997 hm^3/ano (2,858 hm^3/ano de água subterrânea e 1,139 hm^3/ano de água superficial), face à estimativa de 2023 de 4,33 hm^3/ano (3,22 hm^3/ano de origem subterrânea e 1,11 hm^3/ano de origem superficial), representa uma redução de 7,7%;
    c. Ajuste na localização da área de plantação inserida na ZEC (Alternativa 2 do art.º 16º – Solução final apresentada no Artigo 16.º), com implantação de uma área agrícola no Projeto Agroflorestal HM-MN-R de 658,44 ha, segundo a fonte EIA 2024 [1:43];

[1] https://participa.pt/pt/consulta/reformulacao-do-projeto-agroflorestal-das-herdades-de-murta-e-monte-novo-hm-mn-r e disponível no SIAIA https://siaia.apambiente.pt/AIA1.aspx?ID=3670 acesso em 7/7/2024

[2] A notação utilizada refere o número da referência [1] e indica a seguir o número da página no documento pelo que [1:20] significa a referência 1 com o número de página neste caso 20.



4. O projeto, na sua versão reformulada, continua a merecer fortes reservas por manter, no essencial, as características e dimensão que levaram à sua reprovação. Apresenta-se de seguida um conjunto de comentários que, na nossa opinião, justifica um parecer de discordância.
5. Em janeiro de 2024, no âmbito do processo de consulta pública deste AIA, antes da reformulação (3670), foi submetido pela Herdade de Montalvo um parecer nosso sobre o EIA e o Projeto antes de reformulação. Esse parecer analisou os seguintes onze aspetos: Processo de AIA, Estudo de Impacte Ambiental (EIA), Recursos Hídricos, Solo, Ecossistemas e Serviços de Ecossistemas, Socio-economia, Riscos, Saúde Pública, Território e Paisagem, Alterações Climáticas, Efeitos cumulativos e Desenvolvimento Sustentável. Dada a manutenção das características do projeto e as limitadas alterações efetuadas, os impactes decorrentes mantêm-se em grande parte. Recomenda-se, portanto, uma consulta complementar a esta parecer.
6. Dado a criticidade que dispõe os impactes nos recursos hídricos, seguidamente avalia-se as implicações das alterações da reformulação neste fator ambiental e posteriormente refere-se sumariamente outros impactes ambientais relevantes adicionais face ao parecer anterior.

Recursos Hídricos

7. Os promotores reformularam o projeto para limitar o volume anual máximo de águas subterrâneas captadas a 2,858 hm^3/ano, de água subterrânea, assumindo que esse valor permite a viabilização do projeto, de acordo com o Parecer da CA. Caberá a essa comissão verificar que tal interpretação é correta.
8. O EIA não apresenta elementos novos que permitam avaliar a sustentabilidade do uso de água proposto. Tendo em conta os elementos de monitorização e de estudo existentes, as estimativas de recursos hídricos disponíveis têm associada uma incerteza significativa, o que recomenda o aprofundamento do conhecimento antes da aprovação de projetos desta dimensão. Face aos indícios que a exploração atual dos recursos hídricos subterrâneos na envolvente da HM-MN já atingiu o seu limite e tendo em conta as projeções climáticas mais recentes, o projeto não aplica o princípio da precaução, mas da otimização da plantação.
9. O acréscimo de captações previsto por este projeto irá aumentar ainda mais a pressão sobre esta massa de água, pondo em risco o abastecimento público de uma região muito dependente dos recursos hídricos subterrâneos. É ainda possível que, na atual configuração do projeto, sejam exigidos maiores volumes de água do que os disponíveis para garantir o retorno esperado pelo promotor.
10. O promotor no EIA considera para o cálculo da disponibilidade hídrica não a área efetiva do projeto (722,242 hectares, 7,222 km^2) mas a área total da herdade de 24,021 km^2. No cálculo das disponibilidades hídricas, considera uma área 3,3 superior à área efetiva do projeto, assumindo que a restante área ficará reservada e que nunca irá necessitar de água.
11. O EIA continua a considerar a utilização das águas superficiais que estão previstas para outros usos (1,139 hm^3/ano de água superficial). É assumida a submissão da instrução do Pedido de Alteração do Perímetro de Rega na Associação de Beneficiários do Vale do Sado (ABVS), sem referir quais os efeitos para o projeto em caso de aceitação ou recusa desta pretensão.
12. A implantação deste projeto pode levar a impedir qualquer licenciamento futuro de captações de águas para todos os restantes utilizadores agrícolas, humanos e outros, ou seja, **vai comprometer o futuro da zona em termos hídricos.** Tendo em conta a dimensão dos consumos previstos no projeto, a sua aprovação deve ser antecedida pela realização de um Plano Especial de Gestão de Água para esta região, para conciliar os diferentes interesses e pretensões atuais e futuras.
13. O EIA propõe um estudo de acompanhamento do aquífero, não indicando as medidas que podem vir a ser tomadas, caso se verifique a insustentabilidade da operação proposta.

14. Acresce que no cenário provável de redução da precipitação com as alterações climáticas e as eventuais situações de seca e eventos extremos, não é claro como devem ser geridas situações de seca (infelizmente prováveis), quando existirem outras prioridades no uso da água e as zonas agrícolas não poderem utilizar estes recursos. Este aspeto coloca estruturalmente em causa a viabilidade hídrica para a dimensão proposta do projeto. Salienta-se que a seca está já a afetar as zonas sul do País: a 31 de dezembro de 2023, 38% do território estava em seca meteorológica[3].
15. A afetação provável da qualidade da água do aquífero, face à sua vulnerabilidade e cargas geradas é quase desprezada e não quantificada e analisada, não sendo tecnicamente adequada a nível de um EIA de Projeto de Execução, que é mais uma falha ou omissão grave.
16. Finalmente, saliente-se os exemplos em Espanha com o desenvolvimento de projetos agrícolas intensivos desta tipologia de consumos e de forma alargada, com captações não controladas comprometeram de forma grave o desenvolvimento sustentável da população local e dos aspetos ecológicos. Um exemplo é o que ocorre no Parque Nacional de Donana, onde a situação atinge níveis não aceitáveis na disponibilidade da água, na ecologia e vida das populações, evidentes na documentação científica:
    a. Em 2012 Rodriguez e Stefano referenciavam que "a região de Doñana, no sudoeste de Espanha, é um dos maiores e mais complexos sistemas naturais da Europa Ocidental. Os recursos hídricos subterrâneos constituem uma componente chave dos seus processos naturais e um insumo fundamental para a agricultura irrigada intensiva que começou na década de 1970 e é hoje um dos motores económicos mais importantes da região. Esta atividade agrícola e a utilização das águas subterrâneas que lhe está associada afetam o ciclo hidrológico de Doñana, tanto em termos de qualidade como de quantidade, e exercem pressão sobre os seus ecossistemas sensíveis. Desde a década de 1990, foram empreendidas diversas iniciativas para encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconómico e a conservação da natureza e evitar chegar a uma situação de impasse. A natureza complexa do sistema de recursos, a presença de extrações não autorizadas, questões de propriedade não resolvidas e uma estrutura institucional fragmentada dificultam o estabelecimento de um regime sustentável de utilização de recursos" [2].
    b. Já em 1993 Suso e Llamas concluíam que "o declínio do lençol freático como resultado do bombeamento para irrigação atual poderia causar a deterioração de uma grande parte do

[3] https://www.publico.pt/2024/01/18/azul/noticia/situacao-seca-aumentou-dezembro-regiao-sul-2077236, acesso em 22 de janeiro de 2024

ecótono – situado na linha de contacto entre o pântano e o aquífero freático. Este ecótono existe porque é uma área natural de descarga de águas subterrâneas. Os pequenos riachos que alimentam o pântano também serão esgotados pela extração das águas subterrâneas. Outro problema significativo serão as águas superficiais e subterrâneas causadas pelas atividades agrícolas"[3].

c. Green entre outros (2024), salientam que o impacte da captação para agricultura teve em Doñana um dano grave na sua biodiversidade, sendo que a captação de águas subterrâneas já causou grandes danos ecológicos a Doñana e estes danos estão a aumentar ao longo do tempo. Salientam que são necessárias medidas urgentes para reduzir substancialmente os níveis de extração de águas subterrâneas para a agricultura e o turismo [4].
d. González-Jiménez entre outros (2023) provam que na área de Doñana, o aquífero está ameaçado por secas, exploração excessiva das águas subterrâneas provocada pela irrigação. Neste artigo científico deteta-se uma relação significativa entre as distâncias aos poços de bombeamento e a extensão do deslocamento. Além disso, são identificados outros fatores desencadeantes relacionados com a subsidência, tais como o equilíbrio da humidade do solo, processos de encolhimento-intumescimento da argila e fluência de formações geológicas [5].
e. Filipe entre outros (2023), destacam que a agricultura intensiva e as atividades turísticas próximas estavam relacionadas com a seca ou redução de lagoas em toda Doñana, concluindo-se que as anomalias de inundação negativas mais fortes (ou seja, lagoas com inundações inferiores às explicadas apenas pelo clima) estavam localizadas na proximidade de áreas de bombeamento. Estes resultados sugerem que os níveis de exploração das águas subterrâneas podem ser insustentáveis e requerem medidas urgentes para controlar as captações [6].
f. Trevino, entre outros (2023) indicam que o Parque Nacional de Doñana é uma área protegida com recursos hídricos diminuindo drasticamente devido à extração insustentável de águas subterrâneas para irrigação agrícola e consumo humano [7].
g. Acreman, entre outros (2023) destacam que muitas regiões do mundo enfrentam um crescente stress hídrico à medida que aumenta a concorrência por este recurso vital que poderá tornar-se mais escasso em climas futuros. A margem norte do delta do rio Guadalquivir e do estuário no sul de Espanha e o aumento da utilização humana da água coloca os sistemas em risco de secar, apesar dos esforços da autoridade da bacia hidrográfica para limitar a captação a níveis sustentáveis [8].

Outros aspetos com implicações ambientais

17. É apresentada uma análise à suposta inviabilidade da manutenção da situação sem projeto, com cenários enviesados, baseada num conjunto de alternativas desenhadas **para demonstrar que não há alternativas**.
18. A área total de intervenção abrange a área de Plantação de abacates com 658.44 ha, bem como a área de estruturas e infraestruturas de apoio à Plantação com 76.04 ha, pelo que totaliza 734.48 ha [1:43] com alteração estrutural e dificilmente reversível do uso do solo, ecossistemas e paisagem.
19. Prevê desmatação do solo, com "Desmatação, arranque de cepos e limpeza manual de ramos, não será nada incorporado no solo e enviado para empresa licenciada", um plano que estima composto orgânico de 40 toneladas por hectares [1:46] o que significa 26 600 toneladas na área de implantação de elevada permeabilidade. **Omitindo a quantificação dos fitofármacos e pesticidas ao contrário do que se fez quando é favorável ao projeto** (veja-se o quadro seguinte extraído do EIA [1:46]).

Infraestruturas	Projeto Agroflorestal HM-MN-R			
	Quantidade	Área	Volume	Comprimento
Plano de preparação do solo	Desmatação, arranque de cepos e limpeza manual de ramos, não será nada incorporado no solo, tudo será enviado para destino final adequado por empresa devidamente licenciada para o exercício da atividade			
Plano de fertilização do solo	Abertura de uma linha contínua ao longo do camalhão, com 20 cm de profundidade, na qual se vai incorporar Composto Orgânico (Ferbio®), na quantidade de 40 ton/ha			
Utilização de fitofármacos e Pesticidas	Pera Abacate: Uso pouco provável e/ou muito reduzido, caso sejam utilizados o seu uso será restrito aos fitofármacos e pesticidas homologados pela DGAV, em Portugal			
Colheita				

20. Nas outras infraestruturas referem-se de forma geral e sem precisão adequada ao nível de projeto de execução, o que não suporta uma análise de impactes adequada das infraestruturas (descritas no quadro seguinte extraído do EIA [1:47]).

Infraestruturas	Projeto Agroflorestal HM-MN-R			
	Quantidade	Área	Volume	Comprimento
Sistema de rega	Gota a Gota - gotejadores autocompensantes de 0,50 m de espaçamento, com um caudal de débito de 1,0 L/h			
Rega	2 linhas de rega, com tubagem de polietileno de 16 mm, 3,5 bar de pressão e débito de 1,0 L/h			
Espaçamento de gotejadores na linha de gotejamento (m)	0,50 a 0,50	- -	- -	- -
Malha anti-erva na linha de plantação (m) – (medida de gestão que promove o uso sustentável do recurso – água, potenciando uma redução de até 20% do consumo efetivo de água e do crescimento de ervas infestantes)	2,5 m de largura	329,22 ha	- -	1316880 m
Infraestruturas associadas				
Captações de água subterrânea – Furos Profundos	16	Estão previstos 16 furos profundos, com uma profundidade entre os 160 a 250 m onde será colocada uma bomba submersível (potência de 75 kW (100 cv)) com capacidade para um caudal de extração de 90 m³/h=25 L/s		
Captações de água subterrânea – Furos Curtos	16	Estão previstos 16 furos curtos, com uma profundidade <50 m onde será colocada uma bomba submersível (potência de 7,6 kW (10cv)) com capacidade para um caudal de extração de 18 m³/h=5 L/s.		
Abertura e fecho de tanques de lamas com 3x3x2 (CxLxP)	32	288 m²	576 m³	- -
Zonas de proteção a captações subterrâneas (r=5) (m²)	32	2512	- -	- -
Casotas (estrutura de alvenaria de proteção dos furos profundos e curtos) com 2,5x2,0 (CxL) (m²)	32	160	- -	- -
Casotas de quadros elétricos dos furos profundos e curtos com 2,5x2,0 (CxL) (m²)	16	80	- -	- -
Reservatórios de armazenamento de água para rega	5	- -	- -	- -
		Implantação total: 19,01 ha		

21. No ordenamento do Território, o Armazém de Apoio Agrícola e o Alojamento para os Trabalhadores da Aquaterra, inicialmente previstos, foram relocalizados para a Zona Industrial e a Zona Habitacional, em Alcácer do Sal. Ainda neste âmbito, refere-se também que os postos de abastecimento de combustível iniciais foram desconsiderados, estando agora previsto o abastecimento de veículos, equipamentos e máquinas mediante o camião-cisterna (extrato do EIA [1:51]). **Não é claro o assumir da responsabilidade pelos trabalhadores em fase em que não sejam necessários.**
22. "O abastecimento de água será similar ao apresentado inicialmente, tendo-se reduzido, no entanto, o nº de captações subterrâneas, as quais são agora compostas por 16 furos profundos, com profundidades superiores a 100 m, e por 16 furos curtos, com profundidades inferiores a 50

m" [1:52]. **Reduzem os furos de 34 para 32 e passam a captar e pressionar os aquíferos a vários níveis. Estas mudanças reduzem os custos de bombagem e aumentam a externalização dos impactes para terceiros que utilizem as águas de aquíferos a essa profundidade.**

23. "Refere-se ainda que numa fase seguinte da exploração, conforme já previsto no projeto inicial, no entanto com ligeiras alterações, serão instalados, sistemas autónomos de produção de energia elétrica, nomeadamente a colocação de 8413 módulos de painéis fotovoltaicos sobre o plano de água dos 5 reservatórios de armazenamento de água para rega" [1:52]. **Este aspeto de instalação de energias renováveis, que é um projeto dentro do projeto que se encontra em fase de projeto de execução, não é devidamente analisado em sede do EIA. Carece de uma análise aos impactes da sua instalação, aos riscos da operação e aos impactes nas aves e outras espécies e sombreamento das zonas aquáticas, o que é uma omissão grave.**
24. O projeto agrícola sintetizado no EIA não assegura informação e soluções decorrentes tecnologicamente avançadas de uma agricultura digitalizada. Este é apresentado como um projeto do século XX, pelo que é um projeto a replicar os erros graves do passado.
25. A escala do projeto abrange uma zona de plantação de 665 hectares e no total atinge, conjugado com as infraestruturas, 734 hectares. Tanto no projeto, quanto na análise dos efeitos, a escala é contextualizada como sendo igual a 1 hectare ou equiparada a uma agricultura de pequena escala diversificada, sem enfatizar suficientemente que se trata de uma monocultura maciça que muda toda uma zona e região. **Ou seja, a escala da dimensão do projeto e da solução de monocultura é minimizada nas explicações e análises.**

Conclusão

26. A avaliação evidencia que este projeto altera estruturalmente o uso do solo e efetua uma pressão ambiental muito significativa, que pode atingir limiares críticos. Esta alteração gera um conflito profundo com as disponibilidades de água, com os valores naturais da zona onde se insere (Zona Especial de Conservação), e com o desenvolvimento sustentável da zona.
27. Em síntese, o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) revela uma tendência para desvalorizar (ou mesmo omitir) significativamente os impactes negativos e sobrevalorizar os impactes positivos, ignorando os potenciais efeitos cumulativos nefastos para a região e para a Herdade de Montalvo. Não é claro que assegure o princípio da prevenção, que se conjuga com uma lógica de que os impactes negativos são importante ou problemáticos.
28. Assim, recomenda-se que seja considerada a elaboração de um plano de regulação e de monitorização dos valores naturais em articulação com o plano de enquadramento paisagístico. Este plano deve contemplar ou assegurar a estrutura ecológica, a definição dos recursos a preservar (linhas de água, habitats ripícolas, habitats naturais, espécies prioritárias), e os riscos associados à atividade agrícola e às alterações climáticas, potenciando a resiliência desta zona (valorizando o SIC Comporta-Galé).
29. Nesta situação seria de equacionar a realização de uma avaliação ambiental estratégica (AAE) considerando todos projetos agrícolas e florestais propostos para Alcácer do Sal, sendo que as ampliações de os novos projetos deviam ser enquadradas de forma a contribuírem para um desenvolvimento sustentável, incluindo o ciclo dos recursos hídricos.
30. Recomenda-se uma inspeção e fiscalização sistemática a todos os projetos agroflorestais existentes em Alcácer do Sal, a verificação das condições de projeto, impactes e da sua efetiva implementação, requerendo, face à situação existente e futura, a avaliação efetiva. Em particular, deve ser tida em conta a situação de seca para estes projetos agroflorestais e devem ser definidos modos de redução estrutural da utilização dos recursos hídricos e solo, entre outros.
31. A nível socio económico a reformulação, não altera o EIA na fase de construção e na fase de exploração [1:236], apenas refere adicionalmente que pretende na “Fase de Exploração FE35. Promover a coesão territorial e social, através da diminuição da desertificação do concelho, por via da aquisição de um lote de terreno urbano, onde será implementado um loteamento para alojamento dos trabalhadores agrícolas do Grupo Aquaterra”. Indicando que a medida de carácter específico proposta no EIA de 2023 que se transcreve infra foi abandonada: “FE.36 Promover a reabilitação do edificado existente em espaço rural nas Herdades da Murta e do Monte Novo.” Ou seja, uma intervenção de localização habitacional ocorre, fora do espaço rural, medida que em

fase de projeto de execução não dispõe de informação adequada em mais um aspeto. A reformulação não evita os graves problemas que coloca desde logo à vizinhança pelas perturbações (cheiros, moscas, afetação das águas subterrâneas e esgotamento dos recursos hídricos, com impactes associados). Esta também não se compromete com o desenvolvimento sustentável local da região, agravado por ser um projeto de elevado risco sócio económico com impactes negativos sociais.

32. Perspetiva-se que o projeto tenha elevados benefícios económicos para o promotor, mas que, infelizmente, os seus impactes negativos sejam externalizados para o ambiente natural, vizinhos e zona envolvente. O projeto, conjugado com os projetos existentes, condiciona e delapida fortemente o futuro e o desenvolvimento sustentável da região.
33. Em síntese, face aos pontos referidos, é de destacar que este projeto tem impactes muito elevados na alteração do solo, ecologia local, território, paisagem, um potencial de pressão crítica nos recursos hídricos subterrâneas e no ciclo da água, e impactes na saúde e noutros aspetos sociais e económicos, que podem vir a alterar o ambiente de forma grave e irreversível e a afetar as várias partes interessadas, incluindo o aldeamento turístico e o desenvolvimento sustentável da região.
34. Assim, **este parecer é de discordância e recomenda a não aprovação do projeto reformulado Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo em fase de projeto de execução.**

Lisboa, 9 de Julho de 2024,

 Manuel Duarte Pinheiro	 Rodrigo Proença de Oliveira
Eng.º do Ambiente, Doutorado Ambiente e Sustentabilidade, Professor Universitário do IST e da Universidade de Lisboa Responsável pelas Unidades Curriculares de: Avaliação de Impactes do Curso de Mestrado de Engenharia do Ambiente; Impactes Ambientais dos Espaços Construídos do Curso de Mestrado de Engenharia Civil do Curso de Mestrado de Engenharia e Gestão da Energia e do Curso de Mestrado de Arquitetura; Sistemas de Gestão Ambiente do Curso de Mestrado de Engenharia do Ambiente, Minor em Gestão Ambiental e Minor em Estudos Gerais.	Eng.º Civil, Doutorado Recursos Hídricos, Professor Universitário do IST e da Universidade de Lisboa Responsável de unidade curriculares Sistemas Terrestres e Oceânicos do Diploma de Estudos Avançados em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável - docente de unidades curriculares como: Hidrologia e Recursos Hídricos Licenciatura Engenharia Civil e Licenciatura Engenharia Ambiente; Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas do Mestrado de Engenharia do Ambiente. Co-Responsável do Programa Conjunto de Mestrado em Águas Subterrâneas e Mudança Global – Impactos e Adaptação (Joint Master Programme in Groundwater and Global Change – Impacts and Adaptation – GroundwatCh).

Referências

1. Rios e Aquíferos *EIA Reformulado Em Junho de 2024. Reformulação Do Projeto Agroflorestal Das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R) Fase de Projeto de Execução - Processo de AIA Da CCDR-Alentejo. Relatório Síntese*; 2024;

2. Rodríguez, J.; De Stefano, L. *Intensively Irrigated Agriculture in the North-West of Doñana*; 2012;

3. Suso, J.; Llamas, M.R. Influence of Groundwater Development on the Doñana National Park Ecosystems (Spain). *J Hydrol (Amst)* **1993**, *141*, 239–269, doi:https://doi.org/10.1016/0022-1694(93)90052-B.

4. Green, A.J.; Guardiola-Albert, C.; Bravo-Utrera, M.Á.; Bustamante, J.; Camacho, A.; Camacho, C.; Contreras-Arribas, E.; Espinar, J.L.; Gil-Gil, T.; Gomez-Mestre, I.; et al. Groundwater Abstraction Has Caused Extensive Ecological Damage to the Doñana World Heritage Site, Spain. *Wetlands* **2024**, *44*, 20, doi:10.1007/s13157-023-01769-1.

5. González-Jiménez, M.; Guardiola-Albert, C.; Ezquerro, P.; Aguilera, H.; Béjar-Pizarro, M.; Naranjo-Fernández, N.; Bru, G.; Herrera, G. Analysis of Aquifer-System Deformation in the Doñana Natural Space (Spain) Using Unsupervised Cloud-Computed InSAR Data and Wavelet Analysis. *Water Resour Res* **2023**, *59*, doi:10.1029/2022WR033858.

6. de Felipe, M.; Aragonés, D.; Díaz-Paniagua, C. Thirty-Four Years of Landsat Monitoring Reveal Long-Term Effects of Groundwater Abstractions on a World Heritage Site Wetland. *Science of The Total Environment* **2023**, *880*, 163329, doi:https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2023.163329.

7. Treviño, J.; Rodríguez-Rodríguez, M.; Montes-Vega, M.J.; Aguilera, H.; Fernández-Ayuso, A.; Fernández-Naranjo, N. Wavelet Analysis on Groundwater, Surface-Water Levels and Water Temperature in Doñana National Park (Coastal Aquifer in Southwestern Spain). *Water (Basel)* **2023**, *15*, 796, doi:10.3390/w15040796.

8. Acreman, M.; Casier, R.; Salathe, T. Evidence-Based Risk Assessment of Ecological Damage Due to Groundwater Abstraction; the Case of Doñana Natural Space, Spain. *Wetlands* **2022**, *42*, 63, doi:10.1007/s13157-022-01570-6.

No âmbito do procedimento de consulta pública do Projeto Agroflorestal da Herdade de Murta e Monte Novo reformulado, venho expressar a minha **veemente discordância** com o projeto e com o respetivo Estudo de Impacto Ambiental, considerando que este deve ser reprovado.

A empresa Expoente Frugal, Lda. do grupo Aquaterra.farm pretende implantar 658,44 ha de abacate nas Herdades de Murta e de Monte Novo em Alcácer do Sal onde se situa o Açude da Murta, um spot de biodiversidade que fornece água doce a inúmeras espécies de avifauna e mamofauna. Este açude está integrado em Zona de Protecção Especial (ZEP) da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta-Galé da Rede Natura 2000.

1) Açude da Murta

O Açude da Murta represa, através de um dique e comportas, a água de escorrência superficial gerada após as chuvas e a água proveniente de uma nascente do aquífero freático. A nascente que mantém este açude com água ao longo de todo o ano pode ser observada nas figuras 1 e 2, encontrando-se assinalada pela seta azul. Na imagem do Google maps (Figura 1), a linha de água após a nascente possui água corrente até ao açude. No modelado topográfico (Figura 2) verificamos que a nascente surge por intersecção do nível freático devido a um desnivelamento da topografia.

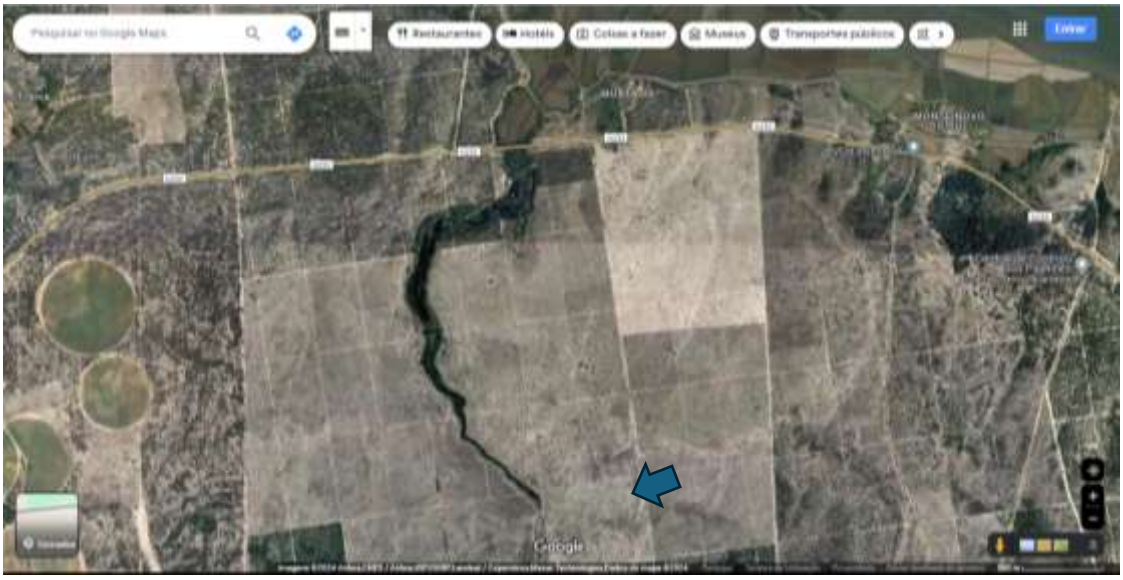


Figura 1. Localização da nascente do Açude da Murta assinalado pela seta azul numa imagem Google. Fonte: https://www.google.com/maps/@38.3976646,-8.7108521,4922m/data=!3m1!1e3?entry=ttu

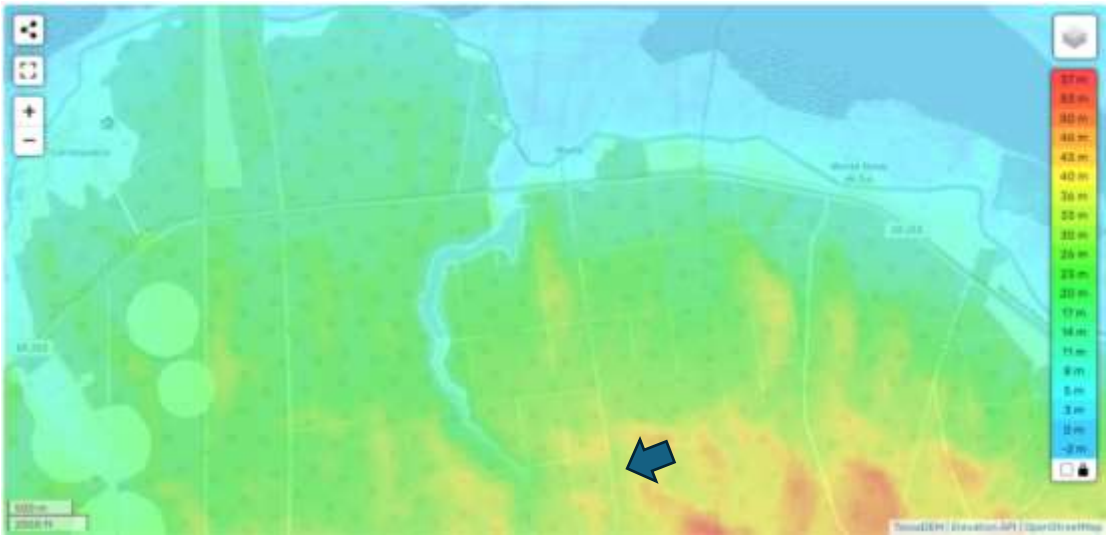


Figura 2. Localização da nascente do Açude da Murta assinalado pela seta azul num modelo topográfico. As cotas topográficas em metros encontram-se no lado direito da figura. Fonte: https://pt-pt.topographic-map.com/map-tzls8/Alentejo/?center=38.35162%2C-8.65742&zoom=12&base=6

O aquífero freático está conectado hidraulicamente com o aquífero mais profundo existindo fluxos verticais entre ambos.

Na reformulação do EIA foram eliminados 2 furos, um superficial e um profundo, de um total de 34 furos, preparando-se a empresa para instalar 32 furos, 16 a extrair no aquífero superficial e 16 a extrair no aquífero profundo. A captação dos furos curtos ocorrerá nos meses de Inverno, uma medida anti-geada para este fruto subtropical, e a captação dos furos profundos ocorrerá durante todo o ano.

É apontado como permitido pela APA/ARH Alentejo um volume total de extracção de 2,858 hm^3/ano (2 858 000 000 de litros por ano) para rega. Este volume tem em conta taxas de recarga de 26 a 30 % da precipitação e não resulta de modelação hidrogeológica, nem da comparação da simulação de diversas taxas de recarga com os níveis reais de água subterrânea. É apenas uma estimativa empírica e grosseira! No EIA não são apresentados os níveis/superfícies de água dos aquíferos superficial e profundo, nem a localização, volumes de água captados e níveis dos furos existentes na envolvente nos inúmeros projectos agrícolas e turísticos que já destruíram pelo menos 30 % da ZEC Comporta - Galé.

Alerta-se que os cones de rebaixamento gerados pelo volume de extracção previsto levarão a que a água do aquífero freático seja drenada para o aquífero mais profundo e a nascente que mantém o açude ficará seca!

A vulnerabilidade à poluição do aquífero livre é elevada, pelo que a aplicação de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos (inseticidas, acaricidas, fungicidas, herbicidas) para a plantação de pêra-abacate afectará a qualidade da água superficial e subterrânea,

consequentemente a qualidade da água que escoa para o açude podendo colocar as espécies em risco.

Os impactes cumulativos quer na quantidade quer na qualidade de água dos diversos projectos agrícolas existentes na área colocam em risco esta reserva estratégica de água subterrânea para o abastecimento público!

2) Intrusão salina

Contrariamente ao piezómetro 466/42, do lado W das herdades, que tem a sua última medição no ano 1994, o piezómetro 476/21 (Furo vertical – RA4 - Cachopos) do SNIRH da APA encontra-se ativo e localiza-se na proximidade das herdades do lado E (indicado pela seta azul na Figura 3). Tem 150 m de profundidade e capta entre os 73 e 145 m, a mesma profundidade onde se prevê que captem os furos profundos.



Figura 3. Localização dos piezómetros do SNIRH na envolvente das Herdades (linha vermelha). O piezómetro 476/21 assinalado pela seta azul possui medições actualizadas e está a curta distância.

No período entre o ano de 2004 e 2023, observa-se uma tendência de descida dos níveis de água na série piezométrica (Figura 4), sendo esta mais acentuada para os últimos 6 anos de observação. Se compararmos o ano hidrológico de 2012-2013 com os dois últimos anos hidrológicos 2021-2022 e 2022-2023 (Figura 4) verificamos que, em Julho e Agosto, a cota do nível piezométrico se situa a cotas abaixo do nível do mar <-3 m. Esta é a situação actual sem o efeito da exploração prevista neste projecto!

Quando se afirma no EIA que se pretende “não induzir o avanço da cunha salina, pois serão evitados rebaixamentos significativos pelo sistema de captação, sendo estes tendencialmente limitados ao nível do mar”, já não é possível cumpri-lo porque, actualmente, conforme demostra o piezómetro de Cachopos, a cota piezométrica do aquífero profundo nos meses de Verão já está 3 m abaixo do nível do mar.

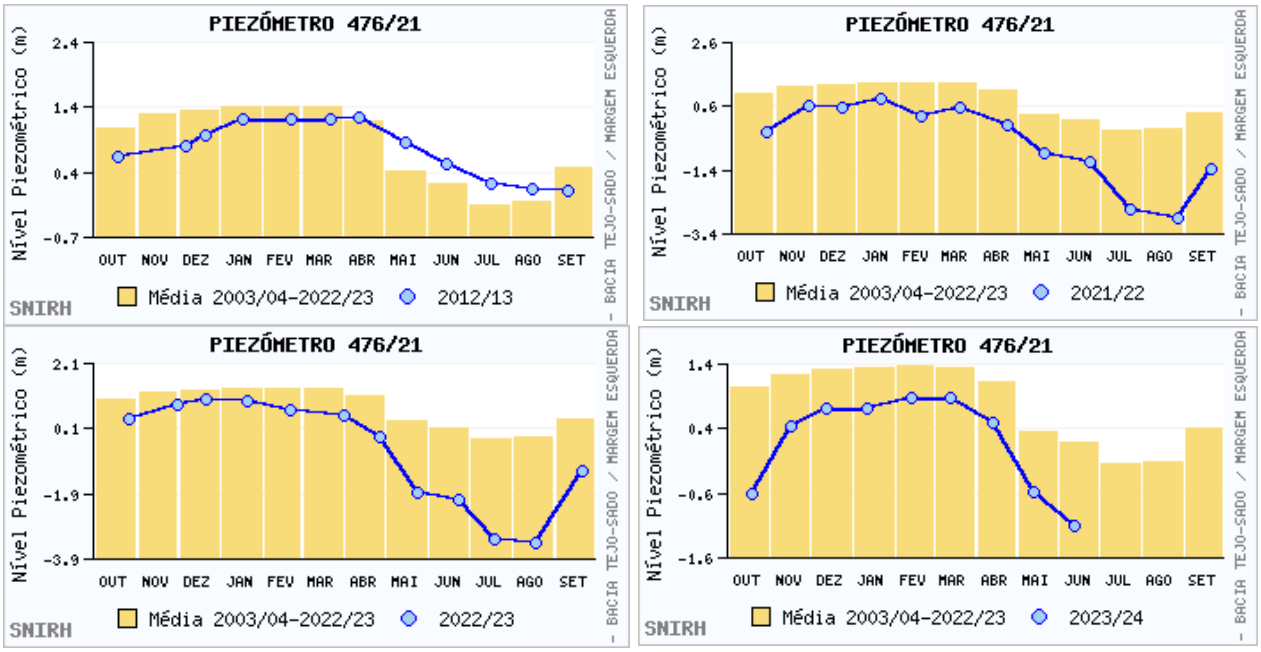


Figura 4. Evolução dos níveis de água em cota topográfica no piezómetro 476/21 de Cachopos (assinalado pela seta azul na figura 3) para os anos hidrológicos 2012/13, 2021/22, 2022/23 e parte de 2023/24.

A tendência de cotas abaixo do nível médio das águas do mar observa-se, igualmente, nos furos da Mitrena e de Alcácer do Sal junto ao rio Sado. Veja-se o piezómetro 466/21 no SNIRH, localizado em Mitrena - Moinho Novo, onde o nível piezométrico se encontra a -15 m de cota, ou seja, 15 m abaixo do nível do mar e o piezómetro 476/257 de Alcácer do Sal que chegou a atingir os -24 m em Setembro de 2023. Na Mitrena alguns furos já estão salinizados por sobreexploração que manteve cotas sistematicamente negativas no aquífero. Níveis piezométricos abaixo do nível do mar levam inevitavelmente à intrusão salina do aquífero! Com a implementação deste projecto, a intrusão salina vai propagar-se a partir do Rio Sado para o interior, no sentido de Norte para Sul!

3) Alterações climáticas

Estudos recentes de Proença de Oliveira et al. (2021) para a APA apontam, na bacia do Sado, para uma redução efectiva de 14% da precipitação e de 31% do escoamento anual superficial no período 1981 - 2016 face ao período anterior. As projecções para a bacia do Sado para o cenário climático menos ou mais gravoso apontam para reduções da precipitação entre 10 e 25% e do escoamento superficial entre 19 e 50 %, respectivamente. Acresce que com o aumento da temperatura teremos aumento da evapotranspiração que

contribuirá para diminuir as disponibilidades hídricas. As culturas regadas exigirão mais água. A água disponível para se infiltrar e constituir recarga de aquíferos será muito menor.

Os ecossistemas aquáticos e terrestres e a flora e fauna neles integrados vão sofrer grande stress hídrico com a redução dos escoamentos superficiais e o abaixamento dos níveis freáticos pelo efeito das alterações climáticas.

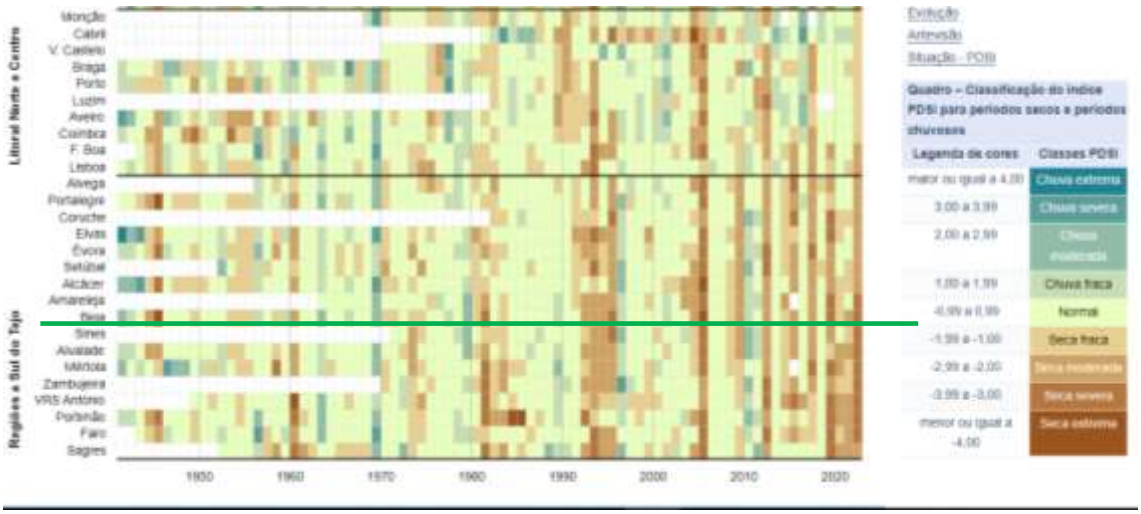


Figura 5. Incidência das secas no território português do Observatório da Seca - IPMA. Fonte: https://www.ipma.pt/pt/oclima/observatorio.secas/pdsi/apresentacao/evolu.historica/

Nos últimos anos 8 anos tivemos 6 secas na região de Alcácer do Sal (Figura 5) com precipitações anuais a variar entre 400 a 500 mm (L/m^2).

A confirmá-lo temos, também, os níveis das albufeiras do Pêgo do Altar, localizada na ribeira de Santa Catarina e do Vale de Gaio, localizada na ribeira do Xarrama, que apesar de possuírem na sua totalidade uma capacidade de armazenamento de 148,6 hm^3, têm mantido volumes baixos de armazenamento.

Este é o novo normal, pelo que os modelos de gestão e a tomada de decisão devem ser actualizados. Os desafios que se colocam à conservação da natureza têm de incorporar esta nova realidade! Os ecossistemas estão a ser severamente impactados pelas alterações climáticas. Mesmo sem a implementação do projecto em avaliação, o açude da Murta corre o risco de desaparecer, bem como as espécies que dele dependem!

4)Desarticulação entre políticas públicas e a actuação das instituições do estado português

Do ponto de vista legal, o açude da Murta goza de protecção estando integrado na Rede Natura 2000 como Zona de Protecção Especial (ZEP) dentro da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta-Galé. A proposta de Plano de Gestão da ZEC - Zonas Especiais

de Conservação em Portugal Continental – da Comporta Galé já passou a fase de consulta pública e espera-se a sua entrada em vigor para breve com a publicação de um diploma legal. No Plano de Gestão, elaborado pelo ICNF e consultável em https://www.icnf.pt/api/file/doc/5f7af6f44403235f, refere-se e passa-se a citar:

"A ZPE Açude da Murta (PTZPE0012) está situada nas margens do rio Sado, e apresenta uma vegetação densa de caniçal e pequenos núcleos de salgueiral, encontrando-se na envolvente uma grande extensão de áreas dunares e pinhal. Apresenta importância para colónias de garças-brancas-pequenas (Egretta garzetta), e garças-boeiras (Bubulcusibis) e para nidificação de garças-vermelhas (Ardea purpurea). Apresenta também boas concentrações de passeriformes em passagem migratória e alberga números significativos de patos invernantes. As orientações de gestão para esta ZPE são dirigidas principalmente para as aves aquáticas, passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas. Neste âmbito, encara-se como fundamental a manutenção da diversidade de habitats e a boa qualidade dos recursos hídricos, nomeadamente através da promoção e uso sustentável dos recursos existentes, assegurando a competitividade económica e social das atividades e a promoção do conhecimento e sensibilização para o valor da ZPE (Plano Setorial da Rede Natura 2000 – Ficha PTZPE0012)."

A prática mostra sucessivas aprovações de projectos agrícolas e turísticos pela CCDR Alentejo, na maioria dos projectos como autoridade de EIA, permitindo a destruição de 30% da área da ZEC Comporta – Galé e o consumo excessivo de recursos hídricos. Desconsiderando os valores naturais em causa, e após o parecer desfavorável da Comissão de Avaliação ao Projecto, a CCDR Alentejo suspende o prazo do procedimento de AIA (ao abrigo do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013) e incentiva o promotor Expoente Frugal Lda a reformular o projecto (ao abrigo do nº2 do mesmo artigo) de modo a evitar ou reduzir efeitos significativos no ambiente, assim como a necessidade de prever medidas adicionais de minimização ou compensação ambiental, ou seja, preparando o caminho para a sua aprovação!

Parecer para Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. Abaixo enumeramos as razões para esta posição, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto apresentado gastará 11,8 milhões de litros de água por dia para regar 722,24 hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela “diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis” freáticos[1]. Até na área de implementação o Relatório Não Técnico (RNT)[2] reconhece “manchas de sobreiros [...] aparentemente doentes ou mesmo mortos” (pág. 16), um sintoma da descida dos lençóis freáticos reconhecido por agricultores da região[1] mas descartado na análise.

Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, “o volume máximo autorizado para captação é de 4,827 hm3/ano”. Este projecto Hm-MN vai tomar 67% deste volume, uma vez que pretende captar 3,22 hm3 anualmente de água subterrânea a dois níveis de profundidade por meio de 34 furos. No RNT, pág. 15, “considera–se que não existirá uma afetação significativa da [massa de água subterrânea da Bacia Tejo–Sado], que o impacte negativo apresenta uma magnitude reduzida e é pouco significativo”, e “não se antevê [...] o registo de eventuais conflitos futuros com outros usos existentes na envolvente”. Quantificar como “reduzido” um impacto de 67% do volume máximo anual autorizado pela APA demonstra um erro crasso de lógica e uma dispensa grave dos factos. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm³ por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 4,33 hm³ de água gastos por ano.

Este consumo de água, por um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 64.500 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

---

[1] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[2] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que “o projeto não provoca pressão sobre a massa de água superficial e subterrânea, pelo que não são expectáveis impactes a assinalar” (RTN, pág. 14). Nestas herdades em particular, o relatório assume que “face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina”. Logo, estes químicos infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

De notar que não é referido na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana - o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde na descrição da fase de exploração sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas - este “deslize” demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região.

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação, com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em “duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine”, duas “Áreas Importantes para as Aves”, na “Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado” e num território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns “prioritários para a conservação”. Contudo, a conclusão desta secção resume-se à seguinte frase: “A presença abundante do habitat 2260 em toda a área de estudo, e também na generalidade da área do ZEC Comporta-Galé, poderá ser minimizar a significância do impacte gerado sobre este habitat.” Esta frase não é gramaticalmente nem logicamente inteligível, e não conclui nada sobre o impacto ambiental, que é o objetivo deste relatório.

O desrespeito pelos valores naturais do território são evidentes na descrição da atual paisagem das herdades, definida pela sua “planura (domínio da horizontalidade) e a monotonia dos matos e do coberto arbóreo em grande parte da área, traduzidas numa significativa homogeneidade.” - não é aceitável uma área com 9 tipos de habitats e 143 espécies vegetais identificadas em campo ser descrita como homogénea.

Além dos 722,24 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 83,11 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e que passam ao lado no EIA na enumeração das formas de destruição ecológica irreversível - o que é inadmissível.

As medidas de minimização consequentes são absurdas, limitando-se a fantasias como “ações de sensibilização ambiental destinadas aos trabalhadores envolvidos” - convidamos todos os leitores que partilhem connosco se conhecem histórias reais de implementação de acções

como estas em projetos de agricultura intensiva ou, se acontecem, se há resultados comprovados desta sensibilização.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

“O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de “Espaços Florestais de Produção” (RNT pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de 24km^2 (mais de 2 mil hectares) e de 60 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Ademais, este é tido como o principal impacto positivo do projeto, como se fosse suficiente para se sobrepor a todos os impactos negativos.

Caricatamente, são propostas medidas de valorização e reconhecimento da população local que são risíveis, como a “promoção e sensibilização para a adoção de meios de mobilidade suave, nomeadamente a bicicleta, assim como medidas de carsharing e carpooling (“partilha de veículos e boleias partilhadas”);”.

Adicionalmente, sabemos bem que o emprego sazonal da apanha do abacate provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 10 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental:

"*Em suma, ponderando-se todos os impactes ambientais, e designadamente os suscetíveis de afetar sobretudo a conservação de habitats e das espécies da flora, assim como, dos recursos hídricos subterrâneos, entende-se que o Projeto Agroflorestal HMMN é ambientalmente viável, e deve acolher parecer favorável da autoridade de AIA, apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal.*"

Declaramos veementemente que a qualidade deste Relatório não é admissível e revela uma desconcertante complacência com os interesses do promotor que a contratou, quando a sua obrigação é de análise imparcial do dano ambiental causado. Neste caso, este dano é inequivocamente da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Maria Santos

Catarina Rosa

pela Associação Dunas Livres

Discordância

O projeto sob consulta e ora em participação, situa-se na bacia hidrográfica do Rio Sado.

Para o Plano de Gestão de Região Hidrográfica Sado Mira (PGRH SM) - RH6, disponível em https://apambiente.pt/agua/3o-ciclo-de-planeamento-2022-2027, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros 62/2024, de 03.04, foram realizados estudos sobre as disponibilidades atuais e futuras e o respetivo cálculo do índice de escassez WEI+ por sub-bacia, nos termos previstos do número 4 do artigo 7.º, Decreto-Lei 97/2008, de 11 junho, na alteração efetuada pelo Decreto-Lei n.º 46/2017, de 3 de maio.

"*(...)*
Assim, no âmbito do desenvolvimento do 3.º ciclo dos PGRH realizou-se um estudo que visa a avaliação das disponibilidades hídricas em regime natural e regime modificado por massa de água, dos volumes de água captados por setor e o cálculo do Índice de escassez WEI+ (Water Exploitation Index Plus), para determinar condições futuras para o licenciamento.
(...)
Por outro lado, e através da aplicação do índice de escassez WEI+, pretende-se verificar se as taxas de utilização são sustentáveis, ajudando a analisar o impacte sobre os recursos hídricos das mudanças do consumo humano, quer adicionando pressões quer tornando-os mais sustentáveis (...)"
in PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA 3.º Ciclo | 2022 – 2027 SADO E MIRA (RH6) - Parte 1 | Enquadramento e Aspetos Gerais - maio 2023

Continua o **PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA 3.º Ciclo | 2022 – 2027 SADO E MIRA (RH6) -** Parte 2 | Caracterização e Diagnóstico Volume B:
(...)
Na sequência do estudo realizado "Avaliação das disponibilidades hídricas por massa de água e aplicação do Índice de escassez WEI+, visando complementar a avaliação do estado das massas de água", promovido pela APA para avaliação das disponibilidades hídricas, atuais e futuras, e cálculo do respetivo índice de escassez WEI+, apresentado nos capítulos anteriores foram definidas as sub-bacias a considerar para aplicação desta disposição legal e que melhor representem as especificidades existentes sobre esta temática em cada Região Hidrográfica. Além, do cálculo do índice de escassez WEI superficial por sub-bacia foi também calculado o WEI subterrâneo para cada massa de água subterrânea.

À escala de valores definidos para o índice WEI+ foram associados os respetivos coeficientes de escassez atendendo à sua variação proposta na referida norma legal, que se ilustra no Quadro 2.4.

Quadro 2.4 – Valores das classes do índice de escassez WEI+ e a sua correspondência com a variação do coeficiente de escassez a aplicar na TRH

Índice escassez WEI+ Classes	Coeficiente de escassez - TRH
<10% - Sem escassez	1,0
[10% - 20% [- Escassez baixa	1,1
[20% - 30% [- Escassez moderada	1,2
[30% - 50% [- Escassez elevada	1,3
[50% - 70% [- Escassez severa	1,4
≥ 70% - Escassez extrema	1,5

Assim, no Quadro 2.5 apresentam-se os valores dos coeficientes de escassez a associar às sub-bacias, baseados no valor do WEI+ para o período 1989-2015.

Quadro 2.5 – Valores do coeficiente de escassez a associar às sub-bacias na RH

Sub-bacia	Coeficiente de escassez - TRH
Roxo	1,5
Alcáçovas	1,5
Sado (sem Monte da Rocha, Campilhas, Odivelas e Xarrama)	1,3
Sado (Odivelas)	1,4
Sado (Xarrama)	1,5
Sado (Monte da Rocha e Campilhas)	1,4
Mira	1,5
Costeiras entre o Mira e o Barlavento	1,5
Costeiras entre o Sado e o Mira	1,5

"(...)
Durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia no primeiro semestre de 2021 foi colocada no topo da agenda política europeia a problemática da escassez de água e das secas no contexto da adaptação às alterações climáticas e da necessidade de se acordar medidas concretas para fazer face a essa situação e mobilizar financiamento para tornar essas mesmas medidas possíveis. Da reunião informal dos ministros do ambiente da Europa realizada a 23 de abril de 2021 importa salientar algumas das conclusões: • Tornou-se evidente que a escassez e, mesmo, as secas decorrentes dos efeitos das alterações climáticas deixaram de ser apenas um problema dos países do sul, e que é preciso reduzir significativamente o uso de água. Para isso, é urgente melhorar a eficiência e aumentar a reutilização da água;
(...)

No Relatório Final da AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA 3° CICLO 2022-2027 PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE INUNDAÇÕES 2° CICLO 2022-2027, é feita, entre outras, a seguinte Recomendação

(...)
Para assegurar que as opções de desenvolvimento dos diversos municípios não conflituem com os objetivos de gestão da água, nomeadamente pela inadequada localização ou concentração espacial de atividades intensivas na utilização de água que conduzam ou agravem situações de sobre-exploração de massas de água. Este aspeto é particularmente relevante numa RH que já apresenta uma situação de escassez extrema (de acordo com o valor do índice WEI+ anual de 77% no período 1989-2015, sendo a única RH nesta categoria no país) e em que as disponibilidades de água tenderão a decrescer em consequência das alterações climáticas.

Ora considerando a fundamentação acima expendida,e extraída de documentos oficiais da APA, o licenciamento do "Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo" para a produção de abacates, coloca manifestamente em causa a gestão adequada do recurso natural **água** potenciando o agravamento e antecipando uma eventual falta de água na zona e concelho de Alcácer do Sal.

76794_“Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo” RMVNR.pdf

Almargem
associação de defesa do património cultural e ambiental do algarve

Consulta Pública do projeto

Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R)

Parecer da Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve

9 de Julho 2024

almargem@mail.telepac.pt

Na qualidade de Organização Não Governamental de Ambiente, e no exercício dos direitos e deveres nesta matéria, a **ALMARGEM – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve** vem por este meio apresentar o seu parecer, relativamente à Consulta Pública (CP) designada "Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e de Monte Novo (HM-MN-R)" que decorre até ao dia 9 de julho de 2024 (ver mais informações no site do participa.pt[1]).

1. Enquadramento

Esta consulta pública diz respeito a um projeto que teve já um Parecer da Comissão de Avaliação - Processo AIA n.º 5294, mas que sobre o qual não foi emitia qualquer DIA, por efeito da decisão da Autoridade de AIA de suspender o processo durante 6 meses, permitindo desta forma ao promotor reformular o projecto.

No documento do AIA referido está explícito que:

1.º - O Projeto se situa nas Herdades contíguas de Murta e de Monte Novo, num total de 2.406,83 ha, possuindo a área de intervenção de 805,35 ha, sendo que 722,24 ha são destinados à produção de pera-abacate.

2.º - O Projeto localiza-se:
- Na totalidade, na Rede Natura 2000, nas Zonas Especiais de Conservação (ZEC) Comporta-Galé (PTCON0034) e (ZEC) Estuário do Sado (PTCON0011);

- Parcialmente, na Zona de Proteção Especial (ZPE) Açude da Murta;

- E na envolvente próxima, do Estuário do Sado (PTZPE0011), do Sítio RAMSAR Estuário do Sado, da IBA Açude da Murta e dos Biótopo Corine Estuário do Sado (C14100013) e Comporta (C14100107).

3.º - A exequibilidade do Projeto está, obrigatoriamente, dependente de parecer de viabilidade prévio a emitir pelo ICNF, no âmbito das conclusões do atual procedimento AIA.

4.º - Conforme explícito no Relatório da Comissão de Avaliação, na avaliação ao fator Conservação da Natureza e Sistemas Ecológicos, o ICNF:
- Referiu serem expectáveis impactes negativos muito significativos;

5.º - Apesar disso, de acordo com a mesma entidade admitiu "a possibilidade de, caso seja efetivamente demonstrada a inexistência de alternativas, poder ser aprovado se ocorrer:

[1] https://participa.pt/pt/consulta/reformulacao-do-projeto-agroflorestal-das-herdades-de-murta-e-monte-novo-hm-mn-r

almargem@mail.telepac.pt

- **Alteração muito substancial da área agrícola, incluindo as infraestruturas e edificações;**

- Demonstração de que o Projeto Reformulado **garante a manutenção, em estado de conservação favorável, dos valores naturais legalmente protegidos, assegurando-se, assim, a integridade de todas as diferentes áreas classificadas, especialmente aquela afetada de forma mais significativa, a ZEC Comporta-Galé.**

in 'Parecer Da Comissão De Avaliação - Estudo De Impacte Ambiental (EIA) Do Projeto Agroflorestal Das Herdades De Murta E Monte Novo - Projeto de Execução - Volume 3-3 - Anexos Técnico3

2. Vícios do processo

Não sentido, o EIA agora em apreço, não constitui na verdade uma reformulação, tanto na substância, tanto do ponto de vista da AIA, na medida em que o que aqui está em causa é na verdade um novo projecto (capciosamente qualificado com estando agora em Fase de Execução), resultado de um rearranjo elaborado com base nos pareceres da CA; projecto este que nunca foi verdadeiramente sujeito a AIA, mas que de igual forma configura um projecto que, no essencial, se mantém igual, quer ao nível das suas características, quer dos impactes ao nível dos impactos gerados: negativos muito significativo. Trata-se tão só de uma redução mínima de alguns valores - como exemplo gritante e paradigmático da não reformulação do projeto basta verificar que a redução de área dos 722,24ha do projecto inicial apenas é de 63,80ha !!!!!. Quanto aos consumos de água apenas retiram 2 poços!
Trata-se, portanto, de uma operação de cosmética, ainda que muito mal disfarçada.

3. Análise dos impactes do 'projecto reformulado'

Baseamo-nos no argumentado da Associação Dunas Livres, de que transcrevemos texto quanto aos impactos nos Recursos Hídricos, Biodiversidade e Ordenamento do Território.

3.1 Recursos Hídricos

O projeto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

almargem@mail.telepac.pt

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

almargem@mail.telepac.pt

3.2 Biodiversidade (habitats e espécies)

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para a plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófila) - que alberga a maior parte da população da *Armeria rouyana,* e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é de somenos importância a sua eliminação.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

almargem@mail.telepac.pt

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;
- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;
- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e está seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como o é, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

almargem@mail.telepac.pt

4. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projeto agroflorestal.

5. Omissões e erros graves

O Processo agora em apreço encerra em si várias questões graves que são atentatórias do direito comunitário, no que a AIA diz respeito, na medida em que contrariamente ao espírito da mesma e à jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia, este é mais um exemplo que a legislação portuguesa permite que na avaliação do impacto dos empreendimentos planeados para sítios Natura 2000 (actualmente classificadas com ZEC), sejam levadas em conta não só as medidas de mitigação, mas também as medidas compensatórias para os danos esperados, condicionando desde logo à partida a análise final, e a consequente decisão sobre a mesma.

Acresce o facto de o projeto agora apresentado, apesar de todos os esforços tornarem viável o mesmo, fazendo uma interpretação abusiva e enviesada da legislação relativa à protecção de habitats e espécies – concretamente da Diretiva Habitats Diretiva 92/43/CEE), no que a AIA se refere, nomeadamente do seu artigo 6º:

Ponto 2 - em que é referido que "Os Estados-membros tomarão as medidas adequadas para evitar, nas zonas especiais de conservação, a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, bem como as perturbações que atinjam as espécies para as quais as zonas foram designadas, na medida em que essas perturbações possam vir a ter um efeito significativo, atendendo aos objetivos da presente diretiva.

Ponto 3 - "(…) Tendo em conta as conclusões da avaliação das incidências sobre o sítio e sem prejuízo do disposto no n.º 4, as autoridades nacionais competentes só autorizaram esses planos ou projetos depois de se terem assegurado de que não afetarão a integridade do sítio em causa e de terem auscultado, se necessário, a opinião pública."

almargem@mail.telepac.pt

Ponto 4 - “Se, apesar de a avaliação das incidências sobre o sítio ter levado a conclusões negativas e na falta de soluções alternativas, for necessário realizar um plano ou projeto por outras razões imperativas de reconhecido interesse público, incluindo as de natureza social ou económica, o Estado-Membro tomará todas as medidas compensatórias necessárias para assegurar a proteção da coerência global da rede Natura 2000. O Estado-Membro informará à Comissão das medidas compensatórias adotadas. No caso de o sítio em causa abrigar um tipo de habitat natural e/ou uma espécie prioritária, apenas podem ser evocadas razões relacionadas com a saúde do homem ou a segurança pública ou com consequências benéficas primordiais para o ambiente ou, após parecer da Comissão, outras razões imperativas de reconhecido interesse público”.

Ora, facilmente se conclui que o projeto em causa, ainda que ‘martelado’ não cumpre de forma alguma nenhum dos critérios referidos, pelo este simplesmente deveria ter sido objecto de uma Dia Desfavorável.

Acrescem ainda outras várias questões que estão omissas no presente EIA, a saber:

- Nesta reformulação não foram consideradas as mais significativas orientações da Comissão de Avaliação;
- Não é respeitada a preservação dos recursos hídricos, sendo oficial a situação de seca constante no Alentejo;
- Com a agravante da contaminação das águas superficiais e subterrâneas proveniente por fitofármacos, inevitavelmente utilizados em grande escala numa agricultura intensiva do tipo da que o projecto propõe desenvolver;
- Não é combatida a desflorestação, nem respeitado o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo, nomeadamente na protecção dos matos e do pinheiro manso;
- Não há manutenção e/ou recuperação da biodiversidade;
- Não são tidos em avaliação os impactos cumulativos com todos os outros projectos existentes, sejam de turismo, sejam agrícolas, sejam de centrais de energia solar;
- Não se respeita o ordenamento do território, nem quanto ao PROT-A.

Além disso, no argumentário usado insistem na publicidade enganosa do aumento de emprego, quando a realidade agrícola portuguesa deste tipo de exploração agro-indutrial é demais conhecida e envolve trabalho sazonal de imigrantes, em muitos casos em situação ilegal, com muito más condições de vida, salariais e contratuais.

6. A falácia das promessas de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita,

almargem@mail.telepac.pt

cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

7. Conclusão

Neste enquadramento a Almargem **solicita a emissão de um Declaração de Impacte Desfavorável** ao projeto Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R), e a consequente extinção do referido projeto.

N. Ref: 2024MFASSC0013

V. Ref:

Data: 09/07/2024

Assunto: Parecer a discordante com o Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

O Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN), apesar da sua reformulação, continua a ter um fortíssimo impacto no açude da Murta. Este açude, faz parte integrante da Zona de Proteção Especial do Açude da Murta (PTZPE0012), integrante da Rede Natura 2000 com a qual o Estado Português tem compromissos internacionais. A instalação de 658,44 ha de abacate nas Herdades de Murta e de Monte Novo em Alcácer do Sal, vai contribuir para a extração excessiva de água dos aquíferos subterrâneos, através dos 32 furos previstos e com um volume total de extração autorizado de um 2,858 hm^3/ano! Tudo isto sem ter em atenção todos os impactos cumulativos já causados por outros desenvolvimentos agrícolas e turísticos na região.

Numa altura em que as alterações climáticas estão a colocar em pressão todos os sistemas aquíferos do país, seria avisado reprovar este projeto até por uma necessidade de precaução de saúde pública, para que possam permanecer reservas públicas de água para situações de emergência hídrica.

Mas se a questão de saúde pública não é suficiente, então a própria sobrevivência dos outros projetos agrícolas já em atividade deveria ser. Nesse sentido não se pode permitir o uso de água com fortes teores de salinidade. Ora isto irá acontecer quando o nível piezométrico ficar abaixo do nível do mar. Acontece que com os dados já obtidos nos dois últimos anos hidrológicos (2021-2022 e 2022-2023) verifica-se que, em Julho e Agosto, a cota do nível piezométrico se situa a cotas abaixo do nível do mar (<-3 m). Esta é a situação atual sem o efeito da exploração prevista neste projeto! O que se pode esperar é que se este projeto avançar, a situação poderá apenas piorar e com isso a garantida intrusão da cunha salina que piorará a qualidade da água que depois nem para os projetos agrícolas já instalados serve, quanto mais para reserva de emergência para consumo público.

Por último, e se nenhum dos argumentos anteriores (reserva hídrica de emergência e qualidade da água para as explorações já existentes) for suficientemente convincente então tem de servir o argumento legal. Tal como já foi indicado este projeto terá um forte impacto no açude da Murta que é um sítio Natura 2000 e como tal com proteção legal. Qualquer projeto com impacto na

qualidade do estado de conservação do *sítio* não pode ser aprovado (com a exceção de defesa nacional ou saúde pública – e já vimos que de saúde pública este projeto tem impactos negativos e não positivos) conforme o nº 11 do Artº 11 do Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de Fevereiro. O impacto na qualidade e no nível de água do açude da Murta irá ter impacto nos habitats e espécies ali presentes. É necessário prestar atenção aos fatores de ameaça identificados na ficha do sítio, da elaboração do ICNF:

Os principais fatores de perturbação na área são: atividade cinegética; ***drenagem do açude por bombagem de água para rega****.*

Já nas Orientações de Gestão, a mesma ficha indica a principal como:

Nesta perspetiva deverão ser encaradas como ***fundamental a manutenção da diversidade de habitats aquáticos e garantir a qualidade da água****.*

Quer tudo isto dizer que a aprovação de um projeto deste género confirma a ameaça identificada, mas contraria exatamente as Orientações de Gestão indicadas.

Por tudo isto, será muito grave se este projeto for aprovado e de um desrespeito para com o ambiente, para com o ICNF e para com os compromissos assumidos pelo Estado Português.

Atenciosamente,

Marcial Felgueiras
Diretor Executivo
A ROCHA

Almargem
associação de defesa do património cultural e ambiental do algarve

Consulta Pública do projeto

Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R)

Parecer da Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve

9 de Julho 2024

almargem@mail.telepac.pt

Na qualidade de Organização Não Governamental de Ambiente, e no exercício dos direitos e deveres nesta matéria, a **ALMARGEM – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve** vem por este meio apresentar o seu parecer, relativamente à Consulta Pública (CP) designada "Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e de Monte Novo (HM-MN-R)" que decorre até ao dia 9 de julho de 2024 (ver mais informações no site do participa.pt[1]).

1. Enquadramento

Esta consulta pública diz respeito a um projeto que teve já um Parecer da Comissão de Avaliação - Processo AIA n.º 5294, mas que sobre o qual não foi emitia qualquer DIA, por efeito da decisão da Autoridade de AIA de suspender o processo durante 6 meses, permitindo desta forma ao promotor reformular o projecto.

No documento do AIA referido está explícito que:

1.º - O Projeto se situa nas Herdades contíguas de Murta e de Monte Novo, num total de 2.406,83 ha, possuindo a área de intervenção de 805,35 ha, sendo que 722,24 ha são destinados à produção de pera-abacate.

2.º - O Projeto localiza-se:
- Na totalidade, na Rede Natura 2000, nas Zonas Especiais de Conservação (ZEC) Comporta-Galé (PTCON0034) e (ZEC) Estuário do Sado (PTCON0011);

- Parcialmente, na Zona de Proteção Especial (ZPE) Açude da Murta;

- E na envolvente próxima, do Estuário do Sado (PTZPE0011), do Sítio RAMSAR Estuário do Sado, da IBA Açude da Murta e dos Biótopo Corine Estuário do Sado (C14100013) e Comporta (C14100107).

3.º - A exequibilidade do Projeto está, obrigatoriamente, dependente de parecer de viabilidade prévio a emitir pelo ICNF, no âmbito das conclusões do atual procedimento AIA.

4.º - Conforme explícito no Relatório da Comissão de Avaliação, na avaliação ao fator Conservação da Natureza e Sistemas Ecológicos, o ICNF:
- Referiu serem expectáveis impactes negativos muito significativos;

5.º - Apesar disso, de acordo com a mesma entidade admitiu "a possibilidade de, caso seja efetivamente demonstrada a inexistência de alternativas, poder ser aprovado se ocorrer:

[1] https://participa.pt/pt/consulta/reformulacao-do-projeto-agroflorestal-das-herdades-de-murta-e-monte-novo-hm-mn-r

almargem@mail.telepac.pt

- **Alteração muito substancial da área agrícola, incluindo as infraestruturas e edificações;**

- Demonstração de que o Projeto Reformulado **garante a manutenção, em estado de conservação favorável, dos valores naturais legalmente protegidos, assegurando-se, assim, a integridade de todas as diferentes áreas classificadas, especialmente aquela afetada de forma mais significativa, a ZEC Comporta-Galé.**

in 'Parecer Da Comissão De Avaliação - Estudo De Impacte Ambiental (EIA) Do Projeto Agroflorestal Das Herdades De Murta E Monte Novo - Projeto de Execução - Volume 3-3 - Anexos Técnico3

2. Vícios do processo

Não sentido, o EIA agora em apreço, não constitui na verdade uma reformulação, tanto na substância, tanto do ponto de vista da AIA, na medida em que o que aqui está em causa é na verdade um novo projecto (capciosamente qualificado com estando agora em Fase de Execução), resultado de um rearranjo elaborado com base nos pareceres da CA; projecto este que nunca foi verdadeiramente sujeito a AIA, mas que de igual forma configura um projecto que, no essencial, se mantém igual, quer ao nível das suas características, quer dos impactes ao nível dos impactos gerados: negativos muito significativo. Trata-se tão só de uma redução mínima de alguns valores - como exemplo gritante e paradigmático da não reformulação do projeto basta verificar que a redução de área dos 722,24ha do projecto inicial apenas é de 63,80ha !!!!!. Quanto aos consumos de água apenas retiram 2 poços!
Trata-se, portanto, de uma operação de cosmética, ainda que muito mal disfarçada.

3. Análise dos impactes do 'projecto reformulado'

Baseamo-nos no argumentado da Associação Dunas Livres, de que transcrevemos texto quanto aos impactos nos Recursos Hídricos, Biodiversidade e Ordenamento do Território.

3.1 Recursos Hídricos

O projeto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

almargem@mail.telepac.pt

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

almargem@mail.telepac.pt

3.2 Biodiversidade (habitats e espécies)

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para a plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófila) - que alberga a maior parte da população da *Armeria rouyana,* e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é de somenos importância a sua eliminação.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

almargem@mail.telepac.pt

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;
- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;
- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e está seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como o é, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

almargem@mail.telepac.pt

4. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projeto agroflorestal.

5. Omissões e erros graves

O Processo agora em apreço encerra em si várias questões graves que são atentatórias do direito comunitário, no que a AIA diz respeito, na medida em que contrariamente ao espírito da mesma e à jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia, este é mais um exemplo que a legislação portuguesa permite que na avaliação do impacto dos empreendimentos planeados para sítios Natura 2000 (actualmente classificadas com ZEC), sejam levadas em conta não só as medidas de mitigação, mas também as medidas compensatórias para os danos esperados, condicionando desde logo à partida a análise final, e a consequente decisão sobre a mesma.

Acresce o facto de o projeto agora apresentado, apesar de todos os esforços tornarem viável o mesmo, fazendo uma interpretação abusiva e enviesada da legislação relativa à protecção de habitats e espécies – concretamente da Diretiva Habitats Diretiva 92/43/CEE), no que a AIA se refere, nomeadamente do seu artigo 6º:

Ponto 2 - em que é referido que "Os Estados-membros tomarão as medidas adequadas para evitar, nas zonas especiais de conservação, a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, bem como as perturbações que atinjam as espécies para as quais as zonas foram designadas, na medida em que essas perturbações possam vir a ter um efeito significativo, atendendo aos objetivos da presente diretiva.

Ponto 3 - "(…) Tendo em conta as conclusões da avaliação das incidências sobre o sítio e sem prejuízo do disposto no n.º 4, as autoridades nacionais competentes só autorizaram esses planos ou projetos depois de se terem assegurado de que não afetarão a integridade do sítio em causa e de terem auscultado, se necessário, a opinião pública."

almargem@mail.telepac.pt

Ponto 4 - “Se, apesar de a avaliação das incidências sobre o sítio ter levado a conclusões negativas e na falta de soluções alternativas, for necessário realizar um plano ou projeto por outras razões imperativas de reconhecido interesse público, incluindo as de natureza social ou económica, o Estado-Membro tomará todas as medidas compensatórias necessárias para assegurar a proteção da coerência global da rede Natura 2000. O Estado-Membro informará à Comissão das medidas compensatórias adotadas. No caso de o sítio em causa abrigar um tipo de habitat natural e/ou uma espécie prioritária, apenas podem ser evocadas razões relacionadas com a saúde do homem ou a segurança pública ou com consequências benéficas primordiais para o ambiente ou, após parecer da Comissão, outras razões imperativas de reconhecido interesse público”.

Ora, facilmente se conclui que o projeto em causa, ainda que ‘martelado’ não cumpre de forma alguma nenhum dos critérios referidos, pelo este simplesmente deveria ter sido objecto de uma Dia Desfavorável.

Acrescem ainda outras várias questões que estão omissas no presente EIA, a saber:

- Nesta reformulação não foram consideradas as mais significativas orientações da Comissão de Avaliação;
- Não é respeitada a preservação dos recursos hídricos, sendo oficial a situação de seca constante no Alentejo;
- Com a agravante da contaminação das águas superficiais e subterrâneas proveniente por fitofármacos, inevitavelmente utilizados em grande escala numa agricultura intensiva do tipo da que o projecto propõe desenvolver;
- Não é combatida a desflorestação, nem respeitado o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo, nomeadamente na protecção dos matos e do pinheiro manso;
- Não há manutenção e/ou recuperação da biodiversidade;
- Não são tidos em avaliação os impactos cumulativos com todos os outros projectos existentes, sejam de turismo, sejam agrícolas, sejam de centrais de energia solar;
- Não se respeita o ordenamento do território, nem quanto ao PROT-A.

Além disso, no argumentário usado insistem na publicidade enganosa do aumento de emprego, quando a realidade agrícola portuguesa deste tipo de exploração agro-indutrial é demais conhecida e envolve trabalho sazonal de imigrantes, em muitos casos em situação ilegal, com muito más condições de vida, salariais e contratuais.

6. A falácia das promessas de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita,

almargem@mail.telepac.pt

cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

7. Conclusão

Neste enquadramento a Almargem **solicita a emissão de um Declaração de Impacte Desfavorável** ao projeto Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R), e a consequente extinção do referido projeto.

Participação

Exmos. Senhores,

Na qualidade de Cidadão que acompanha o desenvolvimento das transformações do território na zona de Alcácer do Sal, venho por este meio submeter a minha participação relativamente ao Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN), da empresa proponente, Expoente Frugal Lda., do grupo Aquaterra, que doravante denomino por Aquaterra.

Procedi à análise deste projeto, tendo decidido agrupar toda a minha participação em três principais temas, a saber: **1- Hídrica**, **2- Recursos Humanos** e **3- Ambiental /VAB**.

De seguida apresento abaixo aquilo que absorvi do projeto, solicitando a vossa resposta a todas dúvidas e questões que passo a descrever:

1. Hídrica

1.1. O principal recurso para o cultivo do Abacate é a água que será armazenada em de 5 reservatórios de 100.000 m3 cada. Os 772 ha serão regados por método gota a gota a partir destes 5 depósitos, numa grandeza de 69,25 m3/água/ha/dia, durante 10 dias.

1.2. Estes reservatórios são abastecidos a partir de 34 furos (17 curtos de 5l/s e 17 profundos de 22l/s), que levam 12,5 dias a reencher os 5 depósitos.

1.3. Contudo sendo o consumo de água 500.000 m3 por cada 10 dias, então isso corresponde a 18,25 hm3/ano (365 dias/ 10 dias = 36.5 reenchimentos X 500.000 m3 / 1.000.000 m3= 18,25 hm3).

1.4. Porém o projeto entregue de EIA, fala num consumo através dos furos de 3,22 hm3/ano e de 1,139 hm3/ano da água da vala (AHVS).

1.5. Então estaremos perante uma grave adulteração do projeto se estes cálculos acima estiverem certos. Isto é, o consumo de água do aquífero é 5 vezes superior ao que foi inserido no EIA e enviado às autoridades.

1.6. As autoridades (CCDR) no documento de junho 2023 entendiam que os valores de consumo ano deviam ser inferiores aos propostos pela Aquaterra, para cerca de 2,298 hm3/ano em vez dos propostos 3,22 hm3/ano. Porém a resposta da Aquaterra em novembro de 2023 foi de manter o consumo de 3,22 hm3/ano, invocando que os cálculos de pluviosidade média ano são os que as estações meteorológicas de Alcácer do Sal e não os da APA. E a CCDR duvidava da disponibilidade dos 1,139 hm3/ano via AHVS.

1.7. Para reforçar a defesa da sua proposta e dando-a como correta Aquaterra apresenta na sua resposta um conjunto de dados obtidos junto das entidades oficiais, que lhe permitem validar a sua proposta.

1.7.1. Importa aqui mencionar que em relação à solicitação da CCDR para demonstrarem a utilização eficiente da água, responderam só com ideias sem explicarem como obtinham essa eficiência.

1.7.2. Não basta dizerem que vão contratar um técnico para monitorizar essa eficiência e a afirmarem que as fugas de água serão imediatamente reparadas. É preciso isso sim evidenciar o quando, como, quanto e com que meios técnicos.

1.8. Contudo:

1.8.1. Esses dados não estão atualizados, pois não incorporam todas as novas captações de água que têm vindo a ser feitas nos últimos anos na zona T3 (Alcácer do Sal e Grândola), mas antes se baseiam somente nas captações por furos registadas na TURH que mencionam somente uma captação anual de 367 hm3/ano, muito longe dos 656,69 hm3/ano que a APA diz já estarem a ser consumidos na zona T3.

1.8.2. A Aquaterra acrescenta ainda que se a pluviosidade da zona da HM/MN for a dos registos de Alcácer forem de 531 mm (litros m2) em vez dos da APA de 418,5 mm (litros m2), isso implicava uma capacidade de acréscimo ao aquífero de 599 hm3/ano que somados dos 3,22 hm3/ano que a Aquaterra precisa para os 772 ha de Abacate dava 602 hm3/ano de consumo, ainda longe do total disponível de 656,9 hm3/ano.

1.8.3. A Aquaterra rebate ainda as dúvidas quanto aos 1,193 hm3/ano da água via AHVS juntando documentos da ABVS que supostamente provam ter direito a essa água (75,97 ha X 15.000m3/ha = 1,193 hm3/ano). Mas esses documentos não provam que de facto a ABVS tem essa água garantida para a Aquaterra em qualquer dos anos e mesmo perante outros projetos futuros que também venham a invocar as mesmas regras de utilização de água por ha .

1.8.4. A Aquaterra baseia os seus estudos numa temperatura da zona que varia de 10º a 23º, quando a realidade é bastante diferente, pois temos entre 15 de dezembro e 15 de fevereiro temperaturas noturnas médias nos 5º e entre 15 de junho e 15 de agosto temperaturas médias diurnas acima de 30º. Logo o consumo de água para as plantações tem de ser revisto, á luz destas temperaturas e não das que foram utilizadas para os cálculos.

1.9. Quanto à possível utilização de águas da ETAR, a Aquaterra diz que vai utilizar, mas não diz qual a quantidade de hm3 a utilizar nem quando tal começa.

1.10. **<u>Em síntese</u>**:

1.10.1. toda a argumentação está alicerçada em dados que são contraditórios, que são impossíveis de confirmar, e cujos valores de consumos se forem os descritos em 1.1,1.2 e 1.3 estão acima dos tais 656,69 hm3 que se considera que por ano o aquífero na zona T3 recupera. Valor que todos sabemos não ter estas medições certificadas por alguma entidade independente.

1.10.2. Pelo que o projeto deveria ser revisto relativamente à forma como se vai obter a água para a plantação dos abacates, uma vez que ao contrário do exposto no EIA a zona T3 está em sobrecarga (novos projetos arrancaram) de consumo há mais de 10 anos e, entretanto, as alterações climáticas estão a aumentar todos os anos os períodos de seca e a diminuição sistemática da pluviosidade. O aquífero do lado esquerdo do Tejo onde T3 se insere está neste momento com 55,9% ou menos da sua capacidade. Pelo que não deveria ser possível continuar a lá ir buscar água enquanto não se encontrassem alternativas (dessalinização e outras) à captação atual

1.10.3. Assim o promotor Aquaterra deveria reformular o projeto, baseando a obtenção dos recursos hídricos através das águas residuais da(s) ETARES, da água da AHVS (com contratos de garantia dessa água), com a mensuração da água da chuva que poderá recolher nos seus 2.402 ha de terreno, com a obtenção de água produzida numa central dessaliniza-dora (CMG está a promover um projeto, outro em Sines) e outras soluções que não passem pelo aquífero, pois

este enquanto não começar a recuperar de forma consistente as suas reservas, deveria ser preservado por este e qualquer outro projeto, a bem do futuro de todos nós.

2. <u>Recursos Humanos (RH)</u>

2.1. Estão previstos 32 a 40 trabalhadores fixos e 240 a 400 trabalhadores sazonais entre novembro e abril. Referindo o projeto que são necessários 10 trabalhadores sazonais por cada ha na apanha.

2.1.1. Mas o projeto não explica quanto tempo (em dias) levam esses 10 trabalhadores a recolher os abacates de 1 ha.

2.1.2. Tendo em conta que o período da apanha são 6 meses, o projeto tem de referir com mais detalhe o número de trabalhadores sazonais necessário, pois de 240 para 400 vão muito trabalhadores.

2.1.3. Até porque isso implica diretamente nos pontos seguintes deste separador dos RH

2.2. Os cálculos das viagens de 20 km/dia para a vinda e ida de trabalhadores para a HM/MN são de 10 viagens.

2.2.1. Mas estas 10 viagens por dia implicam quantos trabalhadores por viagem?

2.3. O alojamento para essas pessoas é para obter através dum protocolo com a CMAS, que neste momento do projeto não tem localização prevista nem quantidade de habitações a construir.

2.3.1. O projeto tem de ter uma amplitude bastante inferior em relação ao intervalo mencionado (240 a 400) quanto aos trabalhadores.

2.3.2. O projeto não pode avançar sem estar celebrado esse protocolo com a CMAS, com contratualização tempos de construção, valores, áreas por trabalhador.

2.3.3. Uma vez que não existem trabalhadores indiferenciados na zona, então os mesmos têm de ser imigrantes.

2.3.4. Logo é necessário o promotor expor como será feito o processo de angariação desses trabalhadores e de cumprir toda a legislação que existe para esse efeito no nosso País.

2.3.5. Ainda é necessário definir o que acontece com esses trabalhadores nos 6 meses (maio a outubro) em que não têm trabalho. Regressam país de origem? ficam empregados noutra atividade da zona? Ficam no desemprego? Com que valores de sobrevivência?

2.3.6. É que se não forem acauteladas estas situações poderemos estar aqui com uma situação análoga à dos imigrantes da apanha da ameijoa ou os das estufas da região de Odemira.

2.3.7. Em função do nº real de trabalhadores também devia ser reformulada a situação das casas de banho previstas na zona da apanha. Até porque se forem criados balneários e casas de banho poderia também as águas residuais serem tratadas e reutilizadas na rega.

3. Ambiental / VAB

3.1. Sistema fotovoltaico, não prevê a acumulação de energia produzida (baterias) durante o dia e como a rega está prevista ser realizada maioritariamente durante noite e manhã então isso quer dizer que a descrita autossuficiência energética é mais teórica do que real.

3.1.1. Além disso não vem descrito no EIA qual o consumo diário de energia que a rega e outros pontos de consumo de energia requerem e que é fornecida somente pelos painéis / a que é comprada à rede.

3.1.2. Mesmo que a ideia seja vender à rede o excesso de energia produzida durante o dia, isso não está mensurado nem o cálculo custo benefício de tal.

3.1.3. Pelo que o projeto tem de ser reajustado e demonstrado como e quanto de autossuficiência energética terá.

3.2. Sobre a procura de locais alternativos para este projeto ao contrário do solicitado pela CCDR a Aquaterra limitou-se a dizer que não existem, sem dar evidências de pesquisa para tal.

3.2.1. Ora esta pesquisa é fundamental para poder provar que outros locais teriam este ou aquele benefício que em comparação com a HM/MN, validavam como correta a localização proposta.

3.2.2. Ao não terem feito essa avaliação alternativa fica um dos requisitos do EIA incompleto.

3.3. O projeto descreve que existe neutralidade carbónica (absorção do CO2), quer quanto à troca de pinheiros mansos, pelas árvores de abacate em 803 ha (772 ha + 31 ha).

3.3.1. Mas não mensura o número de pinheiros mansos que vai abater e não explica se nos 772 ha só há pinheiros mansos ou também existem pinheiros bravos. Pois a capacidade de absorção de carbono dum pinheiro bravo é 4 vezes superior ao de um pinheiro manso.

3.3.2. Por outro lado, na vertente Ambiental também importa saber o número exato de viagens / nº de trabalhadores, porque se isso implica com os valores de CO2 do gasóleo gasto nesse transporte.

3.3.3. Quanto ao VAB que este projeto aporta para a região, nada foi respondido pela Aquaterra a essa questão, que foi levantada pela CCDR em junho 2023. Pelo que, aqui importa ter respostas para pelo menos o seguinte:

3.3.3.1. Atualmente nos 772 ha existem pinheiros mansos maioritariamente. Qual o rendimento em quantidade e valor que se obtém desses pinheiros, em pinhas, em pinhões, em resina, em madeira para as fábricas de mobiliário e noutros subprodutos?

3.3.3.2. Qual o VAB que hoje os pinheiros aportam? Pessoal que empregam? São imigrantes ou pessoa da região?

3.3.3.3. Qual o VAB que o projeto da Pera Abacate aporta à região?

Fim da participação

Com os melhores cumprimentos

Assinado por: **JOSÉ MANUEL GUEDES LEITÃO CRUZ**
Num. de Identificação: 00178593
Data: 2024.01.23 17:40:09+00'00'

CARTÃO DE CIDADÃO

José Manuel Guedes Leitão Cruz

arqguedescruz@gmail.com

PARECER DE DISCORDÂNCIA

REFORMULAÇÃO DO PROJECTO AGROFLORESTAL DAS HERDADES DE MURTA E MONTE NOVO

PRODUÇÃO DE PERA ABACATE

CONSULTA PÚBLICA

A Associação de Agricultores de Grândola vem desta forma manifestar que mantém e nalguns casos reforça todas as preocupações anteriormente referidas em relação à magnitude deste projecto.

Da leitura do Parecer da Comissão de Avaliação confirmamos todas as dúvidas que tínhamos quer em relação aos impactos nos sistemas ecológicos e recursos hídricos quer em relação à metodologia e procedimentos utilizados na elaboração do EIA.

Apesar de algumas inesperadas contradições entre as entidades que compõem a CA, foram identificados impactos negativos significativos e muito significativos em quase todos os temas em análise, seguramente suficientes para inviabilizar a concretização do projecto tal como estava concebido.

Na sequência do parecer desfavorável da CA, a Aquaterra apresentou a presente reformulação do projecto, uma refomulação que não parece conduzir a alterações significativas, mantendo um elevado potencial de dano mais ou menos inalterado.

Conservação da Natureza e Sistemas Ecológicos

O parecer da responsabilidade do ICNF põe em causa a localização do projecto e os seus impactos nas áreas qualificadas na RN 2000, ZEC Comporta -Galé, ZEC Estuário do Sado, RNES e Directiva Aves. Em simultâneo, evidencia falhas relevantes nos métodos e instrumentos utilizados na caracterização da situação de referência. Por outro lado, também na classificação dos impactos é notória no EIA alguma criatividade "moderadamente significativa" e sobretudo uma enorme ligeireza em tudo o que é importante. Conclui o ICNF que a " implementação do Projecto Agrícola terá como impacto a eliminação directa dos muitos valores naturais protegidos, especialmente a flora, habitats e fauna com reduzida mobilidade, que ocupam grande parte do território em causa, com especial relevo para o habitat 2260" e que as medidas de minimização propostas não seriam eficazes e suficientes para salvaguardar a manutenção do estado de conservação favorável dos vários habitats, dada a magnitude dos impactos identificados. Propõe a redução substancial da área do projecto agrícola como única medida de minimização e/ou compensação capaz de manter os valores naturais classificados num estado de conservação favorável.

Na reformulação, a Aquaterra propõe uma "substancial" redução da área de implementação em 64 hectares, de 722ha para 658ha, o que corresponde a menos de 9% da área anteriormente prevista .

Quanto a alternativas de localização, a única "alternativa" é a que estava proposta!

Quanto a modos de produção, a única "alternativa" viável também é a que estava inicialmente proposta. A produção em modo biológico não se apresenta viável porque os solos são arenosos!

Como curiosidade, nas imediações está implantado um projecto da BVLH Invest em solos semelhantes e que adoptou o modo de produção biológico. Portanto deverá ser viável…

Recursos Hídricos

Este é o tema que constitui a maior preocupação da Associação de Agricultores de Grândola. E devia ser o tema central de todo o processo. Os indicadores existentes e referidos pelo ICNF, também pela ARHA / APA, mas sobretudo o Documento de apoio à 16ª Reunião da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos efeitos da Seca, de 25 de Agosto 2023, citado pela DRCNF de Lisboa e Vale do Tejo e também pela CM de Alcácer do Sal, devem ser motivo de uma reflexão séria de todas as entidades envolvidas nesta avaliação.

Este Documento de Apoio refere:

- que a situação do aquífero Tejo – Sado (margem esquerda) continua preocupante, apresentando uma descida significativa ao longo do tempo, encontrando-se em níveis inferiores aos de 2005

- que as massas de água da Bacia Tejo – Sado (margem esquerda, bacia do Sado) apresentavam níveis de água inferiores às médias mensais, inclusive com valores negativos, isto é, inferiores ao nível médio da água do mar, nos piezómetros 476/21 e 476/257 – Alcácer do Sal.

Nos muitos cenários que se têm apresentado, em todos eles é evidente uma grande preocupação quanto à disponibilidade do recurso água, ou melhor, quanto à escassez do recurso água. Um trabalho realizado em 2021 pelo Prof. Rodrigo Proença de Oliveira intitulado Avaliação das Disponibilidades Hídricas Atuais e Futuras e Aplicação do Índice de WEI+ , identifica uma situação já muito séria na Península Ibérica e especialmente séria no Sul de Portugal, concretamente na RH8 Algarve e na RH6 Alentejo Litoral. E a tendência é para se agravar, a caminho de uma situação de escassez que implicará enormes limitações a todas as actividades económicas, como se pôde infelizmente confirmar no passado verão no Algarve.

Nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, os projectos de investimento, alguns muito grandes, na área do turismo e agricultura intensiva, multiplicam-se a cada dia que passa, acentuando a enorme pressão sobre a captação de água. Nesta reflexão é importante ter em conta que nestes dois concelhos, com a excepção do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado e algumas outras pequenas barragens particulares, toda a água utilizada nos diferentes usos é proveniente de captações subterrâneas. Muito significativo. Talvez ainda mais significativo se enquadrarmos a situação na perda de precipitação que se tem verificado e considerarmos o impacto acumulados de todos estes projectos. Apenas a título de exemplo, nas imediações da Herdade da Murta e Monte Novo, já existem aproximadamente 3010 ha com captações na ordem dos 17.000.000m3.

Na reformulação deste projecto agrícola, o número de furos previsto passou de 34 para 32 e o valor de captação aparece ligeiramente reduzido para 2.858.000m3, parecendo ir ao encontro das recomendações da ARHA.

A prevista captação de 1.139.000 m3 de água no canal de rega do AHVS, estranhamente apoiada pela ARHA, é actualmente inviabilizada pelo Despacho nº 2 de 2023 do Ministério da Agricultura

e da Alimentação que proíbe a utilização destas águas em novas instalações de culturas permanentes.

Em relação à possível contaminação dos lençóis freáticos superiores devido à utilização de agroquímicos, facilitada pela elevada permeabilidade dos solos, não é apresentada nenhuma medida relevante.

Embora seja levada a cabo uma grande manipulação, pode dizer-se até uma tortura sobre os números para conseguir acomodar os 32 furos e mais estes 3.000.000m3 de captação de água subterrânea, parece um facto cada vez mais evidente que já não há mais espaço para acomodar projectos desta dimensão (se é que alguma vez houve). Convém lembrar que esta mesma empresa, a Aquaterra, é também promotora do projecto de produção de tangerinas da Herdade da Batalha com 615 ha e 26 furos com consumo previsto de 3.180.000 m3.

Conclusão

Tendo em conta o agora exposto e o anterior contributo, a Associação de Agricultores de Grândola considera que o reformulado Projecto Agroflorestal das Herdades da Murta e Monte Novo, embora incorpore muita tecnologia, não acrescenta nada de verdadeiramente inovador naquilo que verdadeiramente importa. A sustentabilidade.

A ONU - Organização das Nações Unidas define sustentabilidade como a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. Não parece ser o caso.

Num tempo em que a agricultura no mundo ocidental está obrigada a procurar caminhos de sustentabilidade, este projecto rejeita o modo de produção biológico, insiste numa localização inapropriada justificando essa escolha com uma argumentação imcompreensível, uma vez que quando foram adquiridas, as propriedades já se encontravam sob todas as condicionantes actualmente existentes.

As alterações propostas na reformulação são, na prática, irrelevantes em quase todos os aspectos, e apenas visam encontrar uma forma de obter uma apreciação positiva mesmo que condicionada, que permita dar início à execução dos trabalhos. Depois logo se verá…

Os limites e condicionantes colocados pela ARHA / APA em relação à utilização dos recursos hídricos e à eventual contaminação de lençóis freáticos não nos garantem que as coisas se possam passar conforme previsto no papel. Existem vários exemplos em que não tem sido possível controlar a implementação dos projectos.

Concluindo, é nosso entendimento que apesar da reformulação, a dimensão deste projecto continua desproporcionada e geraria enormes impactos, impossíveis de mitigar com as medidas propostas ou com outras quaisquer e portanto não reúne condições para ser implementado.

Luís Rodrigues Dias

Presidente da Direcção

Associação de Agricultores de Grândola

Exmo. Sr.

Presidente CCDR – Alentejo

Av. Eng. Arantes e Oliveira 193, Évora
7004-514 Évora

Lisboa, 9 de julho de 2024

Assunto: Parecer da SPEA sobre o EIA do REFORMULAÇÃO DO PROJETO AGROFLORESTAL

DAS HERDADES DE MURTA E MONTE NOVO REFORMULADO (HM-MN-R)

Exmo. Sr. Presidente da CCDR - Alentejo,

No âmbito da consulta público do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo reformulado (HM-MN_R), vem a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) apresentar o seu parecer.

Descrição e enquadramento do projeto

O Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo reformulado (HM-MN-R), com área total de 2402,10 hectares, localizados no concelho de Alcácer do Sal, apresenta-se na fase de Projeto de Execução e tem como proponente a empresa Expoente Frugal Lda., do grupo Aquaterra.

Os principais objetivos do Projeto Agroflorestal HM-MN_R estão centrados na criação de uma área agrícola de produção intensiva de pera-abacate, tendo como destino um centro de distribuição localizado na região do Algarve, Portugal.

O projeto inicial teve DIA desfavorável em 2024, e foi reformulado no sentido de ultrapassar alguns motivos da desconformidade. A área total mantém-se igual (2402,1 ha), mas a área total de intervenção reduziu de 805,35 para 734 hectares, e a área efetiva de plantação de pera-abacate reduziu de 722,24 para 658 hectares, ou seja, menos 9% de área em ambos os casos. Algumas infraestruturas foram eliminadas, como o centro interpretativo da ZEC Comporta -Galé e os reservatórios de combustível. A nível de furos, foram eliminados 2 furos dos 34 que constavam do projecto inicial. Houve ainda a relocalização para fora da área classificada de armazéns de apoio à atividade agrícola, dos Reservatórios de armazenamento de água para rega e casas de rega e do alojamento de trabalhadores, para Alcácer.

O sistema de rega gota-a-gota será alimentado por captação de águas subterrânea do tipo furo vertical (32 captações em vez das 34 inicialmente planeadas) e captação de água superficial a realizar no canal de rega do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado (1,139 hm3/ano), vai requerer 3,95 hm3/ano de água, ou seja 3950000 m3/ano. Este valor não é muito diferente do anterior projecto por isso é irrelevante ter menos dois furos de captação. O EIA indica que, em resposta a parecer da autoridade de AIA, reduziram as captações subterrâneas de 3,22 hm3 agua/ano para 2,858 hm3 de água/ano - uma redução

de 29%. No entanto, o potencial de redução da sobre-exploração aquíferos é pouco relevante, numa área onde o nível freático já é inferior ao do nível médio do mar, com as previsíveis consequências na salinização dos solos e afetação dos habitats protegidos. O facto de o ano hidrológico ter sido um ano abundante em precipitações serve para mostrar no EIA uma condição favorável dos recursos hídricos a nível de bacia hidrográfica, mas sendo este um projecto com um horizonte de exploração de dezenas de anos, este ano não é representativo do cenário expectável e não deve ser utilizado como referência.

Áreas Naturais afetadas

1. Zona de Proteção Especial do Açude da Murta (PTZPE0012), é uma área constituída maioritariamente por uma zona húmida, com 497,7 ha, incluída na Rede Natura 2000 ao abrigo da Diretiva Aves da UE. Esta área é de grande importância para a conservação das aves, e nela foram já registadas 144 espécies deste grupo da fauna. Ocorrem no Açude da Murta pelo menos 12 espécies incluídas no Anexo I da Diretiva Aves, com destaque para as aves aquáticas que ali encontram populações significativas. São de destacar as espécies de ardeídeos (*Ardea purpurea*, *Ixobrichus minutos*, *Egretta garzetta* e *Bubulcus ibis*), *Circus aeruginosus* e *Alcedo atthis* (ver https://natura2000.eea.europa.eu/Natura2000/SDF.aspx?site=PTZPE0012). Ocorrem ainda regularmente 10 espécies com estatuto de ameaça em Portugal Continental.
2. Zona Especial de Conservação da Comporta/Galé (PTCON0034), é uma área costeira com 32147h, maioritariamente constituída por pinhal e por sistemas dunares bem desenvolvidos e estabilizados. A ZEC da Comporta/Galé contém mais de 30 habitats listado no Anexo I da Diretiva Habitats e dezenas de espécies da fauna e da flora listadas nos anexos das diretivas Aves e Habitats. Em virtude da existência de várias habitats costeiros bem preservados, esta ZEC várias espécies da flora de conservação prioritária ao abrigo da Diretiva Habitats, como *Armeria rouyana, Centaurea fraylensis, Euphorbia transtagana, Jonopsidum acaule, Linaria ficalhoana, Ononis hackelii* e *Thymus camphoratus* (ver https://natura2000.eea.europa.eu/Natura2000/SDF.aspx?site=PTCON0034).
3. a norte, na envolvente imediata, a ZPE e ZEC do Estuário do Sado e a Reserva Natural e Sitio Ramsar do Estuário do Sado.

De salientar que os principais objetivos deste projeto agro-florestal não correspondem a qualquer dos objetivos de gestão destes dois sítios da Rede Natura 2000, definidos no Plano Sectorial da Rede Natura 2000. pelo contrário, a natureza do projeto é uma das ameaças ao Sítio da Comporta-Galé, segundo o seu plano de gestão, que refere várias medidas de gestão em relação às quais as ações previstas pelo projecto HM-MN-R estão em evidente oposição (https://www.icnf.pt/api/file/doc/c69bc27c7fe65aa9).

Caracterização da situação de referência

A descrição da fauna começa por indicar que "caracterização da fauna na área de estudo foi realizada, essencialmente, com recurso a consulta bibliográfica" e que durante o trabalho de campo, "não foram implementadas metodologias específicas ". Em relação às aves, menciona apenas uma saida de campo, a 11 de março de 2024. Se adicionarmos a esta saída, os 4 dias em novembro de 2023, do anterior EIA para inventariação da fauna, verifica-se que, de novo, o trabalho de campo dirigido à fauna é claramente insuficiente em face à classificação da área de estudo e e à diversidade e o valor ecológico das espécies faunísticas

afetadas pelo projeto. O EIA menciona que não foi possível recolher informação sobre a indicação, nos pareceres ao EIA, da existência de territórios de águia de Bonelli na envolvente do projecto. No entanto, face a esta informação, deveria ter sido feito trabalho de campo dirigido à espécie, que confessamente não foi. O número de espécies de aves confirmadas pela equipa do EIA mantém-se nos 32, exatamente igual ao do primeiro EIA e isso demonstra que não houve trabalho adicional de campo minimamente relevante. Tal como foi escrito no anterior parecer, basta verificar as listas do portal PortugalAves/eBird para o açude da Murta, que é uma área mais pequena dentro da área de estudo, para constatar que a amostragem das aves não foi suficiente.

Sem um inventário atualizado e suficientemente completo da biodiversidade existente na área de implantação do projeto, não é possível avaliar impactos, nem tão desenhar medidas mitigadoras e compensatórias.

A nível de recolha bibliográfica também há lacunas graves, designadamente a falta de referência ao Atlas das Aves Nidificante a e Lista Vermelha da Aves de Portugal, publicada em 2023. Por esta razão, os estatutos de conservação das aves encontram-se desatualizados (Quadro 3 do Anexo III.1 – Volume 3/3 – Anexos Técnicos - EIA do Projeto Agroflorestal HM-MN).
Os inventários da fauna e flora realizados num projeto deste tipo, com estas dimensão, num território com esta sensibilidade ambiental, têm de ser exaustivos e realizados ao longo de pelo menos um ciclo anual.

Para além dos inventários de espécies, deveriam ter sido realizados mapeamentos completos e atualizados da distribuição de espécies ameaçadas e com necessidades especiais de gestão. O que obviamente não foi feito, tendo em conta a metodologia empregue.

Identificação dos impactes

Vale apena salientar que várias as medidas do projeto são coincidentes com as medidas que o plano de gestão do Sítio Comporta-Galé pretende evitar, tais como a instalação de infra-estruturas, as captações de agua, a intensificação agrícola, o uso de agro-químicos ou a mobilização do solo.

Não deixa de ser irónico que os sítios da Rede Natura 2000 são designados para a expressa proteção de habitats e espécies selvagens. No entanto, não há pejo em apresentar um projecto de regadio intensivo precisamente afetando a esta área e os seus habitats

Mais uma vez se salienta a incongruência que é um projeto agro-florestal, que na prática aumenta a dependência e as necessidades futuras de água, tenha já garantido, junto da CCDR-Alentejo e antes do processo de AIA, uma autorização de captação no subsolo de mais de 3000000m3 de água por ano. Tal como se refere no parecer sobre o primeiro projecto (HM-MN) também é incompreensível como se considera que uma extração de água do aquífero desta magnitude anual não terá impactes significativos, perante os cenários de aumentos de escassez crescente dados pelos senários climáticos prováveis e demonstrados pelas medições no piezómetro mais próximo (476/21), situado nos Cachopos. É óbvio que as necessidades de água deste projeto agro-florestal são de uma ordem incomportável pelas disponibilidades hídricas atuais e previstas no futuro próximo, e que o impacte no ecossistema dessa extração será negativo, de magnitude elevada; permanente; irreversível; e significativo. A zona húmida do açude da Murta, ZPE, encontra- em risco de desaparecer ou de ver a sua importância significativamente reduzida, com consequente afetação das comunidades faunísticas e espécies classificadas.

Relativamente à avifauna, considera-se um erro metodológico grave que a avaliação de impactes seja feita apenas sobre as 32 espécies observadas e "não ameaçadas". Como se estas fossem as únicas a ocorrer na área afetada e as únicas a serem afetadas. Vai-se ao cúmulo de considerar que as medidas de minimização de impactes – caixas ninho para passeriformes e aglomerados de pedra (marouços para coelhos?), são elas próprias uma medida do projeto, com impacte positivo. Estas medidas bem intencionadas não vão reduzir significativamente os impactes derivados da escassez de água no solo, que captação de água para irrigação da monocultura do abacate vai causar. Se não houver crescimento vegetal natural a tendência será a progressiva desertificação da envolvente e o empobrecimento das comunidades florísticas e faunísticas e de nada servirão as caixas-ninho.

O EIA não refere a ausência de avaliação do impacte da extração de água do subsolo sobre os níveis freáticos e a disponibilidade de água no Açude da Murta. Uma extração da dimensão prevista, e autorizada, para este projeto agro-florestal num cenário, mais do que provável, de escassez pluviométrica e diminuição da capacidade de recarga, irá provocar um rebaixamento acentuado e permanente do nível freático e no nível de água no Açude da Murta. Existe mesmo a possibilidade da extração de água no subsolo neste projeto ago-florestal que se desenvolve em redor do açude da Murta causar a secagem de todo o açude, provocando impactes devastadores na comunidade de aves aquáticas da ZPE e na comunidade de plantas hidrófilas. Portanto, um dos impactes negativos de grande magnitude sobre a avifauna é a destruição da ZPE do Açude da Murta e o desaparecimento das populações de espécies aves ameaçadas incluídas no Anexo II, como *Egretta garzetta, Ardea purpurea, Ixobrichus minutos, Circus aeruginosus, Alcedo atthis*, entre outras. Veja –se o que tem acontecido com a grande zona húmida de Donãna.

Refere-se ainda que a desatualização e insuficiência da descrição da situação de referência leva a que várias espécies indicadas como comuns, encontram-se atualmente ameaçadas ou quase-ameaçadas em Portugal Continental e não entram na avaliação de impactes (ver https://www.listavermelhadasaves.pt/lista-vermelha/). Espécies como, *Streptopelia turtur, Bubulcus ibis, Circaetus gallicus, Falco tinnunculus* e *Lanius meridionalis,* que ocorrem na área de intervenção do projeto e se encontram em situação de conservação desfavorável, foram completamente ignoradas neste EIA. Não há referência aos impactes deste mega-projeto de intensificação agrícola nas espécies de aves ameaçadas que dependem dos habitats agro-florestais.

A nível de impactes na fauna considera-se que foi feita uma avaliação demasiado sucinta e incompleta. Os impactes diretos, derivados da remoção da vegetação e da perda de habitat e perturbação humana são considerados como negativos, permanente, local,
certo, reversíveis, de magnitude elevada e significativos. No entanto, faltou avaliar e classificar os impactes indiretos, resultantes da fase de exploração - nomeadamente da potencial drenagem do açude da Murta – zona classificada para as Aves - e a aridez induzida na área evolvente pertencente à ZEC da Comporta-Galé, devido ao uso intensivo da água do subsolo e que são muito mais graves. Sendo a ZPE do Açude da Murta, uma classificação internacional, a afetação tão devastadora desta deverá ser considerada a nível nacional e internacional e não sómente a nível local.

A avaliação dos impactes cumulativos centra-se na análise da não destruição directa de um habitat prioritário para concluir que este foi a único motivo a designação da área Comporta-Galé como ZEC, ao mesmo tempo que ignora espécies faunísticas, bem como os impactes que têm nas comunidades faunísticas da ZPE do açude da Murta, nomeadamente através do risco de rebaixamento do nível freático nesta zona húmida.

Realça-se ainda, tal como no anterior parecer, que a questão relativa ao contencioso da Comissão Europeia que se encontra ativo contra o Estado Português. Este projeto agro-florestal, implementado à revelia dos objetivos de gestão da Rede Natura 2000 e com graves impactes negativo nos valores naturais existentes nas áreas afetadas contribui grandemente para o agravamento do contencioso entre a Comissão Europeia e o Estado Portugal, tornando mais difícil a sua resolução.

Parecer e conclusão

Pelo que ficou explícito no articulado aqui apresentado, o Estudo de Impacto Ambiental do projeto Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo reformulado não melhora apreciavelmente os impactes em relação ao anterior EIA pelos seguintes motivos:

situação de referência mal caracterizada e avaliação de impactes insuficiente - O levantamento das comunidades faunísticas e em particular da avifauna está incompleto e é notoriamente insuficiente para caracterizar a situação de referência em termos de ambiente e biodiversidade, o que se reflete na avaliação de impactes a nível ecológico, que também se considera insuficiente:

incompatibilidade com os objetivos de conservação da RN2000 e a estratégia nacional de adaptação às alterações climáticas: O projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo reformulado mantém impactes negativos sobre os valores naturais da Rede Natura 2000, sobre a estratégia de adaptação às alterações climáticas, que o tornam inviável à luz da Lei e do interesse público. Relembra-se que , segundo o Decreto-lei 140/99 de 24 de abril, alterado pelo Decreto- lei nº 49/2005 que "10-A realização de acção, plano ou projecto objecto de conclusões negativas na avaliação de impacte ambiental ou na análise das suas incidências ambientais depende do reconhecimento, por despacho conjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território e do ministro competente em razão da matéria, da ausência de soluções alternativas e da sua necessidade por razões imperativas de reconhecido interesse público, incluindo de natureza social ou económica." Ora, o projecto em avaliação é um empreendimento com cariz comercial, destinado essencialmente à exportação, sem ganhos relevantes para o tecido sócio-económico local, pelo que não tem suporte em nenhum dos casos.

Por estas razões a SPEA pronuncia-se negativamente sobre este relatório de EIA e o respectivo projecto e considera que ambos devem ser alvo de uma DIA desfavorável

Com os melhores cumprimentos.

Julieta Costa

Coordenadora da Área de Conservação Terrestre

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Parecer sobre o EIA Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

Lisboa, 24 de janeiro de 2024

No âmbito do procedimento de consulta pública do Projeto Agroflorestal da Herdade das Murtas e Monte Novo, o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente - vem expressar a sua veemente discordância com o projeto e com o respetivo Estudo de Impacto Ambiental, considerando que este deve ser rejeitado. O GEOTA baseia o seu parecer desfavorável sobre o projeto Agroflorestal nos seguintes pontos:

1)Ecologia – Fauna, Flora e Biodiversidade

Constata-se que a área de implantação do projeto está totalmente integrada em duas Zonas Especiais de Conservação da rede Natura 2000: a ZEC Comporta/Galé (PTCON0034) e, para Norte, a ZEC Estuário do Sado (PTCON0011), bem como em duas áreas Biótopo Corine: Estuário do Sado (C14100013) e Comporta (C14100107). Engloba, também, a totalidade da Área Importante para as Aves (IBA) do Açude da Murta e da Zona de Proteção Especial (ZPE) do Açude da Murta (PTZPE0012), e intersecta, ainda que parcialmente, a Reserva Natural do Estuário do Sado, a ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), o sítio RAMSAR do Estuário do Sado e as IBA do Estuário do Sado.

A recente Resolução do Conselho de Ministros n.º 190/2023 pretende que se reconheça que Portugal tem 34,8 % da superfície terrestre com estatuto de protecção, tendo em conta o território integrado no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) que abrange a Rede Nacional de Áreas Protegidas, Áreas classificadas integradas na Rede Natura 2000 (ZEC da Directiva Habitats e ZEP da Directiva Aves), Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais designadas ao abrigo da Convenção de Ramsar, reservas da biosfera da UNESCO, reservas biogenéticas, geoparques englobados na Rede Global de Geoparques da UNESCO, perfazendo um total de 181 locais classificados e 3 100 677 hectares do território terrestre de Portugal Continental com protecção legal.

A mesma resolução pretende evidenciar o cumprimento do compromisso internacional que Portugal assumiu quanto à proteção legal de, pelo menos, 30 % da superfície terrestre, conforme previsto na

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030 e assumido na 15.ª Conferência das Partes das Nações Unidas, no âmbito da Convenção para a Diversidade Biológica realizada no final de 2022.

Ora no presente EIA, mais especificamente no seu aditamento em resposta à CCDR Alentejo, extrai-se que existe uma ocupação de cerca de 28% da área da ZEC Comporta-Galé (32 051 ha), sendo que, se for considerada a área de intervenção do Projeto Agroflorestal Herdade da Murta-Herdade de Monte Novo (805,35 ha), implica um aumento da ocupação para aproximadamente 30,4% da ZEC.

A Rios e Aquíferos, autora do EIA, com base na cartografia da proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé (Quadros 2.7 e 2.8) e o Intersig do ICNF (Quadros 2.10 e 2.12), quantifica os valores naturais (habitats e flora alvo) em área (hectares) e em percentagem (%) de afetação relativamente à área total de ocupação do conjunto de projetos turísticos e agrícolas existentes na ZEC Comporta-Galé. Da leitura dos quadros, constata-se que de entre os valores naturais que justificaram a sua classificação:

- 8 habitats em 14 apresentam 34 a 40% de destruição.
- Espécies como *Linaria bipunctata subsp. glutinosa* e *Myosotis lusitânica* estão praticamente dizimadas na ZEC.
- As espécies *Santolina impressa, Armeria rouyana, Jonopsidium acaule* viram a sua área de povoamento na ZEC reduzida em 37,5 %, 27,75 % e 33,65%, respectivamente.
- Estão praticamente dizimados na ZEC os habitats 3210 - Cursos de água naturais da Fenoscândia, 3280 - Cursos de água mediterrânicos permanentes da *Paspalo-Agrostidion* com cortinas arbóreas ribeirinhas de *Salix e Populus alba*, 6420 - Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da *Molinio-Holoschoenion*, 91B0 - Freixiais termófilos de *Fraxinus angustifólia*, 91F0 - Florestas mistas de *Quercus robur*, *Ulmus laevis*, *Ulmus minor*, *Fraxinus excelsior* ou *Fraxinus angustifolia* das margens de grandes rios (*Ulmenion minoris*), 92A0 Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba* e 92D0 Galerias e matos ribeirinhos meridionais (*Nerio-Tamaricetea* e *Securinegion tinctoriae*).

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

geota
Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Quadro 2.7 - Habitats naturais de interesse comunitário existentes na área das propriedades/projetos, área total abrangida (hectares) e cálculo da percentagem total (%) de afetação para o conjunto dos projetos em relação à sua área ocupada na ZEC Comporta/Galé – Fonte: Proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé, versão de abril de 2020

Área total das Propriedades/Projetos (hectares)	Área total da ZEC Comporta/Galé (hectares)	Identificação dos Habitats naturais de interesse comunitário na área da propriedade/projeto	Tipos de habitat natural	Área total ocupada pelo Habitat na ZEC Comporta/Galé (hectares)*	Área da propriedade/projeto abrangida pelo habitat (hectares)	% de Afetação em relação à área ocupada na ZEC Comporta/Galé
11348,97	32051,00	1150*	Lagunas costeiras	909,44	3,26	0,36
		1210	Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré	997,80	98,39	9,86
		2110	Dunas móveis embrionárias	997,80	59,75	5,99
		2120	Dunas móveis do cordão dunar com Ammophila arenaria (dunas brancas)	997,80	59,76	5,99
		2130*	Dunas fixas com vegetação herbácea (dunas cinzentas)	997,80	75,79	7,60
		2150*	Dunas fixas descalcificadas atlânticas (Calluno-Ulicetea)	25766,14	9318,74	36,17
		2190	Depressões húmidas intradunares	26997,01	9318,74	34,52
		2230	Dunas com prados da Malcolmietalia	25766,14	9318,74	36,17
		2250*	Dunas litorais com Juniperus spp	26763,93	9355,90	34,96
		2260	Dunas com vegetação esclerófila da Cisto-Lavenduletalia	26339,87	9318,74	35,38
		2270*	Dunas com florestas de Pinus pinea ou Pinus pinaster ssp. atlantica	25766,14	9318,74	36,17
		3110	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies arenosas	321,72	127,25	39,55
		3160	Lagos e charcos distróficos naturais	321,72	127,25	39,55
		6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da Molinio-Holoschoenion	1271,93	110,28	8,67

*Área observada da cartografia da proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé

Quadro 2.8 – Flora alvo existente na área das propriedades/projetos, área total abrangida (hectares) e cálculo da percentagem total (%) de afetação para o conjunto dos projetos em relação à sua área ocupada na ZEC Comporta/Galé – Fonte: Proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé, versão de abril de 2020

Área total das Propriedades/Projetos (hectares)	Área total da ZEC Comporta/Galé	Identificação da Flora alvo na área da propriedade/projeto	Área total ocupada pela Espécie na ZEC Comporta/Galé* (hectares)	Área da propriedade/projeto abrangida pela espécie (hectares)	% de Afetação em relação à área ocupada na ZEC Comporta/Galé
11348,97	32051,00	*Armeria rouyana*	15165,16	4208,51	27,75
		Herniaria maritima	1621,29	109,95	6,78
		Jonopsidium acaule	11919,99	4010,63	33,65
		Linaria bipunctata subsp. glutinosa	0,20	0,19	96,95
		Myosotis lusitanica	0,03	0,03	99,73
		Santolina impressa	8323,02	3121,11	37,50
		Thymus carnosus	1478,41	27,21	1,84

*Área observada da cartografia da proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé

Quadro 2.10 – Habitats Naturais e seminaturais existentes na área das propriedades/projetos, área total abrangida (hectares) e cálculo da percentagem total (%) de afetação para o conjunto dos projetos em relação à sua área ocupada na ZEC Comporta/Galé – Fonte: ICNF, InterSIG

Área total das Propriedades/Projetos (hectares)	Área total da ZEC Comporta/Galé (hectares)	Identificação dos Habitats naturais de interesse comunitário na área da propriedade/projeto	Área total ocupada pelo Habitat na ZEC Comporta/Galé (hectares)	Área da propriedade/projeto abrangida pelo habitat (hectares)	% de Afetação em relação à área ocupada na ZEC Comporta/Galé
11348,97	32051,00	2150* + 2190 + 2230 + 2250* + 2260 + 2270*	25766,14	9222,56	35,79
		2190 + 3150 + 3170* + 4020* + 3110 + 6420 + 3130 +3160	321,72	127,26	39,56
		3210 + 3280 + 6420 + 91B0 + 91F0 + 92A0 + 92D0	34,82	33,28	95,57

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Quadro 2.12 – Flora RELAPE existente na área das propriedades/projetos, área total abrangida (hectares) e cálculo da percentagem total (%) de afetação para o conjunto dos projetos em relação à sua área ocupada na ZEC Comporta/Galé – Fonte: ICNF, InterSIG

Área total das Propriedades/Projetos (hectares)	Área total da ZEC Comporta/Galé	Identificação da Flora RELAPE na área da propriedade/projeto	Área total ocupada pela Espécie na ZEC Comporta/Galé (hectares)	Área da propriedade/projeto abrangida pela espécie (hectares)	% de Afetação em relação à área ocupada na ZEC Comporta/Galé
11348,97	32051,00	*Armeria rouyana*	16017,08	6536,96	40,81
		Jonopsidium acaule + *Armeria rouyana*	3378,08	2185,81	64,71

Legenda:

2150*	Dunas fixas descalcificadas atlânticas (Calluno-Ulicetea)
2190	Depressões húmidas intradunares
2230	Dunas com prados da Malcolmietalia
2250*	Dunas litorais com Juniperus spp
2260	Dunas com vegetação esclerófila da Cisto-Lavenduletalia
2270*	Dunas com florestas de Pinus pinea ou Pinus pinaster ssp. atlantica
3110	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies arenosas
3130	Águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da Littorelletea uniflorae e ou da Isoëto-Nanojuncetea.
3150	Lagos eutróficos naturais com vegetação da Magnopotamion ou da Hydrocharition
3160	Lagos e charcos distróficos naturais
3170*	Charcos temporários mediterrânicos
4020*	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de Erica ciliaris e Erica tetralix.
3210	Cursos de água naturais da Fenoscândia
3280	Cursos de água mediterrânicos permanentes da Paspalo-Agrostidion com cortinas arbóreas ribeirinhas de Salix e Populus alba
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da Molinio-Holoschoenion
91B0	Freixiais termófilos de Fraxinus angustifolia.
91F0	Florestas mistas de Quercus robur, Ulmus laevis, Ulmus minor, Fraxinus excelsior ou Fraxinus angustifolia das margens de grandes rios (Ulmenion minoris).
92A0	Florestas-galerias de Salix alba e Populus alba.
92D0	Galerias e matos ribeirinhos meridionais (Nerio-Tamaricetea e Securinegion tinctoriae). |

Conclui-se, portanto, que a conservação da ZEC Comporta-Galé é uma falácia e uma violação inadmissível da Lei! Governo, administração central, regional e local fingem que conservam os valores naturais quando todo e qualquer projecto é aprovado e implementado! Com efeito, se olharmos para a imagem de satélite, por exemplo do google maps, facilmente nos apercebemos do grau de intervenção e destruição da ZEC, inclusivé com alterações topográficas importantes como enormes áreas aplanadas para a proliferação de pivots de rega.

2)Legislação aplicável e violações

Do ponto de vista jurídico, o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, republicado pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de Fevereiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de Novembro, em https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=3096&tabela=leis&so_miolo=S, revê a transposição para a ordem jurídica interna de algumas directivas comunitárias relativas à conservação

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

das aves selvagens (diretiva aves) e à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (diretiva habitats).

No seu **Artigo 9.º - Actos e actividades condicionados**, ponto 1 é dito que "Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 7.º, as **entidades da Administração Pública com intervenção nas zonas especiais de conservação devem**, no exercício das suas competências, **evitar a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, bem como as perturbações que atinjam espécies para as quais as zonas foram designadas**, na medida em que possam vir a ter um efeito significativo, atendendo aos objectivos do presente diploma."

De acordo com o **n.º 9 e nº 1 do Artigo 10º** - Avaliação de impacte ambiental e análise de incidências ambientais do mesmo Decreto, "As acções, planos ou **projectos** previstos no n.º 1 **apenas são autorizados** quando tiver sido assegurado que **não afectam a integridade do sítio** da lista nacional de sítios, do sítio de interesse comunitário, da ZEC ou da ZPE em causa". O **n.º 1 do Artigo 10º** refere "As acções, planos ou projectos não directamente relacionados com a gestão de um sítio da lista nacional de sítios, de um sítio de interesse comunitário, de uma ZEC ou de uma ZPE e não necessários para essa gestão, mas susceptíveis de afectar essa zona de forma significativa, individualmente ou em conjugação com outras acções, planos ou projectos, devem ser objecto de avaliação de incidências ambientais no que se refere aos objectivos de conservação da referida zona."

De acordo com o n.º 10 do Artigo 10º do mesmo Decreto, "**A realização de** acção, plano ou **projecto objecto de conclusões negativas na avaliação de impacte ambiental** ou na análise das suas incidências ambientais **depende do reconhecimento**, por despacho conjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território e do ministro competente em razão da matéria, **da ausência de soluções alternativas e da sua necessidade por razões imperativas de reconhecido interesse público, incluindo de natureza social ou económica"**.

De acordo com o n.º 11 do Artigo 10º do mesmo Decreto, e sem prejuízo do disposto no n.º 10, quando a acção, plano ou **projecto** objecto de conclusões negativas na avaliação de impacte ambiental ou na análise das suas incidências ambientais **afecte um tipo de habitat natural ou espécie prioritários de um sítio da lista nacional de sítios, de um sítio de interesse comunitário, de uma ZEC e de uma ZPE**, **apenas podem ser invocadas** as seguintes **razões**:

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
Agenda 2030 ONU
sociedade justa
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

a) A saúde ou a segurança públicas;

b) As consequências benéficas primordiais para o ambiente;

c) Outras razões imperativas de reconhecido interesse público, mediante parecer prévio da Comissão Europeia.

Com base no exposto afirmamos perentoriamente que este **projecto é ilegal**, com uma **violação** clara de:

- **Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 140/99**, uma vez que as entidades da Administração Pública com intervenção nas zonas especiais de conservação estão a **promover** a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, assim como perturbações que vão atingir espécies para as quais a Zona Especial de Conservação foi designada;

- **n.º 9 do Artigo 10º do Dec-Lei nº 140/99**, com base nos resultados do EIA foi objetivamente demostrado que a integridade do sítio será afectada muito negativamente de forma irreversível, colocando em causa os objectivos de conservação que levaram a criação da ZEC;

- **n.º 10 do Artigo 10º do Dec-Lei nº 140/99**, uma vez que no processo de avaliação de impacto ambiental não foram avaliadas soluções alternativas nem existem razões imperativas de reconhecido interesse público na implantação de 722 ha de abacates e de 83 ha com estruturas e infraestruturas;

- **n.º 11 do Artigo 10º do Dec-Lei nº 140/99**, dado que não podem ser invocadas razões relacionadas com saúde ou segurança públicas, nem consequências benéficas primordiais para o ambiente, nem outras razões imperativas de reconhecido interesse público que exigem parecer prévio da Comissão Europeia.

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
Agenda 2030 ONU
sociedade justa
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Se dúvidas existirem quanto à violação da Lei, do EIA extrai-se que na área do projecto:

- Foram identificados 9 habitats listados no Anexo B-I do Decreto-Lei da Rede Natura 2000. Destacam-se os habitats prioritários para a conservação 2150*- Dunas fixas descalcificadas atlânticas e 2250*- Dunas litorais com *Juniperus spp*.
- O impacte resultante da afetação destes habitats é negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada, face à área a intervencionar e à tipologia dos habitats afetados (cerca de 766 ha). Devido à sua importância para a conservação, a afetação dos habitats em causa, considerados de elevada relevância para a conservação, e sendo um deles prioritário (2150*) para a conservação, resulta num impacte de elevada significância (pág. 415 do EIA);
- O elenco florístico é composto por 305 espécies, tendo-se confirmado em campo a presença de 143 espécies. Um total de 26 espécies elencadas são espécies RELAPE, das quais 11 endemismos ibéricos e 9 endemismos lusitanos, 2 delas são consideradas prioritárias para a conservação (*Jonopsidium acaule e Armeria rouyana*). A presença de 12 destas espécies foi confirmada em campo: *Santolina impressa, Dianthus broteri, Herniaria marítima, Juniperus navicularis, Cytisus grandiflorus, Stauracanthus genistoides, Ulex australis subsp. welwitschianus, Quercus suber, Thymus capitellatus, Armeria rouyana, Scrophularia sublyrata e Verbascum litigiosum*;
- O impacte de destruição de espécimes de flora caracteriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação (pág. 416 do EIA);
- Considera-se que existem impactes cumulativos também sobre a flora e vegetação referentes à destruição de coberto vegetal e degradação da flora e vegetação, tendo em consideração a presença na envolvente de outros projetos agrícolas de natureza semelhante e potenciação da dispersão de espécies exóticas invasoras no caso das estradas presentes na envolvente. Estes impactes são de magnitude elevada e elevada significância, uma vez que afetam sobretudo valores naturais de elevado valor ecológico (pág. 427 do EIA);
- O elenco faunístico é composto por 192 espécies, distribuídas da seguinte forma: 9 espécies de anfíbios (Quadro 2), 12 espécies de répteis (Quadro 2), 143 espécies de aves (Quadro 3) e 28 espécies de mamíferos (Quadro 4);
- Os impactes negativos sobre a fauna traduzem-se na perda de Habitat, perturbação e efeito de exclusão, degradação dos Habitats e aumento do risco de atropelamento (pág. 421 do EIA)
- Os principais impactes cumulativos a ter em conta para a fauna ocorrem na fase de exploração, sendo estes a mortalidade e o efeito de exclusão. Estes serão de natureza negativa, ocorrência provável, magnitude moderada, irreversível no caso da mortalidade, permanente, local ou regional (no caso de serem afetadas espécies migradores), podendo por isso ser classificados como de baixa significância (para as espécies sem estatuto de ameaça) a moderada significância (para as espécies ameaçadas) (pág. 427 do EIA).

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
Agenda 2030 ONU
sociedade justa
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

– A área do projecto apresenta algumas áreas naturais bem conservadas, que representam habitats naturais relevantes do ponto de vista da conservação (pág. 18 do RNT).

Quadro 2 - Lista das espécies de anfíbios e répteis elencados para a área de estudo. (Ocorrência: X – potencial; C - confirmada. Estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho [Cabral et al., 2006]: LC – Pouco preocupante; NE – Não avaliada; NT – Quase ameaçada).

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei		Estatuto de Conservação
				Berna	D.L. 140/99	
Bufonidae	*Bufo bufo*	Sapo-comum	X	III		LC
Bufonidae	*Epidalea calamita*	Sapo-corredor	X	II	B-IV	LC
Hylidae	*Hyla arborea*	Rela-comum	X	II	B-IV	LC
Hylidae	*Hyla meridionalis*	Rela-meridional	X	II	B-IV	LC
Pelobatidae	*Pelobates cultripes*	Sapo-de-unha-negra	X	II	B-IV	LC
Ranidae	*Pelophylax perezi*	Rã-verde	X	III	B-V	LC
Salamandridae	*Pleurodeles waltl*	Salamandra-de-costelas-salientes	X	III		LC
Salamandridae	*Salamandra salamandra*	Salamandra-de-pintas-amarelas	X	III		LC
Salamandridae	*Triturus marmoratus*	Tritão-marmorado	X	III	B-IV	LC
Colubridae	*Coronella girondica*	Cobra-lisa-meridional	X	III		LC
Colubridae	*Rhinechis scalaris*	Cobra-de-escada	X	III		LC
Lacertidae	*Acanthodactylus erythrurus*	Lagartixa-de-dedos-denteados	X	III		NT
Lacertidae	*Psammodromus algirus*	Lagartixa-do-mato	X	III		LC
Lacertidae	*Psammodromus hispanicus*	Lagartixa-do-mato-ibérica	X	III		NT
Natricidae	*Natrix maura*	Cobra-de-água-viperina	X	III		LC
Natricidae	*Natrix natrix*	Cobra-de-água-de-colar	X	III		LC
Phyllodactylidae	*Tarentola mauritanica*	Osga	X	III		LC
Psammophiidae	*Malpolon monspessulanus*	Cobra-rateira	X	III		LC
Scincidae	*Chalcides bedriagai*	Cobra-de-pernas-pentadáctila	X	II	B-IV	LC
Scincidae	*Chalcides striatus*	Fura-pastos	X	III		LC
Geoemydidae	*Mauremys leprosa*	Cágado-mediterrânico	X	II	B-II /B-IV	LC

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Quadro 3 - Lista das espécies de aves elencadas para a área de estudo. (Ocorrência: X – potencial; C – confirmada. Estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho [Cabral et al., 2006]: CR – Criticamente em Perigo, EN – Em Perigo, VU – Vulnerável, NT – Quase Ameaçado, LC – Pouco preocupante; DD – Informação Insuficiente)

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conservação
				Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Phasianidae	*Coturnix coturnix*	Codorniz	X	III				LC
Phasianidae	*Alectoris rufa*	Perdiz	X	III				LC
Phasianidae	*Phasianus colchicus*	Faisão	X	III				
Anatidae	*Tadorna tadorna*	Pato-branco	X	II	II			NE
Anatidae	*Spatula clypeata*	Pato-colhereiro	X	III	II			EN/LC
Anatidae	*Mareca strepera*	Frisada	X	III	II			VU/NT
Anatidae	*Anas platyrhynchos*	Pato-real	C	III	II			LC
Anatidae	*Anas crecca*	Marrequinha	X	III	II			LC
Podicipedidae	*Tachybaptus ruficollis*	Mergulhão-pequeno	X	II				LC
Phoenicopteridae	*Phoenicopterus roseus*	Flamingo	C	III	II	II	A-I	RE/VU
Columbidae	*Columba livia*	Pombo-das-rochas	X	III				DD
Columbidae	*Columba palumbus*	Pombo-torcaz	C					LC
Columbidae	*Streptopelia turtur*	Rola-brava	X	III				LC
Columbidae	*Streptopelia decaocto*	Rola-turca	C	III				LC
Caprimulgidae	*Caprimulgus ruficollis*	Noitibó-de-nuca-vermelha	X	II				VU
Caprimulgidae	*Caprimulgus europaeus*	Noitibó-cinzento	X	II			A-I	VU
Apodidae	*Apus pallidus*	Andorinhão-pálido	X	II				LC
Apodidae	*Apus apus*	Andorinhão-preto	X	III				LC
Cuculidae	*Cuculus canorus*	Cuco	X	III				LC
Rallidae	*Rallus aquaticus*	Frango-d'água	X	III				LC
Rallidae	*Porphyrio porphyrio*	Camão	X	II			A-I*	VU
Rallidae	*Gallinula chloropus*	Galinha-d'água	X	III				LC
Rallidae	*Fulica atra*	Galeirão-comum	C	III				LC
Otididae	*Otis tarda*	Abetarda	X	II	I/II	II	A-I*	EN
Ciconiidae	*Ciconia ciconia*	Cegonha-branca	C	II	II		A-I	LC
Threskiornithidae	*Platalea leucorodia*	Colhereiro	X	II	II	II	A-I	VU/NT
Threskiornithidae	*Plegadis falcinellus*	Ibis-preta	X	II	II		A-I	RE
Ardeidae	*Ixobrychus minutus*	Garçote	X	II			A-I	VU
Ardeidae	*Nycticorax nycticorax*	Goraz	X	II			A-I	EN
Ardeidae	*Ardeola ralloides*	Papa-ratos	X	II			A-I	CR/EN
Ardeidae	*Bubulcus ibis*	Carraceiro	X	II				LC
Ardeidae	*Ardea cinerea*	Garça-real	C	III				LC
Ardeidae	*Ardea purpurea*	Garça-vermelha	X	II			A-I	EN
Ardeidae	*Egretta garzetta*	Garça-branca	C	II			A-I	LC
Sulidae	*Morus bassanus*	Alcatraz	X	III				LC
Phalacrocoracidae	*Phalacrocorax carbo*	Corvo-marinho	C	III				LC
Recurvirostridae	*Recurvirostra avosetta*	Alfaiate	X	II	II		A-I	NT/LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

geota
Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conservação
				Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Recurvirostridae	*Himantopus himantopus*	Pernilongo	X	II	II		A-I	LC
Charadriidae	*Charadrius hiaticula*	Borrelho-grande-de-coleira	C	II	II			LC
Charadriidae	*Charadrius dubius*	Borrelho-pequeno-de-coleira	X	II	II			LC
Charadriidae	*Charadrius alexandrinus*	Borrelho-de-coleira-interrompida	X	II	II			LC
Scolopacidae	*Numenius arquata*	Maçarico-real	X	III	II			LC
Scolopacidae	*Limosa limosa*	Milherango	X	III	II			LC
Scolopacidae	*Calidris alpina*	Pilrito-de-peito-preto	X	II	II			LC
Scolopacidae	*Gallinago gallinago*	Narceja	X	III	II			CR/LC
Scolopacidae	*Actitis hypoleucos*	Maçarico-das-rochas	X	II	II			VU
Scolopacidae	*Tringa totanus*	Perna-vermelha	X	III	II			CR/LC
Glareolidae	*Glareola pratincola*	Perdiz-do-mar	X	II	II		A-I	VU
Laridae	*Larus ridibundus*	Guincho	X	III				LC
Laridae	*Larus fuscus*	Gaivota-de-asa-escura	X					VU/LC
Laridae	*Larus michahellis*	Gaivota-de-patas-amarelas	C	III				LC
Laridae	*Sternula albifrons*	Chilreta	X	II	II		A-I	VU
Tytonidae	*Tyto alba*	Coruja-das-torres	X	II		II		LC
Strigidae	*Athene noctua*	Mocho-galego	X	II		II		LC
Strigidae	*Otus scops*	Mocho-d'orelhas	X	II		II		DD
Strigidae	*Asio otus*	Bufo-pequeno	X	II		II		DD
Strigidae	*Asio flammeus*	Coruja-do-nabal	X	II		II	A-I	EN
Strigidae	*Strix aluco*	Coruja-do-mato	X	II		II		LC
Pandionidae	*Pandion haliaetus*	Águia-pesqueira	X	III	II		A-I	CR/EN
Accipitridae	*Elanus caeruleus*	Peneireiro-cinzento	X	III	II		A-I	NT
Accipitridae	*Pernis apivorus*	Bútio-vespeiro	X	III	II		A-I	VU
Accipitridae	*Circaetus gallicus*	Águia-cobreira	X	III	II		A-I	NT
Accipitridae	*Aquila fasciata*	Águia de Bonelli	X	III	II		A-I*	EN
Accipitridae	*Hieraaetus pennatus*	Águia-calçada	X	III	II		A-I	NT
Accipitridae	*Circus aeruginosus*	Águia-sapeira	X	III	II		A-I	VU
Accipitridae	*Circus pygargus*	Tartaranhão-caçador	X	III	II		A-I	EN
Accipitridae	*Accipiter nisus*	Gavião	X	III	II			LC
Accipitridae	*Milvus migrans*	Milhafre-preto	X	III	II		A-I	LC
Accipitridae	*Buteo buteo*	Águia-d'asa-redonda	C	III	II			LC
Upupidae	*Upupa epops*	Poupa	C	II				LC
Meropidae	*Merops apiaster*	Abelharuco	X	II	II			LC
Alcedinidae	*Alcedo atthis*	Guarda-rios	C	II			A-I	LC
Picidae	*Jynx torquilla*	Torcicolo	X	II				DD
Picidae	*Picus sharpei*	Peto-real	X	II				LC
Picidae	*Dryobates minor*	Pica-pau-galego	X	II				LC
Picidae	*Dendrocopos major*	Pica-pau-malhado	C	II				LC
Falconidae	*Falco tinnunculus*	Peneireiro	X	II	II	II		LC
Falconidae	*Falco subbuteo*	Ógea	X	II	II	II		VU
Falconidae	*Falco peregrinus*	Falcão-peregrino	X	III	II	I/II	A-I	VU
Oriolidae	*Oriolus oriolus*	Papa-figos	X	III	II			LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conservação
				Bern a	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Laniidae	*Lanius meridionalis*	Picanço-real	X	II				LC
Laniidae	*Lanius senator*	Picanço-barreteiro	X	II				NT
Corvidae	*Cyanopica cooki*	Charneco	C	III				LC
Corvidae	*Garrulus glandarius*	Gaio	X					LC
Corvidae	*Pica pica*	Pega-rabilonga	X					LC
Corvidae	*Corvus corax*	Corvo	X	III				NT
Corvidae	*Corvus corone*	Gralha-preta	C					LC
Paridae	*Periparus ater*	Chapim-carvoeiro	X	II				LC
Paridae	*Lophophanes cristatus*	Chapim-de-poupa	C	II				LC
Paridae	*Cyanistes caeruleus*	Chapim-azul	X	II				LC
Paridae	*Parus major*	Chapim-real	C	II				LC
Remizidae	*Remiz pendulinus*	Chapim-de-mascarilha	X	III				NT
Alaudidae	*Calandrella brachydactyla*	Calhandrinha-galucha	X	II			A-I	LC
Alaudidae	*Lullula arborea*	Cotovia-dos-bosques	X	III			A-I	LC
Alaudidae	*Galerida theklae*	Cotovia-escura	X	II			A-I	LC
Alaudidae	*Galerida cristata*	Cotovia-de-poupa	X	III				LC
Cisticolidae	*Cisticola juncidis*	Fuinha-dos-juncos	C	III	II			LC
Acrocephalidae	*Hippolais polyglotta*	Felosa-poliglota	X	III	II			LC
Acrocephalidae	*Acrocephalus scirpaceus*	Rouxinol-dos-caniços	X	III	II			NT
Acrocephalidae	*Acrocephalus arundinaceus*	Rouxinol-grande-dos-caniços	X	III	II			LC
Locustellidae	*Locustella luscinioides*	Cigarrinha-ruiva	X	III	II			VU
Hirundinidae	*Delichon urbicum*	Andorinha-dos-beirais	X	II				LC
Hirundinidae	*Cecropis daurica*	Andorinha-dáurica	X	II				LC
Hirundinidae	*Hirundo rustica*	Andorinha-das-chaminés	X	II				LC
Hirundinidae	*Riparia riparia*	Andorinha-das-barreiras	X	II				LC
Phylloscopidae	*Phylloscopus bonelli*	Felosa-de-papo-branco	X	III	II			LC
Phylloscopidae	*Phylloscopus ibericus*	Felosinha-ibérica	X	III	II			LC
Phylloscopidae	*Phylloscopus collybita*	Felosinha	X	III	II			LC
Scotocercidae	*Cettia cetti*	Rouxinol-bravo	X	III	II			LC
Aegithalidae	*Aegithalos caudatus*	Chapim-rabilongo	X	III	II			LC
Sylviidae	*Sylvia atricapilla*	Toutinegra-de-barrete	C	II	II			LC
Sylviidae	*Sylvia melanocephala*	Toutinegra-dos-valados	X	II	II			LC
Sylviidae	*Sylvia undata*	Toutinegra-do-mato	X	II	II		A-I	LC
Certhiidae	*Certhia brachydactyla*	Trepadeira	X	II				LC
Sittidae	*Sitta europaea*	Trepadeira-azul	X	II				LC
Troglodytidae	*Troglodytes troglodytes*	Carriça	C	II				LC
Sturnidae	*Sturnus unicolor*	Estorninho-preto	C	III				LC
Turdidae	*Turdus viscivorus*	Tordoveia	X	III	II			LC
Turdidae	*Turdus merula*	Melro	C	III	II			LC
Muscicapidae	*Muscicapa striata*	Taralhão-cinzento	X	II	II			NT
Muscicapidae	*Erithacus rubecula*	Pisco-de-peito-ruivo	C	II	II			LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

geota
Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conservação
				Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Muscicapidae	*Luscinia megarhynchos*	Rouxinol-comum	X	II	II			LC
Muscicapidae	*Phoenicurus ochruros*	Rabirruivo-comum	C	II	II			LC
Muscicapidae	*Phoenicurus phoenicurus*	Rabirruivo-de-testa-branca	X	II	II			LC
Muscicapidae	*Saxicola torquatus*	Cartaxo-comum	X	II	II			LC
Regulidae	*Regulus ignicapilla*	Estrelinha-real	X	II	II			LC
Estrildidae	*Estrilda astrild*	Bico-de-lacre	C	III				
Passeridae	*Passer domesticus*	Pardal	C					LC
Passeridae	*Passer hispaniolensis*	Pardal-espanhol	X	III				LC
Passeridae	*Passer montanus*	Pardal-montês	X	III				LC
Passeridae	*Petronia petronia*	Pardal-francês	X	III				LC
Motacillidae	*Motacilla flava*	Alvéola-amarela	C	II	II			LC
Motacillidae	*Motacilla cinerea*	Alvéola-cinzenta	X	II	II			LC
Motacillidae	*Motacilla alba*	Alvéola-branca	C	II	II			LC
Fringillidae	*Fringilla coelebs*	Tentilhão	X	III				LC
Fringillidae	*Coccothraustes coccothraustes*	Bico-grossudo	X	III				LC
Fringillidae	*Chloris chloris*	Verdilhão	X	II				LC
Fringillidae	*Linaria cannabina*	Pintarroxo	X	II				LC
Fringillidae	*Carduelis carduelis*	Pintassilgo	C	II				LC
Fringillidae	*Serinus serinus*	Milheira	X	III				LC
Fringillidae	*Spinus spinus*	Lugre	X	III				LC
Emberizidae	*Emberiza calandra*	Trigueirão	C	III				LC
Emberizidae	*Emberiza cirlus*	Escrevedeira-de-garganta-amarela	X	II				LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Quadro 4 - Lista das espécies de mamíferos elencados para a área de estudo. (Ocorrência: X – potencial; C – confirmada. Estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho [Cabral et al., 2006]: LC – Pouco preocupante; DD – Informação insuficiente; VU –Vulnerável)

Família	Nome científico	Nome comum	Ocorrênci	Endemismo	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conser-vação
					Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Cervidae	*Cervus elaphus*	Veado	X		III				LC
Suidae	*Sus scrofa*	Javali	C						LC
Canidae	*Vulpes vulpes*	Raposa	X				D		LC
Felidae	*Felis silvestris*	Gato-bravo	X		II		A - II	B-IV	VU
Herpestidae	*Herpestes ichneumon*	Sacarrabos	X		III			B-V / D	LC
Mustelidae	*Lutra lutra*	Lontra	X		II		A - I	B-II / B-IV	LC
Mustelidae	*Martes foina*	Fuinha	X		III				LC
Mustelidae	*Meles meles*	Texugo	X		III				LC
Mustelidae	*Mustela putorius*	Toirão	X		III			B-V	DD
Viverridae	*Genetta genetta*	Geneta	X		III			B-V	LC
Molossidae	*Tadarida teniotis*	Morcego-rabudo	X		II	II		B-IV	DD
Vespertilionidae	*Eptesicus serotinus*	Morcego-hortelão-escuro	X		II	II		B-IV	LC
Vespertilionidae	*Nyctalus lasiopterus*	Morcego-arborícola-gigante	X		II	II		B-IV	DD
Vespertilionidae	*Nyctalus leisleri*	Morcego-arborícola-pequeno	X		II	II		B-IV	DD
Vespertilionidae	*Pipistrellus kuhlii*	Morcego de Kuhl	X		II	II		B-IV	LC
Vespertilionidae	*Pipistrellus pipistrellus*	Morcego-anão	X		II	II		B-IV	LC
Vespertilionidae	*Pipistrellus pygmaeus*	Morcego-pigmeu	X		II	II		B-IV	LC
Erinaceidae	*Erinaceus europaeus*	Ouriço-cacheiro	X		III				LC
Leporidae	*Lepus granatensis*	Lebre	C	Ibérico	III				LC
Leporidae	*Oryctolagus cuniculus*	Coelho-bravo	X						NT
Cricetidae	*Microtus cabrerae*	Rato de Cabrera	X	Ibérico	II			B-II / B-IV	VU

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

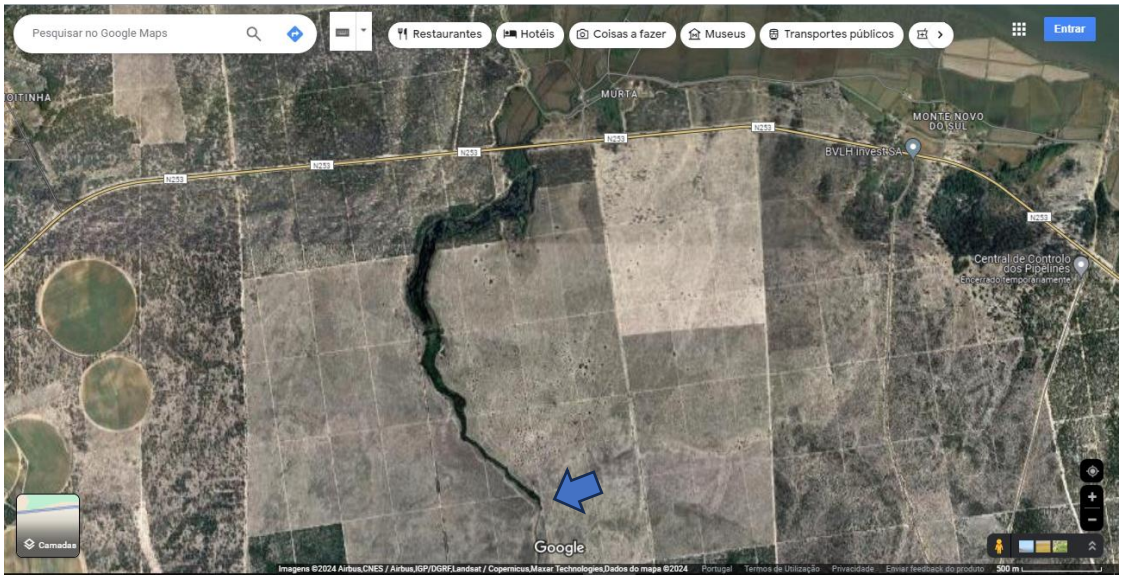
Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

3)Açude da Murta (ZPE)

Trata-se de um açude com água doce, fulcral para avifauna e mamofauna, que é alimentado quer por escorrências superficiais após as chuvas quer pelo escoamento de base do aquífero freático.

A nascente que mantém este açude com água ao longo de todo o ano pode ser observada nas imagens seguintes e encontra-se assinalada pela seta azul. Na imagem do Google maps, a linha de água após a nascente possui água corrente até ao açude. No modelado topográfico (2ª imagem) verificamos que a nascente surge por intersecção do nível freático devido a um desnivelamento da topografia.



Fonte: https://www.google.com/maps/@38.3976646,-8.7108521,4922m/data=!3m1!1e3?entry=ttu

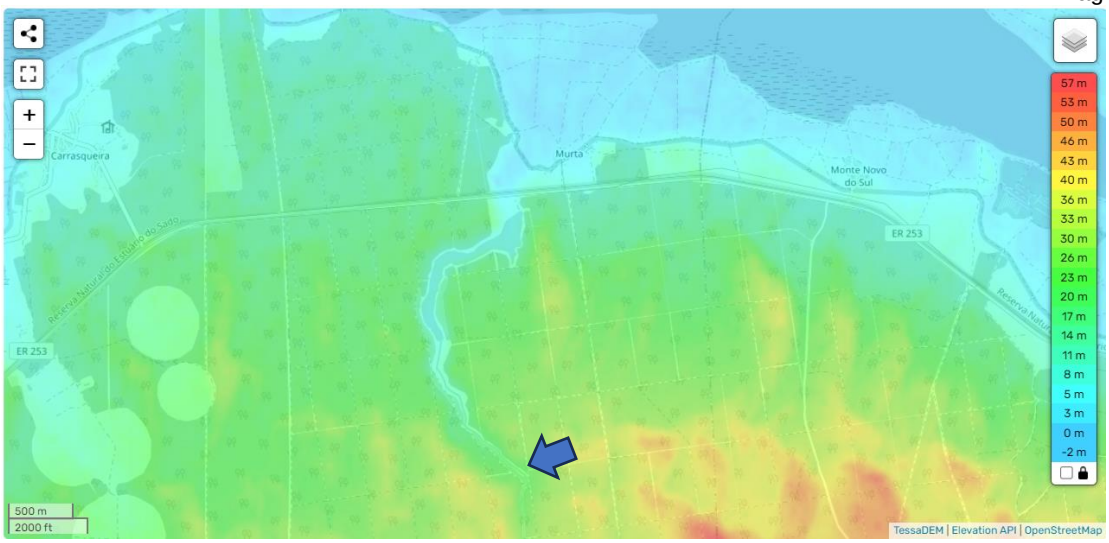
Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981



Fonte: https://pt-pt.topographic-map.com/map-tzls8/Alentejo/?center=38.35162%2C-8.65742&zoom=12&base=6

Do ponto de vista hidrogeológico, o aquífero livre está conectado hidraulicamente com um aquífero mais profundo, semi-confinado a confinado dependendo da distribuição e confinamento de leitos argilosos.

Entre estes aquíferos há fluxos verticais (drenância vertical), cujo sentido do fluxo depende da relação de potenciais hidráulicos, ou seja, da relação entre a cota do nível freático (1º aquífero livre) e a cota do nível piezométrico (2º aquífero semiconfinado a confinado). O fluxo vertical da água dá-se sempre da cota mais elevada para a cota mais baixa. O mesmo é dizer que se a cota do nível do aquífero freático for mais elevada que a cota do nível piezométrico do 2º aquífero, a água desloca-se no sentido descendente do 1º para o 2º aquífero. Se a cota do nível piezométrico do 2º aquífero for mais elevada que o nível freático do 1º aquífero, a água desloca-se no sentido ascendente do 2º para o 1º aquífero.

O projecto prevê a construção de 34 captações, 17 captações subterrâneas a efetuar a grande profundidade (>100 m), no 2º aquífero, com caudais de exploração compreendidos entre os 20 l/s e 40 l/s (72 m3/h a 144 m3/h) e 17 captações subterrâneas a efetuar a pequena profundidade (<50 m), furos curtos no 1º aquífero, com caudais de exploração da ordem dos 5 l/s (18 m3/h).

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

A captação dos furos curtos ocorrerá nos meses de Inverno e a captação dos furos profundos ocorrerá durante todo o ano. O volume máximo de captação de água subterrânea será de 3,22 hm^3/ano.

Os cones de rebaixamento gerados por este volume de extracção levarão a que a água do aquífero freático seja drenada para o aquífero mais profundo e a nascente do açude ficará seca!

A vulnerabilidade do aquífero livre é elevada, pelo que a **aplicação de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos** (inseticidas, acaricidas, fungicidas, herbicidas) para a plantação de pêra-abacate, **afectará a qualidade da água superficial e subterrânea**, consequentemente **a qualidade da água que escoa para o açude podendo colocar as espécies em risco**.

4)Intrusão salina

Contrariamente ao piezómetro 466/42, do lado W das herdades, que tem a sua última medição no ano 1994, o piezómetro 476/21 (Furo vertical – RA4 - Cachopos) do SNIRH da APA encontra-se ativo e localiza-se na proximidade das herdades, do lado E (ver figura).



Tem 150 m de profundidade e capta entre os 73 e 145 m, a mesma profundidade onde se prevê que captem os furos profundos. No período entre o ano de 2004 e 2023, observa-se uma tendência de descida na série piezométrica, sendo esta mais acentuada para os últimos 6 anos de observação. Se compararmos o ano hidrológico de 2012-2013 com os dois últimos anos hidrológicos 2021-2022 e 2022-2023 (ver figuras abaixo), verificamos que para Julho e Agosto a cota do nível piezométrico é agora <-3 m, ou seja, situa-se 3 m abaixo do nível do mar. Esta é a situação actual sem o efeito da exploração prevista neste projecto!

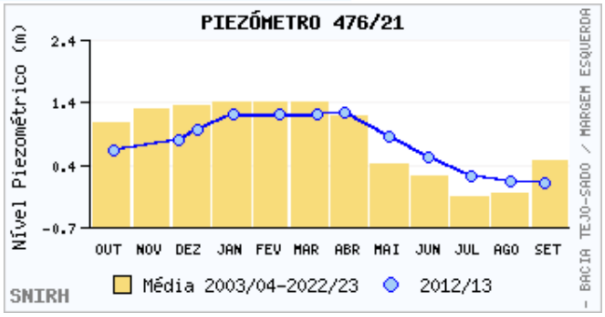
Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

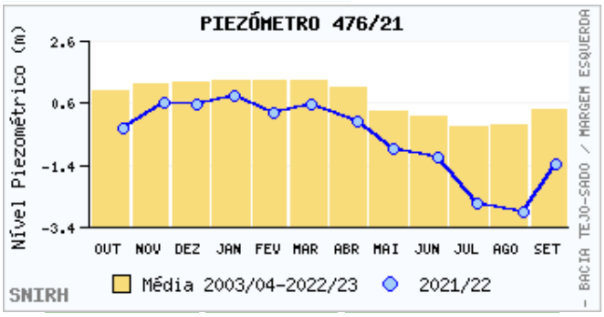
com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

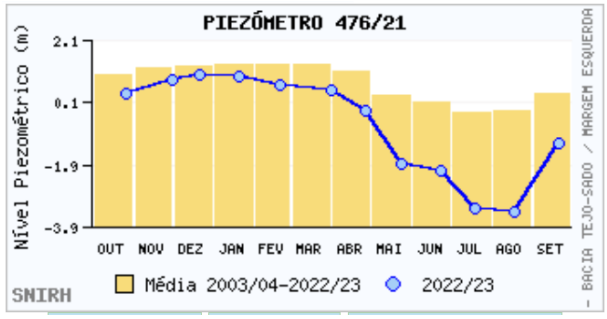
negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981







Quando se afirma no EIA que se pretende "não induzir o avanço da cunha salina, pois serão evitados rebaixamentos significativos pelo sistema de captação, sendo estes tendencialmente, limitados ao nível do mar" já não é possível cumpri-lo porque, actualmente, conforme demostra o piezómetro de Cachopos, a cota piezométrica do 2º aquífero para aquele local e nos meses de Verão já está 3 m abaixo do nível do mar.

A tendência de cotas abaixo do nível médio das águas do mar observa-se, igualmente, nos furos da Mitrena e de Alcácer do Sal junto ao rio Sado. Veja-se o piezómetro 466/21 no SNIRH, localizado em Mitrena - Moinho Novo, onde o nível piezométrico se encontra a -15 m de cota, ou seja, 15 m abaixo do nível do mar e o piezómetro 476/257 de Alcácer do Sal que chegou a atingir os -24 m em Setembro de 2023. Na Mitrena alguns furos já estão salinizados por sobreexploração que manteve cotas sistematicamente negativas no aquífero profundo. Níveis piezométricos abaixo do nível do mar levam inevitavelmente à intrusão salina do aquífero!

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

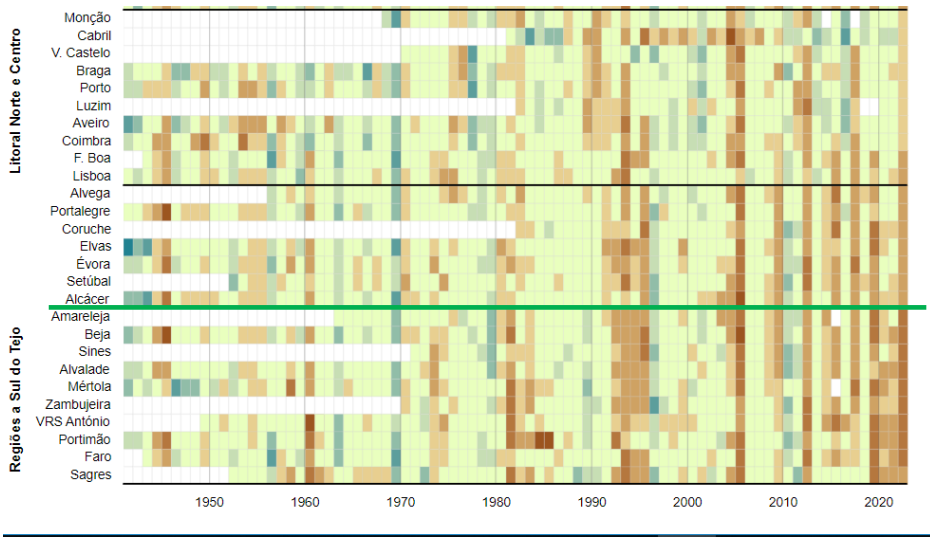
Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

5) Alterações Climáticas nos recursos hídricos

Estudos recentes de Proença de Oliveira et al. (2021) para a APA apontam, na bacia do Sado, para uma redução efectiva de 14% da precipitação e de 31% do escoamento superficial anual no período 1981 - 2016 face ao período anterior. As projecções para a bacia do Sado apontam para reduções da precipitação entre 10 e 25% de acordo com o cenário climático menos ou mais gravoso e reduções do escoamento superficial entre 19 e 50 %, respectivamente, para o cenário climático menos ou mais gravoso. Acresce que com o aumento da temperatura teremos aumento da evapotranspiração que contribuirá para diminuir as disponibilidades hídricas. A água disponível para se infiltrar e constituir recarga de aquíferos será muito menor.

Os ecossistemas aquáticos e terrestres e a flora e fauna neles integrados estão a sofrer grande stress hídrico com a redução dos escoamentos superficiais e o abaixamento dos níveis freáticos, apenas pelo efeito das alterações climáticas.

Nos últimos anos 8 anos tivemos 6 secas na região de Alcácer do Sal (ver figura abaixo) com precipitações anuais a variar entre 400 a 500 mm (L/m2).



Fonte: https://www.ipma.pt/pt/oclima/observatorio.secas/pdsi/apresentacao/evolu.historica/

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

A confirmá-lo temos, também, os níveis das albufeiras do Pêgo do Altar, localizada na ribeira de Santa Catarina e, do Vale de Gaio, localizada na ribeira do Xarrama, que apesar de possuírem na sua totalidade uma capacidade de armazenamento de 148,6 hm^3, têm mantido volumes baixos de armazenamento.

Este é o novo normal, pelo que os modelos de gestão e a tomada de decisão devem ser actualizados. Os desafios que se colocam à conservação da natureza têm de incorporar esta nova realidade! **Os ecossistemas estão a ser severamente impactados pelas alterações climáticas. Mesmo sem a implementação do projecto, o açude da Murta corre o risco de desaparecer, bem como as espécies que dele dependem!**

Conclusão:

Com este parecer negativo, o GEOTA considera que o projeto do **Projeto Agroflorestal deve ser reprovado.**

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



76900_Parecer para 2a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e.pdf

Atualmente, tem sessão iniciada como mariantunes95@gmail.com
Maria Antunes
Alterar conta
OK

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

No âmbito do procedimento de consulta pública do Projeto Agroflorestal da Herdade de Murta e Monte Novo reformulado, venho expressar a minha **veemente discordância** com o projeto e com o respetivo Estudo de Impacto Ambiental, considerando que este deve ser reprovado.

A empresa Expoente Frugal, Lda. do grupo Aquaterra.farm pretende implantar 658,44 ha de abacate nas Herdades de Murta e de Monte Novo em Alcácer do Sal onde se situa o Açude da Murta, um spot de biodiversidade que fornece água doce a inúmeras espécies de avifauna e mamofauna. Este açude está integrado em Zona de Protecção Especial (ZEP) da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta-Galé da Rede Natura 2000.

1) Açude da Murta

O Açude da Murta represa, através de um dique e comportas, a água de escorrência superficial gerada após as chuvas e a água proveniente de uma nascente do aquífero freático.

O aquífero freático está conectado hidraulicamente com o aquífero mais profundo existindo fluxos verticais entre ambos.

Na reformulação do EIA foram eliminados 2 furos, um superficial e um profundo, de um total de 34 furos, preparando-se a empresa para instalar 32 furos, 16 a extrair no aquífero superficial e 16 a extrair no aquífero profundo. A captação dos furos curtos ocorrerá nos meses de Inverno, uma medida anti-geada para este fruto subtropical, e a captação dos furos profundos ocorrerá durante todo o ano.

É apontado como permitido pela APA/ARH Alentejo um volume total de extracção de 2,858 hm^3/ano (2 858 000 000 de litros por ano) para rega. Este volume tem em conta taxas de recarga de 26 a 30 % da precipitação e não resulta de modelação hidrogeológica, nem da comparação da simulação de diversas taxas de recarga com os níveis reais de água subterrânea. É apenas uma estimativa empírica e grosseira! No EIA não são apresentados os níveis/superfícies de água dos aquíferos superficial e profundo, nem a localização, volumes de água captados e níveis dos furos existentes na envolvente nos inúmeros projectos agrícolas e turísticos que já destruíram pelo menos 30 % da ZEC Comporta - Galé.

Alerta-se que os cones de rebaixamento gerados pelo volume de extracção previsto levarão a que a água do aquífero freático seja drenada para o aquífero mais profundo e a nascente que mantém o açude ficará seca!

A vulnerabilidade à poluição do aquífero livre é elevada, pelo que a aplicação de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos (inseticidas, acaricidas, fungicidas, herbicidas) para a plantação de pêra-abacate afectará a qualidade da água superficial e subterrânea,

consequentemente a qualidade da água que escoa para o açude podendo colocar as espécies em risco.

Os impactes cumulativos quer na quantidade quer na qualidade de água dos diversos projectos agrícolas existentes na área colocam em risco esta reserva estratégica de água subterrânea para o abastecimento público!

2) Alterações climáticas

Estudos recentes de Proença de Oliveira et al. (2021) para a APA apontam, na bacia do Sado, para uma redução efectiva de 14% da precipitação e de 31% do escoamento anual superficial no período 1981 - 2016 face ao período anterior. As projecções para a bacia do Sado para o cenário climático menos ou mais gravoso apontam para reduções da precipitação entre 10 e 25% e do escoamento superficial entre 19 e 50 %, respectivamente. Acresce que com o aumento da temperatura teremos aumento da evapotranspiração que contribuirá para diminuir as disponibilidades hídricas. As culturas regadas exigirão mais água. A água disponível para se infiltrar e constituir recarga de aquíferos será muito menor.

Os ecossistemas aquáticos e terrestres e a flora e fauna neles integrados vão sofrer grande stress hídrico com a redução dos escoamentos superficiais e o abaixamento dos níveis freáticos pelo efeito das alterações climáticas.

Nos últimos anos 8 anos tivemos 6 secas na região de Alcácer do Sal (Figura 5) com precipitações anuais a variar entre 400 a 500 mm (L/m^2).

A confirmá-lo temos, também, os níveis das albufeiras do Pêgo do Altar, localizada na ribeira de Santa Catarina e do Vale de Gaio, localizada na ribeira do Xarrama, que apesar de possuírem na sua totalidade uma capacidade de armazenamento de 148,6 hm^3, têm mantido volumes baixos de armazenamento.

Este é o novo normal, pelo que os modelos de gestão e a tomada de decisão devem ser actualizados. Os desafios que se colocam à conservação da natureza têm de incorporar esta nova realidade! Os ecossistemas estão a ser severamente impactados pelas alterações climáticas. Mesmo sem a implementação do projecto em avaliação, o açude da Murta corre o risco de desaparecer, bem como as espécies que dele dependem!

3) Desarticulação entre políticas públicas e a actuação das instituições do estado português

Do ponto de vista legal, o açude da Murta goza de protecção estando integrado na Rede Natura 2000 como Zona de Protecção Especial (ZEP) dentro da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta-Galé. A proposta de Plano de Gestão da ZEC - Zonas Especiais

de Conservação em Portugal Continental – da Comporta Galé já passou a fase de consulta pública e espera-se a sua entrada em vigor para breve com a publicação de um diploma legal. No Plano de Gestão, elaborado pelo ICNF e consultável em https://www.icnf.pt/api/file/doc/5f7af6f44403235f, refere-se e passa-se a citar:

"A ZPE Açude da Murta (PTZPE0012) está situada nas margens do rio Sado, e apresenta uma vegetação densa de caniçal e pequenos núcleos de salgueiral, encontrando-se na envolvente uma grande extensão de áreas dunares e pinhal. Apresenta importância para colónias de garças-brancas-pequenas (Egretta garzetta), e garças-boeiras (Bubulcusibis) e para nidificação de garças-vermelhas (Ardea purpurea). Apresenta também boas concentrações de passeriformes em passagem migratória e alberga números significativos de patos invernantes. As orientações de gestão para esta ZPE são dirigidas principalmente para as aves aquáticas, passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas. Neste âmbito, encara-se como fundamental a manutenção da diversidade de habitats e a boa qualidade dos recursos hídricos, nomeadamente através da promoção e uso sustentável dos recursos existentes, assegurando a competitividade económica e social das atividades e a promoção do conhecimento e sensibilização para o valor da ZPE (Plano Setorial da Rede Natura 2000 – Ficha PTZPE0012)."

A prática mostra sucessivas aprovações de projectos agrícolas e turísticos pela CCDR Alentejo, na maioria dos projectos como autoridade de EIA, permitindo a destruição de 30% da área da ZEC Comporta – Galé e o consumo excessivo de recursos hídricos.

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Parecer para Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R)

No âmbito do procedimento de consulta pública sobre a Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN), o Tagis - Centro de Conservação das Borboletas de Portugal, organização não governamental de ambiente e associação sem fins lucrativos, vem por este meio opor-se à realização deste projeto de monocultura de pera-abacate de regadio intensivo.

Embora o projeto tenha sido reformulado para incluir medidas de minimização e valorização visando a conservação dos habitats e espécies com valor de conservação, consideramos que estas medidas são insuficientes. A adição de tais medidas, não compensa o impacto global e a pressão significativa que o projeto terá sobre os habitats naturais e os recursos hídricos da região.

Ainda que tenha sido proposta uma redução da área total de intervenção em 70,87 hectares, a área de plantação de abacates permanece significativa, com 658,44 hectares, além de 76,04 hectares destinados a estruturas e infraestruturas de apoio. A escala do projeto ainda representa uma ameaça considerável para a integridade ecológica da ZEC Galé/Comporta.

O impacto potencial do projeto sobre os habitats naturais e espécies protegidas não pode ser subestimado. A relocalização e/ou eliminação de algumas infraestruturas não neutraliza os danos causados pela conversão de uma área tão vasta em monocultura. As Zonas Especiais de Conservação são áreas designadas para a proteção da biodiversidade e a introdução de uma monocultura intensiva contraria este objetivo.

Apesar da pequena redução proposta no consumo anual de recursos hídricos, a produção de abacates continua a ser uma monocultura tropical com elevadas necessidades hídricas. Este tipo de cultivo é desajustado às condições climáticas atuais e futuras de Portugal, exacerbando a pressão sobre os recursos hídricos, que já são limitados e sujeitos a variabilidades climáticas extremas. Calcula-se que o volume de água subterrânea extraída por ano corresponderá a mais de 2850 milhões de litros, alterando de vez o equilíbrio do aquífero e consequentemente pondo em risco o açude da Murta, um spot de biodiversidade que suporta inúmeras espécies de aves, mamíferos e insetos, que são base do ecossistema e cadeias alimentares. Este açude está integrado em Zona de Proteção Especial dentro da ZEC Comporta/Galé integrado na Rede Natura 2000.

É de lamentar que, num contexto de alterações climáticas, se continue a permitir a produção intensiva de espécies tropicais em Portugal. Este projeto, portanto, parece desconsiderar a adaptação necessária às condições climáticas emergentes. Acreditamos que as medidas propostas são insuficientes para mitigar os impactos negativos significativos numa área protegida como a ZEC Comporta/Galé em plena Rede Natura 2000, e por isso discordamos com a realização deste projeto.

Atenciosamente,

Cândida Ramos

Lisboa, 9 de julho de 2024

tagis
Centro de Conservação das Borboletas de Portugal

Tagis - Centro de Conservação das Borboletas de Portugal
Rua das Portas de Évora, 3
7480 - 153 Avis
http://www.tagis.pt/
@tagispt

zero.

parecer

Parecer relativo à Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R)

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, com base na consulta dos documentos disponibilizados no portal Participa, vem por este meio apresentar o seu parecer relativo ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA) Reformulado do Projeto Agroflorestal das HM-MN.

Notas relativas a limitações à participação pública

Entre os ficheiros disponibilizados existem vários que não é possível consultar, apresentando uma de dimensão de zero quilobytes (0 kb), é o caso dos seguintes:

- Anexos Técnicos , anexo 1.3 "20240214_MAIL_PROM_CCDRA_ACEITACAO_PARECER_CA"
- Anexos Técnicos, anexo 2.1 "20240326_REUNIÃO_CMAS_ARTIGO16_v02_sem_aprovacao"
- Anexos Técnicos, anexo 4.3 A "Anexo 2 - Carta de tipos de habitat alvo_1221"
- Ficheiros georreferenciados:
- "InfraestruturasApoioProjecto_v6_20240419"
- "NaoExisteHabitat",
- "CartografiaMurtaMteNovo_23062023_INTERS_Cadastro",
- "CartografiaMurtaMteNovo_09012023_INT_Cadastro_DGT_20230213",
- "Desconhecido",
- "Habitats06",
- "CartografiaMurtaMteNovoCampanha2015a2024_20240313_opcaoB",
- "Cadastro_DGT_20230213_INT_HdC_Flora_LVFV",
- "CartografiaMurtaMteNovo_09012023_INT_Cadastro_DGT_20230213",
- "FloraRelapeCartadensidadesCytisusSantolinaArmeria_20240206",
- "Pontos_INV_MT_MN_MS_Join_Excel",
- "Pontos_Flora_20240223",
- "CartografiaMurtaMteNovo_09012023_INT_Cadastro_DGT_20230213",
- "Murta_e_Monte_Novo_v1_INT_Cadastro_DGT_20230213",
- "CartografiaMurtaMteNovo_23062023_INTERS_Cadastro",
- "habitas_murta_monte_novo",
- "RESUMO_SAIDA_CAMPO_20240307_wgs84" e
- "SemLevantamento"

A impossibilidade de consulta de documentos e de ficheiros georreferenciados associados à reformulação do projeto põe em causa a análise, já de si limitada dado o reduzido período de consulta pública.

Tendo em conta a natureza do projeto em questão, no seu contexto geográfico, e a contestação social ao mesmo, deveria a Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ter optado por uma forma de participação pública mais propensa à transparência e ao envolvimento do público interessado, atendendo ponto 3 do artigo 29.º do Regime Jurídico (RJ) de AIA. A opção pelos requisitos mínimos de participação pública, a nosso ver, não faz jus ao

contexto específico do projeto em avaliação, com consequências potencialmente graves para os bens públicos e causa e para a paz social.

Considerações gerais sobre a reformulação do projeto

Tendo em conta o parecer da CA, o projeto necessitaria de uma "(a)*lteração muito substancial da área agrícola, incluindo infraestruturas e edificações*", o que, na opinião da ZERO, deveria resultar de um novo projeto de execução e, por conseguinte, um novo procedimento de AIA. A mera alteração do projeto apresentado não aparenta dar resposta adequada às conclusões da avaliação técnica do EIA, pelo que a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) deveria ter sido desfavorável. Contudo, perante o sentido desfavorável do parecer final da Comissão de Avaliação (CA), considerou a Autoridade de AIA não se pronunciar no mesmo sentido, optando pela interrupção do procedimento de AIA para que o promotor pudesse apresentar uma modificação do projeto, ao abrigo dos pontos 2 e 3 do artigo 16.º do RJ AIA.

O EIA reformulado apresenta uma redução da área a infraestruturar e da área de conversão de espaço florestal em espaço agrícola, no entanto a magnitude das intervenções continua a ser bastante significativa, sobretudo tendo em conta a sua localização em Rede Natura 2000. A reformulação acaba por não alterar a natureza do projeto, mantém a sua grande escala e os vários elementos alterados não são objeto de avaliação. As estruturas do armazém de apoio agrícola e de alojamento de trabalhadores foram deslocalizadas para a malha urbana de Alcácer do Sal, no entanto não foi apresentado no EIA o seu projeto de execução. Sendo parte integrante do projeto, importa que estas sejam avaliadas conjuntamente para aferir os seus impactes numa perspetiva de conjunto. A apresentação destes projetos posteriormente à emissão da DIA impossibilita a existência de uma avaliação adequada. A dependência da celebração de protocolo com a Câmara Municipal de Alcácer do Sal, sem que haja indicações claras sobre o seu conteúdo, impede qualquer tipo de apreciação fundamentada sobre os efeitos destas componentes do projeto.

Impactes negativos na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé continuam expressivos

A tendência de transformação antrópica da ZEC Comporta / Galé é notória, pelo que deverão existir critérios excecionalmente restritivos quanto a novos projetos que resultem na intensificação do uso do solo em áreas de grande dimensão. A degradação das funções de proteção da biodiversidade em área protegida não podem ser compensáveis e as medidas de mitigação necessitam de ter uma eficácia garantida, tanto ao nível da adequação das medidas como na capacidade de acompanhamento por parte das entidades públicas competentes em fase de pós-avaliação. Neste ponto, é fundamental reconhecer a realidade, em que existe uma incapacidade das entidades públicas fazerem um acompanhamento e avaliação adequadas a medidas de mitigação numerosas e tecnicamente complexas, que se multiplicam como resultado de processos de AIA com DIA favorável condicionada. A assunção desta limitação real, deverá informar a aplicação dos princípios da prevenção e da precaução e, consequentemente, a uma decisão desfavorável na avaliação de projetos que dependam medidas numerosas, exigentes e ambiciosas para que os seus impactes negativos não sejam significativos – sobretudo quando evoquem dúvidas legítimas quanto à sua exequibilidade e eficácia na ausência de acompanhamento idóneo e isento. Há que ter igualmente em conta que, dos esforços de acompanhamento na fase de pós-avaliação, incorrem custos suportados publicamente, não internalizados pelos promotores.

O Projeto Agroflorestal das HM-MN estabelece uma área de implementação de mais de 730 hectares (ha) integralmente na ZEC Comporta / Galé, com uma área de infraestruturas superior a 70 ha e uma conversão de espaço florestal em espaço agrícola de cerca de 658 ha.

As medidas de minimização propostas estão divididas no EIA em medidas específicas, que consistem em medidas de mitigação, e medidas de valorização (MV), que poderão ser interpretadas como medidas de compensação, visto não serem integrantes ao modo de produção adotado pelo projeto e visarem compensar os impactes residuais. Quanto a estas últimas, não se encontram diferenciadas no EIA (vide ponto 5 – "Medidas de Minimização e/ou Valorização", pp.230-240 do Relatório Síntese), depreende-se que serão correspondentes ao ponto 5.2.1.1. As

medidas propostas padecem dos dois problemas fundamentais, mencionados supra. Por exemplo, a medida FE49 e a FE50 são medidas cuja aferição da eficácia depende de um acompanhamento exigente na fase de pós-avaliação. A medida FE51 é de eficácia muito duvidosa, dado que a preservação dos valores botânicos na entrelinha da cultura do abacate continua a sujeitar os habitats potenciais de interesse a uma fragmentação e à natural ocorrência de regimes de distúrbios e alteração das condições edáficas, resultado das operações agrícolas, da circulação de máquinas e da utilização de fertilizantes e de pesticidas, pondo em causa o esforço de conservação.

A modificação do projeto não é passível de contornar os seus problemas de raiz, sendo expectável que resulte em impactes significativos a muito significativos na biodiversidade.

Persistem questões fundamentais sobre a sustentabilidade do uso da água

Ao nível do uso de água subterrânea, a reformulação do projeto prevê uma redução do volume a captar anualmente, em conformidade com os limites indicados pela Administração de Região Hidrográfica (ARH) do Alentejo, de 2,868 hm³. No entanto, é fundamental ter em conta a situação atual de risco de sobre-exploração dos recursos hídricos subterrâneos, fator crítico para a sustentabilidade as atividades que se desenrolam no território e os seus ecossistemas. Em também importante frisar a dimensão do uso da água, não só por este projeto mas cumulativamente com outros pertencentes ao Grupo Aquaterra. Caso o projeto se desenvolva, o Grupo Aquaterra terá um usufruto dos recursos hídricos cerca de 7 vezes superior ao fornecimento dos sistemas públicos urbanos observado no Concelho de Alcácer do Sal em 2021 (INE, 2023) e correspondente a aproximadamente 19% do uso no AH do Vale do Sado no ano de 2022 (DGADR, 2023).[1] [2]

O reajuste da área de conversão para regadio, segundo o EIA, deve-se ao limite de extração de 2,868 hm³/ano de água subterrânea – com margem considerada de 0,05 hm³/ano - imposto pela ARH do Alentejo, assumindo um fornecimento adicional de água a partir do AH do Vale do Sado de 1,139 hm³/ano, e uma dotação de 5997 m³/ha/ano para as necessidades da monocultura de abacate (incluindo o sistema anti-geada).

Segundo o parecer da CA, o projeto estará sempre condicionado à possibilidade de revisão dos volumes a captar, um risco emergente dada a situação do aquífero. No relatório de Maio de 2024 da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, a Bacia do Tejo-Sado / Margem Esquerda continuava retratada como estando entre as massas de água subterrânea com níveis piezométricos significativamente inferiores aos valores médios mensais, sendo considerada uma massa de água em situação crítica. Pode ler-se que "(n)*o mês em análise, os níveis de água subterrânea, nas estações monitorizadas, permanecem significativamente baixos e inferiores ao percentil 20. Ao longo do tempo, os níveis piezométricos apresentam uma tendência de descida, encontrando-se inferiores aos níveis da seca de 2005, sendo a situação das águas subterrâneas, no corrente ano hidrológico, mais grave que no ano de 2005 e, significativamente, mais desfavorável que na seca de 2022. Observa-se na bacia do Sado uma estação (476/21) que indiciava um início de recuperação, contudo, neste mês regista uma tendência de descida, apresentando valores inferiores ao nível médio da água do mar*."[3] Esta estação encontra-se no concelho de Alcácer do Sal.

A dotação considerada para a área agrícola a implementar é de 5997 m³/ha/ano. A Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) aponta, no parecer final da CA (antes das modificações ao projeto), que "*a dotação de referência anual assumida (é) de 5.997 m3/ha/ano, em rega gota a gota e a anti-geada, o que se considera abaixo do expetável tendo em conta as tabelas com dotações de referência, disponibilizados pela DGADR, para a medida de intervenção do uso eficiente da água*", cujas dotações médias excedem o considerado para a ano médio

[1] INE (2023). Água distribuída (Série 2011) (m³) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento

[2] DGADR (2023). Aproveitamentos Hidroagrícolas do Grupo II do Continente: Culturas e Áreas Regadas em 2022

[3] Reunião de 31 de Maio de 2024 da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca: https://www.gpp.pt/images/Estatisticas_e_analises/Analises/MonitorizaSeca/Relatorio_Monitorizacao_maio_2024.pdf

em 130 m³/ha/ano e em mais de 720 m³/ha/ano para ano seco. [4] Isto significa que não foi usado um critério conservador, já que, para ano seco, poderemos estar a falar de uma necessidade adicional de 476 000 m³/ano, face ao que foi tido em conta no dimensionamento da área a irrigar – muito superior à margem de 50 000 m³/ano considerada para as captações subterrâneas. Considerando que estamos a falar de uma cultura permanente, não poderá a área irrigada ser ajustada em adaptação a necessidades maiores (associadas a maior evapotranspiração) ou à existência de perdas no sistema, criando um potencial conflito entre o cumprimento dos volumes máximos a extrair com a produtividade e até com a própria sobrevivência do pomar.

Por outro lado, é assumido, no dimensionamento da área agrícola do projeto, que existe um fornecimento de água superficial garantido de 1,139 hm³/ano, advindo do AH do Vale do Sado. As declarações da Associação de Beneficiários do Vale do Sado (ABVS) que a área beneficiada pelo perímetro de rega, em ano normal, teria acesso a uma dotação média de 15000 m³, mas esta área não corresponde às parcelas a regar pelo projeto e o volume disponível refere-se a ano médio, podendo estar sujeito a ajustes após anos secos sucessivos.

O acesso do projeto a água superficial para rega só se torna possível em dois cenários: i) a água teria de ser cedida a título precário ou ii) o próprio perímetro de rega do AH do Vale do Sado teria de ser revisto. Quanto a i), o regime de precário não é adequado ao fornecimento de água a culturas permanentes, pois deverá depender de uma ponderação anual. Ademais, o Despacho nº2/2023 (Ministério da Agricultura e Alimentação), que revoga o Despacho nº17/2019, encarrega a DGADR (autoridade do regadio) a "*diligenciar no sentido de não serem concedidas autorizações para o fornecimento de água a título precário para* (...) *novas instalações de culturas permanentes*", inviabilizando esta pretensão. Já ii), implicaria o desencadear de um processo de revisão dos limites do perímetro de rega do AH de Vale do Sado para retirar uma área de 185 ha da ZEC do Estuário do Sado para a beneficiar uma área equivalente na ZEC Comporta / Galé, o que é dificilmente justificável tendo o contexto de outros perímetros de rega (como o Perímetro de Rega do Mira) cujo o uso e ocupação do solo associado às práticas de regadio se encontra em conflito com os objetivos das áreas sensíveis onde se localizam. Adicionalmente, os 15000 m³/ha/ano de água superficial disponível são considerados para um ano médio, novamente negligenciando uma margem de segurança, levando ao dimensionamento da área a regar mais conservador, a contar com anos secos em que possa ser necessárias reduzir as dotações.

Parca avaliação da influência na socieconomia local e omissão relativas à avaliação de alternativas

Continua a não existir uma avaliação clara da valência socioeconómica para as populações locais, assim como potenciais impactes negativos, atendendo às dinâmicas sócio-laborais que se observam em monoculturas de regadio de grande dimensão noutras partes do país.

Não existe uma efetiva ponderação de alternativas à configuração do projeto, algo que se justificaria dada a manifesta desadequação da implementação de sistemas agrícolas do tipo industrial em área sensível. Na aparente incapacidade de implementar este projeto fora da ZEC Comporta / Galé – algo que carece de justificação, pois a capacidade de investimento do promotor faria supor que poderia ter escolhido localizações menos condicionadas para desenvolver o projeto – as alternativas de localização continuarão, previsivelmente, a ter impactes em componentes ambientais críticas.

Também não é claro o porquê do descarte do modo de produção biológico (MPB), pois parte do princípio que o sistema agrícola se manteria, apenas havendo uma ponderação da viabilidade das práticas tendo em conta os objetivos de produção inicial. O MPB deve ser aplicado no próprio desenho do sistema agrícola, não devendo resultar na escolha de monoculturas, antitéticas há criação de um agroecossistema diverso espácio-temporalmente, que deve ter em conta, logo à partida, as condicionantes e oportunidades do ecossistema pré-

[4] Para a zona 5: Alto Alentejo, conforme o indicado pela DGADR: https://www.dgadr.gov.pt/eficiencia-hidrica/intervencao-uso-eficiente-da-agua-uea

existente. Não existe qualquer ponderação entre sistemas agrícolas diferentes, estando a análise presa na comparação entre práticas para a gestão de monoculturas.

Conclusões e sentido do parecer

A ZERO considera que não existem alterações de substância ao projeto que possam obviar os impactes significativos assinalados na iteração anterior.

A planificação do uso dos recursos hídricos continua a padecer de uma atitude pouco preventiva, que é indispensável na conjuntura atual e tendo em conta os cenários climáticos previsíveis. A disponibilidade inicial da água que se considera na base do dimensionamento do projeto não está – no caso das origens superficiais – sequer garantida, com a agravante de também os recursos subterrâneos estarem em vias de virem a ser condicionados. A opção por uma cultura permanente, com necessidades significativas de água, soma a esta equação problemática, favorecendo a geração de conflitos entre usos e a boa gestão do recurso.

Apesar da diminuição da área abrangida pelo projeto dentro da ZEC Comporta / Galé, a dimensão do sistema agrícola industrial a instalar não consegue garantir a inexistência de impactes negativos significativos sobre os valores naturais de interesse para a conservação. Na ausência de efetivas alternativas, de sistemas agrícolas biodiversos e adaptados ao contexto e, assumindo a realidade das medidas de minimização de eficácia dúbia ou de difícil implementação adequada, não é possível a execução do projeto sem a ocorrência de um degradação das funções da ZEC em matéria de conservação da biodiversidade.

O sentido do parecer da ZERO é desfavorável.

9 de julho de 2024

A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Parecer sobre o EIA Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

Lisboa, 24 de janeiro de 2024

No âmbito do procedimento de consulta pública do Projeto Agroflorestal da Herdade das Murtas e Monte Novo, o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente - vem expressar a sua veemente discordância com o projeto e com o respetivo Estudo de Impacto Ambiental, considerando que este deve ser rejeitado. O GEOTA baseia o seu parecer desfavorável sobre o projeto Agroflorestal nos seguintes pontos:

1)Ecologia – Fauna, Flora e Biodiversidade

Constata-se que a área de implantação do projeto está totalmente integrada em duas Zonas Especiais de Conservação da rede Natura 2000: a ZEC Comporta/Galé (PTCON0034) e, para Norte, a ZEC Estuário do Sado (PTCON0011), bem como em duas áreas Biótopo Corine: Estuário do Sado (C14100013) e Comporta (C14100107). Engloba, também, a totalidade da Área Importante para as Aves (IBA) do Açude da Murta e da Zona de Proteção Especial (ZPE) do Açude da Murta (PTZPE0012), e intersecta, ainda que parcialmente, a Reserva Natural do Estuário do Sado, a ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), o sítio RAMSAR do Estuário do Sado e as IBA do Estuário do Sado.

A recente Resolução do Conselho de Ministros n.º 190/2023 pretende que se reconheça que Portugal tem 34,8 % da superfície terrestre com estatuto de protecção, tendo em conta o território integrado no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) que abrange a Rede Nacional de Áreas Protegidas, Áreas classificadas integradas na Rede Natura 2000 (ZEC da Directiva Habitats e ZEP da Directiva Aves), Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais designadas ao abrigo da Convenção de Ramsar, reservas da biosfera da UNESCO, reservas biogenéticas, geoparques englobados na Rede Global de Geoparques da UNESCO, perfazendo um total de 181 locais classificados e 3 100 677 hectares do território terrestre de Portugal Continental com protecção legal.

A mesma resolução pretende evidenciar o cumprimento do compromisso internacional que Portugal assumiu quanto à proteção legal de, pelo menos, 30 % da superfície terrestre, conforme previsto na

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030 e assumido na 15.ª Conferência das Partes das Nações Unidas, no âmbito da Convenção para a Diversidade Biológica realizada no final de 2022.

Ora no presente EIA, mais especificamente no seu aditamento em resposta à CCDR Alentejo, extrai-se que existe uma ocupação de cerca de 28% da área da ZEC Comporta-Galé (32 051 ha), sendo que, se for considerada a área de intervenção do Projeto Agroflorestal Herdade da Murta-Herdade de Monte Novo (805,35 ha), implica um aumento da ocupação para aproximadamente 30,4% da ZEC.

A Rios e Aquíferos, autora do EIA, com base na cartografia da proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé (Quadros 2.7 e 2.8) e o Intersig do ICNF (Quadros 2.10 e 2.12), quantifica os valores naturais (habitats e flora alvo) em área (hectares) e em percentagem (%) de afetação relativamente à área total de ocupação do conjunto de projetos turísticos e agrícolas existentes na ZEC Comporta-Galé. Da leitura dos quadros, constata-se que de entre os valores naturais que justificaram a sua classificação:

- 8 habitats em 14 apresentam 34 a 40% de destruição.
- Espécies como *Linaria bipunctata subsp. glutinosa* e *Myosotis lusitânica* estão praticamente dizimadas na ZEC.
- As espécies *Santolina impressa, Armeria rouyana, Jonopsidium acaule* viram a sua área de povoamento na ZEC reduzida em 37,5 %, 27,75 % e 33,65%, respectivamente.
- Estão praticamente dizimados na ZEC os habitats 3210 - Cursos de água naturais da Fenoscândia, 3280 - Cursos de água mediterrânicos permanentes da *Paspalo-Agrostidion* com cortinas arbóreas ribeirinhas de *Salix e Populus alba*, 6420 - Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da *Molinio-Holoschoenion*, 91B0 - Freixiais termófilos de *Fraxinus angustifólia*, 91F0 - Florestas mistas de *Quercus robur*, *Ulmus laevis*, *Ulmus minor*, *Fraxinus excelsior* ou *Fraxinus angustifolia* das margens de grandes rios (*Ulmenion minoris*), 92A0 Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba* e 92D0 Galerias e matos ribeirinhos meridionais (*Nerio-Tamaricetea* e *Securinegion tinctoriae*).

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

geota
Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Quadro 2.7 - Habitats naturais de interesse comunitário existentes na área das propriedades/projetos, área total abrangida (hectares) e cálculo da percentagem total (%) de afetação para o conjunto dos projetos em relação à sua área ocupada na ZEC Comporta/Galé – Fonte: Proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé, versão de abril de 2020

Área total das Propriedades/Projetos (hectares)	Área total da ZEC Comporta/Galé (hectares)	Identificação dos Habitats naturais de interesse comunitário na área da propriedade/projeto	Tipos de habitat natural	Área total ocupada pelo Habitat na ZEC Comporta/Galé (hectares)*	Área da propriedade/projeto abrangida pelo habitat (hectares)	% de Afetação em relação à área ocupada na ZEC Comporta/Galé
11348,97	32051,00	1150*	Lagunas costeiras	909,44	3,26	0,36
		1210	Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré	997,80	98,39	9,86
		2110	Dunas móveis embrionárias	997,80	59,75	5,99
		2120	Dunas móveis do cordão dunar com Ammophila arenaria (dunas brancas)	997,80	59,76	5,99
		2130*	Dunas fixas com vegetação herbácea (dunas cinzentas)	997,80	75,79	7,60
		2150*	Dunas fixas descalcificadas atlânticas (Calluno-Ulicetea)	25766,14	9318,74	36,17
		2190	Depressões húmidas intradunares	26997,01	9318,74	34,52
		2230	Dunas com prados da Malcolmietalia	25766,14	9318,74	36,17
		2250*	Dunas litorais com Juniperus spp	26763,93	9355,90	34,96
		2260	Dunas com vegetação esclerófila da Cisto-Lavenduletalia	26339,87	9318,74	35,38
		2270*	Dunas com florestas de Pinus pinea ou Pinus pinaster ssp. atlantica	25766,14	9318,74	36,17
		3110	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies arenosas	321,72	127,25	39,55
		3160	Lagos e charcos distróficos naturais	321,72	127,25	39,55
		6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da Molinio-Holoschoenion	1271,93	110,28	8,67

*Área observada da cartografia da proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé

Quadro 2.8 – Flora alvo existente na área das propriedades/projetos, área total abrangida (hectares) e cálculo da percentagem total (%) de afetação para o conjunto dos projetos em relação à sua área ocupada na ZEC Comporta/Galé – Fonte: Proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé, versão de abril de 2020

Área total das Propriedades/Projetos (hectares)	Área total da ZEC Comporta/Galé	Identificação da Flora alvo na área da propriedade/projeto	Área total ocupada pela Espécie na ZEC Comporta/Galé* (hectares)	Área da propriedade/projeto abrangida pela espécie (hectares)	% de Afetação em relação à área ocupada na ZEC Comporta/Galé
11348,97	32051,00	*Armeria rouyana*	15165,16	4208,51	27,75
		Herniaria maritima	1621,29	109,95	6,78
		Jonopsidium acaule	11919,99	4010,63	33,65
		Linaria bipunctata subsp. glutinosa	0,20	0,19	96,95
		Myosotis lusitanica	0,03	0,03	99,73
		Santolina impressa	8323,02	3121,11	37,50
		Thymus carnosus	1478,41	27,21	1,84

*Área observada da cartografia da proposta do Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé

Quadro 2.10 – Habitats Naturais e seminaturais existentes na área das propriedades/projetos, área total abrangida (hectares) e cálculo da percentagem total (%) de afetação para o conjunto dos projetos em relação à sua área ocupada na ZEC Comporta/Galé – Fonte: ICNF, InterSIG

Área total das Propriedades/Projetos (hectares)	Área total da ZEC Comporta/Galé (hectares)	Identificação dos Habitats naturais de interesse comunitário na área da propriedade/projeto	Área total ocupada pelo Habitat na ZEC Comporta/Galé (hectares)	Área da propriedade/projeto abrangida pelo habitat (hectares)	% de Afetação em relação à área ocupada na ZEC Comporta/Galé
11348,97	32051,00	2150* + 2190 + 2230 + 2250* + 2260 + 2270*	25766,14	9222,56	35,79
		2190 + 3150 + 3170* + 4020* + 3110 + 6420 + 3130 +3160	321,72	127,26	39,56
		3210 + 3280 + 6420 + 91B0 + 91F0 + 92A0 + 92D0	34,82	33,28	95,57

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Quadro 2.12 – Flora RELAPE existente na área das propriedades/projetos, área total abrangida (hectares) e cálculo da percentagem total (%) de afetação para o conjunto dos projetos em relação à sua área ocupada na ZEC Comporta/Galé – Fonte: ICNF, InterSIG

Área total das Propriedades/Projetos (hectares)	Área total da ZEC Comporta/Galé	Identificação da Flora RELAPE na área da propriedade/projeto	Área total ocupada pela Espécie na ZEC Comporta/Galé (hectares)	Área da propriedade/projeto abrangida pela espécie (hectares)	% de Afetação em relação à área ocupada na ZEC Comporta/Galé
11348,97	32051,00	*Armeria rouyana*	16017,08	6536,96	40,81
		Jonopsidium acaule + *Armeria rouyana*	3378,08	2185,81	64,71

Legenda:

2150*	Dunas fixas descalcificadas atlânticas (Calluno-Ulicetea)
2190	Depressões húmidas intradunares
2230	Dunas com prados da Malcolmietalia
2250*	Dunas litorais com Juniperus spp
2260	Dunas com vegetação esclerófila da Cisto-Lavenduletalia
2270*	Dunas com florestas de Pinus pinea ou Pinus pinaster ssp. atlantica
3110	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies arenosas
3130	Águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da Littorelletea uniflorae e ou da Isoëto-Nanojuncetea.
3150	Lagos eutróficos naturais com vegetação da Magnopotamion ou da Hydrocharition
3160	Lagos e charcos distróficos naturais
3170*	Charcos temporários mediterrânicos
4020*	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de Erica ciliaris e Erica tetralix.
3210	Cursos de água naturais da Fenoscândia
3280	Cursos de água mediterrânicos permanentes da Paspalo-Agrostidion com cortinas arbóreas ribeirinhas de Salix e Populus alba
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da Molinio-Holoschoenion
91B0	Freixiais termófilos de Fraxinus angustifolia.
91F0	Florestas mistas de Quercus robur, Ulmus laevis, Ulmus minor, Fraxinus excelsior ou Fraxinus angustifolia das margens de grandes rios (Ulmenion minoris).
92A0	Florestas-galerias de Salix alba e Populus alba.
92D0	Galerias e matos ribeirinhos meridionais (Nerio-Tamaricetea e Securinegion tinctoriae). |

Conclui-se, portanto, que a conservação da ZEC Comporta-Galé é uma falácia e uma violação inadmissível da Lei! Governo, administração central, regional e local fingem que conservam os valores naturais quando todo e qualquer projecto é aprovado e implementado! Com efeito, se olharmos para a imagem de satélite, por exemplo do google maps, facilmente nos apercebemos do grau de intervenção e destruição da ZEC, inclusivé com alterações topográficas importantes como enormes áreas aplanadas para a proliferação de pivots de rega.

2)Legislação aplicável e violações

Do ponto de vista jurídico, o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, republicado pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de Fevereiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de Novembro, em https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=3096&tabela=leis&so_miolo=S, revê a transposição para a ordem jurídica interna de algumas directivas comunitárias relativas à conservação

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

das aves selvagens (diretiva aves) e à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (diretiva habitats).

No seu **Artigo 9.º - Actos e actividades condicionados**, ponto 1 é dito que "Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 7.º, as **entidades da Administração Pública com intervenção nas zonas especiais de conservação devem**, no exercício das suas competências, **evitar a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, bem como as perturbações que atinjam espécies para as quais as zonas foram designadas**, na medida em que possam vir a ter um efeito significativo, atendendo aos objectivos do presente diploma."

De acordo com o **n.º 9 e nº 1 do Artigo 10º** - Avaliação de impacte ambiental e análise de incidências ambientais do mesmo Decreto, "As acções, planos ou **projectos** previstos no n.º 1 **apenas são autorizados** quando tiver sido assegurado que **não afectam a integridade do sítio** da lista nacional de sítios, do sítio de interesse comunitário, da ZEC ou da ZPE em causa". O **n.º 1 do Artigo 10º** refere "As acções, planos ou projectos não directamente relacionados com a gestão de um sítio da lista nacional de sítios, de um sítio de interesse comunitário, de uma ZEC ou de uma ZPE e não necessários para essa gestão, mas susceptíveis de afectar essa zona de forma significativa, individualmente ou em conjugação com outras acções, planos ou projectos, devem ser objecto de avaliação de incidências ambientais no que se refere aos objectivos de conservação da referida zona."

De acordo com o n.º 10 do Artigo 10º do mesmo Decreto, "**A realização de** acção, plano ou **projecto objecto de conclusões negativas na avaliação de impacte ambiental** ou na análise das suas incidências ambientais **depende do reconhecimento**, por despacho conjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território e do ministro competente em razão da matéria, **da ausência de soluções alternativas e da sua necessidade por razões imperativas de reconhecido interesse público, incluindo de natureza social ou económica"**.

De acordo com o n.º 11 do Artigo 10º do mesmo Decreto, e sem prejuízo do disposto no n.º 10, quando a acção, plano ou **projecto** objecto de conclusões negativas na avaliação de impacte ambiental ou na análise das suas incidências ambientais **afecte um tipo de habitat natural ou espécie prioritários de um sítio da lista nacional de sítios, de um sítio de interesse comunitário, de uma ZEC e de uma ZPE**, **apenas podem ser invocadas** as seguintes **razões**:

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

a) A saúde ou a segurança públicas;

b) As consequências benéficas primordiais para o ambiente;

c) Outras razões imperativas de reconhecido interesse público, mediante parecer prévio da Comissão Europeia.

Com base no exposto afirmamos perentoriamente que este **projecto é ilegal**, com uma **violação** clara de:

- **Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 140/99**, uma vez que as entidades da Administração Pública com intervenção nas zonas especiais de conservação estão a **promover** a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, assim como perturbações que vão atingir espécies para as quais a Zona Especial de Conservação foi designada;

- **n.º 9 do Artigo 10º do Dec-Lei nº 140/99**, com base nos resultados do EIA foi objetivamente demostrado que a integridade do sítio será afectada muito negativamente de forma irreversível, colocando em causa os objectivos de conservação que levaram a criação da ZEC;

- **n.º 10 do Artigo 10º do Dec-Lei nº 140/99**, uma vez que no processo de avaliação de impacto ambiental não foram avaliadas soluções alternativas nem existem razões imperativas de reconhecido interesse público na implantação de 722 ha de abacates e de 83 ha com estruturas e infraestruturas;

- **n.º 11 do Artigo 10º do Dec-Lei nº 140/99**, dado que não podem ser invocadas razões relacionadas com saúde ou segurança públicas, nem consequências benéficas primordiais para o ambiente, nem outras razões imperativas de reconhecido interesse público que exigem parecer prévio da Comissão Europeia.

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Se dúvidas existirem quanto à violação da Lei, do EIA extrai-se que na área do projecto:

- Foram identificados 9 habitats listados no Anexo B-I do Decreto-Lei da Rede Natura 2000. Destacam-se os habitats prioritários para a conservação 2150*- Dunas fixas descalcificadas atlânticas e 2250*- Dunas litorais com *Juniperus spp*.
- O impacte resultante da afetação destes habitats é negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada, face à área a intervencionar e à tipologia dos habitats afetados (cerca de 766 ha). Devido à sua importância para a conservação, a afetação dos habitats em causa, considerados de elevada relevância para a conservação, e sendo um deles prioritário (2150*) para a conservação, resulta num impacte de elevada significância (pág. 415 do EIA);
- O elenco florístico é composto por 305 espécies, tendo-se confirmado em campo a presença de 143 espécies. Um total de 26 espécies elencadas são espécies RELAPE, das quais 11 endemismos ibéricos e 9 endemismos lusitanos, 2 delas são consideradas prioritárias para a conservação (*Jonopsidium acaule e Armeria rouyana*). A presença de 12 destas espécies foi confirmada em campo: *Santolina impressa, Dianthus broteri, Herniaria marítima, Juniperus navicularis, Cytisus grandiflorus, Stauracanthus genistoides, Ulex australis subsp. welwitschianus, Quercus suber, Thymus capitellatus, Armeria rouyana, Scrophularia sublyrata e Verbascum litigiosum*;
- O impacte de destruição de espécimes de flora caracteriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação (pág. 416 do EIA);
- Considera-se que existem impactes cumulativos também sobre a flora e vegetação referentes à destruição de coberto vegetal e degradação da flora e vegetação, tendo em consideração a presença na envolvente de outros projetos agrícolas de natureza semelhante e potenciação da dispersão de espécies exóticas invasoras no caso das estradas presentes na envolvente. Estes impactes são de magnitude elevada e elevada significância, uma vez que afetam sobretudo valores naturais de elevado valor ecológico (pág. 427 do EIA);
- O elenco faunístico é composto por 192 espécies, distribuídas da seguinte forma: 9 espécies de anfíbios (Quadro 2), 12 espécies de répteis (Quadro 2), 143 espécies de aves (Quadro 3) e 28 espécies de mamíferos (Quadro 4);
- Os impactes negativos sobre a fauna traduzem-se na perda de Habitat, perturbação e efeito de exclusão, degradação dos Habitats e aumento do risco de atropelamento (pág. 421 do EIA)
- Os principais impactes cumulativos a ter em conta para a fauna ocorrem na fase de exploração, sendo estes a mortalidade e o efeito de exclusão. Estes serão de natureza negativa, ocorrência provável, magnitude moderada, irreversível no caso da mortalidade, permanente, local ou regional (no caso de serem afetadas espécies migradores), podendo por isso ser classificados como de baixa significância (para as espécies sem estatuto de ameaça) a moderada significância (para as espécies ameaçadas) (pág. 427 do EIA).

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

– A área do projecto apresenta algumas áreas naturais bem conservadas, que representam habitats naturais relevantes do ponto de vista da conservação (pág. 18 do RNT).

Quadro 2 - Lista das espécies de anfíbios e répteis elencados para a área de estudo. (Ocorrência: X – potencial; C - confirmada. Estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho [Cabral et al., 2006]: LC – Pouco preocupante; NE – Não avaliada; NT – Quase ameaçada).

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei		Estatuto de Conservação
				Berna	D.L. 140/99	
Bufonidae	*Bufo bufo*	Sapo-comum	X	III		LC
Bufonidae	*Epidalea calamita*	Sapo-corredor	X	II	B-IV	LC
Hylidae	*Hyla arborea*	Rela-comum	X	II	B-IV	LC
Hylidae	*Hyla meridionalis*	Rela-meridional	X	II	B-IV	LC
Pelobatidae	*Pelobates cultripes*	Sapo-de-unha-negra	X	II	B-IV	LC
Ranidae	*Pelophylax perezi*	Rã-verde	X	III	B-V	LC
Salamandridae	*Pleurodeles waltl*	Salamandra-de-costelas-salientes	X	III		LC
Salamandridae	*Salamandra salamandra*	Salamandra-de-pintas-amarelas	X	III		LC
Salamandridae	*Triturus marmoratus*	Tritão-marmorado	X	III	B-IV	LC
Colubridae	*Coronella girondica*	Cobra-lisa-meridional	X	III		LC
Colubridae	*Rhinechis scalaris*	Cobra-de-escada	X	III		LC
Lacertidae	*Acanthodactylus erythrurus*	Lagartixa-de-dedos-denteados	X	III		NT
Lacertidae	*Psammodromus algirus*	Lagartixa-do-mato	X	III		LC
Lacertidae	*Psammodromus hispanicus*	Lagartixa-do-mato-ibérica	X	III		NT
Natricidae	*Natrix maura*	Cobra-de-água-viperina	X	III		LC
Natricidae	*Natrix natrix*	Cobra-de-água-de-colar	X	III		LC
Phyllodactylidae	*Tarentola mauritanica*	Osga	X	III		LC
Psammophiidae	*Malpolon monspessulanus*	Cobra-rateira	X	III		LC
Scincidae	*Chalcides bedriagai*	Cobra-de-pernas-pentadáctila	X	II	B-IV	LC
Scincidae	*Chalcides striatus*	Fura-pastos	X	III		LC
Geoemydidae	*Mauremys leprosa*	Cágado-mediterrânico	X	II	B-II /B-IV	LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Quadro 3 - Lista das espécies de aves elencadas para a área de estudo. (Ocorrência: X – potencial; C – confirmada. Estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho [Cabral et al., 2006]: CR – Criticamente em Perigo, EN – Em Perigo, VU – Vulnerável, NT – Quase Ameaçado, LC – Pouco preocupante; DD – Informação Insuficiente)

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conservação
				Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Phasianidae	*Coturnix coturnix*	Codorniz	X	III				LC
Phasianidae	*Alectoris rufa*	Perdiz	X	III				LC
Phasianidae	*Phasianus colchicus*	Faisão	X	III				
Anatidae	*Tadorna tadorna*	Pato-branco	X	II	II			NE
Anatidae	*Spatula clypeata*	Pato-colhereiro	X	III	II			EN/LC
Anatidae	*Mareca strepera*	Frisada	X	III	II			VU/NT
Anatidae	*Anas platyrhynchos*	Pato-real	C	III	II			LC
Anatidae	*Anas crecca*	Marrequinha	X	III	II			LC
Podicipedidae	*Tachybaptus ruficollis*	Mergulhão-pequeno	X	II				LC
Phoenicopteridae	*Phoenicopterus roseus*	Flamingo	C	III	II	II	A-I	RE/VU
Columbidae	*Columba livia*	Pombo-das-rochas	X	III				DD
Columbidae	*Columba palumbus*	Pombo-torcaz	C					LC
Columbidae	*Streptopelia turtur*	Rola-brava	X	III				LC
Columbidae	*Streptopelia decaocto*	Rola-turca	C	III				LC
Caprimulgidae	*Caprimulgus ruficollis*	Noitibó-de-nuca-vermelha	X	II				VU
Caprimulgidae	*Caprimulgus europaeus*	Noitibó-cinzento	X	II			A-I	VU
Apodidae	*Apus pallidus*	Andorinhão-pálido	X	II				LC
Apodidae	*Apus apus*	Andorinhão-preto	X	III				LC
Cuculidae	*Cuculus canorus*	Cuco	X	III				LC
Rallidae	*Rallus aquaticus*	Frango-d'água	X	III				LC
Rallidae	*Porphyrio porphyrio*	Camão	X	II			A-I*	VU
Rallidae	*Gallinula chloropus*	Galinha-d'água	X	III				LC
Rallidae	*Fulica atra*	Galeirão-comum	C	III				LC
Otididae	*Otis tarda*	Abetarda	X	II	I/II	II	A-I*	EN
Ciconiidae	*Ciconia ciconia*	Cegonha-branca	C	II	II		A-I	LC
Threskiornithidae	*Platalea leucorodia*	Colhereiro	X	II	II	II	A-I	VU/NT
Threskiornithidae	*Plegadis falcinellus*	Ibis-preta	X	II	II		A-I	RE
Ardeidae	*Ixobrychus minutus*	Garçote	X	II			A-I	VU
Ardeidae	*Nycticorax nycticorax*	Goraz	X	II			A-I	EN
Ardeidae	*Ardeola ralloides*	Papa-ratos	X	II			A-I	CR/EN
Ardeidae	*Bubulcus ibis*	Carraceiro	X	II				LC
Ardeidae	*Ardea cinerea*	Garça-real	C	III				LC
Ardeidae	*Ardea purpurea*	Garça-vermelha	X	II			A-I	EN
Ardeidae	*Egretta garzetta*	Garça-branca	C	II			A-I	LC
Sulidae	*Morus bassanus*	Alcatraz	X	III				LC
Phalacrocoracidae	*Phalacrocorax carbo*	Corvo-marinho	C	III				LC
Recurvirostridae	*Recurvirostra avosetta*	Alfaiate	X	II	II		A-I	NT/LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

geota
Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conservação
				Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Recurvirostridae	*Himantopus himantopus*	Pernilongo	X	II	II		A-I	LC
Charadriidae	*Charadrius hiaticula*	Borrelho-grande-de-coleira	C	II	II			LC
Charadriidae	*Charadrius dubius*	Borrelho-pequeno-de-coleira	X	II	II			LC
Charadriidae	*Charadrius alexandrinus*	Borrelho-de-coleira-interrompida	X	II	II			LC
Scolopacidae	*Numenius arquata*	Maçarico-real	X	III	II			LC
Scolopacidae	*Limosa limosa*	Milherango	X	III	II			LC
Scolopacidae	*Calidris alpina*	Pilrito-de-peito-preto	X	II	II			LC
Scolopacidae	*Gallinago gallinago*	Narceja	X	III	II			CR/LC
Scolopacidae	*Actitis hypoleucos*	Maçarico-das-rochas	X	II	II			VU
Scolopacidae	*Tringa totanus*	Perna-vermelha	X	III	II			CR/LC
Glareolidae	*Glareola pratincola*	Perdiz-do-mar	X	II	II		A-I	VU
Laridae	*Larus ridibundus*	Guincho	X	III				LC
Laridae	*Larus fuscus*	Gaivota-de-asa-escura	X					VU/LC
Laridae	*Larus michahellis*	Gaivota-de-patas-amarelas	C	III				LC
Laridae	*Sternula albifrons*	Chilreta	X	II	II		A-I	VU
Tytonidae	*Tyto alba*	Coruja-das-torres	X	II		II		LC
Strigidae	*Athene noctua*	Mocho-galego	X	II		II		LC
Strigidae	*Otus scops*	Mocho-d'orelhas	X	II		II		DD
Strigidae	*Asio otus*	Bufo-pequeno	X	II		II		DD
Strigidae	*Asio flammeus*	Coruja-do-nabal	X	II		II	A-I	EN
Strigidae	*Strix aluco*	Coruja-do-mato	X	II		II		LC
Pandionidae	*Pandion haliaetus*	Águia-pesqueira	X	III	II		A-I	CR/EN
Accipitridae	*Elanus caeruleus*	Peneireiro-cinzento	X	III	II		A-I	NT
Accipitridae	*Pernis apivorus*	Bútio-vespeiro	X	III	II		A-I	VU
Accipitridae	*Circaetus gallicus*	Águia-cobreira	X	III	II		A-I	NT
Accipitridae	*Aquila fasciata*	Águia de Bonelli	X	III	II		A-I*	EN
Accipitridae	*Hieraaetus pennatus*	Águia-calçada	X	III	II		A-I	NT
Accipitridae	*Circus aeruginosus*	Águia-sapeira	X	III	II		A-I	VU
Accipitridae	*Circus pygargus*	Tartaranhão-caçador	X	III	II		A-I	EN
Accipitridae	*Accipiter nisus*	Gavião	X	III	II			LC
Accipitridae	*Milvus migrans*	Milhafre-preto	X	III	II		A-I	LC
Accipitridae	*Buteo buteo*	Águia-d'asa-redonda	C	III	II			LC
Upupidae	*Upupa epops*	Poupa	C	II				LC
Meropidae	*Merops apiaster*	Abelharuco	X	II	II			LC
Alcedinidae	*Alcedo atthis*	Guarda-rios	C	II			A-I	LC
Picidae	*Jynx torquilla*	Torcicolo	X	II				DD
Picidae	*Picus sharpei*	Peto-real	X	II				LC
Picidae	*Dryobates minor*	Pica-pau-galego	X	II				LC
Picidae	*Dendrocopos major*	Pica-pau-malhado	C	II				LC
Falconidae	*Falco tinnunculus*	Peneireiro	X	II	II	II		LC
Falconidae	*Falco subbuteo*	Ógea	X	II	II	II		VU
Falconidae	*Falco peregrinus*	Falcão-peregrino	X	III	II	I/II	A-I	VU
Oriolidae	*Oriolus oriolus*	Papa-figos	X	III	II			LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conservação
				Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Laniidae	*Lanius meridionalis*	Picanço-real	X	II				LC
Laniidae	*Lanius senator*	Picanço-barreteiro	X	II				NT
Corvidae	*Cyanopica cooki*	Charneco	C	III				LC
Corvidae	*Garrulus glandarius*	Gaio	X					LC
Corvidae	*Pica pica*	Pega-rabilonga	X					LC
Corvidae	*Corvus corax*	Corvo	X	III				NT
Corvidae	*Corvus corone*	Gralha-preta	C					LC
Paridae	*Periparus ater*	Chapim-carvoeiro	X	II				LC
Paridae	*Lophophanes cristatus*	Chapim-de-poupa	C	II				LC
Paridae	*Cyanistes caeruleus*	Chapim-azul	X	II				LC
Paridae	*Parus major*	Chapim-real	C	II				LC
Remizidae	*Remiz pendulinus*	Chapim-de-mascarilha	X	III				NT
Alaudidae	*Calandrella brachydactyla*	Calhandrinha-galucha	X	II			A-I	LC
Alaudidae	*Lullula arborea*	Cotovia-dos-bosques	X	III			A-I	LC
Alaudidae	*Galerida theklae*	Cotovia-escura	X	II			A-I	LC
Alaudidae	*Galerida cristata*	Cotovia-de-poupa	X	III				LC
Cisticolidae	*Cisticola juncidis*	Fuinha-dos-juncos	C	III	II			LC
Acrocephalidae	*Hippolais polyglotta*	Felosa-poliglota	X	III	II			LC
Acrocephalidae	*Acrocephalus scirpaceus*	Rouxinol-dos-caniços	X	III	II			NT
Acrocephalidae	*Acrocephalus arundinaceus*	Rouxinol-grande-dos-caniços	X	III	II			LC
Locustellidae	*Locustella luscinioides*	Cigarrinha-ruiva	X	III	II			VU
Hirundinidae	*Delichon urbicum*	Andorinha-dos-beirais	X	II				LC
Hirundinidae	*Cecropis daurica*	Andorinha-dáurica	X	II				LC
Hirundinidae	*Hirundo rustica*	Andorinha-das-chaminés	X	II				LC
Hirundinidae	*Riparia riparia*	Andorinha-das-barreiras	X	II				LC
Phylloscopidae	*Phylloscopus bonelli*	Felosa-de-papo-branco	X	III	II			LC
Phylloscopidae	*Phylloscopus ibericus*	Felosinha-ibérica	X	III	II			LC
Phylloscopidae	*Phylloscopus collybita*	Felosinha	X	III	II			LC
Scotocercidae	*Cettia cetti*	Rouxinol-bravo	X	III	II			LC
Aegithalidae	*Aegithalos caudatus*	Chapim-rabilongo	X	III	II			LC
Sylviidae	*Sylvia atricapilla*	Toutinegra-de-barrete	C	II	II			LC
Sylviidae	*Sylvia melanocephala*	Toutinegra-dos-valados	X	II	II			LC
Sylviidae	*Sylvia undata*	Toutinegra-do-mato	X	II	II		A-I	LC
Certhiidae	*Certhia brachydactyla*	Trepadeira	X	II				LC
Sittidae	*Sitta europaea*	Trepadeira-azul	X	II				LC
Troglodytidae	*Troglodytes troglodytes*	Carriça	C	II				LC
Sturnidae	*Sturnus unicolor*	Estorninho-preto	C	III				LC
Turdidae	*Turdus viscivorus*	Tordoveia	X	III	II			LC
Turdidae	*Turdus merula*	Melro	C	III	II			LC
Muscicapidae	*Muscicapa striata*	Taralhão-cinzento	X	II	II			NT
Muscicapidae	*Erithacus rubecula*	Pisco-de-peito-ruivo	C	II	II			LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

geota
Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Família	Nome científico	Nome vulgar	Ocorrência	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conservação
				Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Muscicapidae	*Luscinia megarhynchos*	Rouxinol-comum	X	II	II			LC
Muscicapidae	*Phoenicurus ochruros*	Rabirruivo-comum	C	II	II			LC
Muscicapidae	*Phoenicurus phoenicurus*	Rabirruivo-de-testa-branca	X	II	II			LC
Muscicapidae	*Saxicola torquatus*	Cartaxo-comum	X	II	II			LC
Regulidae	*Regulus ignicapilla*	Estrelinha-real	X	II	II			LC
Estrildidae	*Estrilda astrild*	Bico-de-lacre	C	III				
Passeridae	*Passer domesticus*	Pardal	C					LC
Passeridae	*Passer hispaniolensis*	Pardal-espanhol	X	III				LC
Passeridae	*Passer montanus*	Pardal-montês	X	III				LC
Passeridae	*Petronia petronia*	Pardal-francês	X	III				LC
Motacillidae	*Motacilla flava*	Alvéola-amarela	C	II	II			LC
Motacillidae	*Motacilla cinerea*	Alvéola-cinzenta	X	II	II			LC
Motacillidae	*Motacilla alba*	Alvéola-branca	C	II	II			LC
Fringillidae	*Fringilla coelebs*	Tentilhão	X	III				LC
Fringillidae	*Coccothraustes coccothraustes*	Bico-grossudo	X	III				LC
Fringillidae	*Chloris chloris*	Verdilhão	X	II				LC
Fringillidae	*Linaria cannabina*	Pintarroxo	X	II				LC
Fringillidae	*Carduelis carduelis*	Pintassilgo	C	II				LC
Fringillidae	*Serinus serinus*	Milheira	X	III				LC
Fringillidae	*Spinus spinus*	Lugre	X	III				LC
Emberizidae	*Emberiza calandra*	Trigueirão	C	III				LC
Emberizidae	*Emberiza cirlus*	Escrevedeira-de-garganta-amarela	X	II				LC

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

Quadro 4 - Lista das espécies de mamíferos elencados para a área de estudo. (Ocorrência: X – potencial; C – confirmada. Estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho [Cabral et al., 2006]: LC – Pouco preocupante; DD – Informação insuficiente; VU –Vulnerável)

Família	Nome científico	Nome comum	Ocorrênci	Endemismo	Convenções/ Decreto-Lei				Estatuto de Conser-vação
					Berna	Bona	CITES	D.L. 140/99	
Cervidae	*Cervus elaphus*	Veado	X		III				LC
Suidae	*Sus scrofa*	Javali	C						LC
Canidae	*Vulpes vulpes*	Raposa	X				D		LC
Felidae	*Felis silvestris*	Gato-bravo	X		II		A - II	B-IV	VU
Herpestidae	*Herpestes ichneumon*	Sacarrabos	X		III			B-V / D	LC
Mustelidae	*Lutra lutra*	Lontra	X		II		A - I	B-II / B-IV	LC
Mustelidae	*Martes foina*	Fuinha	X		III				LC
Mustelidae	*Meles meles*	Texugo	X		III				LC
Mustelidae	*Mustela putorius*	Toirão	X		III			B-V	DD
Viverridae	*Genetta genetta*	Geneta	X		III			B-V	LC
Molossidae	*Tadarida teniotis*	Morcego-rabudo	X		II	II		B-IV	DD
Vespertilionidae	*Eptesicus serotinus*	Morcego-hortelão-escuro	X		II	II		B-IV	LC
Vespertilionidae	*Nyctalus lasiopterus*	Morcego-arborícola-gigante	X		II	II		B-IV	DD
Vespertilionidae	*Nyctalus leisleri*	Morcego-arborícola-pequeno	X		II	II		B-IV	DD
Vespertilionidae	*Pipistrellus kuhlii*	Morcego de Kuhl	X		II	II		B-IV	LC
Vespertilionidae	*Pipistrellus pipistrellus*	Morcego-anão	X		II	II		B-IV	LC
Vespertilionidae	*Pipistrellus pygmaeus*	Morcego-pigmeu	X		II	II		B-IV	LC
Erinaceidae	*Erinaceus europaeus*	Ouriço-cacheiro	X		III				LC
Leporidae	*Lepus granatensis*	Lebre	C	Ibérico	III				LC
Leporidae	*Oryctolagus cuniculus*	Coelho-bravo	X						NT
Cricetidae	*Microtus cabrerae*	Rato de Cabrera	X	Ibérico	II			B-II / B-IV	VU

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

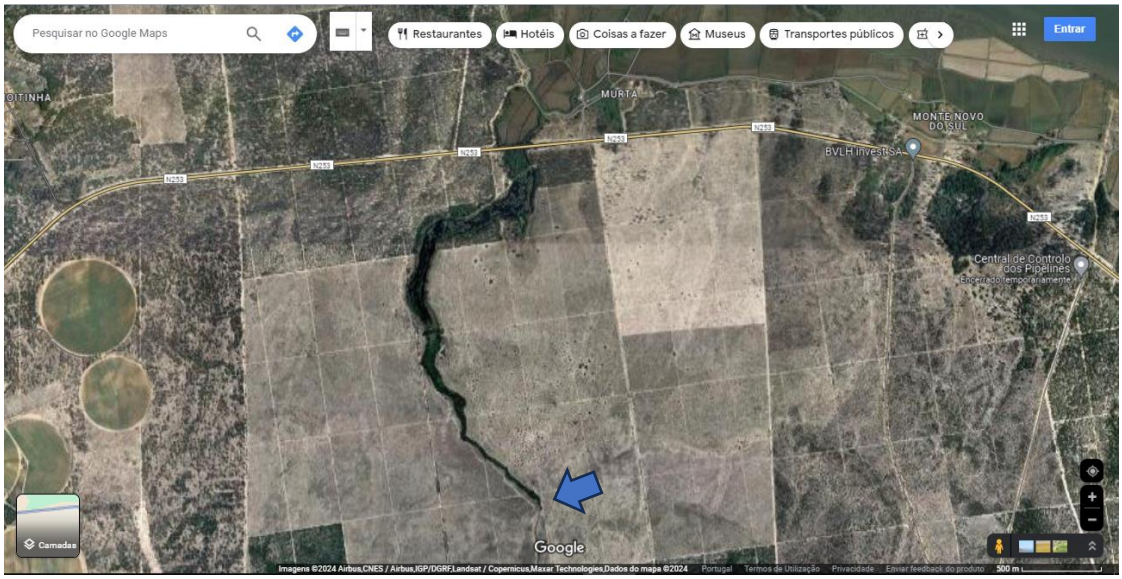
Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

3)Açude da Murta (ZPE)

Trata-se de um açude com água doce, fulcral para avifauna e mamofauna, que é alimentado quer por escorrências superficiais após as chuvas quer pelo escoamento de base do aquífero freático.

A nascente que mantém este açude com água ao longo de todo o ano pode ser observada nas imagens seguintes e encontra-se assinalada pela seta azul. Na imagem do Google maps, a linha de água após a nascente possui água corrente até ao açude. No modelado topográfico (2ª imagem) verificamos que a nascente surge por intersecção do nível freático devido a um desnivelamento da topografia.



Fonte: https://www.google.com/maps/@38.3976646,-8.7108521,4922m/data=!3m1!1e3?entry=ttu

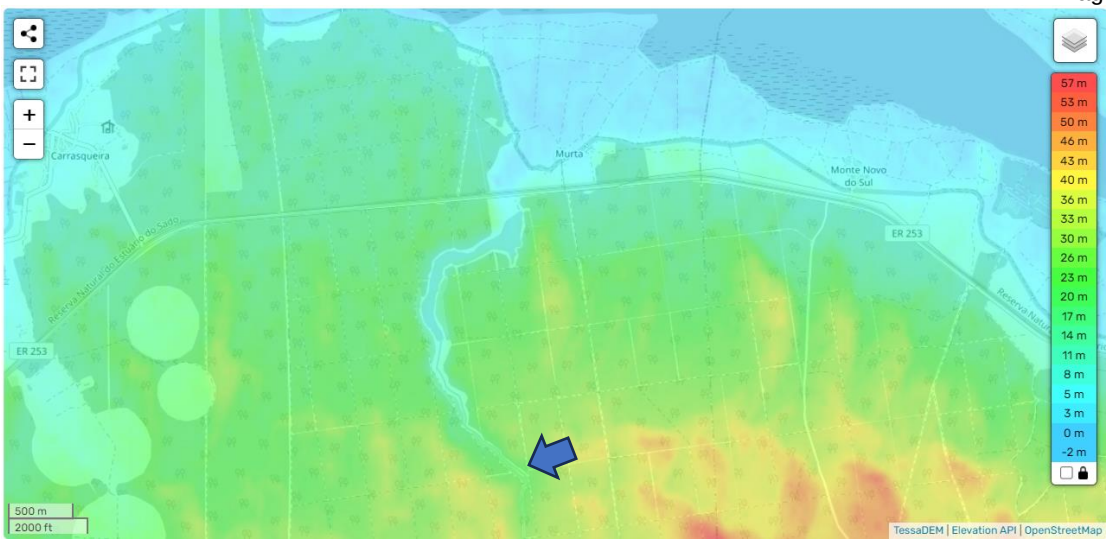
Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981



Fonte: https://pt-pt.topographic-map.com/map-tzls8/Alentejo/?center=38.35162%2C-8.65742&zoom=12&base=6

Do ponto de vista hidrogeológico, o aquífero livre está conectado hidraulicamente com um aquífero mais profundo, semi-confinado a confinado dependendo da distribuição e confinamento de leitos argilosos.

Entre estes aquíferos há fluxos verticais (drenância vertical), cujo sentido do fluxo depende da relação de potenciais hidráulicos, ou seja, da relação entre a cota do nível freático (1º aquífero livre) e a cota do nível piezométrico (2º aquífero semiconfinado a confinado). O fluxo vertical da água dá-se sempre da cota mais elevada para a cota mais baixa. O mesmo é dizer que se a cota do nível do aquífero freático for mais elevada que a cota do nível piezométrico do 2º aquífero, a água desloca-se no sentido descendente do 1º para o 2º aquífero. Se a cota do nível piezométrico do 2º aquífero for mais elevada que o nível freático do 1º aquífero, a água desloca-se no sentido ascendente do 2º para o 1º aquífero.

O projecto prevê a construção de 34 captações, 17 captações subterrâneas a efetuar a grande profundidade (>100 m), no 2º aquífero, com caudais de exploração compreendidos entre os 20 l/s e 40 l/s (72 m3/h a 144 m3/h) e 17 captações subterrâneas a efetuar a pequena profundidade (<50 m), furos curtos no 1º aquífero, com caudais de exploração da ordem dos 5 l/s (18 m3/h).

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

A captação dos furos curtos ocorrerá nos meses de Inverno e a captação dos furos profundos ocorrerá durante todo o ano. O volume máximo de captação de água subterrânea será de 3,22 hm^3/ano.

Os cones de rebaixamento gerados por este volume de extracção levarão a que a água do aquífero freático seja drenada para o aquífero mais profundo e a nascente do açude ficará seca!

A vulnerabilidade do aquífero livre é elevada, pelo que a **aplicação de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos** (inseticidas, acaricidas, fungicidas, herbicidas) para a plantação de pêra-abacate, **afectará a qualidade da água superficial e subterrânea**, consequentemente **a qualidade da água que escoa para o açude podendo colocar as espécies em risco**.

4)Intrusão salina

Contrariamente ao piezómetro 466/42, do lado W das herdades, que tem a sua última medição no ano 1994, o piezómetro 476/21 (Furo vertical – RA4 - Cachopos) do SNIRH da APA encontra-se ativo e localiza-se na proximidade das herdades, do lado E (ver figura).



Tem 150 m de profundidade e capta entre os 73 e 145 m, a mesma profundidade onde se prevê que captem os furos profundos. No período entre o ano de 2004 e 2023, observa-se uma tendência de descida na série piezométrica, sendo esta mais acentuada para os últimos 6 anos de observação. Se compararmos o ano hidrológico de 2012-2013 com os dois últimos anos hidrológicos 2021-2022 e 2022-2023 (ver figuras abaixo), verificamos que para Julho e Agosto a cota do nível piezométrico é agora <-3 m, ou seja, situa-se 3 m abaixo do nível do mar. Esta é a situação actual sem o efeito da exploração prevista neste projecto!

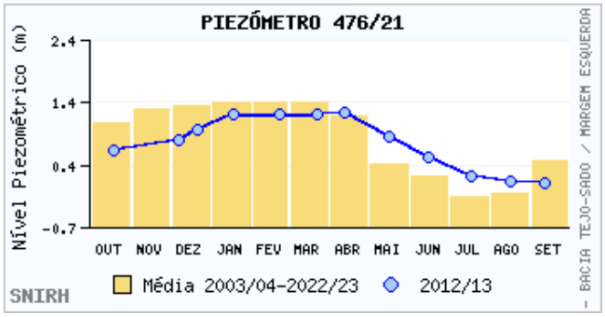
Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

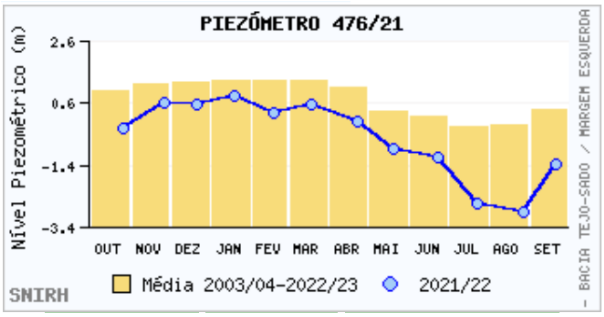
com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

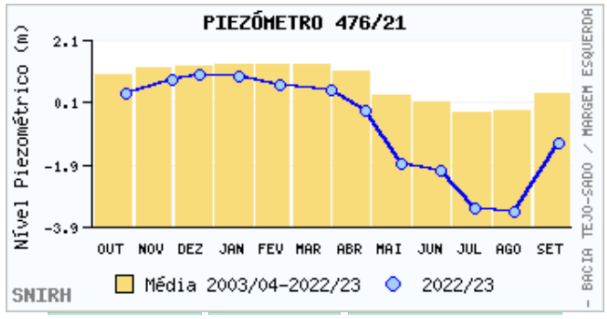
negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981







Quando se afirma no EIA que se pretende "não induzir o avanço da cunha salina, pois serão evitados rebaixamentos significativos pelo sistema de captação, sendo estes tendencialmente, limitados ao nível do mar" já não é possível cumpri-lo porque, actualmente, conforme demostra o piezómetro de Cachopos, a cota piezométrica do 2º aquífero para aquele local e nos meses de Verão já está 3 m abaixo do nível do mar.

A tendência de cotas abaixo do nível médio das águas do mar observa-se, igualmente, nos furos da Mitrena e de Alcácer do Sal junto ao rio Sado. Veja-se o piezómetro 466/21 no SNIRH, localizado em Mitrena - Moinho Novo, onde o nível piezométrico se encontra a -15 m de cota, ou seja, 15 m abaixo do nível do mar e o piezómetro 476/257 de Alcácer do Sal que chegou a atingir os -24 m em Setembro de 2023. Na Mitrena alguns furos já estão salinizados por sobreexploração que manteve cotas sistematicamente negativas no aquífero profundo. Níveis piezométricos abaixo do nível do mar levam inevitavelmente à intrusão salina do aquífero!

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

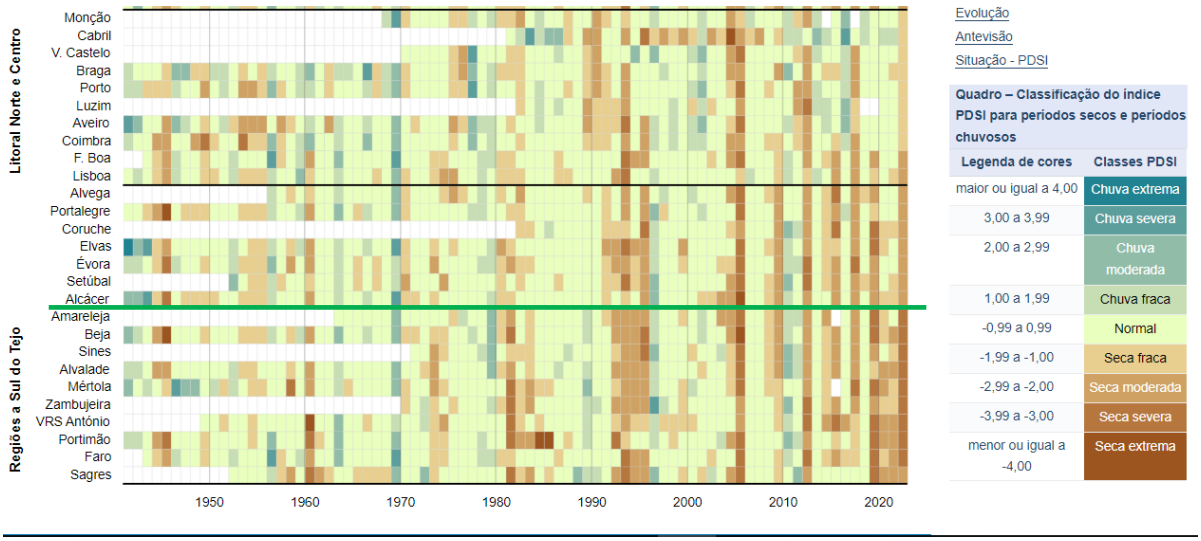
Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

5) Alterações Climáticas nos recursos hídricos

Estudos recentes de Proença de Oliveira et al. (2021) para a APA apontam, na bacia do Sado, para uma redução efectiva de 14% da precipitação e de 31% do escoamento superficial anual no período 1981 - 2016 face ao período anterior. As projecções para a bacia do Sado apontam para reduções da precipitação entre 10 e 25% de acordo com o cenário climático menos ou mais gravoso e reduções do escoamento superficial entre 19 e 50 %, respectivamente, para o cenário climático menos ou mais gravoso. Acresce que com o aumento da temperatura teremos aumento da evapotranspiração que contribuirá para diminuir as disponibilidades hídricas. A água disponível para se infiltrar e constituir recarga de aquíferos será muito menor.

Os ecossistemas aquáticos e terrestres e a flora e fauna neles integrados estão a sofrer grande stress hídrico com a redução dos escoamentos superficiais e o abaixamento dos níveis freáticos, apenas pelo efeito das alterações climáticas.

Nos últimos anos 8 anos tivemos 6 secas na região de Alcácer do Sal (ver figura abaixo) com precipitações anuais a variar entre 400 a 500 mm (L/m2).



Fonte: https://www.ipma.pt/pt/oclima/observatorio.secas/pdsi/apresentacao/evolu.historica/

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
combater a corrupção em todas as suas formas

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Organização Não Governamental de Ambiente e de Utilidade Pública com atividade desde 1981

A confirmá-lo temos, também, os níveis das albufeiras do Pêgo do Altar, localizada na ribeira de Santa Catarina e, do Vale de Gaio, localizada na ribeira do Xarrama, que apesar de possuírem na sua totalidade uma capacidade de armazenamento de 148,6 hm^3, têm mantido volumes baixos de armazenamento.

Este é o novo normal, pelo que os modelos de gestão e a tomada de decisão devem ser actualizados. Os desafios que se colocam à conservação da natureza têm de incorporar esta nova realidade! **Os ecossistemas estão a ser severamente impactados pelas alterações climáticas. Mesmo sem a implementação do projecto, o açude da Murta corre o risco de desaparecer, bem como as espécies que dele dependem!**

Conclusão:

Com este parecer negativo, o GEOTA considera que o projeto do **Projeto Agroflorestal deve ser reprovado.**

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

com estatuto de utilidade pública
ado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.
ıro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



Participação relativa ao Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN), localizado no concelho de Alcácer do Sal, proposto pela empresa Expoente Frugal Lda., do grupo Aquaterra, para produção de pera-abacate.

Comentam-se algumas alterações propostas relativamente ao projeto anterior (em itálico, de acordo com a página 11 e seguintes do EIA):

1. ***Redução de área agrícola*** *e manutenção de área florestal - Na área total de 2402,10 ha da propriedade, inicialmente estavam propostos 722,24 ha agrícolas e foram reduzidos para 658,44 ha, ou seja, ocorreu uma diminuição da área de plantação de 63,80 ha de setores de plantação face ao Projeto anterior*.

Participação – a redução proposta não evita a destruição de valores naturais que o estado português se comprometeu a preservar aquando da criação da ZEC Comporta-Galé. O projeto continua a contrariar o que está definido no Plano de Gestão dessa ZEC, de forma clara e evidente. Apesar das condenações do estado português por incumprimentos relativos à Rede Natura 2000 (veja-se por exemplo https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_24_268), continuam a admitir-se ataques grosseiros aos valores a preservar, como o que se propõe neste projeto.

2. ***Redução de infraestruturas,*** *nomeadamente a eliminação do centro interpretativo da ZEC Comporta/Galé, dos reservatórios para armazenamento de combustível e de dois furos*.

Participação - A eliminação de dois furos não os gastos enormes nos recursos hídricos, já que o projeto previa 34 furos mais uso de água da Associação de Beneficiários do Vale do Sado. O consumo anual de água continua a ser insustentável, mesmo sem ter em conta as previsões para as alterações climáticas. No projeto atual estão previstos 16 furos profundos, com profundidades superiores a 100 m, e por 16 furos curtos, com profundidades inferiores a 50 m. O volume de água a utilizar passou de 4,33 hm3/ano para 3,95 hm3/ano. Considerando as previsões no âmbito das alterações climáticas, os consumos já existentes nos muitos projetos agrícolas e turísticos na região e ainda os níveis registados nos furos próximos, com níveis piezométricos abaixo do nível do mar, não se podem admitir aumentos no consumo deste nível de grandeza. Quando a água acabar, o que vão fazer? Vamos todos pagar indeminizações aos proprietários agrícolas, como já acontece no Algarve, onde foi necessário cortar a água para agricultura? Quando se insiste tanto nos ODS, estamos a agir de forma contrária, levando ao esgotamento de bens essenciais para o território, como a água.

3. ***Medida adicional de ocupação da entrelinha com valores de conservação*** *existentes, à data do projeto, bem como a sua valorização com sementeira ou estacaria. Esta medida implicou duas alterações do projeto na fase de construção, nomeadamente, a limpeza do solo para a plantação apenas na linha de plantação, bem como a alteração do compasso de plantação. A área dedicada à exploração agrícola será de 658,44 ha, com a alteração do compasso de 5x3 metros para 6x3 metros, o que representa uma percentagem de 50% passível de ser valorizada com plantação de espécies autóctones, como o bioindicador do habitat 2260 – Stauracanthus genistoides – e as respetivas espécies companheiras: Halimium halimifolium, Halimium calycinum, Calluna vulgaris, já identificadas na área de estudo. Esta valorização será realizada por sementeira, ou estacaria, em função da espécie. Desta forma 329,22 ha, serão valorizados com espécies do habitat 2260. Neste seguimento, em vez de serem afetados 658,44 ha, irão ser afetados 329,22 há.*

Participação – Espécies típicas de areia dunares consolidadas entre linhas de plantação com rega e adubação? Há algum caso conhecido de sucesso de uma medida tão inverosímil como esta?

4. ***Medida adicional para redução de perturbação na ZPE Açude da Murta e criação de locais de alimentação e refúgio, bem como criação de banco de sementes de Armeria rouyana, Thymus capitellatus e Santolina impressa****. Esta medida será implementada na zona a oeste do Açude da Murta, onde se retiraram setores de plantação para eliminar/minimizar perturbação nesta ZPE, bem como na IBA (Important Bird Areas) a sul e este do espelho de água, onde já não existia qualquer setor agrícola. O alimento é promovido por uma faixa de sementeira de cereais/gramíneas, constituída por leguminosas anuais de ressementeira natural e/ou leguminosas e gramíneas perenes;*

Participação – Sementeiras na envolvente de uma zona húmida provavelmente contribuirão para eutrofização do meio aquático e diminuição do espelho de água por erosão do solo lavrado.

5. ***Medida adicional para promover a introdução de Malcomia triloba -*** *na envolvente do reservatório de regularização localizado na Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES), por método de prospeção/inventário nas quadrículas identificadas no site Flora-on, para recolha de caule para reprodução por estacaria.*
6. ***Medida adicional para cumprir o objetivo de Conservação -*** *melhorar o estado de conservação do habitat 2260 através do aumento em 10% de área de habitat com estrutura (sub-critério do grau de conservação) bem conservada, através da plantação de espécies caraterísticas do habitat 2260 – Stauracanthus genistoides, Halimium halimifolium, Halimium calycinum, Calluna vulgaris, já identificadas na área de estudo fora dos setores de plantação, será efetuada uma sementeira, ou plantação por estacaria, durante os meses de outubro ou novembro, em função da espécie. As espécies a plantar, serão alvo de colheita de sementes e transplantação durante a fase de construção e serão numeradas sequencialmente;*
7. ***Medida adicional para densificar*** *espécies de Flora Relape por implementação de sementeiras de Armeria rouyana* onde duplicamos e triplicamos a densidade em relação ao que foi afetado pelo projeto, constituindo um banco de sementes de Armeria rouyana* do Projeto Agroflorestal. Embora o Parecer enfatize a espécie Armeria rouyana*, por ser prioritária segundo o Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro, esta proposta poderá abranger igualmente as espécies Thymus capitellatus e Santolina impressa;*

Participação – Existem casos de comprovado sucesso dessas sementeiras ou plantações? Nos últimos anos, em resultado das alterações climáticas, tem-se verificado uma dificuldade enorme de fazer vingar sementeiras e plantações de espécies mais robustas, como sobreiros. A estratégia que se tem revelado mais eficaz é proteger a vegetação existente e apoiar a regeneração natural. Estas medidas serão interessantes no papel, mas pouco prováveis de atingir sucesso na realidade, em areias que podem atingir mais de 40 graus centígrados nos dias de verão.

8. ***Medida adicional ao nível dos recursos hídricos****, promovida pela disponibilização de banco de captações de água subterrânea para reserva dos 3 polos de captação de água pública da AGDA, nomeadamente Comporta, Montevil e Mata de Valverde. Esta medida será materializada por via de um protocolo com a identificação das captações do grupo Aquaterra disponíveis para o banco de origens de água para consumo humano. Desta forma fica assegurada uma reserva aos 3 polos suprarreferidos (Comporta, Montevil e Alcácer do Sal).*

Participação - O facto de o projeto agrícola contribuir para as reservas de água das Águas do Alentejo em nada diminui a pressão sobre os recursos hídricos no território nem os impactos que estas captações terão nos ecossistemas circundantes.

9. ***Medida adicional ao nível dos recursos hídricos****, realizar um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública e caracterizar durante a*

fase de exploração do projeto a disponibilidade de água anual, a partir da geometria tridimensional do Aquífero, modelo de fluxo e recarga anual da precipitação.

Participação - Caso essa monitorização acuse uma diminuição insustentável, qual será a solução? Acabar com a exploração dos abacates e os contribuintes pagarem indeminizações aos proprietários?

10. ***Medida adicional ao nível dos recursos hídricos**, promovida pela submissão da instrução do Pedido de Alteração do Perímetro de Rega na Associação de Beneficiários do Vale do Sado (ABVS) em conformidade com o Guia de Orientação Técnica da DGADR – "Avaliação de Áreas Beneficiadas dos Aproveitamentos Hidroagrícolas" - de janeiro de 2024, que fornece orientações para os estudos de suporte à alteração das atuais áreas beneficiadas pelos Aproveitamentos Hidroagrícolas, os quais suportarão a exclusão de áreas sem aptidão para o regadio e/ou sem prática de regadio e a inclusão de outras áreas com aptidão para o regadio e com garantia de disponibilidades hídricas.*

Participação - A exclusão de áreas sem aptidão não compensam os gastos insustentáveis existentes e previstos.

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Parecer da Sociedade Portuguesa de Botânica sobre a Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN-R)

09 de julho de 2024

Âmbito

O presente documento visa elencar as preocupações da Sociedade Portuguesa de Botânica relativas aos impactos que poderão resultar da implementação da reformulação do projeto agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (aberto à consulta pública a 26 de junho de 2024). O projeto está inserido nas Zona Especial de Conservação (ZEC) do Estuário do Sado e Comporta/Galé, num território de grande relevância botânica dada a presença de diversas plantas endémicas de Portugal ou raras em território nacional e *habitats* classificados no âmbito da Rede Natura 2000, dois dos quais prioritários (2150, 2250).

São reiteradas várias questões já referidas no nosso parecer "SPBotanica_Parecer_Abacates_Murta_Monte Novo.pdf" da consulta pública anterior referente a este projeto, uma vez que os impactos sobre a flora são insanáveis.

Enquadramento

O projeto agroflorestal (melhor categorizado como de mono-fruticultura exótica) das Herdades de Murta e Monte Novo insere-se em 6 áreas integrantes do Sistema Nacional de Áreas Classificadas:

- Reserva Natural do Estuário do Sado
- Zona Especial de Conservação (ZEC) do Estuário do Sado (PTCON0011)
- Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé (PTCON0034).
- Zona de Protecção Especial (ZEP) do Estuário do Sado
- Zona de Protecção Especial (ZEP) Açude da Murta
- Sítio Ramsar "Estuário do Sado"

Destas destacam-se as ZEC, uma vez que ambas foram definidas em função da necessidade de proteção de um conjunto de valores onde se incluem 20 espécies de plantas vasculares (Tabela 1) que foram assinaladas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Destas 5 são consideradas espécies prioritárias (assinaladas com *), ou seja, que levaram à designação de ZEC para a sua conservação.

Tabela 1 – Lista de espécies de flora indicadas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para as ZEC Estuário do Sado (PTCON0011) e Comporta-Galé (PTCON0034).

Código	Táxon	Anexos	LVF	PTCON0011	PTCON0034	EIA	F-On
1644	*Armeria rouyana*	II*, IV	NT	Sim	Sim	Sim	Sim
1785	*Centaurea fraylensis*	II*, IV		Não	Sim		
1573	*Euphorbia transtagana*	II*, IV		Não	Sim		
1462	*Herniaria maritima*	II, IV	LC	Sim	Sim	Sim	
1851	*Hyacinthoides vicentina*	II, IV	LC	Não	Sim		
1487	*Jonopsidum acaule*	II*, IV	LC	Sim	Sim		Sim
1639	*Limonium lanceolatum*	II, IV		Sim	Sim		
1719	*Linaria ficalhoana*	II*, IV		Sim	Sim		
1566	*Melilotus segetalis* subsp. *fallax*	II, IV		Sim	Não		
1669	*Myosotis lusitanica*	II, IV	DD	Sim	Sim		Sim
1673	*Myosotis retusifolia*	II, IV		Sim	Sim		
1549	*Ononis hackelii*	II*, IV		Não	Sim		
	Ruscus aculeatus	V		Não	Sim		
1434	*Salix salviifolius* subsp. *australis*	II, IV		Não	Sim		
	Scrophularia sublyrata	V		Não	Sim	Sim	
1777	*Santolina impressa*	II, IV		Sim	Sim	Sim	Sim
1618	*Thorella verticillatinundata*	II, IV		Sim	Sim		
1695	*Thymus camphoratus*	II*, IV		Sim	Sim		
	Thymus capitellatus	IV		Sim	Sim	Sim	Sim
1681	*Thymus carnosus*	II, IV		Sim	Sim		

Legenda: Categorias de ameaça de acordo com a Lista Vermelha da Flora (LVF) Vascular de Portugal continental (Carapeto *et al.*, 2020): CR – Criticamente em Perigo; EN – Em perigo; VU – Vulnerável; NT – Quase Ameaçada; DD – Informação Insuficiente; LC – Pouco Preocupante; NE – Não avaliada. EIA - Estudo de Impacte Ambiental. F-On - portal Flora-On (https://flora-on.pt/)..

A estes valores deverá ser adicionado um conjunto de outras plantas vasculares, endémicas e/ou raras em Portugal que, de acordo com o Flora-On (https://flora-on.pt/) e com Neto (2002), ocorrem na ZEC Comporta-Galé (Tabela 2).

Tabela 2 - Lista de outros valores florísticos (espécies endémicas e/ou raras) que ocorrem nas ZEC Estuário do Sado (PTCON0011) e Comporta-Galé (PTCON0034).

Táxon	Anexos	LVF	PTCON0011	PTCON0034	EIA	F-On
Agrostis juressi		VU				
Carex pseudocyperus		NE				Neto (2002)
Centaurea fraylensis	II, IV	NT				
Chamaesyce peplis		NT				
Cheirolophus uliginosus		NT				
Cirsium welwitschii		EN				
Dactylorhiza elata		NA				
Euphorbia uliginosa		NT				
Genista ancistrocarpa		NT				
Iberis ciliata subsp. *welwitschii*		NE				Sim
Juncus emmanuelis		VU				
Juniperus navicularis		NT	Sim	Sim	Sim	Sim
Malcolmia lacera subsp. *gracilima*	V	LC				Sim
Myrica gale		NE				Sim
Nymphaea alba		NE				Sim
Oenanthe fistulosa		NT				
Ononis pinnata		VU				
Orchis laxiflora		EN				
Rhynchospora modesti-lucennoi		VU				Neto (2002)
Ruppia cirrhosa		VU				
Ruppia maritima		NT				
Thelypteris palustris		NT		Sim		Sim
Ulex australis subsp. *welwitschianus*		LC	Sim	Sim	Sim	Sim
Utricularia gibba		VU				

Legenda: Categorias de ameaça de acordo com a Lista Vermelha da Flora (LVF) Vascular de Portugal continental (Carapeto *et al.*, 2020): CR – Criticamente em Perigo; EN – Em perigo; VU – Vulnerável; NT – Quase Ameaçada; DD – Informação Insuficiente; LC – Pouco Preocupante; NE – Não avaliada. EIA - Estudo de Impacte Ambiental. F-On - portal Flora-On (https://flora-on.pt/).

Deste conjunto, 9 plantas ocorrem na área proposta para o projeto, na sua versão anterior e reformulada, destacando-se a protegida *Malcolmia lacera* subsp. *gracilima,* a ameaçada *Rhynchospora modesti-lucennoi* (Vulnerável) e as quase ameaçadas, *Thelypteris palustris* e *Juniperus navicularis* e ainda as raras *Myrica gale, Carex pseudocyperus* e *Nymphaea alba,* associadas aos habitats aquáticos do Açude da Murta.

A reformulação do projeto apresenta uma caracterização mais completa e correta dos valores florísticos em presença, relativamente à versão anterior.

Análise

A singularidade da vegetação da bacia do Sado, onde se integram estes territórios foi estudada e descrita por Moreira (1987), Neto (2002), Neto *et al.* (2007), Gutierres (2014) e Neto *et al.* (2020), entre outros autores. Trata-se, portanto, de um território onde existe conhecimento consolidado sobre o património botânico e o seu valor para a conservação da biodiversidade nacional e mundial.

Ocupação na ZEC Comporta/Galé

O ponto 4.1.9 do EIA apresenta uma melhor caracterização dos impactes cumulativos relativamente à que tinha sido apresentada no projeto anterior. A afetação já existente na ZEC Comporta-Galé, relacionada com projetos agroflorestais e turísticos, de acordo com os dados apresentados no EIA, impacta diretamente:

- *Habitat* 2150* (prioritário) - Dunas fixas descalcificadas atlânticas (*Calluno-Ulicetea*) - 3 616,04 ha dos 25 540 ha cartografados deste *habitat*, entre área agrícola, área impermeável e área turística. A área em manutenção (área florestal) corresponde a cerca de 66,9% da área total da ZEC.
- *Habitat* 2250* (prioritário) - Dunas litorais com *Juniperus* spp. - 3 619,21 ha dos 26 536,7 ha cartografados deste *habitat*, entre área agrícola, área impermeável e área turística. A área em manutenção (área florestal) corresponde a cerca de 70% da área total da ZEC.
- *Habitat* 2260 - Dunas com vegetação esclerófila de *Cisto-Lavanduletalia* - 3 642,93 ha dos 26 074,2 ha cartografados para este *habitat*, entre área agrícola, área impermeável

e área turística. A área em manutenção (área florestal) corresponde a cerca de 68,5% da área total da ZEC.

É provável que outros projetos ainda não executados não tenham sido integrados na análise e venham a agravar esta percentagem no futuro.

Salienta-se o que é referido nos n.ºs 10 e 11 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, republicado pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de Fevereiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de Novembro:

"10 - A realização de acção, plano ou projecto objecto de conclusões negativas na avaliação de impacte ambiental ou na análise das suas incidências ambientais depende do reconhecimento, por despacho conjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território e do ministro competente em razão da matéria, da ausência de soluções alternativas e da sua necessidade por razões imperativas de reconhecido interesse público, incluindo de natureza social ou económica.

11 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando a acção, plano ou projecto objecto de conclusões negativas na avaliação de impacte ambiental ou na análise das suas incidências ambientais afecte um tipo de habitat natural ou espécie prioritários de um sítio da lista nacional de sítios, de um sítio de interesse comunitário, de uma ZEC e de uma ZPE, apenas podem ser invocadas as seguintes razões:

a) A saúde ou a segurança públicas;

b) As consequências benéficas primordiais para o ambiente;

c) Outras razões imperativas de reconhecido interesse público, mediante parecer prévio da Comissão Europeia."

Impactes das fases de construção e exploração

De acordo com o EIA, o projeto reformulado da Herdade da Murta e Monte Novo vem acrescentar a esta afetação já existente, as seguintes áreas de *habitats* (considerando os critérios do EIA para afetação, que se limitam à destruição do coberto vegetal, não considerando outros impactes negativos da atividade sobre a vegetação):

- *Habitat* 2150* (prioritário) - 1,63 hectares + 21,72 hectares deste *habitat* em mosaico com o 2260.
- *Habitat* 2260 - 709,95 hectares + 17,22 hectares deste *habitat* em mosaico com o 2330.
- *Habitat* 2230 - Dunas com prados de *Malcolmietalia* - 0,18 hectares.

Sobre os valores da flora, o EIA apresenta os seguintes valores de afetação direta:

- 9 ha de *Juniperus navicularis*;
- 38 ha de *Thymus capitellatus*;
- 13 ha de *Santolina impressa*;
- 3 ha de *Armeria rouyana*.

Acrescem a esta afetação direta por desmatação, a área de 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto.

De acordo com a equipa do EIA, não são considerados como afetadas manchas de *habitats* ou núcleos de flora RELAPE que se situam:

- No seio dos setores de plantação, como manchas isoladas, rodeadas de linhas de plantação, onde ocorre adubação, rega, tratamentos fitossanitários e outras operações normais nas linhas de plantação. Muitas dessas manchas são de *habitat* prioritário 2250*.
- Na entrelinha, ou seja, numa faixa de 6 metros entre linhas de plantação, onde ocorrem os processos já referidos: adubação, rega, tratamentos fitossanitários, etc.

Esta avaliação de incidências não nos parece correta, uma vez que as condições ecológicas nestes isolados de núcleos populacionais ou *habitats*, não serão compatíveis com os requisitos desses valores naturais, como consequência da alteração expectável dos níveis de nutrientes no solo e humidade edáfica.

Nem o "ajardinamento", *i.e.*, uma delimitação praticamente restrita à ocupação dos indivíduos, eliminando os habitats das suas orlas, eliminando outros com os quais contata catenalmente, e, em suma, interrompendo o *continuum naturale,* é compatível com a conservação de um *habitat* prioritário numa ZEC.

Assim, não nos parece que o *Critério 1 - Não afetar habitats prioritários* (página 133) seja cumprido nesta versão do projeto.

É referida no EIA uma "*medida adicional de ocupação da entrelinha com valores de conservação existentes, à data do projeto, bem como a sua valorização com sementeira ou estacaria. Esta medida implicou duas alterações do projeto na fase de construção, nomeadamente, a limpeza do solo para a plantação apenas na linha de plantação, bem como a*

alteração do compasso de plantação. A área dedicada à exploração agrícola será de 658,44 ha, com a alteração do compasso de 5x3 metros para 6x3 metros, o que representa uma percentagem de 50% passível de ser valorizada com plantação de espécies autóctones, como o bioindicador do habitat 2260 – Stauracanthus genistoides – e as respetivas espécies companheiras: Halimium halimifolium, Halimium calycinum, Calluna vulgaris, já identificadas na área de estudo . Esta valorização será realizada por sementeira, ou estacaria, em função da espécie. Desta forma 329,22 ha, serão valorizados com espécies do habitat 2260. Neste seguimento, em vez de serem afetados 658,44 ha, irão ser afetados 329,22 ha".

Ou seja, as entrelinhas com exemplares de *Stauracanthus* são considerados *habitat*, logo não são contabilizados como afetação, o que não nos parece correto. Plantação ou sementeira de um bioindicador não é suficiente para se conseguir o *habitat*, se as condições ecológicas não se mantiverem adequadas para o desenvolvimento de toda a comunidade associada. É de esperar que as plantas nitrófilas invadam as entrelinhas e não permitam a instalação da vegetação esclerófila. Por outro lado, não nos parece que esta situação seja viável, até em termos de produção agrícola. Os *Stauracanthus* podem atingir perímetros e alturas de mais de 1,5 metros no *habitat* natural. Com o adubo a aplicar – plano de adubação atual - "*O plano de fertilização, contempla a abertura de uma linha contínua ao longo do camalhão, com 20 cm de profundidade, na qual se incorporará Composto Orgânico (Ferbio®), na quantidade de 40 ton/hectare*" – poderão atingir dimensões que obrigarão, mais tarde ou mais cedo, à sua eliminação.

De acordo com o EIA, em relação à versão anterior do projeto, sobre a qual nos tínhamos pronunciado, ocorreu uma redução de área agrícola e manutenção de área florestal - na área total de 2402,10 ha da propriedade, inicialmente estavam propostos 722,24 ha agrícolas e foram reduzidos para 658,44 ha, ou seja, ocorreu uma diminuição da área de plantação de 63,80 ha de setores de plantação face ao Projeto anterior. **Os impactes produzidos pelos atuais 658,44 hectares de plantação <u>continuam</u> a ser de elevada magnitude e significância**, uma vez que se instalam em matos dunares, ou seja, implicam a sua destruição total. Embora frequentemente os *habitats* em presença se encontrem num estado de conservação desfavorável, uma gestão adequada pode, com poucos recursos, eliminar as pressões existentes para incremento do estado de conservação atual, sem outras medidas ativas que não sejam a gestão do pinhal e das espécies invasoras.

Outra alteração prevista relativamente ao projeto anterior é "*Redução de infraestruturas, nomeadamente a eliminação do centro interpretativo da ZEC Comporta/Galé, dos reservatórios para armazenamento de combustível e de dois furos*".

A eliminação de dois furos não minimiza as preocupações com a sangria dos recursos hídricos, já que o projeto previa 34 furos mais uso de água da Associação de Beneficiários do Vale do Sado. O consumo anual de água continua a ser insustentável, mesmo sem ter em conta as previsões para as alterações climáticas. No projeto atual estão previstos 16 furos profundos, com profundidades superiores a 100 m, e por 16 furos curtos, com profundidades inferiores a 50 m. O volume de água a utilizar passou de 4,33 hm3/ano para 3,95 hm3/ano.

No EIA não são apresentados os níveis atuais de água dos aquíferos superficial e profundo, nem a localização e volumes de água captados nos furos existentes na envolvente, nos diversos projectos agrícolas e turísticos já instalados na ZEC.

É de esperar que o rebaixamento do nível da água subterrânea afete não apenas o açude da Murta, inserido na propriedade, mas também outras zonas húmidas próximas, como as depressões húmidas intradunares, que reúnam um cortejo de espécies patrimonialmente relevantes. Já são bem visíveis alterações em zonas húmidas próximas, como a do Montalvo, após a instalação de projeto agrícola a montante.

O projeto prevê uma "*medida adicional ao nível dos recursos hídricos, realizar um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública e caracterizar durante a fase de exploração do projeto a disponibilidade de água anual, a partir da geometria tridimensional do Aquífero, modelo de fluxo e recarga anual da precipitação*". Contudo, não é referido no EIA o que acontece se esse estudo revelar um rebaixamento insustentável do aquífero. Que soluções serão implementadas?

Mantém-se ainda o risco, já assinalado para o projeto anterior, de degradação a longo prazo da flora e vegetação associada ao açude da Murta (*e.g.*, redução da massa de água, eutrofização por arrastamento de nutrientes, escorrimento de fitofármacos adubos/pesticidas).

Estranha-se que, relativamente a fitofármacos, apenas se refira "*Uso pouco provável e/ou muito reduzido, caso sejam utilizados o seu uso será restrito aos fitofármacos e pesticidas*

homologados pela DGAV, em Portugal" (página 46), o que nos parece uma apresentação insuficiente para avaliar impactes destes produtos na flora e vegetação.

Estranha-se a classificação dos impactes como "reversíveis". Embora seja plausível a possibilidade de que estes impactes possam ser reversíveis a longo prazo (mas não a médio ou curto-prazo), tal hipótese parece-nos ser a menos provável, uma vez que as alterações que a atividade agrícola produz nos solos, ao nível da sua fisiografia e características físico-químicas e biológicas, não faz prever a reversibilidade do processo. Os estudos realizados na área da Comporta (ver bibliografia) referem a regeneração dos matos dunares após corte ou roça (por exemplo no âmbito da proteção contra incêndios), perturbações realizadas sem alteração do banco de sementes ou das características do solo. Nesses casos, a sucessão ecológica verificou-se sempre que as espécies invasoras não estavam presentes. O mesmo não é de esperar com as ações previstas no projeto em análise.

Impactes sobre a flora

É claramente indicado no EIA que **os impactes sobre a flora e *habitats* são de magnitude elevada e elevada significância,** uma vez que afetam sobretudo valores naturais de elevado valor ecológico.

Concordamos com esta avaliação, pois, como apresentado anteriormente, os impactes deste projeto, por si só e quando somados aos dos projetos já implementados neste território, afetam claramente a integridade da ZEC Comporta/Galé enquanto zona classificada especificamente para a conservação de espécies como *Armeria rouyana, Santolina impressa* e *Thymus capitellatus*, para além dos *habitats* 2150* (prioritário), 2250* (prioritário), 2260 e 2330. A espécie *Jonopsidium acaule* não foi detetada nos trabalhos de campo relativos ao projeto, contudo a equipa do EIA considera a sua presença potencial, o que nos parece adequado.

As medidas de compensação propostas para os impactes na flora incluem:

- *"Medida adicional para promover a introdução de Malcomia triloba - na envolvente do reservatório de regularização localizado na Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES), por método de prospeção/inventário nas quadrículas identificadas no site Flora-on, para recolha de caule para reprodução por estacaria. "*
- *"Medida adicional para cumprir o objetivo de Conservação - melhorar o estado de conservação do habitat 2260 através do aumento em 10% de área de habitat com*

estrutura (sub-critério do grau de conservação) bem conservada, através da plantação de espécies caraterísticas do habitat 2260 – Stauracanthus genistoides, Halimium halimifolium, Halimium calycinum, Calluna vulgaris, já identificadas na área de estudo fora dos setores de plantação, será efetuada uma sementeira, ou plantação por estacaria, durante os meses de outubro ou novembro, em função da espécie. As espécies a plantar, serão alvo de colheita de sementes e transplantação durante a fase de construção e serão numeradas sequencialmente;

- *Medida adicional para densificar espécies de Flora Relape por implementação de sementeiras de Armeria rouyana* onde duplicamos e triplicamos a densidade em relação ao que foi afetado pelo projeto, constituindo um banco de sementes de Armeria rouyana* do Projeto Agroflorestal. Embora o Parecer enfatize a espécie Armeria rouyana*, por ser prioritária segundo o Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro, esta proposta poderá abranger igualmente as espécies Thymus capitellatus e Santolina impressa."*

Tecnicamente, a eficácia da promoção artificial de *habitats* como medidas compensatórias é questionável, nomeadamente pelas baixas taxas de sucesso de tais ações de sementeira e plantio num cenário de precipitações primaveris decrescentes. O insucesso é agravado pela falta sistémica de recursos humanos especializados simultaneamente em horticultura e botânica em Portugal que possam executar cabalmente tais trabalhos, que exigiriam posteriormente monitorização. Nada substitui a regeneração natural dos *habitats* adjuvada pela supressão das ameaças.

Ademais, não é apresentada qualquer medida de compensação para a destruição de 9 hectares de *Juniperus navicularis*.

Afetação do ecossistema do Açude da Murta

Sobre a possibilidade de afetação do Açude da Murta e das comunidades de plantas aquáticas e higrófilas que lhe estão intrinsecamente associadas refere o EIA:

"*A possibilidade de alteração da qualidade da água superficial no Açude da Murta, existente no extremo norte da Herdade da Murta, começa a sentir-se na fase de construção e mantém-se durante a fase de exploração. Este impacte assume uma maior relevância para os setores de plantação da Herdade da Murta, localizados a montante e cuja bacia de apanhamento de escoamento é influenciada pela sua área de implantação. No entanto, refere-se que a área de*

plantação de abacate que existe nesta zona de influência, foi definida por forma a garantir o maior afastamento possível (mínimo de 400 m) em relação ao plano de água da albufeira do Açude da Murta, para que desta forma se possa garantir uma maior depuração, sobre as eventuais escorrências (ainda que estas sejam mínimas ou mesmo nulas) e, salvaguardar possíveis interferências que possam provocar a afetação dos ecossistemas aquáticos em presença, garantindo-se assim a integridade biofísica e paisagística do local. Considera-se assim que o impacte, embora negativo, de magnitude reduzida, incerto, reversível, localizado, indireto e pouco significativo, mas ainda assim passível de minimização. Propõe-se assim, um Programa de Monitorização para Acompanhamento da Evolução da Qualidade da Água Superficial no Açude da Murta."

Contudo, não é referido no EIA o que acontece caso esse estudo revele um rebaixamento insustentável do aquífero ou alterações na qualidade da água do açude. A exploração agrícola será suspensa?

No Açude da Murta estão assinaladas espécies raras em Portugal como a ameaçada *Rhynchospora modesti-lucennoi* (Vulnerável), a quase ameaçada *Thelypteris palustris* e ainda *Nymphaea alba*, *Myrica gale* e *Carex pseudocyperus.*

Na página 202 do EIA é referido um Plano de Recuperação do Açude da Murta, mas não é apresentado esse plano nem são referidas as medidas a implementar. O que irá ser feito, concretamente, para recuperação ou valorização dos habitats higrófilos ou aquáticos, oligotróficos, do Açude da Murta? Como se assegura a sua conservação, a longo prazo, num cenário de extração de água subterrânea na sua envolvente? Como se previne a eutrofização?

Na Medida FE53 refere-se a plantação de gramíneas e leguminosas na envolvente do açude, o que pode contribuir para a alteração das condições ecológicas do ambiente aquático, por exemplo devido ao transporte de nutrientes minerais (as leguminosas enriquecem o solo em nutrientes azotados) ou de partículas em suspensão nas operações de mobilização do solo para sementeira.

A tendência de cotas abaixo do nível médio das águas do mar observa-se atualmente em vários piezómetros na envolvente da Herdade da Murta. Por exemplo, o piezómetro 476/21 de Cachopos, próximo da propriedade em análise, regista atualmente cotas médias abaixo do nível das águas do mar, assim como os furos da Mitrena - Moinho Novo, onde o nível piezométrico se encontra a -15 m de cota, ou seja, 15 m abaixo do nível do mar e Alcácer do

Sal que chegou a atingir os -24 m em Setembro de 2023. Com a implementação deste projecto, previsivelmente a intrusão salina vai propagar-se a partir do Rio Sado para o interior, no sentido de Norte para Sul, com impactes inevitáveis na flora e vegetação de alto valor patrimonial.

As projecções para a bacia do Sado para o cenário climático menos ou mais gravoso apontam para reduções da precipitação entre 10 e 25% e do escoamento superficial entre 19 e 50 %, respectivamente. Com o aumento da temperatura, ocorrerá aumento da evapotranspiração e diminuição das disponibilidades hídricas. As culturas regadas exigirão mais água. A água disponível para se infiltrar e constituir recarga de aquíferos será muito menor. Os ecossistemas aquáticos e terrestres e a flora e fauna neles integrados vão sofrer stresse hídrico com a redução dos escoamentos superficiais e o abaixamento dos níveis freáticos pelo efeito das alterações climáticas.

Existindo o risco de, no futuro, ocorrerem episódios de escassez na água captada no canal de rega (tendo em consideração o exemplo verificado na Barragem de Santa Clara, relativamente ao Perímetro de Rega do Mira), será possível que a captação de água subterrânea seja incrementada? Novamente, quais os impactos que poderão advir se houver essa necessidade?

Reiteramos o que aconteceu recentemente com o Parque Nacional de Doñana (https://earthobservatory.nasa.gov/images/151492/water-woes-in-donana-national-park) e que levou a UNESCO a excluir este Parque da Lista Verde da União Internacional para a Conservação da Natureza. A má gestão da área protegida, associada sobretudo à depleção das áreas húmidas pela irrigação agrícola nas imediações, levou o governo espanhol a anunciar um plano de 1,4 mil milhões de euros para proteger o parque. Não será mais sensato prevenir uma situação idêntica na Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda do Tejo, onde os níveis freáticos em 2023 atingiram já valores criticamente baixos?

Conclusões

Tendo em consideração:

- esta vegetação ser singular devido a prosperar em raras condições biofísicas e ecológicas (e, pela mesma razão, exigente em termos ecológicos) ser restrita quanto à sua distribuição,

- os objetivos que levaram à classificação da ZEC Comporta/Galé, onde se destaca a ocorrência de 19 espécies incluídas nos Anexos II, IV ou V da Diretiva *Habitats*, das quais 7 prioritárias;

- a ocorrência na área proposta para o projeto de duas plantas prioritárias, *Armeria rouyana* e *Jonopsidium acaule* e outras 6 espécies com estatuto de proteção legal, *Herniaria maritima, Malcolmia triloba* subsp. *gracilima, Myosotis lusitanica, Scrophularia sublyrata, Thymus capitellatus, Santolina impressa*, as duas últimas em grande abundância;

- o facto de mais de 12% deste território (cálculo por análise de imagens de Google Earth, desde a classificação do Sítio em 1997 a janeiro do presente ano) já estar comprometido, a longo prazo, na possibilidade do seu uso para conservação da biodiversidade florística;

- a possibilidade de degradação irreversível, a curto-médio prazo, do singular ecossistema aquático do açude da Murta, onde se incluem algumas plantas raras em Portugal;

- duas das orientações de gestão presentes para a ZEC Comporta/Galé no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 são "Condicionar a expansão do uso agrícola" e "Condicionar a mobilização do solo". Ver, por exemplo a MR5. Interditar a alteração de uso florestal para uso agrícola, ou alteração entre tipos de uso agrícola ;

- no EIA ser indicado que os impactes cumulativos sobre a flora **são de magnitude elevada e elevada significância,**

- que para a afetação de valores prioritários apenas podem ser evocadas razões relacionadas com a saúde do homem ou a segurança pública, de acordo com a Diretiva *Habitats* (artigo 6º),

- que não faz sentido a União Europeia e o estado português gastarem mais de 3 milhões de euros dos contribuintes num projeto LIFE para "melhorar o estado de conservação do *habitat* prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus* spp., em Portugal Continental, ou seja, dos zimbrais dunares, e reverter a sua atual tendência de degradação" (Zimbral for Life - https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao) e simultaneamente permitir a destruição do mesmo *habitat*,

- o caminho que se pretende seguir para a Rede Natura 2000 é um de conservação das suas espécies e *habitats* para as gerações presentes e para as gerações futuras, e

- o necessário, e menos oneroso, para que os *habitats* presentes atinjam / se mantenham em bom estado de conservação é o de suprimir as ameaças, e permitir que a natureza se regenere,

a Sociedade Portuguesa de Botânica expressa a sua **total discordância** com o projeto, inclusive nesta sua versão reformulada, considerando que **não se integra nos objetivos de conservação definidos para a ZEC Comporta-Galé,** uma vez que os impactes cumulativos sobre os valores de flora e vegetação são de magnitude elevada e elevada significância, pelo que irão agravar fortemente a já frágil situação desta ZEC na sua função de conservação da biodiversidade florística endémica e característica da bacia sedimentar do Sado.

Referências

Carapeto, A.; Francisco, A.; Pereira, P. & Porto, M. (eds.) (2020), Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental, Sociedade Portuguesa de Botânica, Associação Portuguesa de Ciência da Vegetação – PHYTOS e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (coord.). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Gutierres, F. (2014). Estrutura e Dinâmica dos Habitats e da Paisagem dos Sítios Estuário do Sado e Comporta/Galé - Um contributo para a Gestão e Restauro Ecológico. Tese de Doutoramento em Geografia Física – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Universidade de Lisboa.

Neto C. (2002) A flora e a vegetação do Superdistrito Sadense (Portugal). *Guineana* 8: 1–269

Neto C.; Costa J. C.; Honrado, J. e Capelo, J. (2007). Phitosociologic associations and Natura 2000 habitats of Portuguese coastal sand dunes. *Fitosociologia* 44 (2), Suppl. 1: 29–35.

Neto C., Fonseca J.P., Costa J.C. (2020) Areias envolventes do estuário do Sado *in* Porto M. (ed.) Sítios de Interesse Botânico de Portugal Continental. Coleção Botânica em Portugal. volume 5. Edições Lisboa Capital Verde Europeia 2020. Lisboa.

Moreira M.E. (1987) Estudo fitogeográfico do sistema de sapal do estuário do Sado. *Finisterra* 22 (44): 247–296.

09 de julho de 2024

Participação relativa ao Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN), localizado no concelho de Alcácer do Sal, proposto pela empresa Expoente Frugal Lda., do grupo Aquaterra, para produção de pera-abacate.

Comentam-se algumas alterações propostas relativamente ao projeto anterior (em itálico, de acordo com a página 11 e seguintes do EIA):

1. ***Redução de área agrícola*** *e manutenção de área florestal - Na área total de 2402,10 ha da propriedade, inicialmente estavam propostos 722,24 ha agrícolas e foram reduzidos para 658,44 ha, ou seja, ocorreu uma diminuição da área de plantação de 63,80 ha de setores de plantação face ao Projeto anterior*.

Participação – a redução proposta não evita a destruição de valores naturais que o estado português se comprometeu a preservar aquando da criação da ZEC Comporta-Galé. O projeto continua a contrariar o que está definido no Plano de Gestão dessa ZEC, de forma clara e evidente. Apesar das condenações do estado português por incumprimentos relativos à Rede Natura 2000 (veja-se por exemplo https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_24_268), continuam a admitir-se ataques grosseiros aos valores a preservar, como o que se propõe neste projeto.

2. ***Redução de infraestruturas,*** *nomeadamente a eliminação do centro interpretativo da ZEC Comporta/Galé, dos reservatórios para armazenamento de combustível e de dois furos*.

Participação - A eliminação de dois furos não os gastos enormes nos recursos hídricos, já que o projeto previa 34 furos mais uso de água da Associação de Beneficiários do Vale do Sado. O consumo anual de água continua a ser insustentável, mesmo sem ter em conta as previsões para as alterações climáticas. No projeto atual estão previstos 16 furos profundos, com profundidades superiores a 100 m, e por 16 furos curtos, com profundidades inferiores a 50 m. O volume de água a utilizar passou de 4,33 hm3/ano para 3,95 hm3/ano. Considerando as previsões no âmbito das alterações climáticas, os consumos já existentes nos muitos projetos agrícolas e turísticos na região e ainda os níveis registados nos furos próximos, com níveis piezométricos abaixo do nível do mar, não se podem admitir aumentos no consumo deste nível de grandeza. Quando a água acabar, o que vão fazer? Vamos todos pagar indeminizações aos proprietários agrícolas, como já acontece no Algarve, onde foi necessário cortar a água para agricultura? Quando se insiste tanto nos ODS, estamos a agir de forma contrária, levando ao esgotamento de bens essenciais para o território, como a água.

3. ***Medida adicional de ocupação da entrelinha com valores de conservação*** *existentes, à data do projeto, bem como a sua valorização com sementeira ou estacaria. Esta medida implicou duas alterações do projeto na fase de construção, nomeadamente, a limpeza do solo para a plantação apenas na linha de plantação, bem como a alteração do compasso de plantação. A área dedicada à exploração agrícola será de 658,44 ha, com a alteração do compasso de 5x3 metros para 6x3 metros, o que representa uma percentagem de 50% passível de ser valorizada com plantação de espécies autóctones, como o bioindicador do habitat 2260 – Stauracanthus genistoides – e as respetivas espécies companheiras: Halimium halimifolium, Halimium calycinum, Calluna vulgaris, já identificadas na área de estudo. Esta valorização será realizada por sementeira, ou estacaria, em função da espécie. Desta forma 329,22 ha, serão valorizados com espécies do habitat 2260. Neste seguimento, em vez de serem afetados 658,44 ha, irão ser afetados 329,22 há.*

Participação – Espécies típicas de areia dunares consolidadas entre linhas de plantação com rega e adubação? Há algum caso conhecido de sucesso de uma medida tão inverosímil como esta?

4. ***Medida adicional para redução de perturbação na ZPE Açude da Murta e criação de locais de alimentação e refúgio, bem como criação de banco de sementes de Armeria rouyana, Thymus capitellatus e Santolina impressa****. Esta medida será implementada na zona a oeste do Açude da Murta, onde se retiraram setores de plantação para eliminar/minimizar perturbação nesta ZPE, bem como na IBA (Important Bird Areas) a sul e este do espelho de água, onde já não existia qualquer setor agrícola. O alimento é promovido por uma faixa de sementeira de cereais/gramíneas, constituída por leguminosas anuais de ressementeira natural e/ou leguminosas e gramíneas perenes;*

Participação – Sementeiras na envolvente de uma zona húmida provavelmente contribuirão para eutrofização do meio aquático e diminuição do espelho de água por erosão do solo lavrado.

5. ***Medida adicional para promover a introdução de Malcomia triloba -*** *na envolvente do reservatório de regularização localizado na Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES), por método de prospeção/inventário nas quadrículas identificadas no site Flora-on, para recolha de caule para reprodução por estacaria.*
6. ***Medida adicional para cumprir o objetivo de Conservação -*** *melhorar o estado de conservação do habitat 2260 através do aumento em 10% de área de habitat com estrutura (sub-critério do grau de conservação) bem conservada, através da plantação de espécies caraterísticas do habitat 2260 – Stauracanthus genistoides, Halimium halimifolium, Halimium calycinum, Calluna vulgaris, já identificadas na área de estudo fora dos setores de plantação, será efetuada uma sementeira, ou plantação por estacaria, durante os meses de outubro ou novembro, em função da espécie. As espécies a plantar, serão alvo de colheita de sementes e transplantação durante a fase de construção e serão numeradas sequencialmente;*
7. ***Medida adicional para densificar*** *espécies de Flora Relape por implementação de sementeiras de Armeria rouyana* onde duplicamos e triplicamos a densidade em relação ao que foi afetado pelo projeto, constituindo um banco de sementes de Armeria rouyana* do Projeto Agroflorestal. Embora o Parecer enfatize a espécie Armeria rouyana*, por ser prioritária segundo o Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro, esta proposta poderá abranger igualmente as espécies Thymus capitellatus e Santolina impressa;*

Participação – Existem casos de comprovado sucesso dessas sementeiras ou plantações? Nos últimos anos, em resultado das alterações climáticas, tem-se verificado uma dificuldade enorme de fazer vingar sementeiras e plantações de espécies mais robustas, como sobreiros. A estratégia que se tem revelado mais eficaz é proteger a vegetação existente e apoiar a regeneração natural. Estas medidas serão interessantes no papel, mas pouco prováveis de atingir sucesso na realidade, em areias que podem atingir mais de 40 graus centígrados nos dias de verão.

8. ***Medida adicional ao nível dos recursos hídricos****, promovida pela disponibilização de banco de captações de água subterrânea para reserva dos 3 polos de captação de água pública da AGDA, nomeadamente Comporta, Montevil e Mata de Valverde. Esta medida será materializada por via de um protocolo com a identificação das captações do grupo Aquaterra disponíveis para o banco de origens de água para consumo humano. Desta forma fica assegurada uma reserva aos 3 polos suprarreferidos (Comporta, Montevil e Alcácer do Sal).*

Participação - O facto de o projeto agrícola contribuir para as reservas de água das Águas do Alentejo em nada diminui a pressão sobre os recursos hídricos no território nem os impactos que estas captações terão nos ecossistemas circundantes.

9. ***Medida adicional ao nível dos recursos hídricos****, realizar um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública e caracterizar durante a*

fase de exploração do projeto a disponibilidade de água anual, a partir da geometria tridimensional do Aquífero, modelo de fluxo e recarga anual da precipitação.

Participação - Caso essa monitorização acuse uma diminuição insustentável, qual será a solução? Acabar com a exploração dos abacates e os contribuintes pagarem indeminizações aos proprietários?

10. ***Medida adicional ao nível dos recursos hídricos**, promovida pela submissão da instrução do Pedido de Alteração do Perímetro de Rega na Associação de Beneficiários do Vale do Sado (ABVS) em conformidade com o Guia de Orientação Técnica da DGADR – "Avaliação de Áreas Beneficiadas dos Aproveitamentos Hidroagrícolas" - de janeiro de 2024, que fornece orientações para os estudos de suporte à alteração das atuais áreas beneficiadas pelos Aproveitamentos Hidroagrícolas, os quais suportarão a exclusão de áreas sem aptidão para o regadio e/ou sem prática de regadio e a inclusão de outras áreas com aptidão para o regadio e com garantia de disponibilidades hídricas.*

Participação - A exclusão de áreas sem aptidão não compensam os gastos insustentáveis existentes e previstos.

Comentário da Liga para a Protecção da Natureza à Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo Reformulado (HM-MN-R)

Enquadramento

No dia 12 de dezembro de 2023 foi disponibilizado no Participa.pt para consulta pública o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) relativo ao projeto "Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)", em fase de projeto de execução. Em resposta ao n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro[1], em 26 de junho de 2024 foi disponibilizado no Participa.pt para consulta pública, por um período de 10 dias úteis, o EIA relativo ao projeto "Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo Reformulado" (HM-MN-R), em fase de projeto de execução.

A entidade promotora da consulta pública é a CCDR Alentejo, I.P. e o proponente do projeto é a EXPOENTE FRUGAL Lda., do grupo AQUATERRA. O projeto está planeado para os terrenos das Herdades da Murta e Monte Novo, localizadas na freguesia da Comporta e na união de freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana, no concelho de Alcácer do Sal.

O projeto agroflorestal das HM-MN-R apresenta uma área de 2402,10 ha. Na sua proposta inicial, o projeto agroflorestal HM-MN contemplava uma área de intervenção total de 805,35 ha, que consistia na exploração de 722,24 ha para produção de pêra-abacate e 83,11 ha de área com estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Na sua proposta reformulada, o projeto passa a propor uma área total de intervenção de 734,48 ha, definindo-se pela criação de uma área agrícola de produção de pera-abacate com 658,44 ha e de 76,04 ha de área com estruturas e infraestruturas de apoio; envolve ainda uma área florestal de produção de 1349,10 ha. Na reformulação do projeto foi, assim, feita uma redução da área total de intervenção em 70,87 ha, com redução de área agrícola e manutenção de área florestal; foram também eliminadas as infraestruturas relativas ao 'centro interpretativo da ZEC Comporta/Galé,' reservatórios para armazenamento de combustível e dois dos 34 furos inicialmente previstos; foram também

[1] N.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro: "*Face ao parecer da CA* [Comissão de Avaliação]*, a autoridade de AIA* [Avaliação de Impacte Ambiental] *deve ponderar, em articulação com o proponente, a eventual necessidade de modificação do projeto para evitar ou reduzir efeitos significativos no ambiente, assim como a necessidade de prever medidas adicionais de minimização ou compensação ambiental*".

Estrada do Calhariz de Benfica, 187 □ 1500-124 Lisboa
Tel. +351 - 217 780 097 | 217 740 176 □
E-mail: geral@lpn.pt □ www.lpn.pt

propostas medidas de minimização ou compensação adicionais, face aos impactes gerados sobre os fatores ambientais.

A área de implementação do projeto reformulado está totalmente inserida na Rede Natura 2000, na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta-Galé (PTCON0034) e na ZEC Estuário do Sado (PTCON0011). Engloba totalmente a Área Importante para as Aves (IBA) do Açude da Murta e a Zona de Proteção Especial (ZPE) Açude da Murta (PTZPE0012). E interseta, parcialmente, a Reserva Natural do Estuário do Sado, a IBA Estuário do Sado, o sítio RAMSAR do Estuário do Sado e a ZPE Estuário do Sado (PTZPE0011).

Comentários

O Plano Diretor Municipal da zona afeta ao projeto classifica as áreas de implementação do mesmo como Espaços Florestais de Produção. No entanto, existem inúmeras considerações que levantam impedimentos e sérias condicionantes a uma decisão favorável, com especial foco nos valores ecológicos, afetação de recursos hídricos e ordenamento e gestão do território, de onde se destaca o Plano Setorial da Rede Natura 2000, um instrumento de gestão territorial que visa a salvaguarda e valorização das ZEC e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.

Habitats e espécies

A ZEC Comporta-Galé contém 38 habitats listados no Anexo I da Diretiva Habitats e dezenas de espécies listadas nos anexos das Diretivas Aves e Habitats, de onde se destaca a ocorrência de 19 espécies incluídas nos Anexos II, IV ou V da Diretiva Habitats, das quais 7 de conservação prioritária em virtude da existência de vários habitats costeiros bem preservados. Também a ZPE Açude da Murta se apresenta como de grande importância para a conservação das aves, com a ocorrência de pelo menos 12 espécies incluídas no Anexo I da Diretiva Aves (destaque para as aves aquáticas que ali encontram populações significativas) e 10 espécies com estatuto de ameaça em Portugal Continental.

A área de estudo do projeto agroflorestal das HM-MN-R é ocupada em cerca de 88% por habitats de interesse comunitário, sendo o mais comum o habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófila da *Cisto-Lavenduletalia*), correspondendo a cerca de 93% da área total dos diferentes habitats afetados pelo projeto. Embora não seja considerado um habitat prioritário na Diretiva Habitats, o habitat 2260 é um habitat de interesse comunitário considerado de conservação

Estrada do Calhariz de Benfica, 187 □ 1500-124 Lisboa
Tel. +351 - 217 780 097 | 217 740 176 □
E-mail: geral@lpn.pt □ www.lpn.pt

prioritária no Plano Setorial da Rede Natura 2000, comportando várias espécies endémicas, algumas delas sob proteção rigorosa. Na área proposta para implantação do projeto ocorrem também duas espécies de flora consideradas prioritárias para conservação, *Armeria rouyana* e *Jonopsidium acaule*, bem como várias outras com estatuto de proteção legal, duas delas em grande abundância (*Thymus capitellatus* e *Santolina impressa*).

No EIA do projeto agroflorestal das HM-MN, falhas grosseiras no trabalho de mapeamento levaram à não identificação de espécies e habitats, incluindo endemismos e habitats prioritários, para a área de intervenção. A confrontação com a cartografia de habitats mais recente, disponibilizada pelo ICNF, viria a revelar sobreposição dos setores de plantação do projeto agroflorestal das HM-MN-R com mosaicos de habitats naturais e seminaturais nos quais se fazem representar habitats prioritários para a conservação, como os habitats 2150* e 2250*, afetando-os. Não satisfeitos com os resultados, advoga-se no EIA do projeto reformulado que "*Isto deve-se ao facto de a cartografia do ICNF ser bastante abrangente, constituída por polígonos de grandes dimensões onde foram identificados mosaicos de habitats prioritários e não prioritários*." Assim, neste novo EIA, para efeito da análise do cumprimento de objetivos de conservação e integridade da ZEC Comporta-Galé e avaliação do impacte cumulativo das pressões (dependente da cartografia de Habitats e Flora RELAPE da ZEC), resolve o proponente ter em conta no desenho dos setores agrícolas a cartografia desenvolvida pela Rios & Aquíferos, Lda. – Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiente (R&A), que considera ter "*um maior grau de detalhe na demarcação das manchas de habitats prioritários, em comparação com os grandes polígonos da cartografia do ICNF*". Daqui resulta a afirmação no EIA da "*não afetação de habitats prioritários*" pela implantação dos setores de plantação e infraestruturas de apoio do projeto reformulado, 'cumprindo-se' assim um dos critérios, essenciais, à manutenção da integridade da ZEC.

O principal impacte resultante da implementação deste projeto é a eliminação direta dos muitos valores naturais protegidos, especialmente a flora, habitats e fauna com reduzida mobilidade, que ocupam grande parte do território em causa, com especial relevo para o habitat 2260. Conforme referido no parecer da Comissão de Avaliação ao projeto agroflorestal das HM-MN, a perda dos diversos biótopos levará a uma redução substancial dos territórios e dos nichos ecológicos e, consequentemente, das inúmeras espécies que os ocupavam, com destaque para as espécies sujeitas a proteção rigorosa e consideradas importantes para a integridade da ZEC, tendo em especial consideração as prioridades de conservação expressas no Plano Setorial da Rede Natura 2000, relativas às espécies e habitats existentes nesta área classificada, dos quais é representativa. Considerar uma cartografia com um maior grau de detalhe na demarcação de manchas de habitats prioritários que integram mosaicos de habitats não nos parece, portanto, a

Estrada do Calhariz de Benfica, 187 □ 1500-124 Lisboa
Tel. +351 - 217 780 097 | 217 740 176 □
E-mail: geral@lpn.pt □ www.lpn.pt

metodologia adequada a seguir para este fim, devendo ser considerada a cartografia recente disponibilizada pelo ICNF, autoridade nacional em matéria de conservação da natureza e biodiversidade, e que levaria à conclusão de afetação pelo projeto de áreas com habitats prioritários.

Assim, vem a LPN reforçar o sentido do seu parecer à consulta pública ao projeto agroflorestal das HM-MN: de acordo com o disposto no n.º 9 do artigo 6.º da Diretiva Habitats, sobre os projetos com impactes negativos em sítios com espécies ou habitats prioritários: "*No caso de o sítio em causa abrigar um tipo de habitat natural e/ou uma espécie prioritária, apenas podem ser evocadas razões relacionadas com a saúde do homem ou a segurança pública ou com consequências benéficas primordiais para o ambiente ou, após parecer da Comissão, outras razões imperativas de reconhecido interesse público*." Razões que se distanciam das desta proposta de projeto. Adicionalmente, salienta-se que os principais objetivos deste projeto agroflorestal não correspondem a qualquer dos objetivos de gestão dos dois sítios da Rede Natura 2000 impactados, definidos no Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

Água e Solos

Ao longo das últimas décadas a questão da disponibilidade de água tem sido um tema emergente e urgente no contexto nacional e global. De facto, temos assistido a um aumento da problemática associada à sua disponibilidade, o que em Portugal se tem manifestado em progressiva redução da disponibilidade deste recurso.

A produção de pêra-abacate trata-se de uma produção agrícola de elevado consumo de água, com valores na ordem dos 7300 m^3/ha em Portugal, apesar de alguns estudos apontarem para valores acima dos 8000 m^3/ha.

Por forma a viabilizar o projeto agroflorestal das HM-MN, na sua proposta reformulada a área agrícola afeta ao projeto é redesenhada de forma a não ultrapassar o Volume Máximo Anual de 2,858 hm^3/ano de origem subterrânea. Contudo, o projeto continua a desvalorizar a tendência de descida dos níveis de água na série piezométrica, bem como o efeito da intrusão salina que já se faz sentir (na Mitrena alguns furos já estão salinizados por sobreexploração que manteve cotas sistematicamente negativas no aquífero), e para o qual, inclusivamente, o abacateiro é uma planta particularmente sensível. A implementação deste projeto irá desencadear a propagação da intrusão salina a partir do rio Sado para o interior, no sentido de norte para sul, com a consequente salinização do solo e afetação do crescimento da vegetação. Contudo, o EIA não refere possíveis efeitos de curto, médio ou longo prazo da implementação de 32 furos para

Estrada do Calhariz de Benfica, 187 □ 1500-124 Lisboa
Tel. +351 - 217 780 097 | 217 740 176 □
E-mail: geral@lpn.pt □ www.lpn.pt

extração de água no local, designadamente na massa de água no Açude da Murta e na flora e na fauna que este sustenta; nem projeta cenários de fornecimento perante a possibilidade de episódios de aumento de salinidade nas águas subterrâneas naquela região do aquífero ou de escassez de água superficial captada.

Acresce a este facto a fraca descrição de eventos com potencial para impactos negativos muito significativos associados à utilização de fitofármacos e fertilizantes. De acordo com o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo as perdas de água resultantes de sistemas de rega gota-a-gota apresentam 100% de infiltração com destino ao aquífero. Por outras palavras, resultam em recarga (o que no aquífero Margem Esquerda se estima em cerca de 77 hm^3/ano proveniente deste tipo de rega). O que tal demonstra é o potencial de contaminação do aquífero e do açude pelos diversos produtos utilizados na agricultura.

Ao nível dos solos, o EIA refere a utilização de composto Ferbio® na proporção de 40 ton/ha, no entanto não existem quaisquer dados sobre a composição analítica deste produto, algo que está sujeito à legislação em vigor (ver, por exemplo, Produção Integrada da Cultura do Abacateiro, Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Local, 2010). Mais ainda, não discute o provável impacto da nitrofilização do solo sobre habitats que se pretenderia preservar (e.g. 2250*, 2260, 2230).

E, embora o EIA faça referência a um Programa de Monitorização da Qualidade da Água Superficial e Subterrânea, ao nível das substâncias ativas, relacionadas com os fertilizantes e produtos fitofarmacêuticos, este não é detalhado, sendo que o mesmo deveria ter já as considerações fundamentais a acompanhar, face à análise dos impactos do projeto que se supõe estarem bem identificadas no EIA. Mais, o EIA considera que "*as medidas e os procedimentos de autocontrolo/monitorização previstos no projeto permitem reduzir substancialmente os impactes que poderiam ocorrer no meio hídrico, sobretudo ao nível da qualidade da água e, consequentemente sobre a biodiversidade local*". Algo com que não podemos concordar, tanto pela falta de evidências ou dados de suporte, como pelo facto de se considerar o autocontrolo e a monitorização suficientes para a mitigação de impactes, quando estes precisam ser complementados por ações concretas de mitigação. A monitorização é essencial para identificar problemas, mas, por si só, não os resolve. Acresce que a ligação entre a qualidade da água e a biodiversidade é complexa e multidimensional - a monitorização da qualidade da água não resultará automaticamente na proteção da biodiversidade local.

Alternativas à localização do projeto

Estrada do Calhariz de Benfica, 187 □ 1500-124 Lisboa
Tel. +351 - 217 780 097 | 217 740 176 □
E-mail: geral@lpn.pt □ www.lpn.pt

Por último, consideramos que não foi feita uma verdadeira análise de alternativas à localização do projeto, conforme determinado pelo n.º 2 do Anexo V (Conteúdo mínimo do EIA) do Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, já que se verifica para a localização proposta a sobreposição com áreas de habitats protegidos com um potencial elevado de espécies da flora e da fauna. Isto porque, no que se refere às alternativas de localização fora da área de estudo, o promotor refere que o território escolhido revelou-se ser a única área na zona que reunia as adequadas características necessárias para a sua implementação, sem apresentar qualquer estudo que justificasse a sua afirmação, nomeadamente o levantamento das condições edafoclimáticas das áreas com potencial de utilização (incluindo fora do concelho de Alcácer do Sal) e do seu cadastro, e, ainda, um estudo de viabilidade económica que estabelecesse, de forma clara, a área mínima necessária ou a inviabilidade de exploração de espécies com interesse agrícola e/ou de outros modos de produção, como o biológico ou a proteção integrada. Não se considera, por isso, demonstrada a ausência de soluções alternativas, tal como exigido, nos termos do Regime Jurídico da AIA e do Regime Jurídico da Rede Natura 2000.

Conclusão

Face à destruição de habitats e espécies listados na Diretiva Habitats na área proposta para o projeto agroflorestal HM-MN-R, à crescente pressão e, consequente, regressão desses habitats e espécies presentes nesta área da Rede Natura 2000, resultado dos impactes cumulativos na ZEC Comporta-Galé (aspeto fulcral no processo de avaliação ambiental e de tomada de decisão), e às deficiências do EIA, principalmente no que requer às questões relativas a: contaminação de águas (superficiais e subterrâneas); impacto da extração no aquífero; falhas na contabilização de possíveis variações na fonte de água face a variações na disponibilidade; ausência de um plano de monitorização claro e definido; e não apresentação de soluções alternativas à localização do Projeto; vem a Liga para a Protecção da Natureza dar o seu parecer desfavorável ao Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo Reformulado (HM-MN-R).

Lisboa, 9 de julho de 2024

Estrada do Calhariz de Benfica, 187 □ 1500-124 Lisboa
Tel. +351 - 217 780 097 | 217 740 176 □
E-mail: geral@lpn.pt □ www.lpn.pt

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

Parecer para a Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio, e novamente, apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. A Junho/Julho de 2024, contestamos a reformulação do projeto, agora sujeita a consulta pública, após a primeira iteração do projeto ter sito chumbado em consulta pública em Janeiro de 2024.

Tomando como referência o Resumo Não-Técnico desta Reformulação do Projeto (RNT)[1], enumeramos abaixo as razões para esta posição de discordância, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

1. Recursos Hídricos

O projecto foi reformulado tendo em conta as limitações de consumo de água por área de exploração. Mesmo assim, nesta reformulação, o projeto gastará então, em fase de exploração, **10,9 milhões de litros de água por dia** para regar um área reduzida de **658,44 hectares de plantação e exploração abacate**, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela "diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis" freáticos[2]. Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, "o volume máximo autorizado para captação [de águas subterrâneas] é de 4,827 hm^3/ano"[2]. Este projecto HM-MN vai tomar 59% deste volume (reduzido de 67% no projeto chumbado em Janeiro), uma vez que pretende captar 2,858 hm^3 anualmente de água subterrânea, a dois níveis de profundidade e por meio de 32 furos. No RNT[1], pág. 12, "considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega (...) causa impactes considerados como significativos", mas que "reflete apenas a um nível local". Embora já haja reconhecimento do impacto negativo, considerá-lo apenas local demonstra desconhecimento pelo funcionamento de sistemas hídricos, e através deste desconhecimento demonstra desconsideração pelo sistema local e regional em que se insere. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm3 por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 3,997 hm^3 de água gastos por ano.

---

[1] https://participa.pt/contents/consultationdocument/RNT_ART16_signed.pdf

[2] https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500

[3] https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros

Este consumo de água, servindo um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 56 150 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante[3].

Em relação ao impacto qualitativo nas redes de água, é de notar que não é referido, nem no presente RNT[1] nem no relatório da primeira iteração do projeto (RNT1)[4], na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana -, o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde no RNT1 na descrição da fase de exploração, sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas. Este "deslize" demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região. Assim, consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que "não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas." (RTN, pág. 13); isto pois, nestas herdades em particular, o RNT1 assume que "face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina". Logo, quaisquer químicos usados infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

Saudamos, pelo menos, o reconhecimento da consulta pública de Janeiro de 2024, pela sugestão de "Realização de um estudo de acompanhamento do aquífero de forma a corresponder ao solicitado na participação pública."

2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatação (RNT pág. 15), com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em "duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótopo Corine", em "Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado". É um território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns "prioritários para a conservação", e, de cuja área total, "cerca de 88% [são] habitats de interesse comunitário". Tem também várias espécies vegetais endémicas e protegidas a nível europeu, destacando *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, "ambas integrantes dos Anexos II e IV do Anexo B-II do Decreto-Lei no49/2005, de 24 de fevereiro".

Além dos 658,44 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 70,87 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e cujos impactos não são referidos - o que é inadmissível.

Nesta reformulação do projeto, nota-se já um foco na descrição dos impactos ambientais. Contudo, pode-se interpretar este texto como uma série de argumentos a favor do projeto que o mantêm dentro dos limites legais, mas cujos impactos continuam a ser nocivos:

---

[4] https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf

- Para 766 hectares de **habitats afectados**, o impacto é descrito como "negativo, certo, direto, permanente, local, reversível, de magnitude elevada". Este impacto é repetidamente justificado por esta área ter uma grande maioria de habitat 2260 (Dunas com vegetação esclerófita) e por este se encontrar degradado em algumas zonas, sugerindo que ter uma presença elevada deste tipo de habitat dunar é de alguma forma de menos valor, e que por estar degradado é interessante eliminá-lo.

- O impacto na **flora** "carateriza-se como sendo negativo, permanente, direto, certo, local e reversível, de magnitude moderada, mas de elevada significância dada a afetação de espécies de elevado valor para a conservação."

- "No que diz respeito à **fauna**, a destruição do coberto vegetal resultará na perda de habitat e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, na área do projeto, sendo estes os principais impactes esperados nesta fase. Considera-se que o grupo faunístico mais impactado pela implantação deste projeto será a avifauna, uma vez que a área total da propriedade se encontra em Zonas de Proteção Especial (ZPE)."

Destacamos que são diretamente afetadas espécies RELAPE[5] e em enorme escala - nomeadamente 9 ha de *Juniperus navicularis (Zimbro)*, 38 ha de *Thymus capitellatus*, 13 ha de *Santolina impressa,* e 3 ha de *Armeria rouyana*. Num momento em que existe o projeto Zimbral for Life a ser implementado nesta região, que "tem como grande objetivo melhorar o estado de conservação do habitat prioritário 2250* Dunas litorais com *Juniperus spp*.", com o ICNF como parceiro e financiado pela União Europeia[6], é impensável como se pode considerar aprovar um projeto que tem como consequência certa a destruição de 9 hectares

Esta descrição de impactos seria de conclusão certa – o cancelamento do projeto –, mas seguem-se então inúmeras justificações para a implementação de um projeto com tais consequências. Enunciamos algumas:

- O projeto incluiria remoção de exemplares de espécies invasoras de *Acacia sp.* baixando o risco elevado de incêndio, e a conservação de sobreiros e azinheiras – não entendemos como estes factos e propostas se relacionam com a plantação de uma monocultura de abacates;

- Criação de abrigos e "faixas de gramíneas" para a fauna afectada;

- Criação de sementeiras das espécies de flora implicadas na "classificação da área da Comporta-Galé como SIC (Sítio de Importância Comunitária)", e introduções de espécies de flora significativas – repetindo a clássica medida de 'destruição num local para plantar noutro', e esta seguindo métricas exigidas pelo ICNF. Referem esta medida para *A. rouyana*, *T. capitellatus* e *S. impressa*, mas não para *Juniperus spp.*, logo não é mencionada qualquer compensação para a sua destruição - que de qualquer forma não seria possível devido ao baixo sucesso de germinação e transplante artificiais do zimbro.

---

[5] "Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção"; https://listavermelha-flora.pt/projeto/

[6] https://www.zimbral4life.uevora.pt/projeto-missao

Queremos também reforçar que o impacto é repetidamente caracterizado como reversível, mas sem indicação de como, e a que termo temporal. Mesmo quando se mencionam os impactos de eventual desativação do projeto agrícola, o desmantelamento é previsto ter consequências "sensivelmente semelhantes aos da fase de construção" - logo, não se mostra haver cuidado ou intenção de reverter a destruição no local do projeto, apenas de perpetuá-la.

A conclusão do RNT (pág. 20) é de que "em termos de impacte cumulativo, se cada prédio [agrícola, florestal, ou de área impermeável] não ultrapassar o objetivo de conservação definido infra, a integridade da ZEC não é posta em causa". Interpretando estes argumentos, vemos no geral e em cada um deles a repetição de uma estratégia comum e normalizada em Estudos de Impacto Ambiental, que é o *greenwashing* dos impactos negativos através de medidas de compensação totalmente insuficientes, ou sequer relacionadas com os impactos, e cuja implementação, fiscalização e consequências são, no mínimo, duvidosas.

3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

"O Projeto Agroflorestal HM-MN insere–se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de "Espaços Florestais de Produção" " (RNT1 pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

Adicionalmente, assistimos a uma clara manipulação da categoria "Espaços Florestais" - Agroflorestal não é Florestal; ainda mais grave é o salto categórico de pretender-se fazer passar um projecto de mono-fruticultura exótica como um projecto agroflorestal.

4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de mais de 2 mil hectares e de 55 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Pretendem ainda integrar 219 a 365 trabalhadores temporários na época de colheita, cuja origem ou condições de trabalho não são mencionadas. Sabemos bem, tendo em conta o panorama nacional atual, que o emprego sazonal provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 5 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório RTN1 lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que "já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo" e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental no RNT – de que "o Projeto reformulado [é] viável ambientalmente", e segundo o RNT1 "apresentando–se o mesmo como uma mais–valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal."

Consideramos inconcebível como é que, depois do projeto ser chumbado, o promotor tenta usar argumentos de redução ou evasão de "efeitos significativos no ambiente" e uma (pequena) série de medidas compensatórias normativas, mas de baixo impacto relativo, quando o seu objetivo é realizar um projeto de monoagricultura hiperintensiva. Não vemos senão danos da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem novamente avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Catarina Rosa

Maria Santos

pela Associação Dunas Livres

CCDR ALENTEJO
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.

REPÚBLICA PORTUGUESA
COESÃO TERRITORIAL

ANEXO C

PARTICIPAÇÃO NA CONSULTA PÚBLICA DA APMAB- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE INSPEÇÃO E PREVENÇÃO AMBIENTAL

A APAMB- Associação Portuguesa de Inspeção e Prevenção Ambiental emite parecer desfavorável relativo ao projeto agroflorestal das herdades da Murta e Monte Novo.

Porquanto:

1) O projeto agroflorestal localiza-se na totalidade em rede natura 2000, nas zonas especiais de conservação (ZEC), Comporta-Galé e ZEC Estuário do Sado.
2) Por outro lado, está implantado parcialmente em zona de proteção especial (Açude da Murta).
3) E tem uma envolvente muito próxima do Estuário do Sado, do sítio RAMSAR estuário do sado, da IBA Açude da Murta e dos Biotípos Corina Estuário do sado e da comporta.

O projeto agroflorestal põe em causa espécies vegetais e animais de interesse comunitário.

Põe em causa o habitat de várias espécies migratórias.

Altera significativa e de forma grave o uso do solo.

Afeta vários habitats protegidos por Diretivas Comunitárias

Promove o cultivo de uma espécie exótica e põe em causa a identidade e sustentabilidade do território.

E viola de forma grave a legislação comunitária.

O principal impacte resultante do projeto agrícola é a eliminação direta de muitos valores naturais, protegidos por lei, especialmente a flora, habitats e fauna, e que ocupam grande parte do território em causa, com especial relevo para o habitat 2260 e a espécie florística legalmente protegida " Armeria Rouyana.

Perde-se de forma significativa habitats de reprodução e de alimentação de inúmeras espécies de aves, todas protegidas pela legislação nacional e comunitária.

Põe em perigo a manutenção e a existência de 2 dois ninhos de Águia de Bonelli, existente nas proximidades.

Põe em perigo iminente a existência do Açude da Murta, e compromete a sustentabilidade dos recursos aquíferos da zona.

Setúbal, 9 de Julho de 2024

Associação Portuguesa de Inspeção e Prevenção Ambiental